



*A Idade do Bronze em Portugal:
os dados e os problemas*



www.cph.ipt.pt

SÉRIE MONOGRÁFICA N. 1 // 2014 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar
NIPC 503 767 549

DIRETORA

Ana Cruz, Centro de Pré-História

SUB-DIRETORA

Ana Graça, Centro de Pré-História

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem
Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO

Centro de Pré-História



Os textos são da
responsabilidade dos autores.

ISBN 978-972-9473-83-8

Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

SEDE DE REDACÇÃO

Centro de Pré-História
Instituto Politécnico de Tomar

COORDENADORA CIENTÍFICA

Susana Soares Lopes, Professora Catedrática aposentada da Universidade do Porto

AUTORES

Lara Bacelar Alves
Alexandra Vieira
João Muralha Cardoso
Davide Delfino
Ana Cruz
Ana Graça
Filomena Gaspar
Álvaro Batista
Paulo Félix
Eduardo Porfírio
Miguel Serra
António Carlos Valera

Índice

EDITORIAL.....	6
MESA REDONDA – A IDADE DO BRONZE EM PORTUGAL: OS DADOS E OS PROBLEMAS	9
SUSANA SOARES LOPES	
INTERMITÊNCIAS: A ARTE E A IDADE DO BRONZE NO OCIDENTE PENINSULAR.	
LARA BACELAR ALVES	15
ALGUNS DADOS PARA O ESTUDO DA IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL	
ALEXANDRA VIEIRA	52
A IDADE DO BRONZE NO ALTO DOURO PORTUGUÊS; OS DISCURSOS POSSÍVEIS.	
JOÃO MURALHA CARDOSO	103
A PROBLEMÁTICA DAS CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA IDADE DO BRONZE DO MÉDIO TEJO PORTUGUÊS	
DAVIDE DELFINO, ANA CRUZ, ANA GRAÇA, FILOMENA GASPAR, ÁLVARO BATISTA	147
PARA UMA APROXIMAÇÃO ÀS DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS SOCIEDADES DA IDADE DO BRONZE ENTRE O ZÊZERE E O ATLÂNTICO (DOS INÍCIOS DO II AOS INÍCIOS DO I MILÉNIO A.N.E.)	
PAULO FÉLIX	203
ARQUITECTURAS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS DA IDADE DO BRONZE NO CONCELHO DE SERPA: O CASO DE TORRE VELHA 3.	
EDUARDO PORFÍRIO	251
OS SENHORES DA PLANÍCIE. A OCUPAÇÃO DA IDADE DO BRONZE NOS “BARROS DE BEJA” (BAIXO ALENTEJO, PORTUGAL)	
MIGUEL SERRA	270
CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE O 3º E A PRIMEIRA METADE DO 2º MILÉNIO A.N.E. NO SUL DE PORTUGAL: ALGUNS APONTAMENTOS EM TEMPOS DE ACELERADA MUDANÇA.	
ANTÓNIO CARLOS VALERA	298

EDITORIAL



Editorial

A estreita colaboração existente entre o Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, a Câmara Municipal de Abrantes e o Museu Ibérico de Arqueologia e Arte é uma realidade desde 2006.

Uma das iniciativas que, em conjunto, levamos a cabo anualmente é a organização de uma Mesa-Redonda dedicada a temáticas arqueológicas.

A calendarização do XVII Congresso Mundial da União das Ciências Pré- e Proto-Históricas para Setembro de 2014, foi o mote para a decisão de organizar a Mesa-Redonda anual em torno deste evento.

Esta iniciativa tinha ainda como propósito a delegação num investigador idóneo, representando no Congresso quer os investigadores que aderiram à ideia, quer a síntese dos projectos de investigação que se têm vindo a desenvolver na actualidade em Portugal.

Desta forma, em vez de nos dispersarmos por várias sessões, teríamos uma só voz, reconhecida por todos os convidados, reflectindo a problemática do tema por nós seleccionado: “O Estado da Arte da Idade do Bronze em Portugal”, sob os auspícios da Comissão da Idade dos Metais na Europa.

Convidámos, para a Coordenação Científica, a Professora Doutora Susana Soares Lopes que, muito amavelmente, aceitou a tomar em ombros este encargo.

Aceite a sugestão da coordenadora científica em centrar esta temática na discussão sobre as continuidades e discontinuidades culturais, procedemos ao convite dos investigadores que se dedicam ao estudo desta faixa cronológica, para se juntarem a nós trazendo nova informação e colocando questões sobre o seu olhar da Idade do Bronze em 2014.

Esta publicação, na forma de Série Monográfica, é o resultado do envolvimento científico de quem aceitou este repto.

Aqui fica registado o nosso sincero agradecimento.

PREFÁCIO

Mesa Redonda – A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas

Desde Thomsen (séc. 18/19), que criou a divisão tripartida da Pré-História europeia em três períodos (I. da Pedra, I. do Bronze e I. do Ferro), que a Idade do Bronze nunca mais deixou de vigorar nas sequências culturais europeias, independentemente das correntes teóricas do séc. 20. A Idade do Bronze autonomizou-se relativamente ao que a antecedia (as sociedades neolíticas que não conheciam o metal e que tinham construído nomeadamente os sepulcros megalíticos), e relativamente ao que lhe sucedia (as sociedades estratificadas proto-históricas que haviam dado origem aos antigos europeus citados por Heródoto).

A Idade do Bronze, situada no meio, correspondia ao período da descoberta, difusão e Intercâmbio da metalurgia (cobre, bronze, prata e ouro), no quadro emergente de sociedades hierarquizadas, cujas elites intercambiavam, à escala supra-regional, artefactos de prestígio em metal.

Entre 1994 e 1996, o Conselho da Europa promoveu um programa político sob o sugestivo e polémico título “ Campanha da Idade do Bronze”. O desígnio de tal projecto era claro: provar que a Europa teria começado a constituir-se culturalmente durante a Idade do Bronze. A sua homogeneidade cultural teria começado a surgir nesse período algo longínquo, e teria evoluído até finais do séc. 20, culminando numa espécie de proto-federalismo designado posteriormente União Europeia.

Os arqueólogos dos vários países europeus que aderiram a representar os seus países neste projecto foram convocados a realizar eventos celebratórios - nomeadamente Colóquios e Exposições - que fundamentassem a referida unidade cultural europeia no 2º/inícios do 1º milénio A.C.. Portugal, como é sabido, aderiu com a execução dum Exposição no Museu Nacional de Arqueologia, e com a montagem dum Colóquio internacional, ambos em Lisboa, em 1995 (Jorge, S.O., 1995¹; Jorge, S. O., 1998²).

A “Campanha da Idade do Bronze” do Conselho da Europa culminou com uma grande Exposição europeia sobre o tema, que se apresentou, entre 98 e 99, em Copenhaga, Bona, Paris e Atenas, e ainda com a publicação, em 98, dum Livro-Catálogo (edições em inglês,

¹ JORGE, S. O. (coord. científica) (1995) - A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder. Lisboa: SEC/IPM/MNA.

² JORGE, S.O. (ed.) (1998) - Existe uma Idade do Bronze Atlântico? Lisboa: IPA, Trabalhos de Arqueologia, nº 10.

francês, alemão e grego), intitulado “ A Europa no tempo de Ulisses. Deuses e Heróis da Idade do Bronze”. Portugal colaborou quer na Exposição, quer no Livro de síntese (VVAA, 1998³).

Este projecto político do Conselho da Europa alimentou-se, sem jamais o esconder, da instrumentalização da arqueologia - enquanto suporte de reconstituição do passado - para legitimar um programa em curso nos finais do séc. 20. Mais uma vez, a arqueologia era manipulada para construir passados em função de desígnios conjunturais do presente. Contudo, nos anos 90, tal projecto de consolidação da Europa política, convocava os arqueólogos a responder a uma questão incómoda: face à diversidade do registo arqueológico europeu era possível, no fim do séc. 20, sancionar uma unidade cultural europeia entre os finais do 3º milénio e os inícios do 1º milénio A. C.? A que escala de análise? Segundo que pressupostos teóricos? Era possível e desejável que a arqueologia se submetesse a um programa que concebia uma realidade mesmo antes de a debater?

O Colóquio internacional, realizado em 95, no CCB, em Lisboa, subordinado ao tema “Existe um Bronze Atlântico?”, mostrou à sociedade a variedade de interpretações dos investigadores europeus sobre uma eventual identidade cultural atlântica durante a I. do Bronze. Nele participaram figuras maiores da Pré-História europeia, filiadas em correntes teóricas por vezes antagónicas, como, por ex., Patrice Brun, Jean-Pierre Mohen, André Coffyn, Richard Bradley, Marie Louise Stig Sorensen, Michael Shanks, Juan Vicent Garcia ou Kristian Kristiansen, entre outros, para me restringir apenas a investigadores estrangeiros.

Rapidamente o Colóquio de Lisboa de 95 centrou-se numa questão de fundo: era possível estabelecer identidades culturais com base em materialidades metálicas de excepção, maioritariamente descontextualizadas?

O Colóquio sobre o Bronze Atlântico demonstrou que não havia qualquer consenso sobre a solidez de identidades atlânticas durante a I. do Bronze, e também sobre a forma de fazer arqueologia.

Hoje, em 2014, quase vinte anos depois, ao sermos novamente convidados a reflectir sobre a I. do Bronze no território português, creio que não podemos ignorar nem a história evolutiva deste conceito, nem, sobretudo, uma questão maior, muitas vezes silenciada na prática arqueológica: as interpretações das materialidades do passado, enquanto indicadores de comportamentos sociais, variam em função dos pressupostos teóricos dos agentes que as produzem. Não existe um passado verdadeiro, existem passados plausíveis enquadrados por abordagens teóricas que devem ser explicitadas e fundamentadas em fóruns de debate.

³ VVAA, (1998) - Gods and Heroes of the Bronze Age. Europe at the time of Ulysses. Londres: Thames and Hudson.

Se, a uma escala muito alta de análise, quisermos distinguir o Calcolítico da I. do Bronze, no território português, que traços podemos individualizar? Que meta-narrativa podemos construir?

As sociedades agro-pastoris do 3º milénio A.C. constroem paisagens pontuadas, em muitas regiões, por arquitecturas monumentais de grande escala, que albergam contextos plurifuncionais: refiro-me aos recintos murados de altura e aos recintos com fossos.

Por outro lado, tais grupos reutilizam recintos de menires de origem neolítica, ou edificam, de raiz, recintos com estelas. Reutilizam ainda sepulcros mais antigos, como monumentos megalíticos ou tholoi, para além de realizarem deposições em contextos não monumentais, como as tradicionais grutas, em fossas ou em novos hipogeus.

Podemos, assim, enfatizar a diversidade dos contextos conhecidos e a monumentalidade de muitas arquitecturas calcolíticas. A inter-conexão de vários contextos do 3º milénio A.C., no mesmo território, opera-se, em algumas regiões, através dum fenómeno cuja Identificação global não tem mais duma década: a circulação e a deposição ritualizada de “partes de coisas”, como ossos humanos ou de animais, fragmentos cerâmicos, etc. Este fenómeno de segmentação e movimentação estruturada de fragmentos de coisas - cuja identidade simbólica nos escapa - leva-nos a supor a existência de rituais espacial e temporalmente inter-conectados, com vista à consolidação da identidade cultural de sociedades ainda fundamentalmente segmentárias. A paisagem calcolítica surge, assim, contextualmente heterogénea, com destaque para a emergência de “lugares especiais” cuja visibilidade e multifuncionalidade terão servido a construção de identidades locais e regionais.

E como se comportam as sociedades desde finais do 3º milénio até inícios do 1º milénio A.C.? Que meta-narrativa podemos construir sobre a I. do Bronze em território português?

Ao contrário das sociedades calcolíticas, as da I. do Bronze constroem paisagens que não se polarizam em torno de arquitecturas monumentais. Dum certo ponto de vista, este período, pelo menos, até finais do 2º milénio A.C., acusa uma espécie de regressão de visibilidade e monumentalidade de muitos dos seus contextos.

Os recintos murados e os recintos com fossos tendem a desaparecer, ou a ser pontualmente reutilizados. As inumações/cremações ocorrem quer em pequenos sepulcros de tradição anterior, ou surgem em novos túmulos sem qualquer monumentalidade, como pequenas cistas (com ou sem tumulus), hipogeus, fossas e grutas.

Tendo em conta a informação publicada, as deposições (de qualquer âmbito) não se formalizam tanto segundo o modelo de segmentação calcolítica. As inumações, de carácter individual ou alargado, são relativamente discretas, acompanhadas maioritariamente por

vasos cerâmicos e, minoritariamente, por artefactos metálicos (de cobre, prata, ouro e bronze). Tais deposições funerárias acusam, no entanto, um grau elevado de padronização, até então pouco expressivo. Assim, durante o chamado Bronze Antigo e Médio, os lugares de manifestação de poder distanciam-se dos contextos monumentais calcolíticos: materializam-se em necrópoles com sepulcros de pequena dimensão e fraca visibilidade, em depósitos/tesouros de artefactos metálicos- que manifestam ocultações premeditadas- e ainda em estelas de cariz funerário e em santuários de arte rupestre (a arte dita esquemática e a arte dita galaico-atlântica).

Durante o Bronze Final (entre finais do 2º e inícios do 1º milénio A.C.) as paisagens deixam entrever novamente lugares de destaque, como os chamados “povoados fortificados”. Contudo, os inúmeros contextos de tesouros/esconderijos de objectos metálicos, e os pequenos sepulcros desta fase, ou as estelas que parecem marcar território, sustentam que, mesmo no final da I. do Bronze, os lugares de ostentação de poder se deslocaram definitivamente para espaços que cultivam a discricção arquitectónica.

E, no entanto, mais do que em qualquer outro momento da Pré-História Recente, durante o Bronze Final desenvolvem-se complexos mecanismos de produção e difusão de artefactos de excepção, por parte de sociedades hierarquizadas. Tais artefactos circulam entre áreas muito afastadas, atravessando contextos díspares, assumindo em cada região, quiçá, significados sociais muito diferentes. A uma escala ampla de análise, nunca antes as regiões do nosso território estiveram tão ligadas numa vasta comunidade de interesses das suas elites, e, paradoxalmente, nunca antes a sua especificidade cultural foi tão dissimulada pela padronização de materialidades metálicas de excepção.

Este tipo de narrativas de escala ampla descarta naturalmente a singularidade regional e a especificidade simbólica dos contextos sociais que caracterizam a Pré-História Recente. O preço de narrativas de ampla escala é sempre o mesmo: ao generalizar-se a regiões inteiras interpretações que só são discutíveis em determinadas áreas particulares, obtêm-se construções discursivas desfocadas, imprecisas, redutoras e repetitivas.

A certa altura, qualquer que seja a região em estudo, a um determinado nível de análise, a história que se conta, com esta ou aquela variação, é estruturalmente idêntica.

Abordar a I. do Bronze - como, aliás, qualquer outro período - pressupõe descer de escala, e enfrentar as imensas e contraditórias variáveis inerentes a análises de escala intermédia e baixa.

Neste sentido, esta Mesa-Redonda lança, em primeiro lugar, o desafio de inserir a interpretação de cada contexto, atribuível à I. do Bronze, na dinâmica regional e/ ou local a

que o mesmo pertence. E, em segundo lugar, propõe-se identificar, para cada região, continuidades e descontinuidades entre o 3º milénio A.C. e os inícios do 1º milénio A.C.

Não apenas continuidades/descontinuidades formais (ao nível das arquitecturas, dos artefactos, das paisagens), mas, sobretudo, pontos de viragem estruturais. O que implica avaliar e debater o peso cultural relativo das permanências e das rupturas identificadas pelos investigadores presentes.

Agradeço ao IPT e à Comissão Organizadora deste evento, a oportunidade que nos é concedida para tentar pôr em marcha tal desafio. Desejo que os próximos dois dias sejam plenos em difusão de conhecimento, em debate construtivo, e em entusiasmo pela partilha de informação inovadora e problematizante.

Abrantes, Abril, 2014

Susana Soares Lopes

INTERMITÊNCIAS:

A ARTE E A IDADE DO BRONZE NO OCIDENTE PENINSULAR.

INTERMITTENCES: ART AND THE BRONZE AGE IN WESTERN IBERIA.

Lara Bacelar Alves

Bolsista de Pós-doutoramento
da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FSE-POPH)
Investigadora do Centro de Estudos em
Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP)
Palácio de Sub-Ripas
3000-395 Coimbra
Portugal
larabacelar@gmail.com

Intermitências: a Arte e a Idade do Bronze no Ocidente peninsular.

Intermittences: Art and the Bronze Age in Western Iberia.

Lara Bacelar Alves

Resumo

A investigação da arte pré-histórica lida com tempos e espaços dilatados, com paisagens etéreas impregnadas de testemunhos de múltiplas dinâmicas cognitivas, culturais e sociais. A arte é a face visível do poder que o ser humano tem de criar de outras realidades para além da do mundo físico, do seu pensamento abstracto e metafórico. Mas, paradoxalmente, o véu de opacidade existente entre a materialidade visível do objecto e o que pode ser compreendido, analisado e interpretado, circunscrevem-se largamente ao que é observável (iconografia, técnicas de execução, implantação na paisagem, contextos arqueológicos), deixando pouco espaço para o sujeito que interpreta se debruce sobre o invisível e imaterial.

Sobre a arte da Idade do Bronze, a ênfase vem sendo dada aos seus elementos mais visíveis e que, de forma objectiva, podem ser datados desta fase, como as figurações de objectos e armas metálicas, a par de outros aspectos como a diversificação dos suportes e a evocação da figura humana na escultura, que detém maior preponderância relativamente a períodos anteriores.

Assumindo-se esta síntese como um contributo para uma reflexão sobre as dinâmicas sociais e culturais na Idade do Bronze e implicando isto um olhar sobre o 'antes e o 'depois', procuraremos analisar as continuidades e descontinuidades inerentes aos fenómenos artísticos de longa duração e aos que surgem *ex novo* na Idade do Bronze para reflectir sobre os espaços de interacção e a relação estilística entre estes e as grandes tradições artísticas de arte rupestre no Ocidente peninsular, com origem anterior.

Palavras-chave: Arte rupestre; Arte escultórica; Pré-história Recente; Continuidades e descontinuidades

Abstract

Prehistoric art research deals with wide temporal and spatial scales, with landscapes imbued with multiple cognitive, cultural and social dynamics. Art is the visible face of power that the human being has to create other realities beyond the physical world, of abstract and metaphorical thought. But, paradoxically, the parts that our study aim that can be understood, analysed and interpreted - iconography, techniques of execution, landscape setting and archaeological contexts - is largely confined to what is perceptible, leaving little room for approaching the invisible and immaterial.

Research on Bronze Age art has been emphasising its most visible elements, i.e. those that can be objectively dated to this phase, like the representations of metal objects and weapons, alongside other aspects such as the diversification of the media and the evocation of the human figure in sculpture, which holds greater weight relatively to earlier periods.

Assuming the aim of this paper as a contribution to a reflection on the social and cultural dynamics in the Bronze Age, it attempts to analyse, in the long term, continuities and discontinuities inherent to the Late Prehistoric rock art traditions in Western Iberia in order to think about the spaces of interaction and stylistic relationships between them and artistic phenomena emerging in the Bronze Age.

Keywords: Rock art; Sculpture; Late Prehistory; continuities and discontinuities

“Temos a arte para não morrer da verdade.”

F. Nietzsche

INTRODUÇÃO

A arte da Idade do Bronze sempre assumiu um papel relevante na investigação arqueológica *mainstream* dedicada a este período cronológico, tradicionalmente centrada no estudo de armas e objectos metálicos. Isto deve-se, em grande medida, ao leque de propostas interpretativas que podem ser abertas pela intersecção destas duas realidades. Por seu lado, a investigação desenvolvida no âmbito da especialidade de arte rupestre, tende a sobrevalorizar a presença/ausência da representação dessas mesmas armas e objectos metálicos no momento de estabelecer o enquadramento cronológico de um acervo ou tradição artística. Embora de uma forma algo simplista, pode dizer-se que, no que respeita à arte em formações rochosas naturais onde estão presentes armas ou objectos metálicos identificáveis com os protótipos da Idade do Bronze, ‘existe’ uma arte da Idade do Bronze, nos complexos de arte rupestre onde estão ausentes, estabeleceram-se fases datáveis deste período meramente com base na diferenciação técnica e estilística de figurações abstractas ou esquemáticas, processo este muitas vezes influenciado pelo lastro da historiografia.

Como é evidente, a compreensão do devir da arte Pré-histórica é inevitavelmente condicionada pela visibilidade e invisibilidade do registo, tal como sucede na investigação arqueológica em geral. Aliás, S. O. Jorge tem vindo a alertar para as consequências da dificuldade que a Arqueologia Pré-histórica tem tido em lidar com a ‘invisibilidade arqueológica’ (1999: p. 124) porém, assumir a contingência que dela advém para a definição de propostas interpretativas, conduz à consciência de que a reflexão sobre determinada temática se deva alicerçar num leque tendencialmente mais amplo de parâmetros analíticos. No caso da investigação sobre arte pré-histórica, tem-se assistido nos últimos anos à tentativa de definir balizamentos cronológicos e sequências diacrónicas assentes na combinação de um mais vasto número de critérios que servem o estabelecimento de propostas de cronologia relativa e que passamos a elencar:

1. análise estilística e datação de objectos e/ou temas representados;
2. estratigrafias figurativas;

3. estudo da implantação da ‘arte’ na paisagem e sua relação espacial com outros sítios arqueológicos;
4. associação com estratos arqueológicos no âmbito da escavação de sítios com ‘arte’;
5. estudo da inter-relação com outras tradições artísticas sob o ponto de vista temporal, estilístico e de distribuição geográfica.

Neste sentido, e dada a escassez de sínteses recentes sobre esta temática, procurar-se-á ao longo destas páginas fazer um balanço dos conhecimentos actuais tendo como pano de fundo as propostas de contextualização temporal, espacial e conceptual das grandes tradições artísticas da Pré-história Recente em Portugal, lançadas nos últimos 30 anos¹. Paralelamente, esta abordagem será norteada por uma série de indagações suscitadas pelo questionamento estruturado e assertivo que norteia a edição deste volume:

- Houve uma ‘revolução simbólica’ nos alvares ou durante a Idade do Bronze passível de se entrever no registo arqueológico da arte? Qual a sua dinâmica e abrangência?

- Assistiu-se a uma transformação da paisagem cultural com o advento da Idade do Bronze associada à legitimação de uma nova ordem social?

- Quais têm sido os elementos caracterizadores da arte da Idade do Bronze?

- Ao faseamento convencional deste período cronológico definido pela Arqueologia *mainstream* correspondem alternâncias no domínio das manifestações artísticas?

Prosseguindo escalas de análise temporais e espaciais amplas e dialécticas, abordar-se-á o devir das duas grandes tradições artísticas em formações naturais da Pré-história Recente - a Arte Atlântica do noroeste de Portugal e a Arte Esquemática em abrigos rochosos do ocidente peninsular- com referência às suas expressões gráficas (ou a sua ausência) durante a Idade do Bronze, a par das principais manifestações escultóricas – as estelas e estátuas-menir. A exposição sobre cada um destes temas será ilustrada com os resultados de estudos de caso específicos decorrentes de projectos de investigação recentes.

Assim sendo, e levando em consideração a ruptura de alguns paradigmas estabelecidos como consequência das novas propostas interpretativas, impõe-se que a discussão sobre a Arte Atlântica peninsular e o acervo de estátuas-menires se centre em torno da cronologia do seu advento no contexto da Pré-história Recente em Portugal, remetendo para todos os critérios de obtenção de cronologia relativa acima mencionados. Sobre os sítios com Arte Esquemática incidir-se-á sobre a sua relação com contextos arqueológicos da Idade do Bronze, no âmbito da problemática em torno da continuidade ou não desta tradição para este período. Relativamente às estelas, e particularmente às estelas de guerreiro, salientar-se-á a dilatação da sua distribuição geográfica, intersecção iconográfica com outros ciclos artísticos, associação a contextos arqueológicos e datação dos objectos representados.

¹ Para prosseguir este objectivo tomamos como referência três ensaios da autoria de Susana Oliveira Jorge que nos parecem fundamentais na historiografia dos finais do século XX sobre este tema porque têm por base uma abordagem globalizante da intersecção entre os distintos universos da ‘arte’ e entre estes e os demais contextos relacionados com o *modus vivendi* das sociedades pré-históricas. São estes: o capítulo final da sua dissertação de doutoramento “A ocupação do espaço no Norte de Portugal durante o III - inícios do II milénio A.C.” de 1988, “Reflexões sobre a Pré-história Recente do Norte de Portugal” de 1988 e “Domesticar a Terra” de 1999. Para além de uma apreciação crítica e problematizante, estes trabalhos de síntese trazem-nos, de facto, uma leitura equidistante das diferentes realidades arqueológicas que se tende a perder em estudos que emanam da investigação específica da arte pré-histórica.

Este parece ter sido um período de grande abertura a contactos supra-regionais entre o Mediterrâneo e o Atlântico, de permeabilidade a novas ideias e materialidades, incentivando o sincretismo entre tradições autóctones e forâneas. Este aspecto, salientado há muito por S. O. Jorge para outros contextos da Pré-história Recente, aplica-se indubitavelmente também ao domínio da arte e as mais recentes descobertas comprovam-no. Também por isso, a geografia do nosso discurso não seguirá os trâmites normais de uma compartimentação por regiões administrativas mas aproxima-se mais da dicotomia em tempos estabelecida por Orlando Ribeiro entre o Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrânico (1945).

ARTE ATLÂNTICA PENINSULAR NO NOROESTE DE PORTUGAL - UMA TRADIÇÃO ARTÍSTICA DA IDADE DO BRONZE?

Um ensaio sobre a Arte Atlântica do Noroeste de Portugal não pode circunscrever-se às fronteiras administrativas do país visto que esta tradição se expande pelo ocidente da Galiza, onde há uma historiografia centenária de pesquisa sobre o tema, cuja influência sobre a investigação portuguesa (comparativamente parca) não deixa de ser relevante apesar de a investigação sobre este mesmo tema se tenha desenvolvido de forma largamente independente em ambos os lados da fronteira. Aliás, a distinta terminologia que vem sendo adoptada para definir este ciclo é disso exemplo: na Galiza utiliza-se genericamente a designação 'petroglifos galegos' enquanto que em Portugal se apelida de Arte Atlântica peninsular ou Arte do Noroeste.

Das grandes tradições de arte rupestre peninsular, esta foi durante praticamente todo o século XX o *ex libris* da arte rupestre da Idade do Bronze, cronologia cedo atribuída por R. Sobriño, pioneiro na sistematização deste acervo ([1935] 2000), até à década de 90 quando se generalizou a aceitação de uma cronologia mais curta, balizada entre os finais do III e inícios do II milénio a.C.. Na actualidade, alguns investigadores não descartam a hipótese das suas origens se enraizarem numa época mais remota e a considerarem a longa vigência desta tradição que, no entanto, mantendo formalmente uma tendência para a representação das clássicas formas abstractas, terá sofrido nuances ao sabor da evolução dos alicerces simbólicos e cosmogónicos que a sustentaram.

Recuemos até à década de 1980 para visitar o então 'estado da arte'. Em 1983/84, A. M. Baptista propôs a divisão da então chamada Arte do Noroeste em três grupos estabelecendo uma ruptura com a longa sequência crono-tipológica de E. Anati (1968), sempre recusada pela generalidade dos investigadores galegos (e.g. Peña e Rey, 2001). Para o grupo 1 que congregava os motivos geométrico-abstractos, armas e zoomorfos, Baptista sugeriu uma cronologia do Bronze Médio/Bronze Final Atlântico, ou seja, da 2ª metade do II milénio a.C. (1983-84, 1986). Poucos anos mais tarde, em 1986, S. O. Jorge apresentou uma análise crítica desta proposta, considerando adicionalmente os resultados do estudo da rocha do Monte da Laje publicado nesse ano por E. J. Silva e A. Leite da Cunha (1986). Na verdade, à época, apenas duas rochas com gravuras pertencentes a esta tradição - Bouça do Colado e Monte da Laje - haviam sido objecto de um trabalho monográfico rigoroso. Considerando, em paralelo, o acervo galego, a autora valoriza a presença de gravuras de armas metálicas -punhais de lingueta, espadas curtas, alabardas- e idoliformes datáveis do início da Idade do Bronze assim como a sua associação às combinações circulares que tipificam esta tradição. Propôs, assim, que este grupo se deveria confinar à 1ª metade do II milénio a.C. embora as suas origens pudessem recuar ao III milénio a.C. e o seu uso prolongar-se até ao Bronze tardio/final,

alertando porém para “o problema da viabilidade dum ciclo artístico apresentar tão longa duração, mantendo as suas características inalteradas” (Jorge, 1991: p. 359).

Certamente sem conhecimento prévio desta proposta, António de la Peña e Manuel Rey, publicaram, em 1993, um estudo com base num exercício de projecção cartográfica no qual se inferia uma relação espacial recorrente entre arte rupestre e contextos arqueológicos - povoados e necrópoles - datáveis dos finais do III e inícios do II milénio a.C. que, a par da cronologia das armas representadas, lhes permitiu sustentar um novo balizamento temporal para os ‘petroglifos galegos’. Segundo os autores, a presença de rochas gravadas na periferia de povoados e sepulcros seriam marcadores simbólicos de novos territórios onde se promoveria o poder e prestígio de elites emergentes em áreas de grande tensão social (Peña e Rey, 1993, 1998 e 2001).

Em 1995, A. M. Baptista recuou a cronologia do seu grupo 1 para o Calcolítico/Bronze Inicial, datando deste último período a rocha da Bouça do Colado (1995: p. 99). A tese de A. de la Peña e M. Rey foi naturalmente aceite por Susana O. Jorge, na sequência da sua proposta anterior e, no livro ‘Domesticar a Terra’ reitera que a origem dessa tradição se poderia relacionar com “a emergência de novas arenas de afirmação e disputa social, paralelas às manifestadas em torno dos espaços sepulcrais da mesma época” (1999). Seriam delimitadores físicos e simbólicos de novos territórios e participariam naquilo a que chama o “paradigma visual da paisagem Calcolítica” no Noroeste.

O mesmo balizamento cronológico foi seguido por R. Bradley na investigação que realizou sobre a Arte Atlântica na Grã-Bretanha e na Galiza (1997) em colaboração com R. Fábregas e F. Criado (Bradley, *et al.* 1995) numa abordagem pioneira que prosseguia os princípios teórico-metodológicos da Arqueologia da Paisagem.

Entre 1999 e 2003, a nossa investigação sobre a arte rupestre no Noroeste peninsular, partiu, na senda de outros autores, da observância dos aspectos mais elementares da dicotomia tempo/espço para a abordagem aos diferentes estilos e tradições artísticas do noroeste peninsular: a Arte Atlântica e a Arte Esquemática pintada que confluem no norte de Portugal, separadas pelo cordão montanhoso galaico-duriense que também define a linha de fronteira entre duas regiões bio-geográficas europeias (Figura 1). O passo seguinte foi confrontar essa dualidade espacial com as propostas cronológicas vigentes para ambas as tradições. Considerando o ‘ponto da situação’ no ano 2000, então, ambas teriam sido parcialmente contemporâneas nos finais do III milénio a.C.: o advento da hoje chamada Arte Atlântica peninsular coincidiria com as fases avançadas da Arte Esquemática pintada ou gravada em abrigos sob rocha (Bradley e Fábregas, 1998).

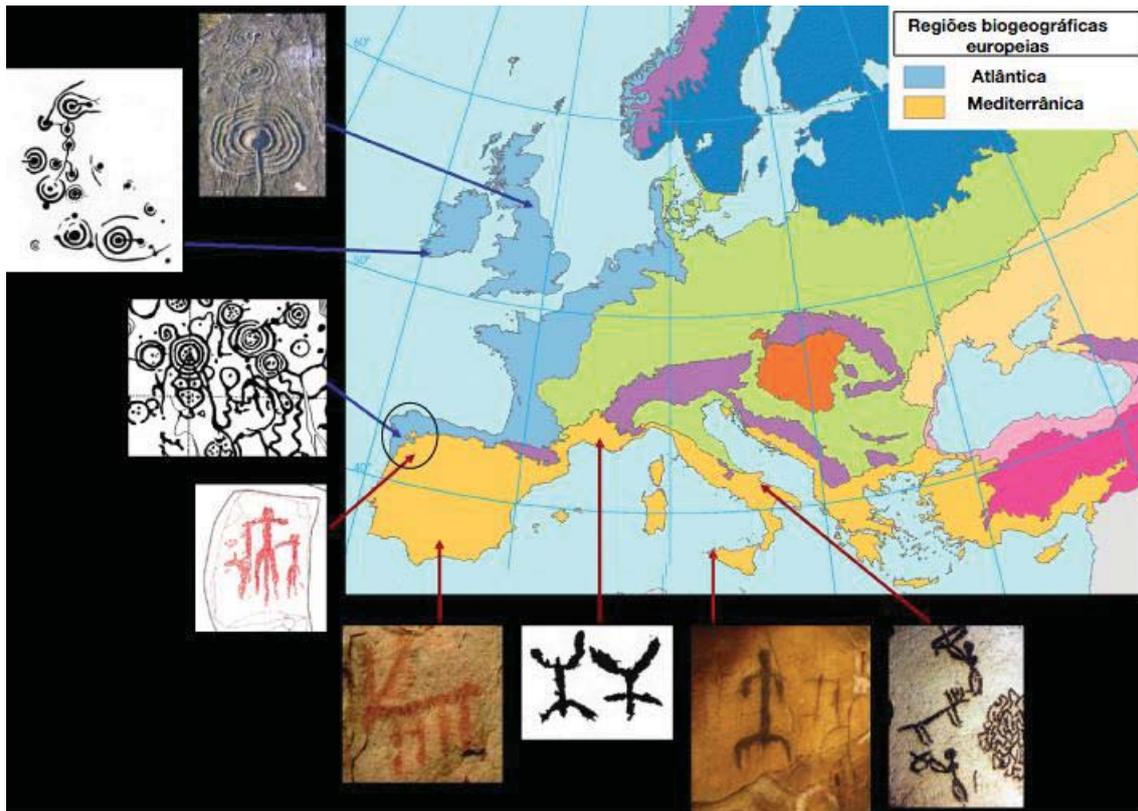


Figura 1. Mapa das regiões biogeográficas europeias com indicação da localização de alguns sítios com Arte Esquemática e Arte Atlântica na Europa Ocidental.

Seguindo este raciocínio, e partindo do consenso em torno da origem neolítica da Arte Esquemática peninsular, procurou-se conhecer com rigor os fundamentos empíricos da proposta vigente para a datação da Arte Atlântica na Galiza. Na sua base encontrava-se, como se disse, a cronologia das gravuras de alabardas, punhais e espadas curtas (que só esporadicamente acompanham os motivos circulares) e a citada análise territorial elaborada por Peña e Rey e alicerçada na relação de proximidade entre a arte rupestre e povoados datados daquele período na península do Morrazo, proposta que foi globalmente aceite pela comunidade arqueológica sem que se tenha procedido a uma análise crítica dos seus referentes arqueográficos. Ora, visto que a documentação apresentada naquele estudo é sobretudo de índole cartográfica tornava-se necessário, como ponto de partida dar inteligibilidade aos pontos projectados no mapa (Figura 2 A.).

Impunha-se compreender a que sítio e que tipo de composição gráfica correspondia cada ponto anónimo e que informação arqueológica havia, de facto, disponível sobre os 15 povoados com ocupações datáveis, segundo os autores, da transição do III-II milénio a.C. a eles associados dentro dos «territórios de produção preferencial» definidos pelos autores através da projecção cartográfica de círculos de 1 km de raio. Este exercício permitiu verificar que muitos dos povoados citados se encontravam inventariados nas fichas do Museu de Pontevedra e/ou a sua datação assentava maioritariamente em resultados de prospecção de superfície (Alves, 2003: p. 121-132)². Apenas em dois casos foi possível obter dados fidedignos resultantes de escavações arqueológicas acerca da presença de uma ocupação efectiva datável do período em apreço - A Fontela/O Regueiriño e O Fixón - assim como obter informações concretas relativamente à iconografia presente nos sítios com arte rupestre espacialmente correlacionáveis. Assim, nas proximidades de A Fontela/O Regueiriño surgem rochas gravadas com motivos circulares e covinhas enquanto nas imediações de O Fixón, situam-se duas rochas com gravuras de armas e uma com covinhas na estação de Moguelos (Alves, 2003: p. 130) (Figura 2 B.). Apenas neste se parece fixar uma estreita relação espacial dentro do período considerado pelos autores. Deve recordar-se que as armas representam menos de 5% das gravuras conhecidas na península de Pontevedra e surgem frequentemente isoladas face aos restantes motivos (e.g. García e Peña, 1980). Mas será que elas correspondem na íntegra à perduração das composições geométrico-abstractas ou representarão apenas uma etapa num ciclo de longa duração? Não descartamos obviamente a hipótese de que a Arte Atlântica está presente nos finais do III milénio, mas a verdade é que neste estudo não se demonstra cabalmente a sua origem neste período.

² Este exercício foi realizado com base na bibliografia disponível em 2000- 2003 sobre a arte rupestre e os sítios com ocupação pré-história na península do Morrazo, tendo resultado infrutífero o contacto, por escrito, com um dos autores do artigo de 1993 no intuito de obter escalrecimentos adicionais sobre a designação dos sítios cartografados.

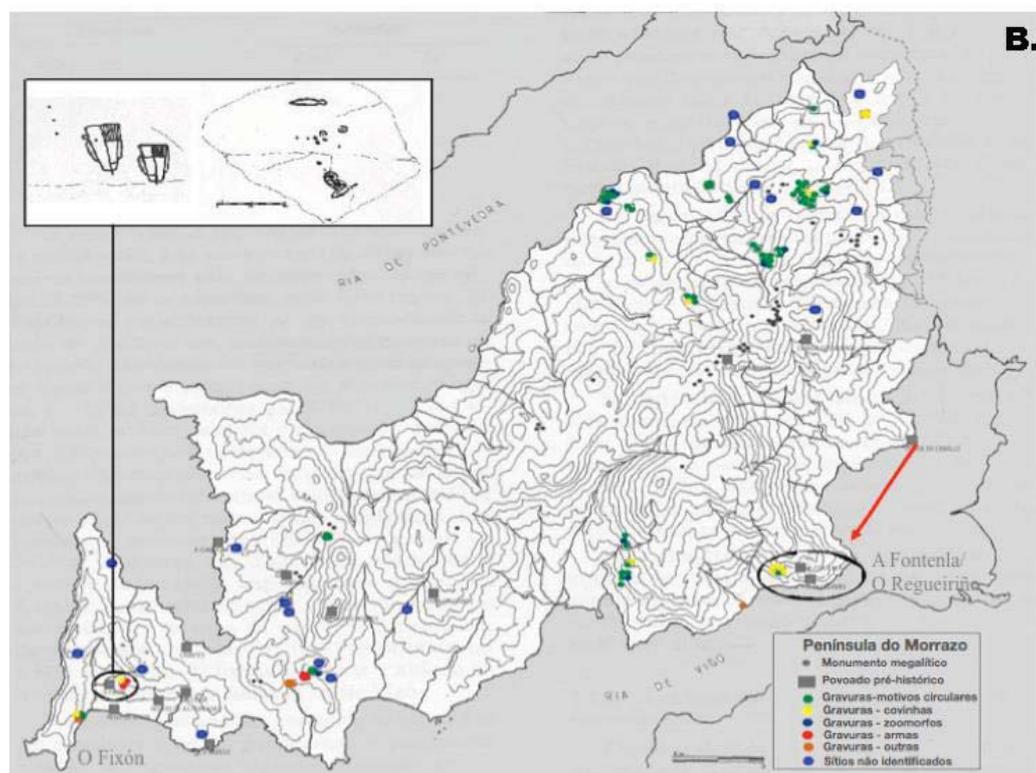
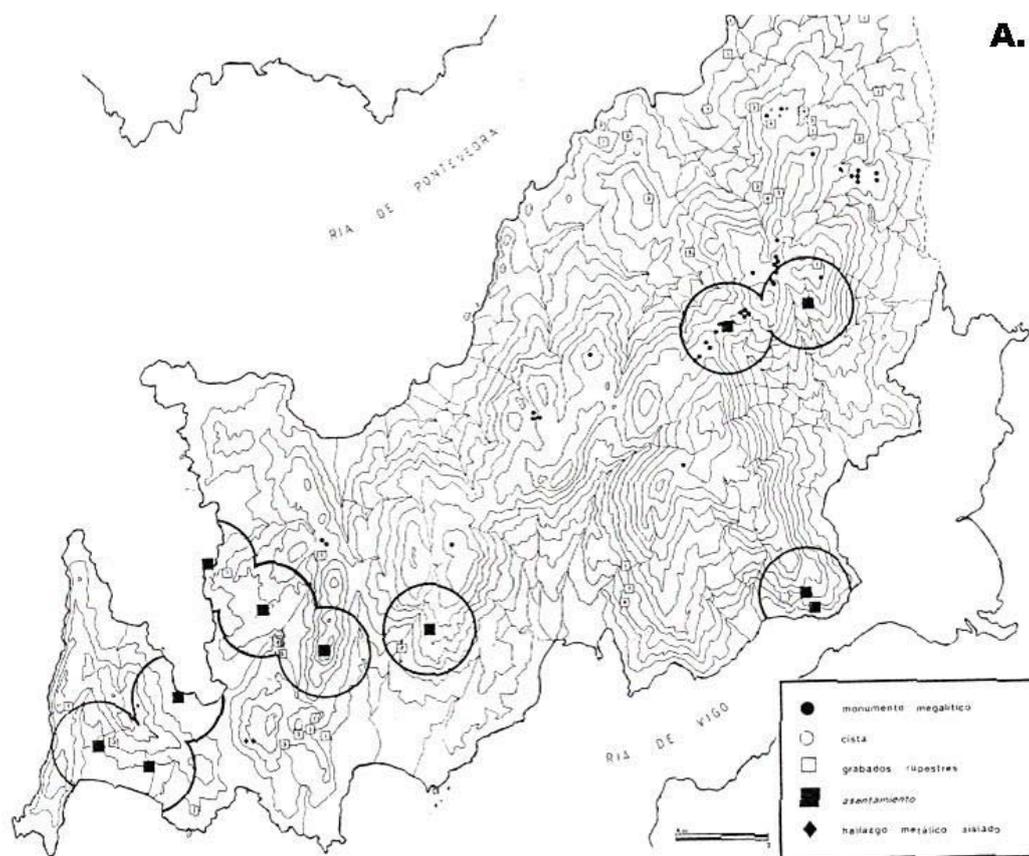


Figura 2. A. Mapa da península do Morrazo com indicação dos ‘territórios de exploração preferencial’ dos povoados Pré-históricos apresentado por A. de la Peña e M. Rey (1993). B. Sobre a base cartográfica publicada procurou-se identificar a iconografia presente nos sítios com gravuras rupestres na península e a sua relação espacial com os povoados com ocupação dos finais do III – inícios de II milénio a.C.. (Alves, 2003: Fig. 31).

Voltando à observância da interrelação temporal, espacial e estilística entre as tradições artísticas da Pré-história Recente, referimos acima que a Arte Atlântica e a pintura Esquemática ocupam áreas geograficamente diferenciadas no norte de Portugal. É também consensual que a presença de motivos figurativos nos dólmenes da Beira Alta e Trás-os-Montes tipologicamente integráveis no reportório iconográfico da pintura esquemática em abrigos sob rocha vai ao encontro da ideia proposta na década de 90 do século XX por Primitiva Bueno e Rodrigo Balbin (1992) de que a arte megalítica pode ser considerada uma expressão da Arte Esquemática.

Porém, atentando às características da arte no interior dos monumentos megalíticos ao longo da fachada atlântica da Galiza e norte de Portugal, verifica-se que é maioritariamente abstracta e geométrica, o que aliás motivou Bello Diéguez a individualizar este conjunto sob a designação de ‘grupo norocidental de arte megalítica’ e até propor a existência de uma ‘zona de transição’ entre este e o chamado ‘grupo de Viseu’ ao longo do cordão montanhoso galaico-duriense (1995). Um simples exercício cartográfico permite verificar que o primeiro coincide *grosso modo*, com a distribuição geográfica da Arte Atlântica peninsular (Alves, 2003). No entanto, à excepção da combinação de círculos concêntricos gravada num esteio da Mota Grande (Baptista, 1997) são poucos os motivos individuais comuns à arte megalítica e à arte de ar livre mas, por outro lado, as semelhanças formais das composições em câmaras dolménicas ao longo da área da fachada Atlântica do Noroeste consubstanciam, de facto, a existência de ‘ar de família’ particular que urge contextualizar (e.g. Alves, 2003; 2008; 2009). Mas, se a criação da Arte Atlântica em afloramentos rochosos está intimamente relacionada com a percepção e vivência da paisagem questionamos porque é que exactamente as mesmas convenções deveriam ser usadas no interior dos monumentos? Poderíamos estar a lidar com um amplo sistema de representação simbólica de carácter iminentemente abstracto com convenções estilísticas diferentes, uma vocacionada para contextos funerários, outra que incita à percepção da paisagem, a arte de ar livre, uma «arte geográfica», como a definiu R. Bradley (1997)? Foi neste contexto que colocámos a hipótese de que a imagética abstracta própria da Arte Atlântica teria a sua origem no IV milénio a.C. o que poderá relacionar-se com a presença de mecanismos de rejeição que possam ter impedido a penetração da pintura esquemática para ocidente do cordão montanhoso galaico-duriense (e.g. Alves, 2003; 2008; 2009). Esta é uma proposta aberta a todo o tipo de questionamentos mas esta é também a única hipótese que nunca foi seriamente considerada na longa história da investigação da arte do noroeste peninsular.

No entanto, para reforçar a ideia de que as nossas propostas interpretativas assentam nas relações de plausibilidade que nós próprios, como investigadores, estabelecemos *a priori* é interessante notar que, exactamente na mesma altura em se exploravam estas hipóteses, Manuel Santos investigava a arte rupestre galega também no âmbito do seu doutoramento (2004). Contudo, por razões que se prendem com o enquadramento, questionamento e abordagem subjacentes aos nossos estudos, surgiram destes dois trabalhos duas propostas distintas que nos fez seguir, na linha cronológica, em direcções diametralmente opostas. Manuel Santos remeteu o ciclo de maior expansão da Arte Atlântica para o Bronze Final - I Idade do Ferro, reconhecendo, porém, a existência de um grupo atribuível ao Bronze Inicial com a representação de armas datáveis desse período (2005). Esta tese gerou grande contestação no seio da investigação galega (e.g. Costas Goberna, *et al.*, 2006; Fábregas e Rodríguez, 2012).

Num artigo recente, Manuel Santos aceita a cronologia do Neolítico Final³ para o início deste ciclo e a sua contemporaneidade com o megalitismo (2012). Desta feita, define três grandes fases para a Arte Atlântica peninsular assente em critérios temáticos e estilísticos, morfologia do suporte e organização interna das composições. Atribui às rochas gravadas exclusivamente com composições circulares complexas uma cronologia III milénio a. C. não descartando porém a hipótese de recuar a sua origem ao IV milénio a.C. Propõe a inclusão das representações de armas entre 2500 e 1800 a.C. notando que em todo o acervo galego, existem apenas 38 rochas com gravuras de armas, sendo que apenas 12 se associam, na mesma superfície, aos clássicos motivos circulares. Por fim, todo o acervo composto pelas figurações de zoomorfos, cenas de equitação, antropomorfos, acompanhadas de motivos circulares simples, é remetido para os inícios do I milénio a.C. (*ibidem*).

Na Galiza, R. Fábregas e C. Rodríguez que refutam este esquema diacrónico, nomeadamente a cronologia proposta para as gravuras zoomórficas que Santos justifica com a tardia domesticação do cavalo na Península Ibérica, a qual os primeiros contrapõem com a referência a estudos que apontam para que esta teria ocorrido durante o III milénio a.C. (2012). R. Fábregas defendeu uma cronologia do III - inícios do II milénio a.C. para o maior ciclo de produção de Arte Atlântica (2001) mas, num trabalho recente, admite a possibilidade da sua origem remontar aos “séculos centrais do IV milénio a.C.” e prolongar-se até meados do II milénio AC (Fábregas e Rodríguez, 2012: p. 91).

Assistimos, assim, na última década, à implosão da cronologia da Idade do Bronze atribuída tradicionalmente a este ciclo artístico do NW peninsular. Por seu lado, a paulatina aceitação (ou, pelo menos, consideração) da proposta de que a origem da Arte Atlântica poderá recuar ao IV milénio a.C., e da sua contemporaneidade com o megalitismo, tem implicações importantes para a reflexão sobre a Pré-história do Noroeste. Ou seja, se há década e meia atrás, a Arte Atlântica de ar livre era tida um fenómeno emergente no final do Calcolítico - inícios da Idade do Bronze que materializaria novas dinâmicas sociais e culturais, associadas a novos espaço do poder, hoje cada vez mais se admite a possibilidade de que essas dinâmicas não geraram linearmente o advento de todo um novo sistema de representação simbólico. As novas imagens, ideias e conceitos poderão ter sido incorporados numa paisagem já tatuada com figurações que remetiam para cosmogonias antigas, num processo de adição de novos significados. A gravação de armas e idoliformes nos finais do III - inícios do II milénio AC implicaram, nalguns casos, a reutilização de rochas previamente gravadas mas a maioria são sítios criados *ex novo* e nestes, embora se mantenha o conceito básico, é notória uma distinta concepção arquitectónica dos sítios pela forma como os motivos interagem com a superfície rochosa e pela escolha do próprio suporte (e.g. Santos, 2012).

Não deixa de ser interessante paralelizar, de certa forma, este fenómeno com a da continuidade de práticas funerárias em monumentos tumulares no período de transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze no Centro-Norte de Portugal. Como sugere Domingos Cruz, os velhos dólmenes são reutilizados durante todo este período e, em simultâneo, erguem-se novos monumentos pétreos, que mantêm alguns dos ‘preceitos elementares’ dos antigos mas com uma distinta concepção arquitectónica, adaptada às novas realidades (e.g. 2001: 301-322).

Como é evidente, a continuidade da prática de gravação de imagens em rochas, articula-se e interage, neste período, com a emergência de novos espaços do simbólico relacionados com as novas formas de concepção escultórica e a manipulação de armas e

³ É necessário ter em consideração que M. Santos adopta uma sequência cronológica da Pré-história Recente que passa do Neolítico à Idade do Bronze, não considerando a existência do período Calcolítico no noroeste peninsular logo, neste contexto, data a passagem do Neolítico Final - Idade do Bronze, de meados do III^o milénio a.C.

objectos metálicos. Essa interação é evidente, por um lado, na representação gráfica de figuras idólicas de filiação meridional, por alguns interpretadas como figurações de estelas (Santos, 2012) e por outros como de ídolos cilíndricos (e.g. Peña e Rey, 2001). Por outro lado, não só se assiste à gravação de armas metálicas em rochas como há dois casos em que os próprios objectos metálicos foram descobertos em fissuras de rochas gravadas com composições clássicas da Arte Atlântica, como é o caso de um machado plano de cobre descoberto nos interstícios da Pedra do Lombo da Costa e um outro na Laxe das Cotadas, ambas na Galiza (e.g. Alves e Comendador, 2009).

A visibilidade destes sítios na paisagem ditaram certamente a sua permanência na memória das comunidades ao longo da Pré e Proto-história. Mas, se atentarmos à longa duração, também se verifica uma grande apetência no litoral noroeste para a adesão a uma ‘cultura visual’ predominantemente abstracta durante estes períodos. Se na Idade do Ferro ainda se gravam, ou voltam a gravar-se, motivos circulares e abstractos, patentes na arte decorativa em suporte arquitectónico ou escultórico, como demonstra a Pedra da Póvoa (Fonte, *et al.*, 2009) também são diversos os casos em que se obliteraram rochas com os motivos clássicos da Arte Atlântica que surgem sob construções da II Idade do Ferro (e.g. Peña e Rey, 2001). Independentemente das diferentes propostas de compartimentação cronotipológica, como se poderá explicar essa longa vigência das formas abstractas? Como resultado de sucessivos processos de reapropriação de antigos convencionalismos estilísticos ou de uma prática contínua de uso de um determinado sistema de representação aberto a influxos vários e alternâncias cosmogónicas e culturais?

A ARTE ESQUEMÁTICA - QUESTÕES EM TORNO DA SUA VISIBILIDADE OU INVISIBILIDADE NA IDADE DO BRONZE

À incorporação da representação de armas metálicas e elementos de afiliação meridional no repertório figurativo da Arte Atlântica no Noroeste peninsular contrapõe-se a sua ausência da iconografia da Arte Esquemática que, na sua vertente pintada se distribui pelo Nordeste Transmontano, Beira Alta, Estremadura e interior do Alentejo. Este facto, aliado à dificuldade em distinguir motivos de cronologia neolítica ou eventualmente posterior dado o grande conservadorismo das formas e tipos representados, tem influência na falta de consenso entre os investigadores sobre o período em que se cessa a criação da pintura esquemática em abrigos. Alguns autores sugerem o seu *terminus* no final do III milénio a.C. (e.g. Alves, 2003) outros defendem o seu prolongamento até finais da Idade do Bronze (e.g. Gomes, 1989; Collado, 2006). Porém, são débeis os argumentos que possam suportar qualquer uma destas propostas.

O estabelecimento de sequências diacrónicas de conjuntos com pintura esquemática é muitas vezes fundamentado em aspectos estilísticos e formais dos motivos e/ou diferenças na coloração dos pigmentos (e.g. Gomes, 1989; Sanches, 1997). Diversos autores têm vindo também a assinalar a relação de proximidade espacial entre sítios de altura com ocupação do III e/ou inícios do II milénio a.C. e abrigos com pintura esquemática, mas a verdade é que esta cronologia é proposta com base apenas em materiais de superfície que ocorrem nos supostos sítios de habitat (*ibidem*). A inexistência de sequências estratigráficas aferidas arqueologicamente em simultâneo nos abrigos e nos habitats exige que não se releve demasiado, por enquanto, o seu valor interpretativo. Porém, em abrigos pintados com Arte Esquemática escavados em Portugal, como Fragas d’Aia (e.g. Jorge, *et al.* 1988a; 1988b), Buraco da Pala (Sanches, 1997) e abrigo Pinho Monteiro (Gomes, 1989) foram identificados

momentos de ocupação datáveis dos III/ início do II milénio AC e, apesar da informação arqueográfica ser demasiado escassa para se retirarem ilações sobre a sua relação com o momento de criação da arte, é indubitável que alguns destes sítios se mantiveram em uso durante este período.

Neste aspecto particular, os resultados das escavações realizadas em simultâneo no povoado e no 'santuário' de El Pedroso (Zamora), localizado imediatamente sobre a linha de fronteira entre Portugal e Espanha, parecem evidenciar um conjunto de actividades e funcionalidades distintas no espaço interno e fronteiro ao abrigo durante cerca de um milénio, desde o Neolítico à Idade do Bronze (Alves, *et al.* 2013).

Este é um abrigo sob um proeminente batólito granítico situado a meia encosta de uma elevação encimada por um recinto amuralhado com ocupação do III milénio a.C.. A entrada subtrapezoidal abre-se junto de uma maciça parede vertical na base da qual foi construída uma plataforma sustentada por um murete subcircular (Figura 3). O espaço interior apresenta duas câmaras subrectangulares dispostas perpendicularmente e guarda um interessante conjunto de gravuras esquemáticas⁴. A arquitectura natural do abrigo recorda o ambiente interno de uma câmara dolménica, com superfícies verticais que lembram 'esteios', decorados. A primeira câmara, contígua à entrada, apresenta quase exclusivamente covinhas e concavidades ovaladas enquanto a segunda, separada daquela por um estreitamento bloqueado artificialmente, exhibe motivos antropomórficos que podem ser incluídos na tradição de Arte Esquemática mas também cruciformes e graffiti recentes. São claras as evidências de reavivamento de figuras antigas e da gravação de motivos cruciformes e antropomórficos típicos de acções de cristianização (e.g. Alves, 2003).

⁴ As irregularidades e porosidade das superfícies verticais do abrigo não permitiriam a elaboração de pinturas rupestres.

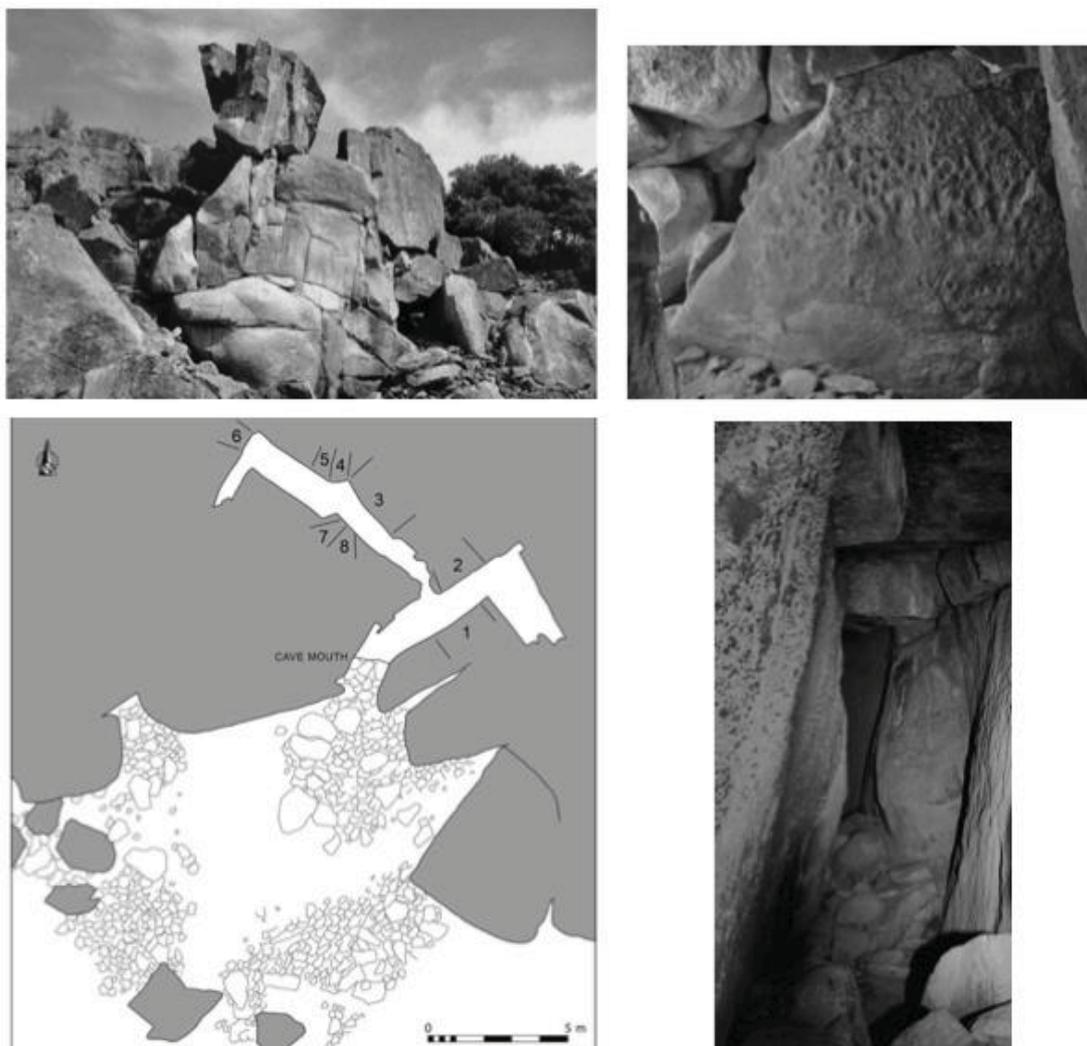


Figura 3. Santuário de El Pedroso (Zamora, España). Aspecto da entrada para a cavidade rochosa que se abre num proeminente batólito granítico (em cima, à esquerda); planta geral do sítio com indicação da localização dos painéis decorados nas duas câmaras internas (em baixo, à esquerda); aspecto geral do painel 2 e da estreita abertura de acesso à câmara interna, à esquerda do painel (em cima, à direita); vista a partir da entrada da câmara interna com o painel 4 em frente e o painel 6 ao fundo (em baixo, à direita) (in Alves, *et al.* 2013).

As sondagens arqueológicas revelaram, no interior do abrigo e plataformas exteriores fronteiras à entrada, momentos de ocupação datáveis dos meados do III e II milénio a.C. Vestígios atribuíveis ao IV milénio a.C., entre os quais uma conta de variscite e escassos fragmentos cerâmicos, foram exumados apenas no seu espaço interno⁵. É possível que este momento de ocupação anteceda a construção da estrutura de bloqueio da passagem entre as câmaras e que seja coevo da construção da plataforma artificial superior fronteira à entrada que se assemelha a um átrio. Sobre esta plataforma e abarcando o muro de sustentação que a delimita, foi construída uma estrutura oval que ofereceu datações de 2650-2450 cal. a.C.

⁵ Foram identificados materiais de superfície que indiciam uma ocupação Neolítica na base da encosta do 'santuário, embora não esteja ainda bem caracterizada.

(Alves, *et al.* 2013). As elevadas percentagens de cerâmica doméstica e artefactos líticos da segunda metade do III milénio a.C. exumadas em toda a área da plataforma junto da entrada e na primeira câmara, indiciam uma actividade relativamente intensa, de índole quotidiana. O terceiro grande momento de ocupação do sítio remete já para o II milénio a.C. com a ocorrência de cerâmica proto-cogotas. Curiosamente, nesta fase surge uma considerável acumulação de fragmentos cerâmicos na câmara mais interior (*ibidem*).

Embora se possa admitir a origem neolítica deste ‘santuário’, com a gravação de motivos de Arte Esquemática num ambiente arquitectónico que parece replicar o dos monumentos funerários, é evidente a prolongada ocupação do sítio, sendo que a ocorrência de uma ponta de Palmela poderá indicar um uso de cariz funerário nos inícios do II milénio a.C.. Ou seja, pela sua singularidade e implantação espacial, o chamado ‘santuário’ de El Pedroso tornou-se uma referência milenar na paisagem e manteve-se como epicentro de actividades de índole diversa ao sabor do tempo.

Tal como para a Arte Atlântica, também no que respeita à Arte Esquemática em abrigos sob rocha, mantém-se muito pertinente a questão formulada por Susana O. Jorge, em 1999: “como se articula esta antiga tradição com os recursos, fronteiras de novos territórios, acessos, conceptualização e vivência da paisagem, cosmografias, emergentes no III - inícios do II milénio a.C.?”. É provável que a adopção de novas realidades e palcos de cenografia simbólica como os lugares criados pela implantação de estelas no Calcolítico e mais tarde as estátuas-menir tenha coexistido com um momento de reutilização de abrigos com arte esquemática. Neste sentido, poder-se-á supor a manutenção de ‘ambientes cosmográficos arcaizantes’ a par da emergência de novos espaços cenográficos? Neste caso, como conviveriam as antigas e novas cosmogonias?

O caso de El Pedroso suscita a ideia de que a aferição de continuidades e discontinuidades culturais exige o seu enquadramento no tempo longo e que a prossecução de uma análise integrada das diversas esferas do simbólico poderá proporcionar leituras alternativas dos processos subjacentes às dinâmicas ideológicas que se instalam paulatinamente ao longo da Idade do Bronze. A estas não serão certamente alheios mecanismos de aceitação/rejeição de influxos supra-regionais que atingem as diversas regiões. De um modo muito genérico, poder-se-ão definir, desde o Neolítico, eixos de penetração de influxos ligados a uma identidade Mediterrânica num corredor sul-norte que segue *grosso modo* a área de expansão da Arte Esquemática e cuja dinâmica se parece manter ao longo de toda a Idade do Bronze. Para ocidente da cordilheira galaico-duriense, até à bacia do Vouga, a aparente preponderância de um ambiente cultural Atlântico parece ser intersectada, a partir de meados do III milénio a.C., pela adopção de elementos que incorporam, em si próprios, um carácter identitário de filiação meridional. Porém, à prática de representação de armas metálicas na arte de ar livre do Noroeste contrapõe-se à sua aparente rejeição do reportório figurativo da Arte Esquemática, sendo que no Nordeste e Beiras figurações desta natureza encontram-se quase exclusivamente sobre peças escultóricas.

AS ESTELAS E ESTÁTUAS-MENIR DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL

Embora se possam considerar as gravuras rupestres em penedos ao ar livre com um cariz tridimensional como próximas da escultura, neste caso, a eleição do suporte e o conteúdo iconográfico condicionam-se mutuamente enquanto na estatuária a concepção gráfica, a morfologia da peça e o seu local de implantação depende, na íntegra, da

intencionalidade humana que rege todos os momentos da sua 'vida activa' desde a modelação à eleição do local de implantação. Este é um dos motivos pelos quais a sua investigação deveria incidir, *a priori*, na articulação estreita entre o espaço eleito para a sua colocação e a componente estilística. Porém, como se sabe, a maioria das estátuas-menir conhecidas em Portugal não foram descobertas *in situ* e sobre as poucas que se encontram fincadas no solo, desconhece-se se se encontram no local original de implantação.

Na verdade, apenas em anos recentes, a componente espacial vem sendo valorizada e se têm enveredado maiores esforços para identificar o local de proveniência de diversas peças recorrendo a informações orais. Por este motivo, a pesquisa assentou durante décadas na análise estilística das peças em si e dos seus componentes decorativos, o que se coadunava com uma agenda de investigação inspirada nos pressupostos metodológicos da História da Arte em que a sequenciação crono-estilística figurava como a normativa central dos estudos de arte rupestre.

Assim, e tendo como base o estudo de peças escultóricas descontextualizadas e cujos elementos decorativos não permitiam um enquadramento cronológico senão genérico, S. O. Jorge começou por distinguir 3 grupos escultóricos com base na sua concepção morfológica (1986). O primeiro incluía os exemplares de Trás-os-Montes Oriental -Moncorvo, Couquinho e Vila Flôr (Cabeço da Mina), estelas antropomórficas de tradição calcolítica mediterrânica com paralelos no sul e centro peninsular. Ao segundo grupo pertenceriam as estátuas-menir que se distinguiam morfológicamente das anteriores pelo talhe antropomórfico do monólito com a definição do volume da cabeça, ombros e cintura e por ostentarem, na sua maioria, o característico signo sub-rectangular gravado numa das faces. A autora inclui neste grupo as peças de Chaves e Faiões, em Trás-os-Montes ocidental, Ermida, no Minho e de São João de Ver (*ibidem*). No que respeita à sua inserção cronológica, sugere uma datação do Bronze Final por considerar que estas peças exibem detalhes anatómicos próprios da representação de personagens masculinas armadas alusivas a chefes locais, preconizando uma proto-estatuária antecessora das estátuas de guerreiro da 'cultura castreja' e hipoteticamente associadas a um contexto de hierarquização social (Jorge, 1986; Jorge e Jorge, 1993). O terceiro grupo é representado apenas pela singular peça da Serra Boulhosa que Jordá Cerdá incluíra nas estelas de tradição calcolítica dada a ostentação de colares gravados sobre o peito. S. O. Jorge valoriza as suas características morfológicas e talhe antropomórfico para sugerir a sua afinidade com o grupo 2, assinalando a possibilidade de se poder integrar numa 'família' predecessora desse mesmo acervo.

Contrária a esta tese, que se manteve o paradigma até há poucos anos encontra-se a proposta cronológica de A. M. Baptista que, no contexto do estudo da Estátua-menir da Ermida, sugeriu o enquadramento das peças de moldura antropomórfica no Calcolítico Final/Bronze Inicial pelos paralelos com os exemplares corsos e pelo 'ar de família' que apresenta, ao nível técnico e estilístico com as manifestações rupestres que integrava, à época, no seu grupo 1 do noroeste (1985).

Analisando com detalhe as características morfológicas das peças localizadas a ocidente do cordão montanhoso galaico-duriense, ou seja, daquelas cuja distribuição coincide com a área de expansão da Arte Atlântica, de um acervo de 8 peças escultóricas que podem ser atribuídas à Pré-história Recente (Correia, 2010) verifica-se que são escassos os exemplares que contêm os três atributos que tipificam o grupo 2 -a presença da insígnia sub-rectangular, forma antropomórfica e armas. Uma delas é a estátua-menir dita de São João de Ver, uma das peças que mais peso que terá tido na definição de uma cronologia do Bronze Final (Jorge e Jorge, 1983) mas que não só suscita uma dupla leitura como parece ter mais do que uma fase de gravação, o que é notório no registo gráfico produzido em 2007 (Almeida, 2007 citado em Correia, 2010). No nosso entender, não se deverá descartar a possibilidade de interpretar a

face onde se insere a insígnia sub-rectangular como o anverso original da peça (Alves e Reis, 2011: p. 196). Afigura-se-nos pertinente uma revisão circunstanciada desta peça para aferir da presença/ausência de sobreposições de motivos e de indícios de uma reutilização no âmbito da qual possa ter sido moldados o capacete, os elementos do rosto do personagem representado e o pendente. É interessante notar no registo gráfico publicado em 2007 a presença de três arcos de círculo concêntricos na base da estátua e no centro desta mesma face, uma figura que se assemelha a uma lâmina de punhal.

A estátua-menir da Boulhosa poder-se-á considerar de transição, com elementos iconográficos que recordam as estelas calcolíticas com colares e cinturão mas que também ostenta um contorno antropomórfico atípico mas que, de certa forma, recorda a morfologia dos 'betilos' do megalitismo do noroeste peninsular e a representação da insígnia sub-rectangular característica das peças do grupo 2. É de salientar que os registos gráficos de E. Anati e P. Bueno e colaboradores diferem visto que no segundo se acrescenta, para além de duas linhas sinuosas que atravessam a zona da cabeça e pescoço, a representação de uma lâmina de punhal no cinturão (Anati, 1968: Bueno, *et al.*, 2010).

A peça da Ermida mantém-se como um achado singular, sendo que à sua atribuição como estátua feminina por A. M. Baptista, na sequência da sua interpretação dos dois círculos concêntricos gravados na zona do peito como representação de seios, P. Bueno e colaboradores (2010) contrapõem com a explicação alternativa da decoração peitoral de cariz geométrico como sendo uma couraça dotando-a, assim, de uma conotação masculina. O monólito de São Bartolomeu do Mar exhibe o contorno antropomórfico mas está isenta dos elementos decorativos que tipificam as estátuas-menir beirãs e transmontanas.

Deve assinalar-se que, apesar da presença de figuras idólicas gravadas em penedos ao ar livre e que são interpretadas como representações de ídolos ou mesmo de estelas (Santos, 2012), no conjunto de representações de armas em peças escultóricas não é possível estabelecer quaisquer paralelos de ordem morfológica, estilística e tipológica com as gravuras de armas que ocorrem no âmbito da Arte Atlântica peninsular e que correspondem aos primórdios da produção metalúrgica no Noroeste (e.g. Comendador, 1997).

Tendo em conta as características dos exemplares da região ocidental, esta parece-nos ser, de acordo com o conhecimento actual e tendo em conta o substancial aumento do número de peças descobertas nos últimos 20 anos, uma área periférica da distribuição quer das estelas calcolíticas, quer das estátuas-menir armadas que se expandem, na sua maioria, sobre um corredor norte-sul (ou sul-norte) em Portugal, coincidindo *grosso modo* com a expansão da arte esquemática e demais elementos de filiação mediterrânica. Sendo ou não resultado de uma diferenciada intensidade de pesquisa no terreno, a zona de Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa apresentam hoje a maior concentração de estátuas-menir do espaço peninsular.

P. Bueno e R. Balbín defendem a existência de um *continuum* temporal no que se refere à sequência diacrónica da escultura da Pré-história Recente peninsular. Neste contexto, propõem uma origem dos finais do III - inícios do II milénio a.C. para as estátuas-menir armadas, privilegiando a sua associação espacial com o que apelidam de "paisagens megalíticas" e a figuração de alabardas e punhais datáveis do Bronze Inicial (e.g. 2010). A associação entre a figuração de uma alabarda de tipo Carrapatas e a insígnia sub-rectangular na estela de Longroiva é mais um dos argumentos a favor desta proposta. Poder-se-á tratar efectivamente de uma peça que assinala a transição entre as estelas Calcólíticas e as estátuas-menir armadas da Idade do Bronze, embora exhiba características distintas do exemplar da Serra Boulhosa. É importante notar que, face à escassez de estátuas-menir no que definem como grupo escultórico do Noroeste peninsular, estes autores consideram as rochas ao ar livre

com gravuras de armas como uma manifestação do mesmo fenómeno apelidando-as de “placas-estelas” (e.g. Bueno, *et al.*, 2010), interpretação esta que nos suscita bastantes reservas.

Em 2001, Raquel Vilaça e colaboradores publicaram a estátua-menir de Ataúdes, localizada em pleno planalto, três quilómetros a oeste de Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda). A representação subnaturalista da espada embainhada apresenta detalhes como empunhadura bem visível e de grandes dimensões, terminando “em botão” e tendo dois (ou talvez quatro) rebites que a unem à lâmina larga e a bainha da arma termina numa conteira de configuração elipsoidal com travessão central. A sua tipologia autoriza uma atribuição cronológica da peça a um momento avançado do Bronze Antigo/transição para o Bronze Médio ou seja, de finais do 1º/inícios do 2º quartel do II milénio a.C. (Vilaça, *et al.* 2001). Se, de uma forma genérica, se aceita a distinção do acervo nos dois maiores grupos propostos por S. O. Jorge em 1986, sendo certa a sugestão de que algumas peças como Longroiva e Boulhosa se poderão integrar numa fase de transição entre ambos, existem hoje um conjunto de argumentos que permitem equacionar o recuo da cronologia do grupo 2 para finais do 1º quartel/meados do II milénio a.C.. Verifica-se, todavia, a sistematização crono-tipológica da estatuária da Idade do Bronze em Portugal tem vindo a ser elaborada essencialmente com base na conjugação de critérios estilísticos, de distribuição geográfica e dos paralelos possíveis entre as armas representadas e os seus correlatos metálicos.

Na realidade, ao considerar-se a escultura como uma ‘arte do espaço’ adensam-se os problemas levantados pelo paradoxo de se afigurar fundamental analisar a localização espacial destas peças, a sua implantação topográfica e associação com vestígios/sítios arqueológicos, verificando-se porém a impossibilidade de o fazer por terem sido descobertas, na sua maioria, fora do seu contexto original. Perante esta evidência, tem-se privilegiado a análise de uma área geográfica ampla, salientando-se a relação de proximidade de fontes de minério (e.g. Comendador, *et al.*, 2011; Vilaça, *et al.* 2001) e a associação com paisagens megalíticas (Bueno, *et al.* 2010).

Contudo, do acervo conhecido apenas uma peça se verificou encontrar-se *in situ* através de métodos arqueológicos: a estátua-menir conhecida localmente como Cruz de Cepos (Cervos, Montalegre). Trata-se de um monólito que se encontra fincado no solo e que serve, desde tempos imemoriais, de marco divisório entre os termos de duas aldeias. Localiza-se numa zona planáltica que se estende nas faldas ocidentais da Serra do Leiranco, próximo do cruzamento entre duas vias naturais de trânsito que atravessam a região central do Norte de Portugal: uma que segue no sentido norte-sul através da depressão Chaves-Verin e outra, no sentido oeste-este, entre o vale do Cávado e a veiga de Chaves, eixo este materializado, em época romana, pela via XVII do itinerário de Antonino que ligava Braga a Astorga e que atravessa o planalto do Leiranco. Esta é uma zona mal conhecida sob o ponto de vista arqueológico, o que condiciona sobremaneira qualquer tentativa de contextualização desta peça. Para além dos possíveis sítios de habitat, sobre quais se sabe muito pouco, é de salientar, a presença, no planalto de dois monumentos megalíticos no sítio de Tojais. Mais próximo da Cruz de Cepos, no Alto do Facho, recolheu-se à superfície alguma cerâmica de fabrico manual e um fragmento de dormente de mó de vaivém. É ainda importante relevar que esta é uma zona rica em recursos auríferos e onde também se situa uma das principais fontes de extracção de estanho do Norte de Portugal (e.g. Alves e Reis, 2011).

A Cruz de Cepos ergue-se numa zona plana, bem irrigada, no eixo central do plateau, sobre lameiros hoje ocupados por campos de cultivo. A área é abrigada pelas cumeadas superiores da Serra, a nascente, mas detém amplo domínio visual para poente, sobre os contrafortes do Barroso. A estátua-menir apresenta a face principal voltada precisamente para esta zona mais aberta e ‘de costas’ voltadas para o Alto da Serra. O monólito mede cerca de

1,60m de altura acima do solo e foi integralmente afeiçoado de forma a dotá-lo de um contorno antropomórfico (Figura 4).



Figura 4. Cruz de Cepos – três perspectivas: vista de oeste sobre o centro do planalto, com a linha de cumeeada da Serra do Leiranco em pano de fundo (em cima); implantação da estátua-menir no terreno (em baixo, à esquerda); aspecto da face lateral esquerda que ostenta a representação de uma espada e do reverso da peça (em baixo, à direita) (in Alves e Reis, 2011).

Uma das questões que se colocou aquando do seu estudo monográfico prendia-se com a possibilidade desta estátua-menir se encontrar ainda na sua posição original ou se, em época desconhecida, teria sido transladada e colocada na sua actual localização, o que se procurou aferir através da abertura de uma sondagem arqueológica (Alves e Reis, 2011). A prospecção prévia na área imediatamente envolvente permitiu identificar materiais cerâmicos e um fragmento de bronze informe. Em frente da estátua, jazia um dormente de mó manual que embora descontextualizado, não terá sido trazido de longe.

A escavação permitiu verificar que a peça se encontra intacta e aparentemente *in situ*. Está enterrada cerca de 1m abaixo do nível do solo actual que equivale a quase 1/3 da sua altura acima do solo. Portanto a peça apresenta, no seu todo, 2,60m de comprimento. A parte enterrada mantém um talhe regular e vai afunilando até à base. No estrato que corresponde ao interior da vala de implantação da estátua, surgiu exclusivamente material pré-histórico que lamentavelmente não permite um diagnóstico rigoroso visto que a cerâmica surge muito fragmentada e o material lítico se cinge a restos de actividade de talhe. Porém, estes vestígios não parecem relacionar-se nem com deposições intencionais no interior da vala de implantação, nem com vestígios de actividades directamente associadas à presença da

estátua, sendo mais provável que resultem do revolvimento de estratos arqueológicos pré-existentes aquando da abertura da vala, indiciando, assim, a presença de uma ocupação humana na área envolvente, num período da Pré-história Recente que, de momento, não é possível determinar com rigor (*ibidem*)⁶.

A diversidade reconhecida nas soluções escultóricas parece indiciar alguma liberdade por parte das comunidades locais para seleccionarem, no momento da criação destas peças, determinados componentes morfológicos dentro de um modelo geral. Ou seja, é evidente a utilização de 'protótipos' figurativos e de alguma regularidade na posição em que são colocados os elementos gráficos mas a concepção final das peças parece ter sido largamente deixada à mercê da criatividade dos seus escultores.

Contudo, também é evidente que estas manifestações prefiguram uma adesão das comunidades locais a formas de expressão simbólica que criam laços de identidade cultural e/ou cultural de amplitude supra-regional, identidade essa materializada na personificação, em pedra, de uma figura tutelar, herói deificado ou de uma entidade mítica que assume características humanas. Pela sua presença, física, em locais visíveis e acessíveis na paisagem, que são, no fundo, espaços de uso quotidiano, constituíram verdadeiros memoriais, alguns dos quais prevalecem até aos nossos dias. Aliás, diversos autores sugerem que esta poderia ter sido também uma das funcionalidades das estelas de guerreiro que têm maior expressão no sudoeste peninsular (e.g. Gomes, 2010).

AS ESTELAS DE GUERREIRO

A sul do Tejo não existe uma tradição de arte rupestre de ar livre de ampla expansão geográfica comparável com a Arte Atlântica e a Arte Esquemática que, de acordo com os conhecimentos actuais se circunscreve à região de Portalegre, nos abrigos pintados da região de Arronches (e.g. Gomes, 1989) e aos dois abrigos pintados do vale do Guadiana, no Abrigo do Bufo e Abrigo do Carneiro (Moura, Beja) (Baptista e Santos 2013: p. 307-310). O Sul é o território das grandes concentrações de arte rupestre ao ar livre gravada ao longo das margens dos grandes rios, Tejo e Guadiana, e seus afluentes. A arte megalítica está praticamente confinada às estelas e menires decorados do Neo-Calcolítico que se distribuem preferencialmente pela zona oriental do Alentejo e Algarve apresentando paralelos pontuais com a imagética abstracta da 'arte dos rios' que, como se sabe, resulta de uma acumulação de gravuras rupestres, prolongada no tempo, com um ciclo maior no Neolítico e Calcolítico mas com apontamentos de Arte Paleolítica, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, para além dos registos de época histórica.

Na região ocidental do Alentejo e Algarve, no que respeita à arte rupestre da Pré-história, são conhecidas rochas com covinhas e um abrigo rochoso decorado com gravuras filiformes onde se destacam duas singelas figuras antropomórficas datáveis de um período indeterminado da Pré-história Recente (Vilhena e Alves, 2008). A confirmar-se este cenário, as chamadas 'estelas alentejanas' parecem surgir quase de forma espontânea, dada a ausência

⁶ Este projecto foi realizado pela signatária de parceria com Mário Reis sem qualquer apoio financeiro institucional, revestindo-se a investigação de um carácter de salvaguarda das peças escultóricas de Cruz de Cepos e Tojais. Por este motivo e perante a possibilidade de perder um leque importante de informações por não existir a possibilidade de proceder a análises laboratoriais, designadamente a datação radiocarbónicas por AMS de carvões, a acção de escavação limitou-se à abertura de uma sondagem de pequenas dimensões.

de tradições artísticas anteriores. Curiosamente, neste mesmo território assinala-se, na Idade do Ferro, um fenómeno similar com o aparecimento das estelas com a chamada escrita do sudoeste. Pelo contrário, as ‘estelas de guerreiro’, designação preferida actualmente em detrimento de ‘estelas estremenhas’ dada a sua mais ampla expansão pelo ocidente peninsular, estende-se para oeste, nas regiões alentejanas e algarvias, até à zona de Lagos e Bensafrim (e.g. Gomes e Monteiro, 1977; Celestino e Salgado, 2011). De uma forma genérica pode dizer-se que é a arte escultórica que prevalece no sul de Portugal durante a Pré-história recente⁷.

A cronologia genericamente aceite para os dois grandes grupos escultóricos do sul de Portugal apontava para que seriam, em grande medida, coincidentes no tempo e datáveis da Idade do Bronze Final (Gomes e Monteiro, 1977; Jorge, 1990: p. 232-235). Porém, uma revisão da cronologia de ambas as manifestações por M. Varela Gomes contempla o balizamento entre 1600/1300 a.C. com eventual perduração até 1200/1100 a.C. para o seu tipo I ou seja, as estelas alentejanas (1995) e de 1300/1200 a.C.– 800 a.C., para o tipo II ou estelas de guerreiro (e.g. 2010: p. 348). Recentemente também M. Díaz-Guardamino sugeriu que, em alguns exemplares, as armas figuradas nestas últimas poderão remeter para uma fase anterior, do Bronze Médio/Bronze Tardio, ou seja, c. de 1400 a.C. (2010: p. 346-361; 2011: p. 69). Por seu lado, S. Celestino mantém a proposta de uma cronologia tardia das estelas de guerreiro, circunscrita ao Bronze Final e balizada entre o século X a.C., mantendo a sua estrutura básica até ao século VIII a.C., fazendo coincidir o seu desaparecimento, nos séculos VII-VI a.C., com a emergência das estelas com escrita do sudoeste (e.g. Celestino, 2001; Celestino e Salgado, 2011).

Desta forma, se se atender às propostas que recuam a emergência das estelas de guerreiro a 1400/1300 a.C. e à cronologia mais antiga das estátuas-menir antropomórficas, não só se terá que rever toda a cronologia tradicional como as relações temporais entre os grandes ciclos escultóricos. Tendo como base este cenário, as estelas antropomórficas do Calcolítico poderiam ter sido parcialmente contemporâneas das estátuas-menir antropomórficas nos inícios do II milénio a.C.. Perdurando estas últimas até meados (ou finais?) do milénio, então poderiam ainda ter coexistido com as primeiras estelas de guerreiro e seriam seguramente coevas das estelas alentejanas. Não deixam de ser interessantes as implicações deste hipotético cenário, particularmente nos casos em que distintas manifestações escultóricas confluem tão intimamente no espaço como é o caso da estátua-menir da Cruz de Cepos e a estela de Tojais, no planalto da Serra do Leiranco. Independentemente destes balizamentos há que atender ao facto destes serem monumentos bem visíveis na paisagem e constituírem espaços de memória, alguns dos quais terão permanecido ao longo de vários séculos.

Não só a datação das estelas de guerreiro mas também a sua distribuição geográfica tem vindo a ser revista ao sabor das novas descobertas. A sua área de maior concentração abrange a zona interior do sudoeste peninsular, expandindo-se pelo noroeste da província espanhola da Extremadura, da Beira Alta e Beira Baixa, com prolongamentos pontuais para o extremo sudoeste. Recentemente confirmou-se que também se estende para o extremo norte de Portugal e sudoeste da Galiza. Segue, deste modo, o eixo norte-sul de distribuição das estátuas-menir no território português sobre o corredor de circulação das materialidades e

⁷ No nosso entender, a investigação sobre a escultura pré-histórica no sul de Portugal beneficiaria um aprofundamento de estudos que, por um lado, abordassem a sua evolução no tempo longo, atendendo não só a questões morfo-tipológicas das peças e elementos decorativos, mas também à sua implantação na paisagem em articulação com a sua relação espacial com outros sítios arqueológicos e, por outro lado, atendessem às relações estilísticas e conceptuais com peças que se podem considerar de arte móvel, abundantes nesta região, como as placas decoradas, estatuetas, ídolos e artefactos decorados.

conceitos simbólico-ideológicos de filiação mediterrânica desde o Neolítico, patente com a expansão da Arte Esquemática.

Um aspecto realçado por Celestino e Salgado é o de que, até ao momento são apenas conhecidas entre os vales do Tejo e do Douro e a ocidente da Serra de Gata, estelas isentas motivos antropomórficos, ou seja, da figura de guerreiro, segundo os autores (2011). Estas pertencem ao seu grupo das 'estelas básicas' ou tipo I nas quais estão representados escudo, lança e espada e eventualmente um elemento gráfico de origem mediterrânica: espelho, pente, fíbula e/ou carro. Sendo que os autores consideram que a cronologia dos escudos representados, de filiação Atlântica, não poderão ser anteriores ao século VIII a.C., sugere-se esta data como o *terminus ante quem* para o conjunto mais setentrional (*ibidem*). Porém, M. Varela Gomes propõe uma cronologia para as estelas do seu tipo II, ou estelas de guerreiro, balizada entre 1300/1200 e 800 a.C., apresentando como referência para uma cronologia antiga a datação radiocarbónica de um escudo com chanfradura em V de Kilmahamogue, na Irlanda, de 1950-1540 cal A.C. (e.g. 2010: p. 348).

A relação entre as estelas de guerreiro e outras expressões artísticas coevas pode ser estabelecida através do reconhecimento de elementos iconográficos típicos daquelas em rochas ao ar livre. Na mais recente sistematização da arte do vale do Tejo, M. Varela Gomes assinala a presença de diversas rochas gravadas com motivos de armas e outros paralelizáveis com os que ocorrem nas estelas de guerreiro e compõem uma fase, embora discreta, que percorre a Idade do Bronze (2010) (Figura 5).

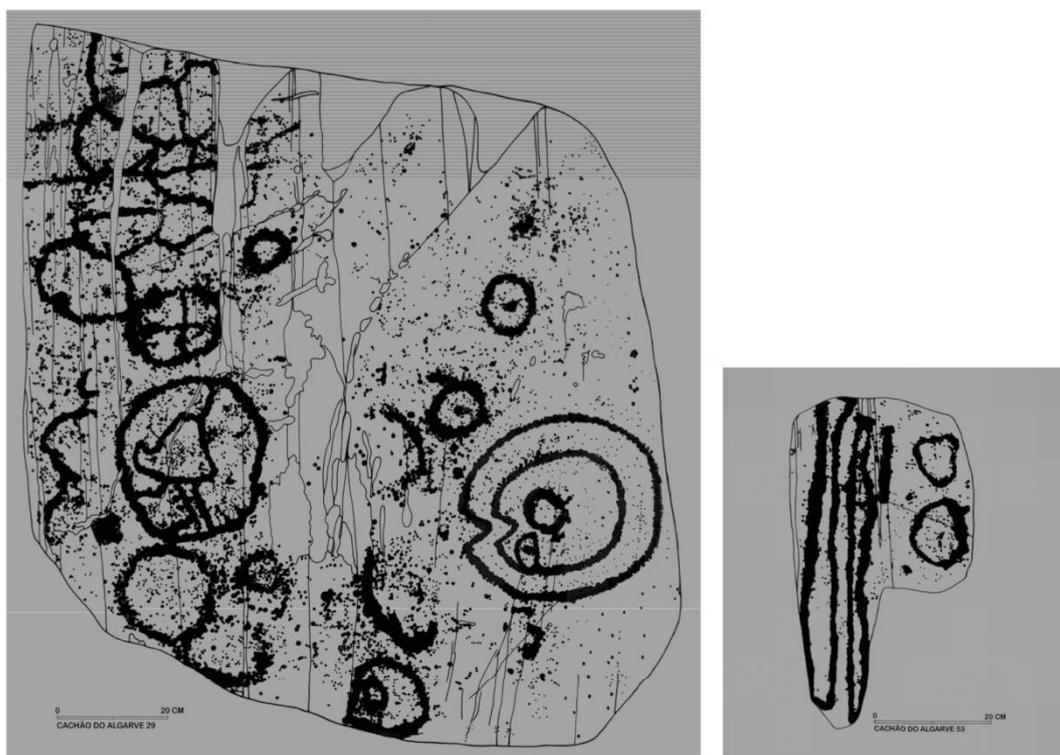


Figura 5. Registo gráfico das rochas 29 e 53 do Cachão do Algarve (in Gomes, 2010).

Atribuíveis ao Calcolítico-Bronze Inicial surgem, na estação de Fratel e em rochas distintas, a gravura de um punhal curto de lâmina triangular e uma alabarda. Em Gardete, a rocha 27 exibe dois punhais. As alabardas, com modelos que poderão datar dos meados do II milénio a.C. estão presentes também nas rochas 265A de São Simão e rocha 68C do Cachão do Algarve. Ao Bronze Médio é atribuída a gravura de espada curta da rocha do Ficalho, similares, de acordo com o autor, com representações presentes nalgumas 'estelas alentejanas' enquadráveis neste mesmo período (*ibidem*). O Cachão do Algarve congrega as figurações de armas metálicas do Bronze Final. A rocha 53 exibe duas espadas dispostas lado a lado, uma das quais interpretada como um modelo pistiliforme que surge também representado nas estelas de guerreiro. M. Varela Gomes estabelece uma analogia entre esta composição gravada junto ao leito do rio e o conteúdo dos depósitos votivos de Évora e Safara onde ocorrem dois pares de espadas (Gomes, 2010: p. 341, 452). A rocha 29 apresenta um conjunto de gravuras que integra uma representação de escudo com chanfradura em V (*ibidem*).

Verifica-se então que as tipologias figuradas com mais frequência nas estelas de guerreiro aparecem separadas na estação de Fratel, ou seja, ocupam duas superfícies distintas. Pelo contrário, na rocha 21 do Arroyo de Tamujoso (Campanario, Badajoz) surge uma combinação de diferentes elementos gráficos que tipificam a decoração das citadas peças: dois escudos com chanfradura em V, lança, dois punhais, espelho e espada (Dominguéz e Aldecoa, 2007: p. 384). Mas, mais interessante nesta estação é a representação gráfica de uma 'estela de guerreiro' na rocha 8, uma superfície de xisto horizontal, situada sobre a ribeira. A composição formada por uma figura antropomórfica ostentando o que pode ser interpretado como uma espada na zona da cintura, um escudo sem chanfradura em V, lança e espelho, ocupa um painel individualizado por um ressalto natural da superfície que lhe define um contorno subtriangular (Dominguéz e Aldecoa, 2007: p. 349-354) (Figura 6).

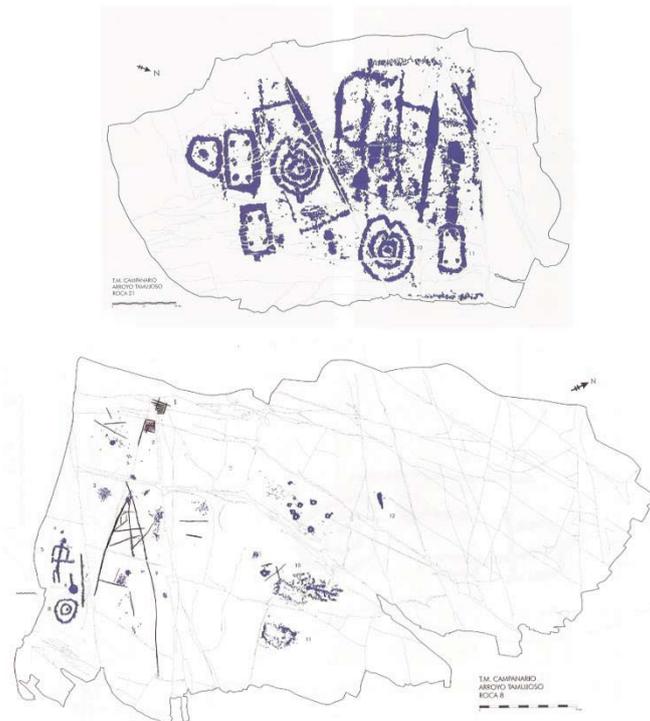


Figura 6. Registo gráfico das rochas 21 e 8 de Campanário, Arroyo Tamujoso (in Dominguéz e Aldecoa, 2007).

Pese embora estes exemplos e a sua inegável relação com o mundo das estelas de guerreiro, não nos parece que os vestígios de arte rupestre datáveis do Bronze Final tenham uma dimensão suficiente que permitam o reconhecimento de uma verdadeira tradição artística vocacionada para as formações rochosas naturais paralelizável com a Arte Atlântica ou Arte Esquemática. De facto, ao perscrutarmos as áreas de maior concentração de arte rupestre que integram manifestações pertencentes aos grandes ciclos artísticos da Pré-história e Proto-história verificamos que existe um enorme vazio no que se refere a elementos iconográficos que remetam para a Idade do Bronze⁸. Na arte do Guadiana, à excepção de uma dúbia representação de carro numa superfície no Moinho de Manzániz (Collado, 2006), não se identificaram quaisquer outros vestígios ao longo de ambas as margens (Baptista e Santos, 2013). Por seu lado, nas mais de mil rochas gravadas identificadas no vale do Côa, onde se conhecem gravuras e pinturas esquemáticas e um importante ciclo atribuível à Idade do Ferro, são ainda inexistentes figurações que remetam para o período cronológico em apreço (e.g. Reis, 2012; 2013), pese embora a proximidade geográfica da localização da estela de Longroiva, descoberta numa várzea a poucos quilómetros do vale (*ibidem*) e da estátua-menir de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo). Deste modo, parece assinalar-se uma clara ruptura na criação de gravuras rupestres quer na arte do Côa, quer da arte do Guadiana, entre o final do Calcolítico e a Idade do Ferro.

Retomando a problemática da relação espacial e temporal entre as duas manifestações escultóricas com mais ampla expansão no ocidente peninsular datáveis da Idade do Bronze, note-se que quer a arte do Côa, quer a arte do Tejo se encontram próximo do corredor de expansão das estátuas-menir antropomórficas e das 'estelas de guerreiro', manifestações que há cerca de 30 anos se propunha serem coevas e integráveis no Bronze Final ocupando áreas geográficas distintas, a primeira com distribuição preferencial no centro e quadrante noroeste da Península e a segunda circunscrita ao quadrante sudoeste. Numerosos achados em anos recentes vieram alterar sobremaneira este cenário.

Assinalaram-se novas descobertas nas Beiras, como a estela de guerreiro de Zebros (Idanha-a-Nova) (Henriques, *et al.*, 2012), a da Pedra da Atalaia 1 (Celorico da Beira) (Vilaça, *et al.*, 2011a), a estela 2 do Baraçal (Santos, *et al.*, 2011) e estela da Aldeia Velha (Vilaça, *et al.*, 2011b), ambas no Sabugal. Em Outubro de 2008, foi apresentada ao Congresso Transfronteiriço de Arqueologia uma estela de guerreiro identificada em Cervos (Montalegre) no extremo norte de Portugal, uma peça em granito, fracturada, onde figura um escudo com escutadura em V, uma espada, lança e quadripedo (Alves e Reis, 2009; 2011). Poucos meses mais tarde, surge notícia da identificação de uma outra peça na região de Salamanca, a estela de El Rebollar, Robleda (Martín, 2009). Nos inícios de 2011 foi anunciado o achado de uma peça escultórica onde figuram escudo, espada com correias, carro e possível lança em Castrelo del Val (Ourense) conhecida como Pedra Alta (Reboreda e Nieto, 2012).

Todas estas peças vieram adensar o número de ocorrências e alargar o corredor de penetração desta realidade para regiões setentrionais, instalando-se na área de maior concentração de estátuas-menir armadas em território português. Ilustrativa desta convergência espacial é, de facto, a estela de Tojais que se situa a apenas dois quilómetros da acima referida estátua-menir de Cruz de Cepos, no rebordo do planalto onde a segunda ocupa uma posição central. Porém, de notável interesse neste domínio é o facto do exemplar da

⁸ É importante ressaltar que a esta afirmação estão inerentes as reservas que temos quanto à definição da fase dos círculos e espirais atribuída à Idade do Bronze na arte do vale do Tejo (e.g. Gomes, 2010) e da aceitação da cronologia proposta por A. M. Baptista da incorporação destes motivos em períodos mais recuados, ou seja, no IV-III milénio a.C. (1981; Baptista e Santos, 2013).

Pedra Alta se tratar de um monólito cujo talhe lhe confere uma silhueta antropomórfica similar à das estátuas-menir embora sem cabeça esboçada (Figura 7). Aliás, esta peça foi inicialmente identificada como uma estela (Reboreda e Nieto, 2012) mas A. de la Peña opta pela designação de estátua-menir (2012). De facto, são claros os indícios de que houve um reaproveitamento mas infelizmente esta questão não foi ainda discutida com detalhe, embora se pudesse revestir de particular interesse para a problemática da relação temporal entre ambos os tipos escultóricos porque, na realidade, não é evidente, a partir dos registos gráficos e fotográficos compreender se o talhe antropomórfico antecede a aposição das gravuras. Embora estas, à primeira vista, se pareçam integrar perfeitamente no espaço operativo da superfície truncada lateralmente, um possível conjunto de círculos concêntricos junto do rebordo do lado esquerdo da peça aparenta ter sido truncado, ou em alternativa, seria originalmente apenas um motivo composto por arcos de círculo. Como um dado adicional, esta peça foi descoberta numa zona aberta e aplanada e, tal como a Cruz de Cegos, servia de marco de divisão administrativa desde tempos imemoriais (Reboreda e Nieto, 2012).



Figura 7. Peça escultórica da Pedra Alta, descoberta em Castrelo del Val (Orense, Espanha) (in Peña Santos, 2012).

Relativamente à contextualização destas peças escultóricas, mantém-se o debate acerca da sua associação ao mundo funerário. A funcionalidade das ‘estelas alentejanas’ que ostentam exclusivamente armas, como tampas de sepultura (e.g. Gomes e Monteiro, 1977; Jorge, 1991: p. 232) foi revista após a descoberta da peça identificada na necrópole de Alfarrobeira (Silves) que apresenta a extremidade proximal afeiçãoada, indiciando, de acordo com M. Varela Gomes, que se destinaria a ser fincada no solo junto a sepulturas tipo cista (1995: 135). No que concerne às estelas de guerreiro, como bem afirmam S. Celestino e J. A. Salgado, o facto da esmagadora maioria dos exemplares ter sido descoberta fora do seu contexto arqueológico, favoreceu o desenvolvimento de estudos baseados numa sistematização de cariz crono-tipológico que, como tal, é difícil de contrapor ou demonstrar (2011: p. 419). Na década de 90 do século XX, decerto relacionando-se com a emergência dos pressupostos teórico-metodológicos da Arqueologia da Paisagem, um conjunto de investigadores debruçaram-se sobre a análise dos locais de implantação das estelas na paisagem a uma escala ampla, procurando aí o significado simbólico da erecção destes monumentos (e.g. Galán, 1993; Ruíz-Gálvez, 1995). A ideia de que estas peças se associam preferencialmente a zonas naturais de passagem no território estabeleceu-se a partir destes estudos.

Contudo, em território português, a descoberta de uma estela de guerreiro na necrópole de cistas da Herdade do Pomar - a estela de Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977) mantém-se como um achado largamente singular. Por seu lado, a estela de Tojais conjuga uma implantação sobre um eixo de passagem natural na paisagem com uma associação a um espaço sepulcral embora desta feita se trate de um monumento megalítico (Alves e Reis, 2011). Foi identificada cerca de dois quilómetros a norte da estátua-menir da Cruz de Cepos, junto do rebordo setentrional do planalto, a menos de uma centena de metros de distância de um ponto importante e visualmente impressionante da via romana acima referida, onde ela abandona o planalto e inicia a abrupta descida pela encosta sobre o vale do Terva. A cerca de meia centena de metros para Sul do muro onde se encontrava a estela situa-se a anta de Tojais (Figura 8). As informações contidas na notícia de descoberta deste monumento, datadas de 1920, e aquelas fornecidas pelo actual proprietário do terreno, permitem sugerir que, com grande probabilidade, a estela jazia sobre a mamoa antes de ter sido utilizada na construção do muro (*ibidem*). Todavia, algumas questões permanecerão em aberto. A estela foi concebida *ex novo* ou teria o escultor reaproveitado um esteio da câmara megalítica como suporte? Terá sido colocada junto ou sobre o monumento? Mesmo não sendo certo se a criação da estela resultou do reaproveitamento de um esteio do dólmen, afigura-se simbolicamente significativa a relação entre um monumento conotado com uma ancestralidade autóctone e uma expressão artística conceptualmente alógena. A estela de Tojais é mais um exemplar que atesta a intersecção de influências forâneas sobre o fundo local próximo do limite setentrional de penetração de influxos mediterrâneos que seguem o corredor sul-norte pelo interior português.

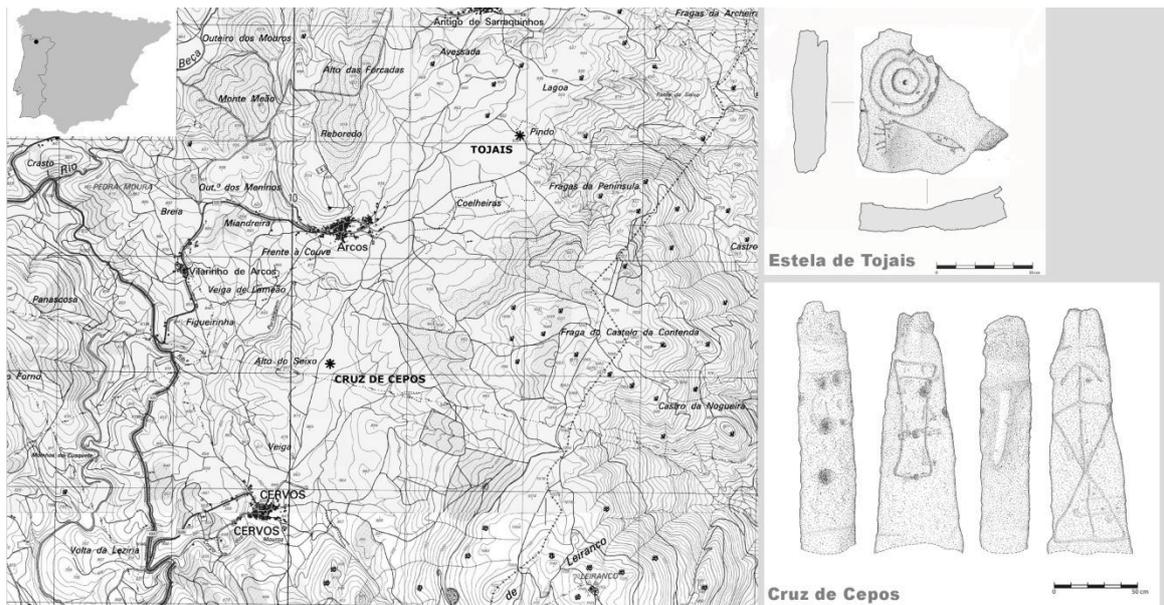


Figura 8. Localização da estátua-menir da Cruz de Cepos e da estela de Tojais em extracto da Carta Militar de Portugal, folhas 33 e 46 e registo gráfico das gravuras que ostentam ambas as peças (in Alves e Reis, 2011).

No período de vigência da estrutura simbólica subjacente à criação das estelas de guerreiro, o contacto com esta realidade pelas comunidades locais peninsulares manifestou-se também de formas menos convencionais. Exemplo disto é a imagem de uma estela de guerreiro pintada num abrigo rochoso em Valonsadero (Soria) que traduz uma interpretação local desse fenómeno (Gómez-Barrera, 1991). Esta figura que ocupa uma posição destacada das demais de feição esquemática, exhibe um escudo em posição central, zoomórfico e um possível pente, motivos representados num estilo distinto daquele que tipifica a arte das estelas (*ibidem*). Esta figura a par da rocha 8 do Arroyo Tamujoso acima descrita, também esta pode ser considerada um dos raros exemplos de uma estela de guerreiro representada em formações rochosas naturais (Figura 9).

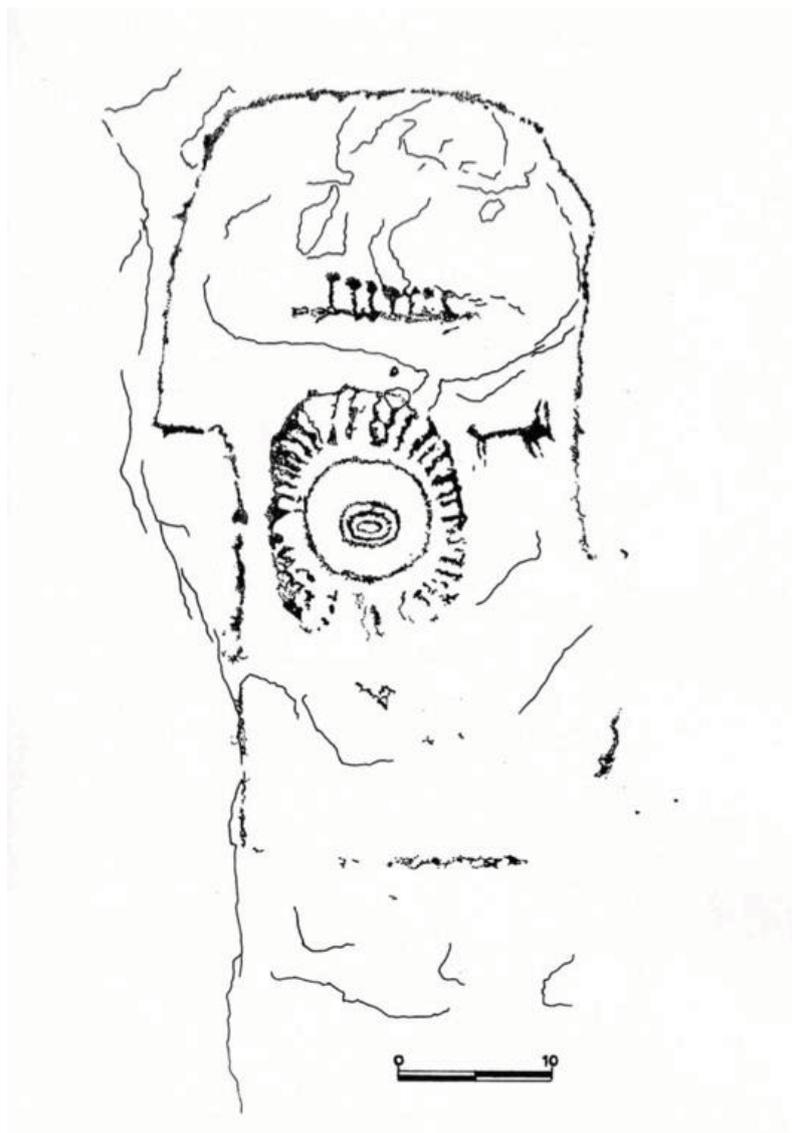


Figura 9. Pintura rupestre de Valonsadero (Soria) interpretada como sendo uma representação de estela de guerreiro (Gomez Barrera, 1991).

PALAVRAS FINAIS

O contributo da investigação sobre as manifestações artísticas da Pré-história Recente para abordar a difícil questão “houve uma revolução simbólica na Idade do Bronze?” pressupõe analisar, em estreita articulação, uma diversidade de factores que se encontram na intersecção dos domínios da visibilidade e invisibilidade arqueológica. Procurámos traçar o devir das grandes tradições de arte rupestre - a Arte Atlântica e a Arte Esquemática - atendendo à sua dilatada expansão geográfica e ao tempo longo de vigência. Se, de acordo com as propostas de alguns autores, estas poderão ser coevas no IV milénio a.C., tentámos também compreender como é que os ciclos escultóricos das estelas e estátuas-menir se implantam no espaço geográfico ocupado por aquelas tradições, ao longo dos três milénios subsequentes.

No tempo longo, um dos aspectos que indicia a presença de uma alteração substancial no domínio do simbólico prende-se com a ideia de que os signos do poder se transferem dos túmulos para os depósitos metálicos (Jorge, 1991: p. 272). Este processo pode ser identificado desde os alvares da Idade do Bronze mas a transferência não se cinge apenas aos túmulos mas parece estender-se também à arte em formações rochosas naturais. Ou seja, paulatinamente, ao longo deste período altera-se a natureza dos suportes tradicionais da arte rupestre em afloramentos rochosos, quebrando-se a quase exclusividade do vínculo umbilical à ‘pele’ da terra e às arquiteturas naturais, com a progressiva ascensão da escultura e de um novo paradigma que, de algum modo, se prende com o conceito de transformação da matéria. Esta mudança pressupõe também a ruptura com um aspecto que caracteriza quer a gravura ao ar livre na Arte Atlântica, quer a pintura no contexto da Arte Esquemática, que é a interação das composições gráficas e motivos modelados pelo homem com os acidentes naturais do suporte, uma espécie de diálogo íntimo com a matéria (e.g. Alves, 2002; 2009). Esta perspectiva pressupõe que a “leitura” de um sítio deverá ter em consideração essa simbiose entre os componentes da sua arquitetura natural, das representações gráficas e da paisagem onde se inserem.

As estelas e estátuas-menir da Idade do Bronze, como peças escultóricas que são, têm origem numa manipulação intencional da matéria, a pedra. Os monólitos dão extraídos, talhados, as suas superfícies apaineladas, regularizadas e desprovidas da sua forma original, rompendo-se, de certa forma, o simbolismo que emana do enraizamento do suporte no mundo natural. São erigidos em locais selecionados e, dessa forma, ‘criam’ novos espaços cenográficos. Outro factor distintivo é, sem dúvida, o progressivo apogeu de uma cenografia assente na imagem, real ou idealizada, do indivíduo comum às estelas antropomórficas, estátuas-menir e mesmo as estelas de guerreiro, que acompanham a maior visibilidade dos enterramentos individuais.

Este cenário sugere uma paulatina quebra de visibilidade da arte rupestre em afloramentos naturais nos meados do II milénio a.C. que se estende às arquiteturas e paisagens tradicionais da arte, ou seja, as margens dos grandes rios peninsulares, os abrigos rochosos no alto das serras ou vales fluviais, as paisagens graníticas do Noroeste. Mas tal como sucede com os antigos monumentos dolménicos, alguns abrigos rochosos com Arte Esquemática que constituem referências simbólicas na paisagem se tenham mantido em uso, convivendo com os novos espaços cenográficos criados pela presença de estelas antropomórficas no Calcolítico e, mais tarde, pelas estátuas-menir.

Porém, até há pouco mais de uma década, o paradigma epistemológico vigente definia rupturas profundas no devir da arte pré-histórica no início da Idade do Bronze assente na convicção da emergência de um ciclo da arte do Noroeste, ou Arte Atlântica, coincidente com o advento da metalurgia, especialmente da metalurgia do bronze. Porém, se se aceitar a cronologia sugerida pelas recentes propostas interpretativas, a representação de armas metálicas deve considerar-se um evento episódico na longa história de vida da Arte Atlântica do noroeste peninsular.

Entre finais do III - início do II milénio a.C., o ‘culto das armas’ que emerge da primeira metalurgia associa-se estreitamente ao simbolismo da Arte Atlântica no noroeste peninsular. Aqui, as gravuras de armas integram-se na linguagem simbólica e cénica numa óptica de continuidade. Uma das hipóteses que temos vindo a explorar é a da eventualidade de que a integração da representação de armas metálicas e idoliformes no reportório da arte Atlântica se possa, pelo menos parcialmente, explicar por uma proximidade entre os universos do simbólico em que a arte e aqueles objectos eram manipulados material e conceptualmente pelas comunidades que os produziam. Os artefactos metálicos, que terão tido inicialmente conotações iminentemente simbólicas são fixados nas rochas como imagens, numa espécie de

retorno simbólico de objectos cuja matéria-prima resultou da transformação da própria pedra (Alves e Comendador, 2009). A relação entre rochas e metais na Idade do Bronze manifesta-se também na prática de deposição de armas e objectos metálicos em afloramentos rochosos (*ibidem*). Por seu lado, a simbiose entre esta prática e a arte rupestre é também sugerida pela acima referida deposição de machados planos de cobre em fendas de rochas gravadas com motivos de Arte Atlântica ou pelo acto intencional de gravação de uma alabarda junto a uma fractura profunda num penedo no Monte Faro (Valença), exemplo este que resulta de uma descoberta recente e até agora inédita (Figura 10).

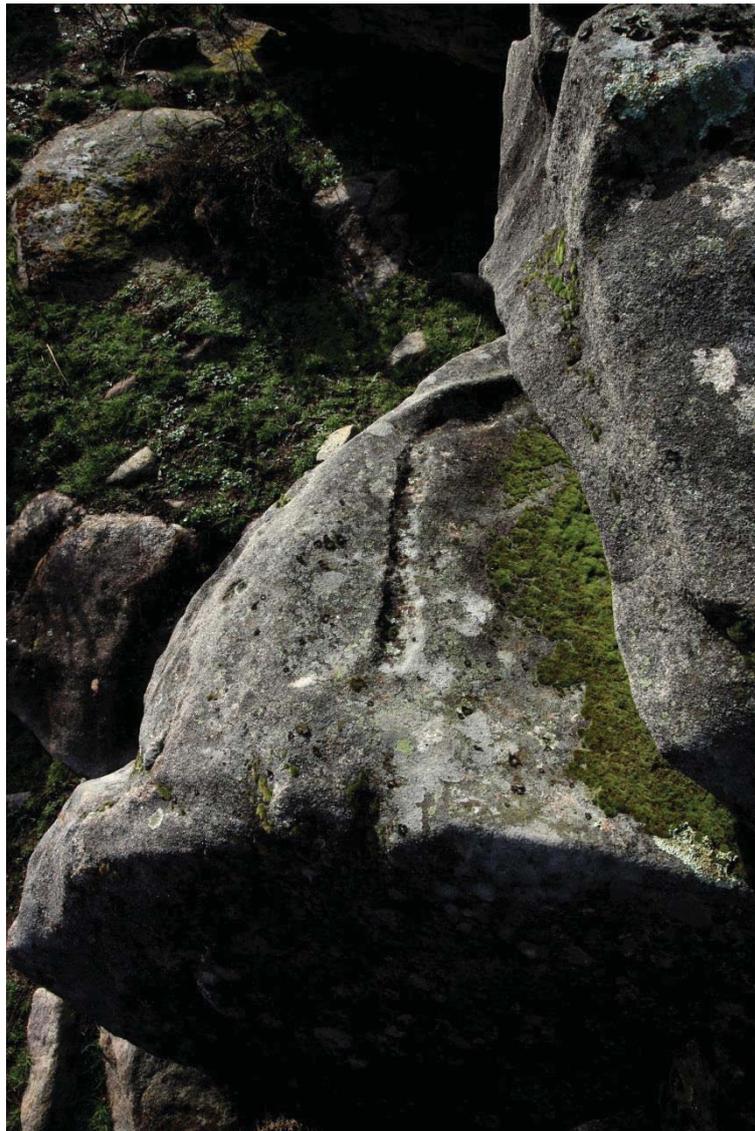


Figura 10. Gravura de uma arma encabada, possivelmente uma alabarda, no Monte Faro (Valença, Portugal) (fotografia de M. Reis).

Não podemos ter pretensões a explicar o devir da Arte Atlântica durante o Bronze Médio e Bronze Final. Seguramente se manteve a prática de gravação de rochas com iconografia geométrica-abstracta e algumas armas de datação mais tardia mas são poucos os referentes concretos e fiáveis que permitam caracterizar uma ou mais fases atribuíveis aos

meados/finais do II milénio a.C. e início do I milénio a.C.. No entanto, podem observar-se algumas intersecções estilísticas e técnicas entre a estatuária e a Arte Atlântica na zona de expansão desta última. Para além daquelas salientadas por A. Martinho Baptista no exemplar da Ermida, o conjunto de semi-círculos concêntricos na base da estátua-menir dita de São João de Ver e as representações de círculos concêntricos representados nos cotos da estátua de Faiões, que podem ser considerados discretos apontamentos que indiciam essa ligação.

O que de forma muito genérica a análise das grandes tradições artísticas do Norte de Portugal permite verificar é que, paradoxalmente, nas regiões de ambiência atlântica, a adopção de elementos de filiação meridional é materializada em gravuras em rochas, incorporada num fundo local e numa prática cultural com alguma longevidade enquanto em regiões de ambiência mediterrânica, estes elementos e particularmente as representações de armas metálicas não foram integradas no repertório iconográfico tradicional, apenas ocorrem em suporte escultórico sendo que o binómio alabarda-punhal surge de forma singular na estela de Longroiva. Tal como se sugeriu para a Arte Atlântica, embora a prática de pintar signos em abrigos possa ter pontualmente ocorrido, não há evidências concretas de que a criação *ex novo* de sítios com Arte Esquemática pintada se estenda para além do III milénio a.C., embora os sítios em si se possam ter mantido na topologia simbólica das comunidades. Encerram-se os grandes ciclos Neo-Calcolíticos da 'arte dos rios', embora ocasionalmente se detectem aqui ocorrências datáveis da Idade do Bronze, caso da arte do Vale do Tejo enquanto noutros parece haver um total vazio de arte atribuível a este período, como no Côa e Guadiana, que só mais tarde vêm o advento de uma nova fase de actividade com o ciclo da arte da Idade do Ferro. No entanto, não podemos ignorar a existência de gravuras rupestres pertencentes a grupos estilísticos que carecem de um trabalho de sistematização profundo e cuja integração cronológica se mantém algo incerta, mas que se poderá enraizar nos finais da Idade do Bronze. Referimo-nos a algumas gravuras de podomorfos, a exemplo das rochas de Alagoa, atribuída por M. Varela Gomes e J. Pinho Monteiro a este período (1974-77) e ao acervo de gravuras que ocorrem tipicamente em superfícies de xisto e exibem um sulco profundo com secção em V algumas das quais coligidas por A. Martinho Baptista no seu grupo das gravuras filiformes, entre as quais destacamos a rocha de Ridevides, Molelinhos, Pedra Escrita, Pedra Letreira (1983-84; 1986).

Cedo se assumiu que esta síntese não poderia ter a veleidade de contemplar todas as temáticas passíveis de serem abordadas sobre a arte da Idade do Bronze. Procurou-se essencialmente fazer um ponto da situação no que respeita à contextualização das principais tradições artísticas da Pré-história Recente sob uma perspectiva que permitisse analisar cenários de continuidade e descontinuidades no tempo longo e em áreas geográficas amplas. Nenhuma destas linhas de abordagem a esta realidade é nova. A verdade é que o questionamento acerca da convivência e relações estilísticas entre as diversas manifestações artísticas e as relações com a tradição neolítica anterior foram colocados por Susana O. Jorge na sua tese de doutoramento de 1986 e são linhas orientadoras que se mantêm actuais. A opção por uma leitura contextual e globalizante, em articulação com os desafios lançados no âmbito da elaboração deste volume, implicou relegar para uma posição marginal a descrição das particularidades de conjuntos regionais e uma descrição mais sistemática de sítios individuais. A perspectiva aqui apresentada é apenas uma das possíveis sobre as realidades arqueológicas abordadas onde a escassez de consenso, sobretudo no que respeita à cronologia, se mantém como nota dominante. Mas também não deixa de transparecer uma visão inevitavelmente pessoal dessas realidades. Questionámo-nos se o estudo da arte permitiria identificar indícios de um rompimento da ordem simbólica durante a Idade do Bronze, ou seja, de uma revolução simbólica que, no sentido que lhe é dado por Pierre Bourdieu (2013), se bem sucedida, alteraria as categorias de percepção usadas para compreender as representações do mundo e o próprio mundo num determinado contexto

social e temporal, transformando as estruturas cognitivas e, em certa medida, também as estruturas sociais. Perante a leitura que se apresentou neste ensaio e no que respeita ao estudo da arte, poder-se-á considerar a ideia de que se assistiu a uma revolução simbólica durante a Idade do Bronze.

BIBLIOGRAFIA

ANATI, E. (1968) - El arte rupestre galaico-português, *Simposio Internacional de Arte Rupestre - Barcelona 1966*, Diputación provincial de Barcelona, Instituto de Prehistoria y Arqueología, Barcelona: 195-256.

ALVES, L. B. (2002) - The Architecture of the Natural World – evidence from rock art in western Iberia, in C. Scarre (ed.) - *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*, chapter 4, Routledge, London. New York: 51-69.

ALVES, L. B. (2003) - *The Movement of Signs. Post-glacial rock art in north-western Iberia*. (2 vols). Dissertação de Doutoramento (PhD). Universidade de Reading. Reading.

ALVES, L. B. (2008) - O sentido dos signos - reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal. In R. de Balbín Behrmann (ed), *Arte Prehistórico al aire libre en el sur de Europa*, Junta de Castilla y Leon: 381-413

ALVES, L. B. (2009) - Signs on a rock veil: work on rocks, ‘prehistoric art’ and identity in north-west Iberia, in Blaze O’Connor, Gabriel Cooney and John Chapman (eds.), *Materialitas: working stone, carving identity*. Prehistoric Society Research Papers Nº 3. Oxbow Books in association with UCD Humanities Institute of Ireland, Oxford: 169-180.

ALVES, L. B.; COMENDADOR REY, B. (2009) - Rochas e metais para além da Físico-Química. In BETTENCOURT, A. M. S.; ALVES, L. B. (eds) - *Dos Montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da Pré-história à actualidade*. CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”. APEQ - Associação Portuguesa de Estudos do Quaternário: 37-54.

ALVES, L. B., REIS, M. (2009) - No limiar das ‘artes’? - questões em torno da permeabilidade de fronteiras temporais e espaciais da ‘arte rupestre’ de Trás-os-Montes Ocidental. *Actas do I Congresso Transfronteiriço de Arqueologia «Um Património sem Fronteiras»*. *Aquae Flaviae*. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, Montalegre, Outubro de 2008, nº 41: 45-92.

ALVES, L. B., REIS, M. (2011) - Memoriais de Pedra, símbolos de identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real). *IV Jornadas Raianas “Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história”*. Sabugal: Sabucale: 187-216.

ALVES, L. B., BRADLEY, R., FÁBREGAS VALCARCE, R. (2013) - Tunnel visions: a decorated cave at El Pedroso, in the light of fieldwork. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Cambridge: Cambridge University Press, nº 79: 193-224.

BAPTISTA, A. M. (1983-84) - Arte Rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. *Actas do Colóquio Inter-Universitário do Noroeste, Porto 1983, Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nova série, IV-V: 71-82.

Baptista, A. M. (1985) - A estátua-menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal). In *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4ª série, vol. 3: 7-44.

BAPTISTA, A. M. (1986) - Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção. *História da Arte em Portugal*. Alfa Ed, vol.1: 31-55.

BAPTISTA, A. M. (1995) - O santuário rupestre da Bouça do Colado. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia: 97-98.

BAPTISTA, A. M. (1997) - Arte megalítica no planalto de Castro Laboreiro. *Brigantium*. 10: 191-216.

BAPTISTA, A. M. e SANTOS, A. T. (2013) - *A arte rupestre do Guadiana Português na área de influência do Alqueva*. Memórias de Odiana - Estudos Arqueológicos do Alqueva - 2ª série. EDIA-empresa de desenvolvimento e infra-estruturas do Alqueva/DRCALLEN-Direcção Regional de Cultura do Alentejo.

BELLO DIÉGUEZ, J. M. (1995) - Arquitectura, arte parietal y manifestaciones escultóricas en el Megalitismo noroccidental. In F. P. Losada and L. Castro Pérez (eds.) - *Arqueología e arte na Galicia Prehistórica e Romana*. Monografias 7, A Coruña: Museu Arqueológico e Histórico de A Coruña.

BOURDIEU, P. (2013) - *Manet, une révolution symbolique*. Seuil.

BRADLEY, R. (1997) - *Rock art and the Prehistory of Atlantic Europe. Signing the Land*, London/New York: Routledge.

BRADLEY, R., CRIADO BOADO, F., FÁBREGAS VALCARCE, R. (1995) - Rock art and the prehistoric landscape of Galicia: the results of the field survey 1992-1994. In *Proceedings of the Prehistoric Society*, 61: 347-370.

BRADLEY, R.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (1998) - Crossing the border: contrasting styles of rock art in the Prehistory of north-west Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*, 17 (3): 287-308.

BUENO RAMÍREZ, P. e BALBIN BEHRMANN, R. (1992) - L' art mégalithique dans la Péninsule Ibérique: une vue d'ensemble. *L' Anthropologie* 96: 499-572.

BUENO RAMÍREZ, P., BARROSO BERMEJO, R. e BALBIN BEHRMANN, R. (2010) - Metal and the symbols of ancestors in northern Iberia. In A. M. S. Bettencourt, M. J. Sanches, L. B. Alves, R. Fábregas Valcarce (eds) - *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*, BAR International Series 2058, Oxford: British Archaeological Reports Archaeopress: 71-87.

CELESTINO PÉREZ, S. (2001) - *Estelas de guerreiro e estelas diademadas. la precolonización y formación del mundo tartésico*. Bellaterra, Barcelona.

CELESTINO PÉREZ, S. e SALGADO CARMONA, J. A. (2011) - Nuevas metodologías para la distribución espacial de las estelas del Oeste peninsular, *IV Jornadas Raianas "Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história"*, Sabugal: 417-448.

COLLADO GIRALDO, H. (2006) - *Arte Rupestre en la Cuenca del Guadiana. El conjunto de grabados del Molino de Manzániz (Alconchel - Cheles)*. Memórias de Odiana - Estudos Arqueológicos do Alqueva, nº 4. EDIA-empresa de desenvolvimento e infra-estruturas do Alqueva.

COMENDADOR REY, B. (1997) - Representaciones de armas e sus correlatos metálicos. In F. J. Costas Goberna and J. M. Hidalgo Cuñarro (eds.) - *Los motivos de fauna y armas en los grabados prehistóricos del continente europeo*, Asociación Arqueológica Viguesa, Serie Arqueología Divulgativa, nº 3 : 113-130.

COMENDADOR REY, RODRÍGUEZ MUÑIZ, V., MANTEIGA BREA, A. (2011) - A estatua menhir do Tameirón no contexto dos resultados do projecto de intervención arqueolóxica no Monte Urdiñeira e o seu contorno (A Gudiña, Ourense). *IV Jornadas Raianas "Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história"*, Sabugal: 217-244.

CORREIA, A. (2010) – *Estelas e estátuas-menir no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

COSTAS GOBERNA, F. J., FÁBREGAS VALCARCE, R. , GUITIÁN CASTROMIL, J., GUITIÁN RIVERA, X. E PEÑA SANTOS, A. de la (2006) - Panorámica sobre el arte y el paisaje. El final de la ilusión. *Archaeoweb* [Em linha] 8 (1) [Consulta a 2 de Julho de 2014]. Disponível em [www: http://www.ucm.es/info/arqueoweb](http://www.ucm.es/info/arqueoweb)

CRUZ, D. J. (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*. Dissertação de doutoramento em Pré-história e Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2010) - *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*, Dissertação de Doutoramento. Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2011) - Iconografía, lugares y relaciones sociales: Reflexiones en torno a las estelas y estatuas-menir atribuidas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica, *IV Jornadas Raianas "Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história"*, Sabugal: 63-88.

DOMINGUÉZ GARCÍA, A. E ALDECOA QUINTANA, M. A. (2007) - Arte rupestre en la Zepa de la Serena: Puebla de Alcocer, Esparragosa de Lares y Campanario. H. Collado Giraldo e J. J. García Arranz (coord.), *Corpus de Arte Rupestre en Extremadura. Vol. II*. Junta da Extremadura, Consejería de Cultura y Turismo, Dirección General de Patrimonio Cultural.

FÁBREGAS VALCARCE, R. (2001) - *Los Petroglifos Gallegos y su contexto: un ejemplo de la Galicia meridional*. Instituto de Estudios Vigueses, Vigo.

FÁBREGAS VALCARCE, R. e RELLÁN RODRÍGUEZ, C. (2012) - O tempo dos petroglifos. In R. Fábregas Valcarce e C. Rellán Rodríguez (eds.) - *A Arte Rupestre no Norte do Barbanza*, Andavira Ed., Santiago de Compostela: 85-106.

FONTE, J., SANTOS ESTÉVEZ, M., ALVES, L. B., LÓPEZ NOIA, R. 2009. La Pedra da Póvoa (Trás-os-Montes, Portugal). Una pieza escultórica de la Edad del Hierro, *Trabajos de Prehistoria*, nº66, nº 2, julio-diciembre 2009, pp. 161-170

GALÁN, E. (1993) - *Estelas, Paisage, y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Peninsula Ibérica. (Complutum Extra 3)*. Universidad Complutense. Madrid.

GARCÍA ALÉN, A. AND PEÑA SANTOS, A. d.l. (1980) - *Grabados rupestres de la provincia de Pontevedra*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.

GOMES, M. V. (1989) - Arte rupestre e contexto arqueológico. *Almonsor*. 7: 225-269.

- GOMES, M. V. (1995) - As Denominadas 'Estelas Alentejanas'. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.
- GOMES, M. V. (2010) - *Arte rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural Pré e Proto-histórico*. Dissertação de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, M. V., MONTEIRO, J. P. (1974/77) - As rochas decoradas de Alagoa, Tondela. Viseu, *O Arqueólogo Português*, série III, vol. VII-IX: 145-164.
- GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1977) - Las estelas decoradas do Pomar (Beja - Portugal). Estudio comparado, *Trabajos de Prehistoria*, 34: 165-214.
- GÓMEZ-BARRERA, J. A. (1991) - El motivo estela de "Peña de los Plantios" (Fuentetoba, Soria). *Soria Arqueológica* 1: 87-102.
- HENRIQUES, F., CHAMBINO, M. L., CANINAS, J. C. (2012) - A estela de guerreiro (lusitano) de Zebros (Idanha-a-Nova). *Sabucale*, 4: 25-44.
- JORGE, S. O. (1986) - Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto (3 vols.).
- JORGE, S. O. (1990) - Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. In J. De Alarcão (coord.) Portugal das origens à romanização, *Nova História de Portugal*, Ed. Presença: 102-162.
- JORGE, S. O. (1991) - A ocupação do espaço no Norte de Portugal durante o III - inícios do II milénio A. C., in V. O. Jorge e S. O. Jorge (eds), *Incursões na Pré-história*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto: 299-380.
- JORGE, S. O. (1999) - *Domesticar a Terra*. Trajectos Portugueses. Lisboa: Gradiva.
- JORGE, V. O. e JORGE, S. O. (1983) - Nótula preliminar sobre uma nova estátua-menir no Norte de Portugal *Arqueologia*, 7, GEAP, Porto: 44-48.
- JORGE, V. O. e JORGE, S. O. (1993) - Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal. In *Les représentations humaines du Néolithique à l'Âge du Fer*, Paris, Ed C. T. H. S.: 29-43.
- JORGE, V. O., BAPTISTA, A. M., JORGE, S. O., SANCHES, M. J., SILVA, E. J., SANTOS SILVA, M., LEITE DA CUNHA, A. (1988a) - O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira, S. João da Pesqueira) – notícia preliminar, *Arqueologia*, 18:109-130.
- JORGE, V. O., BAPTISTA, A. M., SANCHES, M. J. (1988b) - A Fraga d'Aia (Paredes da Beira, S. João da Pesqueira) – Arte rupestre e ocupação Pré-histórica, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 28 (1-2), SPAE: 201-233.
- MARTÍN BENITO, J. I. (2009) – Hallazgo arqueológico en El Rebollar – una estela de la Edad del Bronce en Robleda (Salamanca), [Em linha] [Consult. 20 de Junho de 2014]. Disponível em [www: http://patrimoniodecastillayleon.blogspot.com/2009/11/hallazgo-arqueologico-en-el-rebollar.html](http://patrimoniodecastillayleon.blogspot.com/2009/11/hallazgo-arqueologico-en-el-rebollar.html)
- PEÑA SANTOS, A. d.I. (2012) - Estatua-menir da Pedra Alta, *Gallaecia Petrea*. Catálogo da Exposição. Fundación Cidade da Cultura da Galicia. Xunta da Galicia: 170-171.

PEÑA SANTOS, A. d.I; REY GARCÍA, J. M. (1993) - El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde una perspectiva territorial. *Revista de Estudios Provinciais* 10: 11-50.

PEÑA SANTOS, A. d.I; REY GARCÍA, J. M. (1998) - Perspectivas actuales de la investigación del arte rupestre Galaico. In R. Fábregas Valcarce (ed.) - *A Idade do Bronze en Galicia. Novas perspectivas*. Cadernos do Seminário de Sargadelos 77. A Coruña: Edicios do Castro: 221-242.

PEÑA SANTOS, A. d.I; REY GARCÍA, J. M. (2001) - *Petroglifos de Galicia*. A Coruña: Via Láctea.

REBOREDA CARREIRA, A. E NIETO MUÑIZ, E. B. (2012) - Pedra Alta de Castrelo do Val, [Em linha] [Consult. 30 de Junho de 2014]. Disponível em [www: http://www.musarqourense.xunta.es/peza_mes/a-pedra-alta-de-castrelo-do-val/](http://www.musarqourense.xunta.es/peza_mes/a-pedra-alta-de-castrelo-do-val/)

REIS, M. (2012) - “Mil rochas e tal...!”: Inventário dos sítios da Arte Rupestre do Vale do Côa. *Portugália*, Nova Série, vol. XXXIII, DCTP-FLUP, Porto: 5-72.

REIS, M. (2013) - “Mil rochas e tal...!”: Inventário dos sítios da Arte Rupestre do Vale do Côa (2ª parte) *Portugália*, Nova Série, vol. XXXIV, DCTP-FLUP, Porto: 5-68.

RIBEIRO, O. (1945) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, Col. Universitas VIII, Coimbra Editora Lda, Coimbra.

RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) - *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo (Complutum Extra 5)*. Universidad Complutense. Madrid.

SANCHES, M. J. (1997) - *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto: SPAE.

SANTOS, A. T., VILAÇA, R., MARQUES, J. N. (2011) - As estelas do Baraçal (Beira Interior, Portugal), *IV Jornadas Raianas “Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história”*, Sabugal: 319-342.

SANTOS ESTÉVEZ, M. (2004) - Arte rupestre: estilo y construcción social del espacio en el Noroeste de la Península Ibérica. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.

SANTOS ESTÉVEZ, M. (2005) - Sobre a cronologia da arte atlântico en Galicia, *Archaeoweb*, [Em linha] 7 (2) Setembro/Dezembro. [Consult. 2 de Julho de 2014]. Disponível em [www: http://www.ucm.es/info/arqueoweb](http://www.ucm.es/info/arqueoweb)

SANTOS ESTÉVEZ, M. (2012) - Unha vision diacrónica da Arte Atlântica dentro dun novo marco cronológico. In M. J. Sanches (ed.), *1ª Mesa-Redonda Artes Rupestres da Pré-história e Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*, Trabalhos de Arqueologia, 45. Direcção Geral do Património Cultural, Lisboa: 219-238.

SILVA, E. J. L., CUNHA, A. L. (1986) - As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença), *Arqueologia*, 13: 143-158.

SOBRIÑO BUHÍGAS, R. S. [1935] (2000) - *Corpus Petroglyphorum Gallaeciae*, Ed. Fac Similae, A Coruña: Edicios do Castro.

VILAÇA, R., SANTOS, A. T., MARQUES, J. N. (2001) A estátua-menir de “Ataúdes” (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional, *Estudos Pré-históricos*, IX: 69-82.

VILAÇA, R., SANTOS, A., GOMES, S. M. (2011a) - As estelas da Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico, *IV Jornadas Raianas "Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história"*, Sabugal: 293-318.

VILAÇA, R., OSÓRIO, M., SANTOS, A., (2011b) - Nova peça insculturada da região raiana do Sabugal (Beira Interior, Portugal): uma primeira abordagem, *IV Jornadas Raianas "Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história"*, Sabugal: 343-367.

VILHENA, J., ALVES, L. B. (2008) - Subir à maior altura. Espaços funerários, lugares do quotidiano e 'arte rupestre' no contexto da Idade do Bronze do Médio/Baixo Mira, *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste peninsular*. [Vipasca, 2 -2ª série]. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel.

ALGUNS DADOS PARA O ESTUDO DA IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL

Alexandra Vieira

CEAACP –
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património;
Instituto Politécnico de Bragança

Alguns dados para o estudo da Idade do Bronze do Norte de Portugal

Alexandra Vieira

Resumo

Com este trabalho pretende-se destacar alguns dados relativos ao estudo da Idade do Bronze no Norte de Portugal, cujo limite sul se define pelo rio Douro.

Abordaremos apenas a questão do povoamento e das práticas sepulcrais.

Palavras-chave: Idade do Bronze, Povoamento; Práticas Sepulcrais

Abstract:

With this work we intend to highlight some data concerning the study of the Bronze Age in northern Portugal, which southern boundary is defined by the Douro river.

We will address only the question of settlement and burial practices.

Keywords: Bronze Age; Settlement; Burial Practices

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho adota a divisão tripartida para a Idade do Bronze, datas defendidas por Ana M. S. Bettencourt para o Noroeste português:

	Bronze Inicial		Bronze Médio		Bronze Final	
2300/2200		1700/1600		1300/1200		700
a.C.		a.C.		a.C.		a.C.

Quadro 1. Divisão tripartida da Idade do Bronze (Bettencourt, 2009: 88).

O estudo da Idade do Bronze, numa área tão vasta como o Norte de Portugal, não se afigura como tarefa fácil, atendendo às disparidades existentes dentro da área estudada. Se a zona do Minho tem sido fruto de trabalhos de investigação direcionados para o estudo da Idade do Bronze, o mesmo não sucede na região de Trás-os-Montes e Alto Douro (a norte do rio Douro).

Em Trás-os-Montes encontram-se inventariados vários sítios com elementos que apontam para a existência de vestígios da “Idade do Bronze”. No entanto, o problema que se coloca é que esses dados resultam quase exclusivamente de trabalhos de prospeção não sistemática. A existência de materiais metálicos (bronze), os tipos de pastas e de organizações decorativas nas cerâmicas, a ausência de monumentalidade de alguns sepulcros e a implantação de determinados recintos (povoados fortificados) na paisagem, constituem os elementos “caracterizadores” desses sítios. Consideramos que é necessário utilizar estes dados com alguma cautela, até que existam intervenções arqueológicas, consolidando o conhecimento sobre essas realidades.

Sítios há, que apesar de escavados, se integram genericamente na Pré-História recente, provavelmente Calcolítico e/ou Bronze Inicial, como é o caso do ocupação pré-histórica do Castelo de Penas Róias, ou dos povoados do Barrocal Alto e Cunho (Mogadouro). São povoados de altura, para os quais não existem, ainda, paralelos no estudo do Bronze Inicial, no Norte de Portugal.

Em relação às práticas sepulcrais, são várias e diversificadas, que vão desde a reutilização de monumentos megalíticos à construção de fossas de diversas tipologias, na imediação de povoados coetâneos. Algumas delas estarão associadas às práticas de inumação, enquanto outras nos remetem para o fenómeno da incineração.

Vejamos, de um modo sucinto, alguns aspetos da Idade do Bronze na região em análise.

2. POVOAMENTO

No âmbito do povoamento, optámos por fazer a distinção entre povoados abertos e povoados de altura, designações que se prendem com os locais de implantação dos sítios. Deste modo "povoados abertos" correspondem a sítios construídos em vales ou planícies, sem qualquer sistema defensivo pétreo. Serve esta expressão para os distinguir dos “povoados em altura”, que nem sempre possuem sistemas defensivos e dos “povoados fortificados”.

2.1. Povoados Abertos

Os povoados abertos estão bem documentados na zona do Minho e do Douro Litoral. A sua arquitetura caracteriza-se pela existência de estruturas em negativo, normalmente designadas por fossas, com tipologias e funcionalidades diversas. Em Trás-os-Montes e Alto Douro (a Norte do Rio Douro) apenas há registo de um sítio com fossas, designado por Quinta de S. Lourenço 2 (Bragança), cuja cronologia se enquadra genericamente na Idade do Bronze.

Apresentamos, de forma esquemática, algumas das características destes povoados, expostas por Ana M. S. Bettencourt, em 2009, na sua obra sobre a Pré-História do Minho.

Povoados Abertos	Implantação	Descrição	Sítios
BRONZE INICIAL	“Durante o Bronze Inicial dá-se a aproximação dos povoados às terras baixas com possibilidades agrícolas.”	“Os dados que permitem interpretações sobre estes sítios são ainda escassos. É possível que tenham persistido cerâmicas tradicionalmente inseríveis no Calcolítico (...) motivo pelo qual se torna difícil detetá-los.”	Sola (Braga) Areias Altas (Porto) Carreço Praia (Viana do Castelo) Boucinhas/Regueira (Ponte de Lima)
BRONZE MÉDIO	“O número de sítios aumenta e diversificam-se os seus locais de implantação: há (...) tendência para a ocupação de sítios de baixa altitude ou de planalto com potencialidades agrícolas, ou em colinas sobranceiras a grandes vales fluviais em áreas planálticas, próximo de pequenos vales, lameiros e prados húmidos, ocupações em locais de altitude, em áreas com profusão de afloramentos graníticos e abrigos”.	“Todos estes sítios são povoados de grandes dimensões, onde aparecem estruturas construídas em materiais perecíveis, principalmente com troncos ou ramos de carvalho, giestas, argila e terra como elementos ligantes ou de impermeabilização, definindo-se as áreas ocupacionais através de valados, buracos de poste, pavimentos, lareiras e conjuntos de fossas abertas no solo e no saibro.”	Sola IIb (Braga) Cimalha (Felgueiras) Quinta do Rápido (Barcelos) Tapada da Venda I/Pedroso (Celorico de Basto) Povoado de Lavra (Matosinhos) Monte Calvo (Baião) Bouça do Frade I (Baião) Bouça do Carriço/Moçegueira (Arcos de Valdevez)
BRONZE FINAL	“A par dos locais de implantação referidos para o Bronze Médio, no Bronze Final (...) aparecem povoados localizados em esporões de média altitude, na bordadura das grandes bacias fluviais da região, o que lhes permite boas condições de visibilidade sobre o território circundante e facilidades de acesso quer aos vales, quer aos planaltos”.	“Em relação à organização interna, os que se localizam em colinas e planaltos contêm inúmeras fossas abertas no saibro, frequentemente agrupadas em núcleos que, usualmente, distanciam uns dos outros algumas dezenas de metros. Nestas áreas é frequente a existência de buracos de poste talvez pertencentes a construções perecíveis que cobririam as estruturas subterrâneas. Nestes lugares foram igualmente detetados pavimentos de saibro e ou alinhamentos de buracos de poste de eventuais cabanas. Alguns deles foram delimitados por paliçadas, como é o caso do Pego, enquanto outros continham muros de contenção de terras nas vertentes, proporcionando terraços artificiais, como na Santinha.”	Pego (Cunha, Braga) Corgo (Azurara, Vila do Conde) Santinha I (Amares) Povoado da Lavra II (Marco de Canaveses) Alto da Cividade (Braga) Tapada da Venda II (Celorico de Basto) Corga do Carrope/Lugar Novo (Terras do Bouro) Bouça do Frade II (Baião)

<p>IDADE DO BRONZE</p> <p>Povoados abertos cuja cronologia se enquadra genericamente, por falta de dados mais concretos, na Idade do Bronze.</p>			<p>Quinta de São Lourenço 2 (Bragança) (1)</p> <p>Praia de Angeiras Sul (Matosinhos)</p>
--	--	--	--

Quadro 2. Os Povoados Abertos (Bettencourt, 2009: 89-91; (1) Ramos, 2010: 38).

Passamos a caracterizar, sucintamente, alguns destes povoados abertos.

O sítio arqueológico da **Sola** (Braga) localiza-se num “relevo residual de baixa altitude, orientado no sentido NE-SW”, integrando-se na bacia hidrográfica do rio Cávado, na sua margem esquerda.

Ana M. S. Bettencourt destaca a existência de buracos de poste, numa ocupação balizada entre os séculos XIX a XVII a.C. (Bettencourt, 2009: 88). Refere ainda que entre os séculos XVII ao XVI a.C., duas fossas do povoado da Sola IIb “foram impermeabilizadas com cortiça e onde apareceram bolotas” (*Idem*: 89).

O povoado da Sola é igualmente conhecido pelas:

“evidências mais antigas desta prática [da metalurgia do bronze, que] correspondem a possíveis fornos em fossa com canal lateral e restos de fogueiras, a um pingo de fundição e a uma vareta encontrados no povoado da Sola IIb, em Braga, entre os sécs. XVII e XVI a.C., cuja constituição química demonstra, já, uma liga de cobre e de estanho de boa qualidade, segundo análises realizados recentemente. Em bronze, fabricam-se machados, como os de tipo Bujões/Barcelos e os de rebordo, alguns braceletes e, no fim do II milénio a.C., machados de talão sem argolas” (Bettencourt, 2009: 90).

O sítio arqueológico de **Boucinhas/Regueira** (Ponte de Lima), datado entre 2300 a 1970 a.C., situa-se num pequeno outeiro do vale das ribeiras de Garantau e Nevoinho, que pertencem à bacia do Neiva. Trata-se de um local com fossas abertas no saibro preenchidas por enchimentos com carácter detrítico, buracos de poste, pavimentos em argila. Note-se a existência de fossas onde foram exumados vasos inteiros, com vestígios de fuligem ou de matéria orgânica no seu interior, que poderiam, segundo Ana M. S. Bettencourt, ser sepulcrais (Bettencourt, 2009: 88).

O sítio arqueológico das **Areias Altas** (Porto) encontra-se implantado num nível de praia elevada, à cota média de 23 m e a uma distância de cerca de 600 m do Oceano Atlântico.

Entre 2008 e 2009, a empresa Logiark realizou trabalhos arqueológicos de carácter preventivo que permitiram a identificação de 16 estruturas em negativo, entre as quais se destacam a presença de dez estruturas do tipo “fossa” e cinco do tipo “buraco de poste”, cujas características dos seus enchimentos permitem inseri-las no II milénio a.C. (Luz, 2010: 142).

Durante a segunda fase dos trabalhos arqueológicos foi possível identificar cerca de 70 estruturas em negativo, sendo que 12 correspondem a estruturas cuja tipologia se enquadra

na categoria de “buracos de poste”, 55 na categoria “fossa” e três estruturas que se enquadram na categoria de “valado” (*ibidem*).

Do ponto de vista da distribuição espacial, deve referir-se que a quase totalidade das estruturas do tipo “buraco de poste” está concentrada na zona Sudeste do terreno. Relativamente às estruturas do tipo “fossa”, estas apresentam-se na sua maioria muito concentradas, tendo-se verificado um maior número de estruturas na zona Sul (Barbosa, 2010b: 7).

A componente artefactual é fundamentalmente constituída por materiais de cronologia pré-histórica. Verifica-se, ao nível da cerâmica, um conjunto de características que permite enquadrá-las na Idade do Bronze, nomeadamente, fragmentos de vasos de perfil troncocónico e fragmentos com decoração plástica. Nesta estação foram encontrados dois recipientes de fundo plano e perfil troncocónico, um dos quais provido de asa lateral. Os materiais líticos são compostos por indústrias sobre seixo e sobre quartzo. Em associação com estes materiais, refira-se a identificação de um conjunto considerável de fauna malacológica (Barbosa, 2010b: 8).



Figura 1. “Plano intermédio das U.E. [891] e [892] onde é visível um recipiente cerâmico inteiro, um depósito de conchas que acompanha os limites da estrutura e uma concentração de materiais cerâmicos no centro da mesma” (Barbosa, 2010b:19).

Foi descoberto, no interior da “Estrutura 15”, um depósito de conchas de moluscos. Trata-se de uma estrutura do tipo “fossa”, aberta no substrato geológico, no interior da qual se registaram seis depósitos de enchimento, entre os quais se destaca um depósito de conchas. Do ponto de vista artefactual, a tipologia dos materiais cerâmicos remete para a primeira metade do II milénio a.C., sendo coincidente com as datações por radiocarbono das conchas

(Luz, 2010: 141). Esta estação arqueológica encontra-se datada pelo radiocarbono. A datação do depósito de conchas da estrutura 15 aponta para uma cronologia do Bronze Inicial (Cabral, 2010: 74).



Figura 2. Estrutura 15 das Areias Altas (Barbosa, 2010a).

A estação arqueológica do **Carreço Praia** (Viana do Castelo) é, segundo Ana M. S. Bettencourt:

“ (...) datável da transição do III para o II milénios a.C. e relacionável com actividades costeiras, provavelmente a extracção de sal, pois foi aí encontrado um fragmento de plaqueta similar às usadas durante a Idade do Ferro para essa actividade” (Bettencourt, 2009: 89).

No sítio da **Cimalha** (Felgueiras) foi detetado um povoado atribuível à Idade do Bronze. Temos conhecimento da realização de duas escavações arqueológicas efetuadas em momentos distintos e áreas não sobrepostas.

Na escavação dirigida por Pedro Brochado de Almeida e Francisco Fernandes (Mola Olivarum Lda), os vestígios encontrados permitiram identificar diversas áreas com funções especializadas: uma área habitacional, uma zona com “fossas de aprovisionamento” e uma necrópole (Almeida e Fernandes, 2008: 29).

A intervenção arqueológica permitiu detetar diversos tipos de estruturas, nomeadamente “lareiras e restos de piso de duas cabanas, e respectivos buracos de poste, bem como outras estruturas abertas no terreno geológico, nomeadamente fossas, quer do

tipo de fossas de armazenamento de alimentos do tipo silo, quer do tipo de fossas sepulcrais em forma de cista plana” (*Idem*: 35).

Os inúmeros buracos de poste encontrados, alguns dos quais com alinhamentos diferentes, permitem pensar que estas cabanas foram objeto de diversas reformulações. Outro dos elementos arqueológicos detetados no povoado da Cimalha são as fossas de armazenamento de alimentos “do tipo silos”, que são fossas abertas no substrato saibroso, quase todos com uma abertura circular ou subcircular, variando entre a abertura estreita e a abertura larga (Almeida e Fernandes, 2008: 36). No total foram encontradas 122 fossas deste tipo. Foram associadas apenas 16 fossas de aprovisionamento às duas cabanas existentes, o que constitui 14% do total de silos detetados (*Idem*: 37).



C. M. FELGUEIRAS - Dezembro 2004

© F. Piqueiro / Foto Engenho, Lda

Figura 3. Fotografia aérea do sítio da Cimalha (imagem de F. Piqueiro - Câmara Municipal de Felgueiras, cedida por Pedro Almeida e Francisco Fernandes - Mola Olivarum Lda).

Estes autores interpretam este sítio da seguinte forma:

“A área escavada revelou estarmos na presença de um povoado com três áreas especializadas, uma habitacional associada a estruturas de aprovisionamento, à qual correspondem as estruturas tipo cabanas identificadas pelos buracos de poste e respectivos silos; uma outra exclusivamente de aprovisionamento, à qual se poderia apelidar de “grande armazém”, onde só foram detetados silos, uma boa parte deles com elementos pétreos relacionados com a moagem de cereais, nomeadamente mós manuais ou o que restam delas e respectivos moventes e uma terceira área, esta funerária, ao qual se pode apelidar de necrópole do povoado, cujas sepulturas são abertas no saibro sem estruturas delimitadoras, área essa situada relativamente

próxima, se não mesmo contígua, à área com estruturas de aprovisionamento” (Almeida e Fernandes, 2008: 42).

Segundo Andreia Arezes, que escavou uma outra área deste sítio, no quadro de uma intervenção da Perennia Monumenta, foram identificadas um total de 77 cavidades interpretadas como “fossas” de tipologias e dimensões distintas. O trabalho de escavação permitiu verificar as “relações de anterioridade/posterioridade entre algumas das fossas, mediante análise dos cortes efectuados para criação de novas estruturas análogas, circunstância que pode encontrar justificação à luz de uma diacronia longa e da vigência de mais do que uma fase de ocupação” (Arezes, 2006: 25).



Figura 4. Fossas escavadas na Cimalha (Arezes, 2006).

Em relação ao espólio proveniente das camadas arqueológicas e do enchimento das estruturas em negativo, destacam-se alguns artefactos líticos, nomeadamente um molde de fundição em xisto, de machado do “tipo Bujões-Barcelos”, que poderá ser integrado no Bronze Médio (Arezes, 2006: 25).



Figura 5. Molde de fundição em xisto - machado do “tipo Bujões-Barcelos” (Arezes, 2006).

Em relação ao material cerâmico, os fragmentos de vasos de bordo “horizontal” foram detectados quer no enchimento de fossas, quer nas camadas que se lhe sobrepunham. No que se refere à decoração dos materiais cerâmicos, foram identificados fragmentos brunidos, motivos plásticos, sobretudo cordões ou grinaldas, e “ainda incisos, havendo, neste caso, que destacar a decoração de ambiência «tipo Penha», associada ao fenómeno “Campaniforme” (Arezes, 2006: 130).



Figura 6. “Vaso detectado no segundo nível de enchimento da Fossa nº 31 (Arezes, 2006).

A Cimalha parece ter sido um povoado com níveis de ocupação que percorrem toda a Idade do Bronze, “desde o final do III milénio a.C., até ao final da Idade do Bronze” (Almeida e Fernandes, 2007: 121).



Figura 7. Planta final da escavação da Cimalha realizada pela empresa Perennia Monumenta em 2006 (Arezes, 2006).

A **Quinta do Rápido** (Barcelos) localiza-se na margem Sul do rio Cávado. A área arqueológica estende-se pelas vertentes Norte de dois cabeços graníticos, onde foram escavadas aproximadamente 180 estruturas tipo fossas escavadas no saibro com diferentes formas. Foram ainda detetadas duas valas abertas no saibro e exumados diversos fragmentos cerâmicos típicos da Idade do Bronze, de mós (moventes e dormentes) e alguns seixos talhados (Carla Martins, Portal do Arqueólogo, em linha).

A **Tapada da Venda** (Pedroso, Celorico de Basto) situa-se numa chã da vertente nordeste do Alto do Couto, pequena elevação do planalto da Lameira. Apesar de se situar num local aberto, não apresenta destaque em relação à paisagem envolvente (Sampaio, CACB). Na sequência do alargamento da estrada entre a Lameira e Rego, em 1979, foram postas à vista várias fossas abertas no saibro de secção sub-retangular e materiais arqueológicos. Da intervenção arqueológica realizada no local, resultou a identificação de vários buracos de poste, fossas abertas no saibro e diversos recipientes de cerâmica de fabrico manual. Por altura da descoberta, foram recolhidos nas proximidades vários machados de pedra polida (*Ibidem*). As características do espólio admitem a integração da Tapada da Venda na Idade do Bronze do Norte de Portugal e são coincidentes com a data da segunda metade do II milénio a.C., obtida para o Corte 1 (Bettencourt *et al*, 2002: 194). Este sítio foi ocupado em momentos distintos: entre os séculos XV e XIII/XII a.C. (Tapada da Venda I) e os séculos XIII e XI a.C. (Tapada da Venda II) (Bettencourt, 2009: 89-90).

Em Matosinhos, foram detetados dois sítios com ocupação da Idade do Bronze, distando cerca de 1 km entre si. O sítio de **Lavra** (Matosinhos) localiza-se na plataforma litoral, numa pequena colina residual, tendo sido encontrado um nível de ocupação da Idade do

Bronze associado a diversas fossas e buracos de poste, bem como artefactos cerâmicos, líticos e ecofactos. O estudo destes materiais permitiu classificar este sítio como um povoado do Bronze Médio, mais precisamente, entre os finais do séc. XVII/inícios do XVI e os finais do séc. XV a.C., conforme datas de radiocarbono recentemente obtidas (Bettencourt, 2010b: 51; Bettencourt e Fonseca: 2011).



Figura 8. Uma das fossas do povoado da Lavra, Matosinhos (Fonte: José Varela).

Relativamente perto, durante uma intervenção arqueológica em 2008 da empresa Arqueologia e Património, foi identificada uma estrutura pétreia na **praia de Angeiras Sul**. Trata-se de um pequeno murete com um alinhamento Oeste-Este, no qual se recolheu um número reduzido de fragmentos cerâmicos de fabrico manual, enquadrados na Idade do Bronze (Silva e Piedade, 2011: 11).

O **Monte Calvo** (Baião) é uma pequena elevação localizada na vertente NE da Serra da Aboboreira. Está implantado na vertente W daquela pequena elevação, situando-se no lado direito de um estradão. A abertura do estradão veio colocar a descoberto duas estruturas incompletas, do tipo fossa, implantadas no saibro alterado do talude marginal (lado Sul). Após quatro campanhas de escavações arqueológicas “detectou-se um pequeno conjunto isolado de oito fossas abertas no saibro, agrupadas no interior de uma área subcircular, cujo limite era definido por buracos de poste. A interpretação funcional das fossas escavadas parece-nos ser a de silos”. De notar a presença de vários exemplares parcelares de moinhos manuais de granito e de numerosos vasos cerâmicos, destinados certamente ao aprovisionamento de cereais. Estes recipientes eram de grandes dimensões, apresentando frequentemente matéria orgânica carbonizada aderente às superfícies internas (Gonçalves, 1982: 105).

“ (...) as estruturas foram abertas no saibro de base, em zonas sem cascalheira, mais ou menos afastadas desta; parece haver uma certa tendência para uma distribuição espacial dos elementos, concentrando-se os buracos de poste na zona

genericamente SE, as fossas na área contígua a NW, e a cascalheira, acima da qual foi encontrada a maior parte dos fragmentos cerâmicos, na extremidade NW da área até agora escavada” (Gonçalves, 1981: 86).

Monte Calvo foi ocupado nos finais do Bronze Inicial, inícios do Bronze Médio, entre os séculos XIX-XVII a.C. (Gonçalves e Bettencourt, 2010 citado em *Martín Seijo et al.*, 2011: 87).

A **Bouça do Frade** (Baião) localiza-se na periferia da Serra da Aboboreira, ocupando um pequeno morro de vertentes suaves. Foi intervencionado em várias campanhas de escavação e os seus dois níveis de ocupação integram-se no Bronze Médio e no Bronze Final.



Figura 9. Escavação de um grande vaso de aprovisionamento na Bouça do Frade (Portal do Arqueólogo, em linha).

Segundo Susana Oliveira Jorge,

"observámos, para além de muitas dezenas de buracos de poste, que assinalam a presença de construções em madeira ou outros materiais perecíveis, uma quantidade apreciável de fossas abertas no saibro, com as mais diversas formas, dimensões e tipos de enchimento. Se algumas delas podem ter desempenhado a função de lareiras, a maioria deve ter servido originalmente como fossas de armazenamento, tendo-se com o tempo eventualmente transformado em fossas detriticas, ou tendo sido simplesmente colmatadas por fenómenos naturais, após o abandono do habitat. À excepção de um murete, muito arruinado, existente na periferia de uma das zonas com maior declive do povoado (que pode ter exercido a função de contenção de terras), não foram encontradas outras estruturas pétreas evidentes" (Jorge, 1988a: 134).

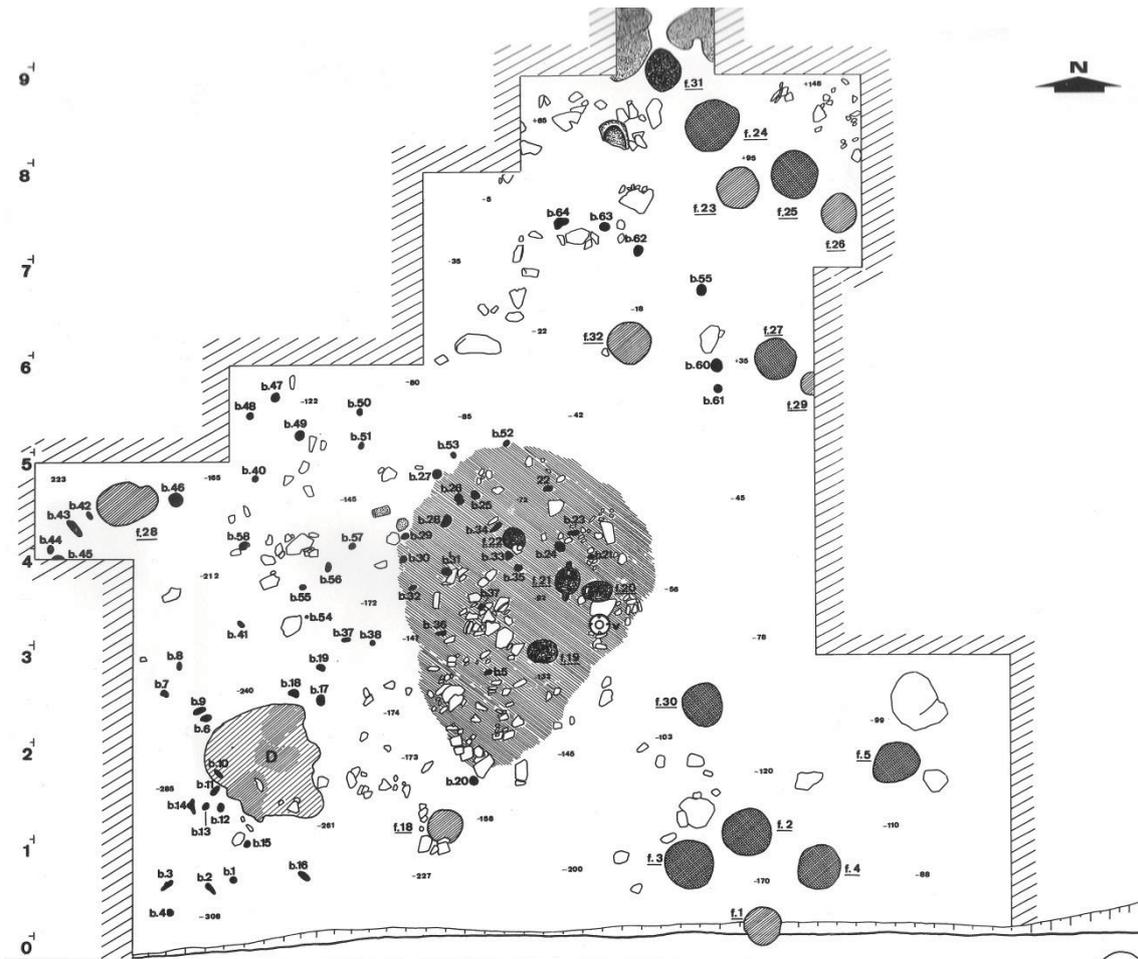


Figura 10. Planta do setor II-B da Bouça do Frade (Jorge, 1988b).

Os materiais exumados durante as escavações são constituídos por recipientes cerâmicos (grandes vasos bojudos de provisões, vasos lisos de médias dimensões) e materiais líticos. Os vasos de largo bordo horizontal aparecem associados a cerâmicas de tipo “Cogotas I” e de tipo “Baiões” (Jorge, 1988a: 135).

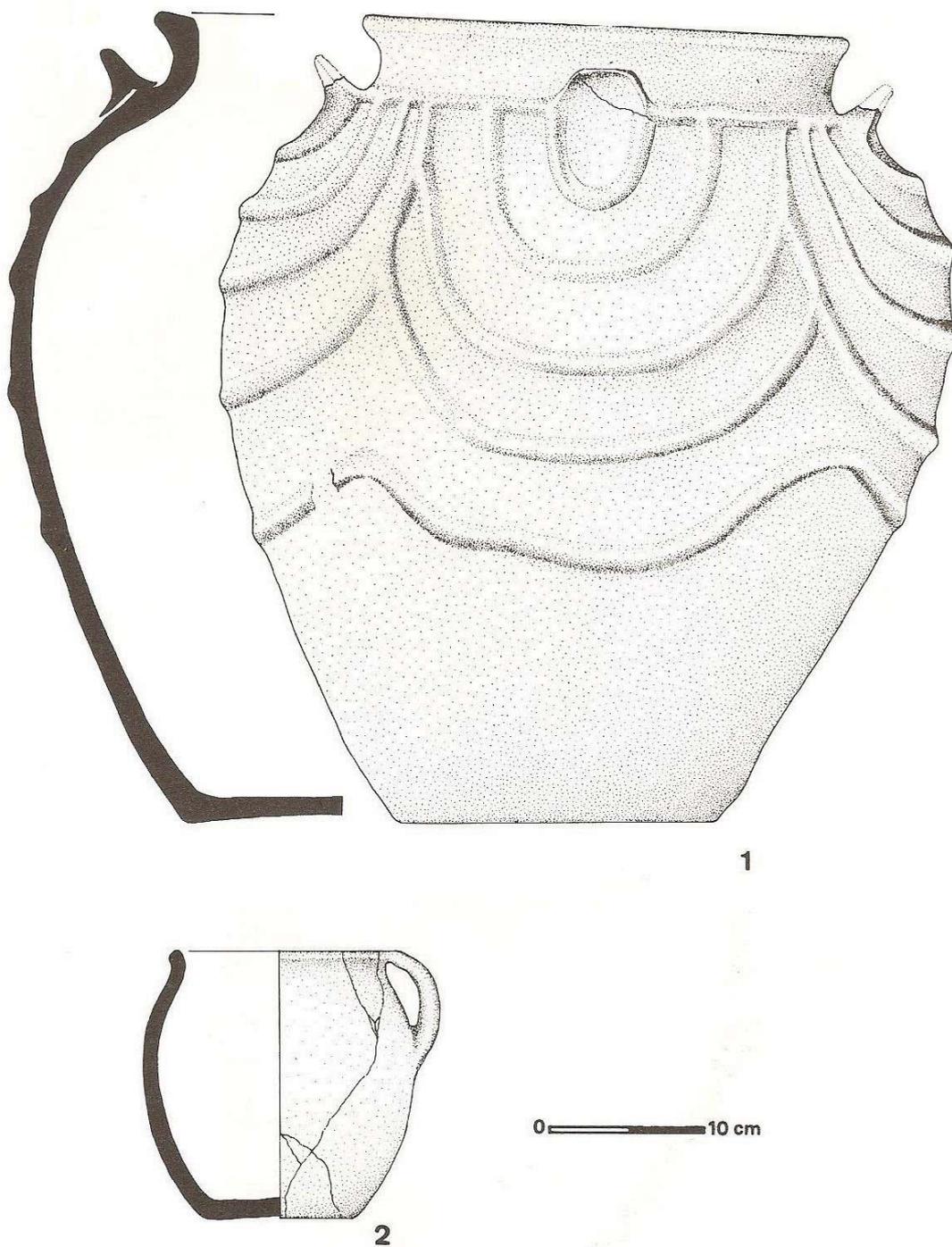


Figura 11. Bouça do Frade: Vaso de aprovisionamento e pequeno púcaro encontrado no seu interior (Jorge, 1988b).

O sítio do **Pego** (Braga) ocupa uma pequena colina sobranceira ao vale do ribeiro da Levegada, afluente do rio Este, integrado na bacia do Ave. “A área possuiu excelentes condições de visibilidade, principalmente para Sul e Este, onde se encontra um vale aluvionar de considerável dimensão e bons terrenos agrícolas” (Sampaio *et al.*, 2008: 228). A presença humana no local identifica-se pela presença de estruturas em negativo, escavadas no granito.

Foi possível distinguir uma enorme vala de fundação de uma paliçada que delimitaria todo o povoado, numa área superior a 1000 m². No interior da vala foram efetuadas deposições de vários recipientes cerâmicos, que indiciam terem sido encostados aos postes de madeira, imediatamente antes do aterro da vala. A plataforma superior regista a presença de diversos valados, de pequena dimensão, associados a um total de 15 buracos de poste, contendo alguns deles restos de argila. “Tal conjunto indicia fundações de estruturas em madeira, quiçá de uma cabana, com um provável revestimento das paredes em argila” (*Idem*: 228-229). Ainda nesta zona foi possível identificar, até à data, cerca de duas dezenas de fossas abertas no saibro e, por vezes, na camada de ocupação (a nº 3), podendo algumas delas ser interpretadas como estruturas de armazenamento ou fossas-silo (*Ibidem*).

O **Corgo** (Vila do Conde) está implantado numa zona de encosta do vale do Rio Ave, na sua margem esquerda, exposta a Nordeste (Botelho e Sobral, 2007: 5). Com vários hectares de extensão, este povoado da Idade do Bronze possui o seguinte tipo de estruturas: fossas, valados e buracos de poste. Este sítio terá ocupações do Bronze Médio, do Bronze Final e ocupações posteriores. Possui estruturas em negativo de planta circular e subcircular; pequenos “valados” com cerca de dois metros de comprimentos por 30/40 cm de largura. Na área de maior concentração de buracos de poste, não existiam praticamente fossas nem valados. Na zona onde se concentrava o maior número de fossas, pelo contrário, não foram detetados valados nem buracos de poste. Na limpeza de um dos cortes, durante a primeira fase de escavações, foi encontrado um vaso de largo bordo horizontal (informação pessoal de Sérgio Gomes e Lurdes Cunha).

Nesta estação foram detetados:

“1943 buracos de poste, 198 valados, 386 fossas e 1 fosso, ainda que com predominância total na sequência estratigráfica pré-histórica; é com dificuldade que se reconhecem geometrias funcionalmente significantes entre os negativos: uma cabana retangular, outras duas circulares, e três concentrações de fossas, duas das quais isoladas e a terceira no interior de uma das cabanas. (...) Em relação ao espólio cerâmico passível até ao momento de identificação da forma, dir-se-á que dominam vasos maioritariamente lisos ou providos de pontual decoração plástica, patenteando formas ovóides com colo e fundos planos, sendo também de referir a presença de uma taça semiesférica de bordo plano” (Botelho, 2013: 585-586).



Figura 12. Conjunto de fossas escavadas no sítio do Corgo, Vila do Conde (Metro do Porto, em linha).

Localizado na margem direita da bacia do curso médio do rio Cávado, o povoado da **Santinha I** (Amares) ocupa a plataforma e parte da encosta sul de uma colina. É um povoado com ocupação nos finais da Idade do Bronze, sem vestígios de fortificação ou fosso. Os vestígios das estruturas encontradas durante a sua escavação apontam para uma “diferenciação funcional do espaço”: na plataforma superior foram detetadas fossas abertas no saibro, inscritas no interior de um murete, enquanto a encosta Sul apresentou outro tipo de organização, onde se identificaram estruturas de habitação, em simultâneo com fossas, bem como vestígios de enterramentos, inseridas numa plataforma artificial, delimitada por um muro de contenção (Bettencourt, 2001). Em suma, no caso da plataforma superior da Santinha I, existia um murete de pedra, associado a buracos de poste, que constituiriam a base de uma edificação em materiais perecíveis onde se inseriam várias fossas (Bettencourt, 2009: 91).

A estação da **Lavra II** (Baião) foi detetada em 1980. A escavação revelou tratar-se de um habitat pré-histórico com duas ocupações, uma do Neolítico Médio/Final e outra do Bronze Final (Sanches, 1988: 126). A ocupação do Bronze Final, denominada de Lavra II, revelou várias estruturas habitacionais - fossas de forma e dimensão variável, buracos de poste, lareiras e ainda um piso - as quais se estendem por uma área não inferior a 2 ha. (Bettencourt, 2009: 91).

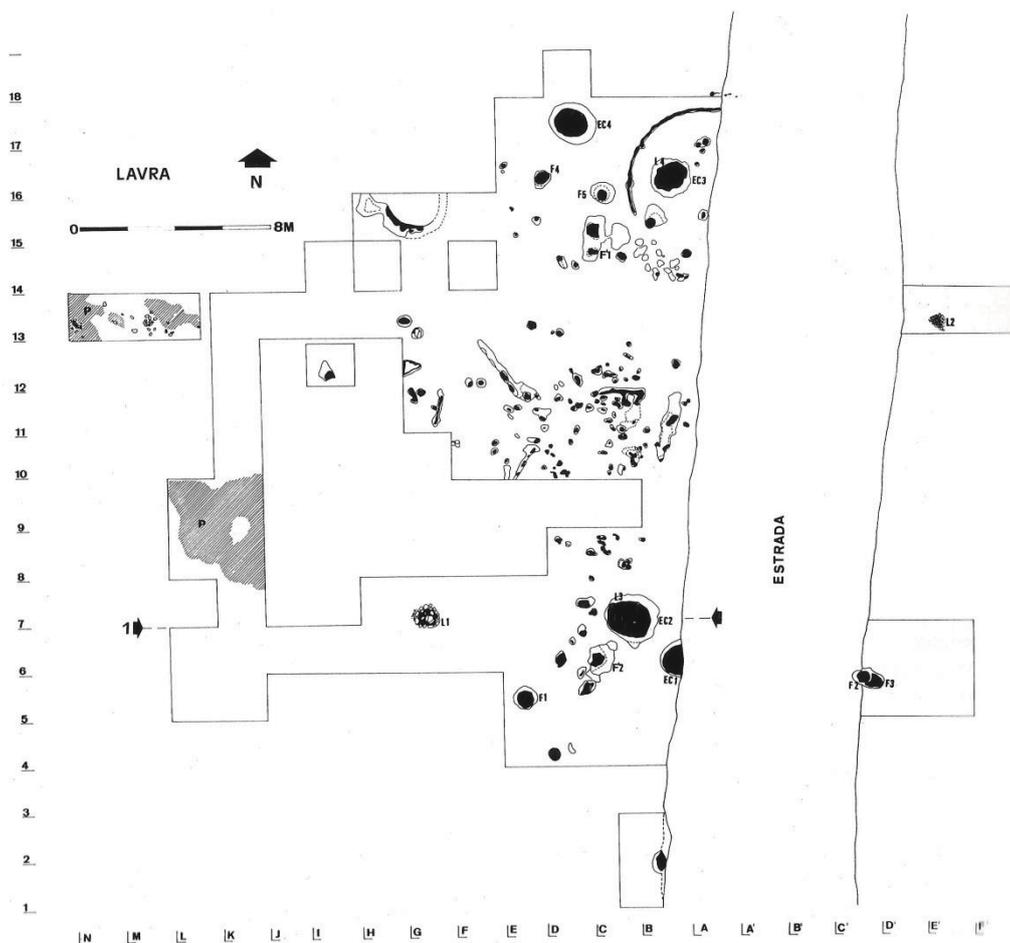


Figura 13. Planta geral da Lavra II (Baião) (Sanches, 1988: 127).

Na **Quinta de São Lourenço 2** (Bragança) foram escavadas 16 estruturas em negativo, que poderiam corresponder a silos para armazenamento, provavelmente, de cereal, abertos no substrato base, tendo também sido identificadas e escavadas quatrolareiras relacionadas com essas estruturas de armazenamento. Os silos, que se concentravam num núcleo com aproximadamente 90 m², foram abertos num depósito argiloso bastante consistente, tendo sido posteriormente cheios com outros depósitos de terra escura menos compacta e com lajes de xisto. Estas estruturas circulares possuíam paredes regulares que convergiam para um fundo plano e apresentavam, em média, 80 cm de profundidade. Aslareiras foram, à semelhança dos silos, feitas no substrato base, possuindo planta circular e uma profundidade média de 15 cm. O enchimento era constituído, na sua maior parte, por níveis de carvões e argila queimada. O material arqueológico exumado durante a escavação é constituído maioritariamente por fragmentos de cerâmica, embora também tenham sido encontradas algumas mós manuais em granito e anfibolito. As formas e o tipo de decoração dos fragmentos de cerâmica recolhidos, permitiram enquadrar cronologicamente esta estação genericamente no II milénio a.C. (Ramos, 2010: 38).

Após a caracterização deste conjunto de povoados abertos, que se integram em vários momentos da Idade do Bronze, duas ideias parecem ganhar consistência:

a) A existência de estruturas do tipo fossa com funcionalidades distintas, parece ser uma presença constante;

b) A estruturação interna dos povoados onde parece haver uma “diferenciação funcional do espaço”, que pode resultar de algum tipo de planificação prévia dos sítios. Essa realidade é bastante evidente nas Areias Altas, na Cimalha, no Pego, na Santinha, no Monte Calvo e no Corgo.

2.2. Povoados de Altura

De seguida, iremos apresentar um quadro com a caracterização geral dos povoados de altura, recorrendo às palavras de Ana M. S. Bettencourt e, posteriormente avançaremos com a descrição de alguns desses sítios.

POVOADOS DE ALTURA	Implantação	Descrição	Sítios
Bronze Inicial			
Bronze Médio	No topo de um grande monte.	Estruturas compostas por cabanas (pisos e buracos de poste) associadas a lareiras.	Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)
Bronze Final	<ul style="list-style-type: none"> - “Em contextos de monte; - Em remates de esporões de média altitude, na bordadura de vales (entre outros); - em posição similar aos anteriores, mas a baixa altitude” (Bettencourt, 2009: 91) 	<p>“A organização interna dos povoados de média altura, na bordadura de grandes vales ou da plataforma litoral é pouco conhecida devido à inexistência de escavações em área.</p> <p>Sabe-se, no entanto, que teriam sido construídos essencialmente, com materiais perecíveis. As estruturas habitacionais teriam pisos de argila compactada ou de terra batida, por vezes delimitados por alinhamentos de pedras, pequenos valados ou buracos de poste” (Bettencourt, 2009: 91).</p> <p>“Tendo em conta o número de povoados que se conhecem para este período, o processo de amuralhamento durante o Bronze Final do Noroeste, teria sido raro” (Bettencourt, 2009: 91)</p>	<p>MINHO</p> <p>São Lourenço (Esposende)</p> <p>Barbudo I (Vila Verde)</p> <p>Alto de Santa Ana (Chaves)</p> <p>Lugar da Costa (Vila Verde)</p> <p>Cabanas I (Braga)</p> <p>Falperra I (Braga)</p> <p>Nossa Senhora de Fátima (Braga)</p> <p>Castelo de Faria I (Barcelos)</p> <p>Roriz I (Barcelos)</p> <p>DOURO LITORAL</p> <p>Alto da Caldeira (Baião)</p> <p>Rua D. Hugo, n.º 33 (Porto)</p> <p>Monte Padrão (Santo Tirso)</p> <p>TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO</p> <p>Fraga dos Corvos (Macedo</p>

			de Cavaleiros)
			Povoado do Baldoeiro (Torre de Moncorvo)
			Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar)
			Crasto de Palheiros (Murça)
			Senhora do Castelo (da Adeganha) (Torre de Moncorvo)
			Castro de São Juzenda (Mirandela)
			Vila Velha (Vila Real)

Quadro 3. Os Povoados de Altura (ver bibliografia).

O **Castro de S. Lourenço** (Esposende) terá começado a ser construído durante o Bronze Final. Desta fase existe a indicação de ter aparecido um machado de bronze. No decorrer das escavações deste sítio recolheram-se alguns fragmentos de vasos cerâmicos que se integram neste período. Há ainda referências a uma construção circular efetuada com pedra miúda ligada com barro, associadas a uma ocupação entre os séculos IX a VI a.C. (Bettencourt, 2013: 149).

O **Castelo de Faria I** (Barcelos) localiza-se num outeiro íngreme e rochoso na encosta NO do monte da Fanqueira. Possui três linhas de muralhas com construções e materiais de diversas épocas, desde o Bronze Final até aos finais da Idade Média. Neste sítio foram encontrados vários fragmentos cerâmicos de tipo "Penha" e "boquique", pontas de seta em xisto (Bronze Final), entre outros materiais de cronologias posteriores (Portal do Arqueólogo, em linha).

O **Alto da Caldeira** (Baião) constitui uma elevação relativamente individualizada no extremo SW da Serra da Aboboreira, onde decorreram dois momentos de ocupação, uma primeira que deverá remontar, a meia encosta, pelo menos à Idade do Bronze e uma outra no topo, que será Medieval. Segundo Susana Oliveira Jorge destaca-se a presença "de fórmulas cerâmicas normalmente inseridas em horizontes meridionais do Bronze Final a par de recipientes de tradição e fabrico local". A "existência de três pequenos fragmentos de vasos de fabrico a torno, e a própria implantação do habitat - no alto duma elevação com condições naturais de defesa" levam a autora a colocar a hipótese de o Alto da Caldeira "ter constituído um local de povoamento tardio nos finais da Idade do Bronze/inícios da I. do Ferro" (Jorge, 1981: 72-73).

No morro da Sé do Porto, na **Rua D. Hugo, n.º 33**, foram detetados vestígios da Idade do Bronze. Na sondagem 02 da escavação dirigida por Jorge Fonseca, para a empresa Arqueologia e Património, surgiu um conjunto de depósitos associados a cerâmicas atribuíveis à Idade do Ferro/Bronze Final. "Os níveis arqueológicos estratigraficamente abaixo cobriam os restos de um piso. Nestes contextos a análise preliminar dos fragmentos cerâmicos recolhidos remetem-nos para a ocupação do espaço em finais da Idade do Bronze" (Fonseca, 2011: 19). Estes elementos parecem confirmar os dados avançados pelas escavações de 1984, sob a orientação de Manuel Real, numa outra casa da Rua D. Hugo (nº 5). Segundo António M.S.P.

Silva (2010: 222) a partir da escavação de 1984 "verificou-se que o povoado indígena da Idade do Ferro, com origens no Bronze Final, se situava de facto naquela elevação da Penaventosa (...)."



Figura 14. Piso e material cerâmico do Bronze Final proveniente da Rua D. Hugo, nº 33 (Fonseca, 2011: 20-21).

A **Fraga dos Corvos** (Macedo de Cavaleiros) situa-se no topo de um grande monte, sobre a aldeia de Vilar do Monte, nos contrafortes ocidentais da serra de Bornes. As evidências arqueológicas do povoado e do abrigo 2 integram-se na Idade do Bronze. Foram definidos vários buracos de poste que parecem delimitar várias cabanas. "As produções cerâmicas caracterizam-se pela existência de recipientes com decorações de "tradição Campaniforme" impressas a pente, juntamente com taças de "tipo Cogeces ou Protocogotas", que por vezes combinam decorações pontilhadas geométricas e incisadas ocasionalmente com preenchimento a pasta branca" (Senna-Martinez *et al.*, em linha).

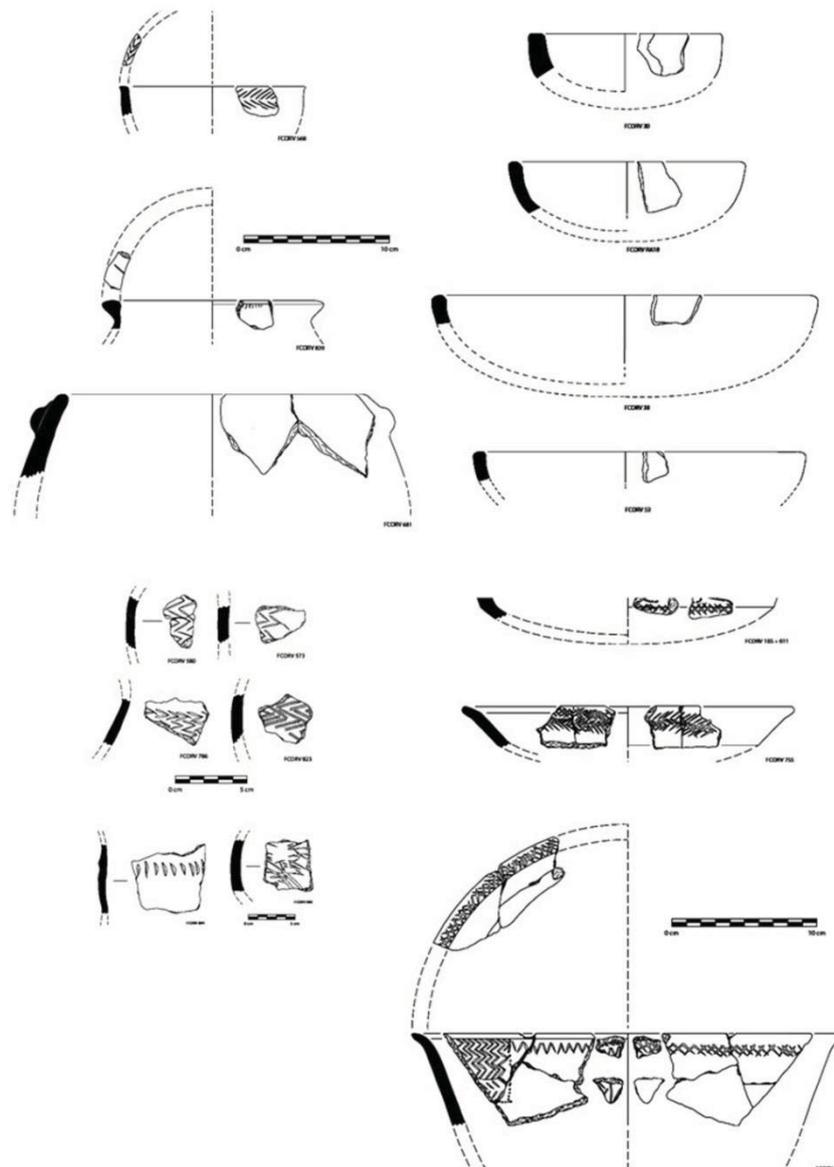


Figura 15. Fraga dos Corvos - Olaria do Povoado do Bronze Médio (sg. Senna-Martinez, *et al.* 2007, fig.5 - reprodução autorizada).

Segundo os autores da escavação:

“A associação de olaria decorada de tradição campaniforme, até à data identificada em todas as fases e praticamente todas as cabanas escavadas, juntamente com formas e decorações típicas do "Mundo Cogeces" constitui um argumento poderoso para enquadrar este povoado num momento relativamente antigo da primeira Idade do Bronze, eventualmente no segundo quartel do segundo milénio a.C. Assim a ser correcta esta proposta de cronologia, estamos em presença de um dos mais antigos povoados com evidência de produção de bronzes conhecidos no território português” (Senna-Martinez e Luís: 2009: 76).

Os contextos da prática da metalurgia escavados neste sítio, únicos em toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, permitem “integrá-lo num horizonte cronológico compatível com os machados tipo “Bujões/Bacelos”, numa produção regional dos primeiros bronzes binários” (*Ibidem*).

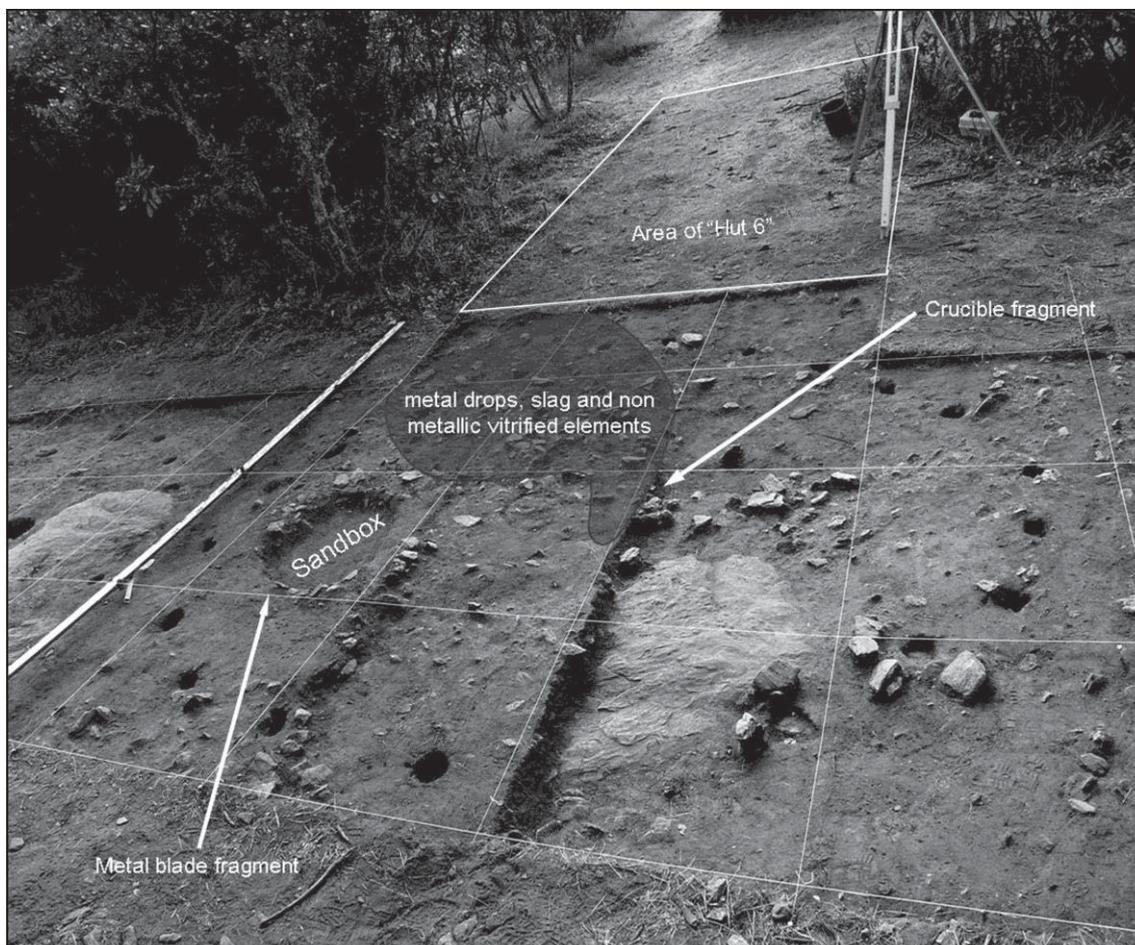


Figura 16. Fraga dos Corvos - Área de fundição do povoado do Bronze Médio (sg. Senna-Martinez, *et al.* 2007, fig.2 - reprodução autorizada).

Mas a ocupação deste sítio não se restringe ao Bronze Médio. O Sector M, é uma área que se localiza “numa plataforma delimitada por um troço de uma muralha em talude, de cujo aparelho foi, em campanhas anteriores, recolhido material arqueológico que apontava a sua construção para o Bronze Final”. Os materiais arqueológicos recolhidos durante a limpeza da muralha forneceram fragmentos cerâmicos, tais como “alguns fragmentos com decoração incisa (tipo “Cogeces”); uma pequena enxó de anfíbolito; e dois fragmentos de uma fíbula provavelmente de tipo Acebuchal, esta última proveniente da base do revestimento pétreo” (Senna-Martinez *et al.*, 2012: 25).

“Os materiais cerâmicos recuperados no setor M, na campanha de 2011 apontam para uma ocupação enquadrável no Bronze Final. No mesmo sentido, a muralha em talude, pode ser atribuída a um momento final daquele período” (Senna-Martinez, 2012: 39).

O **Povoado do Baldoeiro** (Torre de Moncorvo) abrange “um pequeno vale, com orientação e pendente Norte/Sul, no extremo do qual se situam os vestígios de um templo românico, e um esporão sobranceiro ao vale da Vilariça, constituído por grandes fragas graníticas e sobre o qual se ergueria uma torre roqueira de formato quadrangular” (Rodrigues, 1994: 27). Destaca-se na paisagem apesar de se situar a apenas 300m de altura (Rodrigues e Rebanda, 1999). Na área envolvente de um "castelo" granítico, que teve posterior ocupação medieval, recolhem-se numerosos fragmentos de material calcolítico, cerâmica de fabrico manual, lisa e decorada. Nas escavações efectuadas por Miguel Rodrigues, sob níveis medievais, foi detectada uma camada com materiais do Bronze Final/Ferro, com bordos denteados, camada que se sobrepõe a estratos com materiais da Idade do Cobre (Lemos, 1993: 352). Sob os níveis de ocupação da torre roqueira medieval existia uma camada negra pulverulenta onde se recolheram materiais pré-históricos, com destaque para cerâmicas decoradas com impressão "penteada". Recolheram-se moinhos de granito, machados polidos e uma enxó (Sanches, 1997: 283). A análise das cerâmicas pré-históricas indicou a presença de ocupações datáveis do Calcolítico e do Bronze Final/Ferro Inicial (Rodrigues, 1994: 27). A segunda fase de ocupação deste povoado é datável do Bronze Final, onde foram detetadas cerâmicas com decorações tipo “Cogotas I”, “Boquique” (incrustações e motivos em grinalda), incisões profundas, reticulados e plásticas (mamilos) (Rodrigues e Rebanda, 1999).

O **Castelo de Aguiar** (Vila Pouca de Aguiar) integra-se “num esporão avançado (810 m) da abrupta escarpa de falha que domina o vale do rio Corgo, no seu troço inicial entre Soutelo de Aguiar e Telões (Jorge, 1986: 573). A escavação de Susana Oliveira Jorge demonstrou a existência de três grandes fases de ocupação da estação, das quais destacamos a segunda fase, correspondendo ao Bronze Final, manifestando-se pelos vestígios de diversos materiais cerâmicos e líticos, vários tipos de estruturas (um murete, buracos de poste, fossas), e segundo as palavras da autora,

“(…) também se observou a perfuração posterior da camada 7, com o intuito de nela se inserirem grandes pedras que constituiriam a face externa duma possível estrutura defensiva do Bronze Final” (*Idem*: 579)

O **Craсто de Palheiros** (Murça) é um povoado que ocupa uma crista quartzítica elevada no topo de um cabeço. Este sítio possui um conjunto de ocupações balizadas entre o início do III milénio a.C. e o século II d.C. (Sanches, 2008: 21). O Craсто de Palheiros tem uma ocupação mal caracterizada do Bronze Final que se resume a alguns estratos muito revolvidos, onde os vestígios atribuídos a esse período parecem ter sido destruídos pelas ocupações posteriores da Idade do Ferro. Existem fragmentos cerâmicos enquadráveis no Bronze Final (informação pessoal de Dulcineia Pinto).

A **Senhora do Castelo** (da Adeganha, Torre de Moncorvo) situa-se num "castelo" granítico sobranceiro à ribeira da Vilariça, a meia altura entre o altiplano da Adeganha e o fundo do vale, com acesso simultâneo aos solos mais húmidos da depressão e aos solos mais leves e secos do planalto (Rodrigues e Rebanda, 1999: 112-113). É um sítio ocupado ao longo dos milénios, com abundantes materiais. Registam-se cerâmicas calcolíticas (penteadas e puncionadas), da Idade do Bronze (Cogotas I), da Idade do Ferro, da época romana, e medievais (Lemos, 1993: 343-344). Trata-se de um povoado fortificado com duas linhas de muralha. Não foi possível definir com precisão em que período foram construídas estas linhas de muralhas. Foi recolhido um abundante espólio à superfície que inclui artefactos de pedra polida, uma mó e fragmentos cerâmicos de características variadas, que apontam para uma

ocupação prolongada deste local. Os materiais foram recolhidos nas terras lavradas, situadas na encosta Este/Sul, exteriormente às linhas de muralhas (Rodrigues, 1990) e apresentam um conjunto notável de fragmentos decorados com motivos atribuíveis ao Bronze Final, nomeadamente efetuados com técnica Boquique (Rodrigues e Rebanda, 1999: 112-113).

O **Castro de São Juzenda** (Mirandela) é um povoado fortificado que ocupa a extremidade sobrelevada de um esporão, delimitado pela ribeira de Vale de Prados e pelo rio Tuela. É sobranceiro ao rio Tuela, localizando-se na sua margem esquerda. O Castro de S. Juzenda indica uma ocupação muito longa, desde o III milénio (início?) a.C. ao século IV d.C.. Este "castro" possui várias linhas de muralhas, uma delas datável do Bronze Final. A exiguidade das áreas escavadas não permite caracterizar o tipo de ocupação anterior à construção da muralha, nem se houve continuidade entre aquela ocupação mais antiga e a que é datada do Bronze Final (Sanches, 1997: 273).

Recentemente, identificaram-se vestígios seguros de ocupação na Idade do Bronze no sítio da **Vila Velha** (Vila Real). Nos últimos trabalhos aí realizados foram identificados níveis de ocupação pré-histórica integráveis no Bronze Final, onde foram detetadas diversas estruturas e contextos bem preservados, em diferentes áreas do morro (Baptista, 2008: 67).



Figura 17. Cerâmicas da Idade do Bronze dos contextos escavados na Vila Velha, Vila Real (Fonte: Arqueologia e Património).

Destaca-se um nível de ocupação que se encontra sobre uma Rampa/Talude, onde se escavou um piso, quatro lareiras e um buraco de poste. “A estrutura em rampa/talude é constituída por grandes pedras em granito, sendo algumas destas fragmentos de mós, envoltas num sedimento castanho-escuro”. Entre as pedras foram exumadas sementes carbonizadas, fragmentos cerâmicos e duas braceletes em bronze (Baptista, 2008: 67).



Figura 18. Vila Velha, níveis da Idade do Bronze (Fonte: Arqueologia e Património).

“Outra estrutura, que pela sua organização poderá ser funerária, trata-se de uma estrutura em negativo condenada por uma grande pedra, na qual se exumou um vaso completo, que terá fragmentado devido à força exercida pela pedra; e dois líticos, nomeadamente um dormente em granito e um alisador em quartzito” (Baptista, 2008: 67).



Figura 19. Vaso exumado da estrutura em negativo (Fonte: João Ribeiro da Silva).

Em relação ao povoamento, Ana M. S. Bettencourt avança com algumas considerações:

- Ao nível da implantação dos povoados durante o Bronze Final coexistem duas situações distintas:
 - a) “mantêm-se os povoados sobre pequenas colinas no vale,
 - b) consolida-se a tendência, emergente nos finais do Bronze Médio, do desenvolvimento de povoados em esporões de média altitude, na bordadura de vales agrícolas ou da plataforma litoral, com excelentes condições de visibilidade sobre o território e bem perceptíveis de longe”. (Bettencourt, 2013: 147)

- A dimensão destes sítios pode ser muito diversa, desde povoados que ocupam vários hectares até povoados cuja área é bastante reduzida (*Idem*: 148).
- “Os povoados que se localizam no seio de solos férteis e bem irrigados, quer estejam implantados em planaltos, em plataformas de vertentes ou em colinas no seio de vales ou da plataforma litoral, apresentam inúmeras fossas abertas nos sedimentos e no substrato rochoso, não raro com sobreposições, frequentemente agrupadas em núcleos e, por vezes, em associação com buracos de poste, Tal indicia que estariam no interior de estruturas cobertas, tal como se verifica para o Bronze Médio” (Bettencourt, 2013: 149).
- Alguns destes povoados foram delimitados por paliçadas ou por muros de contenção de terras, proporcionando terraços artificiais nas vertentes (*Ibidem*).
- Assim sendo, “o processo de amuralhamento durante o Bronze Final do Noroeste, teria sido raro, tal como vem sendo assinalado desde a década de 90” (Jorge, 1997; Bettencourt, 1999 citados em Bettencourt, 2013: 149).

Acrescentamos apenas o desconhecimento, até ao momento, de povoados de altura que se enquadrem no Bronze Inicial.

2.3. Outros Lugares

Enquadrar os vestígios arqueológicos em categorias ou tipologias estanques, é, pela sua diversidade, uma tarefa difícil. Existem sítios que parecem não ajustar-se às categorias apresentadas até ao momento. Por esse motivo, e seguindo a linha de pensamento de Ana M. S. Bettencourt, iremos distinguir outros tipos de contextos arqueológicos:

Lugares conectados com “santuários rupestres” dos quais a autora destaca a Bouça da Cova da Moura, uma ocupação relacionada com um conjunto de gravuras rupestres, das quais é sobejamente conhecida a Pedra Partida de Ardegães.

Numa intervenção arqueológica realizada em 2004 pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal da Maia, na **Bouça da Cova da Moura** (Maia) foi identificada uma ocupação da Idade do Bronze com vestígios da prática da metalurgia do bronze, estruturas em pedra e em negativo e vestígios ténues de pisos. Foi encontrado um pingo de fundição proveniente de um contexto do Bronze Médio (Carta Arqueológica do concelho da Maia, em linha). As escavações revelaram buracos de poste delimitados por pedras e restos de um pavimento argiloso. Estas estruturas associavam-se a fragmentos cerâmicos lisos ou com decoração maioritariamente plástica, em forma de cordões, pastilhas e mamilos, pertencentes a formas abertas e fechadas, de média e pequena dimensões, e a bases de fundo plano simples. Entre estes identificaram-se vasos com as seguintes formas: potes, potinhos, um vaso de médio bordo horizontal, um vaso tendencialmente troncocónico, um subcilíndrico e uma malga. Foram detetados ainda restos de fundição de bronze, a par de materiais líticos. Este conjunto de materiais insere-se no Bronze Médio do Noroeste, quer pela presença dos elementos metálicos, quer pela coexistência de vasos troncocónicos com vasos de médio bordo horizontal (Bettencourt *et al.*, 2012: 55-56).

Ana M. S. Bettencourt assinala ainda outro tipo de sítios arqueológicos que nos parece importante mencionar, os **recintos monumentalizados**. A autora refere-se a

“(...) lugares excepcionais em termos geomorfológicos, situados em locais marcantes e impressionantes, que se percebem de longe, de onde é possível visualizar um amplo espaço circundante e onde se efetuaram grandes investimentos construtivos e se manusearam e ou depositaram *itens* de exceção (cerâmicos, metálicos ou outros). Referimo-nos ao que designámos por recintos monumentalizados e nos quais incluímos hipoteticamente S. Julião, em Vila Verde; Alto da Pena, em Ponte de Lima e Castelo de Matos, em Baião” (Bettencourt, 2013: 166)

Passamos a caracterizar, sucintamente, S. Julião e Castelo de Matos.

A **Citânia de S. Julião** (Vila Verde) possui duas ocupações que se integram na Idade do Bronze: uma primeira ocupação, sem estruturas monumentais, no séc. XI a.C. e outra a partir da segunda metade do séc. IX até aos séculos VIII/VI a.C.. Aqui construíram-se dois grandes muros, na segunda metade do séc. IX a.C.. O mais interior e que rodeava a plataforma superior, com entrada voltada a nascente, era delimitado por um fosso parcial onde se depositaram dois punhais de tipo Porto de Mós. No interior deste recinto existiam sobreposições de diversas cabanas de contorno circular ou oval, com dimensões entre os c. de 5.50m e os 3.50m de diâmetro, algumas fossas abertas no subsolo, assim como inúmeros fragmentos de recipientes cerâmicos, de artefactos líticos, metálicos (machado, ponta de lança, bracelete, resto de caldeiro, etc.), de vidro (contas de colar) e de azeviche (braceletes). O segundo muro, que delimitava a plataforma Noroeste, com abertura voltada a Norte, “inscrevia algumas lareiras, escassos pavimentos e estruturas circulares de difícil classificação. Fora da muralha foi detetada uma fossa, tapada com pedras e contendo um vaso interpretado como urna funerária, assim como um afloramento com covinhas e sulcos” (Bettencourt, 2009: 108-109).

Realizaram-se escavações arqueológicas em **Castelo de Matos** (Baião), tendo sido reconhecida uma primeira ocupação atribuível aos finais da Idade do Bronze. A exiguidade da superfície escavada e as perturbações sofridas ao longo do tempo reduziram, consideravelmente, os vestígios da ocupação de Castelo de Matos na Idade do Bronze. No que concerne à ocupação pré-histórica é assinalado não ser “possível apresentar uma imagem clara das estruturas correspondentes à ocupação do final da Idade do Bronze”, porém foi identificado um provável “fundo de cabana”, cujo piso em saibro se estendia sob a muralha medieval, devendo ir até junto do rochedo, na periferia da plataforma” (Figueiral e Queiroga, 1988: 142).

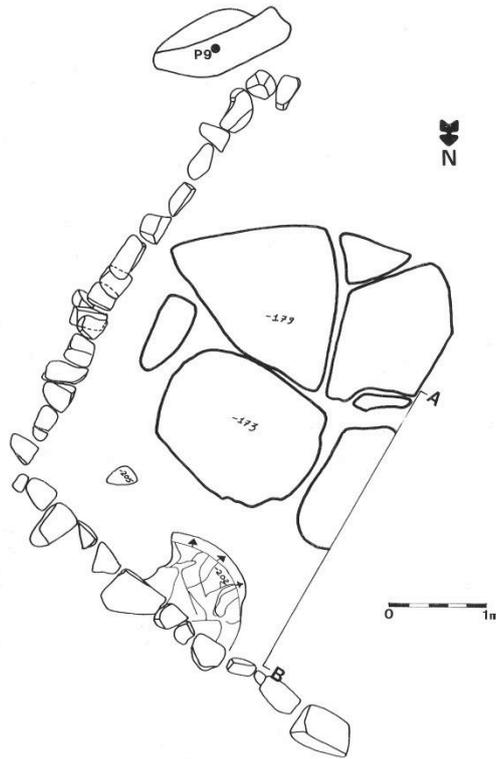


Figura 20. Castelo de Matos - “Pormenor do piso, ou fundo de cabana, da idade do Bronze, o qual passa debaixo da muralha medieval” (Queiroga, 1984: 141).

Segundo António Dinis “restou uma camada de pedras sugerindo o aplanamento da área para assentamento das estruturas, restos de troncos incarbonizados associados a um alinhamento de manchas circulares de carvões, dispostas quase em linha e em intervalos regulares, apontando para uma hipotética paliçada em madeira e parte de um piso em saibro que poderia corresponder ao fundo de uma cabana”. Além dos mais de dois milhares de fragmentos cerâmicos exumados, recolheram-se em Castelo de Matos alguns pequenos fragmentos de moldes, em argila, “parecendo um deles de espada”. O material não cerâmico resumiu-se a dois machados de pedra polida e a três artefactos em cobre, muito degradados, sendo duas pontas de seta e uma pequena faca (Dinis, 1991: 121).

Sítios	Neolítico	Calcolítico	B. Inicial	B. Médio	B. Final	I. Ferro	Romano	Medieval	Bronze
Sola (Braga) (Castro da Sola)		x	x	x		x	x	x	
Areias Altas (Porto)			x						
Carrão Praia (Viana do Castelo)			x						
Boucintas/Regueira (Ponte de Lima)			x						
Cimalha (Felgueiras)			x	x	x			x	
Quinta do Rápido (Barcelos) (Povoado do Rápido)				x					
Tapada da Venda I/Pedroso; Tapada da Venda II (Celorico de Basto)				x	x				
Povoado de Lavra (Matosinhos)				x			x	x	
Monte Calvo (Baião)				x					
Bouça do Frade I (Baião)				x	x				
Bouça do Carrão/Moçueira (Arcos de Valdevez)				x					
Pego (Cunha, Braga)					x	x		x	
Corgo (Azurara, Vila do Conde)				x	x			x	
Santinha I (Amares)		x			x				
Povoado da Lavra II (Marco de Canaveses)	x				x				
Alto da Cidade (Braga)					x		x	x	
Corga do Carroço/Lugar Novo (Terras do Bouro)					x				
Quinta de São Lourenço 2 (Bragança)							x	x	x
Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)				x	x	x		x	
São Lourenço (Espouende) (Castro de ...)	x?				x	x	x	x	
Barbudo I (Vila Verde) (Castro do ...)					x	x	x		
Alto de Santa Ana (Chaves)					x				
Lugar da Costa (Vila Verde)					x				
Cabanas I (Braga)					x				
Falperra I (Braga)		x			x	x	x		
Nossa Senhora de Fátima (Braga)					x				
Castelo de Faria I (Barcelos)		x		x?	x	x	x	x	
Roriz I (Barcelos)					x	x	x		
Povoado do Baldoeiro (Torre de Moncorvo)		x			x	x	x	x	
Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar)		x			x			x?	
Alto da Caldeira (Baião)					x			x	
Crasto de Palheiros (Murça)		x			x	x			
Senhora do Castelo (da Adeganha) (Torre de Moncorvo)		x			x	x	x	x	
Castro de São Juzenda (Mirandela)					x	x	x		
Vila Velha (Vila Real)					x	x	x	x	
Rua D. Hugo, n.º 33 (Porto)					x	x	x		
Monte Padrão (Santo Tirso)				x	x	x	x	x	
S. Julião, em Vila Verde (Citânia de S. Julião)					x	x	x	x	
Castelo de Matos (Baião)					x			x	

Quadro 4. Sequências temporais dos povoados (abertos e de altura) e dos recintos monumentalizados (Bettencourt 2009, 2010, 2013, Sampaio *et al.* 2008 e dados inéditos).

Elaborámos o quadro 4 com o intuito de ser possível uma melhor leitura da dimensão temporal dos povoados referidos ao longo deste trabalho. É apenas uma amostra e as considerações tecidas de seguida são preliminares e parciais. Como podemos constatar através da sua análise, a maioria dos sítios referenciados não apresenta unicamente vestígios da Idade do Bronze. Existem situações em que a ocupação da Idade do Bronze se sobrepõe a vestígios mais antigos, Neolíticos e/ou Calcolíticos; ou, por outro lado, vestígios da Idade do Bronze que precedem ocupações da Idade do Ferro.

Em relação aos povoados de altura, um dos aspetos mais visíveis é o aparente desconhecimento deste tipo de povoados durante o Bronze Inicial e o número reduzido no Bronze Médio.

A segunda grande conclusão que podemos retirar da observação do quadro, é que o número de povoados conhecidos para o Bronze Final, quer estejamos a falar de povoados abertos ou de altura, é mais elevado do que para os dois períodos anteriores: o Bronze Inicial e o Bronze Médio. Muitos destes povoados do Bronze Final parecem emergir neste período, não se notando uma continuidade óbvia entre os três momentos da Idade do Bronze.

Nota-se que um grande número de povoados de altura do Bronze Final possui ocupações da Idade do Ferro. No entanto, não nos foi possível precisar se essas ocupações se inserem imediatamente na 1.^a Idade do Ferro ou na 2.^a Idade do Ferro.

Os períodos de transição são extremamente complexos de analisar, como tal, a passagem do Calcolítico para o Bronze Inicial e do Bronze Final para o Ferro Inicial, continua a suscitar inúmeros problemas de interpretação. No que concerne a transição Bronze Final/Ferro Inicial, muitas vezes as descrições dos sítios referem que as ocupações posteriores, do “Ferro”, destruíram os vestígios do Bronze Final.

3. PRÁTICAS SEPULCRAIS

No que toca às práticas sepulcrais, iremos agrupá-las em três grandes grupos: no primeiro concentramos as arquiteturas funerárias construídas “em pedra”, no qual incluímos os monumentos megalíticos, através da sua reutilização; a construção de monumentos de “tradição megalítica” e a edificação de cistas, simples, sem *tumulus*. Num segundo grupo, falaremos das fossas abertas no saibro, de diferentes tipologias e por último, abordaremos os enterramentos em grutas e abrigos.

Reutilização de Monumentos megalíticos/ Monumentos de “tradição megalítica”/Cistas

Segundo Ana M. S. Bettencourt, o processo de reutilização de monumentos megalíticos ocorre durante toda a Idade do Bronze, materializado através do depósito de recipientes cerâmicos, de artefactos líticos e metálicos, em ouro e prata, típicos do Bronze Inicial (Bettencourt, 2009: 94).



Figura 21. Púcaro de colo Alto do Dólmen de Carvalhas Alvas, Vila Pouca de Aguiar (Fonte: João Ribeiro da Silva).

As formas cerâmicas mais comuns durante o Bronze Inicial e Médio são os vasos troncocónicos e semicilíndricos, assim como os potinhos/púcaros similares aos vasos de «“tipo Tarayo” con o sin asas, a veces Carenados» (Bettencourt, 2010a: 144). Durante o Bronze Médio e o Bronze Final são comuns os vasos de largo bordo horizontal (*Ibidem*).



1. Vaso tronco-cónico.

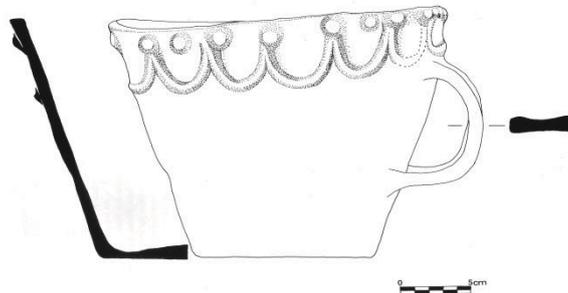


Figura 22. Vaso troncocónico da Cista do Gorgolão, Montalegre (Silva, 1994).

Os monumentos de “tradição megalítica” são definidos por esta autora como:

“estruturas cobertas por montículos artificiais de pedra e terra, muito pouco perceptíveis na paisagem, em cujo espaço central se construíram pequenas cistas de pedra ou fossas abertas no substracto. Por vezes não aparece qualquer tipo de câmara o que faz pressupor que estas poderiam ser em materiais perecíveis ou que os ritos funerários se efectuariam directamente sobre o solo” (Bettencourt, 2009: 94).

A construção de cistas que “podem ser rectangulares, quadrangulares ou trapezoidais, forradas a xisto ou granito, e cobertas com lajes ou pedras, sem *tumulus*” (Bettencourt, 2009: 98) é um fenómeno frequente na Idade do Bronze. Constituem “prácticas funerarias de larga duración, pudiendo contener inhumaciones o incineraciones. Se distribuyen, normalmente, en áreas conectadas con valles fértiles, a veces, en el interior de los poblados coetáneos” (Bettencourt, 2010a: 147).



Figura 23. Outeiro de Gregos 1 e Estrutura Periférica (em primeiro plano), Baião (Bettencourt, 2010a: 145).

No quadro 5 fazemos referência a alguns sítios do Norte de Portugal que se enquadram nos tipos de práticas sepulcrais enunciadas anteriormente.

A reutilização dos monumentos megalíticos parece manter-se durante o Bronze Inicial e Médio, mas começa a ter menor expressão durante o Bronze Final. Também os monumentos de “tradição megalítica” parecem estar ausentes durante o Bronze Final, na região estudada (No entanto, os monumentos da Senhora da Ouvida em Castro Daire (a sul do Douro) datados do Bronze Final, enquadram-se neste tipo.). As cistas, por seu lado, parecem ser um fenómeno frequente, conforme foi referido previamente.

		Reutilizações de monumentos megalíticos				Monumentos de “tradição megalítica”				Cistas			
Bronze Inicial		Dólmen de Madorras 1 (Sabrosa)	Dólmen do Monte da Cerca (Esposende)			Tumulus de Meninas de Crasto 4 (Baião)	Outeiro de Gregos 1 (Baião)	Necrópole de Chã de Arefe (Barcelos)	Cista da Quinta da Água Branca (Vila Nova da Cerveira)	Necrópole de Lagares (Valbenfeito), Macedo de Cavaleiros			
		Reocupado entre os finais do século XX e os inícios do XVII a.C. (data de C14 1931-1696 a.C.)	Espiral de prata atribuível ao Bronze inicial			Datado de 2457-2140 a.C. Espiral de prata	Datado de 2140-1786 a.C. Espiral de prata	“Aqui foram encontrados uma ponta de lança em cobre, de tipo Palmeia; um braçal de arqueiro e um vaso tendencialmente troncocónico.”	“Aí foi enterrado um indivíduo coberto, pelo menos parcialmente, com um colorante avermelhado, com um diadema em ouro sobre o crânio, um punhal de cobre, do lado esquerdo além de duas espirais e dois aros de ouro em posição desconhecida.”	Várias sepulturas de inumação formadas por lajes de xisto. No seu interior detetaram-se alguns fragmentos cerâmicos e uma espiral de ouro, de três voltas.			
B. Inicial ou Médio		Monumentos megalíticos da Serra (Esposende)	Dólmen de Canvalhas Alvas (Vila Pouca de Aguiar)	Dólmen da Estante (Alijó)					Cistas da Lomba (Fontela de Godim), Vila da Ponte, Montalegre	Necrópole de Cabriadas/Gorgolão (Montalegre)	Cista de Lordelo (Viana do Castelo)	Necrópole da Cavaleira (Esposende)	
			Púcaro de colo alto	Vaso troncocónico					Vasos troncocónicos	Encontraram-se três sepulturas e vasos troncocónicos	Construída nas proximidades de dólmen de Chafé (Viana do Castelo) e que continha um vaso troncocónico	“(…) Onde foram depositados vasos troncocónicos”	
Bronze Médio		Dólmen de Madorras 1 (Sabrosa)	Antela da Portelagem (Esposende)	Uma das mamas neolíticas dos Prados (Arcos de Valdevez)	Reutilização do dólmen do Carreiro da Quinta (Vila Verde)	Estrutura periférica de Outeiro de Gregos 1 (Baião)	Outeiro de Gregos 5 (Baião)		Necrópole de cistas do lugar de Belinho (Esposende)	Necrópole de Cistas de Agra de Antas (Esposende)			

	Reocupado entre séc. XVIII/XVI a.C. até finais do II milénio a. C.	Púcaro com carena na pança e mamilos	“Vaso cujas aderências orgânicas foram datadas de entre os finais do séc. XVIII aos finais do XVI a.C.”	Dois vasos de largo bordo horizontal e um similar ao dos Prados.”	Datado entre 1768-1517 a.C.	Datado entre 1668-1416 a.C.		Teriam aparecido várias sepulturas em xisto, no interior das quais se depositaram vasos de largo bordo horizontal e potinhos com carena na pança”.	Identificadas mais de 14 sepulturas, onde se conservaram ossadas de vários indivíduos, datados de entre os sécs. XV e XII a.C. (1406-1132 a. C) No seu interior foram depositados vasos de largo bordo horizontal, assim como um subcilíndrico.”				
Bronze Final	Reutilização da Mamo de Chafé (Viana do Castelo)	Mamo de Cabritos 1 (Baião)						Necrópole de cistas retangulares do Monte da Oia (Viana do Castelo)	Cista retangular de Curvos (Esposende)	Estrutura cistoide , coberta com pedras, do povoado da Santinha (Amares)	Cova da Moura – Carreço (Viana do Castelo)		
	Taça carenada	Fossa de contorno oval contendo pedras e cinzas, datada entre 996-791 a.C.						3 cistas datadas entre 1251-938 a.C, com vasos de largo bordo horizontal.	Donde se exumou um vaso de carena alta, polido, de fundo plano e pasta arenosa/micácea	Onde foi depositado um potinho cerâmico com vestígios de cinzas, talvez de uma incineração” datada entre 1016-810 a.C.	Um dos enterramentos do eventual túmulo coletivo de incineração, onde se detetou uma laje grosseiramente antropomórfica e uma foice de alvado, em bronze.		
Idade do Bronze	Mamo de Santo Ambrósio (Macedo de Cavaleiros)												
	Com fragmentos cerâmicos que parecem inscrever-se nos “mundos estilísticos” Cogeces/Cogotas I.												

Quadro 5. Práticas sepulcrais: arquiteturas “em pedra” (Bettencourt, 2009: 94 e 98).

Fossas abertas no saibro

“Devido à acidez dos solos do Noroeste é difícil perceber a função de muitas fossas abertas no saibro; contudo, é provável que algumas, sobretudo as que se encontram seladas, pudessem ter tido função sepulcral e ter sido usadas já, desde o Bronze Inicial” (Bettencourt, 2009: 96).

Consideramos que se integram neste género de estruturas todos os tipos de fossas abertas no saibro, independentemente da sua forma. No entanto, podemos distinguir dois grandes grupos de fossas abertas no saibro: a) as fossas ovais, circulares, semicirculares; b) as sepulturas “planas”, muitas delas aproximadamente retangulares e que se caracterizam por um fundo aparentemente plano.

No primeiro grupo integram-se os seguintes sítios: Boucinhas, Campos do Postigo/Beiriz, Faísca, S. Julião e Foz do Medal.

Para Ana M. S. Bettencourt é possível “(...) admitir que as fossas seladas das **Boucinhas** (Ponte de Lima), da transição do III para o II milénios a.C. contendo vasos intactos no seu interior, pudessem ser sepulcrais” (Bettencourt, 2009: 96). Estas fossas encontram-se nas imediações de um povoado e estão datadas entre 2294-1980 a. C, ou seja, do Bronze Inicial (Bettencourt, 2010a: 153).

As fossas de **Campo do Postigo/Beiriz** (Póvoa do Varzim) podem ser interpretadas como funerárias:

“Aquí, en la fosa 2, cubierta por una potente capa de arcilla, yacía un vaso con paralelos en otros contextos tumulares regionales como la Mamoá do Carreiro da Quinta, en Vila Verde y en una de las Mamoas dos Prados, Arcos de Valdevez. Es más, las adherencias orgánicas de este último vaso permitieron datarlo entre 1736-1501 a.C por lo que es probable que esta forma sea un indicador de contextos tumulares del Bronce Medio” (Bettencourt, 2010a: 153).

Encontraram-se em **Faísca** (Guimarães) cerca “de uma dezena de fossas, de perfil semi-ovóide, com cerca de 1,10m profundidade por cerca de 80 cm de diâmetro, contendo, cada uma, um vaso de largo bordo horizontal, disposto na vertical a cerca de 70 cm a 80 cm de profundidade” (Bettencourt, 2009: 97). Estas fossas podem ser integradas no Bronze Médio ou Bronze Final.

A **Fossa de S. Julião** (Vila Verde) constitui um contexto do Bronze Final, onde foi escavada uma fossa tapada com pedras e contendo um vaso de tipo urna (Bettencourt, 2009: 97).

Recentemente, no Vale do Sabor, a escavação do Terraço da **Foz do Medal** (Mogadouro), “revelou uma importante ocupação da Idade do Bronze materializada num conjunto de estruturas negativas de tipo fossa. Quatro dessas estruturas apresentavam enterramentos primários, três individuais e um duplo, nomeadamente de 1 sub-adulto e 4 adultos” (Gaspar *et al*, 2014: 59). Refira-se que este tipo de contexto era absolutamente desconhecido, até ao momento, em Trás-os-Montes e Alto Douro.

As fossas que se integram no segundo grupo são caracterizadas por Ana M. S. Bettencourt da seguinte forma:

“Otras estructuras tumulares usadas durante la Edad del Bronce son las sepulturas simples, de forma oval o rectangular, excavadas en el substrato rocoso, a veces cubiertas por una potente capa de arcilla o con pequeñas concentraciones de piedra. Sin ofrendas o conteniendo sólo recipientes cerámicos estas sepulturas se distribuyen en territorios conectados con valles fértiles, frecuentemente cerca de poblados. Se conocen, por lo menos, a partir del Bronce Medio” (Bettencourt, 2010a: 150).

Constituem necrópoles (por vezes bastante extensas) que se localizam na periferia de povoados coetâneos. Falamos das necrópoles do Tapado da Caldeira, da Cimalha e do Pego.

A necrópole do **Tapado da Caldeira** (Baião) que se localiza nas imediações do povoado da Bouça do Frade, encontra-se datada entre 1617-1437 a.C. (Bettencourt, 2010a: 153). Foram detetadas cinco estruturas abertas no saibro em torno de um afloramento granítico: quatro sepulturas sub-retangulares e uma "fossa" de planta e perfil muito irregular, todas preenchidas com terra castanho-escura compacta, em cujo topo se encontrava uma lareira constituída por pequenas pedras e abundantes carvões, adossado ao afloramento. As sepulturas I, II e III têm uma planta sub-retangular e fundo aproximadamente plano. A sepultura IV, de muito menores dimensões, apresenta uma planta sub-elíptica e também fundo plano (Jorge, 1980: 36-37).

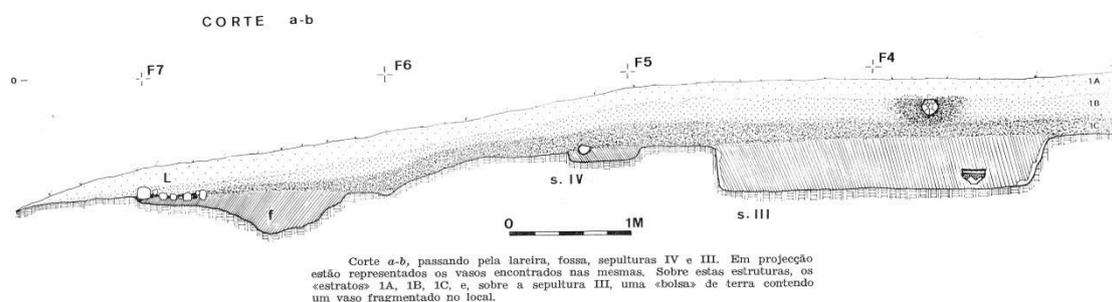


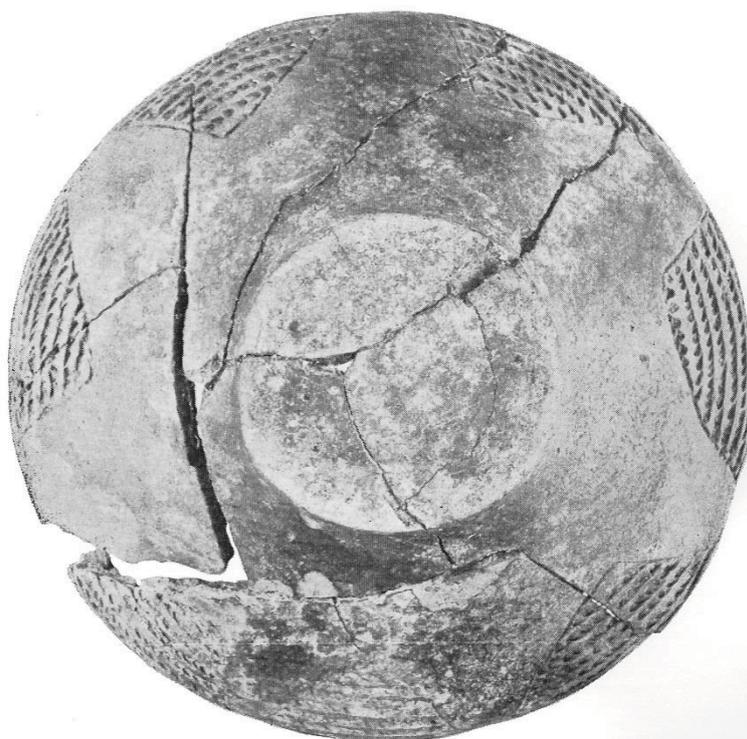
Figura 24. Corte a-b onde estão representados uma lareira, uma fossa e as sepulturas IV e III (Jorge, 1980).

O enchimento das quatro sepulturas é sensivelmente idêntico; (...) quaisquer que tenham sido as condições que presidiram ao enchimento das mesmas não parece ter havido violações posteriores, o que se verifica pela existência, em cada uma das estruturas quer de um vaso inteiro (sepulturas II e IV) quer de um vaso fragmentado *in situ* e totalmente reconstituível (sepulturas I e III) colocados em cada uma das extremidades” (Jorge, 1980: 36-37).



0 — 2 CM

1 — Vaso da sepultura III (antes do restauro), com perfurações circulares entre o bordo e a pança, revelando vestígios de colocação de «grampos» contemporâneos do seu uso. (Foto do Serv. Iconog. ICBAS).



0 — 2 CM

2 — Vaso da sepultura III (antes do restauro). Organização decorativa em «estrela» de 7 pontas. (Foto do Serv. Iconog. ICBAS).

Figura 25. Vaso da sepultura III do Tapado da Caldeira, Baião (Jorge, 1980).

Os enterramentos identificados na **Cimalha** (Felgueiras) podem ser divididos em dois tipos: inumação e cremação, num total de 175 fossas. Localizam-se no lado mais oriental da zona escavada, espalhadas por uma área de cerca de 1088 m² (Almeida e Fernandes, 2008: 40). Foram identificadas 174 sepulturas de inumação de “cista plana”, sub-rectangulares, com paredes côncavas, rasgadas no saibro. As suas dimensões médias situam-se nos 222 cm de comprimento, por 85cm de largura e uma profundidade de 35cm. Existem sepulturas de diferentes dimensões. Também a orientação das sepulturas é variável. Esta situação das diferentes orientações das sepulturas levanta a possibilidade dos enterramentos terem sido efetuados ao longo de um período cronológico muito dilatado. Esta hipótese pode ser confirmada pela sobreposição de algumas delas (Almeida e Fernandes, 2008: 40).



Figura 26. Fossa 243 da necrópole da Cimalha (Almeida e Fernandes, 2007: 119).

A sepultura n.º 322 é caracterizada por diversos aspetos que importa referir: possui uma orientação Norte/Sul e durante a sua escavação foi identificado, sob a forma de madeira carbonizada, um suposto caixão. No interior dessa caixa de madeira, composta por fundo, paredes laterais e tampa, foi encontrado um pote troncocónico em muito bom estado de conservação (Almeida e Fernandes, 2008: 41).

As fossas sepulcrais e *tumuli* em madeira abertos no terreno geológico, após o enterramento, são cobertas por terra. Em 120 dessas sepulturas encontrava-se um pote cerâmico, provavelmente votivo, situado sempre numa das extremidades das mesmas (Almeida e Fernandes, 2008: 40).



Figura 27. Vasos exumados das fossas 174 e 172 (Almeida e Fernandes, 2007: 120-121).

Não tendo sido identificada qualquer barreira arquitetónica construída que separasse os silos das sepulturas, a dada altura, o aumento da área de enterramentos levou a que a área das sepulturas se unisse à zona dos silos de armazenamento, existindo um caso em que um dos silos terá sido utilizado como local para enterramento (cremação – Fossa 105), sendo este um caso único detetado em toda a zona. Para o efeito foi escavada uma pequena cavidade no fundo da fossa de silagem que, depois de cheio com cinzas, foi selada com uma argamassa de barro (*Idem*: 34).

No sector II do **Pego** (Braga), ocupando parte da vertente sul e sudoeste, ocorrem inúmeras sepulturas formando uma necrópole do Bronze Final, onde se escavaram 13 sepulturas planas abertas no saibro. Estas sepulturas possuem diversas dimensões e contornos, que vão desde o sub-restangular ao trapezoidal. Em quase todas estas estruturas foi depositado um vaso cerâmico de largo bordo horizontal (Sampaio *et al.*, 2008: 230).



Figura 28. Vasos de largo bordo horizontal das sepulturas do Pego, Braga (Bettencourt, 2010a: 161).

Recentemente a cronologia das sepulturas foi revista, verificando-se que:

“the carbon dating results situated the plain graves of this context between the XVIII and XV centuries B.C., that is, in the second quarter of the I millennium B.C. and in what is generically accepted as regional Middle Bronze Age. (...) the previous proposed chronology for that area of Pego is receded, since it was prior ascribed to Late Bronze Age (Sampaio e Bettencourt, 2014: 53).

A **Necrópole da Quinta da Bouça** (Famalicão) teria sido

«constituída por sepulturas abertas no saibro de forma rectangular, tendo em conta a descrição efectuada por José Fortes, em 1908 que refere o achado de um bracelete de ouro "numa área rectangular, que poderia corresponder em dimensões a um coval d'inhumação", assim como "o aparecimento no mesmo terreno, á distancia de cerca de 100 metros, de duas vasilhas hermeticamente tampadas e contendo "terra em pó", quando em tempo remoto se procedeu a uma idêntica surriba"» (Bettencourt, 2009: 97).

A **necrópole do Alto da Vela** (Vila Nova de Gaia) apareceu acidentalmente em 1908, quando se cavava terra para a reparação de um caminho. A Câmara Municipal empreendeu escavações arqueológicas, que foram realizadas por José Fortes, tendo aparecido 98 sepulturas, de tipologia diversa, e perto de duas centenas de vasos e outros objetos. Esta necrópole possui duas fases de ocupação cronologicamente bem distintas: Alto da Vela I é uma necrópole de fossas da Idade do Bronze Final e o Alto da Vela II uma necrópole romana (Silva, 2007: ficha A010).

Ana M. S. Bettencourt defende que:

- “Os limites cronológicos dos vasos troncocónicos permitem inserir, dentro do Bronze Inicial e Bronze Médio, uma série de cistas e de necrópoles em que estes artefactos aparecem” (Bettencourt, 2010a: 148).
- “Las necrópolis de sepulturas “opacas” (cistas sin *tumuli*, sepulturas planas y fosas), localizadas en áreas de importante potencial agrícola y en las inmediaciones de los poblados, fueron construidas por comunidades sedentarias, muy implicadas en actividades agrícolas, con un marcado sentido de la territorialización y un dominio y conocimiento profundo del territorio”.
- “En cambio, las comunidades conectadas con paisajes montañosos, eventualmente mas subordinadas a las prácticas pastoriles y con modos de vida que implicarían mayor movilidad, serían las responsables de la construcción de estructuras funerarias más visibles, como los monumentos bajo *tumuli* de tradición megalítica, alejados de los poblados” (Bettencourt, 2010a: 139).

Enterramentos em grutas e abrigos

As grutas e os abrigos também foram ocupados como lugares de enterramento e de depósitos durante a Idade do Bronze do Noroeste oriental. Gostaríamos de salientar o facto de em todo o Norte de Portugal não se conhecer, até ao momento, este tipo de enterramentos em grutas, com exceção da parte oriental de Trás-os-Montes e Alto Douro, zona onde não abundam monumentos de tradição megalítica, nem estruturas cistóides.

A **Lorga de Dine** (Vinhais) é uma pequena gruta localizada num dos escassos e pequenos maciços calcários existentes no nordeste transmontano. Segundo Sande Lemos, o exame de um conjunto de materiais permitiu a identificação de cerâmicas calcolíticas, da Idade do Bronze (Cogotas I); do Bronze Final/Idade do Ferro (tipo Baiões e lisas carenadas); e da Idade do Ferro (lisas, com bordos evoluídos) (Lemos, 1993: 442). As duas principais fases de ocupação são o Calcolítico e a Idade do Bronze, amplamente representadas nos numerosos materiais recolhidos, havendo também alguns materiais, mais escassos, que pertencem a uma terceira fase de ocupação, do Bronze Final/Idade do Ferro. Sabe-se que pelo menos em alguns momentos a gruta foi usada como necrópole. O espólio recolhido é numeroso, destacando-se a grande quantidade de cerâmica, com muitos vasos inteiros, na sua maioria profusamente decorados. Há também abundante material lítico e osteológico, humano e animal (Portal do Arqueólogo, em linha).

Ainda sobre a Lorga de Dine, e de acordo com Maria de Jesus Sanches, trata-se duma estação sepulcral, embora seja de considerar a hipótese de a mesma ter servido também como local de habitat. Foram exumados ossos de animais: *Bos*, *Sus*, *Ursus*, *Cervus*; pontas de seta de base côncava e bicôncava (em sílex, corneana e xisto); contas de colar esféricas e cilíndricas. O espólio mais abundante é constituído por recipientes cerâmicos, a maioria ricamente decorada. Existem ainda formas lisas carenadas (carena média) e um vaso troncocónico com asa lateral e mamilos sob o bordo. As técnicas decorativas presentes são a impressão "penteada", simples ou arrastada, a incisão leve e funda, o puncionamento simples e arrastado, e a decoração plástica. Muitas decorações são preenchidas de pasta branca (Sanches, 1997: 287).

Ana M. S. Bettencourt salienta ainda uma série de grutas existentes nas vertentes do Monte Ferreiros (Miranda do Douro) que terão servido como lugares sepulcrais (Bettencourt, 2009:17). Trata-se de quatro grutas: Grutas de Ferreiros, Gruta Grande, Gruta da Ribeira e Gruta do Geraldes (Sanches, 1997: 287).

Na **Gruta dos Ferreiros** foram encontrados por Nery Delgado «grande quantidade de cacos de louça grosseira, negra, evidentemente fabricada à mão, lisa ou com ornatos muito simples à superfície, um furador de osso de 15 cm de comprimento, uma ponta de seta e um pequeno machado em forma de cunha, ambos em bronze. Um crânio humano e fragmentos de outros crânios e ossos humanos» (Delgado, 1887, p. 6 citado em Marcos, 1993: 206).

No Museu dos Serviços Geológicos de Portugal encontram-se, com a indicação de proveniência de «Gruta de Ferreiros», um crânio incompleto e vários artefactos, nomeadamente dois fragmentos de recipientes cerâmicos lisos, globulares e fechados, um fundo convexo e cinco fragmentos decorados; uma ponta de seta de sílex de base bicôncava; uma lâmina de sílex de secção sub-trapezoidal não retocada, um fragmento de um anel circular em osso, um furador em osso, um machado plano e um punhal, ambos em cobre arsenical (Sanches, 1992: 49).

A **Gruta Grande**, de enormes dimensões, continha, numa superfície limitada, um estrato de terra «fina de côr enegrada», pouco espesso, integrava «ossos de animais (cabra ou carneiro, coelho, etc.) e alguns ossos humanos, que provavelmente pertenciam a um esqueleto, cuja parte principal estava incrustada no manto estalagmítico a pequena distância, achando-se o crâneo separado dos ossos do tronco» (Sanches, 1992: 49). Nesta gruta, o esqueleto incompleto já se integrava no manto estalagmítico, mas, também neste caso, Nery Delgado não correlaciona a pequena camada de sedimentos com esta «deposição» ou «enterramento» (*Idem*: 50).

Na **Gruta do Geraldo** teriam aparecido ossadas humanas, um machado plano e um punhal triangular, em cobre, entre outro material cerâmico e ósseo (Bettencourt, 2009:17).



Figura 29. Entrada da Gruta Grande (Moreira e Moreira, 2005).

Nery Delgado refere ter recolhido no **Monte Pedriço** «dois machados polidos de amphibolite» e «uma folha de punhal (em bronze) de forma triangular, reforçada por um veio longitudinal, com a ponta arredondada, medindo 0,29 m de comprimento e 0,10 m de largura na base. É ornada de três estrias ou linhas paralelas ao gume, e junto da base tem três orifícios por meio dos quaes se ligava ao cabo» (Delgado, 1887, p. 8 citado em Marcos, 1993: 207).

“Podemos pôr a hipótese de estes locais terem sido usados como locais de enterramento e, cumulativamente, como habitats, ou então, e como alternativa, a de uma e outra ocupação se poderem ter sucedido em momentos sucessivos” (Sanches, 1992: 49).

Maria Jesus Sanches colocou a hipótese de estas grutas terem sido usadas como locais de enterramento devido à presença de esqueletos ou de parte de esqueletos (Sanches, 1997: 287).

O **Fragão da Pitorca** consiste “num aglomerado de formações graníticas que conferem ao local um posição destacada na paisagem. O conjunto dos rochedos gera um promontório que descai em forma de penedia sobre o seu sector ocidental.” Foi neste abrigo de médias dimensões, que nos inícios dos anos oitenta do séc. XX foi encontrada uma espiral em ouro (Portal do Arqueólogo, em linha). Armbruster e Parreira (1993: 25) referem-se ao achado como “ (...) um anel espiralado de ouro [que] estava associado a um machado plano de cobre e a cerâmica (...). Ana M. S. Bettencourt refere que neste sítio arqueológico teriam sido realizados enterramentos “provavelmente, desde o Calcolítico até ao Bronze Inicial. Aqui, a par de ossadas humanas, apareceram cerâmicas lisas e decoradas, assim como uma espiral em ouro e um machado plano, ainda com rebarbas de fundição” (Bettencourt, 2009:18).

Numa primeira escavação do **Abrigo 2 da Fraga dos Corvos** (Macedo de Cavaleiros) efetuada em 2004, foi possível determinar que apesar de remeximentos recentes, parte dos enchimentos originais ainda se conservavam no sector sul do abrigo. Durante a decapagem do abrigo foi possível reunir um “conjunto de bronzes”, composto por uma fíbula de dupla mola; um pendente com decoração pontilhada a punção nas duas faces; uma agulha; uma argola de bronze e três fragmentos de barrinhas; um fragmento supostamente de “escória” e um “pingo de fundição”. Segundo Senna-Martinez (*et al.*, em linha):

“O cariz mediterrânico (orientalizante) da fíbula de dupla mola, da agulha (com abundantes paralelos em sítios peninsulares meridionais) e mesmo do pendente, uma vez que a decoração tem paralelos nos grafitos sobre recipientes de cerâmica cinzenta de Medellin datados do séc. VII a. C. (...) confere alguma homogeneidade aparente ao contexto (...).”

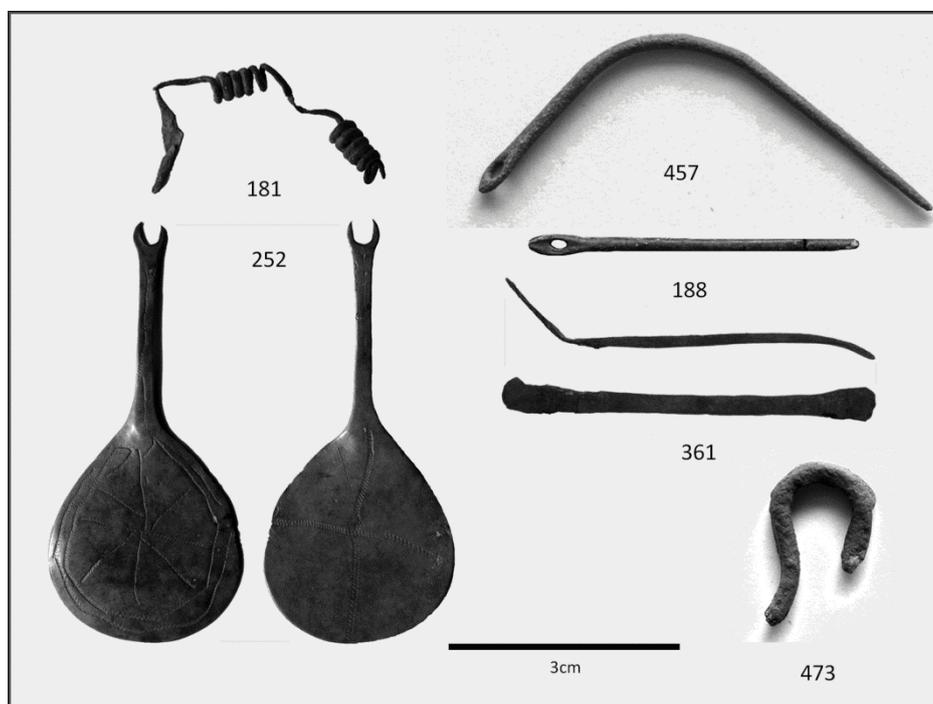


Figura 30. Fraga dos Corvos, Abrigo 2 - Bronze Final - Conjunto de artefactos metálicos de filiação mediterrânica do Abrigo 2 (sg. Senna-Martinez, *et al.* 2012, figura 2 - reprodução autorizada).

Este contexto é interpretado por Ana M. S. Bettencourt como sendo um provável enterramento do Bronze Final onde a descoberta de “um pendente decorado e um pequeno bracelete, em bronze, assim como uma fíbula de dupla mola, uma espátula e um fragmento de um cinturão, que pertenceriam ao mesmo contexto”, constituiria “um conjunto de ornamentos corporais e de espólio associado ao tratamento do corpo com paralelos nos enterramentos da Roca do Casal do Meio, em Sesimbra, datados do Bronze Final” (Bettencourt, 2009:17).

Como **estruturas indeterminadas** apresenta-se a **estrutura dos Granjinhos** (Braga) uma estrutura aparentemente circular, definida por um alinhamento de pedras e saibro perto do povoado do Alto da Cidade, e “no interior da qual se colocaram quatro urnas de incineração” (Bettencourt, 2009: 98) e a **Necrópole de Vale Ferreiro** (Fafe), constituída por dois *tumulus* com uma arquitetura atípica (Bettencourt, 2010a: 157). Não foi possível inserir nenhum destes sítios nos grupos referidos anteriormente. Com o avançar da investigação e a escavação de novos sítios arqueológicos, será possível perceber se estas estruturas são absolutamente atípicas ou se se integram em novos tipos, ainda não definidos.

4. NOTAS FINAIS

O convite que recebemos para participar na Mesa Redonda sobre as Continuidades e Descontinuidades da Idade do Bronze em Portugal, reportava-se ao estudo de uma área específica dentro do Norte de Portugal: a região de Trás-os-Montes e Alto Douro (a norte do rio Douro, com exceção do concelho de Vila Nova de Gaia, que foi integrado neste trabalho). A um mês da Mesa Redonda que teve lugar em Abrantes, foi-nos solicitado a elaboração de uma apresentação sobre a Idade do Bronze em todo o Norte de Portugal. Desde esse momento ao culminar da elaboração deste artigo passaram apenas três meses.

Sendo que não nos foi possível elaborar, em três meses, uma verdadeira síntese da Idade do Bronze no Norte de Portugal, também não nos parece ajuizado avançar com considerações de teor interpretativo. Falar de continuidades e descontinuidades parece-nos ser absolutamente impossível, perante estas circunstâncias. Optámos, deste modo, por elaborar um texto onde fosse possível resumir alguns dos trabalhos e das ideias-chave de Ana M. S. Bettencourt, a arqueóloga que melhor conhece a Idade do Bronze nessa parte do território português, em virtude dos seus inúmeros trabalhos de investigação sobre esta temática.

Pessoalmente, considerámos que para se perceber o que é a Idade do Bronze importa, numa primeira fase, conhecer e compreender que sítios são estes, e que pistas nos fornecem para a caracterização do “Bronze”. Neste sentido, optamos por descrever, sumariamente, alguns destes sítios, sendo que possuímos uma informação mais detalhada para as estações arqueológicas que integram o nosso próprio projeto de investigação.

Embora o estudo da metalurgia do Bronze, dos depósitos metálicos, das estátuas-menir e das estelas, que também caracterizam este período, se afigure como algo indispensável para a compreensão da Idade do Bronze em território português, só nos foi

possível apresentar alguns dados sobre o povoamento e as práticas sepulcrais, dado o volume de informação com o qual tivemos de trabalhar.

Gostaríamos, ainda, de salientar como principal particularidade desta árdua tarefa, a oportunidade que tivemos de constatar a riqueza e diversidade dos elementos disponíveis para o estudo das comunidades que ocuparam o território português, entre os finais do II milénio a.C. e o primeiro quartel do I milénio a.C.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de salientar o apoio prestado por Ana M. S. Bettencourt ao longo da elaboração deste trabalho, para quem dirijo os meus sinceros agradecimentos. Gostaria, igualmente, de agradecer a cada uma das pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho: Ana Cruz, Ana Vale, Andreia Arezes, António Silva; Dulcineia Pinto; Francisco Sande Lemos; João Paulo Barbosa (Logiark, Serviços Arqueológicos); Joana Alves-Ferreira; João Carlos Senna-Martinez e Elsa Luís; João Fonte; João Ribeiro da Silva (Museu da Vila Velha); Jorge Sampaio; José Varela; Lídia Baptista; Luís Sousa; Lurdes Cunha; Maria de Jesus Sanches; Miguel Rodrigues; Miguel Serra; Nelson Campos; Pedro Almeida e Francisco Fernandes (Mola Olivarum Lda); Peixoto de Lima (Câmara Municipal de Celorico de Basto), Rita Gaspar; Rui Parreira; Sandra Santos; Sara Luz; Sérgio Gomes, Susana Soares Lopes e Vítor Fonseca (Arqueologia e Património).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

ALMEIDA, P. B.; FERNANDES, F. (2007) - A escavação arqueológica no Povoado das Cimalhas. *Oppidum*, número 2. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. pp. 115-123.

ALMEIDA, P. B.; FERNANDES, F. (2008) - O Povoado da Idade do Bronze da Cimalha. *Oppidum*, número especial. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. pp. 29-44.

AREZES, A. (2006) - *Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos: Monte da Cimalha, Sernande – Felgueiras*. Perennia Monumenta. Vila Nova de Famalicão.

ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. (1993) – *Colecção de ourivesaria 1. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa, Instituto Português de Museus.

BAPTISTA, L. (2008) - As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real. *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior – 04 da idade média à contemporaneidade - ambientes e musealização*, ACDR Figueira de Castelo Rodrigo. pp. 64-78.

BARBOSA, J.P. (2010a) - *Arqueologia no Porto. Sondagens de Avaliação Prévia - Rua de Marechal Saldanha, 1318-1324*. Nevogilde – Porto (MSL1318.10) Relatório Preliminar LOGIARK, Porto – Junho 2010.

BARBOSA, J.P. (2010b) - *Arqueologia no Porto - Trabalhos de Acompanhamento de Obra e Escavação Arqueológica. Rua de Marechal Saldanha, 1318-1324*. Nevogilde – Porto (MSL1318.10) Relatório Preliminar. Segunda Fase. LOGIARK. Porto – Novembro 2010

BETTENCOURT, A.M.S. (1999) - *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios a.C.* Braga: Universidade do Minho. Vol. 3.

BETTENCOURT, A. M.S. (2000) – *O Vale do Cavado (Norte de Portugal) dos finais do III Milénio aos meados do I Milénio a. C. Sequências Cronológico-Culturais*. Braga: Universidade do Minho.

BETTENCOURT, A. M.S. (2001) - *O povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze*. Cadernos de Arqueologia, Monografias – 12. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

BETTENCOURT, A. M.S. (2009) - Práticas funerárias da idade do bronze de Trás-os-Montes e da Galiza oriental. *Revista Aquae Flaviae*, Nº 41. Chaves.

BETTENCOURT, A. M.S. (2010a) - La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. 67, nº 1, enero-junio 2010. pp. 139-173.

BETTENCOURT, A. M.S. (2010b) - Comunidades pré-históricas da bacia do Leça. In Varela J.; Pires C. (coords.) - *O rio da memória: arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal. pp. 33-88.

BETTENCOURT, A. M.S. (2013) - O Bronze Final no noroeste português. Lugares, memórias e ações. In Cardoso, J.L. (ed.) - *Sistemas de Povoamento do Norte, Centro e Sul do Território Português no decurso do Bronze Final*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras e Câmara Municipal de Oeiras.

BETTENCOURT, A. M. S.; FONSECA, J. (2011) - *O povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos. Contributos para o estudo do Bronze Médio no litoral Norte*, Matosinhos: Centro de Investigação Transdisciplinar. Cultura, Espaço e Memória – CITCEM /Junta de Freguesia de Lavra.

BETTENCOURT, A. M.S.; DINIS, A.; SOUSA, I.; CRUZ, .C. & PEREIRA, J. (2002) - A estação arqueológica da Tapada da Venda, Pedroso, Celorico de Basto (Norte de Portugal): primeiras impressões das escavações de 2001. *Portugália*, Nova série, nº 23, Porto. pp. 185-198.

BETTENCOURT, A.; ALVES, L.; RIBEIRO, A.; MENEZES, R. (2012) - Gravuras rupestres da Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia, Norte de Portugal), no contexto da Pré-história Recente da bacia do Leça. *Gallaecia: revista de arqueología e antiguidade*. Vol 31.

BOTELHO, I. (2013) - O sítio do Corgo. Uma estação da Idade do Bronze em Vila do Conde. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.) - *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 581-589.

BOTELHO, I.; SOBRAL, P. (2007) – *O Sítio do Corgo em Azurara. Um Sítio Multissecular descoberto em Acompanhamento Arqueológico de Obra de Duplicação da Linha da Póvoa*. Setembro de 2007. Disponível em: < <http://www.metrodoporto.pt>>.

CABRAL, J. (2010) - O depósito de conchas do sítio arqueológico das “Areias Altas” (Porto, Portugal). Estudo morfológico e morfométrico das conchas inteiras de moluscos. *Férvedes Vilalba* (Lugo) Número 6. pp. 73-82.

CARDOSO, J.L.; Vilaça, R. (2008) - Artefactos da Idade do Bronze da região de Chaves. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 11. Número 2. pp. 41–54.

CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DA MAIA, em linha. Disponível em: <http://cultura.maiadigital.pt/em-linha-com/arqueologia/carta-arqueologica/folder.2006-11-06.7874377141/>

DINIS, A. P. (1991) - Cerâmicas do bronze final de Castelo de Matos (Baião). *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2ª série, nº 89. p. 119-134.

FIGUEIRAL, I. M.; QUEIROGA, F. M. (1988) – Castelo de Matos. *Arqueologia*. Porto: GEAP, Nº 17. pp. 137-150.

FONSECA, J. (2011) - *Intervenção Arqueológica, Rua D. Hugo, n.º 33. Relatório preliminar*. 17 de Junho de 2011. *Arqueologia e Património*. pp. 14-16 e 19-21.

GASPAR, R.; CARRONDO, J.; NOBRE, L.; RODRIGUES, Z.; DONOSO, G. (2014) - Espaço para a morte. O terraço da Foz do Medal (Vale do Sabor, Nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze. *Estudos do Quaternário*, 10, APEQ, Braga. pp. 59-72 Disponível em: <http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq>.

GONÇALVES, H.B. (1981) - A estação pré-histórica do Monte Calvo Baião. Notícia preliminar. *Arqueologia*. Porto. 3. pp. 77-87.

GONÇALVES, H.B. (1982) - Monte Calvo. *Informação arqueológica*. Lisboa. 5.

JORGE, S. O. (1980) - A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião. *Portugália*. Porto. Nova série: 1, pp. 29-50.

JORGE, S. O. (1981) - Sondagens arqueológicas na Estação do Alto da Caldeira (Baião). *Arqueologia*. 3. Porto: GEAP. pp. 67-76.

JORGE, S. O. (1986) - *Povoados da Pré- História Recente (III.º - Inícios do II.º Milénios a. C.) da Região de Chaves - V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento, Vol. I.

JORGE, S. O. (1988a) – O povoado da Bouça do Frade. *Arqueologia*. GEAP: Porto. Nº 17. pp. 134-137.

JORGE, S. O. (1988b) - *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final de Portugal*. Porto: GEAP. Monografias Arqueológicas 2.

LEMOS, F. S. (1993) - *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Vol. II. Braga: Universidade do Minho.

LUZ, S. (2010) - O Depósito de conchas do sítio arqueológico das Areias Altas (Porto, Portugal). Discussão do enquadramento arqueológico da estrutura 15. *Férvedes*. Vilalba (Lugo). N.º 6. pp. 141-145.

MARCOS, D. S. (1993) - Catálogo dos Monumentos e Sítios Arqueológicos do Planalto Mirandês (Pré-História). *Brigantia*. Bragança. Vol. XIII (3-4) Jul-Dez. pp. 193-233.

MARTÍN SEIJO, M.; FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A.M.S.; GONÇALVES, A.H.B.; ALVES, M.I.C. (2011) - A floresta e o mato. Exemplos da exploração dos recursos lenhosos pelas comunidades da Idade do Bronze Inicial e Médio do Noroeste de Portugal. In: TERESO, J.;

HONRADO, J.; PINTO, A.T.; REGO, F.C. (eds.) - Florestas do Norte de Portugal. História, Ecologia e Desafios de Gestão. Porto: InBio – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (e-book). Pp. 85-98.

MENDES, C.; SENNA-MARTINEZ, J.C. [D.L. 2008] - *Patrivs: heranças macedenses*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal. Cadernos “Terras Quentes”. 5.

Metro do Porto. Linha B: Azurara – Corgo, Google + (em linha) Disponível em: <https://plus.google.com/photos/105822037648216006226/albums/5864878888953414609?authkey=CKSnyM2o3qWErgE> (Consultado em Abril de 2014).

MOREIRA, D.; MOREIRA, P. (2005) Vimioso. *EspeleoDivulgação*. Vol. 6. Núcleo de Espeleologia da Universidade de Aveiro.

PARM (1993) - *Inventário Arqueológico do Concelho de Torre de Moncorvo* (doc. policopiado).

QUEIROGA, F. M. (1984) - Escavações Arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 9.

PORTAL DO ARQUEÓLOGO (2014) - Direção-Geral do Património Cultural (em linha). Disponível em: <http://arqueologia.igespar.pt/>

RAMOS, R. (2010) - Trabalhos arqueológicos. *Boletim Municipal de Bragança*, Bragança: Câmara Municipal de Bragança. N.º 26 | Julho a Dezembro – 2010.

RODRIGUES, M. A. (1990) - *Subsídios para o estudo dos povoados da Pré - História Recente no Vale Médio do Douro/Norte*. Porto. (documento policopiado).

RODRIGUES, M. A. (1994) - *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII-XIII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado (policopiado).

RODRIGUES, M. A. (2012) - A ocupação humana no Baixo Vale do Sabor - I. Património Arqueológico e Arquitetónico. *Revista Campos Monteiros: História, Património e Cultura*. (documento policopiado cedido pelo autor).

RODRIGUES, M.A.; REBANDA, N. (1999) - Cerâmicas pré-históricas do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo). *Olaria*, 2, Museu de Olaria, Barcelos.

SAMPAIO, H. A.; BETTENCOURT, A. M. S. (2011) - Produção e práticas metalúrgicas da Idade do Bronze no Noroeste português. O caso do Pego, Braga. In: C.M.B. Martins, A.M.S. Bettencourt, J.I.F.P. Martins & J. Carvalho (eds.) *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM, APEQ. pp. 391-407.

SAMPAIO, H. A.; BETTENCOURT, A. M. S. (2014) - Between the valley and the hill top. Discoursing on the spatial importance of the Pego's Bronze Age necropolis, Braga (NW Portugal). *Estudos do Quaternário* 10. pp. 45-57.

SAMPAIO, H.; BETTENCOURT, A. M. S., BARBOSA, R., DINIS, A., CRUZ, C., (2008) - A importância do povoado do Pego no Bronze Final do Noroeste de Portugal. *Férvedes*, 5, Vilalba, Lugo (ESP). pp.: 227-233.

SAMPAIO, J. D. [s.d.] - Carta Arqueológica de Celorico de Basto. Município de Celorico de Basto (Documento inédito, gentilmente cedido pelo Município de Celorico de Basto).

SANCHES, M. J. (1988) - O povoado da Lavra (Marco de Canaveses). *Arqueologia*. 17, Porto: GEAP. pp. 125-134.

SANCHES, M. J. (1992) - *Pré-História recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Monografia Arqueológica, 3. Porto: GEAP.

SANCHES, M. J. (1997) - *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala – Mirandela - no Contexto Regional)*. Textos 1. Vol. II. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

SANCHES, M. J. (Coord. Científica) (2008) - *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto), Murça-Portugal*. Murça: Município de Murça.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUÍS, E. (2009) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC.6, pp.69-79.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUÍS, E.; REPRESAS, J. (2012) - A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A campanha 9 (2011: primeira análise comparativa dos sectores A e M – 1.ª Idade do Bronze/Bronze Final? *Cadernos Terras Quentes*, Macedo de Cavaleiros: ADPACMC.9.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; REPRESAS, J.; LUÍS, E.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; GOMES, S.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J. (2012) – Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): A First Appraisal. *O Arqueólogo Português*. V. 2, p. 241-263.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M.; CARVALHO, H. A. [s.d.] – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). Associação Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Disponível em: <http://www.terrasquentes.com.pt/content.aspx?id=78>

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E.; VALÉRIO, P. (2007) – Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007.

SILVA, A. M. S. P (2007) - Fichas de Património Arqueológico. *Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico*. D.P.U. Revisão do Plano Director Municipal de Gaia. Ficha A010.

SILVA, A. M. S. P. (2010) - Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa. *Gallaecia*. 29 (2010), Santiago, pp. 213-262.

SILVA, M. A. (1994) - A Cista do Gorgolão (Vila da Ponte – Montalegre). *Portvgalia*. Nova Série. Vol. XV. pp. 137- 146.

SILVA, T.; PIEDADE, M. (2011) – Intervenção Arqueológica. Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos - Relatório Final. Matosinhos: Arqueologia e Património.

**A IDADE DO BRONZE NO ALTO DOURO PORTUGUÊS;
OS DISCURSOS POSSÍVEIS.**

João Muralha Cardoso

CEAACP –
Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património
Bolsheiro de Pós-doutoramento da FCT
jmuralha@gmail.com

A Idade do Bronze no Alto Douro Português; os discursos possíveis.

João Muralha Cardoso

Resumo

A grande maioria dos autores ao referir-se à Idade do Bronze em Portugal, e mesmo à Península Ibérica, aludem imediatamente a um fenómeno de grande diversidade geográfica/regional e aceitam, igualmente a existência de um período crescente de complexidade social. O que se pretende com este artigo é reflectir sobre estas questões e olhar a região do Alto Douro numa perspectiva de aferir a existência de continuidades ou descontinuidades "culturais". Até que ponto a investigação deste período, nesta região, produziu um conjunto de materialidades que hoje nos permite refletir sobre a dinâmica inerente a um discurso baseado nos objetos. Cremos que esta afirmação é redutora e será necessário olhar a paisagem, a mobilidade, os contextos arquitectónicos e a sua implantação geomorfológica, pois tudo isto assume-se como espaços de ação humana. A atenção dada à paisagem torna-se importante. Que materialidades existem que possam ser indexadas à idade do Bronze, que contextos, que sítios arqueológicos, onde estão implantados? Partiremos da cartografia de sítios e achados e da sua análise e discussão. Aqui daremos atenção aos sítios bem conhecidos, já escavados ou em processo de escavação; Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, mas também temos de ter em conta os outros lugares e as suas implantações, Castelo Velho da Meda, Quinta de Alfarela, Alto da Lamigueira, entre outros. Por outro lado, a reflexão relativa às estelas/estátuas menires identificadas nesta área será outro elemento importante deste trabalho que nos permite aumentar o quadro das materialidades e dos seus contextos. Desta forma poderemos refletir sobre as materialidades, as paisagens e os contextos, poderemos ensaiar discursos, e sugerir respostas.

Palavras-chave: Alto Douro, Idade do Bronze, Paisagem, Continuidades, Descontinuidades.

Abstract

The vast majority of authors who study the Bronze Age in Portugal, immediately allude to a phenomenon of great geographical / regional diversity and also accept the existence of a period of increasing social complexity. With this paper we intend to reflect on these issues and look at the Alto Douro region with a view to assess the existence of "cultural" continuities or discontinuities. Has the research on this period and in this region, produced a set of materiality that allows us to think on the dynamics inherent in a discourse based on objects. We believe that this statement is simplistic and we will need to look at all the spaces of human action; the landscape, the mobility, the architectural contexts and their geomorphological placement. The attention given to landscape becomes important. What is the material culture of the Bronze Age, where are the archaeological contexts and the archaeological sites, where they were positioned. We start by mapping the sites and the findings. Then we discussed about well

known sites already excavated or in process of excavation; Castelo Velho de Freixo de Numão and Castanheiro do Vento, but we must also take in account other places and their placements, Castelo Velho da Meda, Quinta da Alfarela, Alto da Lamigueira, among others. On the other hand, the reflection on the stelae / statues menhirs identified in this area will be another important element of this work that allows us to increase the framework of materiality and its contexts. Then we can review discourses and start to imply answers.

Keywords: Upper Douro, Bronze Age, Landscape, Continuities, Discontinuities.

O. INTRODUÇÃO

A Mesa Redonda sobre a Idade do Bronze em território português que o Instituto Politécnico de Tomar agora organiza pretende enfatizar como linha de debate uma temática muito específica; a discussão em cada região abordada, dos critérios de periodização (continuidade e descontinuidade cultural) tendo sobretudo como base a dinâmica das materialidades, dando-se particular atenção no quadro das materialidades, aos contextos arquitectónicos, enquanto espaços de acção social e negociação de poder.

Sob um ponto de vista de grande escala, a vasta maioria dos autores ao referir-se à Idade do Bronze em Portugal, e mesmo à Península Ibérica, aludem imediatamente a um fenómeno de grande diversidade geográfica/regional e aceitam, igualmente a existência de um período crescente de complexidade social.

Para este artigo a primeira assunção não se coloca, já que iremos apenas referir uma região relativamente pequena e circunscrita, onde aparentemente os discursos poderão ser mais homogéneos. A problemática coloca-se ao nível da procura de continuidades ou descontinuidades culturais; até que ponto a investigação deste período, no território que abordamos, produziu um conjunto de materialidades que hoje nos permite refletir sobre a dinâmica inerente a um discurso baseado nos objetos. À partida, apenas este indicador é redutor para as múltiplas leituras que a arqueologia visibiliza. A paisagem, a mobilidade, os contextos arquitectónicos e a sua implantação geomorfológica, assumem-se como espaços de ação humana que eventualmente traduzem ações sociais.

Esta última ideia remete-nos para um outro conceito exposto no segundo parágrafo; "complexidade social". Como ler no chamado registo arqueológico a complexidade social? Que indicadores utilizar?

Desde finais do século passado que investigadores admitem que "complexidade", e mesmo intensificação, interação e hierarquização (tão caras a um discurso de pendor processual), expressam-se na progressiva visibilização das materialidades associadas ao poder, sobretudo na riqueza e diversidade de contextos sepulcrais, materiais de excepção e aparecimento de diferentes objetos; o fenómeno da complexidade social correlacionar-se-ia desta forma com novos e diferentes cenários de ações sociais que deixariam uma marca visível no registo arqueológico.

O território tratado neste artigo trará consigo estes indicadores que nos farão encaminhar a reflexão para fenómenos de complexidade e hierarquização social? Ou será que as leituras visibilizadas pela arqueologia poderão ser múltiplas e problematizantes, onde a permanente colocação de questões se torne um ponto essencial da investigação?

É importante referir algumas especificidades de carácter arqueológico inerentes ao Alto Douro português que podem afectar as respostas às questões anteriores.

a) Nos últimos 30 anos tem existido um esforço considerável em investigação, mas essa investigação tem-se debruçado essencialmente sobre escavações intensivas em poucos sítios arqueológicos; caso de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento. Outros investigadores têm trabalhado com base em intervenções mais pontuais e caracterizadoras dos sítios arqueológicos intervencionados; caso do Fumo, Tourão da Ramila, Quinta da Torrinha, Barrocal Tenreiro e Castelo de Algodres (Carvalho 2003 e 2004), e mais recentemente António de Sá Coixão realizou sondagens num conjunto de sítios, cujos materiais nos permitem uma associação à Pré-história Recente; Castelo Velho da Meda, Castro de São Jorges e Castelo do Nunes (inf. pessoal). Os resultados ainda não se encontram publicados.

b) A segunda especificidade refere-se aos trabalhos de prospecção. Nesta região do Alto Douro e Norte da Beira Interior os trabalhos de prospecção têm acontecido de uma forma muito sistemática nos últimos anos. É importante mencionar os trabalhos de campo que levaram à publicação das cartas arqueológicas de Vila Nova de Foz Côa e Meda (Coixão 1996 e Coixão, *et al.* 2009), o reconhecimento do território do Parque Arqueológico do Vale do Côa (VV.AA 1997, Aubry e Carvalho 1998, Reis 2011, 2012, 2013) e prospecções de âmbito académico, com questionários mais direccionados e conduzido em áreas mais restritas (Silva 1996, Muralha 1996, Varela 2000 e Perestrelo 2001), ou em territórios mais alargados (Muralha Cardoso, 2010). A arqueologia preventiva no âmbito da minimização de impactes tem por sua vez, alargado o conjunto de sítios arqueológicos conhecido. No Norte da Beira Interior temos todo o trabalho efectuado ao longo do traçado do IP2, entre Celorico da Beira e o Rio Douro, junto à vila do Pocinho, o acompanhamento das obras de modernização da estrada nacional 222 e 332, entre Almendra e Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa (Pina 2009, 2010) e a prospecção efectuada na área do Alto Côa referente ao Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Côa (VV.AA 2001). No Alto Douro, a Norte do Rio Douro referem-se os trabalhos arqueológicos efectuados na área de afectação da construção da barragem do Sabor, e as obras do IC5.

Estas especificidades que, se por um lado se afirmam como uma mais valia a nível do conhecimento do território, por outro lado contribuem para acrescentar uma grande diversidade de escalas de conhecimento; sítios escavados e com um acervo publicado muito grande, sítios apenas sondados, e na sua maior parte sítios identificados em trabalhos de prospecção. Desta forma possuímos um conjunto de pontos num mapa, pontos fixos bidimensionais e estáticos, com graus de conhecimento diferenciados. Torna-se importante referir que os materiais que associamos à idade do bronze e encontrados em contexto de escavação, são muito escassos, assim como aqueles recolhidos em prospecção. Por outro lado os sítios arqueológicos identificados como sendo, ou tendo uma ocupação indexada ao Bronze são em número considerável e aparentemente de grande diversidade.

Colocamos agora uma questão; como encontrar um discurso interpretativo que integre todas estas variáveis? As leituras terão que passar por factores como o número de sítios, a sua implantação geomorfológica e a sua diversidade contextual, quando possível. Desta forma só nos podemos encaminhar para uma metodologia de trabalho onde a paisagem adquira um significado interpretativo. Uma paisagem onde todas as materialidades possam ser objecto de reflexão, os materiais arqueológicos encontrados em prospecção e escavação e os próprios sítios, aqui encarados também como materialidades.

A atenção dada à paisagem torna-se importante. Que materialidades existem que possam ser indexadas à idade do Bronze, que contextos, que sítios arqueológicos, onde estão

implantados? Estas serão algumas das questões que tentaremos responder ao longo deste artigo. Estas serão questões que nos permitirão reflectir sobre as continuidades e descontinuidades "culturais" ao longo da Idade do Bronze e ter em conta nesta reflexão a dinâmica das materialidades onde as arquitecturas implantadas numa paisagem adquirem um valor acrescido de acção social e negociação de poder.

1. O QUADRO GEOGRÁFICO

Ao longo dos últimos anos temos reflectido sobre conceitos que nos têm ajudado a olhar de uma forma mais problematizante para as questões inerentes a paisagem, território, espaço, lugar e sítio (Muralha Cardoso 2010, prelo a, prelo b). Neste artigo apesar de tratarmos de território e sítios, não o iremos fazer. Importa apenas observar que quando falamos de espaço, estamos a falar de representação de uma paisagem. O espaço é o quadro no qual cartografamos, marcamos, representamos a inteligibilidade de uma paisagem vista pelos olhos do investigador. Espaço surge-nos como representação de uma área geográfica, é assumidamente entendido como visão cartográfica dos diversos sentidos da investigação. Torna-se a representação cartográfica de um território.

O território, por sua vez, terá que ser entendido como sedimentação de memórias, identidades e práticas de sociabilidade que em conjunto agregam uma área geográfica constituída por significados e experiências (Muralha Cardoso prelo b).

Associado a espaço e território surge a ideia de "lugar". Este é geralmente conceptualizado em termos absolutos, sendo entendido como uma porção de espaço geográfico. Esta concepção newtoniana de espaço subsiste ainda hoje em grande parte da literatura arqueológica. Os lugares são porções de um "espaço" onde toda a acção se passa, onde no "espaço" absoluto, os lugares são parcelas que podem ser cartografadas (Casey 1996: 20). A ideia é sedutora, pois permite a concepção de um espaço mensurável e absoluto. Em arqueologia, lugar surge quase sempre como sinónimo de sítio arqueológico. Se nos quisermos afastar desta ideia, muito fixa e bidimensional pois tira mobilidade e tridimensionalidade à paisagem, temos de reflectir o "lugar" como um contexto inter-relacional entre pessoas e o mundo. Os lugares não são locais por onde as pessoas se movem, são inerentes ao processo de habitar um território, sendo neste processo que cada lugar obtém o seu significado (Ingold 2000; Muralha Cardoso 2010). O lugar é onde nos encontramos no processo de habitar e assim é encontro, movimento, associação, acção.

Podemos agora definir a nossa paisagem; qual é o nosso quadro geográfico de investigação.

De um ponto de vista corográfico e em termos gerais, os limites do presente trabalho definem-se pelo Rio Torto a Oeste, a Ribeira de Aguiar a Este (fronteira com Espanha) a Sul a Serra da Marofa e a Norte o Rio Douro, embora pontualmente se refiram alguns sítios arqueológicos a Norte daquele rio, embora nunca ultrapassando a Este o Rio Tua.

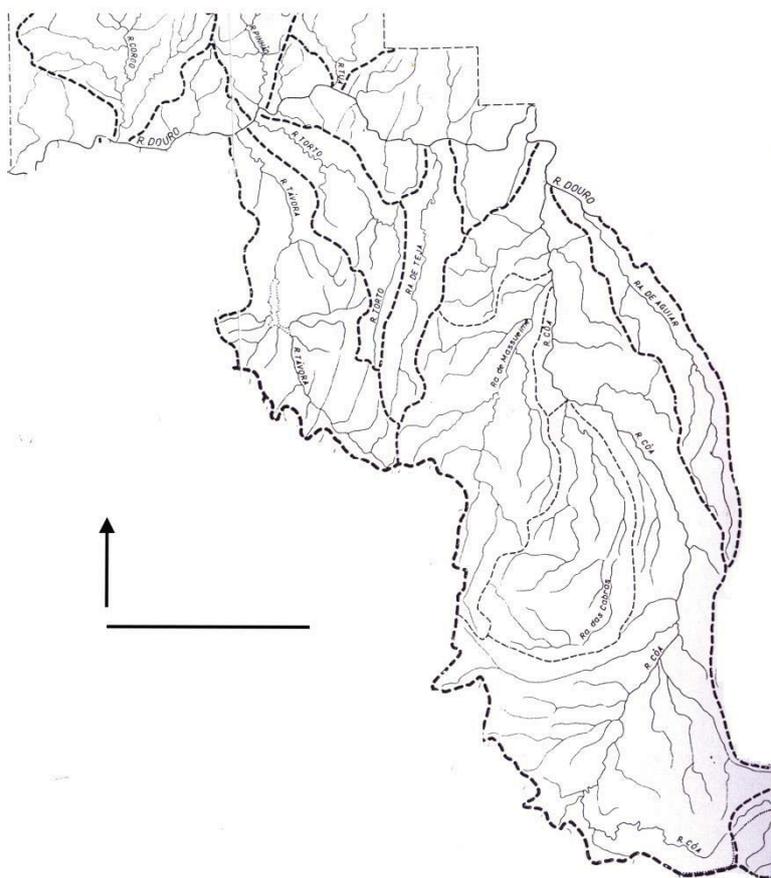


Figura 1. Delimitação da área de trabalho. Bacias hidrográficas do rio Torto, da ribeira da Teja, do rio Côa e da ribeira de Aguiar. Modificado de Ferreira 1978: 317. A seta indica o Norte e o segmento de recta que representa a escala tem 30km.

Em termos geográficos, insere-se no Alto Douro e depressões anexas (Ribeiro 1986: 188/189). É uma área completamente implantada na bacia hidrográfica do Rio Douro. Este curso de água não constitui factor de divisão, pelo contrário, actua como um eixo estruturante de toda esta região natural. Os planaltos e montanhas a Norte e a Sul deste rio são em tudo idênticos, separa-os, apenas, o forte entalhe do rio prolongado nos seus afluentes pelas bacias de abatimento.

De um ponto de vista de grandes conjuntos estruturais a nossa área de trabalho encontra-se numa zona de fronteira entre a zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico e a grande depressão terciária do rio Douro (Medeiros 2000: 34). Em termos mais precisos, encontra-se no extremo Oeste da grande unidade morfo-estrutural da Meseta, superfície em grande parte aplanada, com cordilheiras dispostas a meio (Cordilheira Central e os Montes de Toledo). Esta localização precisa transmite a este território uma especificidade geomorfológica muito interessante.

Em termos geológicos toda a área Norte do nosso trabalho assenta no complexo xisto-grauváquico com duas grandes intrusões graníticas; os maciços de Freixo de Numão e de Numão. O primeiro já foi objecto de estudo circunstanciado (Ferreira, Ribeiro 1995). Este complexo é constituído por formações litológicas que possuem uma larga área de exposição em Portugal. No nosso território de acção é composto por várias formações litológicas com

idades diferentes e relações complexas entre elas¹. Os granitóides hercínicos ocupam toda a zona Sul da área de trabalho.

De um ponto de vista geomorfológico, a Meseta, ou mais especificamente o planalto de Castela-a-Velha é uma superfície de aplanamento muito bem conservada que se estende entre a Cordilheira Central e o rio Douro. Entra pelo território actualmente português, em Trás-os-Montes até ao Sabor e na Beira Interior até ao planalto de Vila Nova de Foz Côa. Junto ao rio Douro nos xistos, esta superfície desaparece.

Toda esta superfície é atravessada por um alinhamento de relevos residuais que formam a serra da Marofa, extremo Sul da nossa área de trabalho.

“Esta serra é um sinclinal ordovícico que emerge do complexo xisto-grauváquico, devendo o seu relevo à particular dureza das assentadas quartzíticas skidavianas” (Ferreira 1978:55).

Este alinhamento reveste-se de grande importância, não só em termos geomorfológicos, como em termos da interpretação do meio. A sua silhueta é inconfundível e avistada a longa distância tendo uma cota máxima de 975m, subindo 300m em relação ao nível médio do platitudo da Meseta.

Outro relevo residual muito importante é o cabeço de São Gabriel, localizado a NW de Castelo Melhor e a SE da estação arqueológica de Castelo Velho de Freixo de Numão que parece manter com esta crista uma relação visualmente impositiva (Jorge 2005, Muralha Cardoso 2010). A sua cota é de 654m, elevando-se cerca de 150m em relação ao planalto.



Figura 2. Crista quartzítica de São Gabriel vista de Noroeste.

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema ver Ribeiro, M. L., 2001.

Além dos relevos residuais, a superfície da Meseta é atravessada por um sistema de filões de quartzo de direção quase sempre NNE-SSW. Alguns salientam-se com nitidez na paisagem enquanto outros encontram-se muito ou completamente arrasados. Segundo Brum Ferreira “ (...) a ideia geral com que se fica é que, pelo menos a maioria dos filões de quartzo, certamente por constituírem afloramentos muito estreitos, não devem ter resistido ao arrasamento geral da Meseta, tendo sido postos em evidência pela erosão posterior” (Ferreira 1978:59)².

É no planalto da cidade de Vila Nova de Foz Côa que se encontra o último nível bem conservado da Meseta para ocidente. Esta parece terminar aqui abruptamente. O que encontramos no terreno é um degrau de direção NNE-SSW que segue o rio do Vale da Vila, passa junto ao Graben de Longroiva e continua a Este das povoações de Marialva e Rabaçal. Estamos perante o alinhamento do “Rebordo Ocidental da Meseta” (Ferreira 1971, 1978; Ribeiro 1991).

“ De uma maneira simplificada podemos dizer que há, entre estas duas unidades do relevo, [*a Meseta e os Planaltos Centrais*]³ um ou mais degraus intermédios, estreitos, cortados por acidentes oblíquos, que se concentram em certas áreas, facilitando o trabalho erosivo dos cursos de água, ou provocando mesmo abatimentos locais (...). O desnível total entre a superfície da Meseta e os planaltos centrais, tanto quanto permite afirmar o estado de conservação da superfície alta, poderá cifrar-se em cerca de 300 metros a proximidade do contacto” (Ferreira 1978:84).

Ao contrário da planura da Meseta, os planaltos centrais possuem um relevo acidentado, e os níveis de aplanamento surgem a diferentes altitudes, em grande medida consequência da tectónica rígida e da erosão diferencial, “ (...) relacionadas com o encaixe do Douro e dos seus principais afluentes da margem esquerda” (Ribeiro 1991:7). O que interessa referir é que apesar da sua maior diversidade morfológica, os planaltos centrais constituem o prolongamento da Meseta para oeste. A planitude continua mas inserida em níveis mais elevados, num relevo mais movimentado e geomorfologicamente pouco nítido, até se atingir um outro domínio morfológico, este sim, completamente diferente da Meseta, as montanhas ocidentais.

² Além das cristas quartzíticas e dos afloramentos de quartzo, a superfície da Meseta também é pontuada por pequenas elevações de granito mais fino ou corneanas. Para uma discussão sobre este assunto ver António de Brum Ferreira, 1978, especialmente as páginas 59 a 61.

³ O itálico e o negrito são nossos. Apenas queremos valorizar a ideia de que em termos geomorfológicos, estas duas unidades do relevo, são estruturantes na organização do território.



Figura 3. Vale do Côa, degrau da meseta a Este do rio Côa e ao longe os picos quartzíticos da Serra da Marofa.

A rede hidrográfica desta região pertence em exclusivo à bacia do Douro. Este é o rio mais caudaloso e o que drena a bacia mais extensa de toda a Península Ibérica. Na organização da drenagem parece ser evidente uma adaptação dos cursos de água à rede de fracturas. Este fenómeno torna-se visível no rio Torto e na ribeira da Teja enquanto se mantêm em terrenos graníticos. Ao entrarem no complexo xisto-grauváquico os seus cursos parecem libertar-se daquela adaptação. O traçado do rio Torto⁴ torna-se bastante mais sinuoso do que a ribeira da Teja, embora os dois cursos de água façam alguns meandros.

De uma forma muito sintética a região que nos ocupa possui um conjunto de características muito particulares; abrange o espaço geomorfológico de intersecção entre a grande planície da meseta e os planaltos e montanhas centrais e é atravessada no sentido Este/Oeste pelo rio Douro. A existência de linhas de água de dimensão média, como a ribeira de Aguiar, o rio Côa, a ribeira da Teja e o rio Torto todos correndo de Sul para Norte e o rio Sabor e o Tua de Norte para Sul, todos desaguardo no Douro, também particulariza este território ao nível de grandes vias de circulação, quer de matérias-primas e produtos acabados, quer de pessoas.

2. A PAISAGEM E OS SÍTIOS

Descrito de uma forma muito breve e sem grande problematização ao nível da sua arqueologia o território no qual nos movemos, voltemos às questões colocadas na introdução. Que sítios arqueológicos existem? Onde estão implantados? Que materiais possuem?

⁴ Brum Ferreira avança com uma explicação para a extrema sinuosidade deste rio, além do abandono dos terrenos graníticos; "(...) todavia, este curso parece estar condicionado pela estrutura (...) não somente o traçado é paralelo às bancadas xistentas, como parece existir um estreito graben que o Torto terá aproveitado, e no fundo do qual meandriza" (1978: 130).

Antes de passarmos à cartografia dos sítios identificados, impõe-se algumas observações prévias: a base de análise engloba os trabalhos de prospecção de Sá Coixão (1996, 2009), Sabino Perestrelo (2002) e João Muralha Cardoso (2010) a Sul do Rio Douro e os elementos constantes dos relatórios de trabalhos de minimização de impactos no IP2 (inf. pessoal de João Albergaria) e EN 222 e 332 (Pina 2009, 2010) e o relatório dos Trabalhos Arqueológicos do Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Côa (VV.AA. 2001). As poucas referências existentes a Norte deste mesmo rio explicam-se pela existência de outras duas comunicações havidas nesta mesa-redonda; Alexandra Vieira sobre Trás-os-Montes e Rita Gaspar e colaboradores sobre os trabalhos ainda em curso na área de impacte da construção da barragem do rio Sabor. Desta forma os sítios considerados neste trabalho são estações arqueológicas escavadas e/ou em processo de escavação e todos os outros locais que através da prospecção e/ou publicação identificam claramente materiais da idade do bronze.

Por último queremos relembrar que a indexação de sítios arqueológicos a uma determinada época "cultural" é baseada nas materialidades desses sítios e na experiência de prospecção contínua numa determinada região. Reflectir sobre paisagens implica não só uma acção continuada no terreno como um trabalho à escala da própria paisagem. A representação cartográfica seguinte refere apenas estes locais.

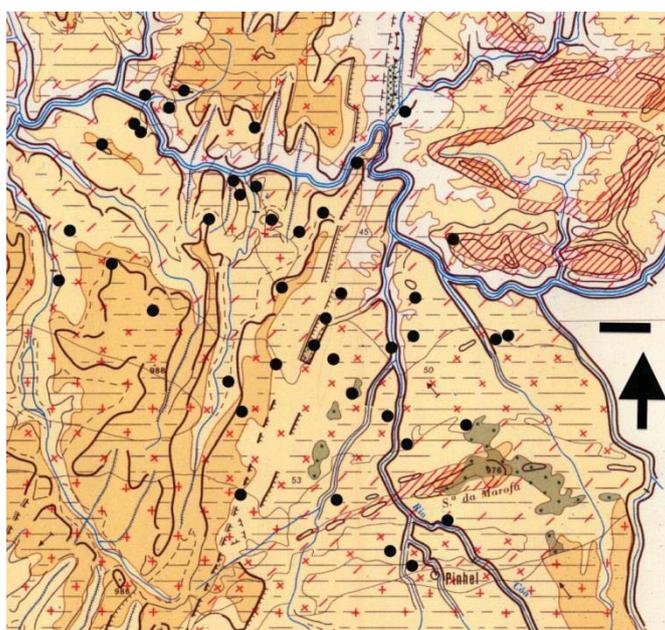


Figura 4: Cartografia de sítios arqueológicos da Idade do Bronze. Base cartográfica: Mapa Geomorfológico de Portugal, Centro de Estudos Geográficos, 1980. Optámos por não numerar os sítios arqueológicos, pois o ruído provocado por esta informação iria tornar o mapa uma mancha bastante difusa de pontos e números. O que se pretende é mostrar a percepção de ocupação dos sítios arqueológicos da Idade do Bronze. A seta indica o Norte e o segmento de recta que representa a escala tem 5km.

Nesta mancha estão cartografados 43 sítios arqueológicos. A escala do mapa e dos respectivos pontos não nos permite grande reflexão, mas podemos produzir algumas observações um tanto ou quanto óbvias.

Parece existir uma atração pelas linhas de água, especialmente pelo rio Douro, onde se detecta uma concentração de sítios arqueológicos. Outra área interessante relaciona-se à grande depressão de Longroiva e Vilariça, fazendo com o rio Douro uma espécie de eixo cartesiano de ocupação. Outra área importante é aquela junto ao rio Côa, embora esta zona tenha sido alvo de intensa prospecção nos últimos anos, quer pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, quer por António Sá Coixão. A Norte o vazio existente entre os rios Douro e Sabor não é real, pois julgamos que os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos na bacia do Sabor pelos arqueólogos que procedem aos trabalhos de minimização de impactes no empreendimento da construção da Barragem do Baixo Sabor, têm produzido resultados interessantes. O vazio a Sudoeste representa a lacuna de prospecção nessa área, trabalho que queremos desenvolver nos próximos anos. Por último gostaríamos apenas de referir que em alguns dos sítios que apenas visitamos uma vez, caso dos locais nos concelhos de Carraceda de Ansiães e Pinhel, tivemos em linha de conta as publicações consultadas e a nomenclatura utilizada pelos respectivos autores, quer no tocante à cronologia usada, quer relativamente ao tipo de sítio (ver quadro 2).

Tentemos adicionar ao mapa, outras leituras que a construção de gráficos nos possibilita. Estas outras leituras foram proporcionadas pelos quadros que se encontram no final deste artigo onde se tentou sintetizar a informação existente respeitante à Idade do Bronze no território que aqui tratamos.

Começamos pelo tipo de acção arqueológica. O próximo gráfico mostra-nos em termos percentuais a forma como os 43 sítios arqueológicos foram identificados e indexados a um determinado período cronológico.

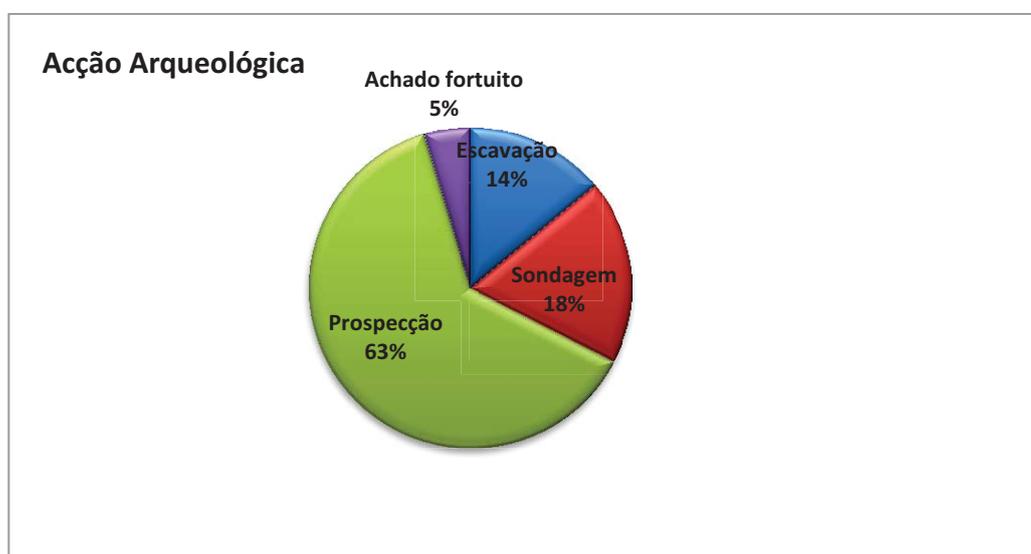


Gráfico 1: Tipos de acção arqueológica sobre os sítios arqueológicos.

Ressalta imediatamente os 63% daqueles identificados em prospecção. O somatório dos sítios escavados com os sondados ocupa cerca de 1/3 do total. Os 5% dos achados fortuitos relacionam-se à estela de Longroiva e à estátua-menir de Ataúdes. A observação mais relevante a fazer, remete-nos para uma cautela interpretativa; comparar sítios com escalas de investigação diferentes, desde a identificação de um sítio através da prospecção e das materialidades que aí encontramos, até ao local completamente escavado (Castelo Velho de

Freixo de Numão) ou onde as escavações ainda decorrem (Castanheiro do Vento, Castro de São Jorges), ou ainda sítios que foram intervencionados ao nível da sondagem (Castelo Velho da Meda, Castelo do Nunes, entre outros) torna-se um exercício onde a cautela deve imperar. No entanto, estas diferentes escalas de trabalho são precisamente a nossa escala. O nosso tempo de interpretação é esta variabilidade de escalas investigativas dos diversos sítios.

Continuemos com questões relativas à ocupação cronológica dos sítios.

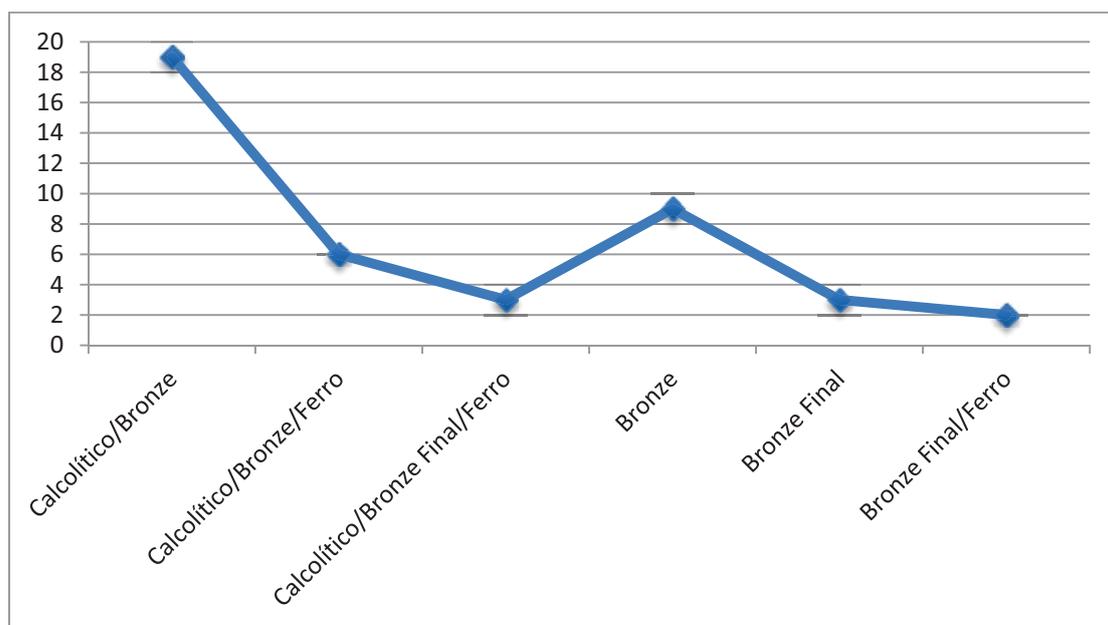


Gráfico 2. Cronologia dos sítios arqueológicos.

Dos 43 sítios identificados, 19 (44%) têm uma continuidade ocupacional exclusiva entre o Calcólítico e a Idade do Bronze. 6 Locais (14%) apresentam uma ocupação continuada entre o Calcólítico e a Idade do Bronze e Idade do Ferro, embora neste caso não se consiga especificar qual a cronologia da ocupação do Bronze, e destes, 3 sítios (7%) possuem uma ocupação no calcolítico e posteriormente no Bronze Final; todos implantados em cumeadas com forte presença na paisagem (Castelão e Chão do Marganho em São João da Pesqueira e Nossa Senhora de Urros em Torre de Moncorvo). Os 8 sítios (18%) identificados como tendo uma ocupação no Bronze Final (independentemente de outras ocupações), não contêm uma ocupação do chamado Bronze antigo/médio. Dois locais com o seu início de ocupação no Bronze Final têm continuidade para a Idade do Ferro (Castelo da Senhora de Monforte em Figueira de Castelo Rodrigo e o Castelo dos Mouros em Pinhel), não contando com outros três (Castelão e Chão do Marganho em São João da Pesqueira e Nossa Senhora de Urros em Torre de Moncorvo) que começam a ser ocupados no 3º milénio a.C., tendo ocupação, como já vimos, no Bronze Final e posteriormente na Idade do Ferro.

Em toda esta área, a continuidade ocupacional existe do 3º milénio a.C. para o 2º milénio a.C., em 58% dos sítios arqueológicos aqui tratados. Excluímos desta percentagem aqueles sítios ocupados no chamado Calcólítico e posteriormente ocupados no Bronze Final, onde claramente existe um hiato temporal na sua ocupação.

Passemos às implantações geomorfológicas que definimos para os sítios.

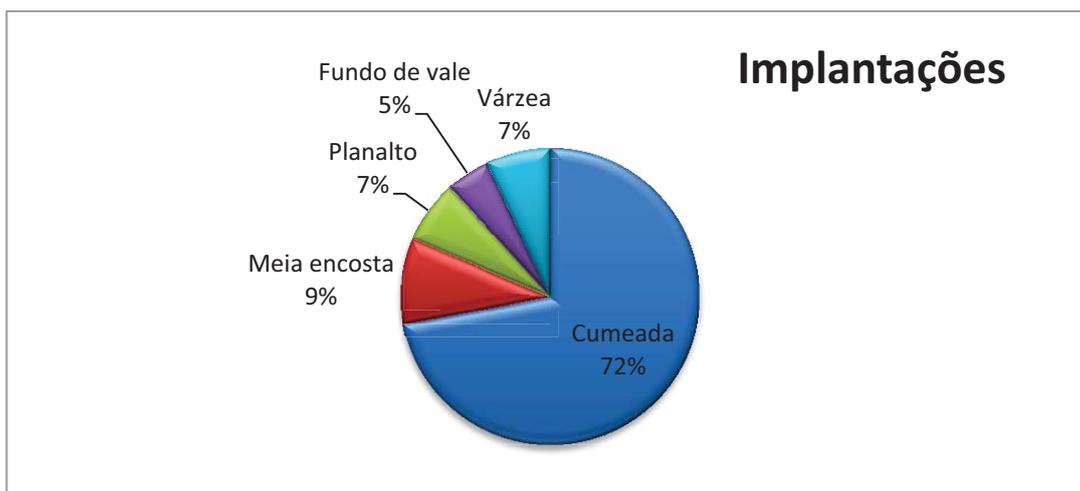


Gráfico 3. Implantação dos sítios arqueológicos.

É evidente o predomínio que os sítios localizados em cumeadas detêm. Praticamente 3/4 dos locais identificados localizam-se em sítios de altura e na sua grande maioria, em implantações que visualmente dominam parcelas importantes do território. Os sítios implantados a meia encosta também usufruem de um domínio visual muito acentuado (especialmente Santa Bárbara de Valflor na Meda). Os sítios de planalto e de fundo de vale apresentam uma característica muito interessante; a prospecção identificou locais com alguma quantidade de materiais arqueológicos (Salto do Boi e Canada da Ortiga) e as sondagens efectuadas em Freixo de Numão (área urbana) e Olga Grande 6, também ofereceram materiais em grande quantidade. A única excepção é Pero Martins 54.

Em termos de categorias, estas seguem trabalhos anteriores, onde foram amplamente discutidas e reflectidas (Muralha Cardoso 2010, prelo a, prelo b). É importante referir que estas categorias tentavam alterar uma dinâmica interpretativa que olhava os sítios do 3 milénio e primeira metade do 2º a.C. em termos de "povoados fortificados" e "povoados abertos". Nas publicações já citadas propunham-se cinco grandes categorias; recintos, especificidades geomorfológicas com ocupação, sítios sem delimitação estrutural, abrigos e arte. Para este trabalho apenas deixámos cair a categoria arte, por ser objecto de uma outra intervenção no colóquio que deu origem a este artigo. O próximo gráfico tenta ilustrar a divisão por categorias, não considerando a cista da Senhora de Lurdes e os achados fortuitos.

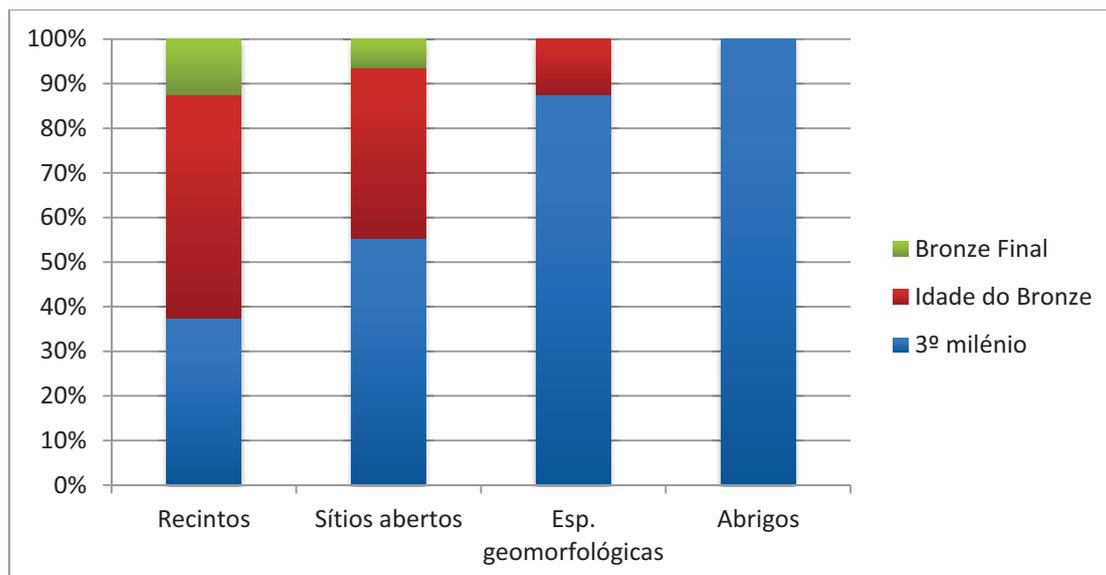


Gráfico 4. Relação entre cronologia e categoria de sítios.

A primeira grande observação relaciona-se às próprias categorias identificadas. Das quatro categorias encontradas para uma ocupação do território no 3º milénio e primeira metade do 2º a.C. apenas encontramos três; os recintos, os sítios abertos ou sítios sem delimitação estrutural e as especificidades geomorfológicas com ocupação. Este último caso corresponde ao Alto de Santa Eufémia (Vila Nova de Foz Côa) e à senhora de Urros (Torre de Moncorvo). No primeiro local foi encontrado um vaso cogeces durante a abertura de um caminho. O topo deste monte cónico foi alvo de uma escavação no âmbito da instalação de uma antena e os raros vestígios encontrados encontravam-se muito destruídos, impossibilitando qualquer marcador cronológico. A senhora de Urros caracteriza-se por estar implantada numa grande crista quartzítica sob o rio Douro com uma forte componente impositiva na paisagem. Foi igualmente objecto de escavações cujos resultados foram parcelarmente publicados (Martins 2008).

Olhando para o gráfico vemos que a divisão das categorias recintos e sítios sem delimitação estrutural é aparentemente muito semelhante. Dos sítios exclusivos do 3º milénio, para aqueles do Bronze nota-se um aumento dos locais arqueológicos em áreas abertas sem delimitação estrutural. Por outro lado, a paisagem no 3º milénio parece estar ocupada de uma forma mais englobante. As estações arqueológicas hoje encontradas existem ao longo da paisagem. Em locais que contemplam todos os aspectos geomorfológicos de um território. Todos os abrigos com materialidades indexadas ao calcolítico, parecem não ser utilizados na Idade do Bronze e os materiais encontrados no topo das grandes especificidades geomorfológicas avistáveis por toda a paisagem, parecem deixar de ter qualquer papel, pelo menos ao nível da sua efectiva ocupação. Se olharmos igualmente para o tipo de ocupação do Bronze Final, esta parece restringir-se aos recintos e aos sítios abertos, com um predomínio do primeiro. A retracção de uma ocupação total da paisagem parece ser um processo em continuidade desde o 3º milénio a.C. mas ao mesmo tempo parece representar uma descontinuidade na forma de estar, de habitar a paisagem.

É importante ainda fazer uma observação referente aos sítios abertos. Dos 18 locais identificados como não tendo qualquer delimitação de carácter antrópico/estrutural, 7 detêm uma demarcação de carácter topográfico/geográfico; conjunto de grandes blocos de granito,

depressões no topo das cumeadas e afloramentos geológicos, representando 39% do total destes sítios.

Uma terceira constatação alude ao facto de quase todos os sítios que surgem na Idade do Bronze (exceptuando aqueles que surgem no Bronze Final), sem qualquer tipo de ocupação anterior, são locais sem delimitação estrutural, são sítios abertos e apenas três deles possuem uma delimitação de carácter topográfico/geográfico. A única excepção é o Castelo Velho de Seixas (Vila Nova de Foz Côa).

Estaremos perante uma descontinuidade em termos de ocupação desta área?

Ao longo de todo o 3º milénio a.C. na região aqui tratada, a ocupação no Norte da Beira Interior e Alto Douro é relativamente bem conhecida, pelo menos ao nível da identificação de sítios arqueológicos através da prospecção arqueológica (Muralha Cardoso 2010, prelo b; Coixão 1996 e Coixão, Cruz, Simão 2009).

A reflexão feita incidia particularmente na paisagem. A paisagem como um ponto de referência e um objectivo contextual. Partíamos do princípio de que o mundo onde os homens viviam não é simplesmente um cenário para a sua acção quotidiana, nem um palco de obtenção de bens essenciais, mas sim é integral e incorporando toda a actividade humana. O pensar os sítios e as suas implantações geomorfológicas e as materialidades encontradas através das paisagens, torna esta reflexão mais social. Ao olharmos e pensarmos a paisagem e tudo o que encontramos nela com uma dimensão social, novos caminhos se poderão abrir no campo da reflexão e interpretação. Pensar sobre paisagens envolve formas nas quais as pessoas *dividem* o mundo, o seu mundo, em territórios, em áreas culturalmente reguladas, em lugares apropriados a determinadas condutas, a determinadas pessoas ou reservados a comunidades específicas. Uma paisagem não fixa, não unidimensional, uma paisagem percorrida e constantemente ocupada. Neste quadro de reflexão e interpretação o território e as constantes mobilidades que aí existem adquirem o valor de dado arqueológico. Um dos objectivos desse trabalho (Muralha Cardoso 2010), consistia na procura da acção num território, uma acção que utiliza um espaço tridimensional para se movimentar. Essa movimentação relacionava-se e interligava-se às espacialidades componentes de um território; os vales, os rios, os seus meandros, os percursos entre abrigos, as subidas às cumeadas. A paisagem torna-se desta forma um lugar constante de acção, como os recintos, os sítios abertos, os abrigos que agora categorizamos.

A definição destas categorias foi já objecto de discussão e publicação (Muralha Cardoso 2010: 330/337). Apenas relembramos as suas linhas gerais para melhor reflexão e comparação: os recintos são sítios, de cumeadas, delimitados por uma ou mais linhas de muretes que apresentam interrupções (passagens, estruturas subcirculares incorporadas); as especificidades geomorfológicas são locais proeminentes e impositivos na paisagem, podem corresponder a uma característica geológica ou geomorfológica do terreno (cristas quartzíticas, formações graníticas tipo tor, ou colinas de formato cónico), têm poucas materialidades e estruturas efémeras; os sítios sem delimitação estrutural não apresentam estruturas de tipo positivo ou negativo que os circunscrevam (muretes, valados ou fossos), localizam-se maioritariamente em áreas abertas (vales abertos, várzeas) mas também existem em vales mais fechados e estão próximos a linhas de água e/ou nascentes, alguns locais estão implantados em áreas marcadas por evidências geológicas e/ou morfológicas do terreno, caso de grandes blocos de granito, ou pequenas elevações e plataformas; os abrigos são geralmente afloramentos rochosos que delimitam espaços abrigados.

Ao longo do 3º milénio e primeira metade do 2º milénio a. C. os recintos apresentavam uma grande homogeneidade à escala de um território. Encontravam-se perfeitamente

implantados na paisagem constituindo-se como parte de um contexto global. Sugerimos um conjunto variado de papéis para esta categoria de sítios; a sua implantação parece "encaminhar" estes lugares para vários pontos da paisagem, embora em alguns destes locais, esta se apresente difusa, abstracta. Todo o trabalho de configuração, de manutenção destes lugares, parece envolver tempos específicos, temporalidades pensadas que prefiguram um papel de carácter mais identitário entre essa comunidade. De uma forma sintética, possuiriam uma acção estruturadora de uma ou várias comunidades, onde poderiam acontecer negociações, obtenção de consensos, que organizariam uma vida mais comunitária.



Figura 5. O recinto de Castanheiro do Vento visto de Norte (Vila Nova de Foz Côa).

Os sítios sem delimitação estrutural parecem ter outro tipo de sentido na paisagem. A sua implantação não parece obedecer a características englobantes. As relações que mantinham com as características da paisagem não eram homogéneas, levando-nos a sugerir que o que terá presidido à sua implantação não terá sido a paisagem como contexto global. Por outro lado, são sítios que apresentam poucas estruturas e muitas materialidades, realidade que poderá mudar após publicação dos resultados obtidos no sítio do Fumo pela equipa que nos últimos anos apresentou um projecto de investigação sobre aquele lugar. Apesar desses futuros resultados, a investigação terá que contemplar estes sítios em ordem à sua escavação para detectar outras arquitecturas, outros elementos configurativos, relacionando a sua implantação com as suas materialidades, problematizando, questionando, reflectindo.



Figura 6. Sítio sem delimitação estrutural do Fumo (Vila Nova de Foz Côa).

Nas especificidades geomorfológicas a situação era semelhante aos recintos. A relação com a paisagem era igualmente englobante, mas "visualmente" diferente. A visibilidade da categoria "especificidade geomorfológica com ocupação" com outros sítios existe mas sempre indistinta, ao contrário da visibilidade que se tem dos outros locais para estas especificidades. Parecem pontuar a paisagem de uma forma cadenciada. Os trabalhos feitos nestes locais apontam para a existência de alguns materiais, mas cuja maioria se pode indexar ao 3º milénio a.C.

Tendo em conta o trabalho já citado (Muralha Cardoso 2010), os abrigos apresentavam uma forte dissonância relativamente às outras categorias, pois aparentavam ter uma relação mais parcelar, no caso mais associado a linhas de água.

Tendo em consideração os dados referidos acima e as definições apresentadas, podemos ensaiar uma resposta à questão anteriormente colocada; estaremos perante uma descontinuidade em termos de ocupação, nesta área, neste território?

Os recintos parecem continuar a ter o mesmo tipo de papel que possuíam durante o 3º milénio a.C. A sua implantação parece estar em conexão com vários pontos na paisagem, localizam-se em áreas que dominam a paisagem, não no sentido de controlo económico de um território, mas sim num sentido de percepção desse mesmo território. A paisagem que observam é uma paisagem constantemente percorrida, habitada, poderemos associá-la a um elemento identitário dessa comunidade que se corporiza no próprio lugar, no recinto, ao nível das suas constantes reformulações e configurações (Jorge 2005, Muralha Cardoso 2010). Como já referimos;

"A mobilidade na paisagem associada às tarefas desempenhadas no sítio reforçariam os laços de uma comunidade entre si e entre uma paisagem, um território. As tarefas construtivas são ao mesmo tempo tarefas sociais e temporais, pois são desempenhadas pela comunidade em determinados tempos. A acção estruturadora do sítio seria ao mesmo tempo uma acção construtora da própria comunidade. Uma comunidade bastante móvel, lassa que se reuniria neste sítios onde acções da ordem

do social poderiam acontecer: negociações, obtenção de consensos, reformulações e manutenção do lugar." (Muralha Cardoso, prelo b)

Estes tempos específicos parecem ter acontecido ao longo do 3º milénio a.C. e primeira metade do 2º, como iremos ver um pouco mais detalhadamente no ponto seguinte deste trabalho.

As especificidades geomorfológicas acentuariam esse papel identitário de uma comunidade e com o território. Polarizariam áreas e mobilidades e integrariam ainda mais essa comunidade no, cada vez mais seu, território. Os percursos feitos para atingir o seu topo permitem uma aproximação visual ao território que uma comunidade começa a sentir como seu, de uma forma diferente das populações do IV milénio A.C. e que, cada vez mais nos parece, será diferente das populações de finais do II milénio A.C. As materialidades encontradas nestes locais, apesar de escassas, podem ser indexadas ao 3º milénio, são cerâmicas maioritariamente sem decoração, mas quando são decoradas, são-no exclusivamente com decoração impressa penteada, são elementos de mós (dormentes e moventes) sempre fragmentados e material lítico, percutores, seixos, alguns termoclastos, lascas com e sem retoque e raspadeiras. Não surgem elementos materiais que possamos apontar para cronologias mais recentes. As únicas excepções são a Senhora de Urros (Torre de Moncorvo) e Santa Eufémia (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) onde, nesta última, foi encontrado um vaso "cogeces". Foi por esta razão que categorizamos este local como achado isolado e não especificidade geomorfológica com ocupação. Poderemos sugerir assim que o papel que este tipo de locais ocupados desempenhavam, foi perdendo importância no final do 3º milénio a. C., e ao longo do 2º milénio se alterou completamente. Muitos destes locais deixam de ser ocupados e aqueles que continuam, passam a sê-lo de uma forma mais intensa.

Os sítios sem delimitação estrutural estão implantados ao longo da paisagem, têm uma relação próxima a vales abertos, linhas de água e várzeas. Teremos de os olhar como pontos ao longo de caminhos e não pontos centrais. Considerando-os desta forma, estamos a olhá-los como contextos relacionais de compromisso com a paisagem (Barrett 1994, McFadyen 2010, Muralha Cardoso 2010). Como já referimos, futuramente a investigação terá que contemplar estes sítios em ordem à sua escavação para tentarmos caracterizá-los e reflectirmos sobre a sua implantação e materialidades. Que tipo de estruturas possuem, que materiais, que dinâmicas arquitecturais conseguimos encontrar?

Uma questão importante que se coloca relaciona-se ao papel que estes sítios poderão ter desempenhado ao longo do 2º milénio a.C. e mesmo no chamado Bronze Final.

Os abrigos parecem deixar de ser ocupados. O trabalho que se tem feito no âmbito da prospecção não tem identificado este tipo de ocupação com as materialidades que os possam indexar à Idade do Bronze. Talvez em áreas onde os trabalhos de campo não têm sido tão intensivos, esta situação se possa alterar. O seu papel na paisagem que no 3º milénio era muito semelhante aos sítios abertos parece desaparecer. Será que são substituídos por estes últimos? O que nos parece é que a mobilidade na paisagem, tão visível nesta área, parece dissipar-se ao longo do 2º milénio a.C. Será que este processo traduz uma invisibilidade deste tipo de ocupação, ou uma outra forma de estar na paisagem?

Poderemos agora elaborar discursos sobre continuidades e descontinuidades? Continuemos a questionar; que sítios arqueológicos se mantêm ao longo deste processo? Que implantação possuem? Que materialidades? Que contextos? O que nos dizem os dados, o registo?

3. OS DISCURSOS POSSÍVEIS

A resposta às questões, efectuadas no final do ponto anterior, remetem-nos para uma reflexão que à partida se encontra povoada de alguns problemas. Pensamos imediatamente na questão dos processos de investigação existentes na área que nos propusemos abordar. Construir um discurso onde alguns dos sítios arqueológicos se encontram escavados, outros apenas sondados e ainda outros apenas identificados em trabalho de campo, afigura-se desigual. As materialidades encontradas revestem-se de várias escalas de reflexão onde existe uma certa incompatibilidade reflexiva entre elas. Os contextos são desta forma díspares. Por outro lado a questão proposta pela organização desta mesa-redonda; os critérios de periodização (continuidades e descontinuidades), tendo como base a dinâmica das materialidades, levanta desde logo, outro tipo de problemas, entre eles a questão das temporalidades. Se assentarmos o nosso discurso no tempo longo, nas paisagens, nos sítios, hoje arqueológicos e na sua implantação e localização nessa paisagem, esta reflexão oferece-nos um determinado grau de percepção relativamente às continuidades ou rupturas existentes. Se olharmos para as materialidades e a partir daí tentarmos encontrar os tais critérios de periodização baseados nas continuidades e descontinuidades iremos encontrar, talvez, uma outra percepção sobre aquilo que se convencionou chamar Idade do Bronze.

Na tentativa de ultrapassar este problema de escalas e de percepções, julgamos nós, a organização solicitou que no quadro das materialidades se desse particular ênfase aos contextos arquitectónicos enquanto espaços de acção social e negociação de poder. Com este critério a questão de escalas, aparentemente seria ultrapassada. A construção de um discurso poderia passar pela análise e reflexão de um sítio arqueológico, enquanto contentor de materiais e edificador de estruturas como poderia também passar pela observação de uma área geográfica mais ampla.

Tendo em consideração todas estas questões e condicionalismos optámos aqui por olhar o Alto Douro primeiro numa perspectiva ampla, de um território, de uma paisagem e depois mudar de escala, e olhar os sítios, onde estão implantados, que dinâmicas ocupacionais encerram, que contextos e materialidades possuem. Só desta forma e para este território poderemos questionar e reflectir, poderemos ensaiar respostas, propor outras perguntas e que este permanente saltar de escalas nos permita sugerir interpretações e discursos e fazer avançar a investigação.

É comumente aceite para a Beira Interior, Alto Douro e Sul de Trás-os-Montes que o Bronze antigo e médio tenha uma baliza cronológica entre 2300 A.C. e 1300/1200 A.C. e o Bronze Final 1300/1200 A.C. e 700 A.C.

Dentro destas balizas cronológicas podemos afirmar a grande continuidade ocupacional entre o 3º milénio e primeira metade do 2º AC. 65% dos sítios continuam a ser ocupados entre o chamado Calcolítico e a Idade do Bronze antiga e média. 7% são ocupados no 3º milénio AC e depois no Bronze Final. No tempo longo e ao longo destes 1500 anos não parece existir alguma ruptura. No entanto se descermos de escala e olharmos os sítios, notamos que essa continuidade existe ao nível do lugar que é o sítio arqueológico, mas não existe ao nível do pormenor arquitectural. Dos sítios até hoje escavados, e especialmente em Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), detecta-se uma constante configuração das estruturas e do *design* do sítio. Enquanto existem estruturas que se mantêm ao longo de todo o 3º milénio e primeira metade do 2º AC, outras sofrem profundas alterações ao longo da chamada Idade do Bronze antiga e mesmo do Bronze médio (Muralha Cardoso 2010).

Voltemos ao início deste artigo e à questão das continuidades ou descontinuidades culturais. Recuperemos a problemática; até que ponto a investigação deste período, no

território que abordamos, produziu um conjunto de materialidades que hoje nos permite refletir sobre a dinâmica inerente a um discurso baseado nos objetos. Que objectos são e o que nos podem dizer?

Por um lado temos um conjunto de achados fortuitos que nos fazem entrever dinâmicas diferenciadas do 3º milénio a.C. As alabardas tipo carrapatas de Vale Bemfeito (Macedo de Cavaleiros, Bragança), a estátua menir de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) e a estela de Longroiva (Meda, Guarda). O primeiro conjunto de materiais, as alabardas tipo carrapatas, foram datadas de 2200-1700 a.C. no catálogo da Exposição sobre a Idade do Bronze em Portugal (1995). Na respectiva entrada sobre este tipo de materiais (Sanches 1995: 29-30), a autora refere a possibilidade de as alabardas de Vale Bemfeito serem consideradas como "(...) deposições rituais e/ou esconderijos" (1995: 29), já que não se conhece o contexto do seu achado. Baseia a sua opinião num outro achado, as alabardas de Abreiro que surgiram numa fenda de uma rocha junto a uma linha de água (Bartholo 1959, citado por Sanches 1995: 29). Este tipo de materialidade coloca alguns problemas; por um lado o facto de todos estes achados nunca terem sido datados directamente, nem terem sido encontrados em posição estratigráfica em contexto arqueológico. Todos os autores apontando o bronze antigo (alguns referem de tradição campaniforme) estão a datar este tipo de materiais entre 2200 e 1700 a.C. (ver Sanches 1995: 29 e os autores citados).

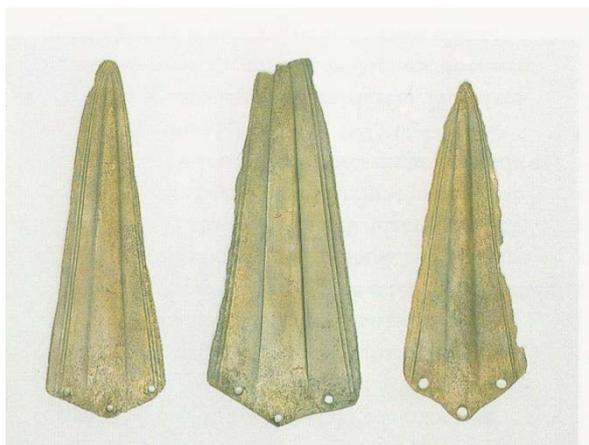


Figura 7. Alabardas tipo Carrapatas de Vale Bemfeito, Macedo de Cavaleiros (in Catálogo da exposição A idade do Bronze em Portugal, 1995: 30).

A estátua menir de Ataúdes foi interpretada pelos autores da sua identificação como sendo de um momento avançado do Bronze antigo, transição para o médio, finais do 1º-2º quartel do 2º milénio a.C. (Vilaça, Cruz, Santos, Marques 2001). Propõe esta cronologia com base no elemento espada. No âmbito das considerações propostas, os autores fazem uma reflexão sobre a localização do achado e a sua implantação no território. Localiza-se em terrenos alagadiços, próxima a linha de água e provavelmente junto ou próxima a caminhos, a vias de mobilidade. O interesse desta última ideia remete-nos para um papel de referência numa paisagem; seja para alguém, seja para algo. Outra ideia importante relaciona-se à "função" protectora que estas materialidades poderiam deter, aqui representada pelo armamento. Esta função poderia incidir sobre "bens específicos" e/ou sobre territórios. A paisagem continua a adquirir um valor interpretativo muito forte.

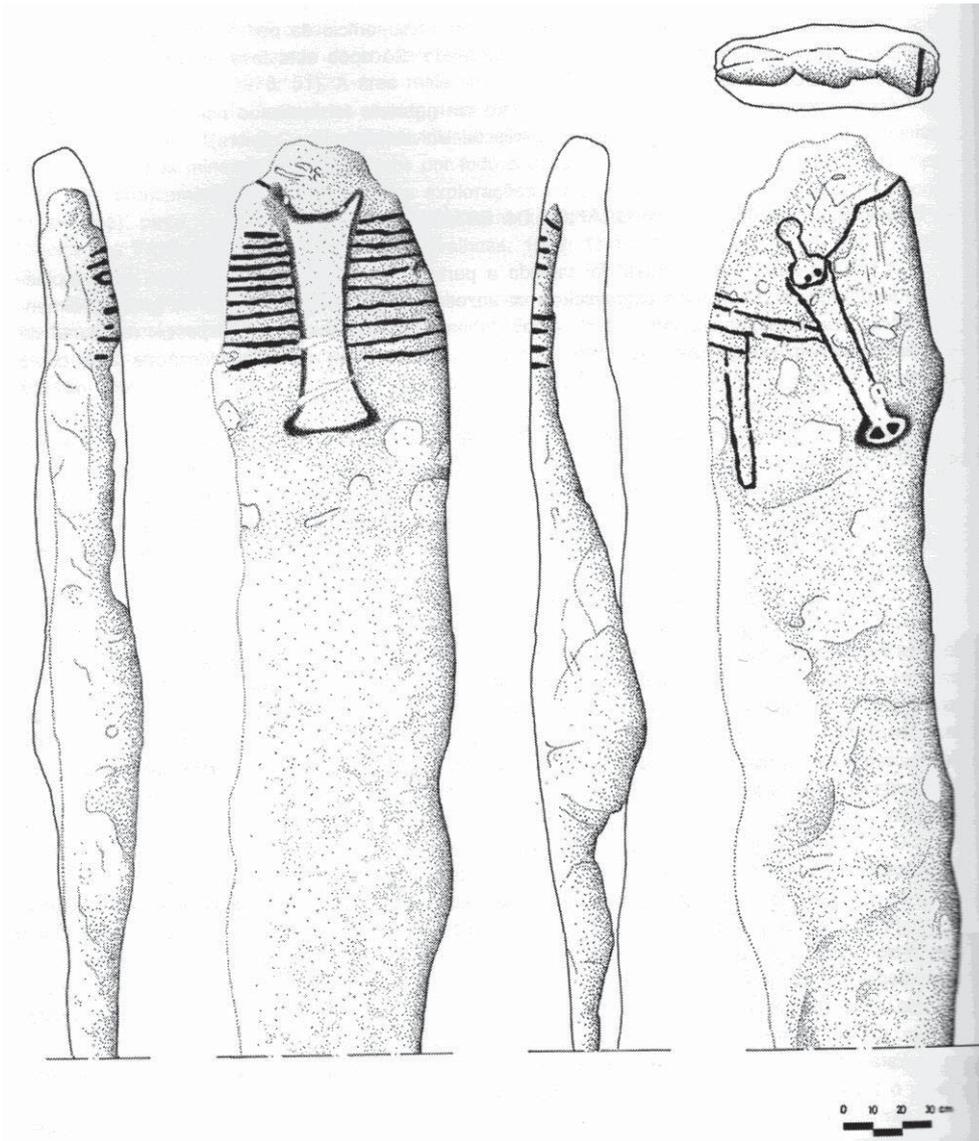


Figura 8. Estátua menir de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo) – (desenho de José Luís Madeira in Vilaça e outros 2001: 74).

A estela de Longroiva é igualmente uma estela armada, possui uma alabarda de tipo Carrapatas, um arco e um punhal de lâmina triangular e é identificada num contexto muito semelhante à estátua menir de Ataúdes. A sua datação deverá situar-se no Bronze antigo e as reflexões produzidas anteriormente, são igualmente válidas para a estela de Longroiva.



Figura 9. Estela de Longroiva, Meda (in Catálogo da exposição A idade do Bronze em Portugal, 1995:22, fotografia de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia). Tratamento informático do autor.

O segundo conjunto de materialidades relaciona-se aos materiais cerâmicos, encontrados e recolhidos em contexto de escavação ou prospecção. Enquanto grande parte do 3º milénio a.C. é muito caracterizado por uma cerâmica com decoração impressa penteada, no seu final e durante a primeira metade do 2º milénio a.C. esta situação parece modificar-se. Surgem novas cerâmicas; as cerâmicas com decoração "plástica", a cerâmica campaniforme e a cerâmica cogeces.

O quadro seguinte (agora actualizado em relação à comunicação oral) contempla todos os sítios que até ao momento ofereceram esses tipos de cerâmica.

Sítio	Decoração "plástica"	Campaniforme	Cogeces
Castanheiro do Vento*	X	X	X
Castelo Velho de Freixo de Numão*	X	X	X
Quinta de Alfarela	X		
Castelo de Numão	X		
Castro de São Jorges*	X		
Castelo Velho de Monte Meão	X		
Castelo Velho de Meda*	X		X
Montes	X		
Castelo do Nunes	X		
Quinta do Campo	X		
Alto da Lamigueira	X		
Freixo de Numão*	X		
Castelo Velho de Chãs / Tambores		X	
Castelão		X	
Alto de Santa Eufémia			X
Castelo dos Mouros			X
Fumo*			X
Baldoeiro*			X

* Refere-se a sítios escavados ou sondados.

Quadro 1. Tipos de materiais cerâmicos.

Percebe-se imediatamente que as cerâmicas com decoração "plástica" são a maioria, mas quando se procede a intervenções arqueológicas, tendem a surgir as cerâmicas cogeces. O que este quadro nos diz é que existe um conjunto de novas materialidades que surgem no final do 3º milénio a.C. Algumas, como aquelas com decoração "plástica", são em maior quantidade e parecem surgir no início da segunda metade do 2º milénio a.C. (Muralha 1996), outras são mais raras e apenas surgem em contexto de escavação, como a cerâmica campaniforme. Relembramos aqui a recolha de um pequeno fragmento de cerâmica campaniforme cordada em Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge 2002). As cerâmicas proto-Cogotas parecem unir esta área a um território que se estende pela meseta Norte, apesar de algumas diferenças notadas a partir do estudo efectuado em cerâmicas cogeces de Castelo Velho de Freixo de Numão (Pereira 1999).

Voltando novamente ao início, apenas este indicador (os materiais) continua a parecer redutor para as múltiplas leituras que a arqueologia visibiliza. A paisagem, a mobilidade, os contextos arquitectónicos e a sua implantação geomorfológica, assumem-se como espaços de ação humana que eventualmente poderão trazer novas ideias e reflexões.

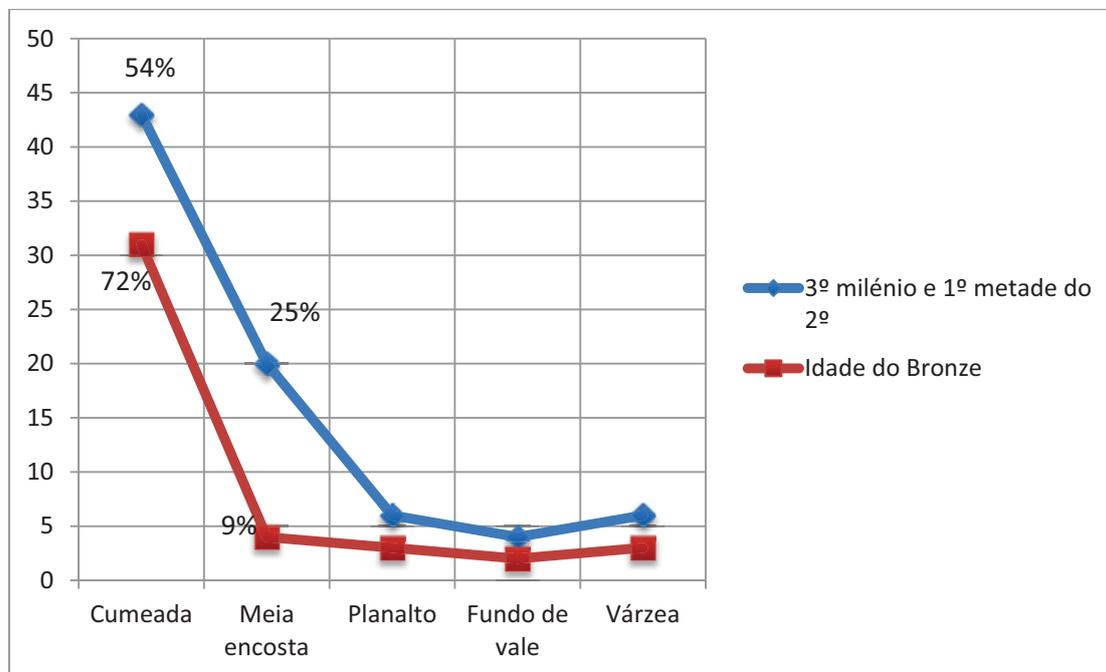


Gráfico 5. Relação entre cronologia e implantação dos sítios.

Se tornarmos a colocar os sítios na paisagem, olhamos para duas curvas muito semelhantes. A implantação dos sítios parece não ter mudado, existe uma certa continuidade, mas numa leitura mais atenta, encontramos uma alteração/ruptura significativa. Esta alteração está relacionada a novas formas dinâmicas de estruturação de um território. Na Idade do Bronze a implantação geomorfológica dos sítios arqueológicos altera-se. Os sítios de cumeada sobem percentualmente e os de meia encosta descem bastante. As percentagens do gráfico são explícitas. Parece existir uma concentração do tipo de ocupação em cumeadas, mas também, por outro lado, os sítios de meia encosta são maiores do que só aqueles que têm ocupação do chamado calcolítico. Este é um processo que acontece a diferentes escalas de um território (sítios de cumeada e sítios a meia encosta) e a diferentes temporalidades (alteração só visível no tempo longo – entre o final do 3º milénio a.C. e todo o 2º milénio a.C.).

Podemos desta forma referir que ao longo do 3º milénio a.C. temos uma realidade arqueológica que nos encaminha para uma grande diversidade de sítios, variáveis na sua implantação e distintos estruturalmente. São comunidades que continuamente habitam uma paisagem com grande grau de mobilidade. O que parece é que existe um processo de tempo longo, de identificação com um grupo e ao mesmo tempo com um território, de sedimentação de uma ordem e de um sentido de pertença.

Os sítios arqueológicos e a sua implantação, as suas estruturas, as suas materialidades são a visibilização das sociabilidades dessa (s) comunidade (s). Comunidades móveis, lansas, onde o poder parece estar ainda segmentado. O território do 3º milénio e da primeira metade

do 2º milénio a.C. estrutura-se dinamicamente, ao mesmo tempo que as comunidades que o habitam se estruturam a elas próprias.

Este é um processo de tempo longo, de várias escalas, onde as diferentes acções numa paisagem total, as diferentes arquitecturas, sedimentam um território.

A paisagem da Idade do Bronze emerge deste 3º milénio a.C. O que temos então no último quartel desse milénio? Surgem novas cerâmicas em sítios antigos (Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento e Castelo Velho da Meda); surgem novos sítios com cerâmicas antigas e novas (Fumo) e surgem novos sítios com cerâmicas novas (Olga Grande 6). Detectam-se alterações (por vezes de pequena monta) nos sítios escavados e surgem raros materiais de excepção - machados de bronze em Castanheiro do Vento, cerâmica campaniforme cordada (um pequeno fragmento) em Castelo Velho de Freixo de Numão.

Esta situação parece manter-se ao longo de grande parte do 2º milénio a.C.

A grande diferença surge na forma como estes novos sítios estão na paisagem. Ou existe uma invisibilidade de muitos sítios arqueológicos, que as várias equipas de prospecção (ainda) não detectaram, ou ao longo do 2º milénio estas comunidades olham para a paisagem de uma forma diferente; deixam de ocupar abrigos, ocupam vestigialmente grandes cumeadas específicas da paisagem e outras são-no completamente ocupadas e quase que abandonam as meias encostas. Os materiais de excepção continuam a ser muito raros assim como o aparecimento de novos materiais.

Estas últimas afirmações remetem-nos para o conceito exposto no início deste artigo; a "complexidade social". E para a ideia comumente aceite de que no final do 2º milénio a.C. as comunidades apresentam sintomas de se estarem a tornar mais complexas, mais hierarquizadas. Como ler desta forma, no registo arqueológico, a "complexidade social"?

Que indicadores devemos utilizar? Desde há 30/40 anos que vários investigadores admitem que "complexidade", e mesmo intensificação, interação e hierarquização, expressam-se na progressiva visibilização das materialidades associadas ao poder, sobretudo na riqueza e diversidade de contextos sepulcrais, materiais de excepção e aparecimento de diferentes objetos; o fenómeno da complexidade social correlacionar-se-ia desta forma com novos e diferentes cenários de ações sociais que deixariam uma marca visível no registo arqueológico. É importante notar que nestes últimos 30/40 anos um discurso de pendor processualista vingou na interpretação do registo arqueológico, e são precisamente estes conceitos que no estudo da pré-história recente, definem muito aquela corrente teórica e interpretativa.

O território tratado neste artigo terá consigo estes indicadores que nos poderão conduzir a interpretações, onde conceitos como complexidade e hierarquização social estarão presentes? Ou, como já referimos, será que as leituras visibilizadas pela arqueologia poderão ser múltiplas e problematizantes, onde a permanente colocação de questões se torne um ponto essencial da investigação?

Os contextos funerários são quase inexistentes, apenas a cista da Senhora de Lurdes que os autores da escavação remetem para o bronze final, muito pobre em termos de espólio (apenas fragmentos cerâmicos) e sem qualquer indício de complexidade, pelo menos à maneira processual, poderá ser citada (Carvalho, Gomes 2002-2003). O extraordinário contexto com ossos humanos estudado em Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge 1998), forneceu uma datação de radiocarbono, mas que devido ao seu elevado desvio padrão nos impede de a discutir aqui.

Por outro lado possuímos a estátua menir de Ataúdes e a estela de Longroiva. As estátuas menires/estelas são uma realidade presente nesta área, embora muito diferenciadas. No 3º milénio a.C. surgem estelas recolhidas em contexto de escavação. Em Castanheiro do Vento, aparecem em contextos muito diversificados, sempre no interior do sítio arqueológico, isto é intra-muretes e ao longo de todo o milénio. São contextos tão diversos como o interior de estruturas tipo bastião, como na oclusão de passagens, como em espaços não circunscritos por estruturas. São lajes de xisto afeiçoadas de formato rectangular e subrectangular, em muitos casos polidas ou são pequenos monólitos em granito igualmente afeiçoados, com uma face recta e uma outra convexa. Em qualquer dos casos o seu suporte pétreo não é local.

Em Cabeço da Mina surgem ao longo de toda a área de implantação do sítio arqueológico e extravasam para a paisagem aparecendo ao longo da encosta. Neste momento é importante recordar a implantação destes locais. Apesar de serem todos sítios de cumeada, Castanheiro do Vento e mesmo Castelo Velho de Freixo de Numão, onde também foram recolhidas estas estelas, estão implantados em locais de altitude, onde a observação da paisagem é feita de duas formas diferentes; numa forma indistinta, ao longe, onde existem vales, linhas de água e várzeas e de uma forma próxima, onde a aproximação ao sítio arqueológico é perfeitamente observada. As suas implantações não sendo impositivas, são marcantes. No Cabeço da Mina, a visibilidade é menos abrangente, conectável a um vale e várzea. A sua implantação, embora visível, não se impõe.

Ao colocarmos a estela de Longroiva e a estátua menir de Ataúdes, no bronze antigo/médio, facilmente reconhecemos uma forma diferente de estar na paisagem. As suas implantações geomorfológicas possuem um significado diferente. Localizam-se na paisagem, não a olham, apropriam-se do território, dos grandes vales abertos, das várzeas.

Estas materialidades parecem querer representar duas temporalidades diferentes de um território. Duas temporalidades que pertencem a um processo de apropriação de um território. As estelas que foram recolhidas em Castanheiro do Vento e Castelo Velho de Freixo de Numão parecem querer representar atitudes de uma comunidade, pois parecem ter um significado muito relacionado ao sítio arqueológico, à sua construção e constante alteração, à sedimentação de uma comunidade e à sua relação a um território, que embora percorrido, explorado, ainda é muito móvel e segmentário. As estelas de Cabeço da Mina são visíveis não só no sítio, no topo da cumeada, como ao longo de toda a encosta. Parecem sugerir um poder menos repartido, menos lasso e segmentado, atento à paisagem, mas não se apropriando dela.

A estela de Longroiva parece sugerir-nos um outro sentido: O local onde apareceu marca um centro de actividades associadas à terra, à agricultura. A sua implantação no centro dessa área parece marcar categoricamente esse espaço. A apropriação do território é cada vez mais efectiva. Por outro lado o conjunto de símbolos de que é portadora confere-lhe uma posição destacada, ou representando uma personagem da comunidade, ou representando a comunidade enquanto detentora de um espaço, que apesar de ter sido sempre deles, é agora efectivamente apropriado. O mesmo acontece com a estátua menir de Ataúdes, apropria um território, mesmo como marcador ou "protector" dessa área, representará uma implantação mais afirmativa, mais territorial.

Serão estes dados suficientes para se falar em "complexidade social", ou mesmo em "sociedades hierarquizadas"?

Novas materialidades a nível da decoração cerâmica, duas estátuas menires armadas, alguns, raros materiais de excepção, parece-nos muito pouco para iniciarmos discursos

interpretativos onde as afirmações se baseiam em poucos indícios e em vestígios diferentemente estudados.

O discurso académico refere-nos a existência de fenómenos característicos do bronze antigo - os depósitos e circulação de metais. Para a região estudada possuímos apenas o depósito de Vale Bemfeito (Macedo de Cavaleiros) e atestamos a circulação de metais através de raros exemplares encontrados em escavações arqueológicas. No bronze médio, diz-nos este discurso, predominam os machados de bronze de tipo bujões-Barcelos, inexistentes na área estudada e as espadas, da qual conhecemos dois exemplares; a de Fornos de Algodres e de Castelo Bom (Guarda). Em termos de povoamento, no bronze antigo e médio, são referidas algumas descontinuidades. Aparecem novos povoados e dá-se uma estruturação e expansão do povoamento, visível em redes hierarquizadas que entram de forma sistemática em áreas até então não povoadas ou ocupadas permanentemente. Em síntese, no bronze antigo e médio estamos perante paisagens não completamente habitadas. Estas lacunas de povoamento vão sendo progressivamente ocupadas através da continuação de antigas áreas ocupadas e de outras novas que vão surgindo. Alguns autores falam de uma rede que se vai progressivamente apertando ao longo do 2º milénio (Jorge 1998).

Tendo em consideração o parágrafo anterior, e tendo em conta o trabalho de carácter arqueológico que se tem feito na área de trabalho em análise, o discurso possível, parece-nos, é o discurso do tempo longo, onde a paisagem adquire um papel essencial. Este discurso pode ser pontuado por interpretações de outra escala; os sítios arqueológicos, os materiais, as arquitecturas, os contextos.



Figura 10. Troço do Rio Côa, onde se pode ver ao centro, destacado na paisagem, o sítio do 3º milénio a.C. do Alto da Moteira (Figueira de Castelo Rodrigo) e do lado direito o Castelo dos Mouros (Pinhel) com ocupação do Bronze Final e Idade do Ferro.

Tendo como referência o 3º milénio, a "rede de povoamento" não se alarga, não conquista novos territórios, apenas se altera e se transforma. Uma alteração lenta e pouco visível na grande escala, na escala de uma paisagem. Uma alteração perceptível em transformações na forma de ocupação do espaço interno dos sítios arqueológicos; estruturas que se fecham, outras abandonadas/ocluídas, outras que se conformam de formas diferentes, os elementos construtivos mantêm-se, a própria técnica de construção contínua igual. O que

se percebe, nos sítios que até hoje foram escavados mais extensivamente (Castelo Velho de Freixo de Numão e especialmente Castanheiro do Vento), são mudanças pontuais no discurso arquitectónico. Torna-se claro que estas mudanças traduzirão uma forma diferente de organizar as sociabilidades de uma comunidade, mas isso não quer dizer que tenha existido uma ruptura de carácter social. Igualmente pontuais são os materiais de excepção que vão sendo recolhidos em escavações. Também aqui estes novos materiais indiciam contactos, especialmente medidos pela presença de cerâmica campaniforme e cogeces. Mas, mais uma vez e tendo em consideração as cerâmicas proto-Cogotas, estas novas materialidades, raras, não substituem as antigas, não se sobrepõem ao antigo universo material, são adoptadas e de um ponto de vista morfológico e decorativo não existem na sua totalidade (Pereira 1999: 106). Este facto traduzirá uma leitura de contactos regionais, ou mesmo supra regionais? Parece-nos que sim, e traduz igualmente a capacidade de estas comunidades se movimentarem, mas não no sentido de uma comunidade que assenta a sua base económica na mobilidade associada ao pastoreio, mas que possui, como as intervenções arqueológicas nos parecem dizer, uma base económica mais alargada, ligada à agricultura e também ao pastoreio. A apropriação de uma paisagem vai acontecendo, num processo estrutural, apenas visível no tempo longo. As alterações das sociabilidades eventualmente vão-se modificando e as sociedades do 3º milénio a.C., segmentárias, provavelmente com base em linhagens e estruturadas horizontalmente, por meio de grupos de parentesco, onde existia um poder lasso e diluído, vai-se transformando ao longo do 2º milénio a.C., para sociedade já estruturadas verticalmente onde começa, lentamente, a emergir algum tipo de hierarquia, e algum tipo de cenário social que ao mesmo tempo que consolida essa hierarquia, consolida igualmente o seu poder⁵ (Kuijt 2000a citado por Watkins 2009) Há indícios de novas e diferentes atitudes, não só perante o "poder", mas de "poder". Este processo pode ser visível através da já referida alteração das estelas, quer ao nível do seu tamanho e conseqüente mobilidade, quer ao nível da sua iconografia.

Neste momento parece configurar-se uma ruptura. A apropriação da paisagem é efectiva. Há novas formas de estar na paisagem. Os sítios deste território, no Bronze Final, apresentam uma descontinuidade. São novos lugares, nunca ocupados e são lugares que permitem uma ocupação continuada na Idade do Ferro (62%). Estes dados, poderão traduzir o culminar de um processo lento, estrutural de alterações sociais, que desemboca numa ruptura, na forma de habitar a paisagem e de ter e exercer o poder.

Será neste momento a reflexão mais interessante a fazer; a emergência do poder relacionado à paisagem, ao território, pois qualquer acção colectiva (num sentido de uma comunidade), está inscrita numa espacialidade, está inscrita num contexto e as sociabilidades do 3º milénio a.C. e primeira metade do 2º vão-se sedimentando e alterando indo confluindo numa nova forma de estar na paisagem, numa nova forma de olhar um território, numa nova forma de práticas sociais que o final do 2º milénio a.C. nos parece trazer.

O Importante, agora é voltar ao campo, à prospecção e à escavação e tentar visibilizar no registo arqueológico novos e diferentes cenários de sociabilidades que nos permitam reflectir sobre acções estruturantes dessas comunidades e acima de tudo reflectir com mais e diferentes dados arqueológicos.

⁵ Estas sugestões foram discutidas por I. Kuijt relativamente ao Neolítico pré-cerâmico e cerâmico. Posteriormente Ian Hodder (2006) e Renfrew e Bahn (2008) reflectiram igualmente sobre este tipo de organização social. O primeiro tendo como referência o seu trabalho em Çatalhöyük (The Leopard's tale: Revealing the Mysteries of Turkey's Ancient "Town", London & New York, Thames & Hudson, e os segundos numa conhecida obra de síntese sobre teorias e métodos em arqueologia (Archaeology: Theories, Methods and Practice, London & New York, Thames & Hudson).

BIBLIOGRAFIA

AUBRY, T.; CARVALHO, A. M., (1998) - O povoamento pré-histórico do Vale do Côa, síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 23-34.

BARRETT, J. C., (1994) - Defining domestic space in the Bronze Age of Southern Britain. PEARSON, M.; RICHARDS, C. (ed.) - *Architecture and Order, Approaches to social space*. London: Routledge, pp. 87-97.

CARVALHO, A. F. (2003) - O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 996-2000). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, volume 6, número 2, pp. 229-273.

CARVALHO, A. F. (2004) - O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do PAVC). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, volume 7, número 1, pp. 185-219.

CARVALHO, P. S.; COUTINHO, L. F. (2002-2003) - A Cista do Povoado da Senhora de Lurdes (São João da Pesqueira, Viseu). In *Estudos Pré-históricos*. Porto: CEPBA, vol. X-XI, pp. 225-231.

CASEY, E. (1996) - How to Get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena. FELD, S.; BASSO, K. (ed.) - *Senses of Place*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, pp.13-52.

COIXÃO, A. N. S. (1996) - *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.

COIXÃO, A. N. S., CRUZ, A., SIMÃO, P., (2009) - *Carta Arqueológica do Concelho da Mêda*. Coimbra: Câmara Municipal da Mêda.

FERREIRA, A. de B., (1971) - O Rebordo Ocidental da Meseta e a depressão tectónica da Longroiva. In *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. VI, nº 12.

FERREIRA, A. de B., (1978) - Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia. In *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, nº 4.

FERREIRA, P.; RIBEIRO, M. L. (1995) - Cartografia geoquímica do Maciço Granítico de Freixo de Numão: implicações petrogenéticas e geodinâmicas. In *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, tomo 81, pp. 9-22.

INGOLD, T. (2000) - *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.

JORGE, S. (1998) - Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. In *Estudos Pré-históricos*. Porto: CEPBA, pp.279-294.

JORGE, S. (2002) - An all-over corded Bell Beaker in Northern Portugal. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): some remarks. In *Journal of Iberian Archaeology*. Porto: ADECAP, pp.107-130.

MARTINS, C. B. (2008) - Proto-história e romanização no monte da Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: análise de materiais. In *Actas do III Congresso de Arqueologia, Trás-os-Montes*,

Alto Douro e Beira Interior. Porto: Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, congresso realizado em 2006, 3º volume, Proto-história e Romanização, pp.85-95.

McFADYEN, L. (2010) - Building and Architecture as Landscape Practice. DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.) - *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, pp. 307-314.

MEDEIROS, C. A. (2000) - *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana: Uma Introdução*. Lisboa: Editorial Estampa, 5ª edição.

MURALHA, J. (1996) - *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numa. Continuidades e discontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado em Arqueologia, edição policopiada.

MURALHA CARDOSO, J. (2010) - *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.

MURALHA CARDOSO, J. (2012) - Castanheiro do Vento: Uma historiografia de percursos interpretativos. In SANCHES, M. J.; CUNHA-RIBEIRO, J. P.; MONTEIRO-RODRIGUES, S. (ed.) - *Discursos em Arqueologia, Textos oferecidos ao Professor Victor Oliveira Jorge*. Coimbra-Porto: CEAUCP, pp. 67-94.

MURALHA CARDOSO, J. (prelo a) - Castelo Velho de Freixo de Numão, um sítio, uma paisagem. In *Monografia de Castelo Velho de Freixo de Numão*, Porto: DRC-Norte.

MURALHA CARDOSO, J. (prelo b) - Ao longo da paisagem: o Alto Douro no 3.º milénio AC. Espaços temporários e mobilidades. In *Actas da Mesa-Redonda A Pré-história e a Proto-história no centro de Portugal, Viseu*: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.

PEREIRA, L. S. (1999) - *As Cerâmicas Cogeces de Castelo Velho de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa. Seu enquadramento peninsular*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado em Arqueologia, edição policopiada.

PERESTRELO, M. S. (2002) - *A Romanização na Bacia do Rio Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

PINA, F. A. (2009) - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos da Beneficiação da EN 332 entre Almendra e Figueira de Castelo Rodrigo*. Lisboa: IGESPAR, policopiado.

PINA, F. A. (2010) - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos do Acompanhamento Arqueológico da EN 222 entre Almendra e Vila Nova de Foz Côa*. Lisboa: IGESPAR, Policopiado.

REIS, M. (2011) - Prospecção da Arte Rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009. *Actas do V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal*. Porto: Caleidoscópio / Direcção Regional de Cultura do Norte, pp.11-124.

REIS, M. (2012) - Mil Rochas e tal...!" Inventário dos sítios da Arte Rupestre do Vale do Côa (1ª parte). In *Portugália*. Porto: DCTP-FLUP, Nova Série, volume 33, pp. 5-72.

REIS, M. (2013) - Mil Rochas e tal...!" Inventário dos sítios da Arte Rupestre do Vale do Côa (2ª parte). In *Portugália*. Porto: DCTP-FLUP, Nova Série, volume 34, pp. 5-68.

SILVA, C. M. C. (1996) - *O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do IIIº milénio a.C. /1ª metade do IIº milénio a.C., no*

Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado em Arqueologia, edição policopiada.

RIBEIRO, M. L. (2001) - *Notícia Explicativa. Carta Geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

RIBEIRO, O. (1986) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 4ª edição.

SANCHES, M. J. (1995) - Alabardas de Tipo Carrapatas. In *A Idade do Bronze em Portugal, discursos de poder*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia, Catálogo de Exposição, pp.29-30.

WATKINS, T. (2009) - From foragers to complex societies in Southwest Asia. In SCARRE, C. (ed) - *The Human Past*. London / New York: Thames & Hudson, pp. 200-233.

VARELA, J. M. (2000) - *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do castelo velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio a.C.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado em Arqueologia, edição policopiada.

VV.AA. (1997), *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa*. ZILHÃO, J. (coord.) - *Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura.

VV.AA. (2001) - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos do Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Côa*. Lisboa: IGESPAR, policopiado.

ANEXO

QUADRO 2: GERAL E BIBLIOGRÁFICO

NOME	DATAÇÃO	MATERIALIDADES	BIBLIOGRAFIA
Castanheiro do Vento (VNFC)	2900-1500 a. C.	<p>Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica, espatulamento, excisão, puncionamento. Campaniforme e Cogeces.</p> <p>Elementos de mós: dormentes, moventes.</p> <p>Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados.</p> <p>Utensílios: ponta de seta, furadores, geométricos, lamelas, lâminas, raspadeiras...</p>	MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional</i> . Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
Castelo Velho de Freixo de Numão (VNFC)	2900-1500 a. C.	<p>Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica, espatulamento, puncionamento. Campaniforme e Cogeces.</p> <p>Elementos de mós: dormentes, moventes.</p> <p>Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados.</p> <p>Utensílios: ponta de seta, furadores, geométricos, lamelas, lâminas, raspadeiras...</p>	JORGE, S. O. (2005) - <i>O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais</i> . Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca de Arqueologia.
Vale da Veiga II (VNFC)	Idade do Bronze	<p>Cerâmica.</p> <p>Líticos talhados em quartzito.</p>	VV.AA. (1996) - <i>Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa</i> . In ZILHÃO, J. - <i>Trabalhos de 1995-1996</i> . Lisboa: Ministério da Cultura.
Castelo de Numão (M)	3º milénio a.C. 1ª metade do 2º milénio a.C.	<p>Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica.</p> <p>Elementos líticos: percutores, seixos, talhados.</p> <p>Utensílios: ponta de seta,</p>	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.

		rapadeiras	
Fumo (VNFC)	2135-1743 A.C. 2129-1693 A.C.	Cerâmica decorada: decoração plástica, impressão, incisão, puncionamento, cogeses. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados. Utensílios: raspadeiras, lâminas, lamelas, lascas retocadas, denticulados. Núcleos.	CARVALHO, A. F. (2004) - O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do PAVC). In <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i> . Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, volume 7, número 1, pp. 185-219.
Alto de Santa Eufémia (VNFC)	Achados isolados.	Cerâmica cogeses	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
Montes (VNFC)	3º milénio a.C. 2º milénio a.C.	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica, espatulamento, puncionamento. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados. Utensílios: lascas retocadas, raspadeiras.	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
Freixo de Numão (VNFC)	Achados isolados	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica, espatulamento, puncionamento. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados. Utensílios: lascas retocadas, raspadeiras...	COIXÃO, A. N. S. (2001) - Novos dados para o Estudo do Povoamento da Área Urbana de Freixo de Numão da Pré-história aos nossos dias. In <i>Côavisão</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 45-53.
Castelo Velho de Seixas	Idade do Bronze (?) e Idade do	Cerâmica não decorada. Elementos de mós:	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz

(VNFC)	Ferro	dormentes, moventes. Elementos líticos: Percutores, seixos.	Côa: Câmara Municipal.
Salto do Boi (VNFC)	Idade do Bronze	Cerâmica não decorada. Elementos líticos: talhados.	VV.AA. (1996) - Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. In ZILHÃO, J. - <i>Trabalhos de 1995-1996</i> . Lisboa: Ministério da Cultura.
Olga Grande 6 (VNFC)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica não decorada. Elementos líticos.	AUBRY, T.; CARVALHO, A. M. (1998) - O povoamento pré-histórico do Vale do Côa, síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). In <i>Côavisão</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, nº 0, pp. 23-34.
Castelo Velho de Santa Comba (VNFC)	Calcolítico e Idade do Bronze	Cerâmica: Impressão Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: Percutores, polidos, seixos, talhados.	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
Citânia da Teja (VNFC)	Calcolítico e Idade do Bronze	Cerâmica: Impressão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: Percutores, seixos, talhados.	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
Castelo Velho das Chãs (VNFC)	Idade do Bronze	Cerâmica: Impressão Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: Percutores, polidos, seixos, talhados. Utensílios: Lascas retocadas, raspadeiras.	COIXÃO, A. N. S. (1996) - <i>Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
Castelo Velho de Monte Meão (VNFC)	Calcolítico Idade do Bronze Idade do Ferro	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados. Utensílios: lascas retocadas,	MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional</i> . Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.

		raspadeiras.	
Castro de São Jorges (M)	Calcolítico Idade do Bronze Idade do Ferro	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados. Utensílios: pontas de seta, lascas retocadas, raspadeiras.	COIXÃO, A., CRUZ, A., SIMÃO, P. (2009) - <i>Carta Arqueológica do Concelho da Mêda</i> . Coimbra: Câmara Municipal da Mêda.
Castelo Velho da Meda (M)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica, espatulamento, puncionamento. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos, percutores, seixos, talhados. Utensílios: ponta de seta, furadores, lamelas, raspadeiras.	MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional</i> . Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
Castelo do Nunes (M)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: percutores, seixos, talhados. Utensílios: raspadeiras.	COIXÃO, A., CRUZ, A., SIMÃO, P. (2009) - <i>Carta Arqueológica do Concelho da Mêda</i> . Coimbra: Câmara Municipal da Mêda.
Quinta do Campo (M)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: percutores, seixos, talhados. Utensílios: raspadeiras.	COIXÃO, A., CRUZ, A., SIMÃO, P. (2009) - <i>Carta Arqueológica do Concelho da Mêda</i> . Coimbra: Câmara Municipal da Mêda.
Alto da Lamigueira (M)	Calcolítico Idade do	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica.	MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º</i>

	Bronze	Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: percutores, seixos, talhados. Utensílios: raspadeiras.	<i>milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional.</i> Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
Vinha do Cruzeiro (M)	Bronze antigo		MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional.</i> Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
Santa Bárbara de Valflor (M)	Calcolítico Idade do Bronze Idade do Ferro	Cerâmica decorada: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: percutores, talhados.	COIXÃO, A., CRUZ, A., SIMÃO, P. (2009) - <i>Carta Arqueológica do Concelho da Mêda.</i> Coimbra: Câmara Municipal da Mêda.
Estátua de Ataúdes (FCR)	Idade do Bronze antigo/médio		VILAÇA, R., CRUZ, D., SANTOS, A., MARQUES, J. (2001) - A estátua-menir de "Ataúdes" (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional. In <i>Estudos Pré-históricos.</i> Viseu: CEPBA, Vol. IX, pp.69-82.
Canada da Ortiga (FCR)	Idade do Bronze	Cerâmica	CARVALHO, A. (1998) - <i>Relatório de prospecção e sondagens geológicas do PAVC.</i> Processo 97/1 (184), policopiado.
Pero Martins 54 (FCR)	Idade do Bronze	Cerâmica. Lascas quartzito e quartzito.	RODRIGUES, A., MARTINS, A., DIEZ, M. (2001) - <i>Levantamento do património no âmbito do EIA da avaliação comparada dos aproveitamentos do Baixo Sabor e Alto Côa.</i> Processo 2000/1 (830), policopiado.
Castelo da Senhora de Monforte (FCR)	Bronze Final Idade do Ferro Idade Média	Cerâmica ("cepillada"). Elementos de mó: dormentes e moventes.	VILAÇA, R. (2008) - <i>Através das Beiras, Pré-História e Proto-História.</i> Coimbra: Palimage.
Castelão (FCR)	Calcolítico Bronze Final	Cerâmica: impressão, incisão, campaniforme. Elementos líticos: polidos,	VILAÇA, R. (2008) - <i>Através das Beiras, Pré-História e Proto-História.</i> Coimbra: Palimage.

	Romano	seixos, talhados. Utensílios: dentes de foice. Núcleos.	
Chão do Marganho (SJP)	Calcolítico Bronze Final Idade do Ferro	Cerâmica. Elementos de mós: dormentes, moventes. Elementos líticos: polidos.	COIXÃO, A. (2000) - Do Neolítico ao Bronze na região "De Entre Côa e Távora"-Que hipótese e percursos?". In <i>Côavisão</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, nº 2, pp. 65-79.
Castelinhos (SJP)	Neolítico Calcolítico Bronze	Cerâmica. Elementos líticos: seixos, talhados. Utensílios: raspadeiras.	COIXÃO, A. (1999) - <i>A ocupação humana na pré-história recente na região de entre Côa e Távora</i> . Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado em Arqueologia, edição policopiada.
Cista da Senhora de Lurdes (SJP)	Bronze Final	Cerâmica.	CARVALHO, P. S.; COUTINHO, L. F. (2002-2003) - A Cista do Povoado da Senhora de Lurdes (São João da Pesqueira, Viseu). In <i>Estudos Pré-históricos</i> . Porto: CEPBA, vol. X-XI, pp. 225-231.
Senhora de Lurdes (SJP)	3º milénio Idade do Bronze	Cerâmica: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes e moventes. Elementos líticos: talhados, seixos, lascas.	MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional</i> . Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
Povoado da Cocheira (SJP)	Bronze Final	Cerâmica	COIXÃO, A. (1999) - <i>A ocupação humana na pré-história recente na região de entre Côa e Távora</i> . Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de Mestrado em Arqueologia, edição policopiada.
Reboledo (SJP)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica. Elementos de mós: dormentes e moventes. Elementos de adorno em bronze.	COIXÃO, A. (2000) - Do Neolítico ao Bronze na região "De Entre Côa e Távora"-Que hipótese e percursos?". In <i>Côavisão</i> . Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, nº 2, pp. 65-79.
Quinta da Alfarela (TM)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica: impressão, incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes e moventes. Elementos líticos: talhados,	MURALHA CARDOSO, J. (2010) - <i>Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional</i> . Islas Baleares: Vessants Arqueologia i

		seixos, lascas, percutores. Utensílios: raspadeiras.	Cultura.
Nossa Senhora de Urros (TM)	3º milénio Bronze Final Idade do Ferro	Cerâmica: impressão, incisão.	MARTINS, C. B. (2008) - Proto-história e romanização no monte da Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: análise de materiais. In Actas do III Congresso de Arqueologia, Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Porto: Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, congresso realizado em 2006, 3º volume, Proto-história e Romanização, pp.85-95.
Castelo de Ansiães (CA)	Calcolítico Bronze	Cerâmica: incisão, decoração plástica. Elementos de mós: dormentes e moventes. Elementos líticos: talhados, seixos, lascas, percutores. Utensílios: lascas retocadas, raspadeiras.	PEREIRA, A. L. (1998-2001) - PNTA-Projecto Arqueológico do Castelo de Ansiães. Lisboa: IPA, policopiado.
Castelo de Linhares (CA)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica. Elementos líticos não especificados.	PEREIRA, A. L. (1998-2001) - PNTA-Projecto Arqueológico do Castelo de Ansiães. Lisboa: IPA, policopiado.
Castro da Rapa (CA)	3º milénio Idade do Bronze	Cerâmica: impressão, puncionamento, incisão. Elementos líticos: polidos, percutores	PEREIRA, A. L. (1998-2001) - PNTA-Projecto Arqueológico do Castelo de Ansiães. Lisboa: IPA, policopiado.
Linhares (CA)	Idade do Bronze	Machado de talão de dupla aselha lateral.	SAVORY, H. N. (1951) - A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa. In <i>Revista de Guimarães</i> . Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 61:34, pp. 323-377.
Castelo dos Mouros (P)	Idade do Bronze Final	Cerâmica. Elementos de mós: dormentes e moventes. Elementos líticos: machado polido e percutores.	PERESTRELO, M. S. (2002) - <i>A Romanização na Bacia do Rio Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
Porto da Vide (P)	Bronze Final Romano Idade Média	Cerâmica. Elementos de mós: dormentes e moventes.	PERESTRELO, M. S. (2002) - <i>A Romanização na Bacia do Rio Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Minas da Senhora da Fonte (P)	Calcolítico Idade do Bronze	Cerâmica: impressão, fundos planos, arranques de asa.	FILIPE A., LAMOSA, M., COSTA, M., (2009) - <i>EIA da obra de remodelação ambiental da área mineira da Sr^a das Fontes</i> . Lisboa: IGESPAR, relatório policopiado.
Alto dos Sobreiros (P)	Bronze Final	Cerâmica. Elementos de mós: dormentes e moventes.	PERESTRELO, M. S. (2002) - <i>A Romanização na Bacia do Rio Côa</i> . Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

QUADRO 3: CATEGORIZAÇÃO DE SÍTIOS E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

NOME	CATEGORIA	IMPLANTAÇÃO	PAISAGEM	ACÇÃO ARQUEOLÓGICA
Castanheiro do Vento (VNFC)	Recinto	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas várzeas	Escavação
Castelo Velho de Freixo de Numão (VNFC)	Recinto	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas várzeas	Escavação
Vale da Veiga II (VNFC)	Sítio sem delimitação estrutural	Várzea.	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Sondagens
Castelo de Numão (VNFC)	?	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos	Prospecção

			vales fechados especificidades geomorfológicas várzeas	
Fumo (VNFC)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas várzeas	Escavação
Alto de Santa Eufémia (VNFC)	Achado isolado	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas várzeas	Prospecção
Montes (VNFC)	Recinto	Cumeada	Linhas de água vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas	Prospecção
Freixo de Numão (VNFC)	Sítio sem delimitação estrutural	Planalto	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Sondagens
Castelo Velho de Seixas (VNFC)	Recinto	Cumeada	Linhas de água vales fechados especificidades geomorfológicas	Prospecção
Salto do Boi (VNFC)	Sítios sem delimitação estrutural	Fundo de vale	Linhas de água meandros	Sondagens
Olga Grande 6 (VNFC)	Sítios sem delimitação estrutural	Planalto	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Sondagens

Castelo Velho de Santa Comba (VNFC)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água meandros vales fechados especificidades geomorfológicas	Prospecção
Citânia da Teja (VNFC)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água meandros vales fechados especificidades geomorfológicas	Sondagens não publicadas
Castelo Velho das Chãs (VNFC)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas	Prospecção
Castelo Velho de Monte Meão (VNFC)	Recinto	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas várzeas	Prospecção
Castro de São Jorges (M)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados especificidades geomorfológicas	Escavação
Castelo Velho da Meda (M)	Recinto	Cumeada	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Sondagens não publicadas
Castelo do Nunes (M)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Sondagens não publicadas
Quinta do	Sítio sem delimitação	Cumeada	Linhas de água	Prospecção

Campo (M)	estrutural		vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	
Alto da Lamigueira (M)	Recinto	Cumeada	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Prospecção
Vinha do Cruzeiro (M)	Achado isolado	Várzea	Linhas de água vales abertos especificidades geomorfológicas várzeas	Achado isolado
Santa Bárbara de Valflor (M)	Sítio sem delimitação estrutural	Meia encosta	Linhas de água vales abertos	Prospecção
Estátua de Ataúdes (FCR)	Achado isolado	Várzea	Linhas de água vales aberto	Achado isolado
Canada da Ortiga (FCR)	Sítio sem delimitação estrutural	Fundo de vale	Linhas de água	Prospecção
Pero Martins 54 (FCR)	Sítio sem delimitação estrutural	Planalto	Linhas de água vales abertos	Prospecção
Castelo da Senhora de Monforte (FCR)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água Meandros Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Castelão (FCR)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água Meandros Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Chão do Marganho (SJP)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água Meandros Vales abertos	Prospecção

			vales fechados Especificidades geomorfológicas	
Castelinhos (SJP)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água Meandros Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Cista da Senhora de Lurdes (SJP)	Cista	Meia encosta	Linhas de água Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Escavação
Senhora de Lurdes (SJP)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Povoado da Cocheira (SJP)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Reboledo (SJP)	Recinto	Cumeada	Linhas de água Vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Quinta da Alfarela (TM)	Recinto	Cumeada	Linhas de água meandros vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Nossa Senhora de Urros (TM)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água vales abertos vales fechados Especificidades geomorfológicas	Escavação

Castelo de Ansiães (CA)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Sondagens
Castelo de Linhares (CA)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Castro da Rapa (CA)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Linhares (CA)	Achados isolados	Meia encosta	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Castelo dos Mouros (P)	Recinto (?)	Cumeada	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas meandros vales fechados	Prospecção
Porto da Vide (P)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Minas da Senhora da Fonte (P)	Sítio sem delimitação estrutural	Meia encosta	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Prospecção
Alto dos Sobreiros (P)	Sítio sem delimitação estrutural	Cumeada	Linhas de água vales abertos Especificidades geomorfológicas	Prospecção

**A PROBLEMÁTICA DAS CONTINUIDADES
E DESCONTINUIDADES NA IDADE DO BRONZE
DO MÉDIO TEJO PORTUGUÊS**

Davide Delfino
Câmara Municipal de Abrantes
Instituto Terra e Memória (I.T.M.-Mação)
Grupo “Quaternário e Pré-História” do
Centro de Geociências da U.C.-CGeo

Ana Cruz
Centro de Pré-História do I.P.T.
Grupo “Quaternário e Pré-História” do
Centro de Geociências da U.C.-CGeo

Ana Graça
Centro de Pré-História do I.P.T.
Grupo “Quaternário e Pré-História” do
Centro de Geociências da U.C.-CGeo

Filomena Gaspar
Câmara Municipal de Abrantes

Álvaro Batista
Câmara Municipal de Abrantes

A Problemática das Continuidades e Descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo Português

Davide Delfino, Ana Cruz, Ana Graça, Filomena Gaspar, Álvaro Batista

Resumo

Aborda-se uma panorâmica sobre elementos de continuidade e descontinuidade ao longo da Idade do Bronze na região do Médio Tejo português, tendo em conta dois tipos de contextos e correspondentes materialidades: mundo funerário e mundo dos povoados. Variadas problemáticas são examinadas na óptica de continuidades e descontinuidades: estratégias de povoamento, gestão de recursos, práticas funerárias, cultura material. A fim de se atingir esse objectivo são classificados os vários contextos que forneceram evidências materiais das culturas humanas entre o II milénio a.C. e o primeiro quartel do I milénio a.C., numa perspectiva de análise individualizada de cada sítio, para finalizar numa interpretação de cariz regional a nível da análise *inter situ*.

Palavras-chave: Médio Tejo Português; mundo de povoados; prática funerária; circulação de metais; análise territorial.

Abstract

It's approached an overview about continuity and discontinuity elements during Bronze Age of Portuguese Middle Tagus, taking into account two types of contexts and respective materialities: funerary world and settlement world. The problems observed under this perspective are settlement strategies, resources management, funerary practices and material culture. To achieve these goals we classify the different contexts providing human cultural evidences between II millennium and first quarter of I millennium BC, undertaking an individual analyses of each site, to end with a regional interpretation of *inter situ* analysis level.

Keywords: Portuguese Middle Tagus, settlement world, funerary practices, metal circulation, territorial management.

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1994, já com sustentação da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, entendeu-se por bem organizar, com base na diversidade geomorfológica, os sítios intervencionados desde 1983.

Essa organização espacial permitiu conjugar as três grandes unidades geológicas do País numa área denominada “Alto Ribatejo” (Oosterbeek 1994, 1997; Cruz 1997, 2011).

Na actualidade, os trabalhos de campo conduzem-nos no sentido do alargamento desta área a todo o Médio Tejo, ainda que reconheçamos que a reorganização geográfica actual tenha outros propósitos que não os culturais.

O Médio Tejo Português é uma entidade administrativa criada recentemente (2008) e possui as mesmas características geomorfológicas do “Alto Ribatejo”. A vantagem deste alargamento permite o cruzamento da informação referente aos sítios prospectados e intervencionados, agregando novas realidades arqueológicas e cronológicas que enriquecem a interpretação arqueográfica. Proporciona ainda a conjugação, em diacronia e em sincronia, dos aspectos físicos e biofísicos que permitem um enquadramento sustentável do que pensamos ter sido a realidade pré e proto-histórica das comunidades sem escrita.

O Médio Tejo português é uma área geográfica de grande diversidade geomorfológica que contém em si um elemento comum: a bacia hidrográfica do rio Tejo que influencia quer a zona Aquém-Tejo, quer a zona Além-Tejo. A conjugação de litologias e hidrografias proporcionou às várias comunidades que se estabeleceram neste território estratégias de exploração do espaço no âmbito económico, que determinaram também a sua estratégia de captação de recursos, acrescentando-se-lhe a contribuição de troca de pessoas e bens.

A sua localização privilegiada tornou esta área uma esfera de acção emitindo influências em direcção ao litoral e ao interior, sendo também receptiva a *inputs* atlânticos, mediterrânicos ou continentais (Senna Martinez 2013: 7).

Geologicamente o Médio Tejo português conta com três diferentes ambientes (Figura 1): 1) o Maciço Calcário Estremenho, na sua área ocidental relacionada com a proximidade do rio Nabão, constituído por calcários, argilas e arenitos; 2) a Bacia Terciária do Tejo-Sado na sua parte central e meridional, constituída por argilas, calcários, arenitos e conglomerados; 3) o Maciço Metamórfico Antigo na sua área setentrional e oriental, entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza, constituído por xistos, quartzitos, conglomerados e raros granitos (Ribeiro *et al.* 1979; Martins, *et al.* 2009). Particularmente heterogéneo é o território do Concelho de Abrantes, localizado na zona de contacto destas três importantes unidades geomorfológicas.

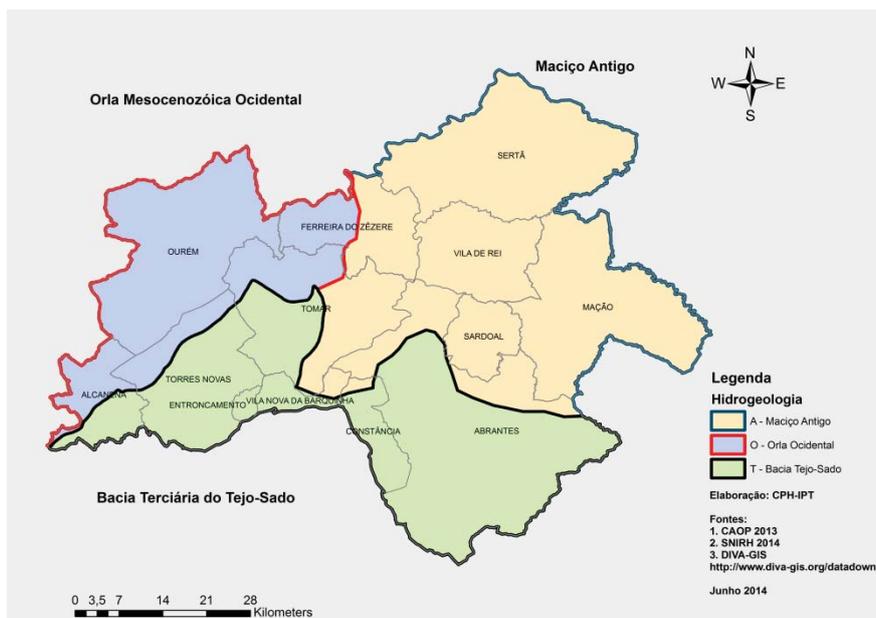


Figura 1. Mapa Hidrogeológico do Médio Tejo Português. Fonte: CPH 2014.

A nível hidrológico (Figura 2), além do rio Tejo que atravessa de Leste a Oeste a região, conta-se com a presença de importantes rios como o Nabão, o Zêzere, o Pracana e o Ocreza, todos na margem direita do Tejo. A zona mais ocidental conta com alturas moderadamente altas e bastante suaves entre as margens orientais da Serra d’Aire, o rio Nabão e o rio Zêzere; a zona central é dividida em planície argilosa e morros graníticos de fraca altura; a zona norte/leste, comprimida entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza, é caracterizada por um solo árido nas vertentes, com morros de cota relativamente elevada.

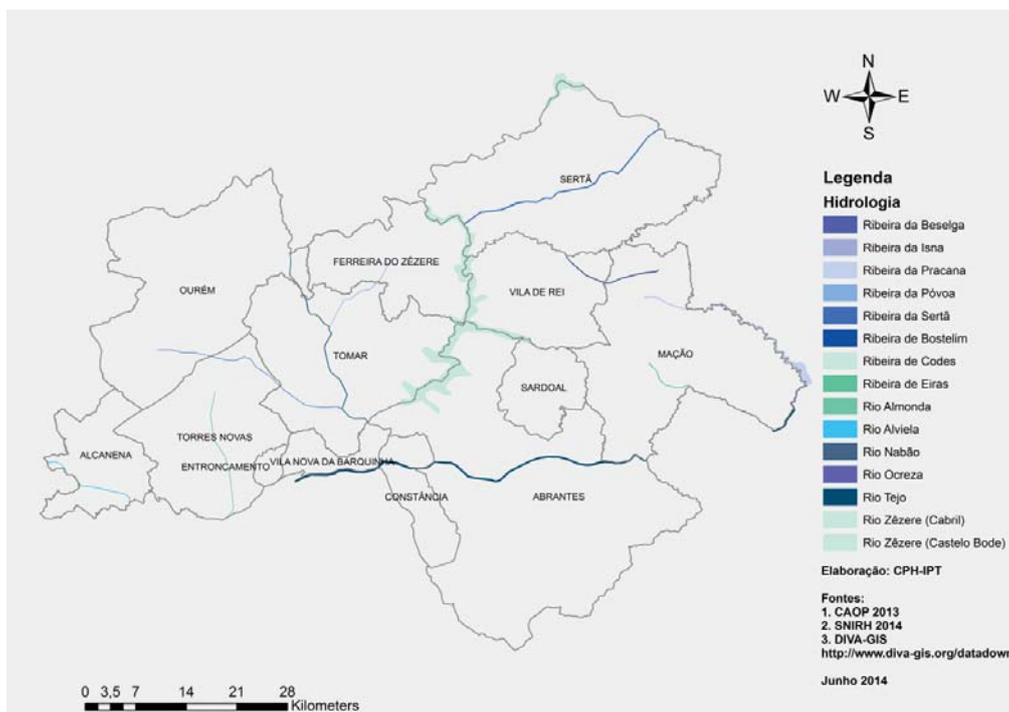


Figura 2. Mapa Hidrológico do Médio Tejo Português. Fonte: CPH 2014.

O Médio Tejo conta com quatro tipos de recursos naturais: 1) ouro de exploração mineira no maciço antigo metamórfico, nomeadamente no baixo curso do rio Zêzere, na Ribeira de Codes e na Ribeira do Caratão onde são documentadas pelo menos 56 concheiras de época romana (Batata 2006; Batata, Gaspar 2013: 30-31), que excluem algum aproveitamento mais antigo, e ouro fluvial nos rios Zêzere e Tejo^{1 2}(Candeias, Batista, Gaspar 2009); 2) água termal e subterrânea no Maciço Antigo Metamórfico, nomeadamente no território circunscrito pela cadeia montanhosa xisto-grauváquica e de quartzito Mação-Serra de Alfejoeira-Pego da Rainha-Serra de Amêndoa-Vila de Rei-Fernandaires (rio Zêzere); 3) argila secundária nos barreiros dos terraços fluviais do rio Tejo e primária em alguns pontos do maciço Antigo Metamórfico (como a Lagoa do Bando em Mação); 4) cursos de água que podem ser explorados em termos de mobilidade enquanto vias fluviais, nomeadamente o rio Tejo e alguns dos seus afluentes (Zêzere, Ocreza e Pracana).

2. O PONTO DE PARTIDA DA INVESTIGAÇÃO RECENTE NO MÉDIO TEJO

Depois das investigações desenvolvidas entre as décadas de 40 e de 80 do séc. XX (Jalhay, 1944; Horta Pereira 1970; Horta Pereira, Bübner, 1983, 1984; Lillios, 1993) e de algumas notícias publicadas em trabalhos de matriz histórica que, na maioria dos casos são pouco fiáveis e exageradas (Almeida 1946), o Médio Tejo foi alvo de trabalhos sistemáticos suportados por projectos de investigação.

A necessidade de compreender o comportamento humano das sociedades sem escrita conduziu à época a uma caracterização geográfica de uma área denominada “Alto Ribatejo” (Oosterbeek 1997: 205) criando assim um território inclusivo mais vasto, em substituição da interpretação arqueológica isolada realizada concelho a concelho.

Este trabalho integrador e transdisciplinar teve o seu início em 1983 com o apoio do então IPPC, adquirindo outra robustez institucional em 1986, através da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Santarém, mais tarde, Instituto Politécnico de Tomar (Cruz 2011: 27). É na sequência da vocação do Politécnico cuja missão é implementar sinergias com o tecido municipal que o Museu Calado Rodrigues de Mação implementou um alargado projecto de investigação a partir de 1991, referimos ainda a título de exemplo o projecto “RupTejo” (2009-2012). Sublinhamos ainda a parceria com o Município de Abrantes a partir de 2006, os projectos plurianais SIPOSU (2007-2011), ANTROPE (2010-2014), a publicação da Carta Arqueológica do Concelho (Candeias, Batista, Gaspar 2009) (http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html), e um projecto de doutoramento (Félix, 1999), bem como a redacção das Cartas Arqueológicas dos Concelhos de Vila de Rei (Batata, Gaspar 2000, 2013) e de Ferreira do Zêzere (Batata, Arsénio 2006).

Actualmente estão em curso mais dois projectos plurianais, o CAITAR (2012-2015), coordenado pelo Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar e o CAST.AB (2013-2016) coordenado pela Câmara Municipal de Abrantes, com parceria do Centro de Pré-História

¹ *Tagus auriferis arenis celebratur*, O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas (Plínio o Velho, “ Naturalis História”).

² *Ao nome de Tubucci se seguiu o de Aurantes, pleo muito ouro que o Tejo deixava nas suas prayas e arêas* (P.e Luiz Cardoso, 1747).

do IPT e do Instituto Terra e Memória (ITM-Mação) e ainda dois projectos de pós-doutoramento, ambos desenvolvidos no âmbito do Instituto Terra e Memória (ITM-Mação) em parceria com o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGeo-U.C.): “Perenidade e Imortalização - O Bronze Final no Souto (Abrantes, Portugal) ” de Ana Cruz (2012) e “Arqueologia de Contacto na Proto-História: território, povoamento e recursos minerais no Alto Ribatejo” de Davide Delfino (2012).

Os resultados destes projectos, terminados e em curso, são aqui apresentados para oferecer um quadro actualizado das Continuidades e das Descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo.

De acordo com os dados recolhidos em trabalhos de campo e prospecções, a ocupação do território no Médio Tejo é caracterizada por 6 tipos de arqueossítios (Figura 3).

- 1) Povoados de altura não amuralhados;
- 2) Povoados de altura muralhados;
- 3) Casais agrícolas;
- 4) Sítios funerários;
- 5) Conheiras;
- 6) Depósitos de metal.

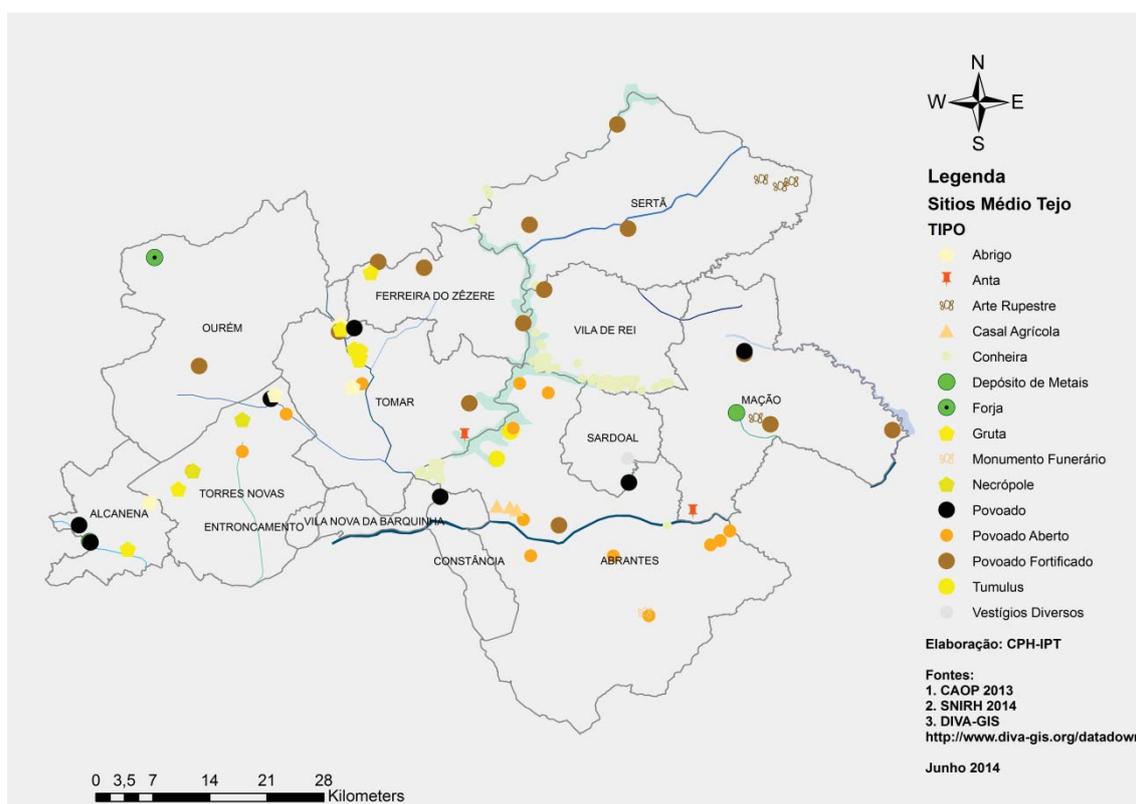


Figura 3. Mapa dos Arqueossítios Individualizados no Médio Tejo Português. Fonte: CPH 2014.

3. DADOS ARQUEOGRÁFICOS DISPONÍVEIS

3.1 Povoados de altura não amuralhados (Candeias, Batista, Gaspar 2009)

Os arqueossítios, que fazem parte deste grupo caracterizam-se pela sua implantação em morros não extremamente altos, mas com uma sobrelevação suficiente para se destacarem na paisagem e obter uma boa visibilidade do território envolvente. Trata-se de arqueossítios que não deixam grandes evidências facilmente visíveis, como panos de muralha. Actualmente são reconhecidos no Concelho de Abrantes, sendo que este território foi alvo de inúmeras prospeções por parte dos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Abrantes, que permitiram reconhecer vestígios de cultura material, sobretudo cerâmica.

Cabeça-Casa Branca (Alvega)

No sopé do lugar dito Outeiro, a uma cota de 88 metros, muito perto da confluência da Ribeira da Represa da Lampreia no rio Tejo, foram achados em prospeção variados fragmentos de cerâmica manual e um fragmento de uma mó plana. Pelas formas, a cerâmica pode ter uma datação relativa que contempla uma ocupação que medeia o Calcolítico e a Idade do Ferro. Foi neste local que em meados do século XX foram observadas “ruínas de uma antiga fortaleza” (Almeida, 1946: 260-262), mas que não tem confirmação na actualidade. No Outeiro, ou Cabeça, foram encontradas em prospeção duas estruturas fósseis de pequenas dimensões.

Monte Galego III (Alvega)

A sul de Alvega, numa plataforma de 98 metros de cota virada para a Ribeira do Carregal, foram achados fragmentos de mós planas, fragmentos de *debitage* de sílex, variados fragmentos de cerâmica de parede lisa com pegas e fragmentos de parede com decoração incisa e caneluras. A cerâmica faz-nos apontar para uma cronologia entre o Calcolítico e a Idade do Bronze.

Portelas I (Alvega)

Numa plataforma sobranceira à Ribeira de Fernando, variando de cota entre os 128 e os 146 metros, foram encontrados fragmentos de mós planas, machados de pedra polida e fragmentos de cerâmica cuja atribuição cronológica se pode enquadrar entre o Calcolítico e Idade do Bronze.

Colos II (São Facundo)

No cabeço oposto ao Monumento Funerário de Colos I (datado entre Neolítico Médio e Idade do Bronze Pleno), a uma cota de 243 metros e cobrindo uma superfície de 12500 m², foram encontrados fragmentos de machados de pedra polida e de mós planas, bem como

fragmentos de cerâmica manual, cuja atribuição cronológica poderá corresponder ao Calcolítico e à Idade do Bronze.

Salvador (Pego)

Na orla de depósitos de terraços fluviais, recolheu-se e observou-se no perfil executado por maquinaria algumas camadas que incluíam fragmentos de cerâmica de épocas pré-históricas diferentes: cerâmica com decorações impressas do Neolítico Antigo Evolucionado, decorações incisas e penteadas do Calcolítico e fragmentos de carena com pega, datável da Idade do Bronze Final.

Cabeça do Caneiro (São Miguel do Rio Torto)

Ao longo de um esporão e plataforma sobranceira ao rio Tejo, com uma excelente visibilidade e controlo sobre o rio e o vale, foram encontrados variados fragmentos de sílex, de machados de pedra polida e mós planas, bem como fragmentos de cerâmicas lisas, de bordos com carena e fragmentos de “ídolos de cornos” de cerâmica.

Maxial, Horta Grande (Aldeia do Mato)

Num planalto sobranceiro ao rio Zêzere, a uma cota de 298 metros, foi encontrada uma área de acerca de 1 hectare onde se encontravam dispersos variados fragmentos de cerâmica manual: bordos e paredes lisas ou com mamilos e com furos de suspensão, taças carenadas, variados fragmentos de parede com decoração puncionada ou incisa e puncionada. Para além do material cerâmico foram recolhidos fragmentos de “ídolos de cornos”, um peso de tear, uma enxó e um machado de pedra polida, uma conta de colar de xisto verde, fragmentos de mós planas e vestígios de indústria lítica sobre sílex. Olhando para os fragmentos cerâmicos que servem de elemento diagnóstico, algumas formas podem ser atribuíveis ao Bronze Pleno, como a 1a, 2, 3a, enquanto outras parecem ser enquadráveis no Calcolítico (1b, 1c, 3b, 3c e 3 d). Ainda na década de 90 do séc. XX foram encontrados blocos aparelhados de xisto dispostos em forma circular (informação pessoal de Luiz Oosterbeek).

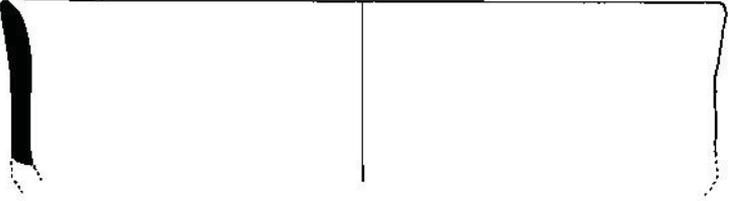
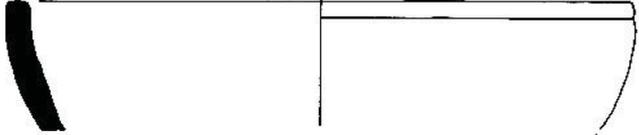
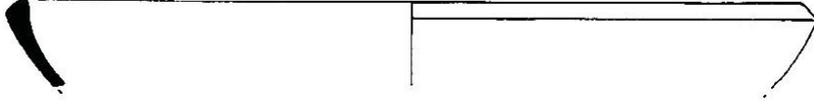
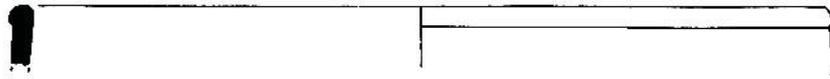
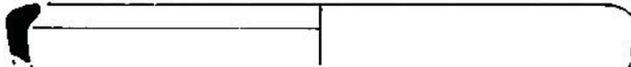
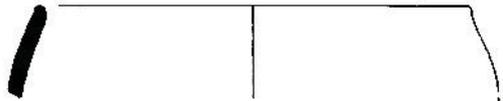
Tipo	Forma
1a: Malga carenada	
1b: Malga hemisférica	
1c: Malga aberta	
2: Taça carenada	
3a: Vaso cilíndrico	
3b: Vaso com bordo introvertido	
3c: Vaso hemisférico	
3d: Vaso ovóide	

Tabela 1. Formas Diagnósticas do Povoador de Maxial (elaboração de Candeias, Batista, Gaspar 2009).



Figura 4. Arqueossítio do Maxial (fonte CPH).

Bioucas I (Souto)

Numa plataforma plana de 264 metros de cota foram recolhidos fragmentos de cerâmica com decoração incisa junto ao bordo, que nos indica uma atribuição ao Bronze Pleno. Recolhidos ainda fragmentos de indústria lítica sobre sílex e um fragmento de machado de pedra polida.

3.2 Povoados de Altura Muralhados

Agroal (Ourém) (Lillios, 1993)

Escavado entre 1988 e 1992 (Lillios, 1993), este povoado situa-se num cume montanhoso com 150 metros de cota. Possui uma implantação privilegiada sobranceira a um meandro do rio Nabão, e avista a confluência entre o rio Nabão e a Ribeira dos Chãos, onde se encontra uma rica nascente de água. A área envolve, aproximadamente, 700 metros por 100 metros (Figura 5).

A geologia do sítio é calcária, com presença de “terra vermelha mediterrânica”. A análise de solos, dos níveis da Idade do Bronze, permitiram identificar a presença de solos menos degradados. As escavações evidenciaram quatro fases de ocupação humana, elas a fase 1 datada da Idade do Bronze, definida por dois períodos: Bronze Pleno e Bronze Final.



Figura 5. Visibilidade a partir do Povoado do Agroal. Fonte: CPH, 1988.

Na sub-fase do Bronze Pleno a área de extensão do povoado tinha cerca de 6 hectares, obtendo-se para além da proposta tipológica, duas datações radiométricas (Quadro 1) efectuadas sobre fragmentos de ossos animais não carbonizados.

Código da amostra	Data BP	Data calibrada a 2 sigma	Amostra
GX-15390-G	3560±145 BP	2360-1520 a.C.	Bone collagen
GX-15390-A	3570±205 BP	2280-1680 a.C.	Bone apatite

Quadro 1. Datações Radiométricas da fase 1 do Povoado do Agroal. Fonte: Lillios, 1993: 269.

As datações relativas com base na tipologia da cerâmica baseiam-se no exame de 120 fragmentos diagnósticos. Relativamente ao desengordurante predominam os quartzos, o calcário e fragmentos de matéria orgânica, as superfícies são na sua maioria polidas quer no interior quer no exterior. As formas reconhecidas enquadram-se em cinco tipos (Tabela 2):

Tipo	Forma
Ia: Formas carenadas com carena média com ponto de inflexão no bojo do recipiente	
Ib: Formas carenadas com carena mais estendida que a borda	
II: Formas não carenadas de perfil curvilíneo	
III: Formas não carenadas de perfil troncocónico	
IV: Formas não carenadas com perfil troncocónico	

Tabela 2. Classificação das Formas do Bronze Pleno do Povoado do Agroal (de acordo com Lillios, 1993).

Outras manifestações de cultura material, indicam a presença de indústria lítica constituída por sílex e quartzito para as ferramentas lascadas “chipped tools”, o quartzito e o anfíbolito para as mós manuais “ground stones tools”; a metalurgia é testemunhada através de fragmentos de cadinhos em cerâmica e por anzóis em cobre arsenical.

Os materiais osteológicos indiciam a criação de bovinos, como principal espécie presente, provavelmente para os produtos secundários e para a carne, estando ainda presentes ovinos e caprinos e espécie *sus* (sem ter sido determinado o tipo, doméstico ou selvagem) (Gráfico 1).

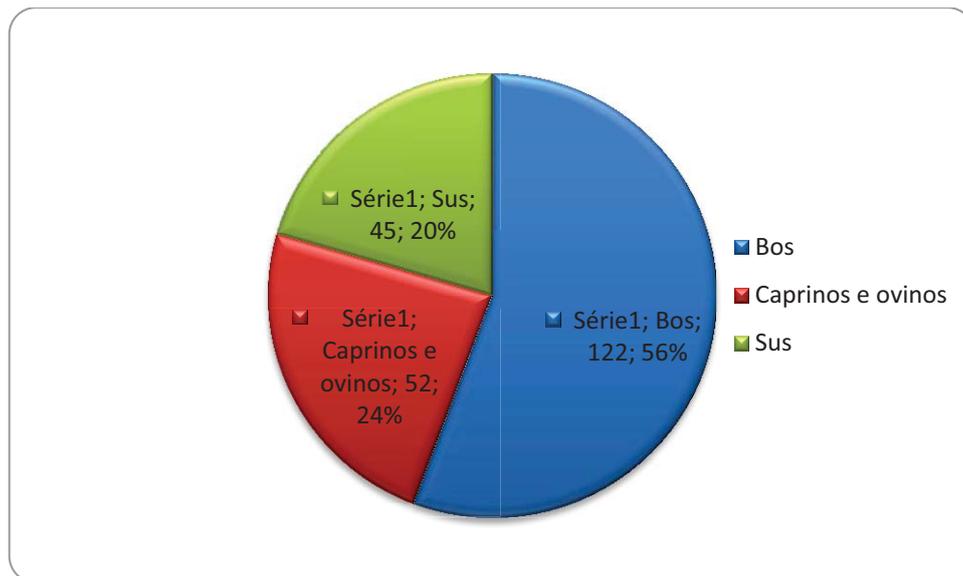


Gráfico 1. Composição da Paleofauna no Bronze Pleno do Povoado do Agroal (de acordo com Lillios, 1993).

Na sub-fase do Bronze Final, a extensão da área do povoado seria de cerca de 12 hectares; durante a intervenção não foram encontradas estruturas contemporâneas, muito embora a investigadora não exclua a possibilidade de que as estruturas medievais possam ter sido construídas integrando material pétreo correspondente a estruturas proto-históricas. Não foram obtidas datações absolutas para esta sub-fase tendo em conta a ausência de matéria orgânica, contudo, o material cerâmico recuperado foi tipologicamente atribuído à Idade do Bronze Final. Em geral os fragmentos apresentam superfícies polidas, com muito desgondurante micáceo, bordos com decorações impressas digitais, ou com entalhes ou incisões. Em geral os perfis das formas são curvilíneos ou direitos com bases planas (achados tipologicamente identificadores da Idade do Bronze Final).

Castelo da Cabeça das Mós (Sardoal) (Félix, 2006)

Implantado num cabeço entre a confluência das Ribeiras do Arcês e do Travesso, ainda na bacia hidrográfica do rio Tejo, foi identificado por Álvaro Baptista em 1980. A sua matriz litológica é composta por gnaisses, micaxistos, xistos argilosos e grauvaques pertencentes ao Maciço Antigo Pré-Câmbrico. As escavações conduzidas em 1999, por Paulo Félix, identificaram os alicerces de uma habitação de planta circular com cerca de 10 metros de diâmetro, formada por blocos de pequenas dimensões de gnaisse e revestimento de argila, bem como, uma muralha defensiva e dois muros mais pequenos com desenvolvimento circular (Figura 6). A cerâmica recuperada revelou-se de “tradição” do Bronze Final (Tabela 3), sendo composta por formas carenadas com superfícies brunidas, potes com lábios decorados e um fragmento de vaso carenado com decoração brunida geométrica no colo. Exumada ainda cerâmica de matriz aproximada à Idade do Ferro, como cerâmica feita ao torno, com decorações estampilhadas. Outros artefactos, como escória de ferro e contas de pasta vítrea azul, indicam a Idade do Ferro como período de produção.

CASTELO DA CABEÇA DAS MÓS
 (Cabeça das Mós, Sardoal)
 1999 – Corte CN/B

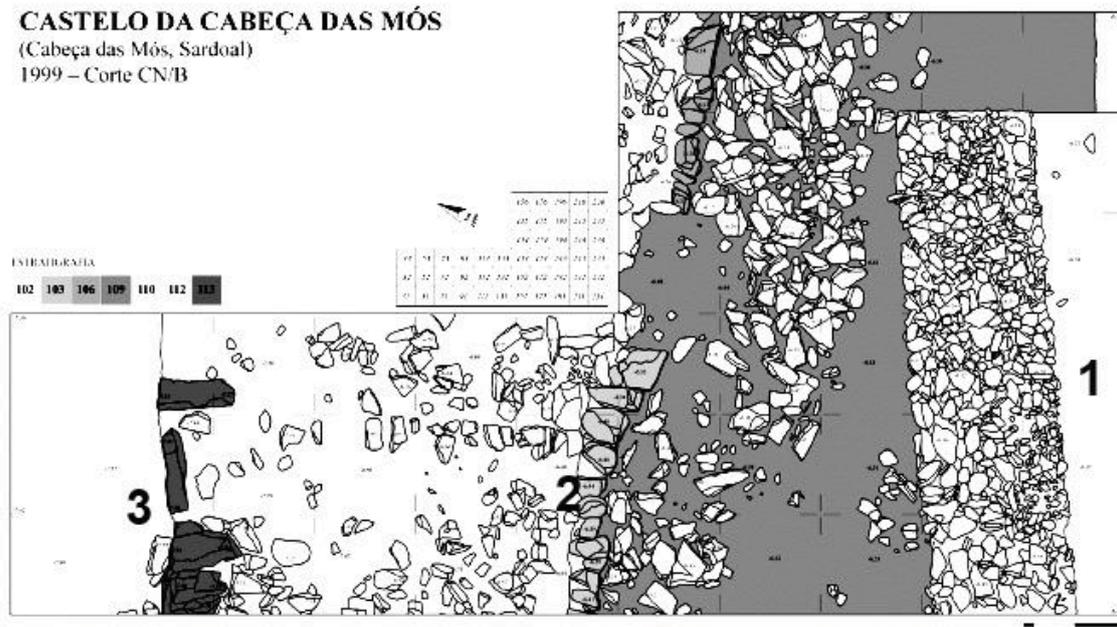


Figura 6. Parte das Estruturas encontradas no Castelo da Cabeça das Mós. 1: Muralha Defensiva; 2: Muro Pequeno; 3: Muro Pequeno (Desenho de Félix, 2006).

Tipo	Forma
1a: Taça de carena baixa	
1b: Taça de carena baixa com decoração geométrica brunida no bojo superior	
2a: Tigela de carena média	

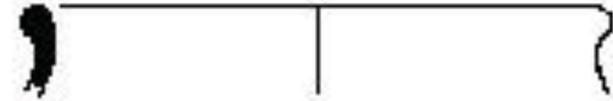
2b: Tigela aberta de carena baixa e superfície brunida	
3a: Vaso de colo alto extrovertido	
3b: Vaso de colo alto rectilíneo	
3c: Vaso de colo baixo e bordo extrovertido	

Tabela 3. Formas e Decorações da cerâmica de “tradição” do Bronze Final do Castelo da Cabeça das Mós (elaboração de Félix, 2006).

Castelo de Abrantes

O Castelo de Abrantes fica situado no topo de um morro de xisto com um forte domínio visual de toda a paisagem envolvente e eleva-se cerca de 200 metros sobre o rio Tejo. A partir do Castelo é possível avistar numa amplitude de dezenas de quilómetros a Serra d’Aire, da orla Meso Cenozóica ocidental, a oeste, o Maciço Antigo a Norte e Leste e a Bacia Terciária do Tejo-Sado a sul e ainda uma grande extensão do curso do rio Tejo. Relativamente a recursos naturais é um sítio que se localiza entre ricas jazidas de minérios a norte e bons solos com potencial agrícola a sul. É também importante referir que Abrantes foi durante muito tempo, (até à construção das barragens e a chegada do caminho de ferro) o último porto fluvial do Tejo a montante. Vestígios do povoado amuralhado de altura surgiram ao longo de diferentes intervenções de emergência na década de 50 do séc. XX e em 1986 (Candeias, Batista, Gaspar 2009) e de escavações na área do Castelo (2013 - em curso). Foram exumados variados materiais: cerâmica, pingos de cobre ou bronze e indústria lítica. Em termos de estruturas positivas foi colocado a descoberto traços de uma muralha em pedra seca (Figura 7), duas lareiras sobrepostas (Figura 8) e um fundo de cabana em barro cozido (Figura 9).



Figura 7. Provável Muralha do Povoado do Castelo de Abrantes.



Figura 8. Duas Lareiras Sobrepostas, associadas a fragmentos cerâmicos com superfície brunida.



Figura 9. Fundo de Cabana encontrado na área Norte-Leste em 1986 (Candeias, Batista, Gaspar, 2009).

A área de extensão dos achados, a sua natureza e a sua implantação, fazem pensar que estamos perante um grande povoado amuralhado com cerca de 1,7 hectares. As únicas formas cerâmicas que se conhecem, resultam do desmoronamento de uma parte da muralha no lado Norte/Leste do Castelo, intervencionada em 1986 (Tabela 4).

Tipo	Forma
1a: Malga com carena alta	
2c: Malga com carena baixa	
1c: Malga cilíndrico-hemisférica	
1d: Malga de perfil reentrante	

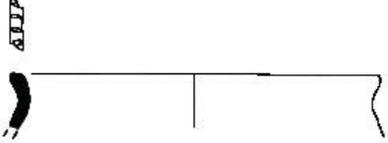
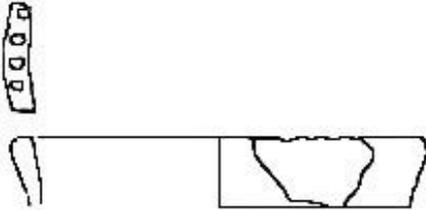
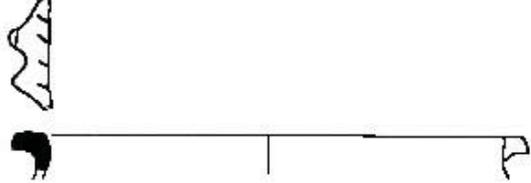
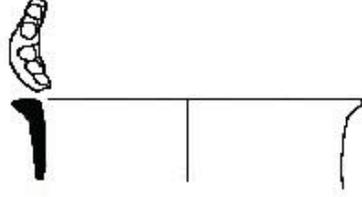
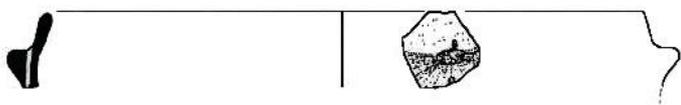
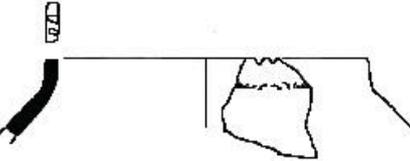
2a: Vaso com colo baixo curvilíneo	
2b: Vaso de bordo recto	
2c: Vaso com pega no bordo	
2d: Vaso cilíndrico troncocónico	
2e: Vaso globular com pega perfurada	
3a: Urna com bordo recto	

Tabela 4. Formas Cerâmicas dos níveis do Bronze Final do Castelo de Abrantes. Elaboração a partir de Candeias, Batista, Gaspar, 2009).

Cerro do Castelo (Vila de Rei) (Batata, Gaspar 2000; 2013)

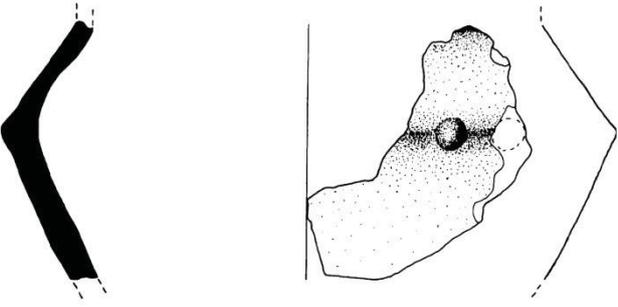
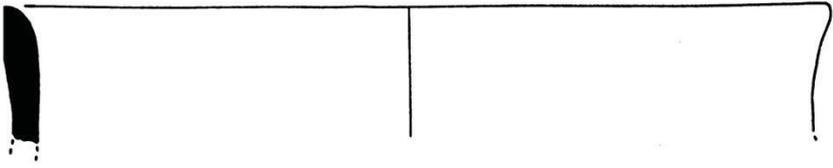
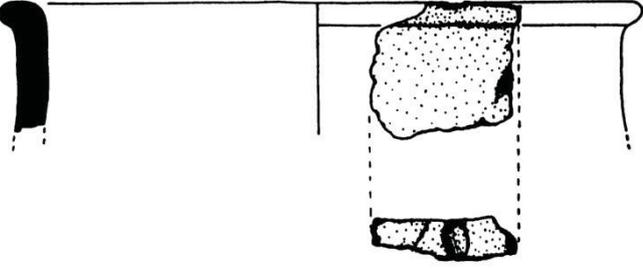
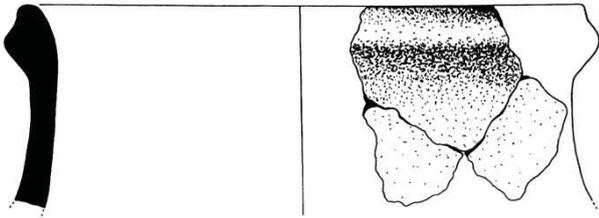
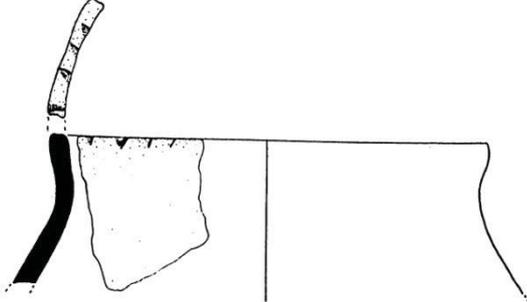
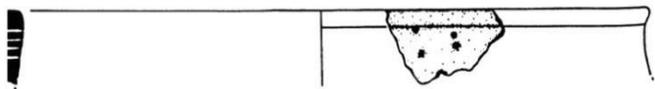
O povoado está implantado num monte cónico (Figura 10) que domina a paisagem, na confluência da ribeira de Isna com o rio Zêzere. O lugar de implantação é um maciço xisto-grauváquico e quartzítico que faz parte da cadeia montanhosa Mação-Serra de Alfejoeira-Pego da Rainha-Serra de Amêndoa-Vila de Rei-Fernandaires. A localização deste monte é também privilegiada, a partir do cabeço, podem ser avistados vários pontos nos concelhos de Ferreira do Zêzere, Sertã, Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos, onde se conhecem castros da Idade do Ferro. As sondagens realizadas entre 1995 e 1996 revelaram no topo deste monte um povoado inicialmente aberto (fase 1) do Bronze Final, que sofreu um incêndio. Após este acontecimento, que pode ser datado entre 990 e 821 a.C. (de acordo com a mais fiável datação por A.M.S. efectuada, Quadro 2), foi construída uma muralha (fase 2) rodeando o outeiro a meia encosta com cerca de 4 metros de espessura (Figura 11) e ainda outra muralha

formando um reduto quase no topo. O material cerâmico encontrado revela, quer nos níveis relativos ao povoado aberto, quer nos níveis associados a construção da muralha, formas e tratamento das superfícies (algumas brunidas) e decorações (incisões nos bordos) relativas ao Bronze Final (Tabela 5). O material cerâmico é constituído por pesos de tear, alisadores, mós planas. Foi também encontrado um fragmento de pulseira em bronze.

Numero amostra	Data BP	Data calibrada a 2 sigma	Material
CSIC 1222	2761±40 BP	990-821 a.C.	Carvão vegetal
Sac 1511	2930±60 BP	1310-926 a.C.	Madeira carbonizada

Quadro 2. Datações Radiométricas do final da fase I do Cerro do Castelo. Fonte: Batata, Gaspar, 2000).

Tipo	Forma
1: Malga hemisférica	
2a: Malga cilíndrico-hemisférica	
2b: Malga carenada com pega perfurada no bojo médio	

<p>3a: Vaso bicónico com mamilos</p>	
<p>3b: Vaso de colo alto</p>	
<p>3c: Vaso de colo direito e bordo extrovertido</p>	
<p>3d: Vaso de colo alto e bordo em bisel externo</p>	
<p>3e: Vaso de colo com perfil em S</p>	
<p>3f: Vaso de colo alto com perfurações</p>	

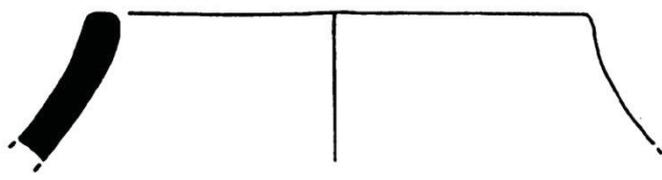
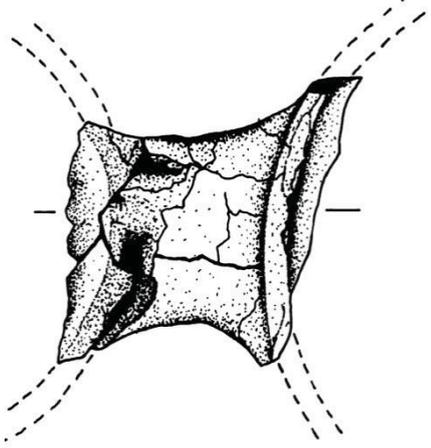
3g: Vaso de colo saliente	
4: Vaso geminado	

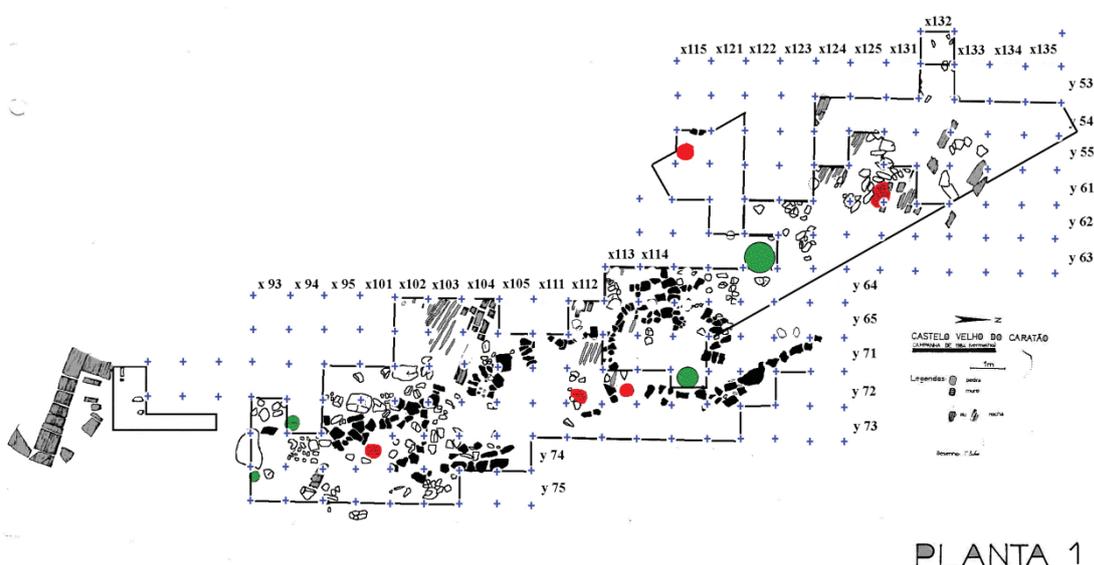
Tabela 5. Formas Cerâmicas do Cerro do Castelo (elaboração de Batata, Gaspar, 2000).



Figura 10. Monte do Cerro do Castelo.

uma escavação nesse mesmo ano. Mais tarde, entre 1965 e 1982 (Horta Pereira, 1970); procedeu-se a trabalhos de prospecção e de recolha de superfície e, em 1983, 1984 realizaram-se trabalhos de escavação dirigidos por Horta Pereira e Bübner, tendo sido possível colocar a descoberto algumas estruturas (Figura 13). Estas consistiram numa muralha defensiva de pedra seca e uma outra com menos espessura (provavelmente um terraço interno), alguns fundos de cabanas com pavimentos em barro cozido e ainda algumas lareiras. Atendendo à informação do relatório de 1984, foi ainda identificado um provável baluarte na muralha defensiva. Em termos arquitecturais esta muralha tirou partido dos afloramentos de quartzito do cabeço enquanto contrafortes naturais, com uma organização perpendicular à linha de muralha. Ainda com base no relatório de 1984 descobriu-se um túmulo funerário com cinzas.

O espólio é constituído por cerca de 22.000 fragmentos cerâmicos pré-históricos, variados fragmentos de mós planas, uma conta de colar de âmbar, 36 objectos e fragmentos de lingotes de bronze, uma adaga de cobre, um lingote de chumbo/estanho, um anel de ouro (Delfino *et al.* 2013b).



PLANTA 1

Figura 13. Estruturas Descobertas nas campanhas de 1983-84 por M. A. Horta Pereira e T. Bübner (sinalizadas a vermelho as lareiras) (documentação depositada no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação).

Entre o material cerâmico, ainda em curso de estudo no âmbito de um pós-doutoramento³, destacam-se após estudo preliminar (5.340 fragmentos em cerca 22.000) dois tipos: 1) ornados brunidos, que constituem 57% do total das decorações sempre relacionados com formas carenadas; os padrões decorativos são muito diferentes dos exumados na Beira Baixa (Vilaça, 1995) apresentando maior semelhança com os de Alpiarça e da Lapa do Fumo, não só em virtude do tipo de geometrismo, mas também por serem as decorações muito mais arrumadas relativamente aos da Beira Baixa (Tabela 6); 2) tipo de cerâmica leve e muito porosa, denominada “cortiça”⁴, num total de 5.340 fragmentos, só 35 pertencem a este tipo. Existem várias hipóteses sobre a natureza e a finalidade desta cerâmica em particular, por um

³ Arqueologia de contacto na Proto-História: território, povoamento e recursos minerais no Alto Ribatejo, por Davide Delfino.

⁴ O peso e a textura destes fragmentos cerâmicos assemelham-se à cortiça

lado, a composição poderia ser argilosa com desengordurante natural calcário, como se encontra em muitos povoados da Idade do Bronze no Maciço Calcário e no baixo Vale do Mondego (informação pessoal de Paulo Félix e de Ana Arruda), por outro, a composição pode ter sido realizada com a argila local, propositadamente porosa, com uma finalidade particular de utilização. Estas hipóteses estão em fase de validação através de investigação em curso⁵.

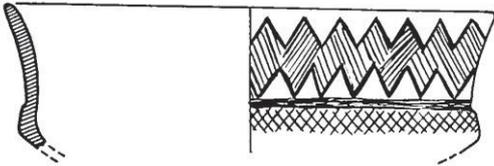
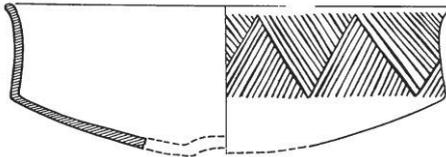
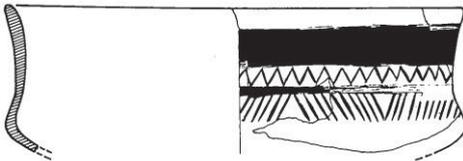
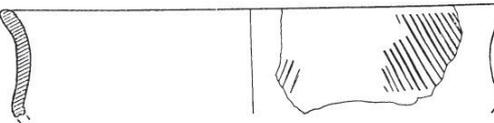
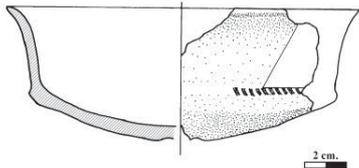
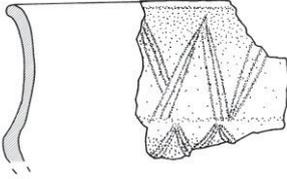
Tipologia de Cunha Serrão (1970)	Ornatos brunidos do Castelo Velho do Caratão
4 (colo) e 5b (carena)	
3	
4 e 5a	
5a	
1	
5	 <p style="text-align: right; margin-right: 50px;">2 cm.</p>
4	 <p style="text-align: right; margin-right: 50px;">2 cm.</p>

Tabela 6. Exemplo de Padrões Geométricos Brunidos da cerâmica do Castelo Velho do Caratão (elaboração de desenhos de T. Bübner (os cinco primeiros) e de Davide Delfino (os dois últimos)).

⁵ Envolvendo a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Doutor João Baptista) e a Universidade de Évora-Laboratório Hércules (Doutor Massimo Beltrame).

Tendo em conta que as apreciações agora feitas se baseiam em dados preliminares de 25% do total dos fragmentos, estabelece-se um primeiro panorama das formas presentes (Tabela 7), sublinhando que as decorações em ziguezague das urnas 1a e 1b são executadas com incisão pós-cozedura, encontrando-se paralelos nos sítios do Grupo Baiões/Santa Luzia (Repreza, 2011).

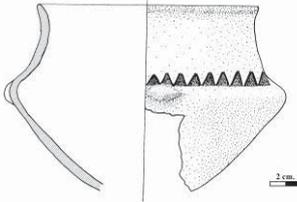
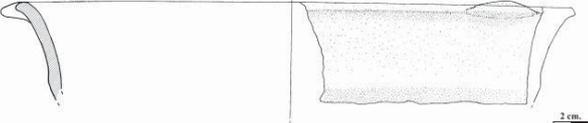
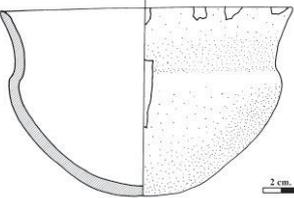
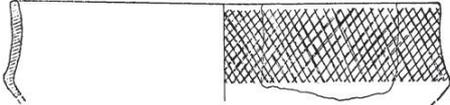
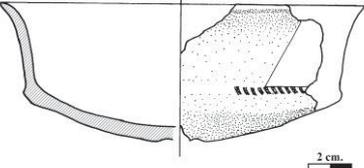
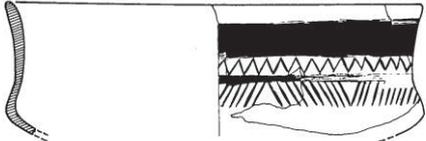
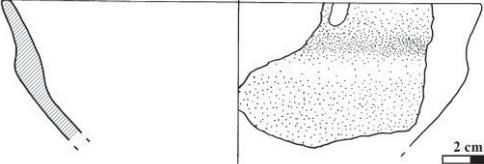
Tipo	Forma
1a: Urna com carena média	
1b: Urna de colo alto com carena baixa	
2: Vaso de carena baixa com pegas no bordo	
3a: Malga ou com carena média	
3b: Malga de colo alto e carena baixa	
4a: Taça de carena baixa	
4b: Taça de carena baixa arredondada	
4c: Taça de carena alta	

Tabela 7. Formas Cerâmicas do Castelo Velho do Caratão. Fonte: Delfino *et al.* 2013b.

Dando uma breve panorâmica dos metais do povoado do Castelo Velho do Caratão é possível assumir sem qualquer dúvida a existência de uma oficina metalúrgica, podendo ter sido alimentada através da reciclagem de sucatas de bronze. De facto, entre as 39 peças metálicas encontradas no povoado (Figura 14) definimos três grupos de artefactos: 1) objectos terminados; 2) sucatas (restos compostos de objectos metálicos partidos); 3) lingotes (de cobre bruto, proveniente de redução do mineral ou barras de bronze, prontas para a fundição no cadinho). Entre a sucata podem-se destringir diferentes tipologias de artefactos, como ornamentos (argolas e pulseiras), armas (ponta de lança e espada), ferramentas (goiva e machado), adereços vários (fragmento de suporte para espeto). Estas evidências indicam claramente, por um lado, a acção de recolha de objectos de qualquer tipo e, por outro, a circulação dos metais em diferentes períodos (desde o final do Bronze Pleno/Bronze Final I com o machado tipo Bujões/Barcelos, até ao Bronze Final II com o suporte de espeto e a provável ponta de lança de alvado de tipo atlântico).



Figura 14. Conjunto de Metais do Povoado do Castelo Velho do Caratão.

Castelo Velho da Zimbreira

O recinto de altura localiza-se num esporão sobranceiro à confluência da ribeira da Zimbreira (onde ocorrem pinturas rupestres, nos abrigos do Pego da Rainha) com o rio Ocreza, na proximidade da confluência dos rios Pracana e Ocreza (hoje coincidente com a albufeira da barragem do Pracana, a cerca de 3,5 quilómetros para Norte da desembocadura do rio Ocreza no rio Tejo). O sítio é um cabeço de 434 metros de altitude (Figura 15) localizado no extremo Leste da cadeia montanhosa xisto-grauváquica e de quartzito Mação-Serra de Alfejoeira-Pego da Rainha-Serra de Amêndoa-Vila de Rei-Fernandaires. A partir deste sítio é possível abarcar a paisagem quer para Oeste, quer para Norte e Nordeste dominando visualmente os caminhos de pé posto da rota Bando dos Santos-Castelo Velho do Caratão-Castelo de Vale de Grou-Castelo Velho da Zimbreira-Serra do Carvoeiro e ainda os cursos dos rios Ocreza e Pracana.

As evidências arquitectónicas, previamente assinaladas por M. A. Horta Pereira em 1992 e mais tarde por C. Batata (2006: 190) são relativas a duas linhas de muralha na vertente

Norte e Oeste do cabeço. A vertente Leste, com um declive muito acentuado, não permitiria a implantação de muralhas, a vertente Sul possui evidência de construção de muralha que infelizmente foi destruída durante a construção do caminho que leva até o cabeço do Castelo Velho para colocação de um posto de vigia e de um aerogerador. Foi durante a implantação deste que em 2004 e 2005 foram feitos acompanhamentos arqueológicos no topo do cabeço (Oosterbeek *et al* 2005) tendo sido recuperados diversos fragmentos de cerâmica pré-histórica.



Figura 15. Vista do Castelo Velho da Zimbreira a partir do Sul. As duas linhas brancas são relativas a uma obra artística no âmbito do projecto Land Art, da autoria de Dragos Gheorghiu (Universitatea Nationala de Arte- Bucuresti), realizada em 2010 para simular as duas linhas de muralhas. Fotografia tirada com balão aerostático por Foto Diogo – Mação.

Em 2011-2013 iniciaram-se campanhas de escavação, por parte do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (Delfino *et al.* 2013a; Delfino 2013), na vertente Norte onde ainda se encontram as duas linhas de muralhas em pedra seca (muralha 1 e muralha 2, Figura 16).

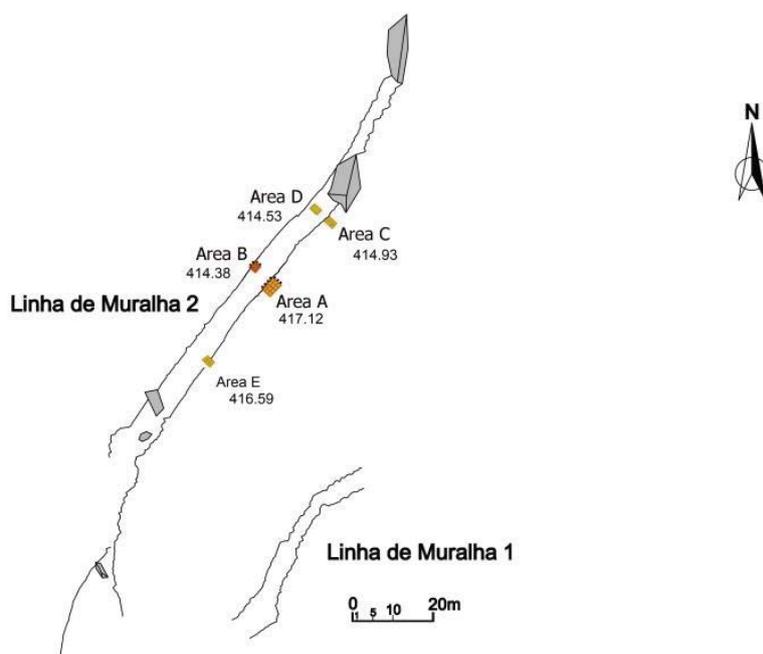


Figura 16. Visíveis as Duas Linhas de Muralha na Vertente Norte e as Sondagens efectuadas entre 2011 e 2013. (Fonte: Delfino *et al.* 2013a; Desenho de Pedro Cura).

Os resultados das investigações, ainda em curso, mostram que a Muralha 2 é mais espessa nas extremidades. Teria como finalidade criar um plano horizontal uniforme, adaptando-se às linhas de cota. A sua construção cortou a rocha quartzítica para obter um pequeno alicerce e, provavelmente criar um talude na parte externa (Figura 17).



Figura 17. Parte Externa da Muralha 2 e Provável Talude em curso de Escavação.

Na área imediatamente interna da dita muralha, não foram detectadas nem outras estruturas, nem camadas de ocupação em posição primária, foram apenas detectadas

camadas de coluvião sustidas pela muralha. Entre a rocha-mãe e a base da muralha 2 foi encontrada, ao longo do comprimento da muralha, uma camada estéril de matriz carbonatada com cinza e carvões (U.E. 107) indicativo de que a muralha terá sido construída após incêndio intencional provavelmente para proceder à limpeza do mato (Figura 18).



Figura 18. Camada de Carvões estéril (U.E. 107) debaixo das lajes que constituíram a muralha 2 (U.E. 102).

Os carvões da U.E. 107, na área A, foram datados por AMS através de apoio financeiro do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra e forneceram uma datação que coloca esta Unidade Estratigráfica entre o final do séc. IX e o primeiro quartel do séc. VIII a.C. situando cronologicamente o momento de construção da muralha (Quadro 3).

Amostra	Datação Convencional	Datação calibrada a 2 sigma (95%)	Material	Método
BETA 379735	2590±30 BP	805-770 a.C.	Sedimento orgânico	AMS

Quadro 3. Datação Radiométrica do Sedimento localizado abaixo da muralha 2.

O material cerâmico encontrado ao longo da muralha na parte interna (nas áreas A, C e E) (Tabela 8) é de baixa qualidade, com muito poucas decorações (Tabela 9).

Tipo	Forma
1a: Copo troncocónico	
1b: Copo (?) carenado	
2a: Malga globular com mamilos	
2b: Malga troncocónica	
3a: Taça com provável carena baixa	
3b: Taça de carena alta	
4a: Urna (?) provavelmente carenada	

Tabela 8. Formas Cerâmicas do Castelo Velho da Zimbreira.

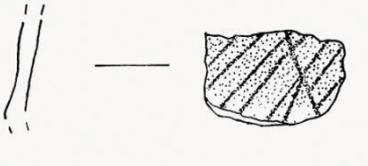
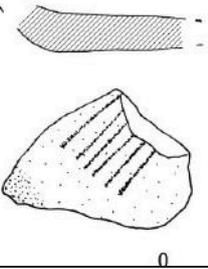
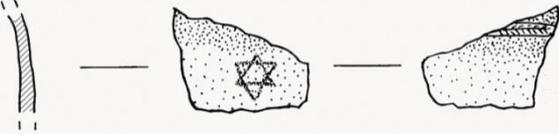
Decoração brunida	Padrão
Provável Tipo 5a de Cunha Serrão (1970)	
Padrão raiado na base	
Na zona externa Estrela de 6 pontas, na zona interna impressão fortuita de folha	

Tabela 9. Decorações Brunidas na Cerâmica do Castelo Velho da Zimbreira.

3.3. Casais agrícolas

Quinta da Pedreira, Barroca da Cantonha (Abrantes) (Félix, 1997)

O sítio classificado tipologicamente como casal agrícola localiza-se na zona mais elevada de um terraço de formação Pleistocénica, na margem direita do Tejo, a cerca de 40 metros acima do nível da água. Em termos topográficos observa-se a elevação de 100-120 metros de altitude na continuidade do terraço. Em variadas campanhas de escavação do Instituto Politécnico de Tomar, entre 1994 e 2001 (Félix, 1997) foram reconhecidas estruturas correspondentes a dois momentos de ocupação, ambos no âmbito cronológico do Bronze Final, parcialmente sobrepostos, mas adoptando iguais soluções construtivas e de ordenamento do espaço. Trata-se de duas unidades habitacionais de planta elíptica, alicerçadas com blocos pétreos e constituídos por matéria orgânica revestidos em argila. Ambas as estruturas encontravam-se rodeadas por um muro de contenção; a estrutura mais recente estava situada perto de uma lareira externa constituída, por sua vez, por duas lareiras sobrepostas. Nas áreas externas foram encontrados variados artefactos, um fragmento de machado de bronze, uma tubeira em cerâmica e um seixo com evidentes marcas de ter sido usado como percutor. Estes dados indicam que neste sítio havia actividade metalúrgica (Félix 2006: 71-72).

Entre as formas cerâmicas reconhecidas, encontram-se algumas com tratamento de superfície brunida (Tabela 10).

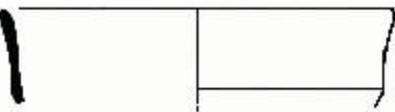
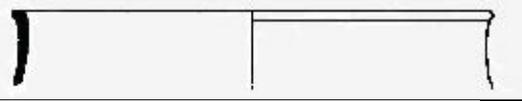
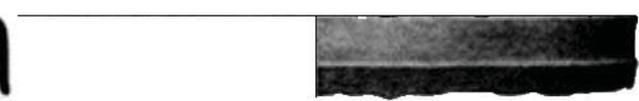
Tipo	Forma
1a: Malga cilíndrico-hemisférica	
1b: Malga com carena baixa	
1c: Malga com carena baixa arredondada	
1d: Malga com carena alta	
2a: Vaso com bordo extrovertido	
2b: Vaso com bordo extrovertido e bojo saliente	
2c: Vaso com bojo rectilíneo e bordo horizontal	
2d: Vaso com bojo curvilíneo	
2e: Vaso com carena alta	
3. Base com decoração brunida (tipo 5 de Cunha Serrão)	

Tabela 10. Formas Cerâmicas e Decoração Brunida da Quinta da Pedreira. Os tipos 2a, 2b, 2c, 2d, 2e possuem tratamento brunido nas superfícies (Félix 2006; Ricardo Triães, a base com decoração brunida).

No mesmo sítio, foi recuperada por Álvaro Batista, prospector que identificou o sítio, uma conta de pasta vítrea oculada, com uma classificação passível de ser de produção fenícia.

Carrascal (Abrantes)

Num depósito de terraço fluvial, pouco distante do sítio da Quinta da Pedreira, foram encontrados fragmentos cerâmicos do Bronze Final (Tabela 11) e mós manuais (Candeias, Batista, Gaspar 2009; Batista 2013: 35).

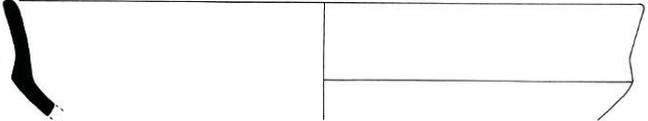
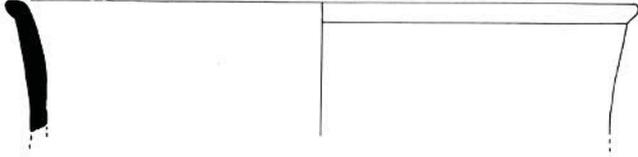
Tipo	Forma
1a: Malga de carena alta	
2a: Vaso de colo alto	

Tabela 11. Formas Cerâmicas encontradas no possível casal agrícola de Carrascal. Fonte: Candeias, Batista, Gaspar 2009.

O tipo de materiais, a semelhança de contexto topográfico e a proximidade do casal agrícola da Quinta da Pedreira, apontam para que se considere o sítio de Carrascal como provável casal agrícola.

3.4. Sítios Funerários

No Bronze Pleno verificamos a reutilização de sítios funerários de tradição NeoCalcolítica. A reutilização demonstra uma postura conservadora que poderá significar a existência de continuidade no plano ideológico-funerário. As repercussões ao nível simbólico terão afectado directamente a infra-estrutura social e económica das comunidades, parecendo não haver necessidade ideológica de proceder à mudança. Reflecte ainda uma prevalência da tradição sobre o que é novidade, na qual a influência autóctone é mais forte relativamente às influências externas. Exemplos de reutilização encontram-se na Gruta do Cadaval e na Gruta do Morgado (Tabela 12) e na Anta 1 de Val da Laje (Tabela 13).

Cavidades Cársicas

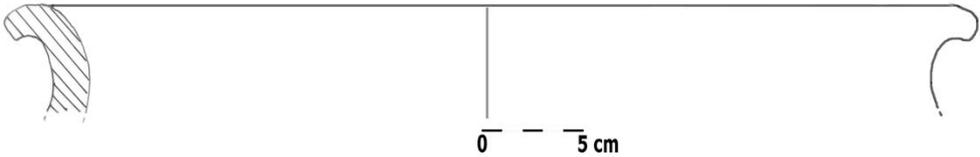
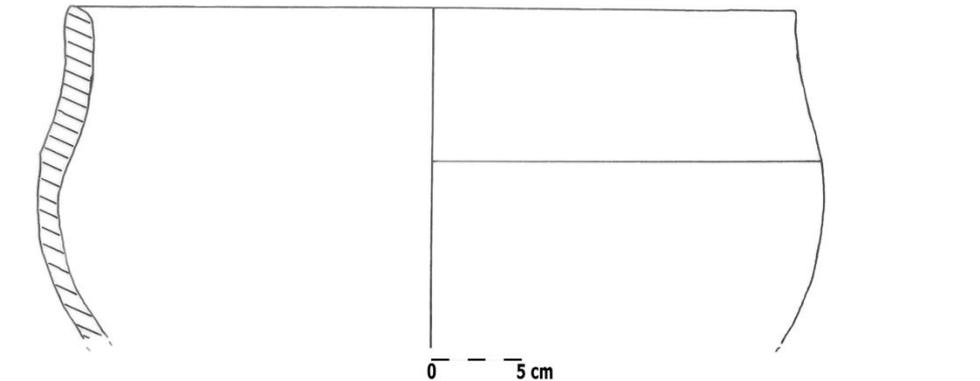
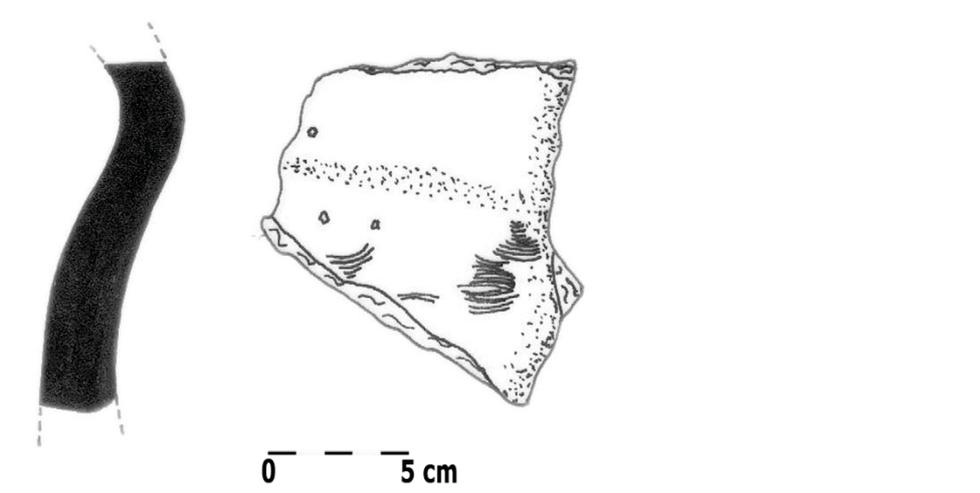
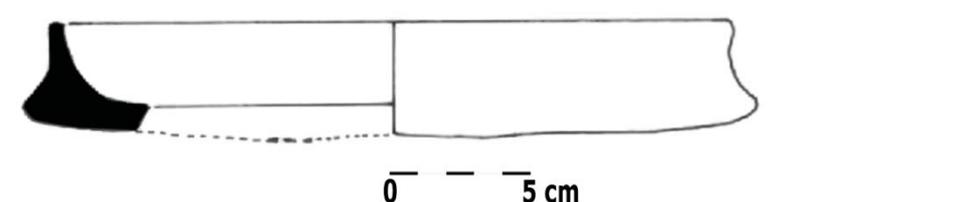
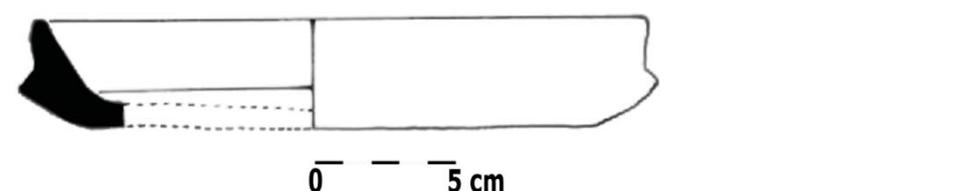
Tipo	Forma
1: Vaso-Contentor Bordo redondo-saliente	
2: Taça com leve carena média	
3: Recipiente com perfil em S e decoração ungluada	
4a: Taça-Prato Com carena ao nível da base	
4b: Taça-Prato com carena baixa	

Tabela 12 Formas Cerâmicas da camada B da Gruta do Cadaval (1, 2 e 3) (Oosterbeek, Cruz, 1983); Formas cerâmicas da Fossa 1, U.E. 0 (4a e 4b) da Gruta do Morgado Superior (Cruz, 2012).

Monumentos Megalíticos

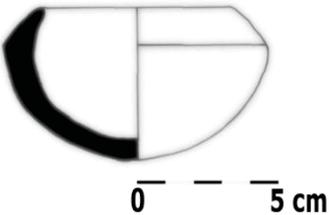
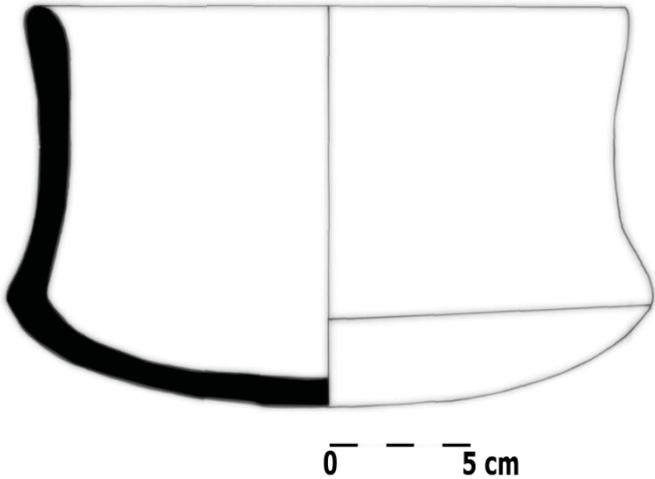
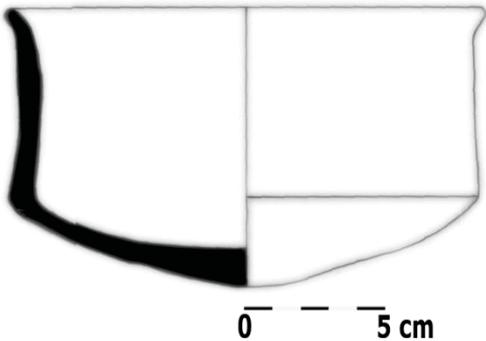
Tipo	Forma
1: Pequena malga fechada de carena alta	
2: Taça de carena baixa com leve arredondamento no ponto de inflexão	
3: Taça de carena baixa	

Tabela 13. Formas Cerâmicas exumadas das duas fossas escavadas no solo na câmara e no corredor da Anta 1 de Val da Laje (Oosterbeek, Cruz, 1992).

Monumento Funerário Atípico

Colos (Abrantes) (Candeias, Batista, Gaspar 2009; Cruz *et al.* 2014, no prelo)

Trata-se de um Monumento Funerário Atípico constituído por enterramentos efectuados em valas naturais existentes no afloramento de granito. A sua localização num

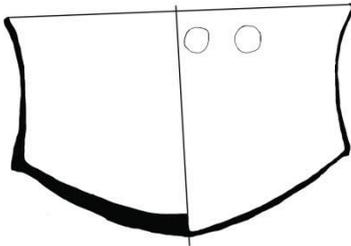
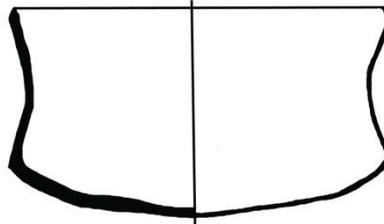
Tipo	Forma
1a: Taça com carena baixa e dois mamilos no bojo superior	
1b: Taça com carena baixa	

Tabela 14. Formas Cerâmicas de Colos atribuíveis ao Bronze Médio.

Tumuli

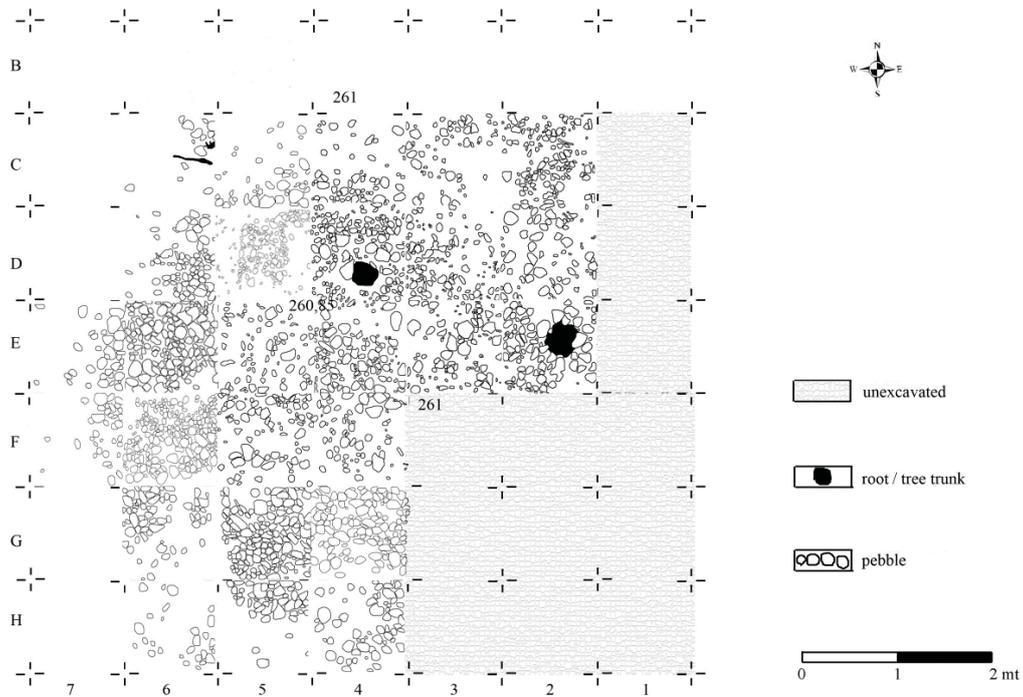
Souto-Biucas (Abrantes)

A necrópole de *tumuli* em Souto-Biucas consta de oito *tumulus* dos quais foram já intervencionados cinco. Em conformidade com a actual configuração do rio (Barragem de Castelo do Bode) estes arqueossítios estão implantados num dos braços da margem esquerda do rio Zêzere. Possuem a particularidade de terem, regra geral, uma arquitectura de planta circular com escassos metros de diâmetro, sendo toda a sua área preenchida por seixos de quartzo e de quartzito (por vezes com pequenas lajes de xisto). A importância da implantação nas linhas de festo poderá estar directamente relacionada com os caminhos de pé posto enquanto meio de comunicação e de trocas de bens.

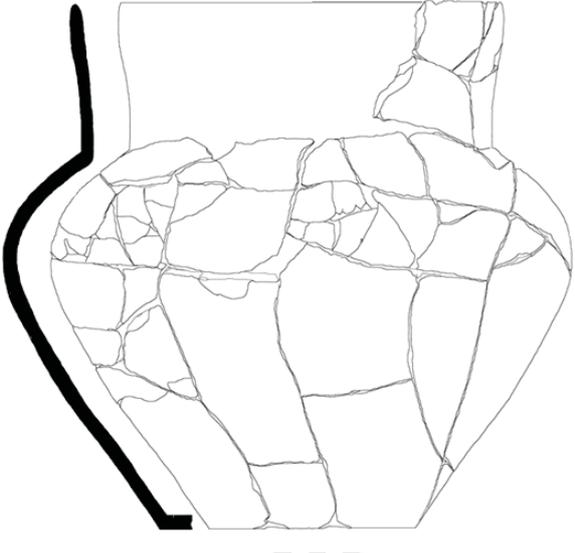
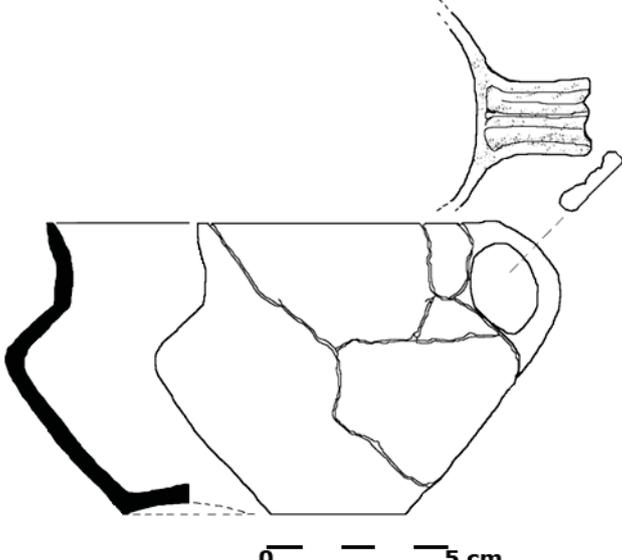
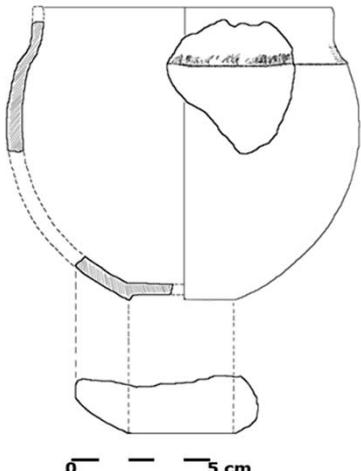
***Tumulus 1 do Souto* (Abrantes) (Cruz 2008a)**

Esta estrutura possui uma planta circular com cerca de seis metros de diâmetro e com 20 centímetro de altura (Figura 20). Até ao momento foi o único *tumulus* onde se exumou uma urna cinerária com o respectivo espólio votivo (Tabela 15; Figura 21). No decurso da intervenção foi-nos possível reconstituir não só o processo de construção do monumento como também atingir um plano do entendimento da morte nas sociedades da Idade do Bronze Final. Assim, processo de construção e dinâmica simbólica caminham de mãos dadas, num conjunto de gestos ritualizantes, que concorrem para a confirmação do início de uma nova cosmogonia, que teve reflexos óbvios no plano económico-social (Cruz 2011: 143-146). Encontramos paralelos de contentorização de cinzas em Paranho (Molelos, Tondela, Viseu)

apresentados por Domingos Cruz (1997: 90), São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco) (Cardoso, Caninas, Henriques 1998: 23), Povoado de Pedreira da Moita da Ladra (Vialonga, Vila Franca de Xira, Lisboa) (Monteiro, Pereira 2013: 67). De salientar que apenas encontramos recipientes similares à urna cinerária e à púcara de Souto 1 no Povoado de Pedreira da Moita da Ladra.



Recipientes cerâmicos exumados do *Tumulus 1* do Souto (Tabela 15):

Tipo	Forma
<p>1: Urna Cinerária</p> <p>Forma geométrica que deriva do cone, com terminação recta a iniciar a base plana.</p> <p>Forma compósita complexa fechada, separando de forma bem marcada, o colo da pança.</p> <p>Tratamento externo alisado, sem decoração</p>	
<p>2: Púcara</p> <p>Forma compósita, fechada, de carena média.</p> <p>Forma geométrica que deriva da forma ovóide, com terminação em linha recta, base plana.</p> <p>Elemento de apreensão e suspensão. Asa em fita, com secção rectangular em D, decorada com nervuras.</p> <p>Decoração brunida.</p>	
<p>3: Pote globular</p> <p>Forma simples fechada, com uma ligeira linha de carena alta.</p> <p>Forma geométrica derivada do círculo, base côncava, com ônfalo.</p> <p>Tratamento externo alisado, sem decoração</p>	

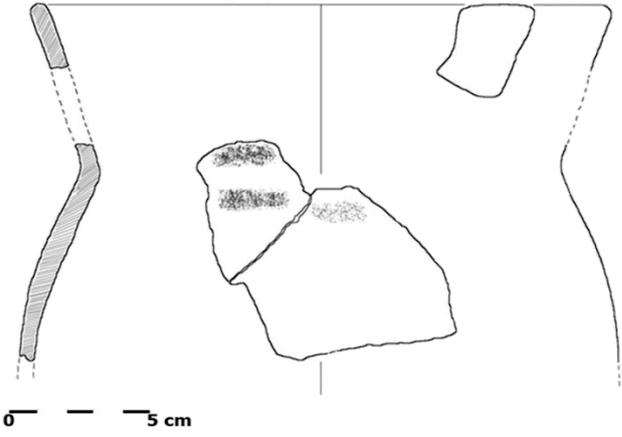
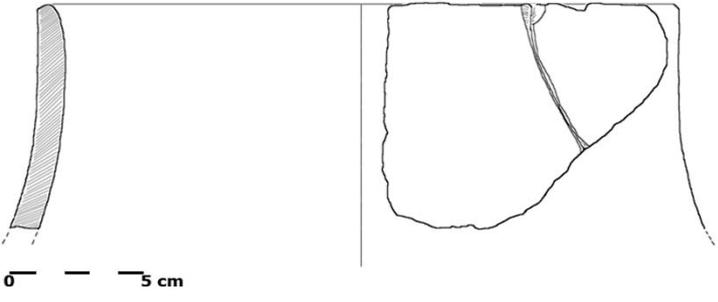
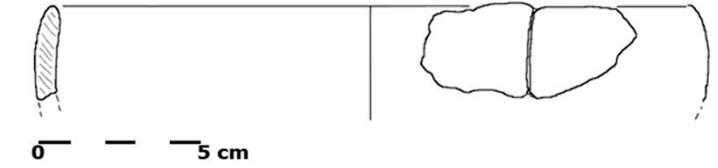
<p>4a: Vaso</p> <p>Forma aberta.</p> <p>Forma geométrica ovalada separando de forma marcada, o colo da pança.</p> <p>Colo alto esvasado, bojo ovalado</p>	
<p>4b: Vaso</p> <p>Forma fechada, colo alto</p>	
<p>5: Taça aberta</p>	

Tabela 15. Formas Cerâmicas do *tumulus* 1 do Souto (Abrantes). Fonte: CPH 2008.

Este sítio forneceu uma datação radiocarbóno por A.M.S. que o situa na Idade do Bronze Final I (Quadro 4).

Amostra	Datação convencional	Datação calibrada a 2 sigma	Material	Método
BETA 280041	2840±40 BP	1120-910 BC	<i>Homo</i>	AMS

Quadro 4. Datação Radiométrica de Ossos Carbonizados contidos na urna e na púcara do *tumulus* 1 do Souto (Cruz 2011: 159).

Mamoas 2 de Porto Escuro (Abrantes) (Cruz 2008b)

O *tumulus* de Porto Escuro é um monumento de planta circular, o seu diâmetro abarca cerca de seis metros e meio e possui uma altura de cerca de 20 centímetros (Figura 22). Em termos arquitectónicos é constituído por uma couraça pétreo com seixos de quartzito e de quartzo, de dimensões aproximadas entre os 10 a 20 centímetros de diâmetro. Esta couraça é delimitada por uma cintura descontínua de lajes de xisto, muito alterado, que fecha o aglomerado circular pétreo. Ausência de artefactos (Cruz, 2011: 141-142).



Figura 22. *Tumulus* 2 de Porto Escuro. Fonte: CPH 2008.

Necrópoles de mamoas da Fundada, Lavadouro e Conheira Fundeira (Vila de Rei) (Batata, Gaspar 2013)

Na localidade de Fundada encontra-se um grupo de três mamoas com diâmetros que variam entre os 5,5 e 3 metros e uma altura média de 30 centímetros. Possuem couraças pétreas compostas por lajes de xisto e blocos de quartzito. Em Lavadouro detectou-se outro grupo de duas mamoas, similares às de Fundada, com diâmetros respectivamente de cinco e quatro metros e com uma altura de 20 centímetros. Em Conheira Fundeira identificou-se um grupo de duas mamoas, uma com três metros de diâmetro e com 30 centímetros de altura, outra com quatro metros de diâmetro e com 40 centímetros de altura. Nenhuma mamoa foi escavada e, portanto, desconhecem-se potenciais urnas de cremação, tal como artefactos (*Ibid.*: 33-36, 39-40). No Concelho de Vila de Rei conhecem-se outras mamoas isoladas, como por exemplo, a da Arrancoeira, a do Vilar, a da Barroca da Água e a do Cerro do Castelo, esta última está implantada na proximidade do povoado amuralhado (*ibidem*: 15, 37, 41-43).

3.4. Depósitos de Metais

Porto do Concelho (Mação) (Jalhay 1944)

O depósito, ou esconderijo, foi encontrado em 1943 durante obras de construção de uma estrada situada entre as aldeias do Pereiro e do Castelo. Aquando da terraplanagem de um morro de xisto foram encontrados objectos de bronze, provavelmente colocados numa fissura da rocha (Jalhay, 1944). Esta descoberta era composta por 42 fragmentos ou objectos inteiros de bronze (Figura 23). Em ordem à sua interpretação pode ter-se em conta três factores: 1) a composição do depósito, onde se encontram armas (11 entre pontas e lanças, fragmentos de espadas, punhais e contas de lança), ferramentas (4 entre machados e foices), adornos (15 entre argolas, pulseiras e uma fíbula) e objectos indeterminados; 2) o estado de conservação dos objectos, com a presença de objectos inteiros (15) e objectos fragmentados (27); 3) o contexto do achado, ou seja, numa fissura da rocha na qual os artefactos se encontravam justapostos (provável indício de terem sido guardados num suporte orgânico).



Figura 23. O Depósito de Porto do Concelho (Jalhay, 1944) (Fotografia – alunos do Mestrado de Fotografia do Instituto Politécnico de Tomar, 2014).

Todos estes dados conduzem à assunção de que o depósito era o esconderijo de um fundidor que recolhia sucatas para reciclar o bronze. A partir de um recente estudo arqueometalúrgico (Bottaini, *et. al.* 2013) torna-se evidente a observação de técnicas metalúrgicas diferentes em ordem à produção dos artefactos, apesar da sua natureza tipológica. Podemos concluir que os artefactos “chegaram” ao depósito a partir de áreas diferentes, possuindo diferentes metodologias metalúrgicas, estas evidências reforçam a hipótese de estarmos perante um depósito constituído por sucatas de proveniência geográfica diversa.

Senhora da Moita (Mação) (Horta Pereira, 1970)

Em Senhora da Moita, perto de Carvoeiro; M. A. Horta Pereira (1970) em 1968 entrevistou o proprietário de um terreno. Na entrevista o senhor contou que em 1952 ele

encontrou no seu terreno dois machados de bronze e que, na mesma propriedade em décadas anteriores, alguém encontrou uma talha cheia de artefactos em bronze. Muito provavelmente este relato indica a presença de um depósito em talha, tipologia difundida sobretudo na Idade do Bronze Final em muitos contextos europeus como o depósito de San Francesco em Bolonha (Manfroni 2005) ou o depósito do Nuraghe Albucciu na Sardenha (Ialongo 2010: 319).

Barreiras do Tejo (Abrantes)

Num terreno perto de Casével é de assinalar a descoberta, por parte do proprietário, de uma talha cheia de objectos de bronze, nomeadamente foices tipo Rocanes (Batista 2010: 10).

3.5. Conheiras

Relativamente a este tipo de arqueossítio é necessário sublinhar que todas as conheiras que se conhecem nos dias de hoje são o resultado da exploração aurífera no período de ocupação Romano na Ibéria (Batata 2006). Contudo, este esclarecimento proporcionado pelas fontes escritas não impede que se possa supor, mesmo antes da chegada dos romanos, a exploração dos recursos auríferos levada a cabo pelas comunidades autóctones. Contudo, constatamos não ser possível detectar evidências de trabalhos pré-romanização, tendo em conta que a exploração aurífera em larga escala praticada pelos romanos poderá ter conduzido à destruição de qualquer vestígio.

As conheiras no Médio Tejo concentram-se no vale do baixo Zêzere (Figura 24), na Ribeira de Codes (corre na direcção Leste-Oeste, desembocando no Zêzere) e na Ribeira do Caratão. Trata-se de conheiras pequenas, com cerca de uma ou duas dezenas de metros de frente de exploração. Existem conheiras maiores, com cerca de uma centena de metros de frente de exploração, como a Conheira da Arrancoeira, a Conheria dos Castelejos e a Conheira de Pinhal dos Frades com cerca de 500 metros de frente de exploração (Abrantes, Vila de Rei, ou na Ribeira do Caratão, em Mação) (Batata, Gaspar 2013: 66-119; Batata 2006).



Figura 24. Conheira de Pinhal dos Frades (Martinchel, Abrantes). Fonte CPH 2003.

4. A LEITURA DOS DADOS ARQUEOGRÁFICOS E DO TERRITÓRIO: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES HUMANAS NO MÉDIO TEJO ENTRE II MILÉNIO E 1º QUARTEL DO I MILÉNIO A.C.

A informação fornecida pela cultura material e pelos escassos dados de radiocarbono cruzada com outros factores como as arquitecturas, os rituais funerários e a deslocação no território das comunidades que se implantaram na paisagem, fornecem-nos um panorama desequilibrado no decorrer da Idade do Bronze. Se por um lado, a informação é escassa para o Bronze Pleno, por outro, ela é mais abundante para o Bronze Final. Relativamente ao Médio Tejo, com os dados recolhidos até hoje, constatamos a existência de uma base cronológica de referência - uma tripartição da Idade do Bronze: Bronze Pleno/Bronze Final I/ Bronze Final II, em consonância com a proposta de Cardoso (2007) para Portugal.

Justificamos as etapas cronológicas da seguinte forma:

4.1. Bronze Pleno (sécs. XVIII-XII a.C.)

A fazer fé nas datações do Povoado do Agroal e nos dados do Povoado do Maxial situados entre os séculos XVIII e XVII a.C., muitos dos povoados de altura não amuralhados poderão ser atribuídos cronologicamente ao Bronze Pleno. Nesta etapa as comunidades tiravam partido de zonas sobranceiras aos rios Nabão e Zêzere.

Do ponto de vista dos horizontes funerários constatamos a reutilização de arqueossítios de cronologia lata Neo-Calcolítica, como os monumentos megalíticos Anta 1 de Val da Laje (maioritariamente taças de carena baixa, com tratamento brunido) (Tomar), Anta da Foz do Rio Frio (ponta de seta em cobre de tipologia não calcolítica) (Mação), monumentos funerários atípicos como Colos (taças de carena baixa alisados) (Abrantes), Conheira do Penhascoso (taça de carena baixa) (Mação), e a reutilização das cavidades naturais localizadas

em ambiente cársico Gruta do Cadaval (Tomar), Gruta do Morgado Superior (ponta de seta com espigão e barbelas, taças/pratos de carena baixa) (Tomar).

A nível de formas cerâmicas no Médio Tejo não parece haver uma uniformização recorrente, sendo o panorama de formas comuns entre os sítios, caracterizado apenas por malgas carenadas e hemisféricas (Tabela 16) com superfícies alisadas. Não há decorações, o que demonstra uma grande descontinuidade no Médio Tejo entre o Calcolítico Médio, abrangendo o Calcolítico Final e terminando no II milénio a.C. (Cruz, Delfino, Graça 2014: 13); alguns paralelos se podem encontrar em cerâmicas em contexto de Bronze Antigo-Médio no Vale do Mondego (Gibson 2000: fig. 4.21). De sublinhar a presença de cerâmicas campaniformes no Povoado da Fonte Quente (Oosterbeek 1997; Cruz 1997, 2011).

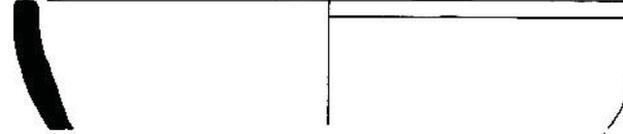
Tipo	Forma	Sítio
Taça de carena baixa		-Agroal; -Maxial
Malga hemisférica		-Agroal; -Maxial

Tabela 16. Tabela Sinóptica das Formas Cerâmicas Comuns do Bronze Pleno no Médio Tejo. Inédito.

Os metais são muito raros, havendo apenas a referenciar uma adaga de tipo argárico no Castelo Velho da Zimbreira (que talvez possa indicar uma prévia ocupação do sítio ao longo do II milénio a.C.), uma ponta de seta triangular em cobre na Anta da Foz do Rio Frio com paralelos que se registam entre o Calcolítico Final-Bronze Antigo e Bronze Médio (Rovira Llorens, Montero Ruiz, Consuegra Rodriguez 1997: 35, 111) e uma ponta de seta com espigão e barbelas, na Gruta do Morgado (Cruz *et. al.* 2013: 159).

Na posse destes dados é possível definir o Bronze Pleno no Médio Tejo português, como um período marcado por uma permanência conservadora com características do Calcolítico Final, resultando em assimetrias sublinhadas por fortes influxos exteriores (Alto Alentejo para as cerâmicas de Colos e da Conheira de Penhascoso) e Extremadura Espanhola para os raros metais (Rovira Llorens, Montero Ruiz, Consuegra Rodriguez 1997: 35, 111).

Essa permanência reflecte-se ao nível do povoamento pela ausência de fortificação dos povoados (embora estes estejam implantados a cotas elevadas) e, topograficamente, por melhor controlo do território relativamente aos vales. Ao nível funerário observamos uma continuidade da utilização dos monumentos megalíticos e das cavidades naturais de tradição funerária Neo-Calcolítica ao longo do Bronze Pleno. Necessitamos ainda de reflectir sobre a provável existência de acampamentos, hoje dissimulados na paisagem, de tipo sazonal com utilidade funcional revelada na pastorícia. A tendência para a micro-regionalização reflectida na reutilização funerária não antevê qualquer ruptura ao nível do simbólico e à forma como era lida a morte. Também a ausência de estelas decoradas é um sinal da não absorção de novidades, considerando que o espírito guerreiro não se manifestava no quotidiano das comunidades.

No Bronze Pleno, estamos então perante uma etapa de semi-transição na qual reina a influência autóctone que assimila esporadicamente as novidades metalúrgicas. A aparente ausência de sociedades guerreiras no Médio Tejo tem o seu reflexo na aceitação tácita de continuidade do mesmo modelo de hierarquização social, do mesmo modelo económico (apoiado essencialmente na agricultura e na pastorícia) e do mesmo modelo simbólico herdado do Calcolítico Final.

4.2. Bronze Final I (sécs. XII- IX a.C.)

Esta etapa é marcada por duas grandes discontinuidades relativamente ao Bronze Pleno: 1) a mudança na simbologia ideológica reflectida nos rituais fúnebres: 2) o início de implantação de povoados amuralhados de altura. Relativamente a este item podemos considerar a necessidade de fortificar um local previamente ocupado (como provavelmente é o caso do Povoado do Agroal e, ainda, com algumas reticências, o Castelo Velho do Caratão). Para além destes sinais que reflectem uma alteração radical de mentalidades, é de sublinhar a presença de artefactos que marcam inequivocamente uma mudança na cultura material (o tratamento da superfície brunida dos recipientes, aumento das formas carenadas, variação nos tipos de carena e, finalmente, o surgimento maciço de metais, pela primeira vez de bronze; referimo-nos à matriz atlântica, como os machados de argolas, à matriz continental, como os machados tipo Baiões/Barcelos e à matriz mediterrânica, como as fíbulas de cotovelo (Monteagudo 1977; Giardino 1995; Cardoso 2007: 364-381; Senna-Martinez 2013).

A atribuição específica ao Bronze Final I dos conjuntos dos recipientes cerâmicos é ainda uma variante que não podemos generalizar. Os povoados de altura amuralhados como o Castelo de Abrantes e o Castelo Velho do Caratão, embora possuam alguns materiais indubitavelmente do Bronze Final I (como as malgas hemisféricas com tratamento brunido da superfície ou as taças de carena alta também com tratamento brunido) não possuem ainda sustentação arqueométrica através da termoluminescência. Esta indefinição classificativa significa que, uma atribuição clara ao Bronze Final I é apenas possível através da análise tipológica dos metais.

- O Castelo Velho do Caratão (Mação) possui um machado tipo Bujões/Barcelos e um machado de uma argola, algumas pulseiras semelhantes às encontradas na necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça) datadas entre finais do séc. XI e meados do séc. IX a.C. (Vilaça, Cruz, Gonçalves 1999: 16) e alguns fragmentos de fíbulas de cotovelo;

- O achado isolado da Quinta do Vale do Zebro (Abrantes) resume-se a uma foice tipo Rocanes (Candeias, Batista, Félix 1999);

- O casal agrícola da Quinta da Pedreira forneceu um fragmento de provável machado tipo Bujões/Barcelos e um fragmento de punhal tipo Porto de Mós (Candeias, Batista, Gaspar 2009; Oosterbeek 2010: 22);

Estas evidências levam-nos a pensar:

- Na comprovação da ocupação da planície do Tejo na área de Abrantes, com clara intenção de exploração agrícola (presença de foices de bronze);

- O início de fortificação dos povoados de altura (talvez já povoados abertos de altura no Bronze Pleno), o aparecimento da metalurgia do Bronze que, de acordo com o modelo

proposto por Senna-Martinez (2013: 8, 10), pode ter chegado ao vale do Tejo a partir do século XIV a.C. através do corredor interior Coimbra-Tomar-Santarém, fazendo a ponte entre o Tejo via Zêzere; a circulação de modelos metálicos de matriz atlântica e mediterrânea como referido;

- A reciclagem de metais tendo em conta, por um lado, que alguns artefactos são claramente sucatas associadas à evidência de actividade metalúrgica (fragmentos de fole da Quinta da Pedreira) e, por outro, a existência de uma estratégia de armazenamento maciço de objectos de bronze, eventualmente controlado pelos povoados de altura fortificados. Exemplo disso é o provável depósito em talha (com foices tipo Rocanes) de Barreiras do Tejo localizado muito perto do Castelo de Abrantes;

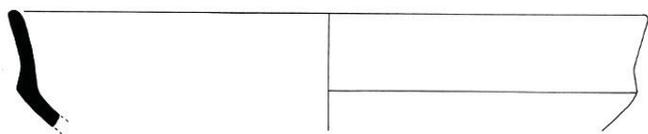
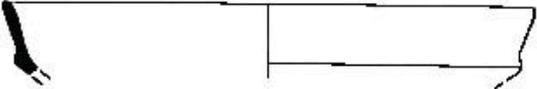
- A ruptura ao nível do ritual funerário, que não implica apenas a introdução do ritual de incineração, mas essencialmente a contentorização das cinzas e do espólio votivo em urna, salvaguardada por uma estrutura pétreia de dimensões relativamente pequenas (Cruz 2011: 143-146).

4.3. Bronze Final II (fim do sécs. IX- VIII a.C.)

Podemos definir esta etapa através da cultura material, das datações radiométricas e dos contextos arquitecturais.

A ruptura com o Bronze Final I revela-se numa maior disponibilidade de materiais, na técnica de decoração brunida nos recipientes cerâmicos, numa circulação cada vez maior de metais de matriz atlântica e, finalmente, na multiplicação de recintos amuralhados de altura.

Do ponto de vista das formas cerâmicas, existem algumas recorrentes em mais de um sítio arqueológico (Tabela 17).

Tipo	Forma	Sítios
<p>1a: Malga de carena alta baixa A curvatura da base surge imediatamente ao ponto de inflexão</p>		<p>-Quinta da Pedreira; -Carrascal; -Castelo Velho da Zimbreira; -Castelo Velho do Caratão; -Castelo de Abrantes</p>
<p>1b: Malga com carena baixa</p>		<p>-Castelo de Abrantes; -Castelo Velho do Caratão</p>

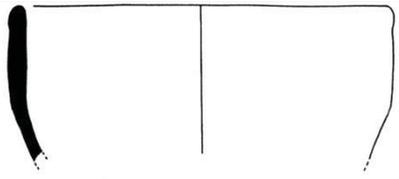
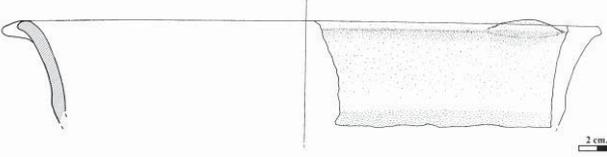
1c: Malga cilindro-hemisférica		-Cerro do Castelo; -Castelo de Abrantes; -Quinta da Pedreira
2a: Taças e Malgas com carena baixa arredondada		-Cabeço das Mós; -Castelo Velho do Caratão
3a: Vaso com pega no bordo		-Castelo Velho do Caratão; -Castelo Velho da Zimbreira; -Castelo de Abrantes

Tabela 17. Formas Cerâmicas comuns ao Médio Tejo no Bronze Final II. Inédito.

Do ponto de vista das decorações, sublinhamos os ornatos brunidos como correspondendo à fase do Bronze Final II (Tabela 18).

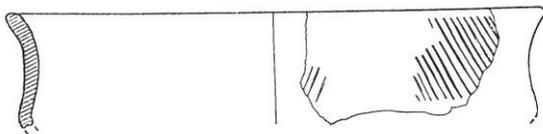
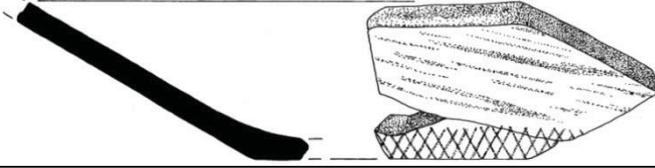
Tipo	Decoração	Sítio
5a de Cunha Serrão		-Castelo Velho da Zimbreira; -Castelo Velho do Caratão
5b de Cunha Serrão		-Quinta da Pedreira; -Castelo Velho do Caratão

Tabela 18. Os Dois Tipos de Decoração Brunida Presentes em mais de um sítio no Médio Tejo. Inédito.

Salientamos que os dois tipos de padrões decorativos difundidos em mais de um sítio no Médio Tejo são relativos a um tipo decorativo, o n.º 5, que Cunha Serrão aponta como estando entre os mais frequentes nos sítios portugueses (Soares 2005: 130). Sublinhamos ainda algumas questões relativas à cerâmica de ornatos brunidos no Médio Tejo: 1) cerca de 90% da decoração de ornados brunidos conhecidos foram exumados do Castelo Velho do Caratão; 2) os tipos de padrões decorativos, em termos numéricos, enquadram-se nos tipos que Cunha Serrão considerou como típicos dos sítios portugueses (os nº 3 e 5); estão também presentes exemplos do tipo 1, mais típico dos sítios espanhóis (é o dito “reticulado brunido”); 3) a presença de ornatos brunidos em grande concentração no tipo - povoado de altura

amuralhado (o Castelo Velho do Caratão) e ainda a presença, minoritária, no tipo - casal agrícola (Quinta da Pedreira).

Relativamente aos materiais metálicos torna-se evidente uma forte presença dos tipos de matriz atlântica:

- Armas representadas por muitas pontas de lança de alvado do tipo Venát (depósito do Porto do Concelho e forja metalúrgica do Castelo Velho do Caratão), raras espadas identificáveis de tipo língua de carpa (depósito do Porto do Concelho), adereços, como um elemento de espeto com paralelos na metalurgia do grupo Baiões /Santa Luzia (forja metalúrgica do Castelo Velho do Caratão).

Existem ainda evidências de metais de matriz mediterrânica:

- Uma provável fíbula do tipo “*ad arco di violino*” no Castelo Velho do Caratão.

Daqui concluímos a existência de uma relação privilegiada com o ciclo metalúrgico atlântico, sendo os elementos de origem mediterrânica numericamente menos relevantes.

Quanto à circulação de metais enquadrámos o depósito do Porto do Concelho no Bronze Final II (considerando que os artefactos mais recentes datam o fecho do depósito) nos tipos metálicos do Bronze Final II, presentes na forja metalúrgica do Castelo Velho do Caratão, indiciando a circulação de tipos metálicos em forma de sucata para reciclagem.

No território do Médio Tejo existem recursos auríferos, estando ausentes os recursos de cobre ou estanho. Pensamos que a aquisição de sucatas provém de áreas externas, adquirindo um papel relevante em ordem à satisfação das necessidades de artefactos metálicos na região.

Observamos que os depósitos (contando também o depósito desaparecido da Senhora da Moita) estão localizados perto dos povoados amuralhados de altura: no Bronze Final I (o depósito das Barreiras do Tejo), no Bronze Final II (o depósito do Porto do Concelho e provavelmente o da Senhora da Moita). Verificamos a evidência de que a gestão deste importante negócio se sedava nos povoados amuralhados de altura, relacionados com do rio Tejo (Castelo de Abrantes, Castelo Velho do Caratão) e os seus afluentes Zêzere e Ocreza.

No Bronze Final II é de sublinhar na unidade territorial de Mação-Envendos-Amêndoa:

- Implantação de povoados amuralhados de altura (Castelo Velho do Caratão), ou recintos de altura (Castelo Velho da Zimbreira, Castro do Santo e Castro de Amêndoa) na zona mais oriental da cadeia montanhosa xisto-grauváquica e de quartzito Mação-Serra de Alfejoira-Pego da Rainha- Serra de Amêndoa- Vila de Rei-Fernandaires (Figura 25);

- Implantação dos recintos de altura amuralhados (Castelo Velho da Zimbreira, Castro do Santo e Castro da Amêndoa) sempre na proximidade das fracturas geológicas ricas em águas subterrânea e termais e, ainda, na proximidade de recursos minerais metálicos e não-metálicos (ouro, na Ribeira do Caratão, argila primária, na Lagoa do Bando);

- Implantação aproveitando a intervisibilidade entre si, com o objectivo de controlar o território, ainda que o Castelo Velho do Caratão não possua intervisibilidade com os outros recintos de altura.

Pensamos que o Castelo Velho do Caratão tenha sido implantado no Bronze Final I, contudo, faltam-nos datas absolutas para a confirmação desta hipótese. Este povoado possuía

um papel central onde se concentravam actividades estratégicas (metalurgia) e recolha de produtos de luxo (cerâmica de ornatos brunidos e âmbar).

No Castelo Velho da Zimbreira possuímos uma data absoluta relativa à implantação da muralha mais externa (805-775 cal. BC). Sabemos que a intenção de fortificar sítios de altura entre os séculos X e VIII a.C. é comum no Médio Tejo testemunhando essa evidência a datação da implantação da muralha do Cerro do Castelo (sécs. X-IX a.C.), e coincide, curiosamente, com as primeiras implantações fenícias no vale do Tejo na Alcáçova de Santarém (900-780 cal. BC e 920-770 cal. BC) (Arruda 2005).

A grande ruptura com o Bronze Final I reflecte-se, portanto, no aumento da instabilidade social e política que conduz à fortificação de sítios já previamente ocupados (como o Cerro do Castelo), ou da construção de novos recintos de altura (Castelo Velho da Zimbreira).

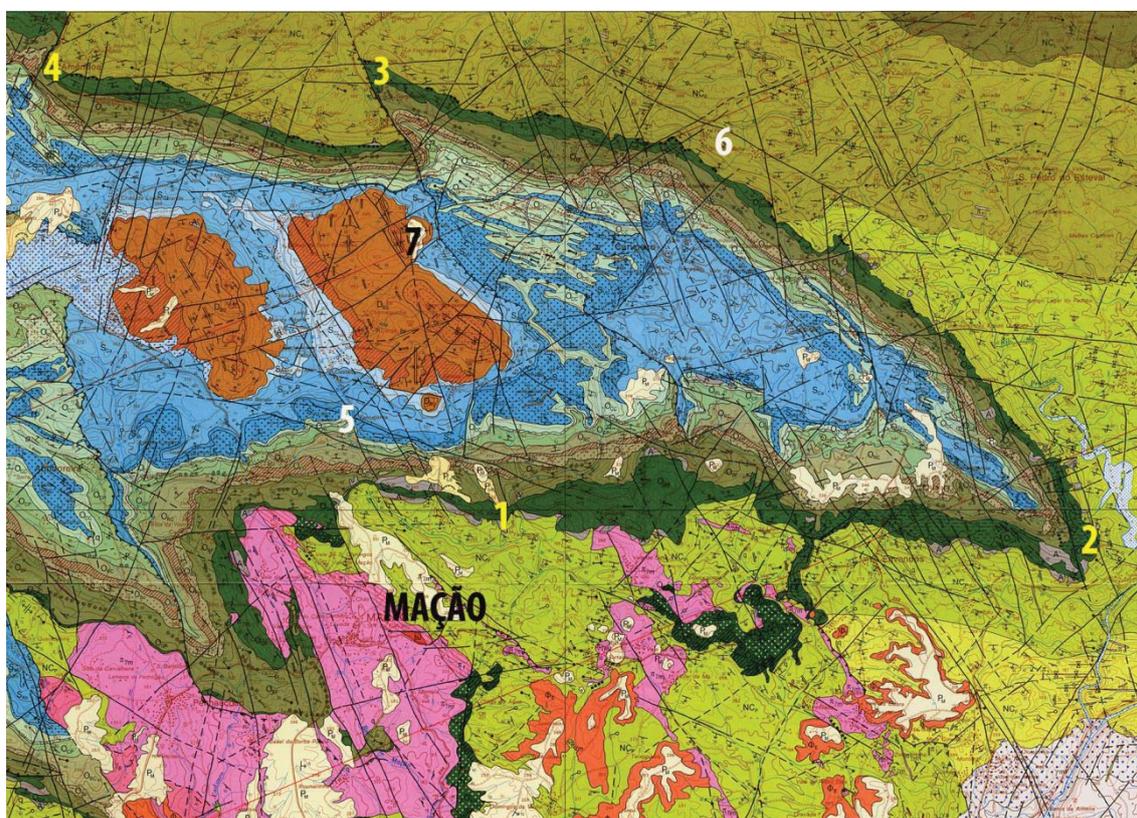


Figura 25. Posição dos sítios amuralhados (povoados e recintos) na unidade territorial Mação-Envendos-Amêndoa em relação com a geomorfologia. Amarelo, povoados amuralhados de altura (1= Castelo Velho do Caratão) e recintos de altura (2= Castelo Velho da Zimbreira; 3= Castro do Santo; 4= Castro de Amêndoa). Branco, os depósitos de bronzes (5= Porto do Concelho; 6= Senhora da Moita). Preto (7), os recursos de argila primária (Lagoa do Bando).

Fonte Delfino *et al.* 2013.

5. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Tentando a sumarização sistemática do estado da arte da Idade do Bronze no Médio Tejo Português, destacamos:

1. No decorrer da Idade do Bronze observamos a tendência de estabelecer o povoamento em zonas estratégicas de altura, próximas de recursos minerais metálicos fluviais (ouro) e das linhas de água mais significativas (Tejo, Zêzere, Ocreza e Pracana) proporcionando uma maior mobilidade;

2. Ao longo das duas etapas da Idade do Bronze Final (sécs. XIII-VIII/VII a.C.) verificamos a implementação de uma interação regional mais vasta através da utilização dos recursos naturais disponíveis.

Podemos antever um cenário no qual a ausência de cobre e de estanho, por um lado, e a topografia do terreno que não possui grandes extensões de planície para a prática da agricultura extensiva (excepção feita à pequena porção do vale do Tejo entre Abrantes e Torres Novas) por outro, tenha impulsionado a troca de metais em bronze pelo ouro nativo aluvionar e, ainda, pela permissão de passagem no rio Tejo até às Portas de Ródão, concedendo o acesso aos recursos de cobre da Beira Alta e da Extremadura espanhola e aos recursos de estanho do Norte-Centro de Portugal.

O desdobramento deste cenário tem como base arqueográfica a existência de:

2.1. Três depósitos de fundidor, dois dos quais (Barreiras do Tejo e Senhora da Moita) são grandes depósitos em talha e localizando-se muito próximo a dois rios navegáveis (o Tejo e o Pracana);

2.2. Semelhante proximidade com dois povoados amuralhado de altura, com provável implantação desde o início da Idade do Bronze Final (Castelo de Abrantes e Castelo Velho do Caratão).

Uma interpretação de cariz social e político indicia uma dupla função: a instalação das elites nos povoados principais, a partir dos quais era gerido o “negócio” dos metais (importação de sucatas ou produtos acabados) e a capacidade efectiva de defesa ou de dissuasão (Castelo de Abrantes e Castelo Velho do Caratão) revestida da simbologia própria de quem detém o poder. A construção de muralhas durante o Bronze Final II poderá ser um reforço desta postura (Cerro do Castelo, Agroal, Castelo Velho da Zimbreira).

3. Uma ruptura gradual em termos da cultura material, visível em particular nos recipientes cerâmicos.

3.1. A partir do Bronze Pleno tornam-se vulgares as formas carenadas com superfícies polidas;

3.2. No Bronze Final as formas carenadas têm outro tipo de tratamento: o brunido.

4. Ao nível funerário, no Bronze Pleno, teremos que interpretar os dados arqueológicos à luz de várias posturas relativas à morte, que podem ser lidas como paradoxais. Contudo, elas apenas revelam variações ao nível da compreensão cosmogónica destas comunidades que são no plano económico fundamentalmente agro-pastoris. Em simultâneo, temos que reconhecer uma heterogeneidade de comportamentos:

4.1. Os que simbolizam a tradição, na medida em que são reutilizados lugares.

Funerários específicos (Anta 1 de Val da Laje, Gruta do Cadaval, Gruta do Morgado Superior). Esta postura traduz-se na manutenção do padrão funerário, ainda que o paradigma da colectivização da morte tenha sido substituído pelo da inumação,

Regra geral individual. Entendemos que nestes casos o pendor autóctone se mantém robusto relativamente às novidades difundidas em todo o território hoje português;

4.2. Ausência de cistas ou de qualquer influência alentejana, sendo este hiato na tipologia funerária reflexo de recusa da assimilação de ideias externas ou apenas pura indiferença conservadora;

4.3. Em paralelo, observamos determinados comportamentos: funerários que só podem ser compreendidos como singularidades autóctones (Monumento Funerário de Colos) num processo onde a criatividade e a invenção se aliam a uma postura simbólica pragmática.

5. No dealbar do Bronze Final I, algo imprevisível acontece ao nível das mentalidades, da produção económica, de uma rede alargada de trocas de bens e, naturalmente, de ideias, define uma nova ordem.

Parece que subitamente as comunidades do Médio Tejo acedem à “modernização”. A ruptura é patente num procedimento funerário muito diferente daquele praticado até aí. Com a excepção da anterioridade de Perdições e de Colos, assistimos a um procedimento ritual que implica a reciclagem do cadáver, a contentorização das cinzas e do espólio votivo e a dissimulação arquitectónica em pequenas mamoas pétreas apartadas do povoado.

A questão da dissimulação dos *tumuli* na paisagem poderá ter outra interpretação se partirmos do princípio que estes monumentos eram alvo de manutenção sistemática. Neste caso podemos ser levados a pensar que os clastos de quartzo tinham uma dupla função: a de fazer parte da couraça pétreia e a de anunciar a existência do monumento através do brilho que emitem.

Esta morte do Bronze Final I surge na forma de *tumuli*, por vezes agrupados em necrópoles, por vezes completamente isolados, não existindo qualquer relação de afinidade com o lugar de habitação (povoados amuralhados). Estão no vale do Zêzere distanciados em cerca de 15 quilómetros do único povoado muralhado que conhecemos até agora, o Castelo de Abrantes.

Contemplamos aqui uma hipótese que só muito trabalho de prospecção sistemática poderá confirmar: a existência a pouca distância dos *tumuli* de “habitats” ou de “acampamentos” construídos em materiais percíveis, com uma vocação económica especializada na pastorícia.

No Bronze Final II não detectámos ainda soluções funerárias, embora seja prática comum no território circundante enterramento dentro do espaço habitacional.

As perspectivas do trabalho futuro podem ser vistas nos pontos ainda não resolvidos pela investigação:

- 1) Estudo e melhor definição da fase mais antiga da Idade do Bronze (Bronze Pleno);
- 2) Aumento do número de datações absolutas para ter uma melhor cronologia sobre a qual fazer uma periodização;
- 3) Completar as investigações sobre os recintos de altura;
- 4) Iniciar escavações sistemáticas dos povoados abertos.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. M. (2005) - Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografia e cronologias. In *Anejos de Archivo Español de Arqueología. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, vol. I, p. 277- 303.

ALMEIDA, J. (1946) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Tomo II – Distrito de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém.

BATATA, C. (2006) - Idade do Ferro e Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza. In *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA, número 46.

BATATA, C.; ARSÉNIO P. (2006) - *Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere*, Ferreira do Zêzere: Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere/ Ozecarus Lda.

BATATA, C.; GASPAS, F. (2000) - *Levantamento arqueológico do Concelho de Vila de Rei*. Abrantes: Fundação para o Estudo e Preservação do Património Histórico e Arqueológico / Ozecarus Lda.

BATATA, C.; GASPAS, F. (2013) - *Carta Arqueológica do Concelho de Vila de Rei*. Vila de Rei: Câmara Municipal de Vila de Rei / Ozecarus Lda.

BATISTA, Á. (2010) - Sinais da importância da pedra na evolução humana na região de Abrantes. In *Antevisão IV do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, p. 9-33.

BATISTA, Á. (2013) - Vestígios arqueológicos na Freguesia de Rio de Moinhos (Abrantes). In *Antrope*. Tomar: Centro de Pré-História, número 0, pp. 29-51. Disponível na [www: http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE%200/revista_antrope_NO.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE%200/revista_antrope_NO.pdf)

BOTTAINI, C.; MIRÃO, J.; CANDEIAS, A.; VILAÇA, R.; MONTERO RUIZ, I. (2013) - The Late Bronze Age (13TH-8TH century BC) hoard from Porto do Concelho (Mação- Central Portugal). A chemical and microscope perspective. In *Microscopy in Research: A SPmicros Congress*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Microscopia.

CANDEIAS, J.; BATISTA, Á.; FÉLIX, P. (1999) - Uma foice do Bronze Final proveniente da Quinta do Vale do Zebro (Rio de Moinhos- Abrantes). In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA, volume VII.

CANDEIAS, J.; BATISTA, Á.; GASPAS, F. (2009) - *Carta Arqueológica do Concelho de Abrantes*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes. Disponível na [www: http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html](http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html)

CARDOSO, J.L. (2007) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.

CARDOSO, J.L.; CANINAS, J.C.; HENRIQUES, F. (1998) - *Duas Cabanas Circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco)*. Vila Velha de Rodão: Associação de Estudos do Alto Tejo, p.1-38.

CRUZ, A. (1997) - *Vale do Nabão. Do Neolítico à Idade do Bronze*. In *ARKEOS*. Tomar: CEIPHAR, volume 3.

CRUZ, A. (2008a) – *Relatório Técnico da 1ª Campanha de Escavação na Mamoa 1 do Souto*. Lisboa: DGPC.

CRUZ, A. (2008b) – *Relatório Técnico da Campanha de Escavação na Mamoa 2 de Porto Escuro*. Lisboa: DGPC.

CRUZ, A. (2011) - A Pré-História Recente do Vale do Baixo Zêzere: um olhar diacrónico. In *ARKEOS*. Tomar: CEIPHAR, volume 30.

CRUZ, A. (2012) – *Relatório Técnico da 3ª Campanha de Escavação na Gruta do Morgado Superior*. Lisboa: DGPC.

CRUZ, A.; DELFINO, D.; GRAÇA, A. (2014) - Decoração e Conotação de um recipiente cerâmico: utilização doméstica, funerária e simbólica. As mais antigas cerâmicas do Concelho de Abrantes. In *8.000 anos a transformar o barro. Cerâmicas do M.I.A.A.* Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, catálogo da Antevisão VI do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte, p. 11-35.

CRUZ, A.; GRAÇA, A.; OOSTERBEEK, L.; ALMEIDA, F.; DELFINO, D. (2012) - Gruta do Morgado Superior. Um estudo de caso funerário no Alto Ribatejo (Tomar, Portugal). In *Vinculos de Historia*. Albacete: Departamento de História de la Universidad de Castilla-La Mancha, número 2, pp. 143-168. Disponível na [www: http://vinculosdehistoria.com/index.php/vinculos/article/view/62](http://vinculosdehistoria.com/index.php/vinculos/article/view/62)

CRUZ, D. (1997) – A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu). In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA, número 5, pp. 85-109.

DELFINO, D. (2012) - Arqueologia do Contacto: dinâmicas, problemas e modelos interpretativos da Proto-História na fachada atlântica da Península Ibérica. In *Arqueologia Ibero-Americana e Arte Rupestre*. Tomar: C.E.I.P.H.A.R., *Arkeos* 32, pp. 57-70.

DELFINO, D. (2013) Escavação do Castelo Velho da Zimbreira (2011). In *Antrope*. Tomar: Centro de Pré-História, número 0, pp. 154-189. Disponível na [www: http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE%200/revista_antrope_N0.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE%200/revista_antrope_N0.pdf)

DELFINO, D.; OOSTERBEEK, L.; BAPTISTA, J.; GOMES, H.; BELTRAME, M.; CURA, P. (2013a) - A Proto-História no Concelho de Mação: novas investigações, novas abordagens, novos dados, In CRUZ, A.; GRAÇA, A.; OOSTERBEEK, L.; ROSINA, P. (eds) - *1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo*. Tomar: C.E.I.P.H.A.R., *Arkeos*, 34, pp.181-194.

DELFINO, D.; BAPTISTA, J.C.; BELTRAME, M.; CEREZER, J. (2013b) - Material cerâmico do Bronze Final do povoado do Castelo Velho do Caratão (Mação): dados preliminares da investigação arqueométrica, In CRUZ, A.; GRAÇA, A.; OOSTERBEEK, L.; ROSINA, P. (eds) - *1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo*. Tomar: C.E.I.P.H.A.R., *Arkeos*, 34, pp. 195-206.

FÉLIX, P. (1997) O final da Idade do Bronze no médio Tejo. Quinta da Pedreira (Abrantes): notícia de duas campanhas de escavações arqueológicas. In *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, série II, número 6, pp. 33-37.

FÉLIX, P. (1999) O Final da Idade do Bronze no Centro Oeste Peninsular: a contribuição do Ribatejo Norte. In *Revista de Guimarães*. Guimarães: Fundação Martins Sarmiento, volume II, pp. 715-740.

FÉLIX, P. (2006) O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos. In *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, número 45, p. 65-92.

GIARDINO, C. (1995) - Il Mediterraneo occidentale fra il XVI e l'VIII sec. a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche - West In *Mediterranean* between 14th and 8th century B.C. Mining and metallurgical spheres. Oxford: Archaeopress, British International Series, n. 612.

GIBSON, C. (2000) - Sherds, Swords, Settlements, Sailing and Stelae: The Later Bronze Age of Western Iberia. Reading: University of Reading, dissertação de Doutoramento, edição policopiada.

JALHAY, E. (1944) - O esconderijo pré-histórico do Porto do Concelho (Mação-Beira Baixa). In *Brotéria*. Lisboa: Revista Brotéria, número 38, pp. 3.

MARTINS, A.A.; CUNHA, P.P.; HUOT, S.; MURRAY, A.; BUYLAERT, J.P. (2009) - Geomorphological Correlation of the Tectonically Displaced Tejo River Terraces (Gavião-Chamusca Are, Portugal) Supported by Luminescence Dating. In *Quaternary International*. USA: Elsevier, número 199, pp. 75-91.

HORTA PEREIRA, M.A. (1970) - *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*. Mação: Câmara Municipal de Mação.

HORTA PEREIRA, M.A.; BUBNER, T. (1983) - *Castelo Velho do Caratão (Mação) . Relatório da sondagem efectuada em 1983*. Lisboa: I.P.A.

HORTA PEREIRA, M.A.; BUBNER, T. (1984) - *Castelo Velho do Caratão (Mação) . Relatório da sondagem efectuada em 1984*. Lisboa: I.P.A.

IALONGO, N. (2010) - Ripostigli e complessi di bronzi votive della Sardegna nuragica tra Bronzo Recente e Prima Etá del Ferro. Proposta di una scansione cronologica. In *Origini*. Roma: Gangemi Editore S.p.A. XXXII, nuova serie, IV, pp. 315-352.

LEISNER, V. (1965) - *Die megalithgraber der Hiberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

LILLIOS, K. (1993) - Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese lowlands. In OLIVEIRA JORGE, V. (ed) - *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, volume II, pp. 261-281.

MANFRONI, G. (2005) - *Il Ripostiglio di S. Francesco a Bologna: studio dei frammenti di cintura villanoviani*. Roma : "L'Erma" di Bretschneider, Archeologia classica : rivista del dipartimento di scienze storiche archeologiche e antropologiche dell'antichità, volume LVI, n. 6.

MATALOTO, R. (2005) - A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo): Megalitismo e Idade do Bronze no Alto Alentejo. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, volume 8, n. 2, 115-128.

MONTEAGUDO, L. (1977) - *Die biela uf der Hiberischen Halbinsel*. Munchen: Beck'sche Verlagsbuchhandlung, Prahistorische Bronzefunde, abt IX, band 6.

MONTEIRO, M.; PEREIRA, A. (2013) - Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): Síntese dos trabalhos realizados e resultados preliminares. In *Cira-Arqueologia II – O Tejo, palco de Interação entre Indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 63-94.

OOSTERBEEK, L. (1994) - *Echoes from the East: the western network. An insight to unequal and combined development, 7000–2000 BC*. Londres: University of London, dissertação de Doutoramento, volume I e II, edição policopiada.

OOSTERBEEK, L. (1997) - *Echoes from the East: late prehistory of the North Ribatejo*. In *ARKEOS*. Tomar: CEIPHAR, nº 2.

OOSTERBEEK, L. (2010) - Abrantes, o sudoeste e o mundo mediterrânico. O tempo, o espaço e os intercâmbios nas colecções do M.I.A.A. In *Antevisão III do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, catálogo da exposição, pp. 10-31.

OOSTERBEEK, L.; CURA, P.; GRAÇA, A.; CURA, S.; NOBRE, L.; PAIS, S. (2005) - *Estudo de impacte ambiental do Gerador Eólico de Castelo Velho (Zimbreira, Mação)*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, relatório sobre a avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico.

OOSTERBEEK, I.; CRUZ, A. (1983) – *Relatório Técnico da 1ª Campanha de Escavação na Gruta do Cadaval*. Lisboa: IPPC.

OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. (1992) - *Relatório Técnico da 2ª Campanha de Escavação na Anta 1 de Val da Laje*. Lisboa: IPPC.

REPREZA, J. (2011) - *A cerâmica decorada do mundo Baiões/Santa Lúzia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, A.; ANTUNES, M.T.; FERREIRA, M.P.; ROCHA, R.; SOARES, A.F.; ZBYSZEWSKY, G.; MONTINHO DE ALMEIDA, F.; CARVALHO, D., MONTEIRO, J.H. (1979) - *Introduction à la géologie générale du Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, pp. 3-14.

ROVIRA LLORENS, S.; MONTERO RUIZ, I.; CONSUEGRA RODRIGUEZ, S. (1997) - Las primeras etapas metalúrgicas en la Península Iberica. In *Análises de materiales*. Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset, volume I.

SENNA MARTINEZ, J.C. (2013) - Um rio na(s) rota(s) do estanho. O Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. In *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, número 2, pp. 7-18.

SERRÃO, E.C. (1970) - As cerâmicas de “retícula bruñida” das estações arqueológicas espanholas e com “ornatos brunidos” da Lapa do Fumo. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, volume II, pp. 271-308.

SOARES, A.M. (2005) - Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, volume 8, nº 1, pp. 111-145.

VILAÇA, R. (1995) - Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. In *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPPAR, número 9.

VILAÇA, R.; CRUZ, D.; GONÇALVES, A.H. (1999) - A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça- Santarém). In *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, volume XXXVIII, pp. 5-29.

**PARA UMA APROXIMAÇÃO ÀS DINÂMICAS DE
TRANSFORMAÇÃO DAS SOCIEDADES DA IDADE DO BRONZE
ENTRE O ZÊZERE E O ATLÂNTICO (DOS INÍCIOS DO II AOS
INÍCIOS DO I MILÉNIO A.N.E.)**

Paulo Félix

Colaborador da EMERITA –
Empresa Portuguesa de Arqueologia, Unip. Lda.
Rua Leite de Vasconcelos 3 - 5º B - 1170-197 Lisboa
pfelix_pt@yahoo.com.br

Para uma aproximação às dinâmicas de transformação das sociedades da Idade do Bronze entre o Zêzere e o Atlântico (dos inícios do II aos inícios do I milénio a.n.e.)

Paulo Félix

Resumo

Neste trabalho faz-se uma actualização dos conhecimentos sobre a Idade do Bronze no território compreendido entre o Mondego, o Zêzere, o Tejo e o Oceano Atlântico, apresentando-se, de modo necessariamente sintético, os principais sítios inventariados e disponíveis na bibliografia especializada. Procura-se contribuir para a elaboração futura de uma síntese mais abrangente e detalhada sobre os processos de desenvolvimento e transformação das sociedades do segundo e primeiro milénio a.n.e. na região centro-ocidental da Península Ibérica.

Palavras-chave: Idade do Bronze; Beira Litoral; Ribatejo; Alta Estremadura

Abstract

This essay is an update to the state of the art on the Bronze Age investigation in a region of Central Portugal whose boundaries are the Mondego river on the north, the Zezere on the east, the Tagus on the south and southeast and the Atlantic Ocean on the west. This is a very brief account of a few main archaeological sites for which we have enough information available in the specialized literature and a small contribution to a more developed and detailed synthesis about the formation, development and transformation processes affecting the second and first millennium BC societies in west-central Iberia.

Keywords: Bronze Age; West-Central Portugal

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de mais ou menos uma centúria, entre o último quartel do século XIX e os inícios do último quartel do século seguinte, a investigação do período histórico a que chamamos Idade do Bronze na região centro-oeste de Portugal pautou o ritmo e definiu as bases do entendimento que, sobre este período, a generalidade dos investigadores possuía a seu respeito em praticamente todo o território nacional. Com efeito, se exceptuarmos os estudos que H. Schubart (1975) realizou para a caracterização da Idade do Bronze do Alentejo e do Algarve, consubstanciados na definição do "Bronze do Sudoeste" (hoje em dia em acelerado processo de revisão e redefinição), nos finais da década de 1980, antes da publicação da síntese colectiva dirigida por Jorge de Alarcão (1990), muito do pouco que se sabia sobre este período nas terras a norte do Tejo provinha desta vasta região ou estava fortemente condicionado pelo desenvolvimento da investigação aqui produzida.

Fosse através dos achados ditos "descontextualizados" de cerca de três dezenas de artefactos ou conjuntos de artefactos metálicos (tanto de cobre, como de bronze e de ouro), dos materiais cerâmicos e metálicos recolhidos em várias cavidades do Maciço Calcário Estremenho e da geografia cársica vizinha ou das parcas informações adquiridas em sítios de povoamento de diversa índole, a preponderância que o centro-oeste português assumiu na investigação da arqueologia do segundo e inícios do primeiro milénio a.n.e., focalizada, sobretudo, nos momentos finais deste período, foi algo exagerada em comparação com a quantidade e a qualidade dos dados que, praticamente ao mesmo tempo, se iam conseguindo noutras regiões peninsulares e, igualmente, dentro do espaço definido pelas fronteiras do nosso país.

Neste contexto, a cartografia dos achados de artefactos metálicos foi durante bastante tempo, e quase exclusivamente, a única forma de aproximação ao conhecimento da distribuição do povoamento da Idade do Bronze na metade ocidental da Península Ibérica. No âmbito específico da região centro-litoral, conquanto aparecessem registados alguns locais de habitat, trabalhos como os de Philine Kalb (1980) ou de André Coffyn (1985) apoiaram-se sobretudo na inventariação e estudo tipológico das muitas dezenas de ocorrências registadas desde o século XIX. Com os projectos de investigação sistemática que incluíam estratégias explícitas de reconhecimento de contextos de habitat a ponto de darem os primeiros passos, o que se conseguiu atingir há pouco mais de três décadas foi, não o podemos esquecer, fundamental para que os investigadores contemporâneos e os da seguinte geração se apercebessem que, por detrás de tantos achados ditos "descontextualizados", entre perdas, "depósitos complexos", presumíveis "sepulturas" e outras "ambiências", haveria uma Idade do Bronze feita de cerâmicas, instrumentos de trabalho, casas, lareiras, restos de comida, carvões e outros testemunhos das materialidades quotidianas ainda escondidos no solo, pacientemente à espera.

O trabalho que agora se apresenta não é mais do que uma aproximação de "médio alcance" a uma realidade infinitamente mais complexa. Uma realidade que, mesmo após todas as transformações operadas na prática da actividade arqueológica que, para além de se reflectirem em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas no enquadramento da investigação sistemática, deram origem à inventariação e documentação de muitas centenas de novos sítios arqueológicos, continua a ser demasiado enviesada, por vezes de muito difícil ou quase impossível leitura. Às limitações intrínsecas à própria natureza do registo arqueológico, não podemos deixar de somar os constrangimentos de ordem epistemológica construídos por todos os que, de diferentes modos, participam nas diversas fases do trabalho arqueológico. Escavações realizadas há várias dezenas de anos, frequentemente com metodologias que, mesmo para os padrões da altura, eram pouco científicas, verdadeiras

espoliações dos conteúdos de muitas das grutas que forneceram importantes acervos materiais de várias épocas e que serviram para enriquecer colecções privadas, no entanto actividades totalmente legítimas face à legislação e à ética científica vigente nesses anos, escavações “oficiais” que encheram os dois principais museus arqueológicos do país com milhares de peças que, só de alguns anos a esta parte, mereceram um estudo criterioso que culminou na sua publicação adequada, prospecções, escavações e acompanhamentos arqueológicos no âmbito da moderna arqueologia preventiva e de salvamento que nunca foram objecto de atenção mais aprofundada, nem de publicação dos casos mais importantes, relatórios de intervenções que nunca se entregaram, tudo isto contribui para ofuscar ainda mais essa tal realidade que queremos conhecer e caracterizar.

A síntese que aqui apresentamos resultou de um acordo efectuado com a comissão organizadora da Mesa-Redonda que se publica neste volume. Para além de trabalhos que tratam problemáticas mais específicas, foram pedidas abordagens que caracterizassem os dados e os problemas inerentes à investigação da Idade do Bronze em algumas regiões do território nacional. Propusemos, então, apresentar uma leitura que focasse a região centro-oeste de Portugal, mas limitada ao território a sul do Mondego e a norte de um paralelo que passa um pouco a norte de Santarém, tendo como limite oriental a Serra da Lousã, o rio Zêzere e o Tejo a jusante de Constância, e, a ocidente, o Oceano Atlântico. É uma área ampla e diversificada, dominada geológica e geomorfologicamente pelas formações e paisagens de rochas carbonatadas e argilo-carbonatadas, apenas interrompidas no bordo oriental pelos terrenos pré-mesozóicos, a sudeste pela bacia de sedimentação do Baixo Tejo e, a noroeste, pela extensa plataforma de materiais siliciclásticos do Cenozóico.

Daremos particular atenção ao registo material das ocorrências arqueológicas registadas, seja na sua expressão móvel, seja no domínio das soluções físicas de marcação e delimitação do espaço, como forma de investigação das dinâmicas de transformação ou persistência das estruturas sociopolíticas e económicas destas sociedades, ao mesmo tempo que tentaremos contribuir para a definição dos critérios e instrumentos fundamentais de construção de um quadro cronológico evolutivo válido para esta região.

2. O REGISTO ARQUEOGRÁFICO DA IDADE DO BRONZE: METAIS, GRUTAS, POVOADOS E ALGUNS MEGÁLITOS

2.1. Os contextos definidos pelos achados de artefactos metálicos

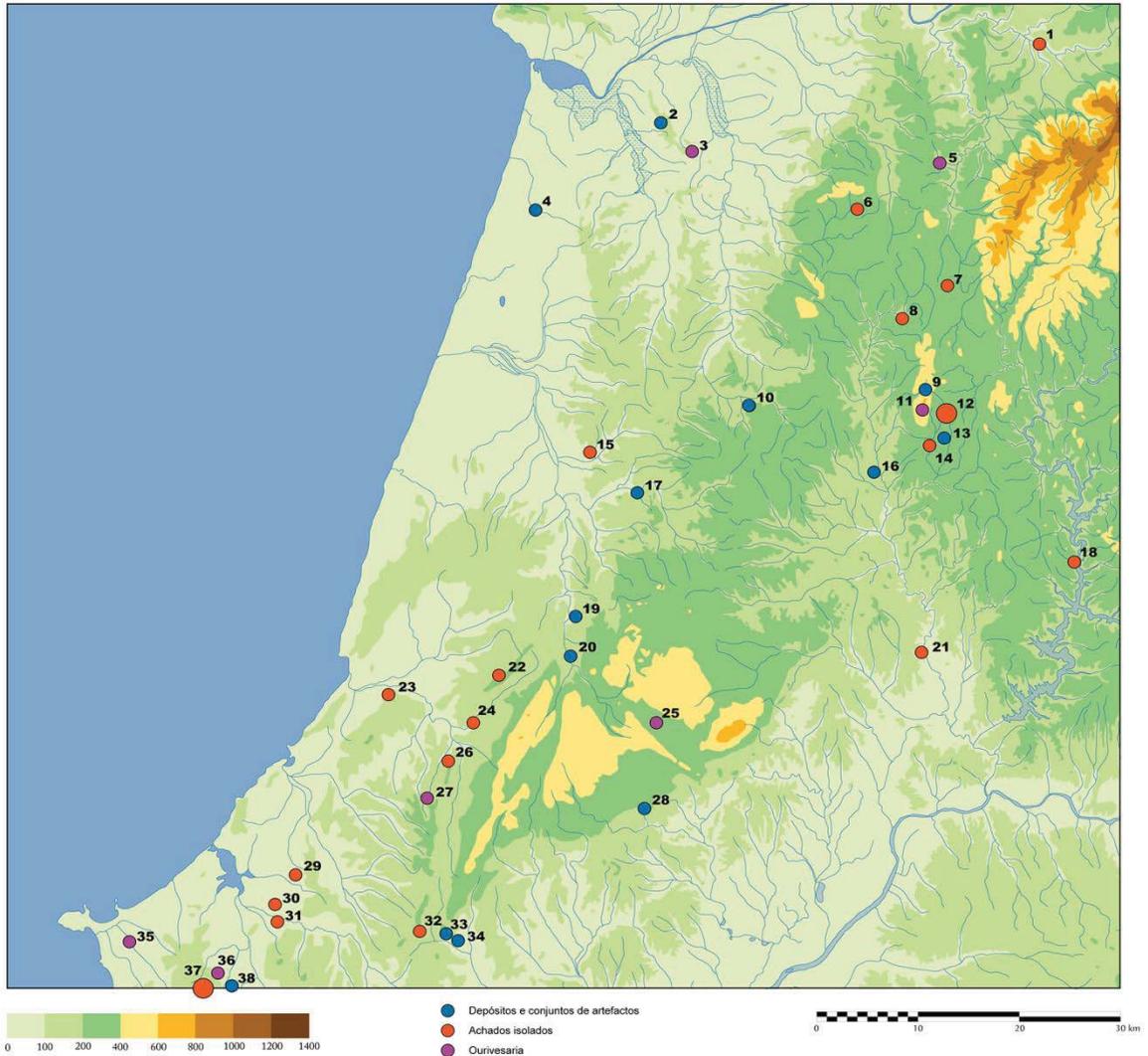


Figura 1. *Distribuição de achados de artefactos metálicos*: 1. Barca, Foz de Arouce (Lousã); 2. Coles de Samuel (Soure); 3. Gesteira (Soure); 4. Mata do Urso (Pombal); 5. Lapa do Moirão, Vale Melhorado (Penela); 6. Vale Centeio, Cumieira (Soure); 7. Vendas de Figueira (Penela); 8. Ansião; 9. Marzugueira (Alvaiázere); 10. S. Simão de Litém (Pombal); 11. Alvaiázere; 12. Região de Alvaiázere (punhal e machado da Serra dos Carrascos); 13. Carrasqueiras (Alvaiázere); 14. Penedos Altos (Alvaiázere); 15. Milagres (Leiria); 16. Cabeço de Maria Candal, Freixianda (Ourém). 17. Caldelas (Leiria); 18. S. Pedro do Crasto (Ferreira do Zêzere); 19. Reguengo do Fetal (Batalha); 20. Fonte de Marcos (Porto de Mós); 21. Tomar; 22. Juncal (Porto de Mós); 23. Parreitas (Alcobaça); 24. Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça); 25. Mira de Aire (Porto de Mós); 26. Fonte Santa (Alcobaça); 27. Ardido, Turquel (Alcobaça); 28. Fontes do Alviela (Alcanena); 29. Caldas da Rainha; 30. Trás do Outeiro (Óbidos); 31. Óbidos; 32. Casal do Felipe, Senhora da Luz (Rio Maior); 33. Alto das Bocas (Rio Maior); 34. Fonte da Telha (Rio Maior); 35. Atouguia da Baleia (Peniche); 36. Pó, Bombarral; 37. Planalto das Cesaredas (Lourinhã); 38. Columbeira e Curral das Cabras (Bombarral).

Os contextos definidos pelos achados de artefactos metálicos são aqueles para os quais não seja possível associar outros *loci* de actividade que os enquadrem, sejam sítios de habitat, abrigos sob rocha, grutas ou locais com funções funerárias ou rituais definidos por estruturas artificiais, como podemos considerar, por exemplo, as utilizações/reutilizações de construções megalíticas, que trataremos adiante. Contudo, dizer-se “sem enquadramento” não significa que estes achados sejam descontextualizados, conceito que, cremos, já foi, felizmente, expurgado da esfera dos estudos sobre a Idade do Bronze: todos os objectos são passíveis de integração em contextos de diversa índole definidos por práticas sociais concretas e, por conseguinte, um eventual machado perdido ou abandonado deverá ser analisado tendo por princípio que a perda ou o abandono são eventos imbuídos de significado, mesmo que tais significados nos pareçam agora obscuros ou opacos.

O inventário das ocorrências de depósitos e outros achados de artefactos metálicos da Idade do Bronze tem vindo a ser coligido, desde há já muitos anos, por diversos investigadores (Savory, 1951; Hardaker, 1976; Monteagudo, 1977; Kalb, 1980; Coffyn, 1985; Melo, 2000; Vilaça, 2006; 2008; 2012; entre outros) e a estes autores nos reportamos na maior parte dos casos presentes nos parágrafos que se seguem.

Na região mais próxima do Mondego, contamos com o achado de um machado de bronze de talão e dois anéis, recolhido próximo do sítio da **Barca**, na desembocadura do rio Arouce, concelho da Lousã (Vilaça e Lima, 2006; Vilaça, 2008, p. 79; 2012, p. 26-27). Um pouco mais para ocidente, registam-se o conjunto de bronzes tidos como provenientes de **Coles de Samuel**, composto por um machado de talão unifacial, quatro machados de alvado com dois anéis, seis foices de tipo Rocanes aparentemente saídas do mesmo molde, duas braceletes com decoração incisa, outras quatro não decoradas e um escopro (Pereira, 1971; Monteagudo, 1977, p. 213, n.º 1351, p. 251, n.º 1734-1737, Taf. 96 e Taf. 120; Coffyn, 1985, Pl. XLVI; e p. 390, n.º 145; Vilaça, 2008, p. 80) o machado de alvado e dois anéis de **Vale Centeio** (Hardaker, 1979, p. 171; Monteagudo, 1977, p. 248, n.º 1713 e Taf. 118; Vilaça, 2008, p. 80)¹ e o colar áureo maciço da **Gesteira** (Vilaça, 2008, p. 82), todos do concelho de Soure. Na **Mata do Urso**, já nos limites entre os concelhos de Pombal e de Leiria, documentou-se o aparecimento de peças de bronze que Philine Kalb (1998, p. 161-162) interpretou como um provável conjunto de instrumentos e materiais de trabalho de um fundidor ou ourives do Bronze Final.

No concelho de Penela, em **Vendas de Figueira**, foi recolhida uma ponta de lança de alvado e folha em forma de trevo, único artefacto conservado de um conjunto que teria aparecido num eventual contexto de enterramento (Coffyn, 1985, p. 30, Fig. 7.2 e p. 386, n.º 39; Vilaça, 2012, p. 23-25). Nas proximidades, para sul, registamos os diversos achados da região de Alvaiázere (Monteagudo, 1977; Coffyn, 1985; Silva e Luís, 1995; Félix, 1999; Vilaça, 2008, p. 82-83; 2012, p. 27-30): um punhal de tipo Porto de Mós (Coffyn 1985, Pl. XXXIX, n.º 4; Fernández García, 1977, p. 100, Fig. 5.9 e p. 118, n.º 15), dois machados de talão unificiais, um dos **Penedos Altos** (Monteagudo, 1977, p. 212-213, n.º 1350, Taf. 96; Coffyn, 1985, p. 392, n.º 211)², o outro da **Serra dos Carrascos** (Monteagudo, 1977, p. 213, n.º 1352, Taf. 96; Coffyn, 1985, p. 393, n.º 222)³, um escopro das **Carrasqueiras** (talvez, também, única peça sobrevivente de um conjunto que incluía machados), os espetos articulados da **Marzagueira**, localidade situada na base da encosta norte da Serra de Alvaiázere (Coffyn, 1985, p. 55, Fig.

¹ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 17477.

² Inventário do Museu Municipal Dr. Santos Rocha: n.º 7387. L. Monteagudo = "Serra".

³ Inventário do Museu Municipal Dr. Santos Rocha: n.º 7388. L. Monteagudo = "Distr. Coimbra (?)".

22.1 e p. 395, n.º 273)⁴, e a menção a um “argolão de ouro” encontrado em trabalhos de lavoura realizados nesta serra na primeira metade do século XVIII, que poderia corresponder a mais um colar maciço dos finais da Idade do Bronze (Vilaça, 2008, p. 77).

Do vale da ribeira da Sobreira do Fato, que ladeia, a sul, o monte onde se situa a capela de **S. Pedro do Crasto**, em Ferreira do Zêzere, provém uma foice de talão e lâmina nervurada, em bronze, classificada no grupo das foices de tipo Rocanes e publicada por Salete da Ponte (1994). Esta autora refere que a foice estava associada a cerâmicas grosseiras e escória de ferro, num contexto de depósito de vertente, e que o achado é, por si só, suficiente para demonstrar a existência de um povoado do Bronze Final na zona de implantação da actual povoação do Maxial (*Ibid.*, p. 155). Contudo, pese as diversas visitas efectuadas à zona do Maxial e à colina de S. Pedro, nunca nos deparámos com testemunhos materiais inequívocos da presença de um contexto habitacional dos finais da Idade do Bronze, referidos por outros investigadores (Batata e Gaspar, 1993, p. 34-35; Batata, Gaspar e Batista, 1999, p. 27, n.º 16; Batata, 2006, p. 173-174, n.º 099).

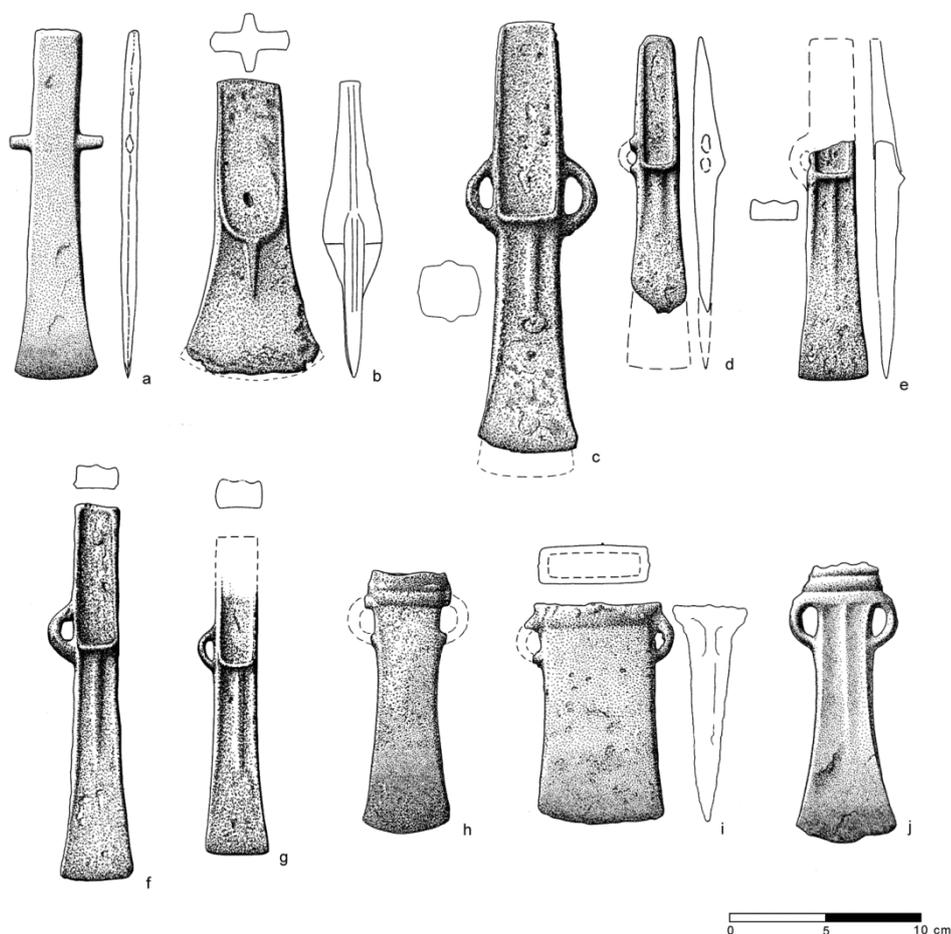


Figura 2. Alguns machados da Idade do Bronze do centro-oeste de Portugal, segundo Monteagudo (1977), modificado. a. Castro de S. Martinho, Rio Maior (n.º 838); b. Reguengo Grande, Cesaredas, Lourinhã (n.º 1136); c. Carvalhal de Aljubarrota, Alcobaça (n.º 1311); d., e.

⁴ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 363, 17449 e 17450A.

Castro de S. Martinho, Rio Maior (n.º 1345 e 1346); f. Penedos Altos, Alvaiázere (n.º 1350); g. Serra dos Carrascos, região de Alvaiázere (n.º 1352); h. Juncal, Porto de Mós (n.º 1712); i. Vale Centeio, Pombalinho, Soure (n.º 1713); j. Castro de S. Martinho, Rio Maior (n.º 1725).

Os achados de machados de bronze isolados são uma das ocorrências mais frequentes na região em análise, contando-se, para além dos já referidos nas linhas anteriores, mais 13 exemplares: um machado de talão com rebordo, gume largo convexo e sem anéis, do Reguengo Grande, planalto das **Cesaredas** (Monteagudo, 1977, p. 183, n.º 1136 e Taf. 78)⁵, machados de talão unifaciais com um anel — **Fonte Santa**, Alcobaça (Natividade, 1903, Est. XXVIII, n.º 237; Monteagudo, 1977, p. 214, n.º 1364 e Taf. 97; Coffyn, 1985, p. 393, n.º 213; Vilaça, Bottaini e Montero Ruiz, 2012, p. 327), **Trás do Outeiro**, Óbidos (Monteagudo, 1977, p. 214, n.º 1363 e Taf. 97)⁶ e planalto das **Cesaredas** (Monteagudo, 1977, p. 212, n.º 1344A e Taf. 96; Melo, 2000, p. 56)⁷ —, um machado de talão com dois anéis — **Carvalhal de Aljubarrota**, Alcobaça (Monteagudo, 1977, p. 207, n.º 1311 e Taf. 92) —, um machado de alvado com um só anel, ainda inédito, de **Ansião** (Vilaça, Bottaini e Montero Ruiz, 2012, p. 328-329), e machados de alvado com dois anéis — **S. Simão de Litém**, Pombal (Hardaker, 1976, p. 171; Vilaça, Bottaini e Montero Ruiz, 2012, p. 328), **Tomar** (Hardaker, 1976, p. 171; Monteagudo, 1977, p. 251, n.º 1732; Batata, 1997, p. 164), **Juncal**, Porto de Mós (Savory, 1951, p. 369; Hardaker, 1976, p. 157, Fig. 4.1 e p. 170; Monteagudo, 1977, p. 248, n.º 1712 e Taf. 118; Vilaça, Bottaini e Montero Ruiz, 2012, p. 328)⁸, dois machados da região das **Caldas da Rainha** (Savory, 1951, p. 369; Hardaker, 1976, p. 156, Fig. 3.1 e p. 171; Monteagudo, 1977, p. 247, n.º 1711, p. 251, n.º 1726, Taf. 118 e Taf. 119)⁹ e zona das **Cesaredas**, também com dois machados (Monteagudo, 1977, p. 250-251, n.º 1722-1723 e Taf. 119)¹⁰. Da estação paleolítica do **Casal do Felipe** (Rio Maior), escavada por Manuel Heleno nos inícios da década de 1940, há referência ao aparecimento de materiais neolíticos e de um machado de bronze, informação que ainda não pôde ser confirmada¹¹.

Do actual concelho de Ourém, importa referir o importante depósito da **Freixianda** (Monteagudo, 1977, p. 212, n.º 1349, p. 251, n.º 1728-1731, Taf. 96 e Taf. 119; Coffyn, 1985, Pl. XLIX e p. 390, n.º 146)¹². Este foi recentemente objecto de reavaliação do seu contexto e composição (Vilaça, Bottaini e Montero Ruiz, 2012): trata-se de um conjunto formado por um machado de talão unifacial, quatro machados de alvado, um punhal de tipo Porto de Mós, um escopro/cinzel, uma tenaz e um fragmento de bronze disforme, achado em 1961 aquando da

⁵ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 10835. Machado analisado no âmbito do projecto EarlyMetal: trata-se de um exemplar de bronze, com teor médio de estanho de pouco mais de 9% (Senna-Martínez *et al.*, 2013, p. 595).

⁶ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 10806B. Segundo A. Coffyn (1985, p. 393, n.º 215), a ficha de inventário refere Caldas da Rainha e não Trás do Outeiro.

⁷ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 10855. Trata-se de um fragmento de gume de machado de talão unifacial que A. Coffyn (1985, p. 393, n.º 216) indica provir das "Grutas da Columbeira".

⁸ Conservado no Museu Municipal de Torres Novas.

⁹ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 17457 e n.º 17490.

¹⁰ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 10794 e n.º 10755.

¹¹ Base de dados de sítios arqueológicos da DGPC "Endovélico": CNS 11421.

¹² Existe outro "depósito" conhecido no concelho de Ourém, encontrado na área da povoação de Espite, mas composto por machados e fragmentos de machados planos de tipologia arcaica que, muito dificilmente, poderemos datar da Idade do Bronze.

realização de trabalhos de arroteamento de um terreno no local conhecido como Cabeço de Maria Candal. Faltará ao conjunto actualmente existente um escopro, que se terá perdido.

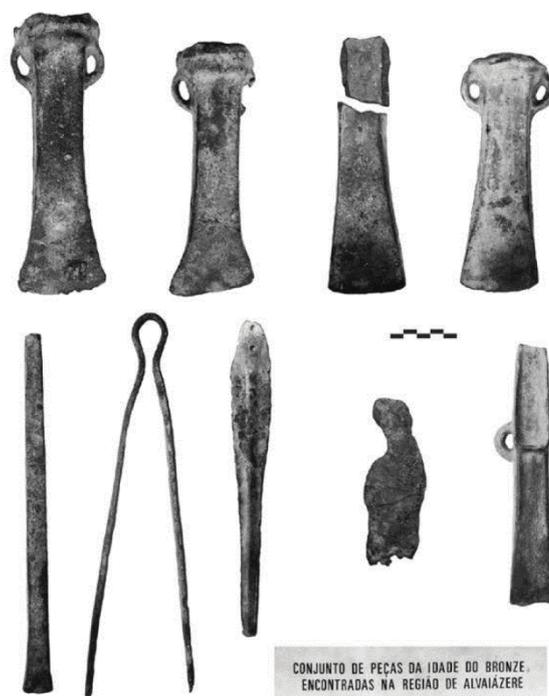


Figura 3. Peças que constituem o depósito do Cabeço de Maria Candal, Freixianda (Ourém). Segundo Vilaça, Bottaini e Montero Ruiz (2012, p. 305, Fig. 1).

Para ocidente, nas imediações de Leiria, também se documentaram achados de materiais metálicos da Idade do Bronze em **Caldelas** — dois machados planos de cobre e um fragmento de punhal de lâmina nervurada (Vilaça, 2006, p. 56) — e nos **Milagres** — uma ponta de lança (Vilaça, 2008, p. 86). Das vizinhanças do lugar do Zambujal, **Reguengo do Fetal** (Batalha), é proveniente um conjunto formado por dois espetos articulados incompletos e um machado de alvado com dois anéis (Coffyn, 1985, p. 390, n.º 147; Ruivo, 1993) e, da **Fonte de Marcos**, localidade do concelho de Porto de Mós, sobrevive um punhal de bronze incompleto que teria feito parte de um conjunto que também incluía lingotes e fragmentos metálicos disformes (Cartailhac, 1886, p. 220 e p. 222, Fig. 302; Coffyn, 1985, Pl. XXXVIII, n.º 6, Pl. XXXIX, n.º 2 e p. 390, n.º 148; Vilaça, 2006, p. 33).

Fragmentos metálicos disformes integravam igualmente o depósito das **Fontes do Alviela** (Alcanena), noticiado pela primeira vez por Émile Cartailhac (1886, p. 220-221 e p. 222, Fig. 303-304), um conjunto constituído actualmente por nove peças que inclui um fragmento de gume de um provável machado de talão, uma bracelete e um fundo de bainha de punhal (Vasconcelos, 1918, p. 112-113, Fig. 18-24; Vilaça, 2006, p. 49, Fig. 15-16).

Aquando da intervenção realizada no Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), Manuel Heleno também abriu algumas valas de sondagem em dois habitats de ar livre, o **Alto das Bocas** e o **Forno da Telha**, que, apesar de terem revelado níveis de ocupação bastante mais antigos, também forneceram algum espólio metálico, já referenciado por P.Kalb (1980, p. 32, n.º 65 e Abb. 15, n.º 65) e estudado por J. R. Carreira (1994, p. 86-88). No Alto das Bocas

registou-se uma rara foice de alvado, um longa ponta de lança de alvado, um conto de lança e uma argola, todos de bronze e facilmente datáveis dos momentos finais da Idade do Bronze. Do Forno da Telha provêm dois fragmentos de prováveis machados planos, uma ponta de tipo Palmela e dois punções losânicos, certamente de cobre arsenical e atribuíveis ao início da Idade do Bronze, para além de um botão cónico manufacturado em bronze que se integrará em fase avançada deste período. Não se conhecem informações de contexto que enquadrem estas recolhas que, no entanto, não parecem corresponder a artefactos incluídos numa estratigrafia de habitat datada da Idade do Bronze.

Muito próximo da Nazaré, bordejando a antiga Lagoa da Pederneira, situa-se a zona das **Parreitas**, junto à povoação do Bário (Alcobaça). Referido em várias ocasiões como um “castro romanizado”, as escavações levadas a cabo nas Parreitas puseram a descoberto estruturas construídas pertencentes a uma *villa* de época romana, com ocupação compreendida entre os séculos I e V da nossa era (Barbosa, 1983; 2008), não existindo, ao que parece, vestígios anteriores. A este sítio também se atribuiu o achado de duas fíbulas datadas da transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro, ou mesmo já dos inícios da Idade do Ferro (Ponte, 1984; 2006): uma fíbula de arco multicurvilíneo com mola unilateral e uma de arco pouco engrossado com descanso em disco, sendo este decorado com duas suásticas. Estas peças foram doadas ao Museu Dr. Joaquim Manso, da Nazaré, com a informação de que provinham das Parreitas, sem qualquer dado de enquadramento adicional¹³.

Na região de **Óbidos**, existe uma referência a um punhal ou adaga de cobre arsenical com lingueta pouco desenvolvida, rebites e lâmina subtriangular, datada por João Luís Cardoso (2004, p. 168 e Fig. 122) dentro da Idade do Bronze e classificada como de transição entre os punhais/adagas campaniformes e os punhais mais tardios. Desta mesma região, mas das **Cesaredas**, A. Coffyn (1985, Pl. XXXIX, n.º 5 e p. 391, n.º 161) assinala que existem no Museu Nacional de Arqueologia cinco punhais, três deles com três perfurações na lingueta e dois com apenas duas, inéditos à época, com os registos de inventário n.º 10654, 10755, 10758, 17467a-b e 17468. Apenas representou graficamente um deles (*Ibid.*, Pl. XXXIX, n.º 5), que é o mesmo republicado por S. Fernández García (1997, p. 100, Fig. 5.6) e, mais tarde, redesenhado e publicado por J. L. Cardoso (2004, p. 194, Fig. 145). A peça n.º 10755 corresponde a pequeno punhal triangular com fixação em lingueta alargada convexa e entalhes laterais, semelhante à das alabardas, adquirido por Leite de Vasconcelos a A. Jaime Leite em conjunto com um punhal de maiores dimensões e os exemplares n.º 17467 e 17468 são provenientes da Gruta do Curral das Cabras, Columbeira. Por conseguinte, o punhal representado por Coffyn deverá ser um dos restantes registos, restando ainda um que talvez tenha sido atribuído de modo erróneo pelo investigador francês às Cesaredas, assunto que, de entre outros que dizem respeito a diversos materiais da Idade do Bronze da Beira Litoral, Ribatejo e Alta Estremadura, nos ocuparemos em breve.

Na **Columbeira**, Bombarral, as escavações que já se realizaram documentaram apenas estruturas edificadas e níveis estratigráficos atribuíveis à transição entre o Calcolítico Inicial e Pleno (Schubart, Ferreira e Monteiro, 1969; Schubart, 1970; Gonçalves, 1994; Cardoso, 2004, p. 80). Existem peças de bronze — argolas, um gancho, rebites, um punhal de tipo Porto de Mós, entre outros materiais — e um fragmento de taça de carena baixa com superfícies brunidas (Schubart, Ferreira e Monteiro, 1969, p. 32, Fig. 8; Schubart, 1970, p. 72, Abb. 10) que se supõe terem sido recolhidos em escavações realizadas nos inícios do século XX na área do

¹³ No relatório de progresso referente ao ano de 2005 do projecto “Povoamento Pré-Histórico de Alcobaça” [Processo DGPC n.º 2003/1(325)], da responsabilidade de João Pedro Tereso, existe uma referência a um sítio denominado Pataeiras, na freguesia do Bário e nas proximidades das Parreitas, onde se teriam documentado cerâmicas do Bronze Final. Trata-se, no entanto, de uma referência de segunda mão e o local não foi visitado por este investigador.

povoado fortificado. Esta recolha, ao que parece tida como mal catalogada por H. Schubart (Fernández García, 1997, p. 117), pode eventualmente referir-se a um contexto que se escavou na superfície do esporão onde se localiza o povoado e que seria o testemunho material de uma ocupação de pequena monta, especializada, que aproveitava as ruínas do antigo povoado calcolítico, a exemplo das que, no Bronze Final, ocorreram na Penha Verde, Sintra (Cardoso, 2010-11), e no Penedo de Lexim, Mafra (Sousa, Valério e Araújo, 2004, p. 101-102). Contudo, tanto no inventário do Museu Nacional de Arqueologia, como na bibliografia (Kalb, 1980; Coffyn, 1983; 1985; Melo, 2000; Cardoso, 2004; Vilaça e Arruda, 2004), há notícia de outros artefactos metálicos com proveniência atribuída à Columbeira: um machado plano de bordos divergentes e gume convexo ultrapassado¹⁴, um machado de talão unifacial (Savory, 1951, p. 366; Monteagudo, 1977, p. 212, n.º 1344 e Taf. 96; Coffyn, 1985, p. 393, n.º 216; Melo, 2000, p. 56; Vilaça e Arruda, 2004, p. 31)¹⁵, uma ponta de lança de alvado de aletas “emolduradas” ou tipo Pragança (Coffyn, 1983, p. 176; 1985, Pl. LIII, n.º 6 e p. 392, n.º 186; Melo, 2000, p. 69; Cardoso, 2004, p. 195, Fig. 146; Vilaça e Arruda, 2004, p. 31)¹⁶ e um fragmento de espada de tipo Huelva (Savory, 1951, p. 371; Coffyn, 1983, p. 174; 1985, p. 388, n.º 93; Melo, 2000, p. 69; Vilaça e Arruda, 2004, p. 31; Brandherm, 2007, p. 45, n.º 31 e Lám. 6, n.º 3)¹⁷. Nenhuma destas peças está representada nas publicações mais antigas (Schubart, Ferreira e Monteiro, 1969; Schubart, 1970). Para além disso, parece-nos bastante confusa a identificação de proveniência de alguns destes artefactos, ora no povoado da Columbeira, ora na Gruta do Curral das Cabras, uma cavidade que lhe é próxima: o machado de talão unifacial é imputado ao suposto povoado da Columbeira por A. Coffyn (1985, p. 393, n.º 216), A. Melo (2000, p. 56) ou R. Vilaça e A. M. Arruda (2004, p. 31), enquanto que H. Savory (1951, p. 366) e L. Monteagudo (1977, p. 212, n.º 1344) assinalam o Curral das Cabras como o local da sua procedência. Deste mesmo sítio terão sido exumados dois punhais de tipo Porto de Mós¹⁸, não correspondendo nenhum deles ao publicado por H. Schubart (Schubart, Ferreira e Monteiro, 1969, p. 32, Fig. 8; Schubart, 1970, p. 72, Abb. 10.a) e reproduzido por S. Fernández García (1997, p. 99, Fig. 2.3 e p. 117, n.º 9)¹⁹. O exemplar identificado com o n.º 17467 do inventário do Museu Nacional de Arqueologia é um punhal com cerca de 20 centímetros de comprimento e lâmina subtriangular com ponta em “língua de carpa” que ainda conserva um rebite na lingueta (Cardoso, 2004, p. 194, Fig. 145). Não foi representado na obra de Coffyn (1985) nem no estudo de Fernández García (1997). A peça que podemos apreciar naqueles trabalhos é a inventariada com o n.º 17468, um punhal mais longo com lâmina triangular, nervura central que se desenvolve em ambas as faces até à ponta da lâmina e lingueta rectangular com dois orifícios para fixação dispostos na horizontal (Coffyn, 1985, p. 48 e Fig. 18.4; Fernández García, 1997, p. 99, Fig. 2.14

¹⁴ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 10854. Este machado está registado como tendo sido recolhido em escavações realizadas por Manuel Heleno no Castro da Columbeira. Integra-se numa tipologia de transição entre os machados planos calcolíticos e os próprios da Idade do Bronze, em princípio não compatível com a ocupação do Calcolítico Inicial/Pleno, sem vestígios de cerâmica campaniforme ou outros itens normalmente associados aos finais deste período cronológico-cultural. Senna-Martínez et al. (2013, p. 595) referem que este exemplar é proveniente da “Gruta da Columbeira” (Curral das Cabras?). Foi analisado no âmbito do projecto *EarlyMetal*, que revelou tratar-se de um cobre arsenical. Estes mesmos autores informam ainda da existência de outro machado plano da “Gruta da Columbeira”, com o n.º 10853, também produzido em cobre arsenical. Ambos os machados são atribuídos ao Bronze Médio (*Ibid.*).

¹⁵ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 17466.

¹⁶ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 10857.

¹⁷ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 17460.

¹⁸ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º 17467 e n.º 17468.

¹⁹ O punhal “de tipo Huelva” referenciado por H. Savory (1951, p. 373) deve corresponder a esta peça.

e p. 117, n.º 10)²⁰. Não deixa de ser curioso o facto destes dois punhais possuírem registos de inventário imediatamente posteriores ao do machado de talão unifacial, o que concorre, a nosso ver, para que todos estes artefactos se tenham recolhido nas escavações que Leite de Vasconcelos efectuou no Curral das Cabras na Páscoa de 1920 (Machado, 1920), ficando por indagar a real proveniência das restantes peças metálicas e do fragmento de taça carenada.

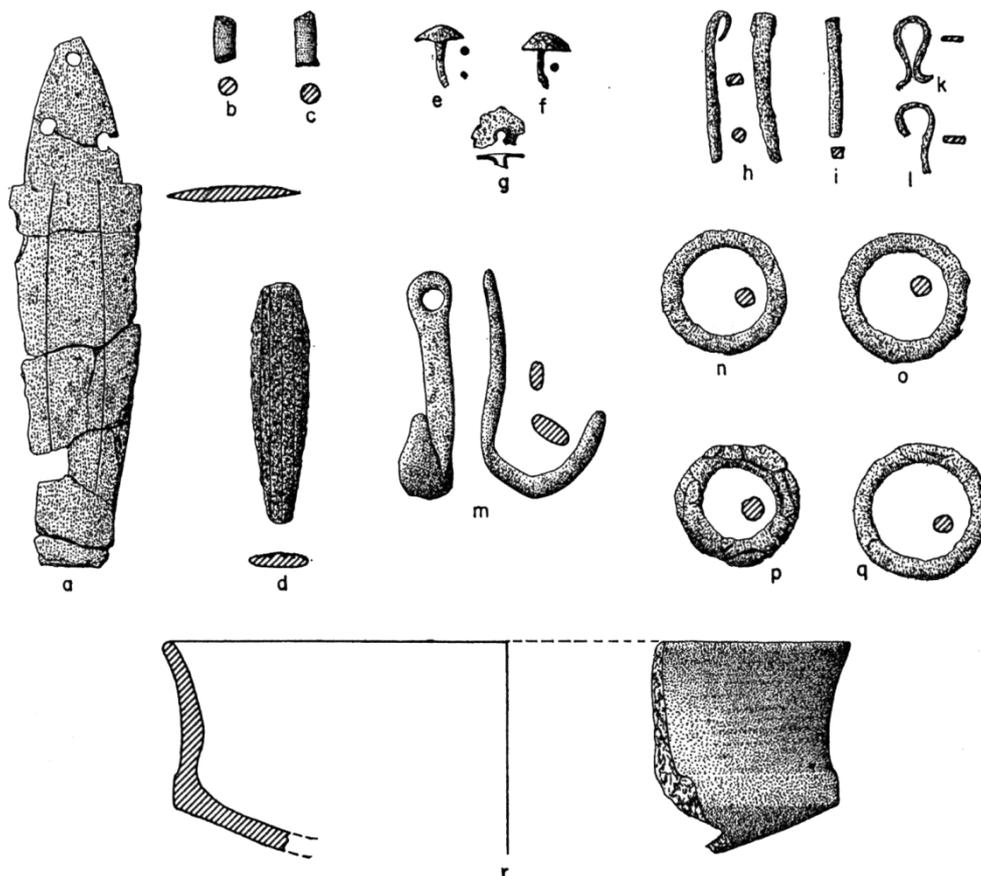


Figura 4. *Materiais pertencentes a um suposto depósito da Idade do Bronze do Castro da Columbeira (Bombarral). Segundo Schubart (1970, p. 72, Abb. 10). Escala 2:3.*

²⁰ Embora o tenha desenhado e publicado, A. Coffyn não o identificou correctamente no inventário, onde, na entrada "Habitat de Columbeira", faz referência a dois punhais, um depositado no Museu Nacional de Arqueologia com o n.º 17460, o segundo pertencente ao acervo do então Museu dos Serviços Geológicos (Coffyn, 1985, p. 391, n.º 162). Ora, o registo n.º 17460 do Museu Nacional de Arqueologia corresponde ao fragmento de ponta de espada de tipo Huelva.

Finalizamos esta secção com um conjunto de artefactos da categoria de ourivesaria, objectos que, pela sua natureza excepcional, podem ser interpretados enquanto expressão material da existência de personalidades de estatuto superior dentro dos grupos sociais da Idade do Bronze (Perea, 2005; Perea e Armbruster, 2008). A norte, o pequeno colar ou bracelete maciça de secção circular com terminações discóides da **Gesteira**, Soure (Armbruster e Parreira, 1993, p. 54-55, n.º 8), encontrado casualmente e adquirido por Leite de Vasconcelos nos inícios do século XX a um ourives da Figueira da Foz²¹, o colar maciço com decoração incisa do âmbito Sagrajas-Berzocana da **Lapa do Moirão**, Penela (Coffyn, 1985, Pl. LXVII, n.º 4 e p. 397, n.º 320), a que se fará uma referência mais detalhada no apartado seguinte, e a eventual bracelete de **Alvaiázere**, já antes mencionada. Mais a sul, registamos os fragmentos de diadema decorado com motivos geométricos incisos e repuxados e a faixa superior marcada por uma série contínua de cones alteados do tesouro de **Mira de Aire**, Porto de Mós (Heleno, 1935, p. 235-238; Armbruster e Parreira, 1993, p. 42-43, n.º 5)²², as duas braceletes de secção poligonal de Turquel, Alcobaça, que Manuel Heleno adquiriu nos inícios de 1930 (Armbruster e Parreira, 1993, p. 98-99, n.º 38-39)²³, as braceletes maciças com secção circular da **Atouguia da Baleia**, Peniche (Paço e Vaultier, 1945; Cardoso, 2004, p. 173 e Fig. 125), e o fragmento de arame do **Pó**, Bombarral (Armbruster e Parreira, 1993, p. 222-223, n.º 107), entre outras referências a peças áureas que se venderam a ourives e desapareceram (Paço e Vaultier, 1945, p. 415).

²¹ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º Au 135.

²² Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º Au 226. O diadema era composto por mais alguns fragmentos, entretanto desaparecidos.

²³ Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: n.º Au 177 e Au 178. Estas jóias devem corresponder aos achados atribuídos ao lugar de Ardido, localizado a poucos quilómetros a norte de Turquel, conforme referência de A. M. Bettencourt (1988, p. 178-179).

2.2. Os contextos em gruta e outras localizações subterrâneas

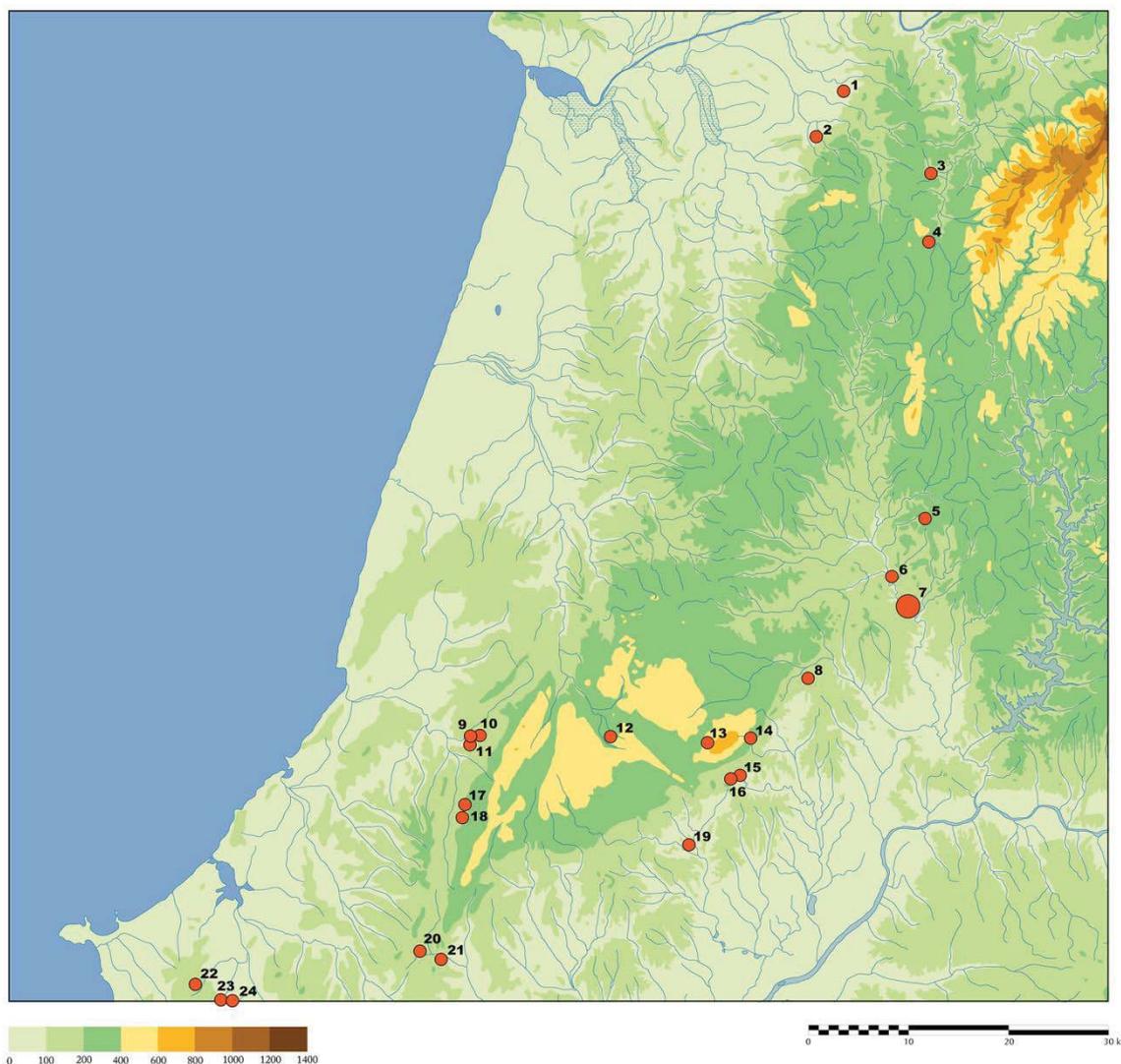


Figura 5. *Distribuição dos contextos de gruta e abrigos sob rocha*: 1. Covão d’Almeida, Eira Pedrinha (Condeixa-a-Nova); 2. Gruta do Medronhal (Condeixa-a-Nova); 3. Lapa do Moirão, Vale Melhorado (Penela); 4. Gruta da Nascente do Algarinho (Penela); 5. Gruta da Avecasta (Ferreira do Zêzere); 6. Lapa dos Furos (Ourém); 7. Grutas dos “Canteirões do Nabão” (Tomar) — Gruta do Morgado Superior, Gruta do Morgado Inferior, Gruta do Cadaval, Gruta das Andorinhas e Gruta do Caldeirão; 8. Burada da Moura da Rexaldia (Torres Novas); 9. Gruta do Cabeço da Ministra (Alcobaça); 10. Gruta dos Mosqueiros (Alcobaça); 11. Gruta das Calatras (Alcobaça); 12. Lapa Rasteira do Castelejo (Porto de Mós); 13. Lapa dp Picareiro (Alcanena); 14. Lapa dos Namorados (Torres Novas); 15. Gruta da Nascente do Almonda (Torres Novas); 16. Lapa da Bugalheira (Torres Novas); 17. Gruta das Redondas (Alcobaça); 18. Gruta do Carvalho de Turquel (Alcobaça); 19. Gruta da Marmota (Alcanena); 20. Grutas da Senhora da Luz (Rio Maior); 21. Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior); 22. Casa da Moura, Cesareda (Óbidos); 23. Lapa do Suão (Bombarral); 24. Gruta do Curral das Cabras (Bombarral).

Neste apartado apresentaremos um conjunto de sítios onde se documentaram materiais de diversos tipos que podem ser datados dentro dos limites temporais que enquadram este trabalho, sítios cuja característica fundamental consiste na criação de uma “ambiente subterrâneo”, independentemente da configuração funcional que cada um desses contextos assumiu na época de uso ou deposição dos artefactos que chegaram até aos nossos dias. Estas localizações subterrâneas foram utilizadas, na maior parte dos casos, para a realização de práticas que cabem dentro da esfera ideológico-simbólica da estrutura social das comunidades da Idade do Bronze, associadas ou não a deposições funerárias. No entanto, em alguns poucos exemplos da região em análise, existem indícios da utilização destes ambientes ctónicos para a prossecução de actividades aparentemente mais mundanas, como veremos de seguida.

O contexto localizado mais a norte é o **Covão d'Almeida**, uma das cavidades do conjunto de abrigos de Eira Pedrinha, no concelho de Condeixa-a-Nova. Escavado por A. Mendes Corrêa e Carlos Teixeira (Corrêa e Teixeira, 1949), mas com um registo contextual muito deficiente, e, em 1986, por Raquel Vilaça (1990), este sítio é sobretudo conhecido pelo provável ossário do Neolítico Final/Calcolítico, mas, entre outros materiais, também se exumaram cerâmicas da Idade do Bronze, incluindo formas carenadas com superfícies brunidas, potes com lábios impressos ou incisos e um fragmento decorado com incisões pós-cozedura (*Ibid.*, p. 111). Não existem suficientes informações que nos permitam indagar que utilização foi dada a este abrigo no segundo milénio a.n.e. ou na transição para o milénio seguinte, mas é muito provável que estivesse relacionado como a ocupação do Bronze Final do Alto do Castelo, que lhe fica próximo (Vilaça, 2012, p. 21-22), e, também, de Conímbriga.

Muitas destas cavidades forneceram artefactos metálicos, isolados ou em conjuntos complexos que nos fazem lembrar os depósitos de bronzes de ar livre, mas que, seguramente, se revestem de outros significados. É o caso da **Gruta do Medronhal**, em Condeixa-a-Nova, onde, em meados do século passado, se encontraram argolas, braceletes e uma fíbula de dupla mola, associados a material osteológico humano e restos de fauna (Vilaça, 2008, p. 82; Figueiredo *et al.*, 2013). Se este foi um contexto funerário ou se podemos equipará-lo aos depósitos de bronze clássicos, ainda não o sabemos, embora uma das autoras do estudo deste contexto, ainda não finalizado, assinala o muito provável uso sepulcral “onde os animais terão assumido importante função de carácter ritual, tal como a criteriosa selecção de artefactos metálicos, maioritariamente objectos de adorno” (Vilaça, 2012, p. 22), impressão reforçada pela datação de 2650±40 BP obtida sobre material osteológico (Vilaça, 2008, p. 85)²⁴.

Certamente ritual, conectada ou não com a realização de cerimónias fúnebres, foi a deposição de uma ponta de lança de alvado na **Gruta da Nascente do Algarinho**, em Penela, descoberta em 2001 (Pessoa, 2003; Figueiredo, Araújo e Silva, 2011). A sua análise criteriosa indica que nunca deverá ter sido utilizada em funções que provocassem marcas de uso (Vilaça, 2012, p. 23), mas tal facto não significa por si só que tivesse sido fabricada especificamente para ser depositada na gruta.

Também parece ter sido um ambiente subterrâneo o da última deposição do colar áureo de Penela, numa pequena cavidade conhecida como **Lapa do Moirão**, no Vale do Melhorado, ainda no concelho de Penela: hoje desaparecido, tratava-se de um exemplar de colar maciço de ouro com decoração incisa de tipo Sagrajas-Berzocana, de pequeno diâmetro, certamente jóia usada por elementos femininos de elevado estatuto social (*Ibid.*, p. 25-26). O descarte desta valiosa peça deverá ter sido realizado em contexto funerário ou numa

²⁴ Beta-223996: 2650±40 BP, 897-788 cal BC; calibração a 2s (Stuiver e Reimer, 1993; Reimer *et al.*, 2013).

atividade conectada com um conjunto de ritos fúnebres sobre os quais ainda há muito por conhecer.

Relativamente à **Gruta da Avecasta**, já em território de Ferreira do Zêzere, uma extraordinária gruta investigada em distintas ocasiões por José Mateus e Paula Queiroz, existem referências a ocupações de diferentes épocas históricas, desde o Neolítico até meados do segundo milénio da nossa era. Foi escavada nos inícios da década de 1980 e na segunda metade da seguinte, sem que, no entanto, ainda se tenham publicado quaisquer resultados pormenorizados desta investigação. Numa pequena notícia sobre as intervenções de 1980 a 1982, Mateus e Queiroz (1984) fazem referência a cerâmicas que atribuem ao Bronze Final e que estariam eventualmente associadas à prática da metalurgia do ferro; também K. Lillios (1991, p. 94) menciona a identificação de cerâmicas carenadas e brunidas, recolhidas em prospecção nos finais da década de 1980. Ainda sem a confirmação necessária que só se poderá obter com a publicação das escavações, os registos existentes fazem-nos crer que, tal como em outros períodos, também durante a Idade do Bronze e/ou nos inícios da Idade do Ferro aqui se constituiu um pequeno habitat cujas características fundamentais são todavia desconhecidas.

Nas margens do rio Nabão existe um conjunto de cavidades cársticas onde se recolheram materiais da Idade do Bronze. De norte para sul, descendo o curso do rio, começamos com a **Lapa dos Furos**, sondada em 1982 por Susana Correia e em 1987 por João Zilhão. Destas últimas escavações provêm, entre outros materiais datáveis do Calcolítico, cerâmicas carenadas e brunidas, da Idade do Bronze (Zilhão, 1994; Cruz, 1997, p. 191-193), que poderão testemunhar uma eventual utilização funerária da cavidade associada ao povoado do Agroal.

É também possível que as ocupações da Idade do Bronze documentadas nas grutas dos “Canteirões do Nabão” se possam associar parcialmente ao Agroal e a outros contextos de habitat do Bronze Pleno e Final ainda não identificados. Há referências a materiais cerâmicos atribuídos à Idade do Bronze na **Gruta das Andorinhas** (Cruz, 1997, p. 224-225) e na **Gruta do Morgado Inferior** (*Ibid.*, p. 209-210). Na **Gruta do Morgado Superior**, escavada em 1988, 1997, 1999 e 2012-2013, registou-se o aparecimento de uma ponta de seta de espigão losângico e barbelas desenvolvidas, provavelmente de cobre arsenical, que, segundo os escavadores, poderia estar associada a “três fragmentos de cerâmica com perfil inteiro, de carena baixa” (Cruz *et al.*, 2013, p. 164-165) e remeter-nos para uma possível tumulação datada dos primeiros momentos do Bronze Pleno, em inícios do segundo milénio a.n.e.

Com escavações realizadas entre 1983 e 1987, a **Gruta do Cadaval** forneceu um contexto muito interessante, a “camada B”, onde se identificaram os restos de estrutura de combustão que continha, no seu interior, escórias de fundição de ferro, estrutura que se associaria a vários materiais cerâmicos: fragmentos de recipientes com superfícies bem alisadas, por vezes brunidas, fragmentos com decoração de sulcos brunidos, potes de colo alto subcilíndrico, um fragmento de recipiente de tipo *pithos*, mas de modelação manual, e um fragmento de bojo com decoração linear incisa (Cruz e Oosterbeek, 1985; Cruz, 1997, p. 218-221). Este contexto, a confirmar-se a contemporaneidade de todos os materiais cerâmicos e da estrutura de combustão, mostra-nos um exemplo da prática da metalurgia do ferro num ambiente reservado, provavelmente por um grupo que tem as suas raízes culturais nas populações do Bronze Final da região, mas num momento de plena transformação em que, para além da nova metalurgia, se pode observar a adopção de outros itens estranhos à “tradição”, aqui bem representado pelo recipiente de tipo *pithos*. Assinalamos, igualmente, a exumação, na “camada C”, atribuída ao Calcolítico, de cerâmicas com tratamentos de superfície e formas que nos podem remeter para um ambiente do Bronze Pleno, a exemplo do que é comum na generalidade das cavidades cársticas da região em análise.

O último sítio do vale do Nabão com materiais atribuíveis à Idade do Bronze é a **Gruta do Caldeirão**, escavada por João Zilhão entre 1979 e 1987 (Zilhão, 1984; 1985; 1992). As escavações incidiram preferencialmente na sala do fundo desta galeria cársica, onde se identificaram na “camada ABC”, entre outros materiais, cerâmicas do final da Idade do Bronze e da Idade do Ferro tardia ou inícios da presença romana e restos humanos. O autor da intervenção assinalou que um dos resultados mais importantes da campanha realizada em 1982 foi o “reconhecimento de que as ossadas humanas dispersas nos horizontes superiores do preenchimento do ‘complexo A/B/C’, eram provenientes de um só núcleo de tumulações em fossa, atribuível à Idade do Bronze” (Zilhão, 1984, p. 145), por associação com as cerâmicas carenadas exumadas (*Ibid.*, p. 159; 1992, p. 117). Os materiais da Idade do Bronze constam de cerâmicas carenadas e de superfícies brunidas, algumas com mamilos alongados colocados sobre a linha de carena.

Viajemos agora para outra região onde desde há bastante tempo a investigação de cavidades cársicas tem revelado importantes restos materiais datáveis da Idade do Bronze: o conjunto das grutas que se abrem na escarpa de falha do bordo sudeste do Maciço Calcário Estremenho. A mais setentrional é a **Gruta da Rexaldia**, identificada por O. V. Ferreira na segunda metade da década de 1970, espoliada em diversas ocasiões e escavada sob a direcção de Manuel Farinha dos Santos na década de 1980 (Santos, 1985; 1986). Entre os materiais cerâmicos, foi possível observar recipientes com carenas médias, médias/altas e altas, de superfícies brunidas. Do conjunto de materiais cerâmicos depositados no Grupo Recreativo Soudense, foram restaurados sete recipientes (Oosterbeek *et al.*, 1992), dois dos quais podem datar-se do Bronze Pleno: uma taça de carena baixa e fundo talvez aplanado, ostentando uma fiada de caneluras verticais brunidas desenhadas na parte inferior do colo, e uma taça de carena baixa vincada, paredes espessas e apliques mamilares colocados sobre e abaixo da linha de carena.

Junto à povoação de Pedrógão, a **Lapa dos Namorados**, uma pequena cavidade praticamente obstruída por grandes blocos de abatimento, forneceu materiais arqueológicos e ossos humanos datados do Neolítico Médio e, igualmente, artefactos atribuídos à Idade do Bronze, entre os quais se destaca uma taça carenada com superfícies brunidas e base plana (Carvalho *et al.*, 2000). A morfologia deste recipiente, de pequenas dimensões, em conjunto com o restante repertório vascular datável do segundo milénio a.n.e., que integra formas esféricas e um fragmento de vaso com carena esbatida, sugere-nos uma ocupação com funcionalidade não muito clara ainda anterior ao Bronze Final ou de uma fase muito inicial deste período.

O complexo de galerias fósseis da **Gruta da Nascente do Almonda** foi identificado nos finais dos anos 1930 e sondado pela primeira vez em 1941 por Afonso do Paço (Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1947). Dos vários sectores em que se pode dividir este vasto sistema cársico, interessa-nos particularmente a chamada “Galeria da Cisterna”, o sector inicial da antiga exsurgência do rio Almonda, situada cerca de cinco metros acima da que actualmente fornece água à represa construída pela fábrica de papel. Após a intervenção de Afonso do Paço, a investigação foi interrompida durante mais de quarenta anos, para ser retomada a partir de 1988 por João Zilhão e colaboradores (Zilhão, Maurício e Souto, 1993). Estas últimas intervenções incidiram em três zonas da galeria: a zona AMD1, onde se identificaram três grandes unidades estratigráficas, a superior com materiais arqueológicos calcolíticos e da Idade do Bronze; a zona AMD2, que revelou um nível holocénico com cerâmicas datáveis do Calcólítico até época romana; na zona AMD3, que apenas comportava um fino nível holocénico que assentava directamente no calcário de base, não se referenciaram materiais. Os materiais da Idade do Bronze das escavações mais antigas foram estudados por Júlio Roque Carreira (1996b), que os diferenciou em dois grandes momentos cronológicos: algumas cerâmicas

enquadrar-se-iam numa etapa avançada do Bronze Pleno, enquanto que outro grupo de materiais, que comportava vasos de carena alta ou média-alta, potes de colo alto cilíndrico e vasos de lábios decorados e de paredes tratadas *a cepillo*, para além de uma pequena argola em bronze, datariam do Bronze Final. Das escavações de 1988-89 procedem “cerâmicas negras com carenas e mamilos” (Zilhão, Maurício e Souto, 1993, p. 38), actualmente em processo de estudo em conjunto com materiais de épocas posteriores à Idade do Bronze.

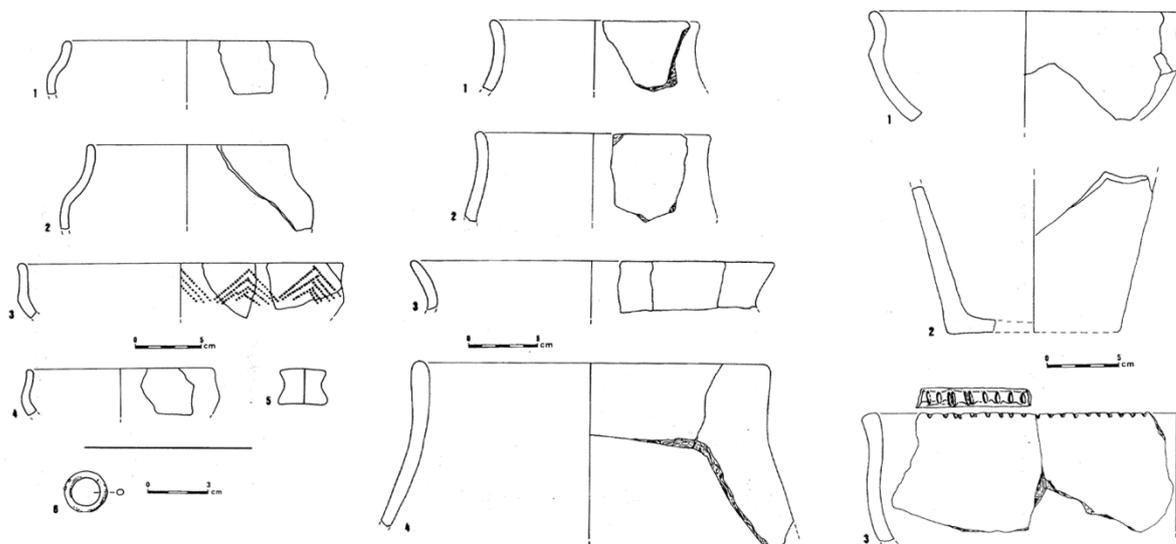


Figura 6. *Materiais da Idade do Bronze da Gruta da Nascente do Almonda (Torres Novas), escavações antigas. Segundo Carreira (1996b, p. 121-123), modificado.*

Com uma localização muito próxima da cavidade que acabámos de tratar, a **Lapa da Bugalheira** foi identificada em 1941 por Afonso do Paço e Maxime Vaultier e escavada nesse mesmo ano: os materiais resultantes dessa intervenção foram sumariamente apresentados no ano seguinte (Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1942) e publicados com mais detalhe quase trinta anos depois (Paço, Zbyszewski e Ferreira, 1971). Os artefactos atribuíveis ao Calcolítico e à Idade do Bronze foram estudados e publicados por Júlio Roque Carreira (1996a), autor que distinguiu dois conjuntos com expressão cronológica: o mais antigo, do Bronze Pleno, seria constituído por taças de carena baixa e média/baixa, enquanto que, no Bronze Final, se colocariam taças de carena média ou média/alta e potes de colo alto cilíndrico, por vezes com pegas triangulares arrancando do lábio ou com lábios decorados com impressões e incisões.

No concelho de Alcanena, a pouco mais de um quilómetro a nordeste de Minde, Gustavo Marques e Gil Andrade identificaram uma pequena cavidade localizada numa depressão em forma de anfiteatro, a **Lapa do Picareiro** (Marques e Andrade, 1974). Realizaram aqui uma sondagem de reduzidas dimensões que, em profundidade, chegou a cerca de um metro relativamente à cota original da superfície e onde se recolheram ossos humanos e cerâmicas que estes autores atribuíram à Idade do Ferro, no contexto da chamada “Cultura de Alpiarça”. Relocalizada no âmbito da elaboração da carta arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Araújo e Zilhão, 1991, p. 125-127), tem sido objecto de investigação sistemática desde finais do século passado (Bicho *et al.*, 2003; Carvalho, 2008b, p.

76-78). Trata-se de um sítio com uma potência estratigráfica de vários metros, incluindo tanto a área interior do abrigo como o enchimento da depressão, e ocupações confirmadas desde o final do Paleolítico Médio até à Idade do Bronze, esta restrita às camadas A a C. No entanto, estes níveis de sedimentação parecem não comportar ocupações *in situ*, mas apenas materiais de várias épocas depositados em contextos secundários: A. F. Carvalho (2008b, p. 77) assinala que as cerâmicas das camadas A e B são em quantidade reduzida e apresentam índices de rolamento apreciável e que, na camada C, se detectaram cerâmicas negras brunidas com bases planas à mesma cota de cerâmicas com decoração impressa e incisa do Neolítico.

Na **Gruta da Marmota**, situada a poucos quilómetros a sul de Alcanena, V. S. Gonçalves (1972) noticiou o achado, entre outros artefactos, de cerâmicas carenadas e ossos humanos que talvez se encontrassem associados, levando-o a interpretar este contexto como uma provável necrópole da Idade do Bronze. As cerâmicas representadas nas estampas da publicação mostram-nos exemplares de carena alta e um fragmento de bordo de pote de colo alto hiperbólico, compatíveis com uma datação do Bronze Final.

Com utilização entre o Paleolítico Superior e a Idade Média, o **Abrigo Grande das Bocas**, em Rio Maior, foi escavado em 1937-38 por Manuel Heleno, que, no entanto, nunca publicou os resultados da intervenção. Os materiais e registos da escavação ficaram depositados no Museu Nacional de Arqueologia e permaneceram inéditos até às publicações de Gonçalves *et al.* (1987), Carreira (1994) e Bicho (1995-97). A estratigrafia foi descrita por V. S. Gonçalves e colaboradores (Gonçalves *et al.*, 1987, p. 673-674) através de cinco níveis — “fundo”, “camada 0”, “camada 1”, “camada 2” e “camada 3” —, mais tarde revista, salientando-se a sua maior complexidade relativamente ao inicialmente proposto (Bicho, 1995-97, p. 57-62; Carvalho, 2008b, p. 83). Os artefactos que se podem datar dos segundo e primeiro milénios a.n.e. integrariam as 2ª e 3ª camadas, níveis que apresentavam problemas de ordem tafonómica bastante importantes, consubstanciados na mistura de cerâmicas e outros materiais de vários períodos, entre o Neolítico Antigo e a época moderna (Carreira, 1994). Estão presentes fabricos e formas atribuíveis ao Bronze Pleno, entre as quais se destacam globulares com superfícies brunidas, taças de carena média e média/alta esbatida e taças de carena média/baixa e baixa vincada, ambas não brunidas, pratos de bordo espessado internamente e corpo troncocónico, uma taça de bordo em aba e urnas bitroncocónicas com colo marcado ou indiciado e carena esbatida. Do Bronze Final, documentam-se fundamentalmente taças de carena média/alta e alta, colos hiperbólicos e paredes finas, brunidas, algumas com pegas mamilares perfuradas colocadas sobre a linha da carena, e potes de colo alto subcilíndrico, por vezes com lábios decorados. Também deste período são os fragmentos de recipientes com decoração de ornatos brunidos e, talvez também, um fragmento com decoração incisa pós-cozedura. Entre os artefactos metálicos, realçamos a presença da metalurgia de cobre arsenical, com dois punções losânicos e sete pontas de seta de pedúnculo alongado, quatro das quais com barbelas, e de objectos de bronze, onde podemos destacar fragmentos de uma fíbula de cotovelo, de uma provável fíbula de dupla mola, de um *tranchet* e de uma navalha de barbear decorada, entre muitos outros fragmentos, uns mais ou menos reconhecíveis, outros informes (*Ibid.*, p. 75-89).

A pouco mais de um quilómetro a oeste das Bocas, na saída do canhão, abrem-se as **Grutas da Senhora da Luz**, exploradas por M. Heleno em meados dos anos 1930. Como em muitas outras ocasiões, as escavações de Heleno concluíram com o depósito dos materiais recolhidos nas vitrinas da exposição e na reserva do então Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, não restando, neste caso e infelizmente, praticamente nenhuma informação de contexto que servissem de orientação ao estudo meramente tipológico e comparativo do espólio (Cardoso, Ferreira e Carreira, 1996). São três cavidades, as duas maiores em forma de galeria com algumas passagens entulhadas, enquanto que a gruta III não possui mais do que

três metros de desenvolvimento horizontal. A maior parte dos artefactos e restos humanos provém das grutas I e II e pode ser datado entre o Neolítico Antigo Evolucionado e o Calcolítico, havendo também material de âmbito campaniforme. Na gruta III recolheu-se o único fragmento cerâmico indubitavelmente da Idade do Bronze, pertencente a uma taça de carena média/alta com superfícies brunidas. Os autores assinalam também como sendo provavelmente da Idade do Bronze um fundo plano, a que se juntariam algumas formas com carena alta e grandes esféricos com decoração incisa, impressa e penteada assimilável ao chamado "tipo Carvalhal", da gruta II.

Das muitas grutas escavadas por M. Vieira Natividade no concelho de Alcobaça, em algumas foi possível documentar materiais que interessam para o propósito deste artigo (Natividade, 1903). Não se tendo tratado de pesquisas sistemáticas, sem o rigor científico que hoje aceitamos como padrão, lacuna que, por exemplo, fez perder para sempre todos os dados de enquadramento contextual, só nos restaram as descrições sucintas feitas pelo explorador e os materiais que actualmente se encontram depositados, na sua grande maioria, na Casa-Museu Manuel Vieira Natividade, em Alcobaça, alguns deles estudados mais tarde por V. S. Gonçalves (1978). Artefactos cerâmicos, metálicos e outros objectos datados de diferentes momentos dentro Idade do Bronze foram recolhidos na **Gruta do Cabeço da Ministra**, na **Gruta dos Mosqueiros (Alta)**, na **Gruta das Calatras (Alta)**, na **Gruta das Redondas** e na **Gruta do Carvalhal de Turquel**. Da Gruta das Redondas procede um importante conjunto de artefactos de cobre arsenical composto por uma alabarda ou punhal triangular (Cardoso, 2004, p. 170, Fig. 121), dois machados planos de gume mais ou menos convexo, um punhal de lingueta, nove pontas de seta pedunculadas de distintos tamanhos e formas e sete punções (Natividade, 1903, p. 456-457), alguns deles analisados no âmbito do projecto *Studien zu den Anfängen der Metallurgie* (Paço, 1966, p. 93). L. Montegaudou (1977, p. 251, n.º 1727 e Taf. 119) assinala ainda um machado de alvado e dois anéis. Do material cerâmico registado na Gruta do Carvalhal, em Turquel, um lote apreciável pode datar-se dentro do segundo milénio a.n.e.: taças de carena baixa e média/baixa, taças de carena baixa esbatida, um vaso de paredes troncocónicas e taças/pratos de paredes rectas salientes (Spindler e Ferreira, 1974). Senna-Martínez (1994, p. 173, Quadro III) refere, igualmente, a recolha de um machado de gume convexo.

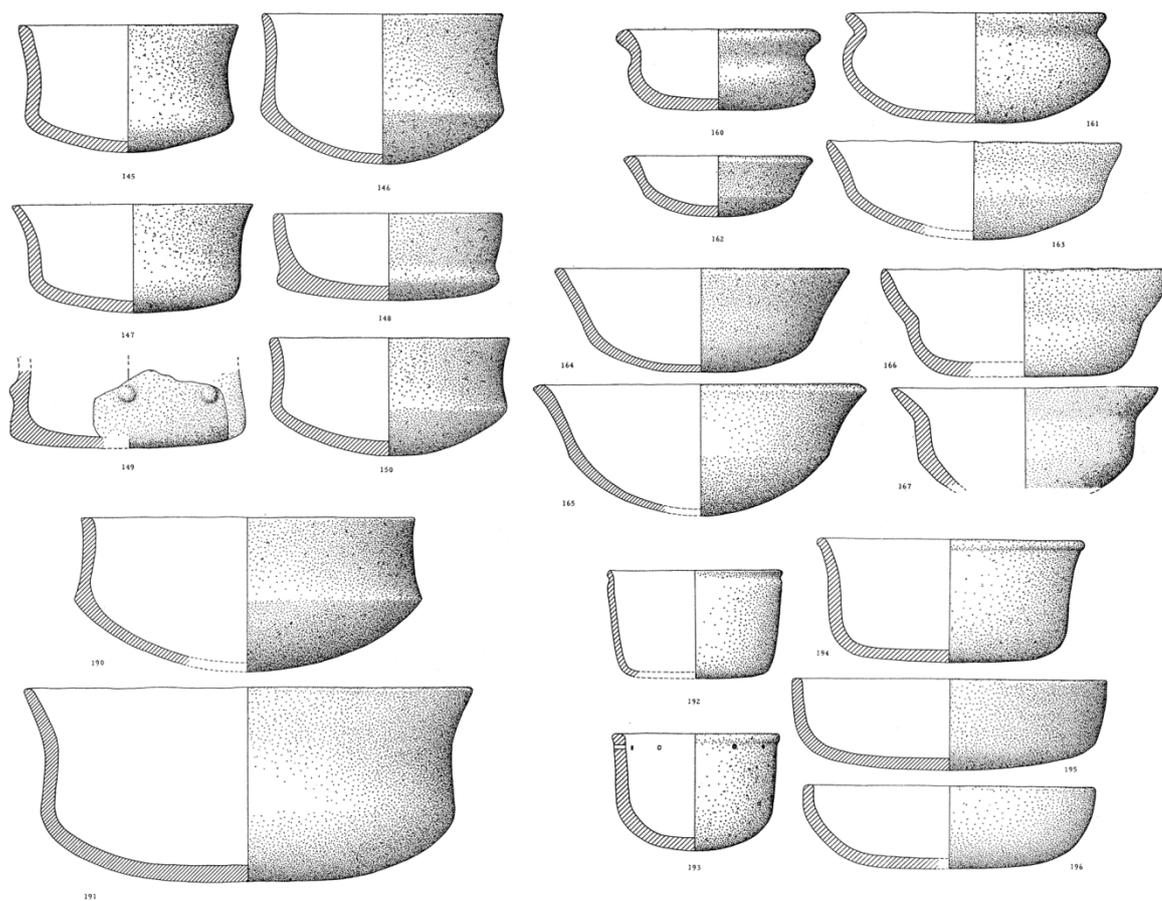


Figura 7. Cerâmicas da Idade do Bronze da Gruta do Carvalho, Turquel (Alcobaça). Segundo Spindler e Ferreira (1974), modificado. Escala 1;4.

Situada no bordo norte do planalto das Cesaredas, a gruta da **Casa da Moura** (Óbidos) foi escavada na segunda metade do século XIX por Nery Delgado e, em 1987, sob a direcção de Lawrence G. Straus (Delgado, 1867; Straus *et al.*, 1988). A estratigrafia desta cavidade era composta por dois conjuntos principais, com características sedimentares muito diferentes, que foram quase integralmente desmontados por Nery Delgado: o conjunto inferior comportava abundante fauna plistocénica, sobretudo carnívora, um crânio humano e indústria lítica e óssea atribuída ao Gravetense final e ao Solutrense (Zilhão, 1997, II, p. 181-190 e p. 593-596), enquanto que o superior era holocénico, com restos humanos, artefactos líticos talhados e polidos, indústria sobre osso, cerâmicas lisas e decoradas, objectos de adorno, placas e báculos de xisto, esferóides e cilindros de calcário, alguns artefactos metálicos e outros itens que testemunham a utilização desta gruta essencialmente como necrópole entre o Neolítico Antigo e a Idade do Bronze (Carreira e Cardoso, 2001-02). Tanto Straus *et al.* (1988, p. 77-79), como Cardoso, Ferreira e Carreira (2001-02, p. 266) assinalam a presença de cerâmicas da Idade do Bronze, aqueles colocando-as no Bronze Final, estes datando-as fundamentalmente do Bronze Pleno, talvez em associação com os dois braçais de arqueiro, dois botões de osso em forma de tartaruga, um punção losângico e uma ponta de Palmela, ambos de cobre (*Ibid.*, p. 290).

Finalmente, uma referência aos vários artefactos de bronze e às cerâmicas da Idade do Bronze que se registaram na zona da Columbeira (Bombarral), em concreto nas grutas da **Lapa**

do Suão e do **Curral das Cabras**. Relativamente a esta última cavidade, já tivemos oportunidade de assinalar a recolha de artefactos de bronze durante uma campanha de escavações que teve lugar em 1920 (cf. *supra*), restando ainda a dúvida se não existem outros materiais resultantes dessas escavações incluídos no lote tido como procedente da área do povoado fortificado calcolítico. Na Lapa do Suão, explorada desde finais do século XIX e escavada, com interrupções, entre os inícios da década de 1960 e os finais de 1980 (Furtado *et al.*, 1969; Cortes *et al.*, 1970; Roche, 1982), foram recolhidos diversos fragmentos de cerâmicas carenadas e com superfícies brunidas da Idade do Bronze, entre as quais se destacam os que fazem parte de uma taça de carena baixa vincada saliente e colo estrangulado, com decoração na base interior (Cardoso, 2004, p. 167, Fig. 117), característica de contextos essencialmente tumulares da chamada Idade do Bronze do Sudoeste.

2.3. Os contextos de habitat

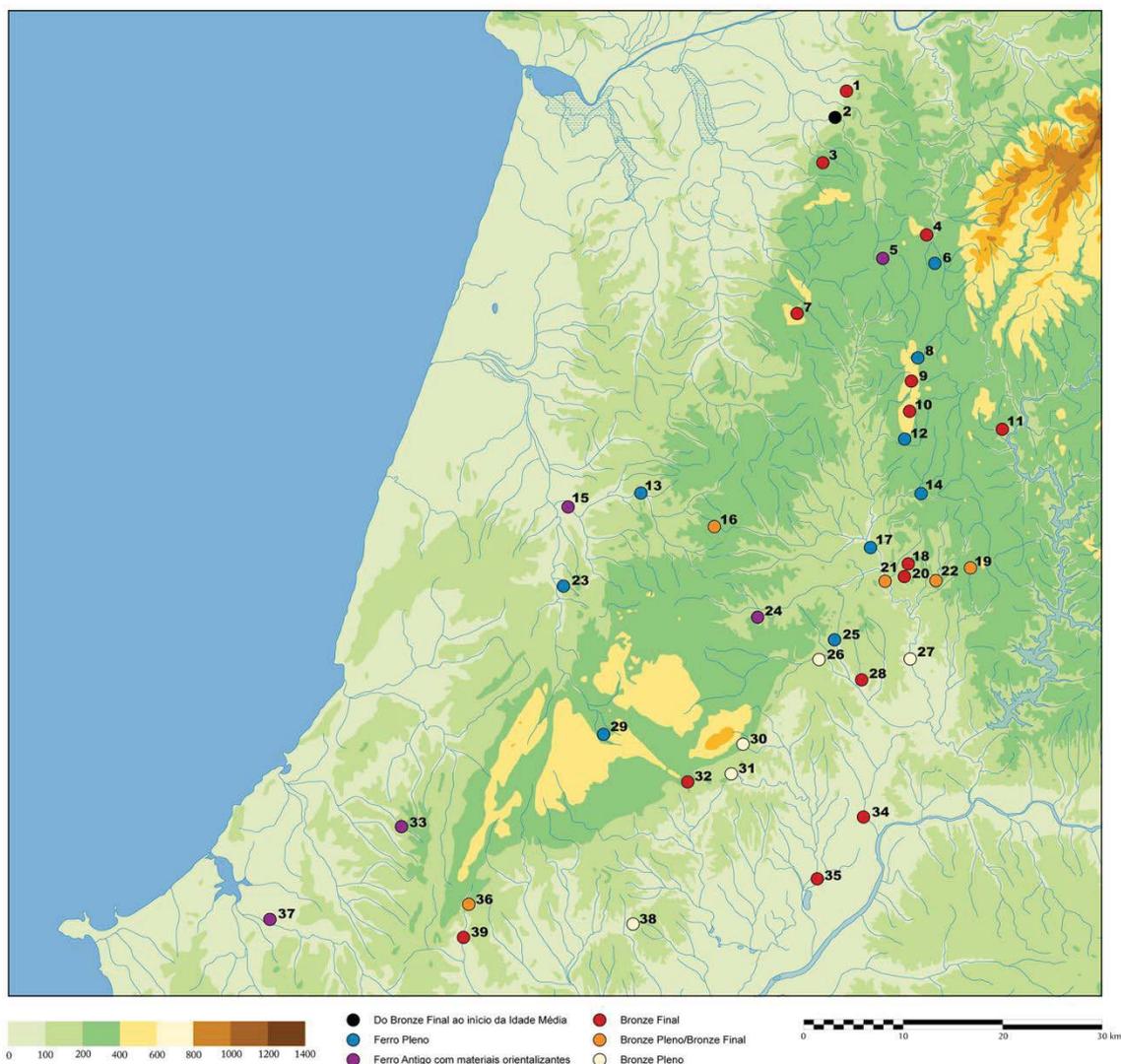


Figura 8. *Distribuição dos contextos de habitat datados do segundo e primeiro milénios a.n.e. (excluem-se os que apenas se iniciam nos finais do Ferro Pleno):* 1. Alto do Castelo, Eira Pedrinha (Condeixa-a-Nova); 2. Conímbriga (Condeixa-a-Nova); 3. Senhora do Circo (Condeixa-a-Nova); 4. Moinho do Tombadouro (Penela); 5. Cabeço de Trás de Figueiró (Ansião); 6. Castelo do Sobral (Penela); 7. Serra de Sicó (Pombal); 8. Serra do Mouro (Ansião); 9. Serra de Ariques ou Castelo de Pousaflores (Ansião); 10. Serra de Alvaiázere (Alvaiázere); 11. Serra do Castelo, Vale Bom (Figueiró dos Vinhos). 12. Castelo de Sobral Chão (Alvaiázere); 13. Crasto de Souto do Meio, Caranguejeira (Leiria); 14. Castelo da Avecasta (Ferreira do Zêzere); 15. Castelo de Leiria (Leiria); 16. Cabeço de Óbidos (Ourém); 17. Castelo de Porto Velho (Ourém); 18. Casas Velhas (Ferreira do Zêzere); 19. Quinta do Paço (Ferreira do Zêzere); 20. Enxofreira (Tomar); 21. Agroal (Ourém); 22. Calvinos (Tomar); 23. Boiças (Batalha); 24. Castelo de Ourém (Ourém); 25. Castelo de Fungalvaz (Torres Novas); 26. Casal da Torre (Torres Novas); 27. Tomar; 28. Ribeira da Beselga (Tomar); 29. Castelejo (Porto de Mós); 30. Cerradinho do Ginete (Torres Novas); 31. Arrife das Eirinhas (Torres Novas); 32. Castro de Santa Marta (Alcanena); 33. Castro de Santa Catarina (Caldas da Rainha/Alcobaça); 34. Entroncamento; 35. Barreiros, Riachos (Torres Novas); 36. Castro de S. Martinho, Teira (Rio Maior); 37. Outeiro da Assenta (Óbidos); 38. Serra da Mesquita (Santarém); 39. Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior).

Definimos como contextos de habitat todos aqueles onde se tenham documentado restos materiais que podemos correlacionar com o estabelecimento de sítios onde as actividades de cariz doméstico predominavam sobre todas as outras. Sabemos que nas sociedades pré-históricas – e na generalidade das de estrutura socioeconómica e política pré-estatal – os diversos *loci* de actividade foram com frequência multifuncionais, mas consideraremos como "doméstico" um registo material formado por estruturas de tipo habitacional e/ou de fortificação, condicionamento, circunscrição ou delimitação de espaços de habitat, regra geral associadas a materiais cerâmicos e outros testemunhos de actividades da vida quotidiana. Como é óbvio, a quantidade e qualidade do registo depende, em grande medida, do tipo e intensidade da investigação que se tenha realizado sobre cada um dos sítios documentados.

Na apresentação que se segue, faremos a caracterização muito sucinta de apenas alguns dos contextos de habitat que constam da lista geral de sítios da Idade do Bronze, aqueles que foram objecto de intervenções arqueológicas mais desenvolvidas, quer sob a forma de escavações sistemáticas, quer de prospecção ou visitas reiteradas.

As escavações que Ana Margarida Arruda (1999-2000, p. 245-252) realizou em **Conímbriga** (Condeixa-a-Nova) nos finais da década de 1980, repartidas pelas zonas denominadas "bico da muralha" (o esporão localizado no extremo ocidental do promontório onde se instalou a cidade romana) e "esplanada do templo flaviano", confirmaram a existência de ocupações pré-romanas neste contexto, configurando-se, inclusive e a nosso ver, a possibilidade de que a sequência ocupacional tenha sido contínua desde a transição entre o segundo e primeiro milénio a.n.e. e o abandono da cidade nos inícios da Idade Média. As profundas alterações operadas na topografia do promontório pelas sucessivas ocupações, em especial pelas de época romana, provocaram perturbações estratigráficas de enorme monta que, entre outras consequências, parecem inviabilizar o reconhecimento de estruturas de habitação que se possam atribuir à fase do final da Idade do Bronze/inícios da Idade do Ferro. No entanto, esta fase encontra-se registada através da recolha, em diversas ocasiões, de materiais cerâmicos, líticos e metálicos formados por recipientes com superfícies brunidas, normalmente carenados, alguns ostentando decoração de sulcos brunidos ou pegas mamilares alongadas apostas sobre a linha da carena, grandes recipientes de armazenamento com colo alto subcilíndrico e superfícies alisadas e *cepilladas*, por vezes com decoração impressa sobre o lábio, "elementos de foice" talhados em sílex e, entre os artefactos metálicos, uma fíbula sem mola e uma outra do tipo chamado "de dupla mola". Em algumas situações estratigráficas, os materiais cerâmicos de modelação manual e fabricos de tradição da Idade do Bronze aparecem em conjunto com formas a torno que integram o repertório comum aos momentos mais antigos da presença colonial fenícia na fachada atlântica da Península Ibérica (Correia, 1993; Arruda, 1999-2000, p. 247).

Nas proximidades de Conímbriga, junto da povoação de Eira Pedrinha, foi registado um fragmento de tranchet de bronze e cerâmicas não decoradas numa colina sobranceira à povoação, o **Alto do Castelo**, contexto que se interpreta como um habitat (ou eventual "atalaia"?) do Bronze Final, em articulação com Conímbriga (Vilaça, 2012, p. 21-22),

No concelho de Penela, de recente identificação é o povoado do **Moinho do Tombadouro** (ou Furadouro), um contexto localizado sobre uma elevação fronteira à margem esquerda do rio Dueça, delimitado por uma linha de fortificação. Parte do sítio já havia sido obliterado em tempos mais recuados pela construção de dois moinhos de vento, um deles recuperado na segunda metade da década de 1990. Nas visitas que tivemos a oportunidade de efectuar, foi possível recolher uma quantidade apreciável de material cerâmico com uma

tipologia que se enquadra sem dificuldades no Bronze Final, embora algumas formas nos possam remeter para momentos algo recuados dentro deste período. Também Raquel Vilaça (2008, p. 83, nota 9; 2012, p. 23) faz referência a este sítio e à recolha de cerâmicas carenadas.

Muito próximo deste, para ocidente, localiza-se o sítio que tem vindo a ser designado como **Monte de Figueiró**, junto da povoação de Trás de Figueiró, no concelho de Ansião: trata-se de uma elevação calcária alongada no sentido norte-sul, que pode ter sido delimitada por uma muralha (hoje eventualmente não perceptível devido às profundas alterações que sofreu a topografia deste local), onde em diversas ocasiões se documentaram materiais cerâmicos e outros que testemunham uma ocupação que cremos poder atribuir-se já ao primeiro milénio a.n.e., da transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro, não sendo possível afirmar, neste momento, se houve ou não uma ocupação do Bronze Final anterior à presença fenícia na fachada atlântica ibérica. O registo material recolhido, apresentado em estudo académico e em preparação para publicação, consta de cerâmicas com decoração brunida, escopros de bronze, um fragmento de espada tipo "língua de carpa", cerâmicas cinzentas e outras montadas a torno, contas de vidro e um punhal afalcatado de ferro (Vilaça e Cunha-Ribeiro, 2008, p. 42).

Entre 1997 e 2001, tivemos a oportunidade de realizar escavações no grande povoado da Idade do Bronze da **Serra de Alvaiázere** (Oosterbeek e Cruz, 1998a; Félix, 1999; 2006, p. 69-75). Este contexto de enorme importância para o estudo da evolução do povoamento pré-histórico no centro de Portugal apresenta, no que respeita à Idade do Bronze e transição para a Idade do Ferro, dois momentos de ocupação definidos por uma dramática alteração da distribuição e extensão da área circunscrita por estruturas de fortificação ou delimitação: o primeiro momento seria definido pela construção e ocupação de um recinto subcircular com pouco mais de um hectare de superfície, no extremo norte da serra, limitado por uma estrutura amuralhada com cerca de quatro metros de largura, hoje em dia praticamente desmantelada até à base. Os materiais exumados quer no enchimento da estrutura de fortificação, quer nos níveis exteriores, apontam para uma cronologia dentro da última etapa da Idade do Bronze, talvez numa fase inicial desta etapa, a avaliar pela presença de cerâmicas com morfologias, tratamentos e decoração mais afins do que começa a ser definido como o Bronze Pleno regional, a que se acrescentaria, eventualmente, parte da indústria lítica em sílex e quartzito e algum material polido registado nestas escavações.

O segundo momento de ocupação da Idade do Bronze deste povoado estaria caracterizado pela ampliação da área delimitada por estruturas artificiais de circunscrição espacial, que, em conjunto com a defensibilidade proporcionada pelas escarpas e pendentes com elevado declive dos lados oriental e norte da serra, criaram um recinto com mais de 50 hectares de superfície. Como é evidente, não acreditamos que a maior parte deste espaço estivesse preenchido com estruturas de habitação ou outro tipo de construções, estando estas restritas às plataformas que se configuraram por detrás das construções amuralhadas, onde também se concentravam os materiais cerâmicos documentados em prospecção. Colocamos este momento de expansão da área ocupada na fase de transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, contemporâneo do impacto colonial nos estuários do Tejo e do Mondego e, provavelmente, em outras paisagens costeiras próximas²⁵.

Nos níveis do abandono do recinto circular, a única área onde foram efectuadas as intervenções arqueológicas, surgiram artefactos metálicos com cronologia tardia dentro do

²⁵ Já antes escrevemos que o que interpretamos como expansão da área ocupada do povoado da Serra de Alvaiázere deverá ser analisado à luz das transformações de cariz sociopolítico e económico que resultam do advento de um sistema colonial na fachada ocidental da Península Ibérica (Félix, 2006, p. 84-85).

período que tratamos (um fragmento de fíbula de dupla mola e um fragmento de uma provável asa de jarro de bronze), mas não nos foi possível documentar materiais cerâmicos a torno característicos do impacto colonial fenício nem as “traduções” locais mais tardias, por vezes de fabrico manual, dos recipientes de tipo *pithos*, o que nos coloca interessantes questões que não cabem ser discutidas no âmbito deste ensaio.

Os materiais recolhidos durante as escavações e em prospecção compõem-se de fragmentos de cerâmica, material lítico talhado e polido e artefactos de bronze. Todo o repertório vascular está formado por exemplares que podemos incluir na tipologia geral das produções de modelação manual, cozidas muito provavelmente em estruturas abertas simples que deram origem a pastas com oxidação incompleta ou muito deficiente. São reconhecíveis dois grupos principais de produções:

a. por um lado, o grupo composto por recipientes de cozinha e armazenamento (onde se integrariam, eventualmente, alguns fabricos destinados ao transporte de líquidos), de pastas com dureza média ou baixa, textura grosseira ou muito grosseira, elementos não plásticos mal calibrados constituídos, na sua maioria, por grãos de quartzo, feldspato e mica, embora se registre, igualmente, uma boa quantidade de pastas com inclusões carbonatadas e orgânicas (o que lhes confere o tão característico aspecto de “cortiça”) e superfícies acabadas com alisamento, por vezes com recurso à técnica do *cepillado*; algumas produções revelam um tratamento mais cuidado, quer ao nível das pastas e cozeduras, quer dos acabamentos, aparecendo alisamentos mais elaborados e brunidos;

b. o segundo grupo é o das que podemos apelidar de produções de “cerâmica fina”, definidas por fabricos de pastas mais compactas e menos grosseiras em que as inclusões, quase exclusivamente de quartzo, feldspato e mica, são melhor calibradas e de muito menor tamanho; predominam os acabamentos alisados (sem recurso ao *cepillado*) e brunido.

O inventário formal comporta as mesmas morfologias gerais que se podem observar um pouco por toda a metade ocidental da Península Ibérica (Félix, 2006, p. 74): recipientes de grande tamanho com colo desenvolvido cilíndrico, subcilíndrico ou hiperbólico, bordos ligeiramente salientes que, por vezes, mostram lábios com decoração impressa ou incisa, ombros arredondados que promovem a transição entre o colo e o perfil inferior, sendo este em tronco de cone e as bases planas. Estas formas, adscritas às produções de cozinha e armazenamento, são complementadas com as formas de serviço, que integram recipientes carenados em que as carenas são normalmente explícitas e colocadas no terço superior do perfil, podendo as bases ser planas ou umbilicais.

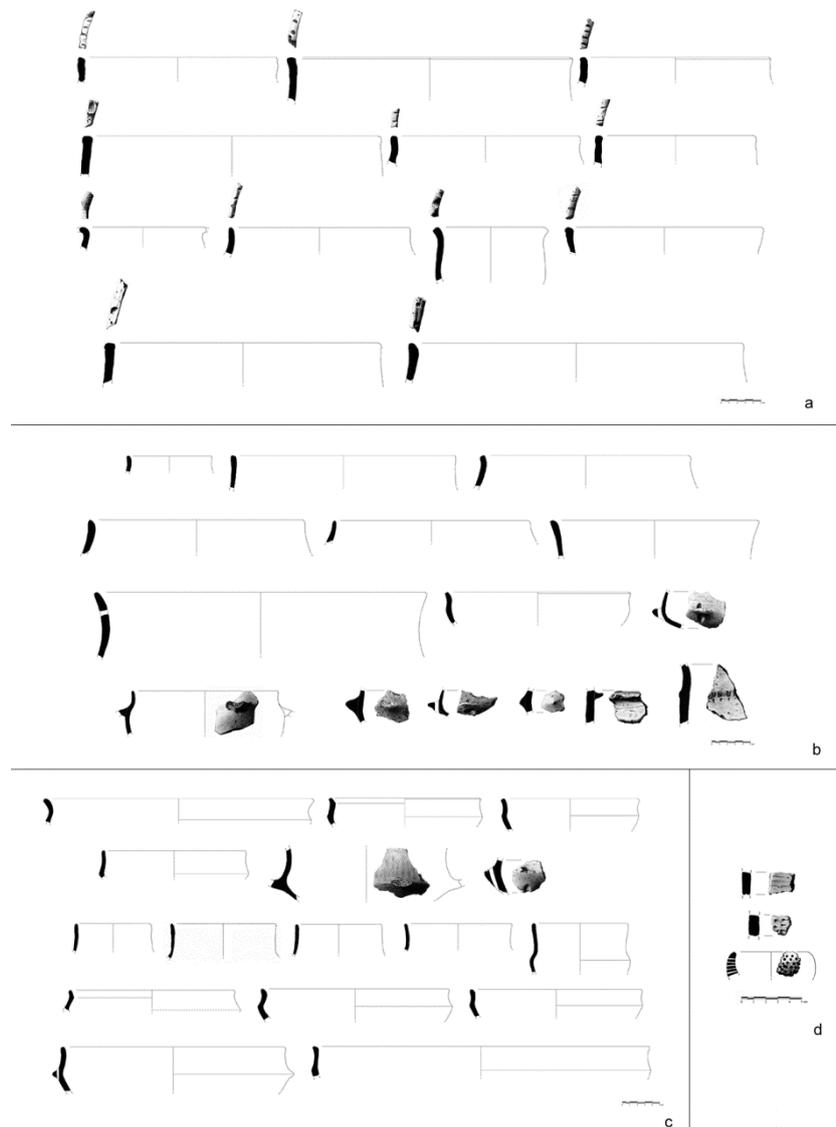


Figura 9. *Materiais cerâmicos da Serra de Alvaiázere*. Segundo Félix (2006, Est. II), modificado.

Bordejando a serra de Alvaiázere pelo norte e pelo sul, podemos encontrar dois pequenos povoados amuralhados, nenhum deles intervencionado até à data. A norte, situa-se o **Castelo de Pousaflores** ou da Serra de Ariques (Coutinho, 1986, p. 163-165; Batata, Gaspar e Batista, 1999, p. 28), de onde J. Coutinho (1986, p. 165) referiu a recolha de “alguma cerâmica indígena, fragmentada, manualmente fabricada, de pasta grosseira, micácea e com bastantes grãos de quartzo, e de coloração em tons cinzentos, por vezes acastanhados”, incluindo pelo menos um fragmento com lábios decorados. Também nas visitas que aí efectuámos pudemos recolher alguns fragmentos cerâmicos com características de fabrico que apontam para uma cronologia de ocupação deste contexto dentro da Idade do Bronze Plena/Final.

A sul da serra, localizado numa elevação bem saliente da área circundante, o povoado do **Castelo de Sobral Chão** apresenta uma linha de muralha de pedra calcária não aparelhada e não argamassada, técnica construtiva comum a todos os contextos da Idade do Bronze e do Ferro desta região. A área interior da fortificação foi objecto de trabalhos agrícolas reiterados, sendo ainda visíveis muros de alvenaria a seco de divisão de propriedades ou parcelas. Das nossas visitas e das prospecções realizadas por outros investigadores nas últimas décadas,

ressalta a recolha de cerâmicas que podemos atribuir ao Bronze Final (ou de tradição da Idade do Bronze) e de outras que mostram formas e fabricos enquadráveis na Idade do Ferro Plena (Batata e Gaspar, 1993, p. 34; Cruz e Oosterbeek, 1998; Batata, Gaspar e Batista, 1999, p. 29; Marques, 1999, p. 96-97).

Uma intervenção de emergência realizada em 2001 na chamada “Casa do Fabião”, localizada no Largo de S. Pedro, na encosta oriental do morro do **Castelo de Leiria**, deu a conhecer pela primeira vez um contexto com materiais atribuíveis ao final da Idade do Bronze e aos inícios da Idade do Ferro num sítio que, pela sua particular configuração e localização, junto da várzea do rio Lis, dificilmente não teria atraído as populações dos finais do segundo milénio a.n.e. Ainda que dessa intervenção não exista publicação nem se conheça qualquer relatório que dê conta das realidades materiais documentadas, um lote de cerâmicas que integrava a UE 723 foi estudado por Rui Gomes Coelho e publicado sumariamente no catálogo da exposição “Habitantes e Habitats” (Coelho, 2005). Mais de 99% das formas pertence a produções tidas como locais ou regionais, sendo dominadas por vasos de grandes dimensões que apresentam “corpo globular, colo tendencialmente estrangulado, de fabrico grosseiro e com as superfícies alisadas” (*Ibid.*, p. 121). Não estão ausentes os acabamentos espatulados, *a cepillo* e as decorações sobre os lábios. Nas produções mais cuidadas, registam-se taças de corpo hemisférico e taças com carena média/alta vincada e de carena esbatida, com superfícies bem acabadas, normalmente brunidas. São ainda referidos três recipientes, dois com múltiplas perfurações, que podem ter sido utilizados num contexto funcional ligado à metalurgia e um fragmento de um “suporte” com acabamento brunido. No capítulo das produções de importação, predominam largamente os recipientes montados a torno, entre os quais se encontram exemplares de cerâmicas cinzentas brunidas, fragmentos de taças com decoração brunida, ânforas fenícias, *pithoi* e recipientes com pintura de bandas negras e vermelhas. Estes materiais, aqui presentes numa proporção muito baixa relativamente ao conjunto dos artefactos exumados, parecem ser representativos da integração deste povoado na esfera de interações própria dos primeiros momentos da presença colonial fenícia na costa atlântica.

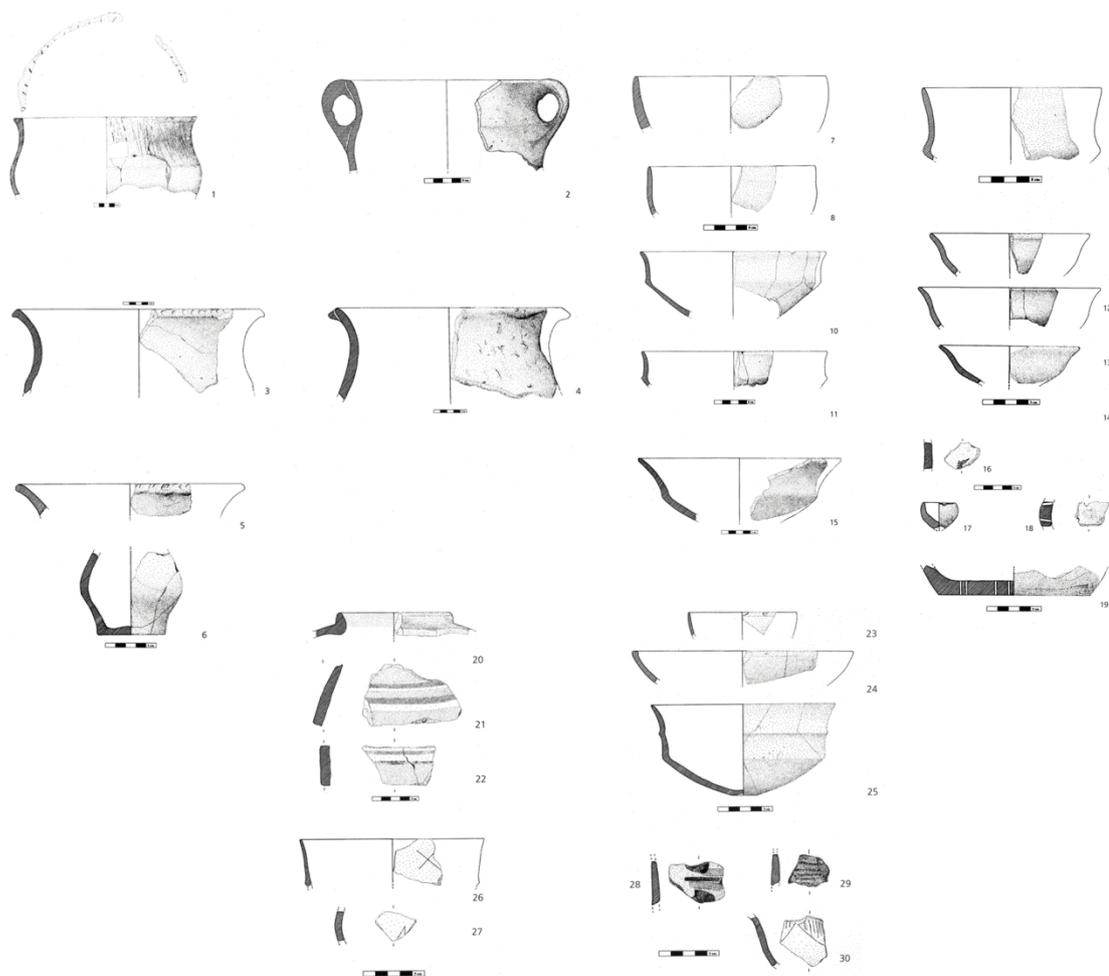


Figura 10. *Materiais cerâmicos do Bronze Final e Ferro Antigo da colina do Castelo de Leiria.* Segundo Coelho (2005, p. 131-133), modificado.

No lugar de **Souto do Meio**, freguesia de Caranguejeira (Leiria), é referenciado um contexto de habitat onde, nos finais da década de 1980, José da Silva Ruivo recolheu fragmentos cerâmicos de peças modeladas manualmente e ao torno, incluindo recipientes brunidos, um machado polido e um fragmento de moinho manual, atribuindo-se este local ao final da Idade do Bronze e/ou inícios da Idade do Ferro (Bernardes, 2002, IIa, p. 25-26).

Na área da colina onde se situa **Ourém Velho** e o castelo medieval, diversas intervenções arqueológicas permitiram a recolha de materiais cerâmicos datáveis do Calcolítico Pleno regional e da transição entre as Idades do Bronze e do Ferro (Pereira, 2006; Carvalho *et al.*, 2010-11). Para o período que nos importa, foi-nos possível verificar a existência de fragmentos de recipientes característicos do final da Idade do Bronze e foi-nos também facultada a observação das cerâmicas a torno cinzentas polidas recolhidas nas escavações realizadas em 2004 na Rua Gonçalo Hermingues²⁶.

²⁶ Agradecemos a Jaqueline Simão Pereira a amabilidade em ter-nos mostrado estes materiais e possibilitado a visita à intervenção arqueológica que se realizou no Castelo de Ourém no verão de 2008.

Ainda no concelho de Ourém, as escavações realizadas no **Agroal** por Katina Lillios entre 1988 e 1990, que incidiram essencialmente na parte baixa da encosta ocidental do cabeço interior, parecem ter revelado uma dupla ocupação dentro da Idade do Bronze, a mais antiga atribuída a um Bronze Inicial sem campaniforme e a mais recente ao Bronze Final (Lillios, 1991, p. 103-123; 1993). Duas datações de ¹⁴C obtidas sobre amostras de ossos de fauna doméstica (GX-15390G: 3560±145 BP e GX-15390A: 3570±205 BP) têm vindo a servir para sustentar grande parte da argumentação em favor da existência daquela primeira fase²⁷. Não foram detectadas quaisquer estruturas coetâneas destas fases e a maior parte dos materiais provém de níveis de vertente ou de fundo de vertente, de um contexto estratigráfico caracterizado por ser um "paleosolo coluvionado", como refere Ana Rosa Cruz (1997, p. 195), o que, logo à partida, coloca enormes dúvidas de integração cronológico-cultural do material exumado. Ainda segundo Cruz (*Ibid.*, p. 195-196), que reconhece explicitamente os problemas estratigráficos existentes neste sítio arqueológico, a análise do material recolhido em prospecção e em escavação sugere a existência de três possíveis momentos de ocupação com distribuição algo diferenciada no espaço definido pelos designados "cabeço interior" e "esporão" e zonas de ligação: o primeiro momento dataria de pleno terceiro milénio a.n.e. e talvez se circunscrevesse ao esporão, o segundo pertenceria aos inícios do segundo milénio a.n.e. e o terceiro ao Bronze Final, estes com expansão da área ocupada em direcção ao cabeço interior. A fase calcolítica estaria definida, fundamentalmente, por algumas das formas cerâmicas documentadas e por parte da indústria lítica. Nas várias visitas que fizemos ao Agroal foi possível identificar lascas de sílex e quartzito e fragmentos de cerâmica de recipientes com colo alto subcilíndrico, lábios decorados com impressões e incisões, formas carenadas e algumas superfícies brunidas, que se enquadram sem qualquer dificuldade dentro do que chamamos Bronze Final. Estes materiais procedem todos da zona do esporão, que K. Lillios não escavou, apenas prospectou. O facto da maioria dos materiais cerâmicos apresentados na dissertação de doutoramento de K. Lillios (1991), mais tarde parcialmente publicados (Lillios, 1993), alguns atribuídos ao Bronze Inicial, nos parecerem mais consentâneos com uma Idade do Bronze avançada, levanta problemas importantes de individualização de uma fase de Bronze Inicial neste povoado, sobretudo quando este termo tem vindo a ser utilizado de modo sistemático nesta região na caracterização de outras realidades arqueológicas (Cruz, 1997; Oosterbeek, 1997) que, do nosso ponto de vista, têm mais sentido englobadas no *continuum* Neolítico Final/Calcolítico. Voltaremos a esta problemática mais adiante.

Na região definida pelo concelho de Tomar, contamos com várias referências a *loci* atribuídos à Idade do Bronze, se bem que a exiguidade e a qualidade da amostra do registo recuperado em alguns deles não nos permita garantir sem qualquer margem para dúvidas que foram efectivamente ocupados durante esse período.

Junto ao lugar da **Enxofreira** e a cerca de um quilómetro do Agroal, Katina Lillios (1991, p. 93) realizou sondagens num local que forneceu cerâmicas manuais, algumas brunidas, e indústria lítica em sílex, quartzito e polida, sem, no entanto e infelizmente, ter sido possível documentar qualquer tipo de estruturas ou de sequência estratigráfica clara. A autora colocou este contexto dentro do Bronze Final, o que se aceita a partir da análise das cerâmicas, embora a indústria lítica nos remeta, provavelmente, para uma frequentação ou ocupação do local em momentos anteriores (Cruz, 1997, p. 190-191). Contudo, não podemos descartar a possibilidade das cerâmicas e da indústria lítica fazerem parte de um só conjunto representativo de uma ocupação de uma fase recuada do Bronze Final ou do chamado Bronze Pleno, contemporânea da identificada no povoado do Agroal.

²⁷ GX-15390G: 3560±145 BP, 2331-1527 cal BC; GX-15390A: 3570±205 BP, 2474-1435 cal BC; calibração a 2s (Stuiver e Reimer, 1993; Reimer *et al.*, 2013).

Também nas **Casas Velhas** se localizou em prospecção sistemática fragmentos de cerâmica com superfícies alisadas e brunidas, um dos quais um bordo de uma forma provavelmente carenada, e diverso material lítico em sílex e quartzito (Lillios, 1991, p. 447-448). Tal como na Enxofreira, não é possível saber se a associação entre a cerâmica e o material lítico corresponde a uma utilização simultânea destes artefactos, nem que tipo de sítio aqui existiu, podendo ter sido um pequeno povoado (Cruz, 1997, p. 204) ou um habitat de reduzidas dimensões.

Em direcção ao Zêzere, uma intervenção de emergência nas imediações da Quinta do Paço, freguesia de Alviobeira, levou à identificação de vários sítios pré-históricos: no sítio denominado **Quinta do Paço 2** foram escavadas várias estruturas em fossa num contexto profundamente alterado pelo plantio de eucaliptos (Freitas, 2007). Nos desenhos de materiais cerâmicos apresentados por André Freitas (*Ibid.*, p. 134-135), apesar da extrema fragmentação dos recipientes exumados, as formas recolhidas nas estruturas 2 e 3 podem remeter-nos para uma utilização do sítio em pleno segundo milénio a.n.e., não se descartando estarmos perante uma ocupação reiterada de um contexto de difícil interpretação desde pelo menos a primeira metade do terceiro milénio a.n.e..

No vale da **ribeira da Beselga**, perto da povoação de Paialvo, João Muralha e João Maurício identificaram um sítio numa área já praticamente destruída pelo avanço de uma saibreira. As sondagens realizadas por Luiz Oosterbeek e Ana Rosa Cruz (Oosterbeek e Cruz, 1998b) não revelaram quaisquer estruturas, apontando-se uma estratigrafia formada por dois níveis holocénicos assentes sobre um terraço pleistocénico. A maior parte dos materiais cerâmicos e líticos provém da "camada B", a que cobre o terraço, e pode adscriver-se ao terceiro milénio a.n.e.; do nível superficial, com escassos materiais arqueológicos, são referidos fragmentos cerâmicos "com paralelos na camada B da Gruta do Cadaval (início do 1º milénio)" (*Ibid.*, p. 217).

Ainda no vale da ribeira da Beselga, mas já no concelho de Torres Novas, situa-se o habitat do Bronze Pleno do **Casal da Torre** (Carvalho *et al.*, 1999; Carvalho, 2009). Identificado em 1994, foi objecto de uma intervenção de caracterização estratigráfica nesse mesmo ano e, na eminência da destruição total do sítio, de escavações sistemáticas entre 1999 e 2003. O habitat foi implantado numa depressão relativamente ampla, em zona naturalmente abrigada na secção norte da escarpa de falha do bordo sudeste do Maciço Calcário Estremenho, um entorno que, aparentemente, já havia atraído as população humanas no Neolítico Antigo. A maior parte do material arqueológico exumado é formado por fragmentos de recipientes cerâmicos onde predominam as formas derivadas da esfera (esféricos, globulares e calotes de esfera), acompanhadas com vasos carenados, alguns de superfícies brunidas, recipientes com perfil troncocónico invertido e fundo plano e formas de armazenamento com colo alto subcilíndrico. Avulta, igualmente, uma componente lítica composta por macro-instrumentos em quartzo e quartzito, com talhe de afeiçoamento e posterior uso como percutores, lascas de quartzito e de sílex para "uso expedito" e produtos laminares de sílex (Carvalho, 2009).

Mais para sul, continuando nesta zona que separa o maciço carbonatado da bacia do Tejo e que é conhecida pelos habitantes locais como "arrife", foram escavados contextos com ocupações atribuídas à Idade do Bronze²⁸. No **Cerradinho do Ginete**, as diversas intervenções arqueológicas que se sucederam de modo descontínuo entre 1993 e 2012 conduziram ao

²⁸ Tratam-se dos sítios arqueológicos conhecidos como Abrigo da Pena D'Água, Cerradinho do Ginete e Arrife das Eirinhas. Os materiais cerâmicos constituídos por fragmentos com superfícies brunidas pertencentes a recipientes com colos pronunciados, originalmente atribuídos à Idade do Bronze (Carvalho, 1998, p. 53), foram recentemente datados dos finais da Idade do Ferro (Carvalho, 2008a; 2009), não se confirmando qualquer nível de ocupação que pertença ao segundo ou inícios do primeiro milénio a.n.e. (informação de António Faustino de Carvalho, que agradecemos).

registo de horizontes de ocupação enquadráveis no Neolítico Antigo, Neolítico Médio e Bronze Pleno, os dois últimos afectados por perturbações pós-deposicionais (Carvalho, 2008b, p. 62-66; Zambujo, 2010). Não são conhecidos muitos detalhes sobre estas ocupações, em especial sobre a que nos importa, para além da referência a materiais cerâmicos com superfícies “quase brunidas”, do Bronze Pleno.

No concelho do **Entroncamento**, nas margens da ribeira de Santa Catarina, a exploração de um areeiro para fornecimento de inertes para os trabalhos de construção do conjunto A23/IC3, em 1993, proporcionou a elementos do Núcleo de Arqueologia da Barquinha a identificação e recolha de material lítico e cerâmico. Duas sondagens da responsabilidade de A. R. Cruz e L. Oosterbeek, junto ao corte do areeiro, apenas forneceram material lítico (Cruz, 1997, p. 294-296), mas os fragmentos cerâmicos entretanto expostos na sede daquela associação não nos deixaram dúvidas sobre a sua integração no Bronze Final. É muito provável que este contexto seja o mesmo ou esteja espacial e cronologicamente relacionado com o referido na base de dados “Endovélico” da DGPC sob o n.º CNS 10666.

Numa localização muito próxima, junto da povoação dos Riachos, no sítio dos **Barreiros**, foram detectados materiais cerâmicos constituídos por fragmentos de recipientes de modelação manual com fabricos e formas que se podem atribuir ao final da Idade do Bronze (Lourenço e Zambujo, 2000): potes de colo subcilíndrico e vasos carenados com superfícies brunidas. Este era um sítio arqueológico muito perturbado pelos trabalhos agrícolas e pelas obras de construção de uma ETAR onde se escavaram estruturas de época romana (um forno de cerâmica e a base de uma grande estrutura de combustão) e que, com elevada probabilidade, foi também o local de instalação de um núcleo de habitat da Idade do Bronze semelhante ao escavado em Rio de Moinhos, na Quinta da Pedreira (Félix, 2006, p. 75-79).

Para ocidente, no concelho de Rio Maior, o **Castro de S. Martinho** domina de forma muito evidente os corredores de ligação entre a região litoral e o vale do Tejo, através das passagens de Rio Maior e do bordo sudoeste do Maciço Calcário Estremenho. Trata-se de um povoado com aparentemente três linhas de muralha, muito alterado e ameaçado pelo avanço de uma pedreira. Deste contexto provêm um machado plano de cobre, machados polidos e um braçal de arqueiro, dos finais do Calcolítico ou mesmo dos inícios da Idade do Bronze, materiais cerâmicos atribuídos à Idade do Bronze, dois machados de talão unifaciais com um só anel, um machado apêndices laterais, um machado de alvado e dois anéis e uma foice de bronze de tipo Rocanes (Paço *et al.*, 1959; Paço, Barbosa e Barbosa, 1962; Monteagudo, 1977, p. 33, n.º 80, p. 141, n.º 838, p. 212, n.º 1345-1346, p. 251, n.º 1725, Taf. 4, Taf. 50, Taf. 96 e Taf. 119; Coffyn, 1985, Pl. L, n.º 8-12).

Algumas centenas de metros a sul de S. Martinho, no **Cabeço de Porto Marinho**, trabalhos de escavação realizados entre 1987 e 1994 num contexto muito alterado pela exploração de um areeiro e pela plantação de um extenso eucaliptal puseram a descoberto importantes níveis do Paleolítico Superior e da Pré-História Recente (Carvalho, 2008b, p. 87-90). Com atribuição à Idade do Bronze, assinalam-se, no *locus* CPM IIIS, cerâmicas de paredes muito finas, brunidas, com cozedura redutora e uma distribuição bastante restrita, intrusivas no nível com cerâmicas do Neolítico Médio e provavelmente associadas a uma datação de carvões dispersos de 3650 ± 50 BP²⁹ (*Ibid.*, p. 89). No *locus* CPM V, uma lareira forneceu uma outra datação sobre carvões, esta de 3230 ± 150 BP³⁰ (*Ibid.*, p. 87). Embora não se conheçam

²⁹ Wk-3128: 3650 ± 50 BP, 2192-1894 cal BC; calibração a 2s (Stuiver e Reimer, 1993; Reimer *et al.*, 2013).

³⁰ SMU-2679: 3230 ± 150 BP, 1886-1120 cal BC; calibração a 2s (Stuiver e Reimer, 1993; Reimer *et al.*, 2013).

exactamente as cerâmicas reportadas, a primeira datação parece ser demasiado antiga para ser compatível com a descrição que delas se faz e o próprio facto de resultar de uma amostra constituída “a partir de carvões dispersos de espécies indeterminadas” (*Ibid.*) é condição suficiente para que seja rejeitada. Do mesmo modo, também não poderá ser admitida a datação associada à lareira, neste caso devido ao seu elevado desvio-padrão.

O chamado **Castro de Sta. Catarina**, localizado numa colina repartida entre os municípios de Alcobaça e das Caldas da Rainha, foi identificado nos finais da década de 1980 aquando da realização dos trabalhos de campo para elaboração de um estudo monográfico sobre o concelho das Caldas da Rainha (Banha da Silva, 1995-96) e objecto de escavações sistemáticas há pouco menos de uma dezena de anos. Infelizmente, os resultados destes trabalhos ainda não se publicaram, mas sabe-se que aqui se puseram a descoberto estruturas e artefactos associados a uma ocupação dos inícios da Idade do Ferro que poderá ter começado ainda no decorrer do Bronze Final, com cerâmicas de armazenamento de colo alto, recipientes carenados e brunidos, cerâmicas cinzentas e formas afins dos *pithoi* fenícios, para além de duas contas de pasta vítrea de cor azul. Registam-se ainda alguns fragmentos cerâmicos e material lítico talhado atribuído a uma ocupação neolítica e abundante material de época romana.

Para terminar, parece ser muito semelhante ao de Sta. Catarina a ocupação do final da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro do **Outeiro da Assenta** (Óbidos). As escavações que aqui se realizaram nos inícios do século XX sob a direcção de Félix Alves Pereira, primeiro, e Luís Chaves, documentaram uma estratigrafia muito alterada, sobretudo pelas perturbações provocadas pelo nível de ocupação final, datado de Época Romana (Cardoso e Martins, 2009). Entre os materiais recolhidos, situados cronologicamente entre o Neolítico Antigo Evolucionado e os inícios da romanização, registam-se cerâmicas carenadas e brunidas atribuídas ao Bronze Final e um conjunto de recipientes montados ao torno, de tradição orientalizante mas considerados tardios dentro deste horizonte pelos autores do estudo do espólio da escavações de há um século (*Ibid.*, p. 283-285), como alguns vasos com asas bilobadas ou de secção circular, a cerâmica cinzenta ou cinzenta escura brunida, as taças carenadas com pastas alaranjadas e os potes de colo alto com bordo dito “em aba” e decoração de linhas incisivas onduladas na transição entre o colo e o bojo. Como não se encontra explicitamente demonstrada na estratigrafia a separação entre uma ocupação do final da Idade do Bronze e esta do Ferro Antigo (que poderá ser, apesar da opinião contrária dos autores antes referidos, ligeiramente anterior ao século VI a.n.e.), não podemos excluir a hipótese de se tratar de uma única fase de ocupação da primeira metade do primeiro milénio a.n.e.

2.4. O Megalitismo na Idade do Bronze

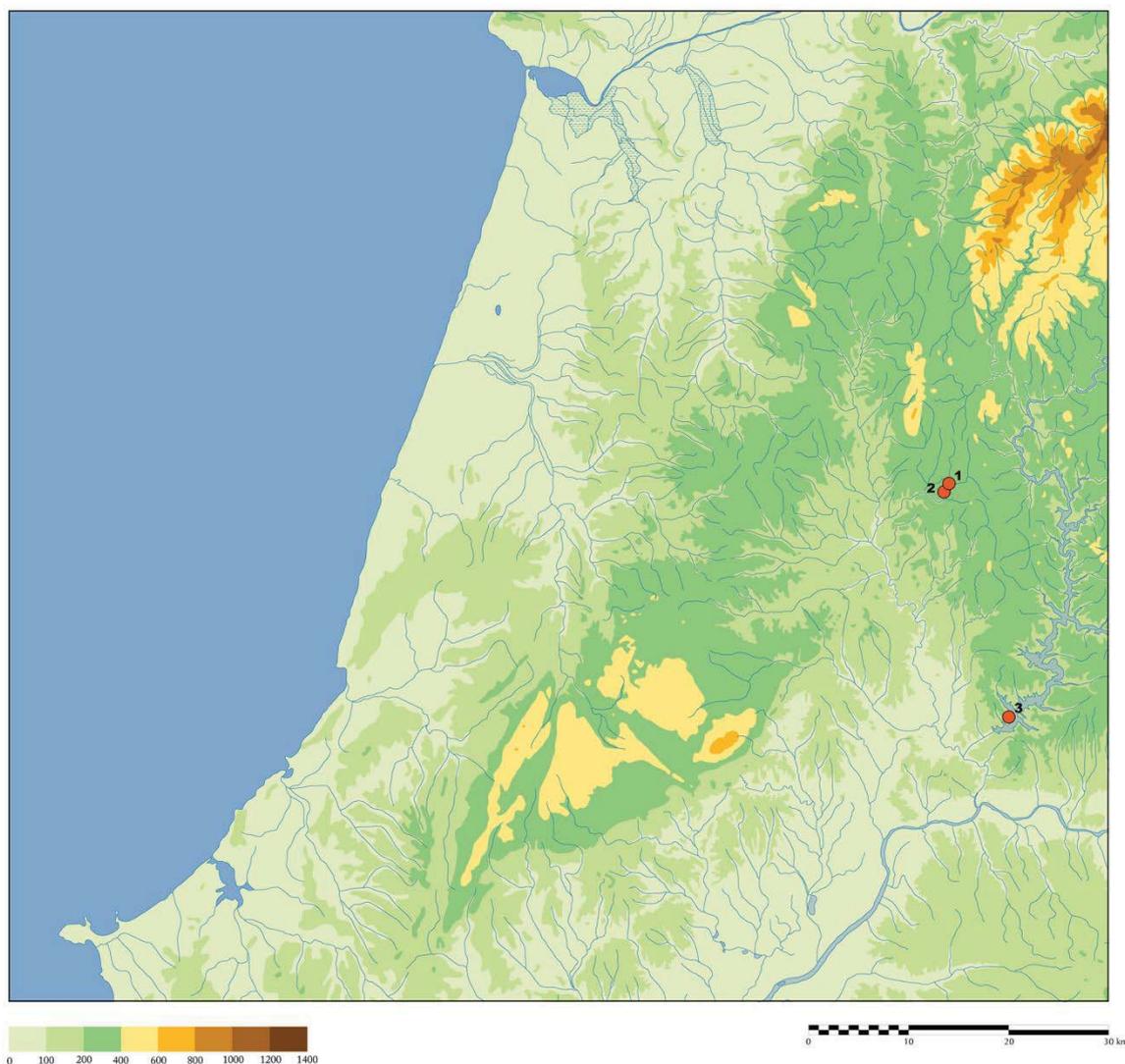


Figura 11. Distribuição dos monumentos megalíticos utilizados ou reutilizados durante a Idade do Bronze: 1. Anta 2 do Rego da Murta (Alvaiázere); 2. Anta 1 do Rego da Murta (Alvaiázere); 3. Anta 1 do Vale da Laje (Tomar).

Durante a Idade do Bronze, as expressões de carácter funerário assumiram diversas facetas, tendo sido uma delas a continuação do uso ou a reutilização de construções funerárias mais antigas, nomeadamente as de tipo megalítico. Desenvolveremos um pouco mais esta questão no capítulo final deste artigo (cf. *infra*, 4.). Por agora importa tão só fazer uma breve referência aos contextos megalíticos regionais onde foi possível detectar a presença de enterramentos ou materiais que se podem inserir na etapa que aqui analisamos.

Começamos pela **Anta 1 do Rego da Murta**, Alvaiázere, onde a investigação empreendida por A. Figueiredo (2004; 2010; 2013) isolou materiais cerâmicos enquadráveis na Idade do Bronze, compatíveis com duas datações obtidas sobre material osteológico humano

exumado junto à zona da cabeceira e no centro do corredor (Figueiredo, 2004, Quadro 1)³¹. Estas datas são suficientemente distintas entre si para que possamos defender sem demasiada dificuldade a presença de pelo menos dois momentos de deposição de material fúnebre na transição entre o terceiro e o segundo milénio a.n.e., provavelmente com mais de um século de diferença. Por outro lado, se bem que não confirmado pelo conjunto de datações absolutas entretanto realizadas, também na **Anta 2 do Rego da Murta** parecem estar presentes algumas formas mais recentes do que o limite cronológico teoricamente admissível a partir da leitura das datações, que não ultrapassaria os finais da primeira metade do terceiro milénio a.n.e., sobretudo as que foi possível exumar no corredor da estrutura megalítica (Figueiredo, 2010, p. 87-89 e Fig. 4).

Junto ao rio Zêzere, na sua margem direita, a **Anta 1 do Vale da Laje**, concelho de Tomar, foi escavada nos finais da década de 1980 e inícios da seguinte. Conquanto o grosso dos enterramentos seja do Neolítico Final e do Calcolítico, há uma referência a "cerâmicas da Idade do Bronze com uma dispersão limitada (raio inferior a um metro) que indicia serem os vestígios de depósitos votivos mais tardios" (Oosterbeek, Cruz e Félix, 1992, p. 39). A. R. Cruz (1997, p. 264-266) assinalou a presença de bolsas com cerâmicas atribuíveis ao Bronze Inicial na "camada A" do monumento, nomeadamente formas acampanadas lisas depositadas na zona do corredor (*Ibid.*, p. 265).

3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA IDADE DO BRONZE NO CENTRO-OESTE DE PORTUGAL: UMA SÍNTESE MUITO BREVE

O registo material que se pode atribuir aos inícios da Idade do Bronze na região centro-ocidental de Portugal, que, na prática arqueológica actual, se vem consolidando sob a designação de Bronze Pleno (cf., por exemplo, Senna-Martínez, 1994; Jorge, 1995; Carvalho *et al.*, 1999; Cardoso, 2004; 2005) ou, em alternativa, Primeira Idade do Bronze (Senna-Martínez, 2002; 2007), é constituído por contextos de todos os tipos que atrás registámos. Com excepção das deposições realizadas na Anta 1 do Rego da Murta, a que ainda há pouco aludimos, e do povoado do Agroal, mais nenhum destes contextos conta com datações absolutas que facilitem o posicionamento cronológico dos materiais documentados. Por conseguinte, à generalidade dos investigadores não resta outra solução senão recorrer a critérios tipológicos e comparativos para o isolamento dos artefactos considerados do Bronze Pleno, nomeadamente dos metálicos e cerâmicos.

A respeito dos materiais metálicos, é hoje um dado praticamente adquirido que a metalurgia do bronze não se desenvolveu na fachada ocidental da Península Ibérica a sul do rio Douro antes do Bronze Final, persistindo uma mais ou menos pujante metalurgia do cobre durante os cerca de mil anos que terá durado esta primeira fase da Idade do Bronze (Senna-Martínez, 2007, p. 120), talvez por dificuldades de acesso ao estanho — o que não se afigura muito credível face às evidências de contactos bastante expressivos entre o centro-litoral, o interior-centro e, inclusive, o interior-norte do território português nesta época — ou, o que se afigura mais plausível, porque a tradição da produção de artefactos em cobre, com efectiva redução de minérios de cobre por vezes ricos em arsénio, estava de tal modo cimentada havia

³¹ Beta 189999: 3510±40 BP, 1940-1700 cal BC; Beta 190000: 3640±40 BP, 2135-1907 cal BC; calibração a 2s (Stuiver e Reimer, 1993; Reimer *et al.*, 2013).

muitos séculos, realidade que era, aliás, comum à generalidade da metade meridional da Península Ibérica (Cardoso, 2004, p. 170-173).

Os testemunhos metálicos mais antigos dentro da Idade do Bronze seriam, sobretudo, os que fariam parte de um "pacote artefactual de acompanhamento" de novas práticas funerárias que seriam o reflexo de profundas alterações de cariz sociopolítico e ideológico (Senna-Martínez, 2007, p. 121): pontas de seta de tipo Palmela, punhais de lingueta, alabardas e algumas jóias áureas. Cerâmicas campaniformes decoradas tardias e campaniformes não decoradas, botões com perfuração em V e braçais de arqueiro em pedra completariam este leque de artefactos que, por vezes, é difícil de separar de conjuntos atribuídos ao Calcolítico Final. O mesmo se pode dizer dos restantes componentes da metalurgia do cobre, mas normalmente recuperados em contextos de habitat, como os machados planos e outros instrumentos do quotidiano.

Os machados planos parecem mostrar uma evolução paulatina das formas simples trapezoidais com bordos rectilíneos e gume direito ou apenas ligeiramente convexo, da primeira metade do terceiro milénio a.n.e., em direcção às formas de maior tamanho e peso, com bordos claramente divergentes, côncavos, e gume largo bastante convexo, que se integram no tipo chamado Bujões/Barcelos, sem que se pretenda afirmar que esta aparente evolução seja local e directa. Pelo contrário, parece-nos mais lógico admitir uma progressiva adaptação formal dos simples machados planos calcolíticos a morfologias de gume mais convexo e funcionalmente mais eficazes sem que seja necessário defender uma derivação de tipo genético dos machados planos calcolíticos do centro-oeste peninsular nos machados de largo gume convexo próprios do segundo milénio a.n.e., aliás oriundos de outras paragens mais setentrionais (*Ibid.*, p. 129-131). Estes teriam aparecido no espaço compreendido entre o Mondego e o Tejo em meados do segundo milénio a.n.e. (*Ibid.*, p. 130, Fig. 8), produzindo-se em cobre arsenical e em bronze, embora não seja claro se os exemplares em bronze são produtos locais ou importações aqui chegadas através das redes de contactos inter-regionais.

Ainda segundo J. C. Senna-Martínez (*Ibid.*, p. 126), os machados de tipo Bujões/Barcelos seriam os sucessores das alabardas, seja como elementos do espólio funerário ou como marcadores territoriais. Só se conhecem duas alabardas em todo o centro-oeste peninsular, a registada na Gruta das Redondas, Alcobaça, e a do povoado das Baútas, Amadora (Senna-Martínez, 1994), enquanto que os machados de largo gume convexo contam-se em mais de uma dezena (Senna-Martínez *et al.*, 2013). A substituição da panóplia metálica herdada do Calcolítico deverá ter sido gradual, aparecendo, para além dos machados de tipo Bujões/Barcelos, os punhais de rebites, as pontas com longo pedúnculo e barbelas e os punções losânicos (Senna-Martínez, 1994, p. 172, nota 33 e p. 173, Quadro III). Na ourivesaria, as espirais e cadeias de espirais, bem como as peças laminadas, de tradição mais antiga (Cardoso, 2004, p. 155-157), dariam lugar a braceletes maciças, lisas primeiro, depois, já numa fase avançada e de transição para o Bronze Final, decoradas com padrões geométricos incisos de tipo Sagrajas/Berzocana e com decorações mais complexas do âmbito Villena/Estremoz (Perea, 2005).

Igualmente problemática é a individualização de formas e produções cerâmicas que sejam características dos contextos habitacionais do Bronze Pleno, quer porque são praticamente inexistentes os sítios que tenham sido objecto de escavações sistemáticas, quer porque a maior parte do repertório cerâmico conhecido provém de grutas, quer, ainda, porque existe clara continuidade de algumas produções do Bronze Pleno relativamente a períodos anteriores — o caso das chamadas formas do “fundo comum neo-calcolítico” (Senna-Martínez, 1993a; Carvalho *et al.*, 1999) — e ao Bronze Final — trata-se, neste aspecto, de saber se é possível separar determinadas formas apenas com base em critérios morfotécnicos (a altura e a angulosidade das carenas, a altura e delineação dos colos dos potes, o tratamento

das superfícies, entre outros exemplos). Contudo, enquanto não pudermos contar com outros instrumentos metodológicos de diferenciação do repertório vascular que se fundamentem, acima de tudo, em estratigrafias bem caracterizadas e datadas, teremos que continuar a fazer uso daqueles que estão actualmente ao nosso dispor, que se baseiam na extrapolação por comparação das realidades melhor conhecidas no interior-centro e no sul do país, calibradas com os dados fornecidos pelas escavações realizadas no Agroal (Lillios, 1991; 1993), no Casal da Torre (Carvalho *et al.*, 1999; Carvalho, 2009) e, já fora da região em análise, no Catujal, Loures (Carreira, 1997). Tanto o Agroal, como o Catujal forneceram datações absolutas: se, para o sítio ribatejano, as datações são pouco menos que inúteis devido ao elevado desvio-padrão que apresentam, no Catujal a datação de uma amostra de fauna doméstica coloca a ocupação deste contexto, com evidentes afinidades meridionais, dentro do primeiro quartel do segundo milénio a.n.e. (Cardoso, 2004, p. 165; Mataloto, 2006, p. 103)³².

Recuperando o registo disponível, parecem ser seguras as ocupações do Bronze Pleno nos contextos de habitat do Agroal e do Casal da Torre, que contam com uma elevada percentagem de cerâmicas do “fundo comum” (globulares, esféricas, taças hemisféricas e em calote) em conjunto com formas carenadas de paredes espessas e não brunidas. Para outros sítios assinalados na Fig. 8 as informações não são tão detalhadas e a sua atribuição a esta etapa não pode ser considerada totalmente segura. Outros contextos, como o Castro de S. Martinho, poderão ter sido ocupados pela primeira vez ainda antes de iniciada a segunda fase da Idade do Bronze, prolongando-se a sua ocupação pelo Bronze Final, tal como terá acontecido no Agroal. Por outro lado, praticamente todas as grutas e abrigos sob rocha do bordo sudeste do Maciço Calcário Estremenho e das terras a oeste deste acidente orográfico forneceram materiais cerâmicos e, algumas vezes, metálicos, datados do Bronze Pleno e do Bronze Final, não sendo esta realidade tão evidente na metade norte, onde predominam os espólios mais tardios. É provável que as deposições em ambientes subterrâneos atribuídos ao Bronze Pleno sejam exclusivamente funerárias, similares às que se realizaram em construções megalíticas pré-existentes.

Na passagem para o Bronze Final ou já plenamente dentro deste período, emerge um povoamento de altura que se fortifica em dado momento, não sendo ainda claro se o processo de fortificação ocorre simultaneamente ao da ocupação de alcantilados ou se é mais tardio, se a instalação em altura resulta apenas de alterações ao nível da organização interna destas sociedades ou é consequência de pressões externas provocadas por um mundo em rápida mudança após a instalação e consolidação do sistema colonial oriental (Félix, 2006; Wagner, 2006). A cultura material associada a estes sítios mostra algumas alterações relativamente à fase anterior (Senna-Martínez, 1993b; Vilaça, 1995; Cardoso, 2004; Cardoso e Silva, 2004; Félix, 2006), aparecendo agora toda uma série de cerâmicas carenadas de paredes mais finas e superfícies normalmente brunidas, que comportam transformações morfológicas, regra geral elencadas na elevação da linha da carena, na tendência para que os bordos sejam mais salientes e que a sua projecção vertical ultrapasse a carena. Desaparecem as carenas esbatidas, as formas acampanadas e as do “fundo comum neo-calcoítico” da fase anterior. Nos recipientes de maior tamanho, consolidam-se os colos desenvolvidos, subcilíndricos, em formas que, por vezes, recebem decoração impressa sobre o lábio e, também frequentemente, possuem superfícies alisadas à escova, ditas *cepilladas*. Se bem que não sejam exclusivas, as bases planas, já amplamente divulgadas no Bronze Pleno, tornam-se maioritárias face aos fundos convexos/arredondados e aos umbilicais, estes apenas presentes nas produções de melhor qualidade. As decorações praticamente desaparecem, persistindo as já referidas impressões sobre os lábios de recipientes de armazenagem e cozinha, mais

³² ICEN-843: 3570±45 BP, 2031-1771 cal BC; calibração a 2s (Stuiver e Reimer, 1993; Reimer *et al.*, 2013).

raramente em vasos carenados de menor porte, e os padrões geométricos brunidos aplicados a recipientes de diversas tipologias e fabricos, embora na região em apreço, muito por falta de investigação sistemática, contemos tão só com alguns exemplares provenientes de contextos de habitat e de deposições subterrâneas.

Os locais de habitat de reduzidas dimensões, conhecidos no Bronze Pleno (cf., por exemplo, Casal da Torre e contextos ainda mal caracterizados do bordo sudeste do Maciço Calcário Estremenho), devem ter tido seguimento para o Bronze Final, podendo sítios como as Casas Velhas e a Enxofreira, junto ao Agroal, e o povoado do Entroncamento ter constituído exemplos dessa tipologia. Os chamados "casais agrícolas", cujo conceito foi definido em primeira mão por Marques e Andrade (1974) e depois utilizado por outros autores (Cardoso, 1995; 2004; Félix, 1997; Félix *et al.*, 2005), são conhecidos nas margens do Tejo durante o Bronze Final e inícios da Idade do Ferro e no estuário do Mondego a partir da Idade do Ferro, mas a sua origem será certamente anterior, a julgar pelos casos do Bronze Pleno atrás enunciados, e pelo próprio exemplo da Tapada da Ajuda (Lisboa), talvez o contexto paradigmático desta tipologia de ocupação e exploração do território, onde às datações absolutas relativamente antigas poderíamos juntar a inexistência de qualquer fragmento com decoração brunida (no entanto, argumento não conclusivo) e a presença de formas algo arcaizantes. Esta aparente dicotomia entre modalidades de povoamento tem vindo a levantar um conjunto de questões sobre a natureza da organização sociopolítica destas comunidades e a sua evolução, mas este não é o lugar nem o momento para tratarmos este assunto.

No domínio das produções metálicas, com o Bronze Final chegam novos machados, de talão com lâmina nervurada, unifaciais ou bifaciais, que substituem os machados planos de tipo Bujões/Barcelos, talvez com um passo intermédio representado pelos exemplares de talão sem anéis e gume ainda alargado e bastante convexo. Nesta região, os machados unifaciais com um anel predominam largamente sobre as restantes tipologias desta fase e aparecem ainda em alguns "depósitos" ao lado de machados de alvado, talvez algo mais recentes do que aqueles produtos mas, de certeza, parcialmente contemporâneos. Porém, o que é mais importante agora é a diversificação das produções, levada a um nível desconhecido até então, com novas armas – punhais de rebites e lâmina nervurada de tipo Porto de Mós, espadas e pontas de lança –, instrumentos – machados, foices de talão, cinzéis, escopros, tenazes, etc. – e elementos de adorno pessoal – argolas, braceletes, fíbulas, entre outros –, e a multiplicação das deposições em contextos de vários tipos, dos quais devemos realçar, pela complexidade interpretativa que acarretam, os "depósitos" formados por conjuntos de objectos. Sem relevar a provável carga simbólica envolvida na formação destes contextos, já devidamente valorizada por Raquel Vilaça (2006), a constituição de conjuntos fechados formados, muitas das vezes, por peças deterioradas, fragmentadas, acompanhadas por material informe, e, em outros casos, como o de Coles de Samuel (Soure), por peças sem vestígios de utilização e fundidas no mesmo molde, pode ser representativa de um acréscimo quase exponencial da produção metalúrgica nos momentos finais da Idade do Bronze. Mas teremos que ser também prudentes e não colocar de lado a hipótese de grande parte dos artefactos metálicos próprios do Bronze Pleno ter sido refundida e, por isso, não ter entrado no registo arqueológico.

Nos inícios do primeiro milénio a.n.e., se aceitarmos as mais recentes datações absolutas de Huelva (González de Canales, Serrano y Llopart, 2006; 2010), a Península Ibérica vê-se envolvida num processo histórico que inaugura um complexo sistema de relações de cumplicidade e resistência que é característico da instalação e desenvolvimento de estruturas de tipo colonial (Wagner, 2005; 2006; Moreno Arrastio, 2008). É possível que as profundas alterações produzidas nas várias dezenas de anos que deverá ter durado este processo tenham provocado diferentes respostas por parte das sociedades indígenas, conforme essas respostas tenham sido de cumplicidade, de colaboração com os grupos colonizadores, ou de resistência,

normalmente motivada por necessidades tão básicas como a da sobrevivência do grupo num contexto de realização de frequentes razias para a aquisição de mão de obra escrava.

Assumimos claramente uma abordagem de valorização das perspectivas que defendem a existência de um processo violento e traumático, como o são todos os episódios de opressão colonial. A existência de "territórios da cumplicidade", face a outros que são delapidados dos seus recursos, nomeadamente humanos, poderá encontrar-se plasmada na forma e no grau com que os materiais orientalizantes chegam a determinados sítios e regiões e não aparecem noutros, ou apenas surgem em quantidades ínfimas, sítios e regiões onde, por outro lado, se observa a emergência generalizada de povoados de altura fortificados, como foi sugerido, por exemplo, por C. G. Wagner (Moreno Arrastio, 2000; 2006, p. 197). Mais do que uma certeza fundada em dados arqueológicos irrefutáveis, esta é uma hipótese de trabalho que terá que ser investigada de modo mais aprofundado. Até lá, não queremos deixar de chamar a atenção para a distribuição dos sítios com materiais orientalizantes na fachada litoral, a sua presença em dois contextos que controlam o acesso ao interior (Ourém e Trás de Figueiró), que, juntamente com os dados conhecidos no vale do Tejo e na Beira Interior/Extremadura e o desconhecimento de níveis similares entre a Cordilheira Central portuguesa e o rio Tejo, parecem configurar os tais "territórios da cumplicidade" que se enfrentam a outros que resistem e tentam sobreviver.

Que a Idade do Bronze tenha acabado através de um processo violento, pelo menos em várias regiões da Península Ibérica, não nos ficam muitas dúvidas. Restam-nos, isso sim, sobre as formas como as transformações que conduziram às sociedades da Idade do Ferro se operaram em cada contexto regional concreto e, mesmo, ao nível de cada local de povoamento onde essas transformações se repercutiram. Foram alterações de monta que afectaram em diferentes graus os vários grupos envolvidos, de tal modo que o final do Ferro Antigo teve consequências díspares nas diversas regiões peninsulares. Este é um assunto actualmente em investigação, sobre o qual contamos publicar algumas ideias muito em breve.

4. BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J., ed. (1990) - *Nova História de Portugal. 1: Portugal, das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. V. (1959) - Antiquidades de Torres Novas. II parte: estação pré-histórica das Lapas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 69:3-4, p. 501-510.

ARAÚJO, A. C.; ZILHÃO, J. (1991) – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. (1993) - *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria: do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.

BANHA DA SILVA, R. (1995-96) – Caldas da Rainha: a experiência desenvolvida em Santa Catarina. In *Actas do 1º Seminário de Património da Região Oeste*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, p. 47-59.

BARBOSA, P. G. (1983) - Castro romanizado de Parreitas. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 3, p. 11-12.

BARBOSA, P. G., ed. (2008) - *A região de Alcobaça na Época Romana: a estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)*. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça.

BATATA, C. (1997) - *As Origens de Tomar: Carta Arqueológica do Concelho*. Tomar: Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar.

BATATA, C. (2006) - *Idade do Ferro e Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BATATA, C.; GASPAR, F. (1993) - Catálogo das estações arqueológicas da *Civitas de Sellium*. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar. 18, p. 29-46.

BATATA, C.; GASPAR, F.; BATISTA, A. (1999) - O ineditismo do 1º milénio a.C. na bacia hidrográfica do rio Zêzere no contexto da Arqueologia proto-histórica nacional. In *Actas del II Congreso de Arqueología Peninsular*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá / Fundación Rei Afonso Henriques, Vol. III, p. 25-36.

BERNARDES, J. P. (2002) - *Civitas Collipponensis*. Universidade de Coimbra [dissertação de doutoramento, não publicada].

BETTENCOURT, A. M. (1988) - A freguesia de Turquel (Alcobaça): alguns dados arqueológicos. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 153-188.

BICHO, N. F. (1995-97) - A ocupação epipaleolítica do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 13-15, p. 53-86.

BICHO, N. F.; HAWS, J.; HOCKETT, B.; MARKOVA, A.; BELCHER, W. (2003) – Paleoecologia e ocupação humana da Lapa do Picareiro: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 49-81.

BRANDHERM, D. (2007) - *Las espadas del Bronce Final en la Península Ibérica y Baleares*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

CARDOSO, J. L. (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.

CARDOSO, J. L. (2004) - *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (2005) - Visibilidade e invisibilidade do património arqueológico: o caso do Bronze Pleno da Estremadura. *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*. Lisboa. III Série, 6, p. 7-27.

CARDOSO, J. L. (2010-11) - A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 579-590.

CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2009) - O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.

- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa da Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 227-271.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; CARREIRA, J. R. (1996) - O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARREIRA, J. R. (1994) - A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- CARREIRA, J. R. (1996a) - As ocupações das Idades do Cobre e do Bronze da Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 91-112.
- CARREIRA, J. R. (1996b) - Materiais da Idade do Bronze da Gruta da Nascente do Almonda (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 113-123.
- CARREIRA, J. R. (1997) - Catujal: um povoado da Idade do Bronze (Médio) à entrada da “Ria de Loures”. Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 119-140.
- CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L. (2001-02) - A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARTAILHAC, E. (1886) - *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: C. Reinwald.
- CARVALHO, A. F. (1998) - O abrigo da Pena d’Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados dos trabalhos de 1992-1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:2, p. 39-72.
- CARVALHO, A. F. (2008a) - Cerâmica estampilhada do Abrigo da Pena d’Água (Torres Novas): contexto, cronologia e breve enquadramento regional. In BERNARDES, J. P., org. – *Sic memorat: estudos em homenagem a Teresa Júdice Gamito*. Faro: Universidade do Algarve, p. 53-68.
- CARVALHO, A. F. (2008b) - *A Neolitização do Portugal Meridional: os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve.
- CARVALHO, A. F. (2009) - Contribuição para o conhecimento do talhe da pedra na Idade do Bronze da Estremadura: o conjunto do Casal da Torre (Torres Novas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 457-466.
- CARVALHO, A. F.; BRAGANÇA, F.; NETO, F.; JUSTINO, L. (1999) - O sítio da Idade do Bronze “Pleno” do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa. 5, p. 63-81.
- CARVALHO, A. F.; NUNES, A.; GONÇALVES, C.; PEREIRA, J. (2010-11) - A ocupação calcolítica do Castelo de Ourém: contextos, cultura material, zooarqueologia, cronologia absoluta e integração regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 407-418.
- CARVALHO, A. F.; JACINTO, M. J.; DUARTE, C.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (2000) - Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*. Torres Novas. 12, p. 151-172.
- COELHO, R. G. (2005) - Leiria num tempo de mudança: aproximação à transição da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro. In *Habitantes e Habitats: Pré e Proto-História na Bacia do Lis*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, p. 118-134.

COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.

CORRÊA, A. M. M.; TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

CORREIA, V. H. (1993) - Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 229-283.

CORTES, V.; FERREIRA, O. V.; FURTADO, A.; MAURÍCIO, A. S.; MONTEIRO, J. A. (1977) - Lapa do Suão (Bombarral): relatório da campanha de escavações de 1970. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 83, p. 219-237.

COUTINHO, J. E. R. (1986) – *Ansião: perspectiva global da Arqueologia, História e Arte da vila e do concelho*. Coimbra: Ed. do Autor.

CRUZ, A. R. (1997) - *Vale do Nabão: do Neolítico à Idade do Bronze*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

CRUZ, A. R. (2011) - *A Pré-História Recente no vale do Baixo Zêzere*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. (1985) - A gruta do Cadaval: elementos para a Pré-História do Vale do Nabão. In *Arqueologia na região de Tomar: da Pré-História à actualidade*. Tomar: Câmara Municipal de Tomar, p. 61-76.

CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. (1998) - Povoado de Sobral Chão. *Techne*. Tomar. 4, p. 157-169.

CRUZ, A.; GRAÇA, A.; OOSTERBEEK, L.; ALMEIDA, F.; DELFINO, D. (2013) – Gruta do Morgado Superior: um estudo de caso funerário no Alto Ribatejo (Tomar, Portugal). *Vínculos de Historia*. Ciudad Real. 2, p. 143-168.

DELGADO, J. F. N. (1867) - *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Primeiro opúsculo: notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

FÉLIX, P., (1997) - O final da Idade do Bronze no médio Tejo: Quinta da Pedreira: notícia de duas campanhas de escavações arqueológicas (1994 e 1996). *Al-madan*. Almada. IIª Série, 6, p. 33-37.

FÉLIX, P. (1999) - Serra de Alvaiázere: um povoado fortificado do Bronze Final no centro de Portugal. *Al-madan*. Almada. IIª Série, 8, p. 63-71.

FÉLIX, P. (2006) - O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 65-92.

FÉLIX, P.; TRIÃES, R.; LENGUAZCO, R.; COROADO, J., (2005) - Quinta da Pedreira (Abrantes, Portugal): a Late Bronze Age “farm” in the lower Tagus valley. In *Bronze Age in Europe and the Mediterranean*. Oxford: Archaeopress, p. 217-226 [British Archaeological Reports - International Series 1337].

FERNÁNDEZ GARCÍA, S. (1997) - Los puñales tipo “Porto de Mos” en el Bronce Final de la Península Ibérica. *Complutum*. Madrid. 8, p. 97-124.

- FIGUEIREDO, A. (2004) - Contributo para o estudo e compreensão do megalitismo no Alto Ribatejo: a Anta 1 do Rego da Murta, Alvaiázere, Leiria. In BICHO, N.; CARVALHO, A. F., eds. - *Simbolismo, arte e espaços sagrados na Pré-História da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve, p. 69-88.
- FIGUEIREDO, A. (2010) - Rituals and death cults in Recent Prehistory in Central Portugal (Alto Ribatejo). *Documenta Praehistorica*. Ljubljana. 37, p. 85-94.
- FIGUEIREDO, A. (2013) - O sítio arqueológico Anta 1 do Rego da Murta. *Antrope*. Tomar. 0, p. 8-16.
- FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C. (2011) - Ponta de lança da Gruta da Nascente do Algarinho (Penela) no contexto da metalurgia do Bronze Final. In *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, Penela, Terras de Sicó, Portugal*. Penela: Câmara Municipal de Penela, p. 41-49.
- FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; VILAÇA, R. (2013) - Characterisation of a Proto-historic bronze collection by micro-EDXRF. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research Section B*. Amsterdam. 296, p. 26-31,
- FREITAS, A. (2007) - *Quinta do Paço, ocupação pré-histórica e ritual: análise de um complexo da Pré-História Recente do Alto Ribatejo*. Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [dissertação de mestrado, não publicado].
- FURTADO, A.; MAURÍCIO, A. S.; CORTES, V.; MONTEIRO, J. A. (1969) - Lapa do Suão (Bombarral). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 63-69.
- GONÇALVES, J. L. M. (1994) - Castro da Columbeira: uma primeira fase do Calcolítico Médio estremenho? *Al-madan*. Almada. IIª Série, 3, p. 5-7.
- GONÇALVES, V. S. (1972.) - Urna nova necrópole da Idade do Bronze: a Gruta da Marmota. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 213-218.
- GONÇALVES, V. S. (1978) - *A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaca*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, A. M.; BARBAZA, M.; COULAROU, J.; GREDDER, D. (1987) - Le Néolithique Ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal). In GUILAINE, J.; COURTIN, J.; ROUDIL, J.-L.; VERNET, J.-L., dir. - *Premières communautés paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: Éditions du CNRS, p. 673-680.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, L.; LLOMPART, J. (2006) - Las evidencias más antiguas de la presencia fenicia en el sur de la Península. *Mainake*. Málaga. 28, p. 106-128.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, L.; LLOMPART, J. (2010) - El inicio de la Edad del Hierro en el suroeste de la Península Ibérica, las navegaciones precoloniales y cuestiones en torno a las cerámicas locales de Huelva. In *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, p. 648-698.
- HARDAKER, R. (1976) - Las hachas de cubro en la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*. Castellón. 3, p. 151-171.
- HELENO, M. (1935) - Jóias pré-romanas. *Ethnos*. Lisboa. 1, p. 229-258.

JORGE, S. O., ed. (1995) - *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.

KALB, P. (1980) - Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. Mainz am Rhein. 58, p. 25-59.

KALB, P. (1998) - Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. In JORGE, S. O., ed. - *Existe uma Idade do Bronze Atlântica?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 157-165.

LILLIOS, K. T. (1991) - *Competition to fission: the Copper to Bronze Age transition in the lowlands of west-central Portugal (3000-1000 BC)*. Yale University [PhD thesis, não publicado].

LILLIOS, K. T. (1993) - Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 23:3-4, p. 261-291.

LOURENÇO, S.; ZAMBUJO, G. (2000) – A estrutura de combustão de Barreiros (Riachos). *Nova Augusta*. Torres Novas. 12, p. 195-224.

MACHADO, L. S. (1920) - Outra excursão arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 304.

MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) - Aspectos da Protohistória do território português. 1: Definição e distribuição da Cultura da Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do 3.º Congresso Nacional da Arqueologia*. Porto. Vol. II, p. 125-148.

MARQUES, P. A. C. (1999) - Novo contributo para o estudo do passado arqueológico de Alvaiázere. *Techne*. Tomar. 5, p. 65-140.

MATALOTO, R. (2006) - Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 83-108.

MATEUS, J.; QUEIROZ, P. (1984) - Gruta da Avecasta. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, p. 92-93.

MAURÍCIO, J. (1988) - Contribuição para o conhecimento da Pré-História do concelho de Torres Novas. *Almondinha*. Torres Novas. 2, p. 6-9.

MELO, A. A. (2000) - Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:1, p. 15-120.

MONTEAGUDO, L. (1977) - *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung.

MORENO ARRASTIO, F. (2000) - Tartessos, estelas, modelos pesimistas. In FERNÁNDEZ URIEL, P.; WAGNER, C. G.; LÓPEZ PARDO, F., eds. - *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo*. Madrid: Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 153-174.

MORENO ARRASTIO, F. (2008) - En "El corazón de las tinieblas": forma y dinámica de la colonización fenicia de Occidente. *Gerión*. Madrid. 26:1, p. 35-60.

NATIVIDADE, M. N. (1903) - Grutas de Alcobaça: materiaes para o estudo do Homem. *Portugalia*. Porto. 1:3, p. 433-474.

OOSTERBEEK, L. (1997) - *Echoes from the East: Late Prehistory of the North Ribatejo*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. R. (1998a) - Serra de Alvaiázere. *Techne*. Tomar. 4, p. 142-156.

OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. R. (1998b) - Povoado da Ribeira da Beselga. *Techne*. Tomar. 4, p. 211-229.

OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. R.; FÉLIX, P. (1992) - Anta 1 de Val da Laje: notícia de 3 anos de escavações (1989-91). *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar. 16, p. 31-49.

OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. R.; PIRES, C.; SÁ, L.; PARRACHO, C. (1992) - Notícia do restauro de sete vasos pré-históricos da Gruta da Rexaldia. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar. 16, p. 67-76.

PAÇO, A. (1966) - Grutas de Alcobaça: aditamento. *Zephyrus*. Salamanca. 17, p. 89-99.

PAÇO, A.; VAULTIER, M. (1945) - Braceletes de ouro da Atouguia da Baleia (Peniche). *Boletim da Junta da Província da Estremadura*. Lisboa. 10, p. 409-423.

PAÇO, A.; BARBOSA, F. B.; BARBOSA, F. (1962) - Foicinha de bronze do Castelo de S. Martinho (Rio Maior). In *Actas do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências - Secção VII: História e Arqueologia*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências [separata].

PAÇO, A.; BARBOSA, F.; SOUSA, J. N.; BARBOSA, F. B. (1959) - Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior). In *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Vol. I, p. 281-292.

PAÇO, A.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1942) - Notas sobre a Lapa da Bugalheira. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*. Porto. 13:2, p. 116-119.

PAÇO, A.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1947) - Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11:1-2, p. 171-187.

PAÇO, A.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1971) - Resultado das escavações na Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 55, p. 23-48.

PEREA, A. (2005) - Mecanismos identitarios y de construcción de poder en la transición Bronce-Hierro. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62:2, p. 91-103.

PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (2008) - Tradición, cambio y ruptura generacional: la producción orfebre de la fachada atlántica durante la transición Bronce-Hierro de la Península Ibérica. In CELESTINO, S.; RAFEL, N.; ARMADA, X.-L., eds. - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e): la precolonización a debate*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 509-520.

PEREIRA, J. S. (2006) - *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.

PEREIRA, M. A. H. (1971) - O esconderijo do Bronze Final de Coles de Samuel (Soure). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série IX, 3, p. 165-174.

PESSOA, M. (2002) - Uma ponta de lança do Bronze Final: Gruta do Algarinho / Sistema do Dueça, Penela, Portugal. In *Actas do IV Congresso Nacional de Espeleologia*. Leiria: Federação Portuguesa de Espeleologia, p. 124-127.

PONTE, S. (1984) - Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré). *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 87-95.

PONTE, S. (1994) - Uma foice da Idade do Bronze de S. Pedro do Crasto (Ferreira do Zêzere). *Portugalia*. Porto. Nova Série, 15, p. 155-158.

REIMER, P. J.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J. W.; BLACKWELL, P. G.; RAMSEY, C. B.; BUCK, C. E.; CHENG, H.; EDWARDS, L.; FRIEDRICH, M.; GROOTES, P. M.; GUILDERSON, T. P.; HAFLIDASON, H.; HAJDAS, I.; HATTÉ, C.; HEATON, T. J.; HOFFMANN, D. L.; HOGG, A. G.; HUGHEN, K. A.; KAISER, K. F.; KROMER, B.; MANNING, S. W.; NIU, M.; REIMER, R. W.; RICHARDS, D. A.; SCOTT, E. M.; SOUTHON, J. R.; STAFF, R. A.; TURNEY, C. S. M.; VAN DER PLICHT, J. (2013) - IntCal13 and Marine13 radiocarbon age calibration curves 0-50000 years cal BP. *Radiocarbon*. Tucson. 55:4, p. 1869-1887.

ROCHE, J. (1982) - A gruta chamada Lapa do Suão (Bombarral). *Arqueologia*. Porto. 5, p. 5-18.

RUIVO, J. S. (1993) - Os espetos articulados de Reguengo do Fetal (Batalha, Leiria). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 1, p. 105-110.

SANTOS, M. F. (1985) - Buraca da Moura. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5, p. 121.

SANTOS, M. F. (1986) - Buraca da Moura. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 7, p. 86-87.

SCHUBART, H. (1970) - Die Kupferzeitliche Befestigung von Columbeira/Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Helidelberg. 11, p. 59-73.

SCHUBART, H. (1975) - *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.

SCHUBART, H.; FERREIRA, O. V.; MONTEIRO, J. A. (1969) - A fortificação eneolítica da Columbeira - Bombarral. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 17-35.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1993a) - A ocupação do Bronze Pleno da "Sala 20" do Buraco da Moura de S. Romão. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 1, p. 55-76.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1993b) - O "Grupo Baiões/Santa Luzia": contribuições para uma tipologia da olaria. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 1, p. 93-123.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1994) - Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) a alabarda de tipo "atlântico" do habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. 46, p. 161-182.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2002) - Aspectos e problemas da investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. In *Arqueologia 2000: balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 103-124.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2007) - Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 119-134.

- SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; LUÍS, E.; REPREZAS, J.; LOPES, F.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C. (2013) - Os machados Bujões/Barcelos e as origens da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. In *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 591-600.
- SILVA, P. D.; LUÍS, L. (1995) - Localização de alguns objectos de bronze provenientes do concelho de Alvaiázere. *Munda*. Coimbra. 30, p. 83-89.
- SOUSA, A. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2004) - Metalurgia antiga do Penedo do Lexim (Maфра): Calcolítico e Idade do Bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 97-117.
- SPINDLER, K.; FERREIRA, O. V. (1974) - Das Vorgeschichtliche Fundmaterial aus der Gruta do Carvalhal / Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 15, p. 28-76.
- STRAUS, L.; ALTUNA, C.; JACKES, M.; KUNST, M. (1988) - New excavations in Casa da Moura (Serra del Rei, Peniche) and at Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 65-95.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993) - Extended 14C database and revised CALIB radiocarbon calibration program. *Radiocarbon*. Tucson. 35, p. 215-230.
- VASCONCELOS, J. L. (1918) - Pelo Sul de Portugal (Baixo-Alentejo e Algarve). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 23, p. 104-138.
- VILAÇA, R. (1990) - Sondagem arqueológica em Covão d'Almeida (Eira Pedrinha, Condeixa-a-Nova). *Antropologia Portuguesa*. Coimbra. 8, p. 101-131.
- VILAÇA, R. (1995) - *Aspectos do povoamento da Beira Interior (centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- VILAÇA, R. (2006) - Depósitos de bronze do território português: um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 9-150.
- VILAÇA, R. (2008) – No rasto do Bronze Final do Centro-Sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e seus contextos. In CALLAPEZ, P. M.; ROCHA, R.; MARQUES, J.; CUNHA, L.; DINIS, P., eds. - *A Terra – Conflitos e Ordem: homenagem ao Prof. António Ferreira Soares*. Coimbra: Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, p. 75-88.
- VILAÇA, R. (2012) - Arqueologia do Bronze no Centro-Sul da Beira Litoral e Alta Estremadura (II-I milénios a.C.). In *Olhares sobre a Geologia, a Arqueologia e a História de Vila Nova, de Miranda do Corvo e da Serra da Lousã*. Vila Nova (Miranda do Corvo): Junta de Freguesia de Vila Nova, p. 16-32.
- VILAÇA, R.; CUNHA-RIBEIRO, J. P. (2008) - *Das primeiras ocupações humanas à chegada do Romanos à Beira Litoral*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.
- VILAÇA, R.; LIMA, P. (2006) - A Idade do Bronze no Museu Municipal da Lousã Prof. Álvaro Viana de Lemos. *Beira Alta*. Viseu. 45, p. 351-375.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; MONTERO RUIZ, I. (2012) - O depósito do Cabeço de Maria Candal, Freixianda (Ourém, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 2, p. 297-353.

WAGNER, C. G. (2005) - Fenícios en el Extremo Occidente: conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 177-192.

WAGNER, C. G. (2006) - Las sociedades autóctonas del sur peninsular en el tránsito del Bronce Final al Hierro. El impacto del “orientalizante”: una perspectiva teórica. *Mayurqa*. Palma de Mallorca. 31, p. 183-209.

ZAMBUJO, G. (2010) – *O sítio pré-histórico do Cerradinho do Ginete (Pedrógão, Torres Novas): uma abordagem geoarqueológica*. Universidade de Lisboa [dissertação de mestrado, não publicada].

ZILHÃO, J. (1984) - Escavações arqueológicas na Gruta do Caldeirão: relatório de 1982. *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar. 7, p. 139-208.

ZILHÃO, J. (1985) - Gruta do Caldeirão (Pedreira – Tomar). In *Arqueologia na região de Tomar: da Pré-História à actualidade*. Tomar: Câmara Municipal de Tomar, p. 33-46.

ZILHÃO, J. (1992) - *Gruta do Caldeirão: o Neolítico Antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

ZILHÃO, J. (1994) - Lapa dos Furos. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9, p. 79-80.

ZILHÃO, J. (1997) - *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri.

ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (1993) - Jazidas arqueológicas do sistema cársico da Nascente do Almonda. *Nova Augusta*. Torres Novas. 7, p. 35-54.

**ARQUITECTURAS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS
DA IDADE DO BRONZE NO CONCELHO DE SERPA:
O CASO DE TORRE VELHA 3.**

Eduardo Porfírio

Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural Lda.
3031-901 Coimbra, Portugal
eduardoporfirio@palimpsesto.pt

Arquitecturas e práticas funerárias da Idade do Bronze no concelho de Serpa: O caso de Torre Velha 3.

Eduardo Porfírio

Resumo

Neste trabalho apresenta-se uma síntese dos dados relativos às arquitecturas e rituais funerários da Idade do Bronze de Torre Velha 3, procurando-se enquadrá-los nos contextos sepulcrais coevos actualmente conhecidos no concelho de Serpa.

Palavras-chave: Hipogeus, Cistas, Arquitecturas Funerárias, Idade do Bronze Pleno, Sudoeste de Portugal.

Abstract

In this paper we present a summary of the archaeological data relating to the funerary architectures and burial rituals of the Bronze Age from Torre Velha 3 (Serpa), than we carried out a comparative review with other Bronze Age funerary sites from Serpa's region.

Keywords: Hypogea; Cists; Funerary architectures; Bronze Age; Southern Portugal.

INTRODUÇÃO

O sítio Torre Velha 3 pertence administrativamente à União de freguesias de Salvador e Santa Maria (previamente ao processo de reorganização administrativa pertencia à freguesia do Salvador), concelho de Serpa e distrito de Beja. A área intervencionada localiza-se no vale da ribeira da Laje, a cerca de 630m a Norte do Monte da Torre Velha, uma herdade referenciada na bibliografia arqueológica pelos vestígios do período romano associáveis a uma *villa* (Lopes *et al.* 1997) (Figura 1 e Figura 2).



Figura 1. Localização do sítio Torre Velha 3 no mapa da Península Ibérica.

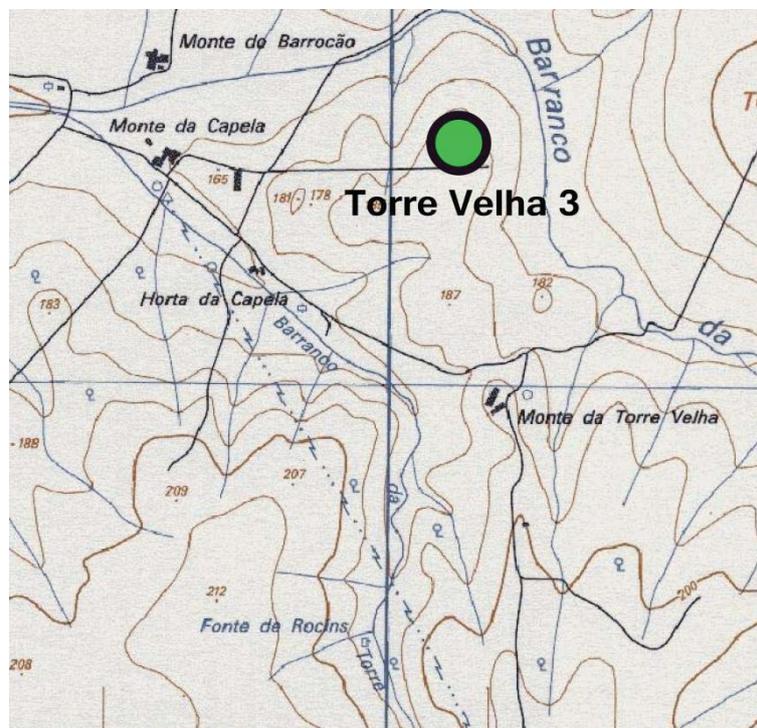


Figura 2. Localização do sítio Torre Velha 3 na Carta Militar de Portugal, folha n.º 523, escala 1:25 000.

A construção neste local de uma barragem inserida no sistema de rega de Alqueva, levou a EDIA S.A. a implementar um *Plano de Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da construção da Barragem da Laje*, que contemplou a realização de intervenções arqueológicas em vários locais. Entre estes Torre Velha 3 assumiu um destaque particular, quer pela área atingida pela intervenção arqueológica, 13 996m², quer pela importância das várias ocupações humanas identificadas. De facto, no final da escavação arqueológica contabilizaram-se um total de 589 estruturas, na sua larga maioria escavadas no substrato geológico, apesar de subsistirem ainda alguns contextos arqueológicos de cota positiva bastante afectados pela prática agrícola. A ocupação deste local remonta ao Calcolítico prolongando-se até ao período Islâmico. Muito embora de permeio surjam importantes ocupações de cariz habitacional e funerário, como por exemplo durante a Idade do Bronze, ou muito mais tarde, durante a Antiguidade Tardia. Em contraste, no Calcolítico e na Idade do Ferro existem ocupações mais esparsas e menos intensas (Alves *et al.* 2010, p. 134 e 2012, p. 31). As características principais destas várias fases de ocupação têm vindo a ser apresentadas em vários congressos e revistas científicas, publicações para as quais remetemos para evitar repetições desnecessárias (Alves *et al.*, 2010, 2012, no prelo a e b; Estrela *et al.*, 2012; Pereiro *et al.*, 2010-2011) (Figura 3).

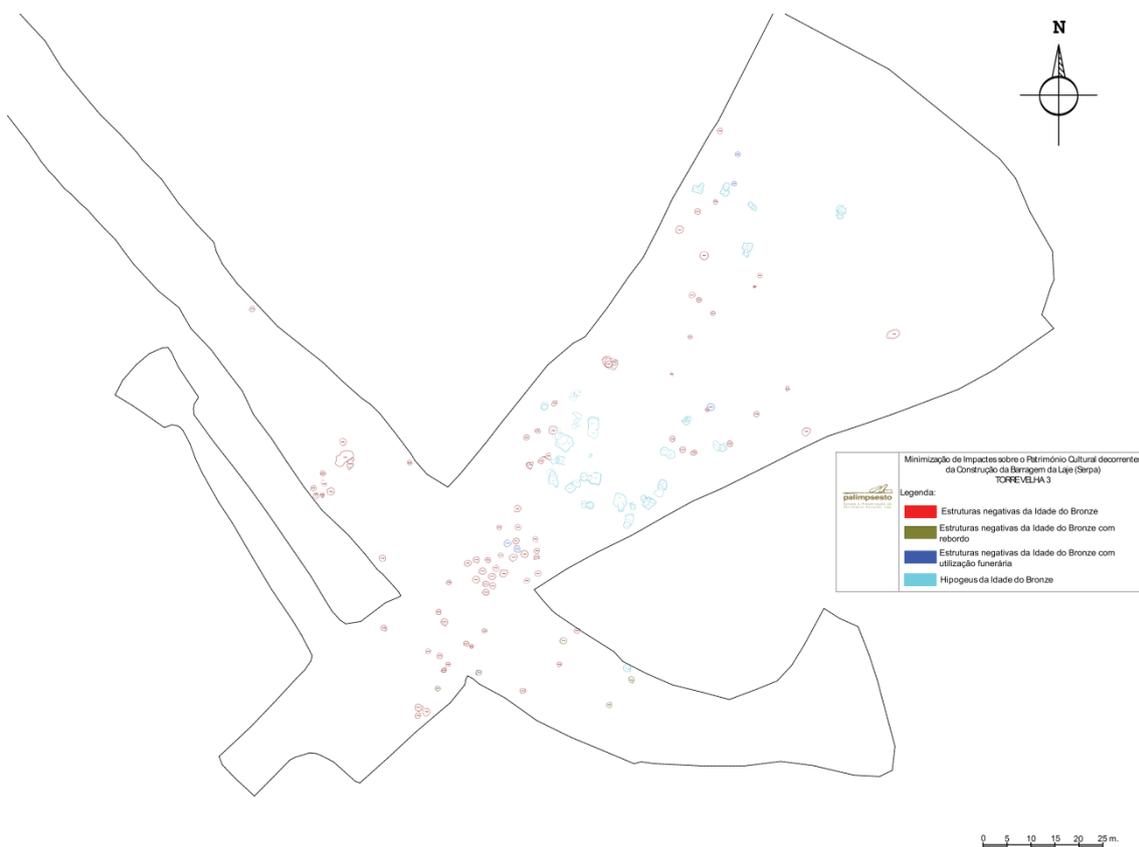


Figura 3. Planta geral da área da escavação arqueológica com localização das estruturas de cota negativa da Idade do Bronze.

O sítio situa-se numa elevação de encostas suaves e pouco pronunciadas que é contornada a norte e este pelo Barranco da Laje, afluente da Ribeira do Enxoé. O relevo desta região é pouco vigoroso, caracterizando-se por uma sucessão aparentemente ininterrupta de

colinas cujas altitudes máximas raramente ultrapassam os 200m. Os principais acidentes geomorfológicos desta zona são constituídos pelo vale encaixado do rio Guadiana e de alguns dos seus principais afluentes e, pelos relevos residuais da Serra de Ficalho (AAVV, 2002, p. 87). Esta formação compõe-se na realidade de três alinhamentos que se encontram orientados a NNO-SSE e que são formados por rochas duras, por calcários cristalinos e por dolomitos com numerosos veios de quartzo (Oliveira, *et. al.*, 1992, p. 12-13). Toda esta região insere-se ainda na peneplanície alentejana que abrange uma vasta área que tem como limite a nascente, a fronteira com Espanha e a Serra de Barrancos e, a poente, a bacia do Sado e a Serra da Vigia. Na direcção norte-sul desenvolve-se desde a falha da Vidigueira até acabar por ser perder nas elevações da Serra do Caldeirão, já depois dos campos de Castro Verde. Descrita por Mariano Feio como uma unidade geomorfológica relativamente estável, ela originou, através de processos tectónicos e erosivos, grande parte do relevo desta região (Feio, 1952, p. 31).

Ao nível geológico, e com os condicionalismos decorrentes do facto de trabalharmos com base na cartografia de escala 1:200 000 (Oliveira, *et. al.*, 1992), verifica-se que a área de implantação de Torre Velha 3 situa-se numa unidade do maciço de Beja, conhecida como “Pórfiros de Baleizão”, dela faz parte uma série de rochas bastante heterógena a nível mineralógico e textural que têm vindo a ser classificadas em dois grupos: pórfiros (incluindo dacitos e riodacitos) e granófiros (Oliveira, *et. al.*, 1992, p. 29).

ARQUITECTURAS E RITUAIS FUNERÁRIOS DA IDADE DO BRONZE EM TORRE VELHA 3

As principais características das arquitecturas e dos rituais funerários de Torre Velha 3 foram já descritos em várias publicações (Alves *et al.* 2010, 2012 e no prelo; Porfírio e Serra, 2010), no entanto, e dado o cariz desta publicação e do encontro científico que esteve na sua génese, julgamos de interesse apresentar uma síntese actualizada à data em que escrevemos.

O registo funerário da Idade do Bronze de Torre Velha 3 é constituído por enterramentos em fossa, em hipogeu e por um único caso em que o cadáver foi colocado num nicho/gaveta escavado na parede de uma fossa de tipo “silo”. Contrariamente aos dois últimos casos, compostos por estruturas concebidas e construídas propositadamente para uma utilização funerária, relativamente às fossas de tipo “silo” é mais difícil atribuir-lhes unicamente uma funcionalidade sepulcral. Na verdade, nada diferencia as estruturas onde se efectuaram inumações das outras de cronologia e morfologia semelhante que não foram utilizadas para a realização de enterramentos. Assim, das 79 fossas de tipo “silo” datadas da Idade do Bronze apenas quatro revelaram utilizações de âmbito mortuário, nomeadamente as estruturas [1064], [1212], [1967] e [2392]. Apesar das particularidades próprias de cada enterramento, estes compartilham algumas características, tais como: a escolha da posição fetal para realizar a deposição dos corpos, o facto de nenhuma das inumações ser efectuada directamente sobre a base da estrutura, mas sempre após a deposição de um ou mais enchimentos, ou ainda, a realização das inumações junto a uma das paredes da fossa de tipo “silo”, quando nenhum outro elemento obstará à sua colocação em qualquer outra área do interior da estrutura. Por fim, e excluindo o caso da estrutura [1064], verifica-se que as inumações realizadas nas restantes fossas de tipo “silo”, caracterizam-se ainda pela ausência de espólio funerário (Alves *et al.* 2010, p. 136; 2012, p. 34 e no prelo b).

Uma referência particular merece a estrutura [1064], na qual foi efectuada a inumação, em decúbito ventral, de dois adultos (30 a 40 anos de idade), pertencendo um ao género feminino e outro ao masculino. Os dois indivíduos foram sepultados junto à parede

sudeste da estrutura, segundo uma orientação sudeste-noroeste. Os dois corpos foram sepultados de forma a que permanecessem abraçados pelas costas, sendo que todos os ossos existentes encontravam-se na sua respectiva posição anatómica. No entanto, e por causas que a análise antropológica realizada em campo não pôde deslindar, registaram-se várias ausências anatómicas, nomeadamente: a coluna, as vértebras, os membros inferiores e um membro superior de cada um dos indivíduos. A preservação estratigráfica dos contextos que cobriram o nível dos dois enterramentos e dos que colmataram a estrutura na sua totalidade, inviabiliza o recurso a factores tafonómicos para justificar as ausências anatómicas. O espólio funerário associado às inumações é constituído por uma taça carenada que foi colocada - e recuperada praticamente intacta, entre os dois crânios - e por um vaso localizado na parede oposta, que foi recolhido em fragmentos (Alves *et al.* 2010, p. 136; 2012, p. 34 e no prelo b). Por fim, é de referir a utilização de ocre (identificado laboratorialmente por Cristina Dias do Centro Hércules da Universidade de Évora), colocado previamente às inumações, na área que viria a ser ocupada pelo tronco dos dois indivíduos (Alves *et al.* no prelo b) (Figura 4).

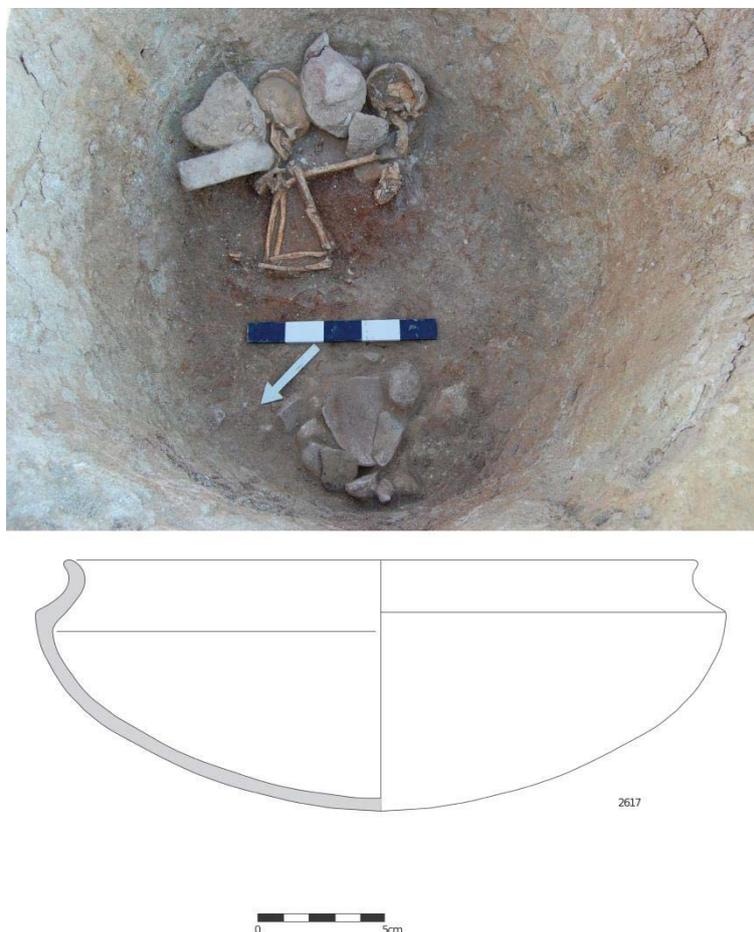


Figura 4. Enterramento [830] e [831], estrutura [1064].

Na parede sul da estrutura [1155] foi escavada, a cerca de 50cm da base, uma cavidade de morfologia rectangular, na qual foi inumada uma criança sem espólio fúnebre. O corpo foi depositado em posição fetal, tendo o crânio sido disposto de forma a que a face

ficasse voltada para a entrada do nicho/gaveta. (Alves *et al.* 2012, p. 34 e 35 e no prelo b) (Figura 5).



Figura 5. Inumação de criança em nicho/gaveta escavado na parede de uma fossa tipo “silo”.

O hipogeu é a estrutura sepulcral da Idade do Bronze Pleno mais comum em Torre Velha 3, tendo sido identificadas 25 estruturas deste tipo, que se distribuem topograficamente de modo a formarem dois núcleos, existindo um único hipogeu isolado, [2236]-[2237] (Alves *et al.* 2010, p. 136). Refira-se no entanto, que a delimitação da área da intervenção dependeu exclusivamente da implantação das infra-estruturas da barragem, não tendo sido possível averiguar no terreno a validade desta hipótese.

Estamos perante uma estrutura arquitectónica de vocação exclusivamente funerária, constituída por uma câmara sepulcral subterrânea a que se acedia através de uma antecâmara. Esta última apresenta maior variação ao nível das suas características morfológicas do que a câmara, que no geral apresenta planta ovalada, base aplanada e paredes côncavas. No que se refere às antecâmaras destaca-se a variabilidade da sua planta, que, na maioria dos casos em que foi possível classificar é de configuração quadrada (10 ocorrências), rectangular (5 exemplares) ou ovalada (4 casos). Soluções claramente minoritárias, com dois casos cada, são os átrios em forma de “poço”, ou os rectangulares em que a câmara funerária se localiza numa das extremidades do lado maior do rectângulo, perfazendo uma forma que *grosso modo* se assemelha à de um “L” invertido (Alves *et al.* 2012, p. 34). A passagem do átrio à câmara é realizada na maior parte dos casos através de uma rampa ou de um escalonamento (identificado apenas em três hipogeus) que vencia a diferença altimétrica existente entre aquelas duas componentes arquitectónicas (Alves *et al.* 2010, p. 137 e 2012, p. 34) (Figura 6).

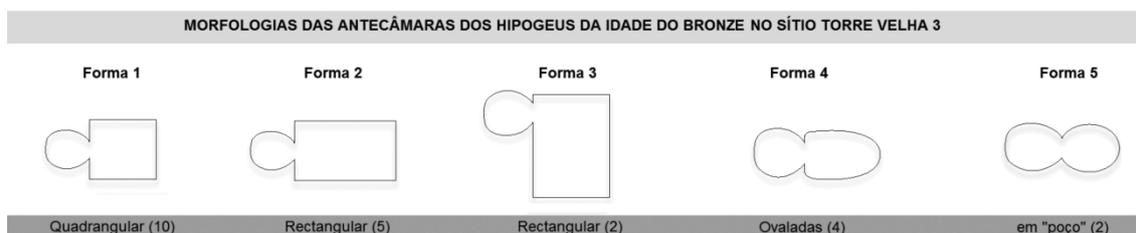


Figura 6. Proposta tipológica para a configuração das antecâmaras dos hipogeus de Torre Velha 3. Entre parênteses o número de exemplares. (Alves *et al.* 2010, p. 137).

As câmaras funerárias eram encerradas através da colocação, na vertical ou em cutelo, de blocos pétreos. Estes, eram muitas vezes reforçados e estabilizados através da utilização de pedras de menores dimensões, que funcionavam como cunhas. Para complementar o dispositivo de condenação, era por vezes aplicada uma argila de grão grosseiro que colmatava e impermeabilizava a selagem da câmara. Esta prática encontra-se atestada para treze hipogeus de Torre Velha 3 (Alves *et al.* 2010, p. 137 e 2012, p. 33). Análises laboratoriais realizadas a esta argila, nomeadamente a duas amostras provenientes da estrutura de selagem dos hipogeus [1489]-[1490] e [1712]-[1713], identificaram a utilização de cera de abelha e de própolis misturados com a argila, daqui resultando uma argamassa isolante com propriedades hidrófugas (Frade *et al.* 2014, p. 144-145) (Figura 7).



Figura 7. Estrutura de selagem da câmara do hipogeu [1489]-[1490].

Ao nível do ritual funerário é possível traçar algumas tendências gerais, como a preferência pela deposição dos indivíduos em decúbito lateral com os membros superiores e inferiores flectidos, comumente designada por posição fetal. Pode também apontar-se a preponderância do enterramento individual, muito embora existam casos extremamente minoritários, de inumações acompanhadas de reduções ou de inumações duplas. Comum à esmagadora maioria dos enterramentos é também a forma como se desenrolou o processo de decomposição, verificando-se a partir do registo antropológico de campo que este processo, com a excepção de quatro casos, ocorreu sempre em ambiente aberto. De referir ainda uma situação claramente excepcional, constituída por um único episódio de inumação na antecâmara de um hipogeu (Alves *et al.* 2010, p. 138 e 2012, p. 34) (Figura 8).



Figura 8. Enterramento [1799] e respectivo espólio funerário.

A existência de dádivas funerárias, por vezes numerosas, diferencia claramente os enterramentos realizados nos hipogeus dos restantes. A esmagadora maioria das oferendas que acompanhavam as inumações é composta por recipientes cerâmicos cujas formas, no geral, fazem recordar as tipologias presentes nas sepulturas do Bronze do Sudoeste. Entre estas, contam-se duas taças de carena baixa, uma taça de tipo Atalaia e uma outra de tipo Odivelas. Marcam também presença dois vasos com decoração em forma de gomos verticais, assim como um recipiente de colo estrangulado e decoração incisa que se assemelha à forma designada por Schubart (1974, p. 78) como garrafa. As restantes formas caracterizam-se por morfologias mais simples, como os recipientes de corpo esférico, ou ainda, aqueles cuja estrutura é baseada na calote de esfera e, que são o tipo mais representado. Surgem ainda dois exemplares de taça de pé, uma forma até agora não representada nos contextos sepulcrais do Bronze do Sudoeste, mas que apresenta semelhanças com a forma 7 da tipologia que Schubart elaborou para o sítio argárico de Fuente Álamo (Schubart, 2004, p. 52) (Figura 9).

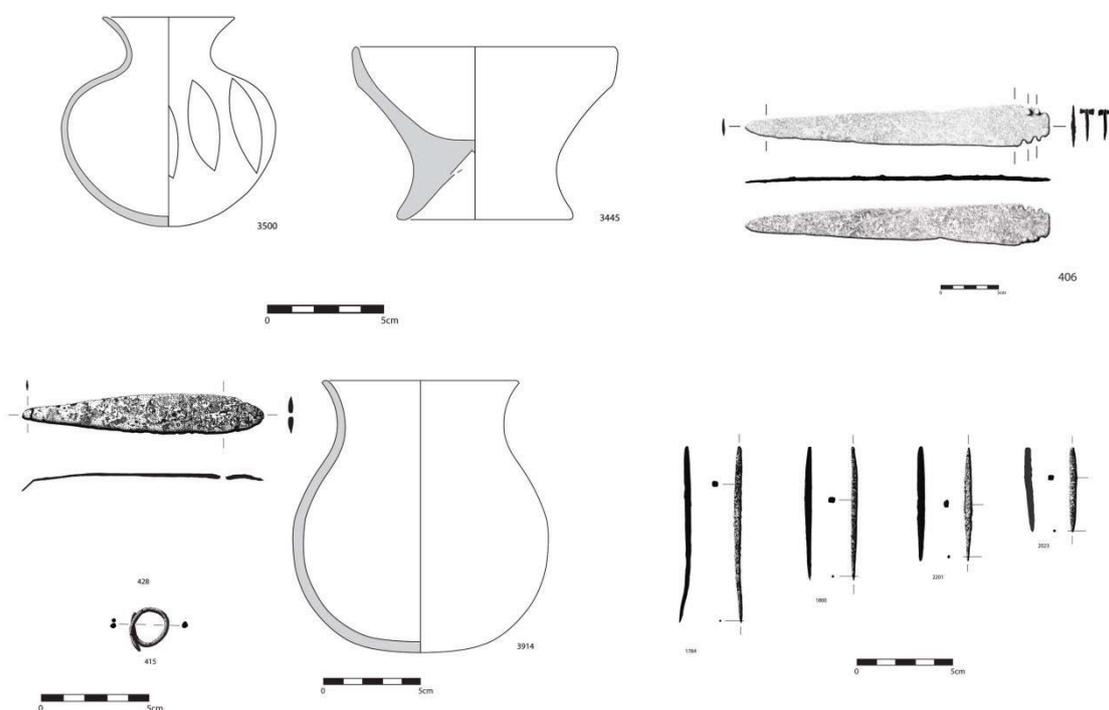


Figura 9. Amostra do espólio recolhido em hipogeus de Torre Velha 3. Tintagens: Edgar Lopes. (Alves et al. no prelo b).

Um outro elemento com fortes ressonâncias do mundo argárico presente no espólio funerário dos hipogeus de Torre Velha 3, são as oferendas cárneas. Estas, marcam presença em dez hipogeus e, são sempre constituídas pela parte distal do membro dianteiro de um animal doméstico pertencente à raça bovina (as peças osteológicas presentes são o rádio, a ulna e alguns ossos carpais, indiciando a deposição em conexão anatómica), com uma única exceção constituída por um exemplar da raça ovina. Para além disto, o estudo arqueofaunístico verificou a preferência esmagadora pelo membro esquerdo do animal, pois só em dois casos foram depositadas porções provenientes do membro direito. A má preservação dos restos faunísticos impossibilitou a identificação de marcas de corte, a recolha de dados osteométricos, assim como a estimativa da idade de abate dos animais. Esta última análise foi apenas passível de ser realizada em quatro casos, sendo que com a única exceção

de um bovino adulto e maior de quatro anos, os restantes eram animais sub-adultos, cujo tempo de vida não ultrapassou os 3,5 anos (Alves *et al.* 2010, p. 145).

Relativamente aos artefactos metálicos, estes estão presentes em 12 hipogeus, e na sua maioria estão representados junto de cada inumação por um único artefacto. Este, é quase sempre um punção que por sua vez, aparece sempre em associação quer com outras peças metálicas como os punhais, quer com recipientes cerâmicos, ou ainda com oferendas cárneas. Em dois casos, para além do punção e do punhal surgiam outros elementos metálicos associados, nomeadamente objectos de adorno, como um anel espiralado e contas de colar. Neste último caso tratava-se de um colar composto constituído por pares de contas da mesma matéria-prima, distribuídos do seguinte modo: um primeiro par em liga de cobre, um segundo em prata¹, um terceiro em material conchífero (provavelmente *Dentalium?*) e por fim, um último par sobre material ósseo que ainda não foi estudado (Alves *et al.* 2010, p. 142-143 e 2012, p. 34; Porfírio *et al.* 2013, p. 564).

A metalurgia de Torre Velha 3 é constituída maioritariamente por cobres arsenicais, muito embora estejam também presentes de forma minoritária: o bronze, a prata e o cobre. As análises realizadas à esmagadora maioria destes objectos revelaram que o seu processo de fabrico resultou de uma cadeia operatória longa, composta por uma ou várias fases de martelagem e de recozimento, a que se seguia uma martelagem final de modo a aumentar a dureza do metal. Algumas peças foram produzidas através de um processo mais expedito, quer por se tratarem de objectos de adorno como o anel e não necessitarem da dureza proporcionada pela martelagem final, quer por serem o resultado de uma fase de recozimento mal realizada. Por seu turno, os quatro artefactos de bronze de Torre Velha 3 (quatro punções e um punhal) foram manufacturados numa liga cujos teores de estanho apresentam uma elevada padronização (8 a 12% Sn), o que é uma situação característica de produções metalúrgicas bastante evoluídas, podendo indiciar a origem exógena destes objectos (Porfírio *et al.* 2013, p. 566).

Por fim, é de referir o caso de um indivíduo sub-adulto sepultado com um colar constituído por 31 búzios perfurados, que se encontrava localizado na zona do pescoço (Alves *et al.* 2010, p. 143). Nesta mesma sepultura foi depositado, junto aos membros inferiores da inumação primária, um crânio humano sem outros restos osteológicos associados.

Foram já realizadas uma série de datações de radiocarbono a partir de ossos humanos e de animais, respeitantes principalmente aos enterramentos realizados em hipogeu, muito embora, existam já duas datas relativas a inumações efectuadas em fossa de tipo “silo”. As datas obtidas para os dois tipos de enterramento são relativamente coerentes entre si, correspondendo a um período situado essencialmente no segundo quartel, prolongando-se para o terceiro quartel do II milénio a. C. (Alves *et al.* 2010, p. 150 e Valério *et al.* 2013, p. 79) (Figura 10).

¹ Relativamente à prata é de referir que para além deste par de contas, ela foi também utilizada em dois rebites de um punhal de bronze, transformando-o claramente num bem de prestígio, pois a fraca resistência mecânica da prata diminuiria em muito o carácter utilitário deste artefacto (Porfírio *et al.* 2013, p. 566).

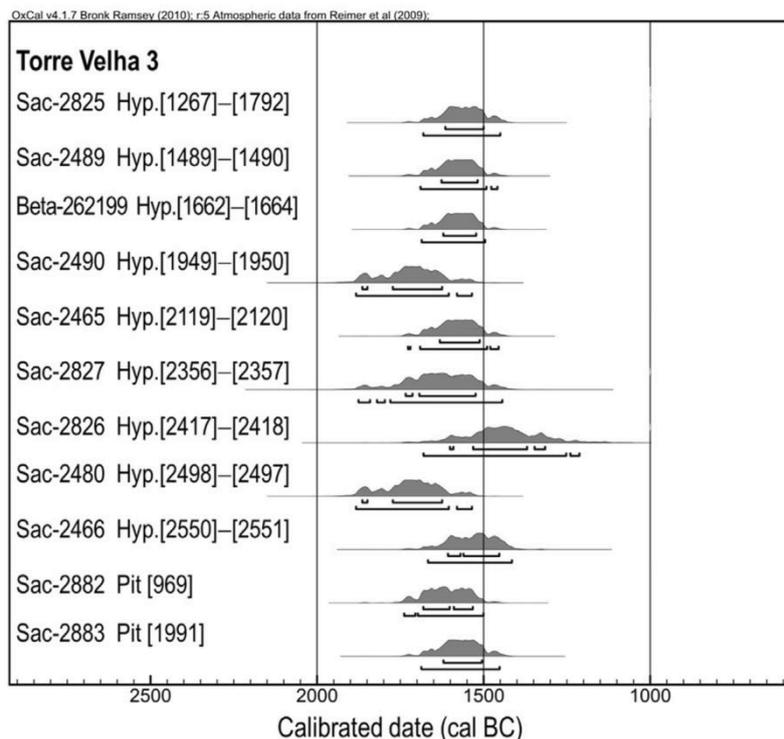


Figura 10. Representação gráfica das datas de radiocarbono calibradas de Torre Velha 3, adaptado a partir da figura 7 de Valério, *et al.*, 2013, p. 77.

ARQUITECTURAS FUNERÁRIAS DA IDADE DO BRONZE NO CONCELHO DE SERPA

Na década de setenta do século passado, período em que H. Schubart publicou a sua síntese sobre a Cultura da Idade do Bronze do Sudoeste da Península Ibérica (1975), a diferença regional ao nível da qualidade e da quantidade dos dados arqueológicos disponíveis era avassaladora, levando-o a admitir a existência de ritmos e características regionais muito diferenciados. Deste modo, o processo de desenvolvimento do Bronze do Sudoeste foi definido não como um processo evolutivo único, mas sim como um fenómeno caracterizado por diversos regionalismos e características próprias, fortemente individualizadoras e diferenciadoras relativamente a outras áreas desta cultura, como parecia ser o caso do Algarve. Neste mesmo âmbito, o arqueólogo alemão propôs ainda, que a segunda fase do Bronze do Sudoeste correspondia também a uma expansão para regiões mais a norte. Por outro lado, a inexistência de datações absolutas impossibilitava uma avaliação aprofundada destas necrópoles, empurrando toda a discussão para o campo das tipologias arquitectónicas e dos materiais, evidenciando claramente o esgotamento de um modelo de interpretação que recebera já várias críticas nomeadamente quanto à sua seriação cronológica (por exemplo: Barceló, 1991; Ruiz Gálvez-Priego, 1984).

No período em que Schubart escreveu, a zona de Serpa aparecia quase como um enorme e enigmático vazio no que se referia a vestígios do período da Idade do Bronze (Schubart, 1974, p. 354-355). Para além de referências esparsas e cronologicamente incertas à necrópole de Santa Justa (Soares, 1994, p. 180), somente era conhecida a sepultura de Belmeque, que mesmo assim aparecia como um elemento alógeno, graças à sua arquitectura funerária e ao seu espólio arqueológico de excepção. A apresentação deste último nas //

Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Schubart, 1974) colocou desde logo em evidência a diversidade das arquitecturas fúnebres do Bronze do Sudoeste.

A investigação sobre a Idade do Bronze nesta zona prosseguiria com António Monge Soares que, no intuito de recuperar o máximo de informação arqueológica possível sobre sepulturas encontradas em circunstâncias fortuitas, aplicou uma metodologia que privilegiava um registo rigoroso conjugado com a aplicação de análises laboratoriais e antropológicas (Soares, 1994, p. 179). Neste período são intervencionadas a sepultura do Carapetal em Vila Nova de S. Bento (Soares, 1976-1977), uma cista da provável necrópole de Santa Justa (Salvador, Serpa), a sepultura do Barranco do Salto (Vila Verde de Ficalho), três cistas da necrópole do Talho do Chaparrinho (Vila Verde de Ficalho) e um pouco mais tarde a cista do Montinho (Vale de Vargo). De um modo geral, todos estes sítios arqueológicos mais não vieram do que confirmar a grande heterogeneidade das arquitecturas sepulcrais do Bronze do Sudoeste, situação esta que se aplicava também às dádivas funerárias. Assim, para além de cistas trapezoidais aparentemente isoladas e sem qualquer estrutura tumular visível, como no caso do Monte de Santa Justa, do Carapetal e no do Barranco do Salto; existiam também sepulturas rodeadas de *tumuli* como uma das sepulturas da necrópole do Talho do Chaparrinho (Soares, 1994, p. 182-183), ou a cista do Montinho (Ribeiro e Soares, 1991).

Uma particularidade registada nesta última sepultura foi a identificação entre as lajes da cista de “...*uma terra escura, moldável, de aspecto gorduroso, que teria estado em contacto com o rebordo da laje de cobertura*” (Ribeiro e Soares, 1991, p. 288). As análises químicas realizadas identificaram a utilização de gordura de porco, que misturada com a argila selou e impermeabilizou a estrutura sepulcral (Ribeiro e Soares, 1991, p. 288).

Deste conjunto de monumentos funerários destaca-se claramente a sepultura de Belmeque, sendo que a excepcionalidade da solução arquitectónica e do espólio, é agora confirmada tanto pelas análises arqueometalúrgicas – que identificaram a utilização de uma liga de bronze, típica de uma metalurgia evoluída, na faca e num dos punhais, mas também a utilização da prata nativa nos rebites dos punhais e nas tachas, sendo que para os rebites da faca foi utilizada uma liga de prata e ouro - como pelo estudo dos restos antropológicos e faunísticos que particularizaram determinados aspectos deste contexto fúnebre, tais como a existência de oferendas cárneas e a muito provável ausência do crânio em ambas as inumações (Soares, 1994, p. 183).

Neste mesmo trabalho começa a ser resolvida a questão das datações, com a publicação de uma data para Belmeque, obtida a partir de material osteológico de uma das inumações e, que coloca esta sepultura em meados do II milénio a. C. (Soares, 1994, p. 183).

A década de 90 do século passado pode, no que se refere à Idade do Bronze do Sudoeste, ser considerada com toda a propriedade um tempo de síntese, tendo sido publicadas várias de diferentes autores² (Jorge, 1990; Parreira, 1995 e 1998, Silva, Raposo e Silva, 1993). Ao nível das arquitecturas funerárias, as obras atrás referidas sistematizam os dados então disponíveis, seguindo no geral o esquema proposto por Schubart. Destes trabalhos destacam-se os de Rui Parreira, que relativamente à margem esquerda portuguesa do Guadiana, e na esteira de A. Monge Soares (1994, p. 182) sublinha a ressonância megalítica das cistas inseridas em estruturas tumulares (Talho do Chaparrinho e Herdade do Montinho). No que às arquitecturas diz respeito, Rui Parreira realiza uma análise comparada entre o Bronze Médio e o Final, afirmando que no primeiro período “...*a arquitectura funerária tem*

² Para além do já referido trabalho de A. Monge Soares (1994) utilizado nos parágrafos anteriores por fazer referência a uma série de trabalhos realizados, de um modo geral, entre a década de 70 e de 90 do século passado.

um carácter monumental, a que corresponde uma pouca visibilidade arqueológica dos povoados...” (Parreira, 1998, p. 269), esta situação inverter-se-ia no segundo período, caracterizado pelo aparecimento dos povoados fortificados. Deste modo, para as comunidades do Bronze Médio os espaços cemiteriais funcionariam como elemento determinante na estruturação do espaço, tanto ao nível simbólico como físico. Esta posição seria reforçada pelo carácter de longevidade das construções fúnebres, assumindo estas últimas um papel constrangedor da actividade social destas populações. Em contraste, no Bronze Final o elemento impositivo passaria para os espaços habitados sob domínio de elites que exibem o seu poder de um modo mais intenso (Parreira, 1998, p. 272-273).

A leitura de Rui Parreira surge na sequência de uma velha inquietação de H. Schubart, pois, aquando da elaboração do conceito de Bronze do Sudoeste escasseavam os dados relativos ao *habitat* e ao respectivo esquema de povoamento. Deste modo, no que ao *modus vivendi* diz respeito, o autor alemão considerou as comunidades do Bronze do Sudoeste como semi-nómadas, dispersas por um território vasto e rico, pois as extensas áreas de planície eram férteis do ponto de vista agrícola, enquanto as zonas de serranias e de solos xistosos eram propícias à criação de gado. Algumas destas últimas zonas possuíam ainda alguns recursos mineiros, nomeadamente ao nível do cobre e em menor percentagem da prata (Soares; 2013, p. 274). Para estas populações as necrópoles seriam o elemento de maior investimento construtivo e, conseqüentemente, o culto dos mortos nelas praticado seria não só o garante da coesão social como também factor preponderante para a sua construção identitária

Quase a encerrar década de noventa do século XX, a publicação da carta arqueológica de Serpa (Lopes, *et al.* 1997) veio complementar o quadro já esboçado, com mais alguns sítios identificados em prospecção arqueológica. Sítios como o Sobralinho (Santa Maria, Serpa) e provavelmente também Aldeia Velha (Vila Verde de Ficalho) indiciam a existência de núcleos cemiteriais compostos, provavelmente, por vários grupos de cistas de planta de tendência trapezoidal, que poderão inserir-se no tipo das necrópoles da zona de Sines ou de Atalaia. Por outro lado, a identificação da cista com *tumuli* do Covão (Vila Nova de S. Bento) insere-se na linha seguida por uma das sepulturas do Talho do Chaparrinho e pela cista do Montinho, estruturas estas, que circundadas e destacadas por uma estrutura pétreo tumular, evocam no dizer de Raquel Vilaça uma “...*moda megalítica*...” (Vilaça, 1997, p. 131). Esta associação ao mundo megalítico verifica-se também na necrópole do Sobralinho, que fica localizada nas proximidades de uma pequena anta (Vilaça, 1997, p. 131).

Neste mesmo período é também realizada a escavação das duas cistas de Bugalhos/Margalhos 2 (Santa Maria, Serpa), das quais, a sepultura n.º 2 revelou vestígios do que poderia ter sido um pequeno túmulo, situação que se assemelha ao identificado na cista do Montinho. Para além de um espólio mais numeroso do que costuma ocorrer em contextos deste tipo, a escavação deste sítio forneceu ainda a data Beta-120049, 3450±40 BP, obtida a partir de fios de tecido de linho (Soares, 2000, p. 51).

Mais a norte e já fora do concelho de Serpa, vale a pena, apesar de tudo, referir a necrópole dos Carapinhais (Sobral da Adiça, Moura), identificada aquando do processo de realocização de sítios arqueológicos empreendido pelo então Instituto Português de Arqueologia. A escavação de salvamento realizada possibilitou a identificação de uma pequena necrópole, constituída por quatro cistas inseridas numa estrutura tumular de planta aproximadamente circular, que por sua vez era definida por muretes de lajes de xisto dispostas em cutelo. Uma das lajes do anel tumular da cista 3 apresentava duas covinhas insculturadas, facto que na publicação é associado aos órgãos de visão de uma entidade tutelar protectora do inumado. Existem algumas semelhanças entre a arquitectura tumular desta necrópole e a de Atalaia, facto importante, pois é a primeira necrópole deste tipo identificada na margem esquerda portuguesa do Guadiana. No entanto, existem também diferenças entre elas, pois a

arquitectura funerária da necrópole dos Carapinhais não assume a dimensão monumental de alguns túmulos daquela necrópole de Ourique. Por outro lado, o facto de terem sido utilizadas lajes dispostas em cutelo nos anéis delimitadores do *tumuli*, aproxima a necrópole dos Carapinhais, da da Quitéria e da do Pessegueiro, na área de Sines, mas também da de Alfarrobeira no Algarve (Soares, Deus, Correia, 2007, p. 182-183).

Em claro contraponto com a situação da investigação arqueológica no período que temos vindo a descrever, as duas primeiras décadas do século XXI definem-se essencialmente por um aumento das intervenções arqueológicas de salvaguarda - evolução que na realidade iniciara-se já nos finais do século XX, relacionadas essencialmente com o projecto Alqueva. Destes trabalhos resultou um avolumar imenso de dados de campo que, só muito lentamente e parcialmente, têm vindo a ser apresentados à comunidade científica. Mesmo assim, o seu impacto nas sínteses sobre a pré-história foi de tal modo importante que acabou por ser definido como uma autêntica revolução empírica (Valera *et al.* no prelo).

Para melhor se avaliar o impacto das intervenções de salvaguarda no concelho de Serpa, é questão de se comparar o quadro de referência publicado por Schubart (1975) com os dados apresentados em alguma da bibliografia mais recente (ver por exemplo Baptista, 2013, p. 672) ou com aqueles disponibilizados pela base de dados *Endovélico*. Este concelho que na década de 70 do século XX contava apenas com a sepultura de Belmeque e referências dispersas a outras duas sepulturas (Soares, 1994, p. 179), apresenta agora algumas zonas salpicadas de pontos, correspondentes a sítios arqueológicos, localizados especialmente na parte noroeste constituída por terrenos agricolamente mais férteis e onde se concentram as infra-estruturas do projecto Alqueva. O levantamento inserido na publicação referida (Baptista, 2013, p. 705 a 707) conta com um total de 90 sítios da Idade do Bronze, destes, é interessante constatar que pouco mais de metade, cerca de 46, apresentam de algum modo relação com o mundo da morte, materializada não só nas tradicionais cistas, mas também através da identificação de enterramentos em fossas ou em hipogeu.

São já algumas as necrópoles de hipogeu escavadas e publicadas no concelho de Serpa, nomeadamente Outeiro Alto 2/Monte do Gato de Cima 3 (Valera e Filipe, 2010; Filipe *et al.* 2013) e Montinhos 6 (Baptista, Rodrigues e Pinheiro, 2012) na freguesia de Brinches, Horta do Folgão (Ponte *et al.* 2013) e o provável hipogeu de Alto de Brinches 3 (Rodrigues *et al.* 2012) na freguesia de Santa Maria (relativamente a estes dois últimos locais, e dada a sua proximidade, eles corresponderão na realidade a um único sítio arqueológico). Por fim, o sítio de Torre Velha 12 (Gomes, Baptista e Rodrigues, 2013) localizado na freguesia do Salvador e vizinho de Torre Velha 3, pois situa-se a cerca de 850m para nordeste, no topo da colina que fica imediatamente defronte do segundo local. Deste modo, apenas o barranco da Laje se interpõe entre estes dois sítios, apesar de os contextos arqueológicos identificados aconselharem a uma análise conjunta.

Para além dos hipogeu, estes sítios caracterizam-se também pela existência de outras estruturas escavadas no substrato geológico, comumente designadas por “fossas”, e que por vezes recebem inumações humanas quase sempre sem espólio associado. Estas estruturas aparecem-nos frequentemente entulhadas com sedimentos variados e pedras, sendo muito poucas aquelas em que se atestou arqueograficamente a sua utilização para armazenar cereais (Antunes *et al.* 2012: 285 e 286; Valera *et al.* no prelo). Estas têm vindo a revelar-se as estruturas de mais difícil interpretação e conseqüentemente de datação. Este tipo de realidades arqueológicas localizadas em sítios onde coexistem ocupações de diferentes períodos da pré, da proto e mesmo de época histórica, revelam um grande dinamismo das ocupações humanas, que se reflecte na constante abertura e reabertura de estruturas, abundando os casos em que são afectadas as realidades mais antigas, daqui resultando uma mistura de materiais arqueológicos que dificultam e perturbam a datação destes contextos. As

principais questões relacionadas com a datação e interpretação deste tipo de realidades arqueológicas foram já sistematizadas por António Carlos Valera (2013, p. 336) e, apesar de terem sido enunciadas para a problemática dos recintos de fossos, aplicam-se também aos restantes contextos escavados no substrato geológico. A datação destas estruturas não é uma questão despicienda pois o seu aproveitamento para a realização de inumações recua até ao Neolítico e perdura até ao Bronze Final, como o atesta um enterramento realizado numa fossa de tipo “silo” de Corça 2 (Pias), que forneceu a data 2950+/- BP (Sac-2491). Associado a esta inumação identificaram-se “...*quatro fragmentos cerâmicos de tipologia não identificável, duas lascas, três núcleos de quartzo e um percutor em quartzito*” (Rebello et al. no prelo).

De um momento Final da Idade do Bronze, mais precisamente do último quartel do II milénio a. C. está datada a reutilização do corredor do *tholos* da Centirã 2 (Brinches) para a realização de “... *dois enterramentos secundários de dois indivíduos sem espólio directamente associado. No entanto, uma ponta de seta com aletas desenvolvidas, em cobre arsenical, e uma taça carenada poderão ser associadas a esta reutilização do monumento calcolítico.*” (Henriques, et al. 2013, p.353).

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A partir do breve quadro esboçado sobre as arquitecturas funerárias da Idade do Bronze no concelho de Serpa, sobressai desde logo a questão da variabilidade e diversidade das construções sepulcrais. Esta, salta imediatamente à vista conforme se vai percorrendo geográfica e cronologicamente a pesquisa arqueológica desenvolvida nesta zona, e paulatinamente, vai sendo também reconhecida para outras regiões alentejanas, como a zona de São Manços (Santos, et al. 2009), ou mesmo a peneplanície em redor de Beja (Pereiro, Figueiredo, 2011).

Na zona de Serpa é evidente a coexistência de diversas arquitecturas funerárias. De facto, para além das fossas de tipo “silo” e dos hipogeus – estrutura identificada inicialmente em Belmeque e posteriormente numa série de outros sítios alguns dos quais atrás referidos, existem também cistas isoladas, ou agrupadas, com ou sem *tumulus*, como por exemplo, na necrópole do Talho do Chaparrinho, no Carapetal, no Monte de Santa Justa ou no Barranco do Salto. Surgem também cistas inseridas em monumentos que evocam os da necrópole de Atalaia em Ourique, como é o caso das da necrópole dos Carapinhais e provavelmente dos núcleos sepulcrais do Sobralinho, caso uma futura escavação confirme esta classificação.

A partir do quadro de datas já conhecido para estes contextos (sistematizadas por Mataloto, Martins e Soares, 2013), é possível verificar uma certa contemporaneidade entre estas arquitecturas funerárias. Em Torre Velha 3 existem inumações em “fossas de tipo silo” que forneceram datações de radiocarbono estatisticamente semelhantes às dos enterramentos em hipogeu. Refira-se que as origens destas construções funerárias poderão remontar ao Neolítico, muito embora os hipogeus sejam morfologicamente diferenciados dos da Idade do Bronze, assim como o respectivo ritual funerário. Por seu turno, a datação do enterramento da Corça 2 vem demonstrar que esta prática se estende até ao Bronze Final.

Apesar da variabilidade das práticas funerárias, algumas características do ritual fúnebre são transversais tanto ao mundo das cistas, como ao dos hipogeus. Entre estas, podem referir-se, para além da posição fetal utilizada para a maioria das inumações, a utilização nos dois tipos de sepultura de objectos metálicos e cerâmicos de tipologias

idênticas, ou o emprego de substâncias orgânicas de origem animal para conferir propriedades hidrófugas à selagem de cistas (Montinho) e de hipogeus, principalmente em Torre Velha 3 e Horta do Folgão e provavelmente também noutros casos, como Montinhos 6 e Outeiro Alto 2/Monte do Gato de Cima 3.

Estão também presentes outras práticas funerárias como a reutilização de monumentos funerários de tradição antiga, autênticos “...*espaços de memória*...” e também cenários legitimadores para afirmar, exhibir e manipular determinados aspectos da hierarquização social num “...*processo que não foi certamente unívoco, antes diverso e complexo*” (Mataloto, 2005, p. 123). É neste sentido que deverão ser entendidos os dois enterramentos secundários realizados no corredor do *tholos* da Centirã 2. Esta prática relativamente difundida pelo sul do país, não é inédita nem exclusiva da Idade do Bronze, estando documentada logo desde os finais do III milénio a. C. prolonga-se ainda por grande parte do seguinte até ao seu último quartel (Mataloto, 2005, p. 127).

Certos elementos do registo funerário dos hipogeus de Torre Velha 3 remetem para existência de contactos de âmbito suprarregional, como por exemplo a prática ritualizada da comensalidade, a presença de taças de pé alto com paralelos nas cerâmicas argáricas, ou ainda na existência de artefactos que apresentam ligas de bronze com teores de estanho muito normalizados, que são típicos de metalurgias muito desenvolvidas.

Na estrutura cultural das comunidades da Idade do Bronze que ocuparam o sítio de Torre Velha 3, parecem ter desempenhado papel determinante duas componentes, das quais uma enraíza-se profundamente no substrato ancestral destas populações, enquanto uma outra revela contactos de âmbito suprarregional, com os focos populacionais mais dinâmicos do seu tempo.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2002) - *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Grupos de unidades de paisagem – Alentejo Central a Algarve*. Coleção Estudos 10. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Vol. V.

ALVES, C. [et al.] (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste?!. Salamanca. *Zephyrus*, 66, p. 133-153.

ALVES, C.; [et al.] (2012) – Torre Velha 3 (Serpa): Dados preliminares. *Al-madan*, adenda electrónica. Almada. II série, n.º 17, tomo 1, p. 31-38.

ALVES, C.; [et al.] (no prelo a) – Análise preliminar dos contextos da Antiguidade Tardia do sítio Torre Velha 3 (Barragem da Laje – Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010)*. Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.

ALVES, C.; [et al.] (no prelo b) - Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (Barragem da Laje – Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010)*. Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.

ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A. M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) - Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In, JIMÉNEZ

ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA. LXII, pp. 277-308.

BAPTISTA, L. (2013) - A Idade do Bronze no concelho de Serpa: um primeiro esboço de um conhecimento em construção. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (Ed.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros, 4 - 6 Octubre de 2012)*. Mérida: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros. p. 660–707.

BAPTISTA, L.; RODRIGUES, Z.; PINHEIRO, R. (2012) - Espacialidades dos cadáveres em Montinhos 6: contributos para uma compreensão das práticas funerárias da Idade do Bronze no Sudoeste Peninsular. In DEUS, M. de (Ed.) - *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular - Almodôvar - 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar : Município de Almodôvar, p. 149-170.

BARCELÓ, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 21, p. 15-24.

ESTRELA, S.; [et al.] (2012) – Torre Velha 3 (Serpa): um novo ponto no mapa da Idade do Ferro do Sudoeste. In DEUS, M. (coord.), In DEUS, M. de (Ed.) - *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular - Almodôvar - 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar : Município de Almodôvar, p. 235-268.

FEIO, M. (1952) – *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve*. Estudos de Geomorfologia. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura - Centro de Estudos Geográficos.

FILIFE, V.; et al. (2013) - Bronze age funerary spaces in Outeiro Alto 2: (Brinches, Serpa, Portugal): the hypogea cemetery. *Zephyrus*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca. LXXI, p. 107-129.

FRADE, J. C.; [et al.] (2014) - Beeswax and propolis as sealants of funerary chambers during the Middle Bronze Age in the South-Western Iberian Peninsula. In SCOTT, REBECCA B.; BRAEKMANS, DENNIS; CARREMAN, MIKE; DEGRYSE, PATRICK (Ed.) - *Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry, Leuven (2012)*. Centre for Archaeological Sciences, KU Leuven, p. 141-145.

GOMES, S.; BAPTISTA, L.; RODRIGUES, Z. (2013) – Tradições de inumação durante a Idade do Bronze em Torre Velha 12 (Salvador, Serpa). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (Ed.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros, 4 - 6 Octubre de 2012)*. Mérida: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p.709-732.

HENRIQUES; [et al.] (2013) – O *tholos* Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (Ed.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros, 4 - 6 Octubre de 2012)*. Mérida: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p.320-355.

JORGE, S. O. (1990) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In ALARCÃO, J., coord. – *Portugal das Origens à Romanização. Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. I, p. 214-255.

LOPES, M. C.; CARVALHO, P. C.; GOMES, S. (1997) - *Arqueologia do concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.

MATALOTO, R. (2005) - A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo): Megalitismo e Idade do Bronze no Alto Alentejo. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, volume 8, n. 2, 115-128.

MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M.; SOARES, A. M. M. (2013) - Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 20, p. 303–338.

OLIVEIRA, J.T.; [et al.] (1992) - *Carta Geológica de Portugal – escala 1:200 000. Notícia explicativa da folha 8*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo interior. In JORGE, S. (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-139.

PARREIRA, R. (1998) — As arquiteturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. In JORGE, S.O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. *Trabalhos de Arqueologia*. 10, pp. 267-273.

PEREIRO, T. do; FIGUEIREDO, A. (2011) – Intervenção arqueológica de um hipogeu do Bronze Pleno no sítio da Bela Vista 4 (Mombeja, Portugal). Poster apresentado no *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros, 4 - 6 Octubre de 2012)*.

PEREIRO, T. do; [et al.] (2010-2011) – Torre Velha 3 (Serpa): dados preliminares da indústria de pedra lascada. O caso da estrutura negativa [1722]. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 62-63, pp. 51-63.

PONTE, T. R. N. da; [et al.] (2012) - O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). Os Hipogeus Funerários. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série V, 2, p. 263–293.

PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2010) - Rituais funerários e comensalidade no Bronze do Sudoeste da Península Ibérica: novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha 3 (Serpa). *Estudos do Quaternário*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, nº 6, p. 49-66.

PORFÍRIO, E.; [et al.] (2013) - Os metais da Idade do Bronze de Torre Velha 3 (Serpa) e os seus contextos arqueológicos. In ARNAUD, J.M., MARTINS, A. e NEVES, C. A. (Eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 563–571.

RIBEIRO, M. I. M.; SOARES, A. M. M. (1991) - A sepultura do Bronze do Sudoeste da Herdade do Montinho (Vale de Vargo, Serpa). Aplicação de alguns métodos instrumentais de análise química a um problema arqueológico. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 287-298.

RODRIGUES, Zélia; [et al.] - Os contextos funerários do sítio de Alto Brinches 3 (Serpa): dados antropológicos preliminares. In DEUS, M. de (Ed.) - *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular - Almodôvar - 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar : Município de Almodôvar, p. 73-83.

RUIZ GÁLVEZ-PRIEGO, M. (1984) – Reflexiones terminológicas en torno a la edad del bronce peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 41, pp. 323-342.

- SANTOS, F. J. C.; [et al.] (2009) - Práticas rituais no Bronze do Sudoeste - alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 17, p. 433–456.
- SCHUBART, H. (1974) – Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, p. 65-95.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SCHUBART, H. (2004) - La cerámica argárica en la estratigrafía de Fuente Álamo. Campañas de 1977-1982. *SPAL*. Sevilha. 13, p. 35–82.
- SOARES, A. M. M. (1976-1977) – Uma cista do Bronze do Sudoeste em Aldeia Nova de São Bento (Serpa). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu de Arqueologia do Distrito de Setúbal. 2-3, p. 273-279.
- SOARES, A. M. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, p. 179-197.
- Soares, A. M. M. (2000) - Necrópole do Bronze do Sudoeste dos Bugalhos (Serpa). *Vipasca - Arqueologia e História*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. 2ª série, 9, p. 47-52.
- SOARES, A. M. M. (2013) – O sistema de povoamento do Bronze Final no Baixo Alentejo - Bacia do Guadiana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 20, p. 273–302.
- SOARES, A. M. M.; DEUS, M.; CORREIA, J. C. (2007) - Necrópole dos Carapinhais (Sobral da Adiça, Moura). *Vipasca - Arqueologia e História*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. 2ª série, 2, p. 180–190.
- VALERA, A. C. (2013) - Cronologia dos recintos de fossos da pré-história recente em território português. In ARNAUD, J.M., MARTINS, A. e NEVES, C. A. (eds.) - *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 335–343.
- VALERA, A. C.; FILIPE, V. (2010) - Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): nota preliminar sobre um espaço funerário e de sociabilização, do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica. 5, p. 49-56.
- VALERA, A.C., GODINHO, R., CALVO, E., MORO BERRAQUERO, J., FILIPE, V.; SANTOS, H. (no prelo a) - “Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa)”. *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva*. Beja. (2010).
- VALÉRIO, P.; [et al.] (2013) - Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of Southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*. 42, p. 68–80.
- VILAÇA, R. (1997) - Das primeiras comunidades humanas à chegada dos romanos. In LOPES, M. C.; CARVALHO, P. e GOMES, S. (coord.), *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 127-133.

**OS SENHORES DA PLANÍCIE. A OCUPAÇÃO
DA IDADE DO BRONZE NOS “BARROS DE BEJA”
(BAIXO ALENTEJO, PORTUGAL)**

Miguel Serra
Projeto Outeiro do Circo.
Palimpsesto, Lda.
miguel Serra@palimpsesto.pt

Os senhores da planície. A ocupação da Idade do Bronze nos “Barros de Beja” (Baixo Alentejo, Portugal)

Lords of the plain. The occupation of the Bronze Age in “*Barros de Beja*” (Alentejo, Portugal)

Miguel Serra

Resumo

As escavações arqueológicas efetuadas no povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja) servem de ponto de partida para uma análise às formas de ocupação da Idade do Bronze, na região de planície situada a oeste da cidade de Beja e marcada pela fertilidade dos solos, conhecidos como “*Barros Pretos*”.

O Outeiro do Circo, já conhecido na bibliografia sobre a Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular devido à sua dimensão e localização privilegiada, foi alvo de diversos estudos no âmbito do projeto de investigação “*A transição Bronze Final / I Idade do Ferro no Sul de Portugal: o caso do Outeiro do Circo*” entre 2008 e 2013. Entre os principais resultados destacam-se a revisão da área ocupada, atualmente cifrada nos 17 hectares ou a identificação de um complexo sistema defensivo que integra muralhas, fossos e bastiões, onde se inclui a escavação de um troço de “*muralha compósita*”.

A dimensão e destaque que esta muralha assumiria numa região pautada por relevos suaves e onde facilmente o domínio visual alcança várias dezenas de quilómetros, constituem os principais pontos de análise deste trabalho, procurando demonstrar a importância desta estrutura para a criação de coesão social (através da mobilização de largos efetivos populacionais para a sua construção), mas também para a coerção (através da criação de cenários de afirmação do poder de uma elite dominante) junto das comunidades que pontuariam este território durante a última etapa da Idade do Bronze.

Este aspeto remete para outro elemento de análise, indispensável à compreensão da importância regional de um povoado com estas características, ou seja, o estudo do território envolvente e das formas de ocupação que aí se efetivaram, numa perspetiva diacrónica, capaz de auxiliar a procura das mudanças e permanências ocorridas no seio destas sociedades e observáveis através das suas expressões arquitetónicas.

Assim, procuraremos analisar como se processou o fenómeno de transposição do investimento coletivo na construção dos espaços sepulcrais no Bronze Médio, materializado nas dezenas de necrópoles de cistas conhecidas para esta região, para a construção de grandes obras defensivas em vastos povoados localizados no topo de colinas, durante o Bronze Final. Todavia, também olharemos para outras formas de ocupação mais discretas, que ajudam a preencher o quadro geral do povoamento, como os recentemente identificados povoados abertos de planície, de onde os grandes investimentos construtivos parecem estar ausentes.

Por fim, analisaremos o fim deste mundo, que terá atingido o seu apogeu durante o Bronze Final, através da estruturação, organização, hierarquização e consolidação de um modelo de povoamento, e que verá o seu colapso durante o 1º quartel do I milénio a.n.e. devido ao impacto provocado pelos contactos coloniais, de que encontramos expressão numa série de necrópoles na envolvente próxima do Outeiro do Circo.

Palavras-chave: Povoamento, Território, Arquiteturas, Idade do Bronze, Sudoeste Peninsular

Abstract

The archaeological excavations carried out at Outeiro do Circo (Beja), a fortified settlement of the Late Bronze Age, is the starting point for an analysis of the forms of occupation from the Bronze Age in the lowlands located west of the city of Beja and marked by the presence of fertile dark clay soils.

Outeiro do Circo, already known in the literature on the Southwest Iberia Bronze Age because of its size and prime location, has been the subject of several studies within the research project "*The Late Bronze Age / Iron Age transition in Southern Portugal: the case of Outeiro do Circo*" between 2008 and 2013. Among the main findings highlight the revision of the occupied area, currently encrypted on 17 hectares or the identification of a complex defensive system that integrates walls, ditches and bastions, which includes the excavation of a section of a "*composite wall*".

The size and prominence of this wall punctuated by a soft reliefs region where the visual field reaches several tens of kilometers, are the main points of this analysis, seeking to demonstrate the importance of this structure for the creation of social cohesion (through mobilization of large effective population for its construction), but also to coercion (by creating scenarios for the affirmation of the power of a ruling elite) within the communities of this territory during the last phase of the Bronze Age.

This aspect refers to another element analysis, essential to understanding the importance of a regional site with these characteristics, ie, the study of the surrounding territory and forms of occupation that took place, in a diachronic perspective able to help the search of continuities and changes occurring within these societies and observable through their architectural expressions.

We will try to analyze the phenomenon of transposition from collective investment in the construction of burial spaces during the Middle Bronze Age, materialized in dozens of necropolis of cists known for this region, to the construction of defensive works on large settlements located on hill tops in the Late Bronze Age. However, we will also look to some discrete forms of occupation, that help fill the general framework of settlement, such as those recently identified open plain settlements, where large construction investments appear to be missing.

Finally, we analyze the end of this world, which will have reached its apogee during the Late Bronze Age, through the structuring, organization, prioritization and consolidation of a model of settlement, and that will see its collapse during the 1st quarter of the first millennium BC due to impact caused by colonial contacts, that found expression in a series of necropolises next to Outeiro do Circo.

Keywords: Settlement, Territory, Architecture, Bronze Age, Southwest Iberia

INTRODUÇÃO

Qualquer tentativa de elaborar um trabalho de síntese sobre a ocupação da Idade do Bronze na região do Baixo Alentejo corre o risco de rapidamente ficar desatualizada, tal é a rapidez com que se registam novas descobertas fruto dos inúmeros trabalhos em curso nesta região. No entanto, julgamos, que face à grande quantidade de informação produzida nos últimos anos, se justifica a elaboração de algumas considerações sobre as formas de povoamento deste período, analisadas na ótica da relação entre as arquiteturas e a “*coreografia dos comportamentos sociais*” que nelas tiveram lugar (Parreira, 1998: 269).

Assim, iremos descrever e interrogar algumas formas arquitetónicas que as comunidades criaram e que serviram para modelar ou humanizar a paisagem entre a Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro na região oeste de Beja.

Pretendemos com este ensaio demonstrar a complexidade de relações sociais materializadas nas formas arquitetónicas predominantes, destrinçando as mudanças e permanências no investimento coletivo colocado na sua construção, na natureza dos espaços criados para a exibição de poder ou na expressão arquitetónica dos espaços rituais (*Idem*, 1998: 269).

A tradição de investigação deste período aponta para uma certa separação cronológica de paradigmas arquitetónicos com uma primeira etapa marcada pela visibilidade dos espaços funerários, seguida do seu desaparecimento ou invisibilidade no período de viragem do I milénio a.C. em detrimento da monumentalidade do espaço habitacional para nova mudança na entrada para a II Idade do Ferro, com o retorno a formas relacionadas com o espaço sepulcral. Tentaremos demonstrar com esta análise a existência de uma grande variedade arquitetónica, na longa duração, que necessariamente complexifica as relações sociais que podemos vislumbrar.

A REGIÃO

A área geográfica selecionada para esta análise corresponde *grosso modo* à região a oeste de Beja, onde predomina a planície marcada por suaves ondulações no relevo, genericamente designada como “*Barros de Beja*” ou “*Barros Pretos de Beja*” devido à existência de uma extensa faixa de solos argilosos de cor escura com grande potencial agrícola, que lhe dão fama.

Consideramos como limites da área de análise a bacia hidrográfica do Sado a oeste, onde se assiste à mudança para uma zona de solos arenosos de matriz terciária, a zona da colina de Beja, a partir da qual nascem diversas linhas de água secundárias integráveis na bacia hidrográfica do Guadiana. A norte o limite é denunciado pelas ribeiras da Figueira, Alfundão e Canhestros que servem de fronteira a uma extensa zona dominada pela formação geológica dos Pórfiros de Baleizão que antecedem os revelos mais acentuados da Serra do Mendro e a sul pelas ribeiras da Chaminé e do Roxo a partir das quais surge uma geologia ligada à Faixa Piritosa Ibérica (Oliveira, 1992; Serra, 2014: 80; Serra e Porfírio, 2012: 143) (Figura 1).



Figura 1. Localização da área de estudo (Mapa: José Luís Madeira).

Trata-se de uma região pautada por uma orografia suave e homogénea onde se assiste à profusão de uma rede de linhas de água secundárias, por vezes sazonais e onde a captação de água é feita a pequenas profundidades devido ao efeito causado pela Falha Odemira – Ávila (localmente designada como Falha da Messejana) que a atravessa no sentido sudoeste – nordeste. Bastante importantes nesta região são os diversos recursos naturais, como os mineiros, com especial destaque para o cobre, possivelmente explorado desde época remota na Mina da Juliana (Santa Vitória), a frequência de recursos pétreos diversificados e de extração simples, como o gabro-diorito, os pórfiros, o grauvaque, o quartzito, o quartzo, o sílex, o jaspe ou o cherte, os já mencionados férteis solos dos “*Barros Pretos*” que conferem a esta região um amplo potencial de exploração agrícola, mas também o coberto vegetal, hoje muito modificado com a transformação da mata mediterrânica antiga em vastos campos abertos de natureza maioritariamente cerealífera com a inclusão recente de vastas áreas dedicadas à exploração olivícola (Serra, 2014: 80).

O BRONZE PLENO

“A Necrópole pode ter sido o centro de enterro duma povoação espalhada em espaços maiores que só se reuniu aqui para o funeral e para a construção do túmulo” (Schubart, 1965: 86).

A Cultura do Bronze do Sudoeste, entidade arqueográfica sistematizada por Hermanfrid Schubart (1971; 1975) a partir do estudo tipológico de materiais provenientes de contextos funerários é tradicionalmente definida pela maior visibilidade e investimento colocado na construção de monumentos funerários em oposição a uma certa invisibilidade dos espaços habitacionais (Cardoso, 2012: 64; Gamito, 2003: 332; Parreira, 2014; Parreira, 1998: 269; Parreira, 1995: 132; Senna-Martinez, 2002: 106), contrariada por diversas sugestões da existência de povoados de altura (Pavón Soldevila, 1998; Soares e Silva, 1995: 138).

Assim, as necrópoles desta fase surgiam como lugares de congregação de comunidades deambulantes, como sugerido pela frase de Schubart citada no início deste capítulo, dada a inexistência de vestígios relacionados com os lugares de habitat.

Os ténues indícios relacionados com os locais de povoamento surgiam nas imediações de algumas necrópoles e eram materializados em estruturas precárias e simples. Em Alcaria (Ourique) foram identificadas algumas estruturas de habitação de planta retangular e chão lajeado que revelam um claro contraste com o investimento construtivo colocado nas estruturas sepulcrais (Parreira, 1998: 270; Parreira, 1995: 132), apesar de subsistirem dúvidas sobre a sua interpretação e cronologia (Lago, 1995:79; Vilhena, 2006: 86). Também na área de Sines se regista a mesma associação entre povoados e necrópoles, como nos casos de Quitéria, Provença e Pessegueiro onde se detetaram áreas habitacionais nas imediações das sepulturas, ocupando zonas planas e abertas sem condições naturais de defesa (Silva e Soares, 1981: 168).

Assiste-se também a um grande polimorfismo nas arquiteturas funerárias registando-se casos de maior expressão monumental como Atalaia (Ourique), outras mais discretas desprovidas de mamoas (Parreira, 1998: 270), algumas isoladas ou dispersas outras agrupadas em recintos bem delimitados como observado na área de Sines (Silva e Soares, 1981: 142) e nas necrópoles de Ourique, e outras que dentro da mesma área geográfica mostram uma grande variedade nos materiais e soluções construtivas utilizados (Soares *et al.*, 2009:439).

Na área de estudo deste trabalho identificam-se perto de vinte necrópoles de cistas (às quais haverá que acrescentar outras recentemente intervencionadas e ainda inéditas), que aparentemente formam dois agrupamentos, já enunciados em trabalhos anteriores (Parreira, 1977: 36), um a sul, o núcleo das Ribeiras do Roxo e da Chaminé (tabela 1), outro a norte, formado ao longo das Ribeiras de Figueira, Alfundão e Canhestros (tabela 2).

Grupo Roxo/Chaminé				
Sítio	Freguesia/Concelho	Sepulturas	Espólio	Bibliografia
Santa Vitória ¹	Santa Vitória/Beja	3 (?)	Vaso de nervuras, vaso tipo Odivelas, 2 vasos tipo Santa Vitória, 1 estela de tipo alentejano	Vasconcellos 1906: 180-182; Viana 1945: 329-330
Corte da Azinha	Santa Vitória/Beja	3	1 vaso esférico	Viana 1954: 19
Mós	Santa Vitória/Beja	10	2 vasos, 1 pequeno vaso	Viana e Ribeiro 1956: 158
Ulmo	Santa Vitória/Beja	16	Lâmina de bronze, ponta de lança em ferro(?), haste de ferro(?), sovela de bronze, 1 vaso, punhal de bronze	Viana e Ribeiro 1956: 158
Monte do Outeiro	Santa Vitória/Beja	3	1 vaso tipo Odivelas	Paço <i>et al.</i> 1965: 150
Monte dos Carriços	Santa Vitória/Beja	?	?	Parreira e Soares 1980: 111, fig. 2
Cerca 2	Santa Vitória/Beja	1	–	<i>Endovélico</i> ²
Cariolinha	Ervidel/Aljustrel	2 (?)	1 vaso, 1 taça tipo Santa Vitória	Informação pessoal de António Carlos Silva
Ervidel 3	Ervidel/Aljustrel	?	1 taça tipo Santa Vitória, 3 vasos de nervuras	Arnaud 1992
Medarra	Ervidel/Aljustrel	6	Punhal de rebites, garrafa, vaso decorado com sulcos, vaso com decoração em faixas, 2 vasos com nervuras verticais, taça, copo	Schubart 1972: 71-73; Ribeiro 1966/67: 385-389
Herdade do Pomar	Ervidel/Aljustrel	2	2 vasos, 1 estela de tipo alentejano + vasos tipo Santa Vitória	Gomes e Monteiro 1977: 165
Vale Frio	Ervidel/Aljustrel	4	Taça tipo Odivelas ³	Figueiredo 2009; Santos e Ferreira 2010
Lobeira de Baixo	Santiago Maior/Beja	?	1 vaso carenado	Paço <i>et al.</i> 1965: 150
Cata	Santiago Maior/Beja	?	1 vaso tipo Odivelas, 1 vaso tipo Santa Vitória, 1 vaso troncocónico	Paço <i>et al.</i> 1965: 149-150
Abelheira 1	Ferreira do Alentejo/Ferreira do Alentejo	3	1 punhal, 2 taças carenadas com asa, 1 taça carenada, 1 punção	Baptista <i>et al.</i> 2013b: 2517

Tabela 1. Necrópoles do grupo das Ribeiras do Roxo e da Chaminé.

¹ Vasconcellos (1906: 180-182) refere 3 sepulturas, uma na estrada entre Santa Vitória e Ervidel (talvez corresponda a uma cista da necrópole de Mós), uma não localizada, e outra junto a Santa Vitória (também poderá pertencer à necrópole de Mós). Abel Viana (1945: 329-330) referindo-se aos mesmos materiais descritos por Vasconcellos indica proveniências e nomes de doadores diferentes para as mesmas peças. Torna-se impossível adscriver os materiais a localizações concretas, tal como é impossível saber a quantas necrópoles ou cistas os achados se referem.

² <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=3166775> [consultado às 15:44 de 21 de Junho 2014].

³ Os autores de uma das intervenções (Santos e Ferreira, 2010) referem esta peça como uma taça de tipo Atalaia.

Grupo Figueira/Alfundão/Canhestros				
Sítio	Freguesia/Concelho	Sepulturas	Espólio	Bibliografia
Alcaria ⁴	Mombeja/Beja	?	1 vaso, 1 garrafa, 3 estelas (Mombeja I, II, III)	Schubart 1972: 84; Vasconcellos 1906: 184, 185; Viana 1945: 330;
Zambujeira 4/Folha da Serra	Peroguarda/Ferreira do Alentejo	2 (?)	2 vasos tipo Odivelas, 1 vaso decorado com sulcos verticais	Parreira 1982: 8-10; Parreira 1995: 85
Trigaches	Trigaches/Beja	2	2 estelas de tipo alentejano (Trigaches I e II)	Vasconcellos 1906: 182, 183
Base Aérea de Beja	São Brissos/Beja	?	Vaso carenado	Parreira 1982: 7

Tabela 2. Necrópoles do grupo das Ribeiras de Figueira, Alfundão e Canhestros.

A grande maioria apenas revela a existência de escassas cistas e algumas são apenas sugeridas pela presença de certos materiais, sem sequer ter sido possível observar vestígios de sepulturas. São muito raras as que ultrapassam a dezena de sepulturas, como Ulmo (16) e Mós (10), mas devemos ter em atenção que dificilmente estas quantidades poderão ser reveladoras do total de cistas presentes nas necrópoles, quer por não terem sido identificadas e escavadas à época, quer por poderem ter sido alvo de destruições anteriores. Estamos assim perante uma realidade bastante diferente da registada em necrópoles como a Atalaia com cerca de centena e meia de cistas (Schubart, 1965: 71) ou mesmo algo distante de necrópoles de “2ª ordem de grandeza” (Vilhena, 2008: 202) como Corte Cabreira (20 sepulturas), Quitéria (24), Provença (28), El Castañuelo (35), El Becerro (35) ou La Traviessa (27) (Silva e Soares, 1981; García Sanjuán, 2004; Gamito, 2004).

Assim, o primeiro fator de análise das necrópoles de cistas desta região prende-se com a dimensão, ou neste caso a provável pequena dimensão destas, que poderá indiciar a presença de grupos humanos relativamente pequenos e itinerantes pelo território.

A escassez de sepulturas pode no entanto ser devida a outros fatores já mencionados e a título de exemplo há que referir a necrópole de Alfarrobeira (Trindade), situada a curta distância da área de análise, onde os relatos referem a existência de dezenas de sepulturas (Viana, 1947: 6-10), o que a colocaria entre as maiores do Bronze do Sudoeste.

Outro aspeto de análise a destacar centra-se no tipo de implantação. Não sendo possível a realização de uma análise pormenorizada para cada necrópole, até por se desconhecer a localização exata de grande parte, apresentamos apenas os traços gerais da região onde se localizaram. Tratando-se de uma região bastante homogénea, caracterizada pela peneplanície onde alternam relevos suaves com extensas áreas de aplanamento quase perfeito como se observa junto a Santa Vitória (Feio, 1952: 31), as necrópoles conhecidas situam-se em zonas de pouco destaque, ocupando encostas ou pequenas elevações suaves e extensas. Apesar de serem poucos os locais de maior altitude nesta região, parece não ter havido preferência para aí construir a última morada dos defuntos das comunidades do Bronze Médio optando-se antes por eleger áreas junto aos terrenos que seriam por eles explorados e

⁴ Um dos vasos mencionados por Abel Viana como sendo da necrópole de Alcaria, é inicialmente publicado por J. L. de Vasconcellos como sendo proveniente da Sepultura A localizada na estrada entre Santa Vitória e Ervidel (Vasconcellos, 1906: 180).

experienciados. Contudo, a grande maioria seria facilmente avistada a certa distância uma vez, que apesar de baixa altitude a que se localizam, não se registam relevos de monta que impeçam a sua visibilidade, assim funcionando como verdadeiros marcadores territoriais.

Não devemos esquecer a presença de estelas de “*tipo alentejano*” e a sua eventual ligação às necrópoles, não como tampas de sepulturas, mas como marcadores, que serviriam como referencial visual, tal como sugerido para a necrópole de Alfarrobeira (Silves) onde se verifica a associação entre estela e sepultura (Gomes, 2006: 53 e 61 – fig. 7). Também na área analisada encontramos uma frequente proximidade entre os locais de achado de algumas estelas e a localização de necrópoles de cistas, apesar das condições de achado não nos possibilitarem o estabelecimento de relações concretas (Tabela 3, Figura 2).



Cista 1 da necrópole da *Herdade do Pomar* (R. IV / 76-5)



Cista 2 da necrópole da *Herdade do Pomar* (R. IV / 76-9)



Estela I de *Ervidel* (Beja) (R. IX / 76-10)

Figura 2. Cistas e estela de Ervidel I, *Herdade do Pomar* (adaptado de Vilaça, 2014).

Designação	Freguesia/Concelho	Condições de achado	Iconografia	Bibliografia
Assento	Santa Vitória/Beja	Achado casual. Próxima do caminho de acesso ao Monte do Ulmo (necrópole)	Ancoriforme, espada, alabarda, machados, arco, goiva	Viana e Ribeiro 1956: 163; Ribeiro 1965: 25-27; Gomes 2006: 58; Díaz-Guardamino 2010: 773
Ervidel 1 (Herdade do Pomar)	Ervidel/Aljustrel	Reutilizada numa parede do Monte da Herdade do Pomar (necrópole)	Ancoriforme, espada, machado, "sandálias", indeterminado	Coelho 1975: 195-197; Gomes e Monteiro 1976/77: 305-310; Gomes 2006: 58; Díaz-Guardamino 2010: 779
Mombeja I	Mombeja/Beja	Prováveis trabalhos agrícolas. Informações orais indicam que cobriam sepulturas (necrópole de Alcarias)	Ancoriforme, espada	Vasconcellos 1906: 184, 185; Ribeiro 1965: Est. XXIV, 2; Gomes 2006: 58; Díaz Guardamino 2010: 786
Mombeja II	Mombeja/Beja	Igual a Mombeja I	Ancoriforme	Vasconcellos 1906: 185; Ribeiro 1965: Est. XXIV, 3; Gomes 2006: 58; Díaz Guardamino 2010: 787
Mombeja III	Mombeja/Beja	Igual a Mombeja I e II	Espada	Vasconcellos 1906: 185; Ribeiro 1965: Est. XXIV, 3; Gomes 2006: 58; Díaz Guardamino 2010: 787
Monte de Abaixo	São Brissos/Beja	Trabalhos agrícolas (próxima da necrópole da Base Aérea de Beja)	Ancoriforme, espada, machado, círculo	Borrela 2002; Gomes 2006: 53-55, 58; Díaz Guardamino 2010: 789
Pedreirinha	Santa Vitória/Beja	Apenas há referência em ter sido encontrado no lugar de Pedreirinha (próximo da necrópole de Mós)	Ancoriforme, espada, retângulo, indeterminado	Viana e Ribeiro 1956: 161; Ribeiro 1965: 25-27; Gomes 2006: 58; Díaz Guardamino 2010: 795
São João de Negrilhos	São João de Negrilhos/Aljustrel	Trabalhos agrícolas	Espada, alabarda	Ribeiro 1965: 25-27; Gomes 2006: 58; Díaz Guardamino 2010: 796
Santa Vitória	Santa Vitória/Beja	Achado casual. Informações orais indicam que cobria uma sepultura (sepultura C de Santa Vitória)	Ancoriforme, espada, machado, arco	Vasconcellos 1906: 182; Viana 1945: 325; Ribeiro 1965: 25-27; Gomes e Monteiro 1976(77): 305-310; Gomes 2006: 58; Díaz Guardamino 2010: 798
Trigaches 1	Trigaches/Beja	Achado casual. Informações orais indicam que cobria uma sepultura (necrópole de Trigaches)	Espada, alabarda, retângulo	Vasconcellos 1906: 183; Viana 1944: 164; Viana 1945: 326; Ribeiro 1965: 25-27; Gomes 2006: 58; Díaz-Guardamino 2010: 800
Trigaches 2	Trigaches/Beja	Achado casual. Informações orais indicam que cobria uma sepultura (necrópole de Trigaches)	Ancoriforme	Vasconcellos 1906: 183; Viana 1944: 164; Viana 1945: 326; Ribeiro 1965: 25-27; Gomes 2006: 58; Díaz-Guardamino 2010: 801
Monte da Carniceira	São João de Negrilhos/Aljustrel	Trabalhos agrícolas	Ancoriforme, machado, arco, goivas	Endovélico ⁵

Tabela 3 – Estelas de “tipo alentejano” da zona oeste de Beja.

⁵ <http://arqueologia.igespar.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=2444512> [consultado às 23:00 de 21 de Junho 2014].

Também ao nível da arquitetura, as necrópoles da região oeste de Beja, revelam uma certa simplicidade, estando ausentes os recintos circundantes ou a estruturação hierarquizada e monumental que reconhecemos noutras regiões.

De facto, as cistas são quase sempre de pequena dimensão, com cerca de 1 m de comprimento no eixo maior e 0,5 m ou menos no eixo menor, formato retangular ou trapezoidal e compostas normalmente por quatro lajes retangulares colocadas de cutelo e uma outra de maior dimensão a servir de tampa.

Não se conhecem cistas providas de *tumulus*, ao contrário do que sucede na região vizinha de Serpa onde tal foi reconhecido numa cista isolada da Herdade do Montinho ou numa outra situada na necrópole do Talho do Chaparrinho (Soares *et al.*, 2009: 439), mas tal facto também poderá estar relacionado com eventuais destruições provocadas pelas práticas agrícolas.

Sem pretendermos fazer uma descrição exaustiva de todas as características destas necrópoles, faltando por exemplo descrever a antropologia funerária ou os espólios recolhidos, avancemos para aquilo que nos parece ser o cenário geral que a leitura destes espaços permite para tecer algumas considerações sobre o investimento colocado na construção dos espaços fúnebres.

Recordamos as palavras de Rui Parreira (1998: 269) que sintetizam as formas de ocupação que temos vindo a examinar: *“No Bronze Médio, a arquitectura funerária tem um carácter monumental, a que corresponde uma pouca visibilidade arqueológica dos povoados, que têm um carácter aberto e se localizam junto a recursos naturais importantes”*.

Importa realçar que tratando-se de uma síntese que abarca a vasta região do Baixo Alentejo, seria difícil que estas considerações se aplicassem claramente a todas as situações reportadas.

No território que analisamos vemos claramente que a monumentalidade que se associa à arquitetura funerária aparenta estar ausente, não deixando de ser verdade que as necrópoles continuam a assumir um destaque superior aos espaços dos vivos que até recentemente pareciam ausentes do registo arqueológico desta região.

Para a continuação desta análise há que ter em consideração as profundas alterações de conhecimento produzidas nos últimos anos em todo o Baixo Alentejo e que têm contribuído grandemente para um claro enriquecimento da Pré e Proto-história regionais.

De facto, a situação de ausência de vestígios habitacionais relacionáveis com as necrópoles de cistas sofreu uma clara mudança com as intervenções arqueológicas preventivas, maioritariamente relacionadas com o projeto Alqueva e outros em menor grau.

Estes trabalhos, fortemente condicionados por imperativos de obra que limitam em muito as áreas escavadas (Soares, 2013: 296), permitiram a deteção de centenas de povoados abertos de planície por todo o Alentejo, sendo que na área analisada podemos apontar a existência de perto de 60 destes sítios. Contudo, deveremos ter em conta que alguns dos sítios identificados com denominações distintas, por terem sido intervencionados em empreitadas de construção diferentes, poderão na realidade corresponder a núcleos dispersos de um mesmo sítio, dada a proximidade das áreas onde se detetaram estruturas. Também se nos afigura arriscado apontar números concretos numa altura em que várias equipas de empresas de arqueologia se encontram a intervir no terreno, fazendo aumentar o número de sítios no

hiato de tempo que decorreu entre a recolha de informação para este ensaio e a sua publicação. Um outro aspeto a ter em conta relaciona-se com a escassez de publicações referentes a estas intervenções, apenas se conseguindo aceder a informação técnica, muitas vezes deficitária, presente na base de dados *Endovélico* sobre a forma de fichas de síntese ou em relatórios técnicos que demasiadas vezes primam pela ausência de estudos de materiais aprofundados que permitam uma clara inserção cronológica dos sítios arqueológicos.

Em traços gerais podemos caracterizar estes sítios como povoados abertos de planície, implantados em áreas relativamente planas e expostas, em terrenos férteis e próximos de linhas de água secundárias, desprovidos de preocupações defensivas, dispersos por núcleos não muito distantes entre si que em conjunto formavam povoados com certa dimensão (Antunes *et al.* 2012: 278). No entanto, a questão da dimensão não pode ser devidamente aprofundada devido às características das intervenções arqueológicas que não permitiram até ao momento uma caracterização segura da distribuição espacial intra sítio e da consequente superfície total de ocupação deste tipo de sítios. A exceção será Montinhos 6 (Serpa), distribuído por dois núcleos, que os autores acreditam ter intervencionado na totalidade (Baptista, 2013: 676).

Os elementos mais comuns nestes povoados abertos correspondem às estruturas negativas ou fossas de tipo silo que surgem em quantidades que por vezes ultrapassam algumas centenas por sítio. A ausência de outro tipo de estruturas poderá em parte dever-se à destruição provocada pelos trabalhos agrícolas ao longo dos tempos ou mesmo pelas próprias estratégias de intervenção arqueológica atuais que passam muitas vezes pela realização de decapagens mecânicas para remoção do sedimento até ao nível geológico onde se observam as manchas circulares identificadoras das estruturas negativas, podendo levar à destruição de outras estruturas mais ténues.

Às estruturas negativas presentes nestes povoados têm sido atribuídas funções distintas, desde silos e fossas, as mais numerosas, ou fundos de cabanas, buracos de poste e outras de difícil interpretação, presentes em menor número, encontrando-se também diversas fossas com reutilização funerária ou mesmo concebidas para uma função primária de cariz sepulcral, como é o caso dos hipogeus.

A ausência de contextos claramente habitacionais nestes sítios leva a que seja prematuro considerá-los “*povoados abertos*” ao mesmo tempo que alguns autores propõem que as concentrações de fossas/silos estariam relacionadas com “*...espaços domésticos, certamente de carácter habitacional, implantados na sua proximidade...*” (Antunes *et al.* 2012: 278). Em conjunto com os espaços domésticos, os locais ocupados por fossas/silos formariam então povoados de grande dimensão, com áreas funcionais claramente demarcadas. Não devemos esquecer que o carácter certamente perecível das estruturas domésticas, e a consequente dificuldade da sua identificação no registo arqueológico, dificulta uma leitura possibilitadora de uma visão completa da sua organização interna.

Também as fossas/silos geram diferentes interpretações dada a dificuldade de recuperar a função original destas estruturas e de na maior parte das vezes os níveis de enchimento apenas revelarem o seu abandono e amortização como prováveis lixeiras. Ressalve-se o exemplo vindo de Pedreira de Trigaches 2 (Beja) onde uma das fossas se encontrava revestida a cortiça e embalava milhares de sementes de cevada (Baptista, 2010: 72)

A grande quantidade de estruturas negativas, sobretudo as fossas/silos também poderá ser entendida à luz de diferentes prismas. Tanto serve de argumento para justificar a presença de comunidades numericamente expressivas que assumem uma certa

sedentarização e se agrupavam em determinado local de modo permanente e aí sepultando os seus mortos, como poderá sugerir a existência de grupos humanos de menor dimensão que deambulavam pelo território explorando os seus recursos, fixando-se sazonalmente em determinados espaços onde regressariam temporada após temporada, o que conduziria a uma atitude de selagem e enterramento dos restos da sua presença para num regresso futuro a esse mesmo local reabrir as estruturas (incluindo as funerárias onde surgem amiúde provas da manipulação de cadáveres) ou abrir novas. Assim, a grande quantidade de fossas/silos presentes num mesmo local estaria relacionada com a ocupação irregular mas constante e não com a fixação permanente de uma vasta comunidade.

Saliente-se ainda a dificuldade em relacionar as ocupações humanas de planície referidas com a localização das necrópoles de cistas, aparentando uma clara separação de espaços que pode vir a ser contrariada por novos dados nos muitos trabalhos ainda em curso nesta região e que podem ser entrevistados pelo caso registado noutra região próxima onde, no sítio do Monte da Cabida 3 (Évora), se verificou a coexistência de cistas e de fossas/silos, algumas com enterramentos, apesar de ainda não estar apurada a sua sincronia (Antunes *et al.* 2012: 282; Soares *et al.* 2009: 442).

De entre os cerca de 60 povoados abertos de planície da região oeste de Beja identificados na base de dados *Endovélico* e reconhecidos em recolhas por nós efetuadas sobre relatórios técnicos, apenas sete foram alvo de publicação até ao momento: Pedreira de Trigaches 2, Pedreira de Trigaches 3, Horta de Panéque, Horta do Jacinto, Vinha das Caliças 5, Vale de Coutos 2 e Trigaches 9 para além de mais alguns difíceis de integrar num período mais específico dentro da pré-história recente (Baptista *et al.*, 2013a: 805) e outros mencionados de forma sintética ou muito parcial (Baptista *et al.*, 2013b).

No seu conjunto revelam as características gerais atrás enunciadas, conhecendo-se também alguns sítios que apresentam contextos funerários em fossa como em Horta do Panéque, Pedreira de Trigaches 2 e Horta do Jacinto (Baptista *et al.*, 2013a: 817-820) e hipogeus como registado em sítios apenas parcialmente publicados como Monte da Ramada 1 (Baptista *et al.*, 2013b: 2498) ou ainda inéditos como Vale de Barrancas 1 ou Bela Vista 4⁶.

O aspeto principal a manter presente nesta análise é o escasso investimento construtivo colocado nestes povoados abertos, mesmo com todas as dúvidas expressas ao longo deste capítulo, em clara oposição com um esforço mais significativo colocado na construção das necrópoles de cistas que acabam por ser apenas uma de muitas arquiteturas funerárias presentes nesta região durante o Bronze Médio.

Se centrarmos a nossa atenção no povoamento de altura durante este período, também não encontramos aí indícios claros de um maior investimento arquitetónico por parte das comunidades do sudoeste peninsular. São poucos os dados sobre ocupações em altura no Bronze Médio, mas surgem-nos indícios da sua presença em sítios como o Castelo do Giraldo, perto de Évora (Mataloto, 2012: 187) e eventualmente no Cerro da Forca em Barrancos, onde se assinalam duas fases de ocupação, uma do Bronze Médio e outra do Bronze Final (Gómez Toscano, 2012, 319; Romero e Rego, 2001: 426) ou em Vale Feixe (Odemira) onde nos surge uma possível associação entre o povoado do Cerro do Castelo e a necrópole de cistas do Cemitério dos Mouros, apesar do povoado não ter sido escavado (Vilhena, 2008: 201). Também há que mencionar brevemente a identificação recente de uma ocupação do Bronze Médio em Evoramonte, corroborada por datações radiocarbónicas (Mataloto *et al.* 2013: 310). É numa área mais periférica dentro da geografia tradicional do Bronze do Sudoeste, a Extremadura espanhola, que nos surgem evidências mais claras de uma ocupação de altura

⁶ Informação pessoal de António Carlos Valera a quem se agradece.

durante o Bronze Médio, materializada no Cerro del Castillo de Alange (Badajoz), onde as arquiteturas exibem mesmo certo grau de monumentalidade, exemplificadas pelo imponente celeiro comunitário deste povoado (Pavón Soldevila *et al.* 2009: 446).

No entanto, na região Oeste de Beja não encontramos até ao momento indícios de ocupações de altura atribuídas ao Bronze Médio, por mais que há muito se considere a hipótese da sua existência para o Sul de Portugal (Silva e Soares, 1981: 180; Parreira, 1982: 166-167).

Perante o cenário descrito será então correta a afirmação de Schubart citada no início deste capítulo?

A fraca associação entre necrópoles de cistas e povoados, a disseminação por um vasto território de povoados abertos de planície e a inexistência de arquiteturas complexas, quer funerárias, quer domésticas, levam a crer que sim, apesar de reconhecermos que o tema é mais complexo do que se esperaria.

O BRONZE FINAL

“...a chamada «ocultação tumular» do Bronze Final, mais não é do que uma deficiente capacidade da arqueologia para captar a diversidade de contextos funerários pouco impressionantes na paisagem...” (Jorge, 1996-97: 86)

O Bronze Final do sudoeste peninsular nunca foi devidamente integrado no Bronze do Sudoeste definido por Schubart (1971; 1975), devido ao parco conhecimento sobre sítios deste período. Mais tarde, Almagro Gorbea (1977) propõe a designação de Bronze do Sudoeste III para o integrar no esquema cronológico sistematizado pelo arqueólogo alemão. No entanto, esta designação nunca mereceu aprovação na comunidade científica devido à diversidade de contextos e materiais que caracterizam este período (Parreira, 2014: 14).

Esta época, no sudoeste, surge-nos nas sínteses produzidas em meados dos anos 90 do século passado (Parreira, 1995; Parreira, 1998; Soares e Silva, 1995) em clara antítese com o período antecedente.

Se para o Bronze Médio registávamos uma preponderância das estruturas arquitetónicas de cariz funerário, assistimos agora a uma ausência quase completa de dados sobre as práticas funerárias (Mataloto *et al.* 2013: 309), à exceção da reutilização de sepulcros megalíticos (Parreira, 1998: 269). Em oposição, os vestígios habitacionais assumem lugar proeminente, com destaque para o surgimento de ocupações em altura, fortificadas e de grande dimensão, que transmitem uma certa ideia de intensificação da ocupação do território (Soares, 2013: 275).

Analisemos em primeiro lugar o mundo funerário do Bronze Final no Sudoeste.

Até recentemente eram muito escassos os vestígios de inumações ou outras práticas funerárias atribuíveis com segurança ao Bronze Final e ainda mais raras as que apresentavam datações radiométricas. Estes poucos casos conhecidos ainda possuem a agravante de poderem tratar-se de exemplos de exceção como sugerido por sítios como a Roça do Casal do

Meio, em Sesimbra (Vilaça e Cunha, 2005), o *tholos* do Malhanito, em Alcoutim (Cardoso, 2004) ou a Nora Velha, em Ourique (Mataloto *et al.* 2013: 323) que nos remetem para a prática de reutilização de estruturas anteriores⁷.

Também devem ser retiradas desta análise as datas obtidas na Atalaia que prolongariam a utilização desta necrópole do Bronze Médio até ao Bronze Final, por não haver nenhuns outros elementos que corroborem esta sugestão (Mataloto *et al.* 2013: 307).

Existem no entanto mais algumas referências, parcamente conhecidas, que nos trazem um vislumbre sobre as práticas funerárias, como o possível caso de Neves 4, em Castro Verde (Barros, 2012: 221) e um outro contexto a aguardar publicação específica, o de Corça 2, em Serpa onde se regista o aparecimento de uma inumação em fossa com a data 2950±50 BP (Rebello *et al.*, no prelo; Mataloto *et al.* 2013: 318 e 323). Também em Casarão da Mesquita 3 (Évora) surgem inumações em fossa que se integram em momentos antigos dentro do Bronze Final (Santos *et al.* 2008: 81)

Por último mencionamos uma referência indireta à existência de uma possível sepultura, testemunhada por um conjunto artefactual proveniente de sítio incerto na região de Beja e que integrava uma navalha, uma fíbula de dupla mola e uma urna. No entanto, a cronologia proposta para a fíbula coloca-a no intervalo de tempo que permitirá enquadrar esta eventual necrópole na transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial dentro do século VIII a VII a.C. (Vilaça, 2009: 501-503).

Temos assim uma base empírica bastante pobre para podermos tecer algumas considerações sobre as arquiteturas funerárias do Bronze Final, sobretudo quando nenhum dos sítios acima mencionados se integra na região de estudo abordada neste trabalho.

Estariamos assim perante um cenário onde a intensificação das formas de povoamento não tem correspondência ao nível das arquiteturas funerárias.

Assistimos no Bronze Final ao desaparecimento dos enterramentos em cista e em hipogeus que modelaram e marcaram a paisagem do Bronze Médio (Mataloto *et al.* 2013: 323; Soares, 2013: 275), mantendo-se as inumações em fossa⁸ e a reutilização de monumentos megalíticos. Devemos manter alguma reserva nestas considerações, sobretudo por causa dos muitos trabalhos arqueológicos que ainda ocorrem neste território e que poderão trazer novidades que de algum modo alterem ou enriqueçam o panorama atualmente observado (Mataloto *et al.* 2013: 323).

O vasto leque de trabalhos arqueológicos, realizados um pouco por todo o Baixo Alentejo, não permitiu, até ao momento, a descoberta de uma grande quantidade de espaços sepulcrais do Bronze Final e julgamos que esse panorama não se irá alterar profundamente. Assim, podemos constatar que existe de facto uma mudança assinalável no tipo de investimento construtivo entre o Bronze Médio e o Bronze Final (Parreira, 1998: 269). No entanto, a inexistência de arquiteturas funerárias não significa uma ausência de práticas

⁷ Salvaguardando-se as dúvidas sobre se o monumento da Roça do Casal do Meio corresponderá a um *tholos* reutilizado ou a um monumento construído no Bronze Final, com caráter excepcional. Para a discussão do tema ver por exemplo: Vilaça e Cunha, 2005 e Cardoso, 2004.

⁸ Apesar da escassez de dados devemos ter em consideração que o grande volume de intervenções arqueológicas nos últimos anos permitiu a exumação de dezenas de inumações em grande parte não datadas e sem que seja possível apontar uma cronologia baseada em dádivas funerárias devido à sua ausência no registo arqueológico. A sua eventual atribuição do Bronze Final só poderá ser corroborada através de um extenso programa de datações radiométricas.

funerárias, mas estas tornam-se invisíveis aos nossos olhos por dificilmente serem detetadas no registo arqueológico.

A frase de Susana Jorge citada no início deste capítulo (1996-97: 86) dá expressão à diversidade de testemunhos funerários durante o Bronze Final (aplicável a todo o território português) reforçando a ideia da existência de uma multiplicidade que nem sempre deixa marcas no registo arqueológico e que poderiam incluir práticas funerárias de difícil comprovação, realizadas em meios aquáticos, de incineração, ao ar livre (sendo os corpos consumidos por animais selvagens), junto de caminhos ou em lugares de ocorrências de especial significado (Vilaça, 2006: 42-43).

Estaremos assim perante uma nova ordem social e política, traduzida em novos cenários de exibição de poder e de realização de cerimónias rituais a que se associam novos elementos como estelas e depósitos de artefactos metálicos (Jorge, 1996-97: 83)?

Na região definida para este estudo encontramos testemunho disso mesmo através da presença de pelo menos uma estela de novo tipo, a estela de guerreiro de Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1976-77) onde nos surge a figura humana (“deus”, “herói”, “antepassado”, “chefe guerreiro”?) como elemento central junto a uma nova iconografia que por vezes se assume como narrativa (Díaz-Guardamino, 2010: 432), não apenas mero desfile de artefactos e da sua simbologia reflexo de novas influências (pente, espelho, fíbula, escudo, espada, lança), mas antes de representação de uma cena vivida, imaginada ou mitológica como nos parecem transmitir as representações de “inimigos mortos” aos pés da figura tutelar central (Figura 3).

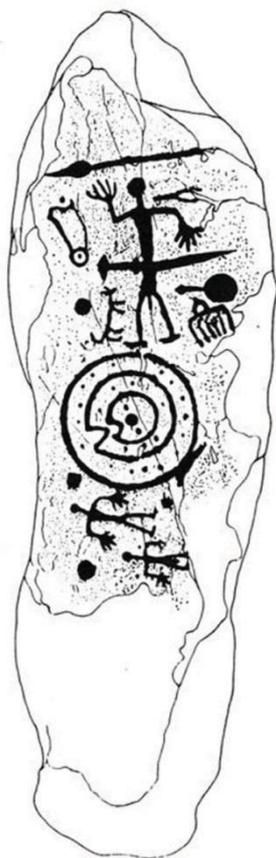


Figura 3. Estela de guerreiro de Ervidel II, Herdade do Pomar (adaptado de Vilaça, 2014).

Os depósitos de metais também estão presentes neste território (num sentido mais abrangente, para além da região de estudo aqui considerada), desde logo pelo famoso “*Tesouro de Baleizão*” que inclui uma panóplia diversificada de artefactos metálicos e de outros tipos (Vilaça e Lopes, 2005: 178; Vilaça, 2007: 68), mas também nos surgem outros dados que remetem para a circulação de joias entre as comunidades da Idade do Bronze, firmando alianças ou prestando tributos dentro da complexa teia de relações sociais em curso, como o anel de ouro da Trindade (Lopes e Vilaça, 1998: 67; Ribeiro, 1960-61), o bracelete de Aljustrel (Armbruster e Parreira, 1993: 134-137; Correia *et al.* 2013: 50) ou o Tesouro da Herdade das Cortes em Alvito (Armbruster e Parreira, 1993: 122-123; Correia *et al.* 2013: 63), todos situados a distâncias inferiores a 20 km da região analisada. Devemos ainda ter presente os dados recentes obtidos nas escavações arqueológicas no povoado do Outeiro do Circo (Beja) onde se recolheu um cadinho com vestígios de ouro, que atesta pela primeira vez a metalurgia do ouro no interior dos grandes povoados fortificados desta época no sudoeste (Valério *et al.* 2013: 612).

Outra transformação assinalável na transição do Bronze Médio para o Bronze Final é referente à intensificação da ocupação do território, nas palavras, em trabalho recente, de António Monge Soares (2013: 275), mas que para o território que analisamos não é inteiramente aplicável, pelo menos no que se refere à diferença na quantidade de sítios conhecidos para ambos os períodos. No entanto, tal como o autor também refere, assistimos a uma diversificação das formas de ocupação durante o Bronze Final, designadamente da ocupação em altura que como vimos está insuficientemente documentada durante o período anterior.

Assiste-se agora a um maior investimento na arquitetura habitacional, sobretudo nos povoados de altura, que marcam de modo ostensivo a paisagem, atitude reforçada pela monumentalização dos espaços obtida com a construção de sistemas defensivos por vezes bastante complexos e imponentes.

Surgem povoados com evidências de áreas centrais melhor defendidas (Coroa do Frade e Castro de Ratinhos) e vastas zonas cercadas para estabulação de gado⁹ (Coroa do Frade) (Parreira, 1998: 269). O interior destes grandes povoados continua a ser mal conhecido, escasseando os elementos sobre a sua organização interna, uma vez que a prioridade de investigação nos vários casos estudados centrou-se, na maior parte das vezes, nos sistemas defensivos. Apesar desta lacuna também encontramos outras manifestações no interior dos povoados, que nos remetem para práticas de sacralização dos lugares (Parreira, 1995: 133) e ao assumir de funções simbólico-identitárias (Mataloto 2012: 191), como se aponta para os afloramentos gravados com “*covinhas*”, tal como sucede no Outeiro do Circo (Serra e Porfírio, 2012: 142; Serra *et al.*, 2008: 159). Podem estas, no entanto, ser apenas testemunho de práticas perpetradas por outros grupos humanos em épocas anteriores!

O Outeiro do Circo é assim o único povoado fortificado do Bronze Final na região de Beja, o que não se deve estranhar devido às condições proporcionadas pela orografia plana e suave que não permite a escolha de muitos lugares adequados a este tipo de implantação fora dos relevos próximos ao Outeiro do Circo, o que configuraria uma situação intolerável de concentração excessiva de encastelamento e consequente competição intensa entre sítios vizinhos (Figura 4).

⁹ Deve-se ter em atenção que as cercas para o gado não estão completamente atestadas e a colocação desta hipótese para a Corôa do Frade foi baseada em paralelos da Idade do Ferro do Norte da Península (Arnaud, 1979: 61) inspirada nos recintos de Castillejos de Sanchorra e La Mesa de Miranda, ambos em Ávila (Savory, 1974: 263), região onde este tipo de recintos se encontra completamente atestado (López Sáez *et alii*, 2008: 148).



Figura 4. Peneplanície de Beja e Outeiro do Circo (foto: Miguel Serra).

Ocupação em altura poderá também ter havido no vizinho Cabeço da Serpe, aqui com diferentes funções, propondo-se que possa ter servido como atalaia do Outeiro do Circo (Serra, 2014: 81-82), configurando uma relação semelhante à registada entre a Coroa do Frade e o Castelo do Giraldo (Arnaud, 1979: 87).

A exceção do Outeiro do Circo fica bem patente na sua inusual dimensão, ocupando uma superfície de 17 hectares (Serra e Porfírio, 2013: 19) e apresentando uma muralha que o rodeia na íntegra com uma extensão de cerca de 2 km lineares (Serra, 2014: 75) e que se apresenta como uma construção bastante complexa, integrando troços com dupla linha de muralha, enormes bastiões semicirculares a protegerem a entrada principal, rampas de barro ou fossos, que criam um cenário imponente, mais destinado a exercer coerção sobre a população do que a funcionar como obra essencialmente defensiva (*Idem*, 2014: 85) (Figura 5). Estas características apontam para uma aglutinação populacional que parece ter conduzido a uma certa retração da ocupação na planície envolvente, comum a outros grandes povoados fortificados do sudoeste (Berrocal-Rangel e Silva, 2010: 433). No entanto, teriam de existir no território próximo efetivos populacionais passíveis de serem mobilizados para a construção de amplas obras coletivas como as muralhas (Serra, 2014: 81).



Figura 5. Reconstituição das muralhas e bastiões do Outeiro do Circo (autoria: Miguel Serra).

Em redor do Outeiro do Circo podemos reconhecer alguns povoados abertos de planície, similares aos seus antecessores do Bronze Médio, como Arroiteia 6, Pedreira de Trigaches 2¹⁰, Monte do Bolor 3, Pisões 5, Poço da Aldeia da Ribeira 6 e Bela Vista 3 (Serra, 2014: 80-81) (Figura 6).



Figura 6. Zona de implantação de Arroiteia 6 (foto: Miguel Serra).

Mais uma vez os grandes investimentos arquitetónicos parecem estar ausentes destes povoados de planície que mantêm a mesma estratégia de implantação e elementos estruturais como as fossas/silos à semelhança dos povoados do período anterior. Em alguns casos a diferenciação entre períodos apenas se consegue fazer pela obtenção de datações

¹⁰ Também com ocupação do Bronze Médio, como referido no capítulo anterior.

radiométricas e pela presença de alguns elementos materiais como a cerâmica de ornatos brunidos.

Teremos assim uma solução de continuidade na estratégia de ocupação da planície entre o Bronze Médio e o Bronze Final apesar de haver menor número de sítios conhecidos para esta última etapa?

Muito provavelmente sim. Quanto à eventual redução da ocupação de planície, mais uma vez devemos ter em conta a grande quantidade de sítios intervencionados que permanecem inéditos e a dificuldade em apontar cronologias precisas, em muitos casos, sem o apoio de programas de datações absolutas, antes de valorizar excessivamente estes dados.

Em suma, na região Oeste de Beja assistimos durante o Bronze Final a uma reconfiguração do sistema de povoamento marcada pela ampliação da ocupação do espaço em que se mantêm formas de construir de tradição anterior ao mesmo tempo que surgem expressões arquitetónicas de outra índole como demonstrado pelo aparato colocado na construção de muralhas (Vilaça, 2014: 106), criando uma verdadeira hierarquia de lugares (Parreira, 1995: 132). Por outro lado, as arquiteturas funerárias tornam-se discretas ou mesmo ausentes, traduzindo assim a invisibilidade que a diversidade de práticas funerárias nos sugere.

EPÍLOGO

Com a viragem para a Idade do Ferro assistimos ao abandono dos povoados de altura do Bronze Final um pouco por todo o sudoeste peninsular e o Outeiro do Circo não é exceção. Em contraponto mantem-se o povoamento aberto de planície com características mais uma vez discretas sem monumentalidade arquitectónica, apesar de até ao momento apenas se conhecerem dois povoados dentro dos limites por nós impostos para este estudo, os sítios de Monte do Pombal 2 (Antunes *et al.* no prelo) e Monte do Bolor 3¹¹ (Borges *et al.*, 2012).

Existe no entanto um ressurgimento do investimento arquitetónico de expressão funerária materializado em diversas necrópoles compostas por estruturas negativas, como em Monte do Bolor 1 (Antunes *et al.* no prelo), Monte da Carlota (Salvador Mateos e Pereira, 2012), Palhais, (Santos *et al.*, 2009), Pardieiro, Poço da Gontinha 1, Vinhas das Calças 4, Monte Marquês 7, Cinco Reis 8 (Figueiredo e Mataloto, no prelo) e Pisões (Bargão e Fernandes, no prelo), que como vemos permanecem inéditas na sua maioria pelo que se tornaria arriscado fazer a sua caracterização apenas baseada nos poucos casos já dados à estampa.

O mundo do Bronze Final parece caminhar para a emergência de um sistema urbano: em algumas regiões (Mataloto, 2012: 210), mas tal não acontece devido ao colapso registado pelo impacto dos contactos com o mundo colonial fenício. No Outeiro do Circo não se regista a presença de uma ocupação que marque a transição entre estes dois momentos, como sucede por exemplo no Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010), apesar de termos de manter algumas reservas dada a exiguidade da área intervencionada até ao momento.

O início da Idade do Ferro assume novamente um forte cunho de ligação à planície como comprovado pelo surgimento de várias necrópoles com ricos espólios de carácter orientalizante (Santos *et al.* 2009; Salvador Mateos e Pereira, 2012) e por alguns povoados abertos de planície (Antunes *et al.* no prelo), inaugurando um eventual paradigma que reflete

¹¹ Também ocupado no Bronze Final, como mencionado no capítulo anterior.

a existência de uma elite de cariz rural fundamentada na posse da terra. Falta comprovar a provável emergência de um novo grande povoado fortificado que centralize o poder desta região, que poderá ser validada caso se provem os indícios que atribuem uma ocupação do século VII a.C. à colina da cidade de Beja (Lopes, 2010: 49), registando-se assim uma autêntica transferência de lugares de poder entre o Bronze Final e a Idade do Ferro.

CONCLUSÃO

Assistimos entre o Bronze Médio e o Bronze Final a uma profunda mudança social e consequente alteração de comportamentos e práticas que retira da centralidade do cosmos das comunidades o papel desempenhado pelos espaços funerários enquanto referentes arquitetónicos de congregação substituindo-o pelos lugares dos vivos onde novas formas de exibição de poder ocorrem.

As características gerais dos períodos aqui analisados apresentam-se válidas para a região oeste de Beja, mas incompletas por não compreenderem toda a diversidade que trabalhos recentes têm desvendado.

As necrópoles do Bronze Médio evidenciam-se como os espaços privilegiados de expressão arquitetónica que serviriam como elementos de coesão social face às cerimónias rituais aí ocorridas e pelo simbolismo evidente com que marcam indelevelmente a paisagem, talvez reforçadas pela implantação de estelas. No entanto, a multiplicidade de práticas e arquiteturas funerárias deste período mostra de modo bastante expressivo que as arquiteturas de maior investimento construtivo não detêm a exclusividade das formas de interação social que estão bem documentadas nos ritos fúnebres realizados nos hipogeus de onde nos surgem evidências de práticas comensais que poderiam envolver uma parte significativa da comunidade (Porfírio e Serra, 2011). Cria-se ainda um vasto espaço de manobra para compreender a complexidade dos restantes vestígios funerários deste período, como os enterramentos em fossa, que parecem partilhar espaço comum ou próximo dos sítios onde se realizariam as atividades do quotidiano, que teriam diferente grau de acesso e de participação da comunidade.

Necrópoles de cistas, hipogeus e enterramentos em fossas transmitem-nos diferentes impressões da organização destas sociedades. Para as necrópoles de cistas escasseiam dados que permitam relacioná-las claramente com espaços habitacionais, surgindo estas como lugares de encontro de comunidades deambulantes e dispersas por um vasto território. Já hipogeus e fossas parecem situar-se na orla de lugares habitados, evidenciando um caráter subterrâneo que lhes confere discricção enquanto marcadores espaciais de grupos seminómadas, surgindo antes como reclamação de uma forte ligação à terra através de rituais de celebração dos antepassados. Estes, tanto podem relacionar-se com espaços de ocupação permanente ou sazonais onde grupos deambulantes regressam com regularidade ao longo de gerações.

A transferência do investimento construtivo para o mundo dos vivos, ocorrido no Bronze Final, não reduz a diversidade de formas de exibição do poder, que encontra reflexo em práticas relacionadas com a amortização de objetos metálicos e não só, mostrando que o espaço destas comunidades não se resume ao espaço por elas transformado e modelado, mas antes a todo o espaço vivido e frequentado.

A coreografia das exibições de poder deixa de ter como meio privilegiado o espaço sepulcral (Correia *et al.* 2013: 53), que se torna invisível no registo arqueológico, apesar de subsistir a herança de algumas práticas funerárias anteriores, e transfere-se para outros lugares sacralizados, quer naturais, quer construídos.

As arquiteturas, quer funerárias, quer habitacionais, foram diferentemente privilegiadas ao longo da Idade do Bronze, mas a complexidade social terá sido exibida também em práticas difíceis ou mesmo impossíveis de captar aos nossos olhos, em ações que não deixaram marca física.

A vasta complexidade social dos grupos humanos que habitaram a planície do Baixo Alentejo durante a Idade do Bronze, são sem dúvida um dos mais interessantes desafios que hoje em dia se colocam para quem se debruça sobre este período.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) - *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid: Bibliotheca Praehistorica Hispana. 14.

ANTUNES, A., DEUS, M., SOARES, A. M., SANTOS, F., ARÊZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) - Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In, JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA. LXII, pp. 277-308.

ANTUNES, A., DEUS, M., ESTRELA, S., LARRAZABAL, J., SOARES, A. M., SALVADOR MATEOS, R. (no prelo) - Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: contextos de planície da Idade do Ferro do Alentejo Interior. *Sidereum Ana III – El río Guadiana y Tartessos*. Mérida, 19 a 21 de Setembro de 2012.

ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. (coord.) (1993) - *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1º Volume: Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

ARNAUD, J. (1979) - Corôa do frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora – Escavações de 1971/1972. *Madrider Mitteilungen*, Heidelberg. 20, pp. 56-97.

ARNAUD, J. (1992) - Nota sobre uma necrópole do Bronze II do Sudoeste dos arredores de Eruvidel (Aljustrel). *Vipasca*. Aljustrel. 1, pp. 9-17.

BAPTISTA, L. (2010) - The Late Prehistory of the watershed of the Ribeiras of Pisão and Álamo (Beja, South Portugal): a research programme. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 13, pp. 69-84.

BAPTISTA, L. (2013) - A Idade do Bronze no concelho de Serpa: um primeiro esboço de um conhecimento em construção. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., BUSTAMONTE, M. e GARCÍA CABEZAS, M. (eds) - *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de Los Barros (Badajoz), pp. 669-707.

BAPTISTA, L., OLIVEIRA, L., SOARES, A. M., e GOMES, S. (2013a) - Contributos para a discussão da construção da paisagem nas bacias das Ribeiras do Álamo e do Pisão (Beringel e Trigaches,

Beja) entre IV e I milénios a.C. In JÍMENEZ ÁVILA, J., BUSTAMONTE, M. e GARCÍA CABEZAS, M. (eds) - *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de Los Barros (Badajoz), pp. 791-827.

BAPTISTA, L., GOMES, S., PINHEIRO, R., RODRIGUES, Z., VALE, N., GRILO, J., MENDONÇA, R., LUÍS, L., SARAIVA, A., COSTA, R., FERNANDES, S. e BAPTISTA, H. (2013b) - Ponto de situação dos trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Ervidel – Fase de obra (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Beja, Portugal). In JÍMENEZ ÁVILA, J., BUSTAMONTE, M. e GARCÍA CABEZAS, M. (eds) - *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de Los Barros (Badajoz), pp. 2489-2536

BARGÃO, P., e FERNANDES, D. (no prelo) - A necrópole de Pisões (Beja). *Sidereum Ana III – El río Guadiana y Tartessos*. Mérida, 19 a 21 de Setembro de 2012.

BARROS, P. (2012) - O Bronze Final na região de Mértola. In, JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA. LXII. pp. 215-227.

BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. (2010) - *O Castro de Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (O Arqueólogo Português, Suplemento 6).

BORGES, S., SALVADOR MATEOS, R., PEREIRA, J, e SILVA, B. (2012) - Monte do Bolor 3 – S. Brissos, Beja: resultados preliminares. In DEUS, M. (coord.) - *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 113-131.

BORRELA, L. (2002) - *Contributo para a carta arqueológica do concelho de Beja*. Beja, texto policopiado.

CARDOSO, J. L. (2004) - Uma tumulação do final do Bronze Final/Inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a tholos do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In M.C. LOPES e R. VILAÇA (ed.) - *O Passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra, pp. 193-223.

CARDOSO, J. L. (2012) - Bronze do Sudoeste. In ALARCÃO, J. e BARROCA, M. (coord.) - *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Ed. Figueirinhas, pp. 64-65.

COELHO, L. (1975) - Nueva estela insculturada proveniente del Baixo Alentejo (Ervidel, Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 32, pp. 195-197.

CORREIA, V. H.; PARREIRA, R. e SILVA, A. C. F. (2013) - *Ourivesaria Arcaica em Portugal. O Brilho do Poder*. Lisboa: Correios de Portugal.

DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2010) - *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. Dissertação de Doutoramento Pré-história, apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid.

FEIO, Mariano (1952) - *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. Estudo de Geomorfologia*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos.

FIGUEIREDO, M. (2009) - *Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos. Minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom (fase de obra)*. Adutor Pisão/Roxo. Vale Frio 1. ERA-Arqueologia, Relatório policopiado

FIGUEIREDO, M., e MATALOTO, R. (no prelo) - Necrópoles rurais sidéricas do Baixo Alentejo setentrional: sociedade e mundo funerário nos Barros de Beja. *Sidereum Ana III – El río Guadiana y Tartessos*. Mérida, 19 a 21 de Setembro de 2012.

GAMITO, T. J. (2003) - Os recintos fortificados do início da Idade do Bronze no Sul de Portugal: onde os encontrar? In JORGE, S. (coord.) - *Recintos murados da Pré-história recente: técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquiteturas pré-históricas*. Porto: CEAUCP, pp. 329-337.

GAMITO, T. J. (2004) - A Necrópole de Corte Cabreira: contributo das escavações de 1995. In BICHO, N. F.; CARVALHO, A. F. (eds.) - *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 1), pp. 25-32.

GARCÍA SANJUÁN, L. (2004) - La necrópolis de la Edad del Bronce de La Traviessa (Almadén de la Plata, Sevilla). Nuevas evidencias funerarias para el análisis de los procesos de jerarquización social en la prehistoria del Suroeste de la Península Ibérica. In BICHO, N. F.; CARVALHO, A. F. (eds.) - *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 1), pp. 51-72.

GOMES, M. V. (2006) - Estelas funerárias da Idade do Bronze Médio do Sudoeste Peninsular – A iconografia do poder. In, *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (O Arqueólogo Português – Suplemento 3), pp. 47 – 62.

GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1976/77) - As estelas decoradas da Herdade do Pomar (Ervidel – Beja) – Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, pp. 281-344

GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1977) - Las estelas decoradas de Pomar (Beja – Aljustrel) – Estudio comparado. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 34, pp. 165-214.

GÓMEZ TOSCANO, F. (2012) - El Bronce Final en el Bajo Guadiana: Huelva y la resolución de un Paradigma. In, JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA. LXII, pp. 309-326.

JORGE, S. O. (1996-97) - Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica. Visibilidade e opacidade do “registo arqueológico”. *Portugália*, Porto. 17-18, pp. 77-96.

LAGO, M. (1995) - Alcária, um complexo tipo Atalaia. In JORGE, S. (ed.) - *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 79.

LOPES, M. C. (2010) - Arqueologia das cidades de Beja. *Conimbriga*. Coimbra. 49, pp. 69-86.

LOPES, M. C. e VILAÇA, R. (1998) - Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja*. Beja. 7/8. Série III, pp. 63-84.

LÓPEZ SÁEZ, J. A.; LÓPEZ MERINO, L.; PÉREZ DIÁZ, S. (2008) - Los vettones y sus paisajes: paleoambiente e paleoeconomía de los castros de Ávila. In ÁLVAREZ-SANCHÍS, J.R (ed.) - *Arqueologia vettona: la meseta occidental en la Edad del Hierro*. Alcalá de Henares: Museu Arqueológico Regional, pp. 140-152.

MATALOTO, R. (2012) - Os senhores e as serras: o final da Idade do Bronze no Alentejo Central. In, JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Anejos de AEspA. LXII, pp. 185-213.

MATALOTO, R., MARTINS, J. e SOARES, A. M. (2013) - Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, pp. 303-338.

OLIVEIRA, J. T. (1992) - *Carta Geológica de Portugal. Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da folha n.º 8*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

PAÇO, A., RIBEIRO, F. N. e FRANCO, G. L.R (1965) - Subsídios para o estudo da cultura Argárica no Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, pp. 149-156.

PARREIRA, R. (1977) - O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo. *Arquivo de Beja*. Beja. 28-32, pp. 31-45.

PARREIRA, R. (1982) - Elementos para um inventário de estações arqueológicas: prospecção e reconhecimento – Distrito de Beja: Beja, Ferreira do Alentejo. *Informação Arqueológica*. Lisboa: IPPC. 2, pp. 6-10.

PARREIRA, R. (1995) - Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In JORGE, S. (ed.) - *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 131-134.

PARREIRA, R. (1998) - As arquitecturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo Interior. In JORGE, S. (ed.) - *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 10), pp. 267-273.

PARREIRA, R. (2014) - O Bronze do Sudoeste como entidade arqueográfica: a visibilidade dos dados empíricos e os resultados da pesquisa como produto social. In VILAÇA, R. e SERRA, M. (eds) - *A Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Universidade de Coimbra / Palimpsesto, pp. 11-21.

PARREIRA, R. e SOARES, A. M. (1980) - Zu einigen bronzzeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 21, pp. 109-130.

PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998) - *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones arqueológicas (1993)*. Mérida: Memorias de Arqueología Extremeña, 1.

PAVÓN SOLDEVILA, I., DUQUE ESPINO, D., PÉREZ JORDÀ, G. e MÁRQUEZ GALLARDO, J. M. (2009) - Novedades en la edad del bronce del Guadiana Médio. Intervención en el Cerro del Castillo de Alange (2005-2006). In MACÍAS, J. (coord.) - *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 442-462.

PORFÍRIO, E. e SERRA, M. (2011) - Rituais funerários e comensalidade no Bronze do Sudoeste da Península Ibérica: Novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio de Torre Velha 3 (Serpa). *Estudos do Quaternário*. Braga. 6, pp. 49-66.

REBELO, P., SANTOS, R. NETO, N., ROCHA, M. e GRANJA, R. (no prelo) - O sítio de Corça 2, Serpa. In *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega 2002-2010*, EDIA, Beja.

RIBEIRO, F. N. (1960-61) - Um anel antigo. *Conimbriga*. Coimbra. II-III, pp. 243-246.

RIBEIRO, F. N. (1965) - *O Bronze Meridional Português*. Beja.

RIBEIRO, F. N. (1966/67) - Noticiário Arqueológico Regional. *Arquivo de Beja*. Beja. 23-24, pp. 382-389.

ROMERO, E. e REGO, M. (2001) - El habitat de la Edad del Bronce de Cerro da Forca (Barrancos, Portugal). *Actas de las jornadas de Património Histórico – Artístico de la Sierra de Huelva*. Aroche, pp. 423-431.

SALVADOR MATEOS, R. e PEREIRA, J. (2012) - A “Necrópole” da Carlota (S. Brissos, Beja) no contexto cultural da I Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados preliminares. In DEUS, M. (coord.), *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 317-330.

SANTOS, F.; AREZ, L.; SOARES, A. M.; DEUS, M.; QUEIROZ, P.; VALÉRIO, P.; RODRIGUES, Z.; ANTUNES, A. e ARAÚJO, M.F. (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11.2, pp. 55-86.

SANTOS, F., ANTUNES, A., GRILO, C. e DEUS, M. (2009) - A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo Alentejo. In MACÍAS, J. (coord.) - *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 746-804.

SANTOS, R. e FERREIRA, I. (2010) - *Relatório Final da Intervenção Arqueológica em Vale Frio, Evidel*. Neoépica, Relatório policopiado

SAVORY, H. N. (1974) - *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, História Mundi, 14.

SCHUBART, H. (1965) - Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, 22, p. 7-136.

SCHUBART, H. (1971) - Acerca de la cerâmica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 28, p. 153-182.

SCHUBART, H. (1972) - Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. Vol. II, pp. 65-86.

SCHUBART, H. (1975) - *Die Kultur der Bronzezeit in Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2002) - Aspectos e problemas da investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. In ARNAUD, J. M. (coord.) - *Arqueologia 2000: Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (*Arqueologia & História*; 54), pp.103-124.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Aspectos do Centro-Norte do Ocidente Peninsular no Final da Idade do Bronze: Povoamento, Metalurgia e Sociedade. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 20, p.173-190.

SERRA, M. (2014) - Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. In VILAÇA, R. e SERRA, M. (eds) - *A Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Universidade de Coimbra / Palimpsesto, pp 73-97.

SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) - O Bronze Final nos “Barros de Beja”. Novas perspectivas de investigação. In DEUS, M. (coord.) - *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 133-148.

SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2013) - O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja). Resultados das campanhas de 2008 e 2009. *Vipasca*. Aljustrel. 4. 2ª série, pp. 15-28.

SERRA, M., PORFÍRIO, E. e ORTIZ, R. (2008) - O Bronze Final no Sul de Portugal. Um ponto de partida para o estudo do povoado do Outeiro do Circo. *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel (Vipasca, 2, 2ª série) pp. 163-170.

SILVA, C. T. e SOARES, J. (1981) - *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SOARES, A. M. (2013) - O sistema de povoamento do Bronze Final no Baixo Alentejo – Bacia do Guadiana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, pp. 273-302.

SOARES, A. M., SANTOS, F., DEWULF, J., DEUS, M., e ANTUNES, A. (2009) - Práticas rituais no Bronze do Sudoeste – alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 433-456.

SOARES, J. e SILVA, C.T. (1995) - O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In JORGE, S. (ed.) - *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-139.

VALÉRIO, P., SOARES, A., ARAÚJO, F., SILVA, R., PORFÍRIO, E., SERRA, M. (2013) - Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). *I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 610-615.

VASCONCELLOS, J. L. (1906) - Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 11. Série 1, pp. 179-189.

VIANA, A. (1944) - Museu Regional de Beja: Ferragens artísticas, esculturas de osso, proto-históricas, machados da idade do bronze, ferragens romanas, jóias de ouro, fivelas, amuletos e outros objectos. *Arquivo de Beja*. Beja. 1, pp. 155-166.

VIANA, A. (1945) - Museu Regional de Beja: alguns objectos da Idade do Bronze, do Ferro e da Época Romana, Cerâmica argárica, Cerâmica árabe. *Arquivo de Beja*. Beja. 2, pp. 309-339.

VIANA, A. (1947) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 4, pp. 3-39.

VIANA, A. (1954) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 11, pp. 3-31.

VIANA, A. e RIBEIRO, F. N. (1956) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 13, pp. 110-167.

VILAÇA, R. (2006) - *Proto-História Peninsular: programa, metodologia, conteúdos e guia bibliográfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Textos Pedagógicos e Didáticos 16).

VILAÇA, R. (2007) - *Depósitos de bronze do território português. Um debate em aberto*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Conimbriga, Anexos 5).

VILAÇA, R. (2009) - Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/inícios do I milénio a.C.: do espaço europeu ao território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 489-511.

VILAÇA, R. (2014) - Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C. Entre a tradição e a inovação. In VILAÇA, R. e SERRA, M. (eds) - *A Idade do Bronze do Sudoeste: novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Universidade de Coimbra / Palimpsesto, pp 99-123.

VILAÇA, R. e CUNHA, E. (2005) - A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra). Novos contributos. *Almadan*. Almada. II Série. 13, pp. 48-57.

VILAÇA, R. e LOPES, M. C. (2005) - The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 7, pp. 177-184.

VILHENA, J. (2006) - *O sentido da permanência. As envolventes do Castro da Cola nos 2º e 1º milénios a.C.* Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (policopiado).

VILHENA, J. (2008) - Subir à altura. Espaços funerários, lugares do quotidiano e “arte rupestre” no contexto da Idade do Bronze do Médio/Baixo Mira. *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel (Vipasca, 2, 2ª série), pp. 194-218.

**CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE O 3º E A
PRIMEIRA METADE DO 2º MILÉNIO A.N.E. NO SUL DE
PORTUGAL: ALGUNS APONTAMENTOS EM TEMPOS DE
ACCELERADA MUDANÇA.**

António Carlos Valera

Coordenador do Núcleo de Investigação Arqueológica
da Era Arqueologia, S.A.;

Coordenador do grupo “Development of Complex Societies”
do centro de investigação ICArHEB
antoniovalera@era-arqueologia.pt

Continuidades e descontinuidades entre o 3º e a primeira metade do 2º milénio a.n.e. no Sul de Portugal: alguns apontamentos em tempos de acelerada mudança.

António Carlos Valera

Resumo

A comunicação abordará a transição do 3º para o 2º milénio a.n.e., focando a problemática no sul de Portugal, com particular incidência no interior alentejano (distritos de Évora e Beja). Esta abordagem centrar-se-á na análise de dinâmicas de rutura e continuidade que podem ser hoje percebidas a partir das evidências empíricas disponíveis, nomeadamente as que têm vindo a revolucionar a perceção que se tinha da Pré-História Recente nesta região.

A análise começará por sublinhar o desaparecimento da arquitectura monumental que caracteriza o 3º milénio (recintos de fossos, recintos muralhados/murados, arquitectura funerária). Focar-se-á de seguida nas alterações observáveis na cultura material, com particular destaque para a iconoclastia que parece instalar-se durante a Idade do Bronze quando comparada com profusão de produções simbólicas do 3º milénio. Seguem-se as transformações operadas nas práticas funerárias e o questionar de uma eventual crise demográfica. Por último, ensaiam-se algumas observações sobre o problema das formações sociais que emergem na transição para o 2º milénio.

Descontinuidade, resultado do abortar de uma trajectória de complexidade social sem renovação no imediato, é a resposta dada neste ensaio à questão em análise.

Palavras-Chave: Transição; Calcolítico; Idade do Bronze; Descontinuidade; Interior Alentejano.

Abstract

This paper will address the transition between the 3rd and the 2nd millennium BC, focusing in South Portugal, namely in the hinterland of the Alentejo province (districts of Évora and Beja). This approach analyse the dynamics of continuity and discontinuity that can be perceived in the renewed archaeological record in the region.

The analyses will start to stress the disappearance of the monumental architecture that characterizes the 3rd millennium, followed by the analysis of the changes in material culture, with particular attention to the iconoclastic tendency of the early and middle Bronze Age when compared with the previous symbolic Chalcolithic productions. Then the transformations in funerary practices and a possible demographic crises will be debated, ending with the some remarks about the social formations that emerged in the late 3rd / early 2nd millennium BC.

Discontinuity in a trajectory to social complexity is the conclusion of this short essay about the transition from Bronze Age in Alentejo hinterland.

Keywords: Transition; Chalcolithic; Bronze Age; Discontinuity; Alentejo hinterland.

1. INTRODUÇÃO

A ambição que presidiu ao encontro que motivou este pequeno ensaio é do domínio da síntese: debater as eventuais continuidades e discontinuidades perceptíveis da Idade do Bronze relativamente ao que a precedeu em várias regiões do actual território português. De certa forma, era propósito do encontro actualizar a problemática da formação histórica deste período relativamente a outras tentativas de síntese realizadas anteriormente, de que cabe destacar Jorge: 1990 e Parreira: 1995. A oportunidade da ocasião encontrou fundamento nas significativas alterações que se têm operado ao nível da informação empírica em várias regiões portuguesas e na proximidade (temporal e espacial) do congresso do UISPP, que decorrerá em Setembro na cidade espanhola de Burgos, e para o qual se concebeu a apresentação de uma síntese do estado arte no que respeita a esta questão em território nacional.

Neste âmbito, foi-me solicitada uma intervenção que procurasse analisar o assunto tomando como base espacial o Sul de Portugal, espaço que restringi ao interior dos distritos de Évora e de Beja. Não sendo a Idade do Bronze um dos períodos de eleição a que me tenho dedicado ao longo da minha investigação, razões de desempenho profissional têm-me feito cruzar nos últimos anos com contextos deste período e com algumas das problemáticas que levantam. Por outro lado, interessam-me particularmente os processos de mudança histórica e, neste caso concreto, o ocaso modo neolítico de estar no mundo, o qual se inicia ainda dentro do último terço do 3º milénio a.n.e..

Por estas razões acedi à solicitação de analisar e pensar o problema das continuidades e discontinuidades entre o 3º e a primeira metade do 2º milénio a.n.e. na região que mais tenho trabalho ultimamente, consciente que se trata de uma tarefa difícil de realizar com consistência neste momento. A informação nova, por vezes surpreendente ou mesmo revolucionária, vai surgindo em catadupa no âmbito das inúmeras intervenções de Arqueologia de minimização, frequentemente desmentido quase que de imediato quem se aventura em tentativas de sumarização da situação, com a agravante de que muita dessa informação está ainda inédita ou circula apenas no âmbito das redes de relações pessoais. Acresce que, sobre a informação empírica obtida através destas intervenções, muitos estudos terão ainda que ser desenvolvidos para que a mesma possa ser cientificamente potenciada. Neste sentido, diria que são tempos ainda de “desconstrução” e pouco propensos a uma síntese bem fundamentada. No entanto, e porque apenas no modelo teórico a tese, a antítese e a síntese se apresentam como fases bem individualizadas, e porque na realidade a própria obtenção dos dados empíricos é feita no contexto de enquadramentos teóricos e questionários sempre dinâmicos (ainda que alguns cristalizem), procurarei debater alguns dos aspectos que me parecem mais significativos para abordar o problema em causa e para os quais a informação empírica tem sofrido um grande incremento.

É importante, porém, aclarar uma questão que me parece central na análise e na modelação da mudança. Não é infrequente na literatura arqueológica a confusão entre cronologia e periodização. A cronologia é a remissão de acontecimentos a uma escala linear e regular de medição do tempo. Serve para nos dizer o que vem antes, o que vem depois e o que

ocorre em simultâneo: Por isso é fundamental ter uma boa cronologia para analisar a mudança, mas ela não é periodização. Esta é um assunto teórico (Martínez Navarrete, 1989; Valera, 2000), em que se analisam os comportamentos das diferentes vertentes do todo social e se procuram definir momentos de homogeneidade histórica entre elas (Aróstegui, 1995), sabendo que os tempos destas dimensões do fenómeno social são heterogêneos e arritmados. Por isso mesmo, a periodização é matéria do domínio da síntese e em grande medida da longa duração.

Neste sentido, procurar perceber a mudança (e o que nela existe de continuidade) entre dois períodos implica perceber as tendências que se desenvolvem e que conduzem a essa mudança, procurando observar essa dinâmica no maior número possível de variáveis do todo social. Nelas observaremos continuidades e descontinuidades que se desenrolam de forma descompassada entre si. Umamudam mais rapidamente, outras de forma mais lenta. Numas as mudanças observadas revelam-se do âmbito do conjuntural noutros remetem-nos para as profundezas da estrutura. A compartimentação do fluxo histórico em períodos obriga, assim, a um complexo trabalho de análise integrada do todo social, de forma a procurar captar momentos de mudança que sejam globalmente significativos, mesmo que essa mudança não se opere na mesma proporção em todas as áreas de uma sociedade. Mas para o podermos fazer não nos podemos centrar apenas nos momentos em que a mudança efectivamente se concretiza, antes temos que abordar o problema nos fluxos da longa duração, pois só aí conseguiremos perceber se uma alteração tem relevância periodizadora ou simplesmente representa um desenvolvimento dentro de um mesmo sistema. Desta forma, procurarei dar profundidade no tempo às dimensões do social que de seguida abordarei.

Privilegiarei aqueles aspectos que mais influxos de informação empírica têm sofrido nos últimos anos e que indiciam uma significativa ruptura nas dinâmicas históricas em torno à viragem do 3º para o 2º milénio a.n.e., para no final questionar o discurso que tem sido produzido sobre as formações sociais do Bronze inicial/pleno para a região em análise.

2. O DESAPARECIMENTO DOS RECINTOS DE FOSSOS DE TRADIÇÃO NEOLÍTICA

Os recintos de fossos, e muito concretamente a noção da sua real expressão no interior alentejano, constituem-se hoje como uma das grandes revoluções relativamente ao nosso conhecimento das comunidades neolíticas e calcolíticas. Sínteses recentes (Valera, 2013a; 2013b) revelaram que estes contextos são centrais na organização social e das paisagens daquelas comunidades e que, pelo menos para já, abrangem um espectro cronológico entre a segunda metade do 4º e o final do 3º milénio a.n.e.

Constituem-se como arquitecturas variadas nas suas dimensões, implantações, complexidade contextual e *design*, mas parecem responder a princípios gerais comuns, onde a fundamentação cosmológica parece evidente (Valera, 2013c), constituindo-se como espaços de práticas sociais de expressão holística, onde as diferentes dimensões do fenómeno social se nos oferecem misturadas e de difícil (e inadequada) compartimentação. Esta dimensão cosmológica e de grande abrangência de dimensões em que podemos metodologicamente decompor social aparece-nos expressa nas orientações astronómicas dos recintos, nos desenhos das suas planimetrias, nas práticas associadas aos preenchimentos dos fossos (práticas de deposições estruturadas) ou na relação que estabelecem com as práticas funerárias (*Idem*; Valera, 2012a; Valera *et al.* no prelo b).

A cronologia actualmente disponível (Valera, 2013b) revela que estes recintos, surgindo no Neolítico, aumentam em número durante o Calcolítico, densificando redes espaciais de forma anteriormente insuspeita. Esse crescimento não se verifica só no número, mas também no tamanho, atingindo alguns recintos grandes dimensões e grande complexidade arquitectónica e social (casos de Perdigões, Salvada, Monte das Cabeceiras 2, Alcalar ou Porto Torrão, talvez o que atingiu maiores proporções no actual território português).

Mas parece ser imediatamente a seguir ao momento de apogeu destas arquitecturas, nomeadamente das que atingem maior complexidade (meados / terceiro quartel do 3º milénio a.n.e.) que, de forma abrupta, estes recintos deixam de ser construídos. Grandes e pequenos recintos sucumbem e na transição para o último quartel do 3º milénio apenas temos conhecimento da construção de dois recintos: Horta do Albardão 3 (Santos *et al.* 2009) e Bela Vista 5 (Valera, 2013a; Valera, *no prelo a*), este último apresentando características muito particulares. Estamos perante um recinto aparentemente estruturado em trono a um contexto funerário individual (tipo Ferradeira), composto por um pequeno recinto que apenas engloba a estrutura funerária e que é envolvido por um recinto maior, mas com uma construção segmentada e de forma aditiva, através de segmentos de fosso de morfologia e dimensões distintas. Apresenta as suas entradas orientadas a eventos astronómicos (solstício e equinócios) e revela preenchimentos antrópicos das estruturas negativas, com reaberturas e selecção de materiais a incorporar. Trata-se de um recinto tardio, quase que diríamos (com base nos dados actuais) anacrónico, e que pode ser interpretado como o recurso a uma arquitectura e a práticas inscritas na tradição como forma de legitimação do novo e do emergente (Valera, 2013a).

De facto, a partir do início do 2º milénio a.n.e. estes recintos de fossos de tradição neolítica parecem ter deixado de ser construídos. Os fossos voltam mais tarde, já no final da Idade do Bronze, mas claramente associados a outro tipo de arquitecturas, funcionalidades e desempenhos sociais, que já nada têm a ver com as que se inscrevem no mundo Neolítico.

Como explicar esta abrupta mudança e o desaparecimento de contextos de grande relevância para a organização das sociedades que ocupavam o território? A resposta mais tradicional tem-se focado em modelos de colapso social e económico. Esta explicação, contudo, não parece dar conta de todas as questões que os dados arqueológicos nos colocam. Não há razão de carácter socio-económico associável a um colapso generalizado (cujas causas podem ser variadas) para que pequenos recintos (construídos até ao terceiro quartel do 3º milénio a.n.e., como bem demonstra o Outeiro Alto 2 – Valera, Filipe e Cabaço, 2013) não continuem a ser construídos se a sua razão de ser se vinculasse essencialmente a factores de ordem social e económica. Se causas desta ordem podem ajudar a explicar o desaparecimento dos grandes sítios, agregadores de grandes quantidades populacionais, não são suficientes para explicar o desaparecimento do fenómeno dos recintos de fossos e concretamente dos de diminutas dimensões. O que acontece, porém, é que aparentemente deixa de haver necessidade de os construir. A explicação que já ensaiei (Valera, 2012b) valoriza o desempenho social destes sítios, sublinhando o desaparecimento das razões originais que conduziram à emergência e ao desenvolvimento deste tipo de arquitecturas como factor determinante para o desaparecimento da necessidade de as construir. Deixam de se construir recintos de fossos porque o seu fundamento deixou de existir e esse fundamento será essencialmente de natureza cosmológica e sociológica: os recintos de fossos surgem no Neolítico e desenvolvem-se no Calcolítico como parte integrante da visão do mundo neolítica, como forma de a expressar e simultaneamente construir e reproduzir, tal como o fenómeno megalítico com o qual frequentemente se articulam. Crescem e multiplicam-se no contexto da trajectória de complexidade que se desenvolve ao longo do 3º milénio a.n.e.. Mas a partir de

meados / terceiro quartel começam a proliferar sinais de que há transformações em curso, que culminarão no processo de mudança relativamente abrupto nos últimos séculos desse mesmo milénio. Sintoma disso, como adiante se argumentará, são as alterações no plano cosmológico e ideológico: nas práticas funerárias, onde progressivamente o individual vai tomando o lugar do colectivo, ou nas profundas alterações nas formas materiais de expressão ideológica. O apogeu dos grandes recintos a partir de 2500 a.n.e. parece constituir-se como um canto do cisne da forma Neolítica de conceber e estar no mundo e o seu ocaso parece ser coincidente com o desaparecimento dela. Grandes ou pequenos, estes locais de agregação comunitária, imbuídos de forte carga simbólica e ritualidade, deixam de fazer sentido. A ideologia, naturalmente articulada com outras dimensões do todo social, é indispensável para a explicação do desaparecimento destes contextos, ou melhor, para explicar o desaparecimento da necessidade de os construir.

3. A QUESTÃO DOS RECINTOS MURALHADOS OU MURADOS

Outra alteração interessante relaciona-se com o comportamento diacrónico dos recintos muralhados. A sua origem na região do interior alentejano poderá ser ainda motivo de alguma controvérsia, concretamente devido a algumas datas de radiocarbono antigas. Relativamente ao interior alentejano as datas disponíveis para o Monte da Tumba (Soares e Cabral, 1987) e São Brás (Parreira, 1983), e a que poderemos acrescentar as do sítio aberto de Sala 1 (Gonçalves, 1987), apontariam para um arranque daquilo que designamos por Calcolítico na segunda metade do 4º milénio a.n.e. e, no que respeita aos dois primeiros sítios, já com recintos amuralhados. Tratam-se de datas antigas, realizadas maioritariamente sobre carvões e com elevados desvios padrão. Já as datações para o Escoural (Gomes, 1991), Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988/89) e sobretudo as mais recentes obtidas para S. Pedro (Mataloto e Boaventura, 2009) e Porto das Carretas (Soares *et al.*, 2007) colocam a emergência das arquitecturas amuralhadas depois de 2900 a.n.e.. Este limite é coincidente com a fronteira cronológica evidenciada pelas datações absolutas disponíveis entre os contextos do Neolítico Final e Calolítico nos recintos de fossos (Valera, 2013b). Por outro lado, a fiabilidade das datações de recintos calcolíticos muralhados na segunda metade do 4º milénio é igualmente posta em causa pelas datações para contextos funerários do Neolítico Final na gruta do Escoural (Araújo e Lejeune, 1995) e na necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Valera, 2013d), as quais se enquadram em toda a segunda metade do 4º milénio. De facto, é pouco credível que, por exemplo, o sítio calcolítico de Sala 1, situado a poucas dezenas de quilómetros da Sobreira de Cima, fosse contemporâneo daquela necrópole face às respectivas componentes artefactuais e à ritualidade patenteada pela necrópole.

Daqui resulta que, até que novas datações sejam feitas naqueles contextos, aquelas datas mais antigas devem ser descartadas no âmbito do debate da emergência dos recintos amuralhados no interior alentejano, a qual começa a ser consistentemente referenciada a partir do primeiro século do 3º milénio a.n.e. Estes são pois posteriores à emergência dos recintos de fossos e funcionam como uma adição calcolítica ao fenómeno dos recintos, mas com características e eventualmente funcionalidades específicas e diferentes.

Mas se os recintos muralhados são posteriores aos recintos de fossos no interior alentejano, também parecem desaparecer mais cedo que aqueles. De facto, as datações para as fases em que estão operacionais os recintos muralhados do Porto das Carretas e São Pedro não ultrapassam genericamente os meados do 3º milénio a.n.e.. A datação da segunda metade desse milénio do Monte Novo dos Albardeiros corresponde à estrutura 1, interpretada como

uma possível estrutura funerária ou reutilização tardia de uma estrutura habitacional anterior (Gonçalves, 1988/89) e a data mais recente obtida para o recinto amuralhado do Escoural não ultrapassa o terceiro quartel.

Na realidade, na segunda metade do 3º milénio a.n.e. parece que já não se constroem recintos amuralhados no interior Alentejo e se alguns poderão continuar ainda em uso durante o terceiro quartel, outros revelam fases de abandono, seguidas por reocupações campaniformes que não recuperam as arquitecturas amuralhadas anteriores: casos do Monte do Tosco (Valera, 2013e), Porto das Carretas (Soares e Silva, 2010) ou do Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987), os dois últimos com construções circulares interpretadas como torres.

O que os dados actualmente disponíveis nos indicam é que na longa duração da construção de recintos e arquitecturas monumentais no interior alentejano, os recintos amuralhados são uma adição tardia aos recintos de fossos e que parecem revelar um comportamento diacrónico relativamente efémero, não atingindo sequer o quarto quartel do 3º milénio a.n.e., começando a desaparecer quando se fazem sentir os primeiros sinais de desagregação da trajectória social que se vinha desenvolvendo deste os finais do Neolítico.

4. DESAPARECIMENTO DA MONUMENTALIDADE ARQUITECTÓNICA

Torna-se, assim, evidente que nos últimos séculos do 3º milénio a.n.e. a dimensão monumental das arquitecturas praticamente desaparece. Mesmo que se considerem como torres as estruturas circulares tardias presentes em antigos recintos como acontece no Porto das Carretas ou Monte da Tumba (o que não está de forma alguma demonstrado que sejam, pois outras hipóteses são igualmente válidas), estas estruturas não escamoteiam o quadro geral de “morte de uma arquitectura monumental” que, depois de ter atingido o seu apogeu em meados / terceiro quartel do milénio, subitamente desaparece sem que se vislumbre o que a pode ter substituído na sua multiplicidade funcional, comunicacional e organizadora das paisagens, pelo menos até ao advento dos povoados fortificados de altura no final da Idade do Bronze.

De facto, o que conhecemos par o início e primeira metade do 2º milénio a.n.e. relativamente a arquitecturas não funerárias revela uma total inexistência de monumentalidade, para não dizer uma total ausência de arquitectura (no sentido mais restrito do termo). Os povoados de altura, com evidência de fortificação, emergem apenas no Bronze Final, nos últimos dois ou três séculos do milénio. Até lá apenas se conhecem zonas abertas com agrupamentos de estruturas negativas tipo fossa e sem estruturas positivas conhecidas, nem estruturas negativas que possam ser associadas a fundações de estruturas positivas (algumas que têm sido interpretadas como fundos de cabanas remetem já para o final da Idade do Bronze). Monte da Cabida 3 (Soares *et al.* 2009; Antunes *et al.*, 2012) e Pedreira de Trigaches (Baptista, 2010) apresentam datas da primeira metade / meados do 2º milénio, mas também datas já da segunda metade, inclusivamente do Bronze Final, a que acrescem outros como o Casarão da Mesquita 3 (Santos *et al.*, 2008) e 4 (Nunes *et al.*, 2007), Horta do Jacinto, Vinha das Caliças 5, (Soares *et al.* 2009), Salsa 3 (Deus *et al.*, 2009), Horta do Albardão 3 (Santos *et al.*, 2009), Estácio 6, Bela Vista 3 ou Misericórdia 1 (ainda inéditos).

Em geral, estes novos sítios de fossas têm sido interpretados como povoados abertos por parte dos seus escavadores. Contudo, a falta de evidências de estruturas que possam (pelo menos até ao Bronze Final e ainda que de forma não totalmente evidente) ser interpretadas

como habitacionais ou outras não deixa de ser um problema, a que crescem outras circunstâncias: o facto de a cultura material presente não ser frequentemente representativa do espectro global dos aparelhos artefactuais, o facto de ser frequente termos fossas e hipogeus funerários integrados nestes núcleos de estruturas negativas, ou ainda a situação de em quase todos estes sítios termos longas cronologias, onde estruturas negativas (fossas e hipogeus) funerárias e não funerárias neolíticas, calcolíticas e da Idade do Bronze se misturam. Estas circunstâncias documentam, antes de mais, longas continuidades de ocupação destes espaços com estratégias aparentemente semelhantes, perpetuando uma “mistura contextual”. Mas se para os sítios “invisíveis” e abertos neolíticos e calcolíticos existem os correspondentes sítios de grande monumentalidade, para os da Idade do Bronze essa correspondência só surge no final do período. A monumentalidade da arquitectura calcolítica pura e simplesmente desaparece.

5. TRANSFORMAÇÕES NA CULTURA MATERIAL.

De um modo geral, a cultura material, na grande maioria das categorias artefactuais em que a podemos dividir, revela igualmente significativas transformações na primeira metade do 2º milénio, processo de mudança que se inicia ainda dentro da 2ª metade do 3º milénio a.n.e..

O desenvolvimento do fenómeno campaniforme gera o primeiro movimento transformador ao nível do equipamento cerâmico, mas as mais profundas alterações registam-se já no segundo milénio. Crescimento percentual das formas fechadas, complexificação das morfologias com um mais frequente recurso a formas compostas através do recuso a carenas e estrangulamento de paredes; reintrodução das asas; expansão das bases planas; morfologias tendencialmente mais esguias; alterações das técnicas de produção (expansão do brunimento); aparecimento de novas decorações e preferência por outras já existentes (decoração em gomos; decoração plástica); são algumas das novas características do aparelho cerâmico que revela adaptação a formas de consumo diferentes relativamente ao período anterior e a novos padrões estilísticos. Se a mudança que podemos observar entre o Neolítico Final e o Calcolítico é, inequivocamente, uma mudança em continuidade no que respeita à operacionalidade geral do equipamento cerâmico (tanto funcional como comunicacional e estilístico), a mudança que se observa no início da Idade do Bronze traduz efectivamente uma descontinuidade.

Ainda em cerâmica, outra categoria de artefacto que muda radicalmente são os elementos de tecelagem. As anteriores placas e crescentes desaparecem e são substituídos por elementos de maiores dimensões, mais pesados e circulares (com uma a quatro perfurações), revelando alterações nas técnicas de tecelagem e eventualmente na matéria-prima utilizada. Novas fibras poderão estar a ser produzidas e utilizadas e neste sentido é interessante lembrar a presença de cânhamo na sepultura do recinto de Bela Vista 5 datada do último quartel do 3º milénio a.n.e. (Valera *no prelo* a).

Também a indústria lítica talhada sofre profundas alterações. Embora os estudos escasseiem para a Idade do Bronze, facto que traduz a redução de importância que esta tecnologia parece ter sofrido no período relativamente ao anterior, a imagem que se vai delineando é o desaparecimento das produções artefactuais à base de grandes suportes laminares (que se desenvolveu em crescendo no Neolítico Final e Calcolítico). Pontas de seta, grandes lâminas ou grandes segmentos de lâminas retocadas (elementos de foice) rareiam

agora ou são mesmo inexistentes em contextos funerários ou nas fossas que podem ser atribuídas ao final do 3ª / primeira metade do 2º milénio. A indústria lítica talhada parece mesmo retroceder para um preponderância do talhe microlomina e sobre lasca e quase sempre com uma representatividade baixa nos contextos em que ocorre. A exuberância das grandes produções líticas talhadas, que atinge o seu apogeu em meados do 3º milénio suportado num intercâmbio de larga escala, parece ter definitivamente desaparecido e a expressão da metalurgia, nomeadamente em termos de utensílios de uso artesanal ou agrícola, não é suficiente para propor uma simples substituição tecnológica.

A metalurgia será, talvez, o âmbito tipológico e tecnológico que mais soluções de continuidade parece oferecer entre a segunda metade do 3º e primeira metade do 2º milénio a.n.e., tanto do ponto de vista tecnológico (os primeiros bronzes só aparecem já bem dentro do milénio) como estilístico. Olhando o desenvolvimento da metalurgia regional desde a sua origem (Valera, *no prelo b*), quando surge, no início do Calcolítico, corresponde a objectos simples relacionados com certas actividades produtivas, como punções, revelando-se uma actividade tecnológica ainda incipiente, explorando fontes superficiais de matéria-prima através de técnicas primitivas de trabalho a frio, de que as raras evidências de cadinhos e restos de fundição são testemunho. Trata-se de uma tecnologia de uso muito restrito a que se segue uma fase que demonstra desenvolvimentos, tanto ao nível da fundição como da diversificação dos objectos produzidos. Cinzeiros, machados, serras e facas são acrescentados aos instrumentos prévios, revelando que a metalurgia do cobre atinge uma fase adulta, mas que continua a produzir objectos essencialmente relacionados com tarefas domésticas / produtivas e sempre com quantidades limitadas (mesmo tendo em conta a capacidade de reciclagem do metal). Será a partir de meados do 3º milénio, e em muitos contextos associados ao fenómeno campaniforme, que a metalurgia do cobre começará a produzir outras categorias de objectos, concretamente armas (punhais, pontas de projectil), com as quais os metais começam finalmente a invadir os contextos funerários (onde eram raros até então), revelando pela primeira vez uma efectiva capacidade de expressar e contribuir para a afirmação de diferenciações sociais. E à metalurgia do cobre junta-se agora a metalurgia do ouro.

Assim, na bacia do médio Guadiana, a metalurgia do cobre surge como uma tecnologia de pequena escala desenvolvida em diferentes contextos, produzindo objectos de pequeno tamanho relacionados com actividades artesanais, de reduzido potencial prestigiante e normalmente ausentes de contextos funerários. De facto, esta metalurgia inicial incipiente não parece ser uma actividade especializada capaz de suportar um grupo específico de artesãos ou uma rede comercial de grande amplitude e não existem sítios que possam ser interpretados como especializados na produção metalúrgica. A metalurgia aparece como uma adição tecnológica a um processo em curso e não como factor que despolette significativas alterações sociais. Já na segunda metade do milénio as evidências de metalurgia e artefactos metálicos parecem expandir-se e armas começam a generalizar-se (particularmente visível nos contextos campaniformes). Os metais tornam-se mais comuns (ainda que mantendo um carácter de excepção na panóplia artefactual), tipologicamente mais diversificados e tecnologicamente mais complexos, assumindo agora um papel social mais relevante e dando à metalurgia uma relevância social que anteriormente não tinha e o potencial para poder sustentar uma especialização produtiva e redes de circulação de larga abrangência. Por outras palavras, a metalurgia da primeira metade do 2º milénio a.n.e dá continuidade ao crescendo tecnológico e social que a actividade vinha demonstrando desde a sua origem e, talvez porque as abordagens à Idade do Bronze sempre foram demasiado condicionadas pela metalurgia e pelos metais, essa imagem de incremento da relevância social destas produções acabariam por mascarar os sintomas de falência de uma trajectória de complexificação social (como adiante se argumentará).

6. A ICONOCLASTIA DO BRONZE PLENO

Uma outra dimensão que revela uma significativa alteração no registo arqueológico é a produção de artefactos de carácter marcadamente ideotécnico. Desde a segunda metade do 4º milénio a.n.e., com o aparecimento de placas de xisto, báculos, ídolos almerienses, ídolos de cornos ou corniformes, entre outros elementos de menor expressão, que a produção de artefactos essencialmente relacionados com o sagrado e com a dimensão cosmológica marcou os conjuntos artefactuais das comunidades do Sul de Portugal. Esta produção artefactual marcadamente simbólica e ideológica iria acentuar-se ao longo do 3º milénio a.n.e., apresentando um considerável aumento da variedade de representações, mais ou menos padronizadas e realizadas sobre um igualmente diversificado conjunto de matérias-primas, sejam elas locais ou importadas (cerâmica, osso, marfim, xisto, calcário, mármore, variscite, etc). Para além da continuidade atestada das placas de xisto ou dos ídolos de cornos, vemos aparecer os ídolos betilos com múltiplas variantes, lisos ou finamente decorados, toda uma multiplicidade de ídolos antropomórficos (uns mais estilizados outros mais naturalistas), objectos alegóricos como as lúnulas e uma multiplicidade de formas mais ou menos indeterminadas em calcário, as esculturas zoomórficas e uma iconografia simbólica relativamente normalizada que se vê aposta sobre uma grande variedade de categorias artefactuais e de matérias-primas: as representações solares, as representações oculadas associadas ou não a tatuagens faciais e a atributos sexuais mais ou menos estilizados.

Assim, durante os primeiros dois terços do 3º milénio a.n.e. a produção simbólica móvel atinge níveis de grande exuberância no registo arqueológico. Porém, e de forma relativamente abrupta, partitamente desaparece durante o último quartel e dela pouco ou nada resta quando se inicia o 2º milénio. À imagem do que acontece no mundo argárico (Martínez e Molina, 1995), mas também um pouco por toda a Península, poderemos apelidar de iconoclasta a sociedade que se desenvolve na região a partir da transição do 3º para o 2º milénio a.n.e., revelando alterações significativas nos planos cosmogónico e ideológico, que acompanham as alterações anteriormente abordadas.

Essas alterações podem ser percebidas igualmente numa transferência do âmbito do colectivo e cosmológico para o âmbito do individual e do *status* social. Se as produções de objectos ideotécnicos de excepção durante o Neolítico e Calcolítico remetem essencialmente para o âmbito do sagrado e das cosmovisões, vinculando-se mais a ideias ou personagens mágico-religiosos do que a pessoas concretas, a partir da transição para a Idade do Bronze os objectos de excepção são outros (como armas e adornos pessoais) e parecem falar-nos sobretudo do indivíduo e da sua posição social. A iconoclastia da Idade do Bronze parece, assim, estar associada a uma significativa mudança na forma como a sociedade se organiza e, sobretudo, na forma como a sociedade e o indivíduo se percebem e expressam essa percepção.

7. ALTERAÇÕES E CONTINUIDADES NAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Esta tendência para a individualização é também particularmente vincada nas práticas funerárias, as quais em meados / terceiro quartel do 3º milénio atingem uma grande diversidade formal (Valera, 2012a; Valera *et al.*, no prelo b; Soares *et al.*, 2009), mas ainda marcada por um forte colectivismo e vinculação ao sagrado cosmogónico, para a partir daí se homogeneizarem e individualizarem de forma particularmente marcante.

Pelo menos desde a segunda metade do 4º milénio a.n.e. que a colectivização do fenómeno funerário se assume com marca das cosmologias neolíticas nesta região (como noutras), embora dados recentes venham revelando que a tumulação individual ou múltipla também está presente (*Idem*). Essa colectividade expressa-se através de deposições primárias sucessivas em monumentos megalíticos e em hipogeus e, em alguns casos bem preservados, numa intencional não individualização das oferendas votivas (como bem evidenciam os hipogeus da Sobreira de Cima – Valera 2013d). Durante o 3º milénio a.n.e. esta colectivização entra num processo de diversificação de práticas de manipulação dos restos humanos, ao ponto de traduzirem, não só a diluição do indivíduo no colectivo, mas também de diluírem o resto humano no conjunto de outras materialidades (por exemplo no interior de fossos).

A par das deposições primárias em contexto colectivo (mas também algumas individuais), temos agora inequívocas evidências de deposições secundárias que implicam a transferência de espaços sepulcrais (e não a simples constituição de ossários intra sepulcrais); temos evidências da segmentação de corpos e manipulação de restos humanos depositados em determinados contextos (fossos e fossas) em que aparecem associados, sem particular destaque, a outras realidades materiais seleccionadas (dominantemente aglomerados pétreos e fauna); temos ainda evidências de deposições secundárias de restos de cremações (Valera e Godinho, 2009; Valera, 2012a; Valera *et al.*, *no prelo* b; Rodrigues, *no prelo*). Em todas estas práticas o ênfase não parece estar no indivíduo, mas antes na colectividade e numa dimensão cosmológica que privilegia a inter-conectividade entre entidades e materialidades, própria de concepções do mundo com formulações ontológicas ainda particularmente fluídas (para este tópico ver Valera, 2012c; Valera *et al.* *no prelo* C).

Ainda durante a segunda metade do 3º milénio a.n.e., porém, a mudança instala-se e os enterramentos individualizados, com oferendas votivas individualizadas mais ou menos padronizadas, substituem as práticas colectivizadoras. O foco começa a estar agora no indivíduo e possivelmente no seu papel social. O radiocarbono diz-nos que os enterramentos “campaniformes” do “Horizonte de Ferradeira” surgem quando ainda estão em prática rituais anteriores. As datações do terceiro quartel do 3º milénio a.n.e. para o enterramento-reutilização da anta de Monte da Velha 1 (Soares, 2008) são idênticas às que temos para as reutilizações secundárias do *tholos* 2 dos Perdigões e deposições de cremações na área central do mesmo sítio (Valera *et al.*, 2014; Valera *et al.*, *no prelo* b), mas “Ferradeira” prolonga-se pelo último quartel do milénio, datado em Bela Vista 5 (Valera, 2013b), no momento em que as práticas colectivizadoras parecem ter já desaparecido.

Durante o 2º milénio a.n.e, a individualização das práticas funerárias está plenamente instituída e a existência de alguns contextos de enterramentos múltiplos (dois ou três indivíduos) não altera o quadro de fundo. Por outro lado, face à heterogeneidade que caracterizava o tratamento concedido ao corpo e à pluralidade de artefactos votivos que poderiam ou não integrar os rituais, os contextos do 2º milénio surgem agora mais padronizados. Sem dúvida que poderemos continuar a falar de uma certa diversidade dos contextos funerários. Até mais agora do que no passado recente. Na realidade, à quase exclusividade das necrópoles de cistas na região, juntam-se agora os hipogeus e as fossas, com grande variedade morfológica e grande representatividade numérica, assim como alguns esporádicos enterramentos na reutilização de antigos sítios abandonados ou, sobretudo no norte alentejano, com a reutilização de monumentos megalíticos. Porém, nos aspectos do ritual que dizem respeito ao tratamento do corpo e às deposições votivas o que se verifica é uma certa homogeneidade de situações: ainda que com algumas variantes, os corpos são tratados genericamente da mesma forma, sempre primária e sem grandes evidências de manipulação a não ser para a constituição de alguns ossários em estruturas reutilizadas; enterramentos sem materiais votivos ou como materiais votivos, onde encontramos

recipientes (correspondentes genericamente a um mesmo leque de morfologias) e metais (normalmente punções e armas), onde a grande novidade parece ser a deposição de partes específicas de restos de animais (patas), também eles tendencialmente específicos (bovídeos) (Valera e Costa, 2013). Por outras palavras, as diferenças nas arquiteturas não traduzem necessariamente acentuadas diferenças no ritual funerário, a não ser, talvez, numa aparente tendência para que os enterramentos em fossa não tenham espólio associado (imagem que alguns contextos contrariam, tendo como exemplo o núcleo D do Outeiro Alto 2 – Filipe, *et al.* 2013).

Esta transformação no domínio do funerário é particularmente marcante, relativamente abrupta e não pode deixar de traduzir profundas mudanças estruturais. Mudanças que têm sido exploradas no âmbito do sócio-económico, pois a Arqueologia dispõe agora de contextos funerários individuais, com associações votivas distintas, que pode comparar e valorar como indicadores de diferenças sociais. Mas estas descontinuidades implicam outras transformações profundas, nomeadamente ao nível das ideologias, cosmologias e ontologias. O corpo parece extrair-se às manipulações anteriores e o tratamento a que é sujeito, individualizando-o e tendendo a manter a sua integridade, parece atender precisamente ao reforço de um individualismo emergente. O corpo estabelece-se como fronteira fixa do “eu”, traduzindo uma visão do mundo já menos fluída. Os materiais que lhe são associados, reflectindo a já referida iconoclastia, afastam-se das referências sagradas e cosmológicas e parecem centrar-se na referência do indivíduo e da sua circunstância social. Não se tratará propriamente da emergência da ideia e do sentimento de se ser individualmente. Mas será a emergência de uma nova forma de se sentir individualmente, contrastante com sentimento mais participativo e com uma maior diluição em colectivos e que é sintoma de uma profunda alteração ontológica que necessariamente se expressa em várias dimensões do todo social.

8. UMA QUESTÃO DEMOGRÁFICA OU UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA?

Uma das grandes novidades que a última década e meia trouxe à Arqueologia da Pré-História Recente alentejana tem a ver com a preservação de restos osteológicos humanos. Agora, como nunca antes, existe uma imensa base empírica (em ampliação) que permite abordar os mais variados aspectos da Antropologia Biológica, mas também da Paleodemografia, Paleopatologia e, finalmente, caminhar para a introdução em Portugal de uma verdadeira Arqueologia do Corpo, nas suas dimensões ontológica e comunicacional.

Esta nova base de dados, ainda que em construção e com muita informação ainda não acessível, permite, no entanto, começar a colocar algumas questões no âmbito das mudanças que se percebem no final do 3º / início do 2º milénio. Refiro-me concretamente ao comportamento da demografia.

Se atendermos à informação que tem vindo a ser obtida para os contextos funerários do 3º milénio, nomeadamente para aqueles que se centram em torno a meados do milénio e que se enquadram nos grandes recintos de fossos, estes apontam para uma estrutura demográfica significativa. Não só a dimensão que estes recintos atingem (e a monumentalidade das suas estruturas), mas também a sua densidade (particularmente significativa na metade norte do distrito de Beja – Valera, 2013a) apontam para uma demografia pujante. Os contextos funerários já trabalhados e associados a alguns destes grandes recintos parecem confirmar esta ideia e constituir-se como uma verdadeira ponta de

um gigantesco *iceberg* funerário. Nos Perdigões, para os meados/terceiro quartel do 3º milénio, apenas na reutilização de dois *tholos* e em duas fossas (uma com a escavação ainda por concluir) temos para cima de 250 indivíduos. No Porto Torrão existe uma extensa área de necrópole e alguns *tholoi* e hipogeus foram já intervencionados, sendo que os números de indivíduos ultrapassam igualmente as duas centenas. Mas sobretudo a prospecção geofísica de uma pequena parte dessa área revelou a presença de dezenas (senão centenas) de estruturas negativas provavelmente funerárias. Extrapolando com o que já se conhece para as estruturas intervencionadas, largos milhares de indivíduos e de partes de indivíduos estarão por ali depositados. Imagens semelhantes serão de perspectivar para outros grandes recintos, como Salvada ou Monte das Cabeceiras 2. E a estes grandes recintos poderíamos ir somando os *tholoi*, hipogeus e fossas, isolados ou agrupados em necrópoles, que nos vão proporcionando novos dados relativamente ao número de indivíduos.

Por outras palavras, a dimensão, a densidade e monumentalidade das arquitecturas, por um lado, e os contextos funerários coectivos ou de manipulação de restos humanos, por outro, parecem falar-nos de uma significativa pujança demográfica (ainda de forma difusa, há que sublinhar). Porém, a mesma imagem difusa que os finais do 3º / inícios do 2º milénio nos proporcionam é substancialmente diferente. E a diferença pode ser captada por uma simples imagem: a fossa 40 dos Perdigões, cuja escavação ainda não terminou, apresenta um número mínimo de indivíduos que será superior ao número que obteremos para o conjunto de sepulturas individuais (mesmo que algumas possam ter sido múltiplas – reutilizadas para mais um ou dois indivíduos) que conhecemos regionalmente para essa transição entre milénios.

Trata-se de uma questão de grande importância para compreensão deste processo de mudança, ainda totalmente em aberto e a merecer a construção de programas de investigação especificamente orientados para esta temática. Mas os dados que de momento dispomos revelam uma significativa quantidade de estruturas com deposições de restos humanos com concentração de grandes números de indivíduos e restos de indivíduos para os momentos de apogeu do Calcolítico, a que se segue uma proliferação igualmente grande de sepulcros individuais ou múltiplos (em cista, hipogeu ou reutilização de antigos sepulcros megalíticos ou ruínas de sítios abandonados), mas que, na sua globalidade, parecem sugerir um número de indivíduos muito menor. Quantas necrópoles de cistas ou hipogeus dos finais do 3º / primeira metade do 2º milénio a.n.e. com enterramentos individuais ou múltiplos (normalmente dois a três indivíduos) serão precisas identificar para equipar os números com os contextos colectivos calcolíticos, nomeadamente com aquilo que existe e se perspectiva existir só nos Perdigões ou em torno ao Porto Torrão?

Traduzirá esta situação um acentuado decréscimo demográfico a ser associado e articulado com todas as outras alterações que anteriormente foram referidas? Ou trata-se de um “simples” problema de amostragem arqueológica? Ou ainda, corresponderá à expressão de formações sociais e ideológicas distintas, onde o papel agregador dos grandes recintos de fossos, capazes de atrair vivos e mortos no contexto de amplas e diversificadas práticas ritualizadas, gera grandes concentrações de restos osteológicos humanos, enquanto, já num contexto cosmológico e social distinto, o enterramento tendencialmente individualizado, isolado ou em pequenas necrópoles, se dispersa pelo território, sendo o contraste demográfico apenas uma aparência gerada pelas circunstâncias de concentração ou dispersão?

Seja como for, e se exceptuarmos o problema de amostragem arqueológica (que a grande quantidade de intervenções dos últimos anos não anula, mas minimiza significativamente), quer a actual imagem reflita um efectivo decréscimo demográfico a partir dos finais do 3º milénio a.n.e, quer traduza essencialmente uma estrutura social e ideológica diferente que se constitui e expressa através de novas práticas funerárias espacialmente mais

dispersas (ou um pouco de cada uma das possibilidades), o que parece evidente é que, uma vez mais, existe aqui um outro indicador de mudança de relevância estrutural.

9. NOTAS E QUESTÕES SOBRE AS FORMAÇÕES SOCIAIS DO FINAL DO 3º / PRIMEIRA METADE DO 2º MILÉNIO A.N.E.

O que é que o discurso arqueológico nos tem proposto relativamente ao que sucede ao Calcolítico no quadrante sudoeste da Península Ibérica e concretamente no interior alentejano? A resposta começou por vir sobre forma de um conceito de base histórico-culturalista: o Bronze do Sudoeste, um quadro construído essencialmente à base de contextos funerários de necrópoles de cistas. Delineado por Fernando Nunes Ribeiro e posteriormente formalizado por Schubart, o Bronze do Sudoeste começou por ser um “horizonte” definido por umas quantas realidades arqueográficas que se diferenciavam das anteriores e que, desde o início, emergiu para se afirmar como a versão ocidental do mundo argárico, com o qual se procurou homologar (Schubart, 1974; Parreira, 1995).

Quando um discurso social se procurou justapor àquela realidade arqueográfica (que hoje sabemos débil, mas que era a que existia à altura) a colagem ao modelo argárico continuou a ser uma tentação: o desenvolvimento inicial da Idade do Bronze no sudoeste ibérico foi pensado como um aprofundamento da complexidade e hierarquização social de que os primeiros passos teriam sido dados durante a etapa anterior. Por outras palavras, as marcadas descontinuidades observadas no registo arqueológico traduziriam uma continuidade nas trajectórias de complexificação social.

Na sua síntese da Pré-História Recente portuguesa publicada no início da década de noventa do século passado, Susana Jorge perspectiva, no início e desenvolvimento da Idade do Bronze, um aprofundamento da interacção social e a emergência de unidades sócio-políticas regionais com uma organização mais centralizada (de que o Sudoeste seria exemplo). Nelas manifestar-se-ia uma liderança de um restrito grupo de indivíduos (uma elite), ligados por consanguinidade e hereditariedade, onde o poder individualizado se manifestaria através de fórmulas de individualização funerária e, mais tarde, de heroificação através, por exemplo, das estelas (Jorge, 1990). Nesta dinâmica social, a metalurgia do cobre e do ouro, e os circuitos que originariam, seriam mecanismos centrais na afirmação das elites que controlariam as redes de relações inter-regionais em crescimento e na centralização do poder.

A ausência de dados empíricos que claramente confirmassem esta construção teórica era ainda compensada pela ideia de que os dados existiram, apenas estariam ainda por aparecer. O problema era de amostragem arqueológica e os frágeis habitats identificados no litoral alentejano eram considerados como podendo estar inseridos em sistemas mais complexos de povoamento “cuja dimensão, localização geográfica e funcionalidade estão ainda por determinar” (Jorge, 1990: 228).

A quando da exposição e congresso sobre a Idade do Bronze na Europa em Lisboa, no respectivo catálogo e sem que a realidade empírica tivesse mudado significativamente, estas ideias voltariam a ser naturalmente reafirmadas para o interior alentejano (Parreira, 1995). Os faseamentos propostos por Schubart para o Sudoeste (Horizonte de Ferradeira; Bronze do Sudoeste I; Bronze do Sudoeste II) continuam a ser equiparados a etapas do mundo argárico. A ausência de informação sobre áreas habitacionais leva a um conjunto de inferências realizadas a partir da localização das necrópoles: um povoamento dual entre regiões mineiras (faixa

piritosa) e regiões de maior aptidão agrícola (barros de Beja), disperso e em redor, mas separado, dos agregados sepulcrais. O aparecimento das estelas tipo alentejano em contextos funerários numa fase mais adiantada da Idade do Bronze é reafirmado como um reforço da posição social dos privilegiados ou da heroificação de antepassados e legitimação de poderes presentes. Genericamente considera-se que durante a primeira metade do 2º milénio a.n.e. se observa uma permeabilidade cultural através do alargamento da interacção transregional, nomeadamente de cariz atlântico e mediterrânico. E conclui-se:

“Aquilo que, porém, individualiza a Idade do Bronze é a diversificação do instrumental e, genericamente, de toda a cultura material. E é a progressiva transformação social, acentuando-se entre os membros das comunidades uma hierarquia de privilégios e de benefícios, transmitida e acentuada de geração em geração dando origem a uma sociedade de novo tipo e a um quadro sócio-económico completamente reformulado, caracterizado pela concentração do poder nas mãos de grupos mais restritos, em que a valorização individual perante a comunidade se fundamente na hierarquia dos laços de parentesco e em que a proximidade genealógica com os heróis tutelares legitima os poderes adquiridos e conservados pela força” (Parreira, 1995: 134).

Ora se o renovado registo arqueológico confirma que estamos, na primeira metade do 2º milénio, perante uma sociedade que se organiza de uma nova forma relativamente às comunidades da primeira metade/terceiro quartel do 3º milénio, nada permite continuar a afirmar que essa organização se traduz por um aprofundamento da centralização do poder, mantido com base em mecanismos coercivos e transmitido por via hereditária, gerando uma hierarquização social muito nítida, à imagem do que tem sido proposto para o mundo argárico, ou seja, que desenvolva e aprofunde a trajectória de complexificação social iniciada na etapa anterior. Aqui, há que fazer a justiça de sublinhar que, na primeira metade da década de 90 do século passado, os macro-sítios calcolíticos ainda não se tinham revelado em toda a sua dimensão e complexidade, pelo que o contraste não se colocava nos mesmos termos de hoje. Mas na actualidade, o que os dados empíricos nos parecem estar a dizer é que a partir dos finais do 3º milénio se observa uma abrupta e significativa contracção da complexidade social, das interacções transregionais e provavelmente da demografia na região, associadas a uma profunda alteração dos padrões cosmológicos e ontológicos.

A intensa interferência no território têm conduzido a centenas de intervenções no âmbito da arqueologia de salvamento, as quais têm revelado inúmeros contextos atribuíveis à Idade do Bronze que permitem finalmente começar a ter uma ideia mais aproximada das novas formas de ocupação do território e do que existiria para lá do mundo funerário. O povoamento é aberto e disperso, caracterizado por sítios de fossas, onde frequentemente ocorrem, sem uma clara compartimentação espacial, também fossas e hipogeus funerários. Evidências de estruturas interpretáveis claramente como habitacionais são raras ou simplesmente inexistentes. Exemplos de pisos de ocupação e lareiras ocorrem no interior de grandes depressões no subsolo, interpretadas como fundos de cabana, em sítios como Salsa 3, Santa Margarida e Entre Águas (Antunes *et al.* 2012), mas já em momentos avançados da Idade do Bronze. De facto, para os primeiros séculos do 2º milénio a.n.e. o que temos são núcleos de fossas e hipogeus onde se misturam contextos funerários e não funerários, sem que existam estruturas positivas e outras (como buracos de postes) que nos informem sobre a natureza destes sítios. A própria funcionalidade das fossas é difícil de determinar. Podendo corresponder a estruturas de armazenagem, são poucas as que fornecem evidências directas que podem ser relacionadas com essa actividade: casos como a Pedreira de Trigaches 2, onde uma fossa revestida com cortiça forneceu milhares de sementes de cevada, Pedreira de Trigaches 3, com uma fossa com sementes (*Idem*), ou ainda numa fossa de Ourém 7 igualmente com sementes carbonizadas associadas a fragmentos de um grande recipiente

(Valera, *et al*, no prelo c), são situações excepcionais. A grande maioria está preenchida com depósitos que integram normalmente fragmentos cerâmicos, alguns restos faunísticos, pouca indústria lítica, níveis de empedrados (por vezes integrando alguns elementos de moagem) ou revela utilizações/reutilizações funerárias.

Estes sítios podem surgir em núcleos muito próximos uns dos outros, o que levou alguns investigadores a colocarem a possibilidade de estarmos perante grandes povoados polinucleares (Antunes, *et al*. 2012), mas são os mesmos autores que sublinham a fragilidade das estruturas existentes e que, associando isso a uma relativa escassez de materiais de cariz mais doméstico, sugerem ocupações pouco prolongadas e relacionadas com formas itinerantes de exploração do território, contrariando a ideia de que poderíamos estar em presença de grandes aglomerados populacionais.

De facto, as grandes concentrações populacionais que se observam ainda em meados do 3º milénio a.n.e. em recintos como Perdigões, Porto Torrão, Alcalar, Salvada ou Monte das Cabeceiras 2, geradoras de complexos contextos e estruturas de grande monumentalidade e investimento social, ou mesmo os recintos mais pequenos (de fossos ou de muralhas), desaparecem e no seu lugar surgem estes sítios dispersos, abertos, com um nível de investimento arquitectónico muito baixo e sem qualquer monumentalidade, que indiciam ocupações marcadas por forte sazonalidade. A complexidade social que os sítios do 3º milénio expressam não tem paralelo, continuidade e muito menos desenvolvimento nestes sítios de fossos do Bronze inicial/pleno.

Também a pretensão relativamente a um reforço das redes de interação transregional na primeira metade do 2º milénio não tem sustentação empírica. Na realidade, só uma concentração na metalurgia e nos metais poderá sugerir tal situação, quando o que se observa em todas as outras categorias artefactuais é o oposto. Matérias-primas de excepção, de proveniências longínquas, com um elevado potencial de prestígio e que em meados do 3º milénio a.n.e. atingiram níveis de procura muito significativos, praticamente deixam de circular. O marfim africano e asiático, a casca de ovo de avestruz, a variscite, o sílex sob a forma de grandes lâminas, punhais e alabardas, o âmbar, o cinábrio são matérias-primas que desaparecem ou rareiam a partir da transição entre os dois milénios, indicando que as redes de circulação colapsam e não se renovam, sugerindo, tal como acontece com a arquitectura monumental, que as condições sociais que estiveram na base do seu desenvolvimento durante o 3º milénio não têm continuidade no início do 2º milénio.

Se a esta ausência de dimensão dos sítios, de investimento, complexidade e monumentalidade arquitectónica, de contração das relações de interação ao nível de produtos exóticos e de forte potencial prestigiante, de desaparecimento de uma iconografia simbólica diversificada e pujante, se a tudo isto juntarmos a possibilidade de um forte decréscimo demográfico, o quadro que assim se compõem será o oposto ao que é sugerido pelo registo arqueológico para o mundo argárico.

Pelo menos desde a segunda metade do 4º milénio, a trajectória social das comunidades do interior alentejano é claramente no sentido de uma crescente complexidade social, desenvolvida no quadro de uma específica visão do mundo de raízes neolíticas. Essa complexidade simultaneamente expressa-se e alimenta-se através de significativo aumento demográfico, de uma intensificação agrícola e pastoril, de uma arquitectura progressivamente mais monumental, agregadora de grandes massas populacionais e consumidora de grande esforço construtivo, de um desenvolvimento de redes de troca a longa distância de matérias-primas e produtos (alguns dos quais de forte carga simbólica e prestigiante), do desenvolvimento de novas tecnologias (com destaque para a metalurgia do cobre e, mais tarde, do outro) e por uma iconografia simbólica que atinge níveis de grande diversidade e

exuberância. A necessidade de coordenação e direcção, na gestão de grandes agregados populacionais (provavelmente com grandes concentrações sazonais) e da produção e distribuição de excedentes necessários à sua manutenção, no planeamento e organização das grandes construções monumentais, na manutenção de complexas redes de interacção transregional, ou na conservação de uma expressão iconográfica vigorosa, teria originado comunidades eventualmente organizadas sob a configuração de formações sociais transigualitárias (Hayden, 1995; Díaz-del-Río, 2008) ao longo do 3º milénio,

Mas esta trajectória de complexificação da organização social global é claramente interrompida a partir do último quartel do 3º milénio e só parece começar a ser retomada em termos comparáveis a partir do último terço do 2º milénio, durante o Bronze Final. A ideia de que durante a Idade do Bronze inicial e pleno se observa na região uma complexificação social, com reforço da centralização do poder, parece pouco consistente com os dados e acaba por resultar de um efeito ilusório provocado pela visibilidade que a metalurgia e os metais adquirem nesta fase e pelas alterações ocorridas ao nível das práticas funerárias, com a afirmação da individualização. E se a primeira se apresenta em continuidade, a segunda traduz uma profunda alteração ontológica e cosmogónica (e não simplesmente social). Nela poderemos ver um reforço da consciência do “eu” individual que começa a emergir a partir da segunda metade do 3º milénio a.n.e., no contexto dessa crescente complexidade social, gerando novas formas de perceber e sentir a individualidade no seio da comunidade e no mundo. Esta trajectória para a individualização, e com ela para uma maior diferenciação social, está perfeitamente em linha com a trajectória global para uma maior complexidade social que se verifica ao longo do 3º milénio e que culmina com a desgregação da visão do mundo neolítica. A natureza desta transformação no sentido da individualização é do foro da estrutura e caracterizada de certa forma por um carácter de não retorno. Este facto poderá explicar a sua perpetuação e até acentuação ao longo do 2º milénio, mesmo num quadro em que o processo de complexificação social não atingiu um patamar de estabilidade e tenha temporariamente abortado no seu caminho para as primeiras formações sociais plenamente hierarquizadas.

Quanto às razões que terão estado na base do abortar dessa trajectória de complexificação social, elas estão ainda mal investigadas. Serão seguramente factores que se relacionam com várias dimensões do todo social, desde o sócio-económico e demográfico ao ideológico e cosmogónico, e eventualmente até com circunstâncias de ordem ambiental. Factores que deveremos abordar de forma integrada e não hierarquizada, resistindo à tentação da explicação mecanicista e determinista. O crescimento em quantidade e qualidade da base empírica de análise que se registou nas duas últimas décadas associado ao apuramento dos corpos teóricos e de novas áreas de inquérito (permitidas por desenvolvimentos tecnológicos) são hoje, contudo, circunstâncias que criam condições para um significativo renovar do conhecimento sobre as dinâmicas e trajectórias das formações sociais entre os finais do 4º e os meados do 2º milénio a.n.e.. Para já, e no âmbito de um processo histórico de complexificação social, o que parece ter acontecido no interior alentejano no final do 3º milénio a.n.e. foi uma espécie de *reboot* social, mas onde já não se volta às condições de partida, antes se conservam mudanças estruturais que permitirão retomar o processo a seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A.S., DEUS, M., SOARES, A. M., SANTOS, F., ARÉZ, L., DEWULF, J., BAPTISTA, L. e OLIVEIRA, L. (2012) - “Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana”. *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronze Final*. Mérida. Anejos de AEspA LXII: 277-308.

ARAÚJO, A.C. e LEJEUNE, M. (1995) - *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Trabalhos de Arqueologia. 8. IPPAR.

ARÓSTEGUI, J. (1995) - *La investigación en Arqueología*. Barcelona. Crítica.

BAPTISTA, L. (2010) - "The Late Prehistory of the watershed of the Ribeiras of Pisão and Álamo (Beja, South Portugal: a research programme. *Journal of Iberian Archaeology*. Vol. 13. Porto: 69-84.

DEUS, M., ANTUNES, A. S., SOARES, A. M. (2009) – "A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste". In PÉREZ MACÍAS, J. A.; ROMERO BOMBA, E. (eds) - *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Universidad de Huelva Publicaciones: 514-543.

DÍAZ-DEL-RIO, P. (2008) - "El contexto social de las agregaciones de población durante el Calcolítico peninsular". *Era Arqueologia*. Lisboa. *Era Arqueologia*: 128-137.

FILIPPE, V., GODINHO, R., GRANJA, R.; VALERA, A.C. (2013) - "Bronze Age funerary spaces. In *Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa, Portugal): the hypogea cemetery*". *Zephyrus*. LXXI. Salamanca. Universidad de Salamanca:107-129.

GOMES, M.V., (1991) - "Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. *Cronologia e interpretação*". *Almansor*. 9:17-74.

GONÇALVES, V.S. (1987) - "O povoado pré-histórico da Sala nº1 (Pedrogão, Vidigueira). Notas sobre a campanha 1 (88)". *Portugália*. NS. Vol.III. Porto: 7-16.

GONÇALVES, V.S. (1988/89) - "A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz)". *Portugália*. NS. Vol.IX-X. Porto: 49-61.

HAYDEN, B. (1995) - "Pathways to power: principles for creating socioeconomic inequalities". (T.D. Price and G.M. Feinman eds.) *Foundations of Social Inequality*. New York. Plenum Press: 15-86.

JORGE, S. O. (1990) - "Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia". In SERRÃO, J., OLIVEIRA MARQUES, A.H. (dirs.) - *Nova História de Portugal. Portugal, das origens à romanização*. Lisboa. Ed. Presença: 163-212.

MARTÍNEZ, G., MOLINA, F. (1995) - "Estudio preliminar". In SIRET, L. - *Religiones neolíticas de Iberia*. Almeria. Arráez Editores: 9-29.

MARTÍNEZ NAVARRETE, M.I. (1989) - *Una revisión crítica de la prehistoria española: la Edad del Bronce como paradigma*. Madrid. Siglo XXI de España editores.

MATALOTO, R., BOAVENTURA, R. (2009) - "Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: Um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12: 2. Lisboa: 31-77.

NUNES, S., CORGA, M., BASÍLIO, L., FERREIRA, M. T., COUTO, R., ALMEIDA, M., NEVES, M. J. (2007) - "Primeira notícia acerca das fossas escavadas na rocha do Casarão da Mesquita 4 (São Manços, Évora)". *Al Madan*. Adenda Electrónica. 15, 2ª série: 9-10.

PARREIRA, R. (1983) - "O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980". *O Arqueólogo Português*, Série IV,1: 149-168.

PARREIRA, R. (1995) - "Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior". *A Idade do Bronze em Portugal – Discurso de Poder*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia: 131-134.

RODRIGUES, F. (no prelo) - "Skeletons in the ditch: funerary activity in ditched enclosures of Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja)". In Valera, A.C. (ed.) - *Recent Prehistory enclosures and funerary practices*. BAR.

SANTOS, F. J. C., ARÊZ; L., SOARES; A. M., DEUS, M. de, QUEIRÓZ; P. F, VALÉRIO, P., RODRIGUES, Z., ANTUNES, A. S., ARAÚJO, M. de F. (2008) - "O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas «silo» do Bronze Pleno/Final na encosta do Albardão". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11:2. Lisboa: 55-86.

SANTOS, F., SOARES; A. M., RODRIGUES, Z., QUEIRÓZ, P., VALÉRIO, P., ARAÚJO, M. F. (2009) - "A Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-História Recente, com fosso e fossas, na encosta do Albardão (S. Manços, Évora)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 12.1. Lisboa: 53-71.

SCHUBART. H. (1974) - "La cultura del Bronce en el sudoeste peninsular. Distribución y definición". *Miscelánea Arqueológica*. 2: 345-379.

SILVA, C.T., SOARES, J. (1987) - "O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I - escavações de 1982-86 (resultados preliminares)". *Setúbal Arqueológica*. VIII, Setúbal: 29-79.

SOARES, A. (2008) - "O monumento megalítico Monte da Velha 1 (Vila Verde de Ficalho, Serpa)". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11:1. Lisboa: 33-51.

SOARES, A.M., CABRAL, J.P. (1987) - "O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. VI. Cronologia absoluta". *Setúbal Arqueológica*. VIII. Setúbal:155-165.

SOARES, A. M., SANTOS, F., DEWULF, J., DEUS, M., ANTUNES, A. (2009) - "Práticas Rituais do Bronze do Sudoeste. Alguns dados". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17. Oeiras: 433-456.

SOARES, A. M.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (2007) - "A datação pelo radiocarbono das fases de ocupação do Porto das Carretas: Algumas reflexões sobre a cronologia do Campaniforme". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10:2, Lisboa: 127-134.

SOARES, J.; SILVA, C.T. (2010) - "Campaniforme do Porto das Carretas (médio Guadiana). A procura de novos quadros de referência". In Gonçalves, V.; SOUSA, A. C. (eds.) - *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e.*. Actas do Colóquio Internacional. Cascais. Câmara Municipal: 225-261.

VALERA, A.C. (2000) - "Pensar o tempo: critérios para uma periodização da Pré-história Recente da bacia interior do Mondego". *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Volume IV. Porto, ADECAP: 147-160.

VALERA, A. C., (2012a) - "Ditches, pits and hypogea: new data and new problems in South Portugal Late Neolithic and Chalcolithic funerary practices". In GIBAJA, J.F; CARVALHO, A.F.; CHAMBOM, P. (eds.) - *Funerary practices from the Mesolithic to the Chalcolithic of the northwest Mediterranean*. British Archaeological Reports: 103-122.

VALERA, A. C. (2012b) - "Mind the gap": Neolithic and Chalcolithic enclosures of South Portugal". (Alex Gibson ed.) *Enclosing the Neolithic. Recent studies in Britain and Europe*, BAR: 165-183.

VALERA, A. C. (2012c) - "A "Vaca de Almada" e o problema das relações Homem/Animal na Pré-História Recente". *Almadan*. 17. Almada. Centro de Arqueologia da Almada: 22-29.

- VALERA, A.C. (2013a) - "Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação". *Almadan*. Segunda Série. 18: 93-110.
- VALERA, A.C. (2013b) - "Cronologia dos recintos de fossos da Pré-História Recente em território português". *Arqueologia em Portugal 150 anos, Actas do I congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. AAP: 335-343.
- VALERA, A. C. (2013c) - "Breve apontamento sobre a dimensão cosmogónica dos recintos de fossos da Pré-História Recente no Interior Alentejano". *Cadernos do Endovélico*. Nº1. Colibri/CMA: 51-63.
- VALERA, A.C. (coord.) (2013d) - *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. ERA Monográfica. 1. Lisboa. NIA-ERA Arqueologia S.A.
- VALERA, A.C., (coord.) (2013e) - *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. Memórias d'Odiana. 6. 2ª Série. EDIA/DRCALEN.
- VALERA, A.C., (coord.) (no prelo a). *Bela Vista 5. Um recinto do final do 3º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja)*. Era Monográfica. 2. Lisboa. Nia-Era.
- VALERA, A.C., (coord.) (no prelo b) - "Metal, metallurgy, walls and ditches in Portuguese Guadiana basin: an overview". *Strategie insediative e metallurgia. I rapport tra Italia e la Penisola Iberica nel primo Calcolitico*. Convegno Internazionale 6-7 ottobre 2011. Museo Nazionale Romano. Palazzo Massimo, Roma.
- VALERA C. V.; COSTA C. (2013) - "Animal limbs in funerary contexts in southern Portugal and the question of segmentation". *Anthropozoologica*. 48 (2): 263-275.
- VALERA, A. C.; GODINHO, R. (2009) - "A gestão da morte nos Perdigueões (Reguengos de Monsaraz): novos dados, novos problemas". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17. Oeiras. Câmara Municipal: 371-387.
- VALERA, A.C., FILIPE, V., CABAÇO, N. (2013) - "O recinto de fosso do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa)". *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisboa. Nia-Era: 21-35.
- VALERA, A.C., SILVA, A.M.; MÁRQUEZ ROMERO, J.E. (2014) - "The temporality of Perdigueões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices". *SPAL*. 23: 11-26.
- VALERA, A.C., GODINHO, R., CALVO, E., MORO BERRAQUERO, J., FILIPE, V.; SANTOS, H. (no prelo a) - "Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa)". *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva*. Beja. (2010).
- VALERA, A.C., SILVA, A.M.; CUNHA, C.; EVANGELISTA, L. (no prelo b) - "Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigueões ditched enclosures (South Portugal)". (A.C. Valera ed.). *Recent Prehistory enclosures and funerary practices*. BAR.
- VALERA, A.C., EVANGELISTA, L.S. e CASTANHEIRA, P. (no prelo c) - "Zoomorphic figurines and the problem of human-animal relationship in the Neolithic and Chalcolithic Southwest Eberia". *Menga*.



